

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS DISCURSOS OPOSICIONISTAS A GETÚLIO VARGAS (BRASIL) E
GABRIEL TERRA (URUGUAI) – 1930 / 1942

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em História sob a
orientação da Profª Drª Susana Bleil de Souza

CARLOS ROBERTO DA ROSA RANGEL

Porto Alegre-RS
Agosto de 2007

CARLOS ROBERTO DA ROSA RANGEL

Banca Examinadora da Tese

Profª Drª Susana Bleil de Souza
Orientadora – UFRGS

Prof Dr Benito Bisso Schmidt
UFRGS

Prof Dr Marcello Baquero
UFRGS

Profª Drª Ana Luiza Setti Reckzieguel
UPF

Profª Drª Maria Medianeira Padoin
UFSM

SUMÁRIO

RESUMO	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE ABREVIATURAS	VI
INTRODUÇÃO	
1.O problema e seus parâmetros	001
2. A participação política nos discursos	005
3. Os grupos políticos estudados	009
4. O discurso e a política de massas	013
PARTE I – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIO-ELEITORAL	
1.Os sistemas partidário-eleitoral brasileiro e uruguaio	018
1.1 Ingresso dos partidos na política de massas	035
1.2 Os liberais brasileiros em oposição a Getúlio Vargas.....	046
1.3 Os liberais uruguaiois em oposição a Gabriel Terra	074
2. Ação oposicionista dos partidos marxistas	104
2.1 Oposição marxista a Getúlio Vargas	106
2.2 Oposição marxista a Gabriel Terra	127
3. A oposição aliancista aos governos de Terra e Vargas.....	149
3.1 O aliancismo no Brasil	150
3.2 O aliancismo no Uruguai	166
4. Transição liberal ao final dos governos de Terra e Vargas	177
PARTE II – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA	
1. Oposição revolucionária aos governos de Vargas e Terra	192
2. Os discursos revolucionários entre os liberais brasileiros e uruguaiois	194
2.1 A revolução entre os liberais oposicionistas brasileiros	196
2.2 A revolução entre os liberais oposicionistas uruguaiois	218
3. Os discursos revolucionários nos partidos marxistas	234
3.1 Oposição revolucionária marxista no Brasil	236
3.2 Oposição revolucionária marxista no Uruguai	258
4. Declínio do discurso revolucionário liberal	278
5. Declínio do discurso revolucionário marxista	294
CONCLUSÃO	305
ARQUIVOS CONSULTADOS	323
FONTES DOCUMENTAIS	323
RELATOS BIOGRÁFICOS	324
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	325

RESUMO

A década de 1930, no Brasil e no Uruguai, caracterizou-se pela crise do modelo liberal de participação política partidário-eleitoral. A presente tese compara os discursos oposicionistas aos governos centralizadores de Gabriel Terra (Uruguai) e Getúlio Vargas (Brasil) mostrando as alternativas de participação política definidas nestes discursos. Para tal propósito, destacou-se duas correntes ideológicas, a liberal e a marxista, e para cada corrente explorou-se o discurso revolucionário e o partidário-eleitoral. Valendo-se do método comparativo por contraste, demonstrou-se que os grupos oposicionistas a Gabriel Terra, de feição liberal e marxista, forçaram o retorno às instituições partidário-eleitorais (anteriores ao golpe de estado de 1933) com mais rapidez que o caso brasileiro. No Brasil, diferente do que ocorria no Uruguai, o regionalismo político, a radicalização do discurso revolucionário, a fragilidade dos partidos políticos, a tendência autoritária do governo federal, o descaso pela ordem constitucional, a fraca experiência eleitoral da Primeira República (1889-1930) e a ausência de táticas de engajamento e mobilização popular eficientes, por parte dos opositores, conduziu para o colapso das instituições partidário-eleitorais em novembro de 1937. O contraste dos dois casos nacionais demonstrou um ciclo de queda e retorno da *democracia liberal* ao tempo que a opção revolucionária teve ciclo de sentido inverso, ascendendo nos primeiros anos da década de 1930 para depois declinar até seu esgotamento nos primeiros anos da década de 1940.

ABSTRACT

The 1930s in Brazil and Uruguay was characterized by the crisis in the liberal model of political party participation. This thesis compares the speeches against the centralizer governments of Gabriel Terra (Uruguay) and Getulio Vargas (Brazil) showing the alternatives in political participation defined in these speeches. For such goal, two ideological currents were taken, the liberal and the Marxist. For each current it was studied the revolutionary and political party speech. Using the comparative by contrast method, it was noted that the opposing groups to Gabriel Terra, with a liberal and Marxist tendency, forced the return to the political-party institutions (prior to the coup d'état in 1933) faster than in the Brazilian case. In Brazil, different from what was going on in Uruguay, the political regionalism, the radicalization of the revolutionary speech, the fragility of the political parties, the authoritative tendency of the federal government, the negligence with the constitutional order, the weak electoral experience of the First Republic (1889 – 1930) and the absence of tactics for efficient popular engagement and mobilization, by the opposition, conducted to the collapse of the political party institutions in 1937. The contrast of the two national cases demonstrated a cycle of fall and return of the liberal democracy in time when the revolutionary option had and inverse meaning cycle, beginning in the early 1930s and declining until its finish in the early 1940s.

LISTA DE ABREVIATURAS

AER - *Asociación Estudiantil Roja*
AIB – Ação Integralista brasileira
ANL - Aliança Nacional Libertadora
BOC – Bloco Operário e Camponês
BSA – Bureau Sul Americano (da Internacional Comunista)
CC – Comitê Central (do Partido Comunista Brasileiro)
CNA- *Consejo Nacional de Administración*
CNM – *Consejo Nacional de Mujeres*
FJC - *Federación de la Juventud Comunista*
FORU – *Federación Obrera Regional Uruguaya*
FUA – Frente Única Antifascista
FUG - Frente Única Gaúcha
IC – Internacional Comunista
LAR – Liga de Ação Revolucionária
LEC - Liga Eleitoral Católica
PCB - Partido Comunista do Brasil
PCU – Partido Comunista do Uruguai
PD – Partido Democrático
PPP – Partido Popular Paulista
PRP – Partido Republicano Paulista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
TSN - Tribunal de Segurança Nacional
TSN – Tribunal de Segurança Nacional
UDN – União Democrática Nacional
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
USU – *Unión Sindical Uruguaya*

INTRODUÇÃO

1. O problema e seus parâmetros

Voltar a estudar partidos políticos e o modelo de participação política partidário-eleitoral, depois desse tema ter sido exaustivamente pesquisado nos anos 1970 e 1980, pode parecer um recuo acadêmico pouco produtivo. Entretanto, para comprovar a contemporaneidade do tema e sua atual relevância social, necessitaríamos apenas citar a recente pesquisa coordenada pelos cientistas políticos José Álvaro Moisés (USP) e Raquel Meneguello (UNICAMP)¹ que demonstraram que a maioria dos brasileiros (64,8%) preferem a democracia a uma ditadura, mas cerca de 30% deles acreditam que a democracia pode funcionar perfeitamente bem sem o Congresso Nacional e sem os partidos políticos, sendo que estes últimos receberam a reprovação de 80,6% , em contraste com pesquisas anteriores que apontavam a reprovação de 67,6% em 1993 e 57,3% em 1989.

Marcello Baquero² destaca que nas últimas décadas ocorreu a passagem do otimismo diante de um cenário de redemocratização para o pessimismo e insatisfação com as “novas democracias”, que pode ser traduzido na desconfiança da população nas instituições e nos políticos; a fragilização do papel socializador e esclarecedor das instituições de representação, diante da crescente tecnologia da informação; na adoção de práticas políticas informais no lugar do engajamento junto às organizações tradicionais do universo político-institucional; no aumento do ceticismo da população em relação à capacidade dos governos enfrentarem e minimizarem as desigualdades sociais e, sobretudo, na “institucionalização de uma cultura política altamente individualista, sem capital social e com padrões de comportamento político que pouco ou nada contribuem para a solidificação da democracia.”

Para esse mesmo autor, em outra publicação,³ as explicações sobre essa nova crise que paira sobre o sistema político não apenas latino-americano, mas sobre todas as democracias alicerçadas na tradição liberal,⁴ pecam no excessivo relevo dado às normas e às instituições que deveriam reger as “verdadeiras” democracias; na ênfase emprestada a uma suposta opinião

¹ Dados obtidos da agência de jornalismo *O Estado*, na sua página “O POVO Online”, em 08 de janeiro de 2007, site: <http://www.opovo.com.br/politica/660611.html>.

² BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In BAQUERO, Marcello (Org) *Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Centro Universitário La Salle, 1999, p. 15-30.

³ BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 19-20.

⁴ Na qual destacam-se práticas e valores tais como: o sufrágio, a atuação parlamentar, o equilíbrio entre os poderes, a igualdade de todos perante a Lei e a pluralidade política voltada para a rotatividade no poder.

pública crítica e consciente – minimizando o papel da comunicação de massa e das lideranças carismáticas; na pouca atenção dedicada aos dados empíricos que mostram o desinteresse popular pelo político e na falta de destaque para as características específicas de cada região com sua herança cultural, mecanismos psíquicos de massas e comportamento histórico particularizado das elites locais.

Esse contexto político contemporâneo e a necessidade de desenvolver um estudo especulativo mais regionalizado motivaram a presente tese, pois diante da crescente descrença popular pelas formas de participação política, dentro dos moldes liberais, cabe perguntar quais os limites e as alternativas registradas pela história em relação a essa forma de articulação do sistema político.

Não precisamos divagar longamente para lembrar da grande crise do modelo liberal de participação política da década de 1930, quando muitos países da América do Sul convulsionaram-se e experimentaram regimes centralizadores e autoritários. Na Argentina, os militares conduzidos pelo general Uriburu derrotaram o governo de Hipólito Yrigoyen (1930); na Bolívia (1930), Hernando Siles foi derrubado pelos militares que, depois de assistirem ao fracasso da mobilização nacional diante do inimigo externo, na guerra do Chaco, lançaram-se à experiência socialista; no Chile, Carlos Ibáñez, paralisado diante do colapso do mercado consumidor de cobre e nitratos, foi derrubado por militares (1931) sucedendo-se, no governo, os socialistas do coronel Marmaduke Grove e os conservadores de Arturo Alessandri, num frágil equilíbrio político; no Paraguai, terminada a guerra do Chaco, o Presidente Ayala foi destituído pelo coronel Franco (1936), até que o derrubassem; seguindo essa tendência, Equador (1931), Venezuela (1931), El Salvador (1931), Panamá (1931), Peru (1930), Cuba (1933) e México (1934) experimentaram forte período de instabilidade, com diferentes acomodações, em função das peculiaridades históricas de cada país.⁵

Tendo por foco esse contexto da década de 1930 e primeiros anos de 1940, e sem estabelecer uma analogia simples entre aquele período e o que ocorre atualmente, pensamos que a História pode contribuir para: 1) a compreensão dos limites da participação política inspirada pelo modelo liberal e 2) a análise das alternativas apresentadas por grupos de atuação em outro contexto histórico-social. A questão⁶ que propomos para desenvolver o presente estudo é: **como**

⁵ Ver mais detalhes sobre os sobressaltos políticos na América Latina, no período estudado por essa tese em ROUQUIÉ, Alan. Papéis e comportamento político das forças armadas na América Latina (1930-1945). Algumas reflexões para um estudo comparativo. In *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1980, p. 191-210.

⁶ SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales*, Madrid: Alianza editorial, 1994, p. 13-27, enfatizam as questões: por que comparar? O que comparar? E como comparar? Os autores alertam que as perguntas mais gerais que afetam instituições, grupos sociais e normas da macro-política são preferíveis no método comparativo. A escolha dos conceitos centrais, em pequeno número, favorece o controle das hipóteses e a

ocorreu a formulação e a difusão dos conceitos de participação política nos discursos oposicionistas, diante da fragilização das instituições liberais no Uruguai e no Brasil, ao longo da década de 1930?

Para responder a este problema, desde uma ótica comparativa, tomamos os seguintes parâmetros como pressupostos da análise:

a. Os discursos sobre participação política, protagonizados por grupos oposicionistas, estiveram filiados a duas correntes ideológicas predominantes:

a.1. o liberalismo

a.2. o marxismo

b. Os discursos estiveram inclusos, predominantemente, em duas formações discursivas:

b.1 partidário-eleitoral

b.2. revolucionária

c. Tanto os grupos liberais quanto os marxistas difundiram discursos partidário-eleitorais e revolucionários.

Observa-se que na escolha do problema e dos parâmetros está presente a preocupação com o contraste e mesmo a oposição de correntes de pensamento e contextos políticos nacionais. Essa comparação por contraste tem o propósito de enfatizar os limites e as possibilidades dos conceitos de participação política propostos, tendo como referência as reflexões de Bertand e Hermet⁷ e alguns pressupostos da análise do discurso como veremos oportunamente.

A escolha dos contextos nacionais do Brasil e do Uruguai requer alguns esclarecimentos. Primeiramente, deve-se dizer que a proximidade territorial foi importante, mas não essencial. Admite-se que as questões de fronteira e os interesses convergentes favoreceram a aproximação dos dois governos nacionais vizinhos; que a presença do Bureau Sul Americano (BSA) da Internacional Comunista em Montevideú favoreceu a ação recíproca entre os movimentos comunistas do Uruguai e do Brasil e que a constante presença de exilados políticos

correlação dos parâmetros; a escolha de dois casos (comparação binária) é preferível quando o problema apresenta dados mais qualitativos que quantitativos (estatísticos) e se deseja destacar mais enfaticamente as diferenças e, por meio dessas diferenças, controlar as hipóteses; o intervalo de tempo (periodização) deve ser tanto menor quanto mais especulativo for o problema.

⁷ BERTRAND Badie; HERMET, Guy. *Política comparada*, México: Fondo de Cultura económica, 1993, p. 33,34, destacam que a História no estudo comparado do político favorece a compreensão das diferenças. Não no sentido de enquadrá-las em causas comuns, em processos de desenvolvimento previamente configurados ou em tipologias de casos, mas no sentido de destacar, pelo contraste, como diferentes sociedades – em contextos históricos específicos – propuseram e experimentaram maneiras de realizar projetos políticos. Logo, a comparação não tem a finalidade de generalizar regras válidas para diferentes sociedades, mas justapor objetos comparáveis para deles obter uma compreensão aprofundada de um problema quer pelas aproximações quer pelas diferenças encontradas.

uruguayos no Brasil e de exilados brasileiros no Uruguai tornou esses dois países espaços políticos complementares.

Entretanto, o essencial é que nos dois países ocorreram, contemporaneamente, a instauração de governos com forte tendência centralizadora e autoritária; que nos dois países o processo histórico de distensão e retorno dos parâmetros da democracia liberal esteve comprimido no curto espaço de tempo de 10 a 15 anos, facilitando a análise do historiador⁸; que a significativa diferença das instituições e tradições políticas dos dois países, par a par com as convergências assinaladas anteriormente, criam condições muito favoráveis ao contraste e ao teste das hipóteses⁹ e que já existe uma vasta produção historiográfica nas modalidades monográfica ou estudo de caso de um ou outro país, sobre o contexto histórico da década de 1930, proporcionando excelente sustentação para um estudo mais abrangente e comparativo. Em síntese, como recomendou Giovanni Sartori,¹⁰ a escolha dos dois casos levou em conta que eles deveriam se aproximar em vários aspectos correlatos, mas se afastar naquele em que está inserida a nossa principal variável (formas institucionalizadas de participação política).

Coerentemente com os parâmetros propostos e o método escolhido, as duas partes desta tese estão divididas em duas temáticas centrais: o discurso liberal e o discurso marxista¹¹. Desta maneira, a primeira parte trata da participação política partidária e eleitoral, sob a ótica dos liberais e dos grupos marxistas (marxistas-leninistas, socialistas e social-democratas influenciados pelo marxismo). Cada subtítulo trata de um contexto nacional e, no seu corpo, são marcados temas recorrentes passíveis de serem comparados em um e outro país¹²: a organização partidária, posicionamento em relação às práticas partidárias-eleitorais, aos regimes autoritários e ao aliancismo, assim como as formas de militância partidária.

⁸ Destacamos que o esforço analítico estará direcionado para a década de 1930, mas isso não implica que não tenhamos de realizar algumas retrospectivas sintéticas, bem como apontar – mais uma vez sinteticamente – o desfecho do confronto entre os discursos centralizadores e os de cunho liberal, nos primeiros anos da década de 1940.

⁹ Diferente de Max Weber que busca, em contextos históricos diferentes, as manifestações singulares de uma mesma variável, esta tese contrasta apenas dois contextos dentro daquela estratégia definida por Skocpol e Somers (*The use of comparative history in macro-social inquiry*) como “contraste de contextos” que consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando pôr em evidência suas diferenças recíprocas como forma de teste de hipóteses. Ver mais em SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. In *Cadernos de sociologia*. UFRGS, Porto Alegre, v.9. p. 49-86

¹⁰ Comparación y método comparativo, in SARTORI. MORLINO. *La comparación en las ciencias sociales*, Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29-49.

¹¹ Tomaremos marxistas como categoria definidora daqueles grupos que se colocaram em alteridade com os pressupostos econômicos e sociais da sociedade capitalista - notoriamente aqueles filiados às internacionais comunistas. Nesta tese, o termo marxista atende bem mais a forma com que discursivamente os grupos políticos inspirados nas diversas correntes socialistas dos séculos XIX e XX definiam-se em relação aos partidos liberais, que se revezavam nos postos de governo em seus países, do que uma limitação rigorosa das filiações doutrinárias ou das formulações programáticas alteradas diante de cada conjuntura política.

¹² Ver os resultados da comparação nas tabelas nº 5 e 6, na conclusão desta tese.

Na segunda parte são abordados os discursos da participação política revolucionária, ainda sob a ótica dos liberais¹³ e grupos marxistas. Cada subtítulo delimita o ambiente nacional e suas interações com o contexto internacional, procurando-se destacar os vínculos dos grupos revolucionários do Brasil e do Uruguai. Os temas recorrentes utilizados para o cruzamento comparativo entre os subtítulos foram a opção pela violência política, o nível de tolerância com os regimes de exceção, posicionamento em relação à tradição liberal de participação política e as táticas de mobilização militar e popular¹⁴.

2. A participação política nos discursos

A primeira ressalva que se deve fazer é que nem todos os discursos que circulam no âmbito público são de ordem política. Ao analista do discurso político interessa as práticas sociais de *decisão e ação* políticas, ou seja, exercidas por grupos que representam ou desejam representar os interesses e as expectativas coletivas, mantendo contínua relação de reciprocidade com a opinião pública. Disso vem a importância dos enunciados presentes nos discursos: eles veiculam conceitos que tornam possível tanto a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação dos fatos políticos.¹⁵

A segunda ressalva destaca a diferença entre discurso e retórica política. Os discursos - entendidos como o conjunto de conceitos que circulam em diferentes grupos sociais - balizam as discussões e as decisões possíveis e permitem a relação dialética entre opinião pública e ação política. A retórica é um conjunto de estratégias comunicativas que tem como meta a construção da opinião e, na política, frequentemente, essas estratégias são utilizadas para manipular conceitos e construir encenações para ludibriar a opinião pública, do que resulta a dificuldade em distinguir o que representa os valores e conceitos determinantes do fato político (por meio da circulação dos discursos) daquilo que é utilizado para encobrir o que realmente se deseja decidir e fazer.¹⁶

Portanto, devemos centrar os esforços na análise daqueles conceitos (participação política, nessa tese) que, em um determinado contexto histórico e nos limites de ação de alguns

¹³ Mostraremos que é um equívoco atrelar exclusivamente o termo *revolução* aos grupos filiados às correntes do anarquismo ou do marxismo. A palavra *revolução* comportou muitos deslizamentos de sentido nos contextos uruguaio e brasileiro, ao longo das décadas de 1920 e 1930, tornando-se vocábulo recorrente nos discursos dos reformadores liberais, em especial naqueles momentos em que tinham de articular movimentos de tomada do poder, conforme veremos mais detalhadamente nos subtítulos pertinentes.

¹⁴ Ver os resultados da comparação nas tabelas nº 7 e 8, na conclusão desta tese.

¹⁵ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁶ A partir da década de 1940, com a máxima amplitude dos meios de comunicação de massa, a atuação dos grupos políticos foi esvaziando os conteúdos altamente ideológicos dos discursos, dando lugar mais expressivo às estratégias de comunicação, à manipulação dos conceitos e às encenações, fazendo com que os conceitos e valores fossem perdendo seus contornos mais distintivos. CHARAUDEAU, *op cit*, p. 45-47.

grupos políticos, permitiram a convergência da opinião pública e da ação política dentro de um contorno ideológico passível de identificação e análise. Quanto aos conceitos contidos no problema e parâmetros destacamos que participação política é um conceito histórico e social, construído a partir das lutas estabelecidas em torno das delimitações da competência política e daquilo que pode ser pensado politicamente. Nesta perspectiva, pode-se colocar que o discurso político é o conjunto de enunciados que procuram fundar um ideal político, detendo-se em princípios que constroem opiniões e filiações ideológicas (disso veio a nossa opção pela seleção de dois campos ideológicos: o liberal e o marxista). De outra maneira, pode-se entender o discurso político como um conjunto de enunciados atribuídos diretamente a um grupo de atores que têm o propósito de influenciar opiniões, obter adesões, rejeições ou consensos mediante estratégias de ação política (disso veio a nossa escolha de duas estratégias: a partidário-eleitoral e a revolucionária).

Entender participação política apenas pelo viés partidário-eleitoral é restringir o espaço de ação dos atores sociais aos quadros institucionais de inclinação liberal-burguesa. Admite-se que foi uma conquista da burguesia a plena vigência do parlamento, cujos membros foram elevados à condição de representantes do povo com base em um sistema eleitoral e tendo por referência maior uma constituição criada e aplicada por meio da articulação de três poderes independentes. Entretanto, não é menos verdadeiro que a alternativa revolucionária foi outro vetor de participação popular na política no final do século XIX e primeira metade do século XX.

A possibilidade revolucionária esteve articulada com a participação partidário-eleitoral, de tal maneira que estudar a participação política a partir dos quadros partidários, dentro do sistema eleitoral, também implica avaliar os discursos caracterizados pelo seu viés revolucionário.¹⁷ Em função disso, foram escolhidas duas *formações discursivas* (campo delimitado de saberes e experiências históricas no qual circulam os discursos sobre uma determinada prática ou tradição social: a) partidário-eleitoral, na qual se encontram os discursos que definem os indivíduos por suas prerrogativas de elegerem e serem eleitos, representarem e serem representados, atuarem no parlamento ou no governo, bem como atuarem na implantação de políticas públicas por meio de organizações partidárias; b) revolucionária, na qual encontram-se os discursos defensores do emprego da violência contra os detentores do poder

¹⁷ DE RIZ, Liliana, Política y partidos, ejercicio de analisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay, In *Desarrollo económico*, v. 25, n. 100, CONICET, Argentina, 1986, p.2-3, destaca que na década de 1960 a discussão historiográfica acerca da participação política destacou o conceito “revolução”, entendido como interface entre as lutas sociais e as instituições políticas; na década seguinte, ocorreu o predomínio do enfoque estatal, encobrendo as lutas sociais e seus atores. Acrescentamos que, antes da década de 1960, ao longo das três primeiras décadas do século XX, a revolução foi igualmente conceito central dos discursos, diante do qual o sistema partidário teve de adotar posicionamentos e táticas políticas incontornáveis, embora isso nem sempre apareça claramente na historiografia brasileira e uruguaia sobre esse período.

estatal, valendo-se de instrumentos de força que suspendem, temporariamente ou definitivamente, os efeitos do modelo partidário-eleitoral em nome de um projeto de alteração da ordem vigente.

Toma-se discurso como o efeito de sentido construído no processo de interlocução, produzido por sua lógica interna e atendendo às estratégias de difusão e validação própria do contexto histórico onde está situado. Dessa forma, o discurso passa a ser um *acontecimento* que tem uma regularidade capaz de ser submetida à investigação de suas interdições, normas de difusão e legitimação¹⁸. Portanto, a categoria *sujeito social*, construída pelos discursos, refere-se especificamente a uma entidade que é resultante das múltiplas relações de poder que são tecidas em torno do indivíduo, classificando-o em categorias, designando-o por sua própria individualidade, impondo-lhe uma lei de verdade que deve reconhecer e que os outros devem reconhecer nele¹⁹. Propõe-se que o ingresso das massas como agentes no processo político é acompanhado dessa *sujeição* do indivíduo pelos discursos que definem seu lugar na estrutura social e que definem as representações legítimas dessa mesma estrutura.

Esse ingresso de amplos setores sociais nos processos políticos não seria, portanto, a libertação do indivíduo por meio da *participação política* ampliada, mas implicaria novas formas de relação de poder onde os agentes de difusão e legitimação dos discursos governamentais, partidários, sindicais ou de outros grupos de interesse tanto individualizariam como totalizariam os indivíduos em categorias operacionais, tal como sugere Michel Foucault:

Não creio que o Estado moderno deva considerar-se como uma entidade que se desenvolveu por cima dos indivíduos, ignorando o que são, inclusive a sua própria existência, e sim pelo contrário, uma estrutura muito sofisticada na qual se podem integrar os indivíduos com uma condição: que essa individualidade adquira uma nova forma e se veja submetida a um conjunto de mecanismos específicos.²⁰

Norman Fairclough²¹, quando desenvolve sua análise da difusão e da circulação dos discursos e de como isto favoreceria as mudanças sociais, critica esse *pessimismo* de Foucault em relação às possibilidades de ação dos atores sociais, os quais estariam *sujeitados* aos conceitos imbutidos nos discursos. Portanto, esta tese parte de alguns pressupostos básicos da Análise do Discurso – as ideologias delimitam os conceitos e estes influenciam a ação dos

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*- Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Loyola. 1996.

¹⁹ BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à análise do discurso*, 3 ed., Campinas: UNICAMP, p. 89, Denomina esse processo de *sujeição ideológica*, segundo o qual, " cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão que é senhor da sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social" .

²⁰ FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. In *Revista Mexicana de sociologia*. México, UNAM, Instituto de investigaciones sociales, ano 1, n. 3, 1988, p. 9.

²¹ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*, Brasília: UNB, 2001, p. 82-84.

indivíduos – mas acrescenta a ressalva que os processos históricos de mudança social não podem ser entendidos como a exata realização das possibilidades ditadas pelos discursos.

Partindo desta perspectiva, a análise do contexto que envolve os discursos que propunham formas de participação política alternativas ao centralismo praticado por Getúlio Vargas e Gabriel Terra procurará identificar as regularidades desse conceito (participação política) nos enunciados dos textos, de tal maneira que se consiga contextualizar historicamente o discurso oposicionista sobre a *participação política*, nas relações entre organizações que atuavam na definição do comportamento político dos grupos dissidentes ou opositores aos governos centrais do Brasil e Uruguai, na década de 1930.

Percebe-se, portanto, que as fontes da pesquisa foram estritamente documentais, na base de textos, o que levanta a necessidade de alguns comentários. Os jornais oposicionistas do Uruguai apresentam-se como fontes particularmente funcionais pelos seguintes motivos: a forte tradição jornalística da imprensa engajada, com cada facção política tendo o seu jornal de baixo custo; o alto nível de alfabetização da população uruguaia, sobretudo na capital onde se encontrava a maioria da população e onde ocorria forte participação política; a concentração dos jornais em um único arquivo (Biblioteca Nacional); os periódicos uruguaios eram, a um só tempo, os catalisadores da opinião pública, acelerando-a ou retardando os efeitos de sua pressão sobre as decisões políticas, bem como um instrumento de participação política tão fundamental quanto a presença das urnas.

No caso brasileiro, os grupos políticos oposicionistas estavam fracionados regionalmente, dificultando a consulta dos seus jornais, sem esquecer que havia alternância entre momentos de oposição e de adesão ao governo; além disso, os efeitos dos editoriais políticos dos partidos regionais, sobre as decisões do governo federal, eram pontuais e restritos aos momentos de grave crise institucional, a exemplo da pressão exercida pelo jornal *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, e seu posterior empastelamento em 1932, causando os pedidos de demissão dos gaúchos do governo federal ou a forte campanha do jornal *Estado de São Paulo*, dirigido por Júlio de Mesquita Filho, que liderou a publicidade da reconstitucionalização do país e mobilizou milhares de pessoas em manifestações como a de 25 de janeiro de 1932, na cidade de São Paulo.

As fontes alternativas para o levantamento do discurso oposicionista brasileiro foram os manifestos e discursos registrados, a troca de correspondência entre líderes políticos, suas memórias, os programas partidários, além dos 133 documentos compilados por Marli Vianna atinentes à Aliança Nacional Libertadora e as atividades do Partido Comunista do Brasil no ano de 1935, documentos estes integralmente transcritos do fundo Tribunal de Segurança Nacional-Arquivo Nacional. Este compêndio de documentos foi particularmente importante, pois os

processos reunidos no fundo Tribunal de Segurança Nacional (com algumas poucas ressalvas) estavam indisponíveis aos pesquisadores quando ocorreu a pesquisa desta tese.

A documentação diplomática dos dois países foi explorada para mostrar a interdependência política que havia entre os governos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas e suas políticas de apoio recíproco na repressão aos opositores. A documentação destacada até aqui foi articulada com a bibliografia consultada e conseguiu apontar o contorno dos conceitos centrais dos discursos oposicionistas brasileiros e uruguaios contra seus governos nacionais. Cabe destacar que a consulta aos documentos não pretendeu exaurir sub-temáticas desta tese, mas partiu da premissa que os discursos (revolucionário e partidário-eleitoral), tal como sugere Norman Fairclough.²², podem ser percebidos e analisados em coleção de textos que se caracterizam mais pelo viés qualitativo do conteúdo dos seus conceitos do que por sua quantidade estatisticamente organizada ou catalogada em “séries discursivas”.

Ainda em relação às fontes, o farto emprego de obras historiográficas e de obras de apoio teórico se justificam pelo interesse em refletir sobre as linhas mais abrangentes das correntes políticas em conflito e pela abordagem comparativa e contextualizadora desta tese, a qual, desde o primeiro momento, afastou-se das técnicas mais presentes em pesquisas associadas à micro-história e ao estudo de caso.

3. Os grupos políticos estudados

Comparar o discurso de setores oposicionistas aos regimes autoritários de Getúlio Vargas e Gabriel Terra importa em considerar mais que a divergência de sentidos atribuídos ao conceito *participação política*, implica colocar na perspectiva comparativa dois contextos históricos e sociais bastante diferentes, como já foi frisado até o momento. Contudo, devemos lembrar que no período entre 1930 e 1940, o espaço platino foi cenário de articulação, preparativos e intentos político-militares de grupos dissidentes ou opositores aos governos do Brasil e do Uruguai: foi nas capitais de Montevideu e Buenos Aires que se articulou a participação de lideranças do movimento tenentista para a revolução de 1930²³; entre 1932 e 1934, paulistas e gaúchos montaram comitês revolucionários nos países platinos para derrubar os governos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha²⁴; posteriormente, entre 1938 e 1940, foi a vez de Flores da Cunha e seus aliados conspirarem desde o Uruguai contra o governo brasileiro²⁵.

²² FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*, Brasília: UNB, 2001.

²³ SILVA, Hélio. *1931- Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.

²⁴ RANGEL, Carlos R. R. *Crime e castigo: conflitos políticos no RS (1928-1938)*, Passo Fundo:UPF, 2000.

²⁵ BELLINTANI, Adriana Lop. *A conspiração de Flores da Cunha nos bastidores do Estado Novo*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, PUC-RS, 2002.

Quanto aos grupos dissidentes ou oponentes uruguaios, em 1932 saravistas e herreristas prepararam uma grande revolução contra o governo de Gabriel Terra, contrabandeando armas e cavalos, graças à permeabilidade da fronteira com o Brasil.²⁶; após o golpe de Estado de março de 1933, o Rio Grande do Sul tornou-se o lugar dos conspiradores batllistas e nacionalistas independentes que fizeram estalar o intento revolucionário de janeiro de 1935, sob o comando do líder *blanco* Basilio Muñoz²⁷; mesmo entre 1936 e 1938, quando o Uruguai não presenciou outra revolta armada, a fronteira com o Brasil permaneceu constantemente vigiada, fosse em virtude do *perigo comunista*, fosse para avaliar os possíveis levantes armados contra as fraudes eleitorais²⁸.

Neste mesmo período, Uruguai e Brasil iniciaram um processo de aproximação política e econômica, a exemplo do acordo alfandegário de 1931, dos tratados bilaterais de 1933 e das visitas de Gabriel Terra ao Brasil em 1934 e de Getúlio Vargas ao Uruguai em 1935. Essa aproximação tinha interesses econômicos imediatos - conciliados por acordos alfandegários e medidas de repressão ao contrabando - e também expressava a convergência política quanto às práticas autoritárias e centralizadoras adotadas pelos dois governos que, mesmo ocorrendo em momentos e circunstâncias diferentes, não comprometeu a articulação diplomática e o apoio recíproco no controle e repressão aos grupos oposicionistas e dissidentes.²⁹

A formação dos conceitos ocorre de forma altamente limitada dentro de um determinado grupo social, onde se encerra a totalidade das práticas e valores que tornam possíveis identificá-los. Os grupos sociais a serem trabalhados na pesquisa são caracterizados pelos enunciados políticos de seus discursos, cuja intenção central é combater os agentes de poder instalados nos governos centrais de seus países. São eles:

- Oriundos do Brasil: inicialmente os frenteunistas gaúchos e paulistas e, posteriormente, os comunistas e os adeptos de Flores da Cunha (floristas).
- Oriundos do Uruguai: o *Partido Nacional Independente* e sua facção marxista *Agrupación Nacionalista Demócrata Social*; os colorados *Batllistas* e seu setor marxista *Grupo Avanzar*; as minorias oposicionistas representadas pelos *Blancos Radicais*, distensões herreristas e saravistas associadas ao Partido Nacional³⁰, os comunistas e socialistas³¹.

²⁶ IMAZ, Ricardo R. *Los Blancos* – de Oribe a La Calle. 5 ed. Montevideu: Ediciones Blancas. 1990.

²⁷ TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. *El regimen terrista* (1933-1938) – aspectos políticos, económicos y sociales. Montevideu: EBO, 1993.

²⁸ RANGEL, Carlos R. R. Yo soy... tu és: memória e identidade nacional. In: *História Oral* – Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 5, n. 5, 2002, p. 107-130.

²⁹ RANGEL, *op. Cit*, 2000.

³⁰ O Partido Nacional (blancos), na primeira metade da década de 1920, sofreu divisão interna entre herreristas e lussichistas, seguida da dissidência de Lorenzo Carnelli com o seu Partido Blanco Radical, o qual não teve grande expressão nas decisões dos nacionalistas. As divisões mais significativas ficaram por conta de rivalidades pessoais

Os frenteunistas gaúchos e paulistas centraram seus discursos em torno de propósitos regionalistas, sufocando pragmaticamente divergências históricas entre republicanos e oposição nos dois estados, bem como entre gaúchos e paulistas e, por esse mesmo caminho, romperam a aliança que os colocou ombro-a-ombro na revolta de 1932 contra Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Como hipótese, admite-se que foram duplamente sufocados pela estratégia de poder federal: as suas propostas liberais de participação política estiveram eclipsadas diante do apelo da relação direta governante-povo promovido por Getúlio Vargas e pelas propostas liberais e reformistas protagonizadas pela bancada parlamentar fiel a Flores da Cunha e ao governo federal – notoriamente na formulação da constituição de 1934; sufocados, igualmente, porque os grupos de interesse que conseguiram associar aos seus projetos de conquista do poder não se equivaliam em força e dimensão aos grupos de interesse - sobretudo parte da elite das forças armadas - articulados pelo governo federal.

Cumprido ressaltar que os frenteunistas gaúchos e paulistas foram a última resistência significativa de cunho regional e liberal, antes da dissidência de Flores da Cunha, que esteve engajada de forma sistemática e violenta contra a crescente ascendência do governo federal sobre os partidos regionalistas, de tal forma que a implantação do Estado Novo é o desfecho parcial desse enfrentamento de forças de caráter nacionalista e regionalista.

Esse choque entre o governo federal e o estadual estendeu seus efeitos sobre o Uruguai, não apenas porque para lá se deslocaram personagens centrais desse enfrentamento, como Flores da Cunha e Batista Lusardo, após o golpe de novembro de 1937, mas porque havia vínculos entre lideranças nacionalistas como Nepomuceno Saravia e Basilio Muñoz com o clã florista e essa ligação foi freqüentemente lembrada pelos dois governos nacionais como uma potencialidade de ação articulada entre as oposições dos dois países.

Quanto aos grupos oposicionistas marxistas, tanto no Brasil quanto no Uruguai, sofriam das mesmas limitações: baixa representatividade política e eleitoral; fortes divergências ideológicas internas; os setores mais combativos estavam subordinados a um internacionalismo comunista que não compreendia as realidades nacionais com a necessária agudeza e tinham enormes dificuldades para estabelecer alianças com forças partidárias tradicionais. Assemelhavam-se, ainda, nos conflitos pela definição da estratégia para o aperfeiçoamento das instituições frente ao Estado e qual teria de ser o nível de participação das demais classes além do proletariado na conquista do poder.

internas, durante as escolhas dos candidatos à Presidência e ao Conselho Nacional de Administração, originando facções não institucionalizadas como herreristas, nacionalistas independentes e saravitas.

³¹ Não será considerado o Partido Cívico, de feição católica, por sua pequena representatividade eleitoral e baixa capacidade de mobilização ideológica, como força oposicionista ao regime terrista.

No que se refere à estratégia aliancista, os partidos marxistas obtiveram resultados distintos em um e outro país: os socialistas uruguaios, sob o comando de Emílio Frugoni, obstruíram a formação da *Frente Popular*, proposta pelos comunistas, e sugeriram uma frustrada *Concertación Democrática* entre todas as forças de oposição, sem um resultado palpável; já os comunistas brasileiros conseguiram a aproximação com os setores sociais mobilizados pela Aliança Nacional Libertadora, com forte repercussão junto à opinião pública, mas fracassaram na tentativa de operacionalizá-la como suporte popular para a tomada do poder pela via revolucionária³².

Nos dois países, o papel preponderante dos socialistas e comunistas no conflito entre grupos de oposição e situação não foi o de mobilização social e maior participação política, mas de referência negativa nos argumentos e justificativas das medidas centralizadoras e autoritárias, bem como de aproximação entre os governos do Brasil e Uruguai, a exemplo do que ocorreu com o rompimento diplomático do Uruguai com a URSS em solidariedade ao Brasil³³, atingido pela intentona comunista, e o posterior agradecimento brasileiro em uma solenidade na praia do Russel, em 4 de janeiro de 1936.

Os grupos opositoristas uruguaios, diferente do que ocorreu com as facções partidárias brasileiras, contrárias ao governo central, não se desintegraram definitivamente em novos partidos e nem perderam totalmente sua estrutura original – mesmo quando associadas ao governo de Gabriel Terra – o que explica o retorno da vigência do sistema de partidos tradicionais no início da década de 1940. Os batllistas e nacionalistas independentes articularam seus discursos de oposição em torno da tradição política construída ao longo das décadas de 1910 e 1920, com base na democracia representativa fortemente vinculada aos comícios e filiações partidárias. Desta forma, o sujeito politicamente engajado se realizaria pela estrutura dos partidos e esta seria estabelecida por sucessivas eleições em instâncias locais (clubes e comitês locais), regionais (comissões departamentais) e nacionais (comissão e convenção nacional).

O discurso da participação política, nesses termos, partia do pressuposto que as pessoas se associariam ao partido, ou lema partidário, mediante as eleições das comissões locais e, desde esta instância, a participação popular na política ia se diluindo em estruturas burocráticas mais elitizadas. Portanto, as dissidências frente ao governo centralizador de Gabriel Terra tinham por fundamento primordial a ameaça a esse sistema representativo – e suas

³² É importante destacar que os preparativos e a execução do levante comunista de 1935 ocorreram sem o apoio integral da ANL, sendo mais uma iniciativa desarticulada de Carlos Prestes e seus aliados do que um propósito da Aliança, que era bastante heterogênea na sua constituição.

³³ Jornal *O Globo*, 31 de dezembro de 1935.

limitações evidentes – e não a luta por maior participação política popular nas decisões de governo.

4. O discurso e a política de massas

Encerrando esta introdução, cumpre aprofundar a discussão sobre a validade de articularmos os enunciados produzidos por indivíduos (como elementos constituintes dos discursos) com os efeitos políticos das mobilizações massivas, ou seja, em que medida os discursos podem interferir nos acontecimentos políticos. René Rémond³⁴ ajuda-nos ao destacar algumas questões centrais que conduzem para essa reflexão, tais como: o que leva o homem a agir nos seus engajamentos, nos seus comportamentos eleitorais, nas suas manifestações de crença e convicção política? Qual é o poder da política sobre os indivíduos? Que grau de autonomia tem o sujeito social frente aos programas partidários, as matrizes ideológicas e constrangimentos sociais?

Tais questões são ainda mais pertinentes quando colocadas no contexto das décadas entre 1910 e 1940, em países como Brasil e Uruguai, os quais experimentaram intensamente três fenômenos articulados que destacam o papel dos discursos diante do poder político: o surgimento da moderna política de massas; a difusão da mídia escrita, seguida da radiofonia e a crescente interferência do Estado como programador dos grandes setores da atividade social.

A política de massas implica maior participação dos atores sociais no debate e na definição das práticas democráticas tendo por centro o conceito de representatividade, que pode oscilar desde a identidade total entre representante e representado até uma duplicidade entre essas duas categorias, quando o representante, uma vez eleito, julga-se com autonomia para traduzir e adequar a vontade popular.³⁵ A difusão da mídia para amplos setores sociais ampliou a repercussão das decisões emanadas nos centros de poder e deu ao acontecimento político uma perspectiva renovada de mobilização popular, de tal forma que o *sujeito historicamente condicionado* ganhou maiores oportunidades de tornar-se *ator social*, como lembrou Alain Touraine.³⁶

Quanto ao papel do Estado, sobretudo na década de 1930, é importante recordar que não apenas as atividades econômicas foram programadas por políticas públicas setoriais, mas o esforço de construção e controle do sistema ideológico ganhou proporções até então desconhecidas. Tal interesse pela luta ideológica é compreensível, uma vez que são os sistemas

³⁴ RÉMOND, René. Por que a história política? *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

³⁵ GILES, Tomas Ransom. *Estado, poder e ideologia*. São Paulo: EPU, 1985.

³⁶ TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

de valores que fazem com que sejam tolerados ou repudiados as regras do direito e os decretos do poder, da mesma forma que são esses valores que delimitam os princípios que pretendem animar o devir do corpo social, assim como alimentar o sentido que uma sociedade atribui à sua história e às suas esperanças.³⁷

Pode-se afirmar que o Estado foi se apropriando do espaço conquistado pela sociedade civil burguesa até o nível de Estado Total, substituindo o direito de cada um pelo direito coletivo, em um ascendente que, em momentos de crise aguda como testemunharam os países da América Latina no início da década de 1930, acarretou a incorporação das relações entre indivíduos da sociedade civil à estrutura burocrática estatal, em um movimento que Norberto Bobbio denominou de *publicização do privado*.³⁸ Tal movimento foi concomitante com a crescente incorporação às normas do Direito Público do contrato celebrado entre os membros da sociedade civil, dando solução às questões da coletividade, na forma de acordos trabalhistas, incorporação de grupos de pressão, acordos para as coligações de governo e filiações partidárias, que, na sua forma mais sistemática, poderiam ser interpretadas como um movimento de *privatização do público*.

O Brasil e o Uruguai, na primeira metade do século XIX, tornaram-se palco de experiências políticas exemplares dessa dicotomia que oscilava entre o esforço estatal de incorporar os conflitos e as demandas sociais e a tentativa de superá-los pela organização política das organizações civis. Desde a pacificação ocorrida em 1904, José Batlle y Ordóñez promoveu uma intensa mobilização social com suas idéias polêmicas sobre as questões sociais, econômicas e institucionais do Uruguai. Seus *apuntes* redigidos no jornal *El Dia* davam ampla difusão – sobretudo devido aos baixos preços dos exemplares do jornal - às reformas propostas, gerando reações apaixonadas de opositores e defensores. Concomitante ao conteúdo explosivo dos debates, o contexto social uruguaio favorecia a formação de uma opinião pública ativa, devido aos baixos índices de analfabetismo, à proliferação dos jornais engajados, a uma acelerada urbanização da capital Montevideu e das capitais dos departamentos e a uma crescente mobilização operária ainda carente de representação política. Além disso, a presença de parte significativa da população uruguaia às urnas estava garantida com a Lei eleitoral que permitiu, por primeira vez, em 1916, eleições com o voto secreto e masculino - estendidos inclusive aos analfabetos³⁹.

³⁷ DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco alves, 1988, p. 131.

³⁸ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 24-26.

³⁹ Segundo a Lei eleitoral de 1905, as eleições eram à descoberta, cada candidato a deputado necessitava de 1/3 dos votos no seu departamento para eleger-se, os chefes políticos manipulavam e agiam livremente na escolha dos candidatos e de suas plataformas (defendia-se a *influência moral*) e a fraude era constante. Nas eleições de 1907, o

Velhos dogmas econômicos e políticos da sociedade uruguaia foram questionados e defendidos abertamente, a exemplo da política tributária sobre a herança como forma de distribuição da riqueza nacional, ou o apoio ao trabalho diário de oito horas, à aposentadoria por invalidez, ao direito à greve, à possibilidade de mulheres terem acesso ao ensino superior ou de poderem ter a iniciativa do divórcio – independente da vontade do marido – ou ao fim da instrução religiosa nas escolas.

As forças opositoras representadas pelos proprietários rurais - que eram contrários ao salário mínimo para os camponeses, aos impostos sobre as edificações rurais, à obrigação de diversificação de culturas, à legalização das terras públicas tomadas à revelia - mostraram seu poder de pressão nas eleições de 1916, impondo uma derrota aos reformistas partidários de Batlle, o que implicou o posterior *alto* do Presidente Viera (agosto de 1916), que amenizou e mesmo inviabilizou algumas das propostas mais radicais dos batllistas.

No Brasil, a moderna política de massas caracterizada pela ampliação da participação eleitoral e pelo uso maciço da propaganda política, com a conseqüente profissionalização dos quadros políticos, a definição de programas partidários e dos emblemas identificadores dos partidos, assim como os artifícios para manipular essa mesma participação dilatada da sociedade na tomada das decisões, só se fez sentir com intensidade no final da década de 1920.

Antes disso, os movimentos contestatórios em âmbito nacional, de maior vigor – o civilista liderado por Rui Barbosa e, posteriormente, o tenentista – estavam limitados a grupos específicos de pessoas que articulavam seus interesses corporativistas com reivindicações mais abrangentes, voltadas para a obtenção de apoio político de setores da oposição ao governo central e para uma certa mobilização popular em função de tópicos reformistas de caráter predominantemente constitucional e político-eleitoral. Ainda no campo da oposição, com intuito de mobilização massiva contra o governo, teríamos de destacar a revolta paulista de 1932 e o levante armado comunista de 1935, que serão avaliados detalhadamente na segunda parte dessa tese.

A regionalização do quadro político-partidário que existia no Brasil certamente dificultou uma articulação nacional da oposição aos partidos republicanos hegemônicos em um movimento com a mesma envergadura do ocorrido no Uruguai na década de 1910. E foi essa mesma regionalização que fez com que alguns estados da federação estivessem mais inseridos nas questões nacionais do que outros ou que tivessem partidos oposicionistas mais vigorosos e

Partido Nacional ameaçou uma nova revolução e pressionou por eleições mais democráticas e transparentes. Ainda assim, os colorados obtiveram esmagadora vitória. Nas eleições de legisladores de 1910, voltaram a ocorrer as fraudes e a manipulação eleitoral, com largo uso da estrutura do Estado. Os nacionalistas conformaram-se diante a evidência de que um novo conflito semelhante ao de 1903-1904 aprofundaria a crise econômica e não traria as vantagens políticas almejadas.

articulados a exemplo do Partido Democrático de São Paulo e do Partido Federalista (posteriormente denominado Libertador) no Rio Grande do Sul.

Foi com a campanha da Aliança Liberal nos anos 1929 e 1930 que o Brasil experimentou, pela primeira vez, um amplo debate político, em nível nacional, entre duas correntes que se esforçaram para se apresentar à opinião pública como tendo propostas irreconciliáveis⁴⁰. A ampla propaganda, a receptividade popular nos comícios, a articulação de diversos grupos políticos regionais em torno de uma mesma plataforma e o discurso oposicionista voltado para reivindicações de setores sociais subalternos deram um novo tom para a campanha eleitoral e serviu de base ideológica para o desfecho golpista de outubro de 1930 e a posterior revanche paulista de 1932.

Maria C. C. Campello de Souza⁴¹ faz uma importante ressalva em relação às análises do sistema partidário-eleitoral brasileiro que se detém ao período anterior a 1945, lembrando que trata-se de uma análise necessariamente mediatizada pela história das várias regiões, dificultando uma relação direta entre classes sociais de abrangência nacional e o sistema partidário. Dedicando-se ao estudo do período posterior a 1945, Mercedes M. L. Cánepa⁴² admite que nas três primeiras décadas do século XX, no Brasil, as circunstâncias iniciais de constituição do sistema partidário não favoreceram o processo de representação dos interesses ou das concepções de classes/grupos sociais em nível nacional mas que o período compreendido entre 1945 e 1964 testemunhou a tendência de consolidação do sistema de partidos por meio de sua atuação concreta no sentido de elaboração de demandas sociais e seu encaminhamento até a esfera governamental, afastando-se portando do modelo que propunha o sistema partidário-eleitoral como desvinculado de suas bases sociais, atrelado a coligações caóticas e atendendo a estratégias imediatistas.

Acrescentamos que o contraste comparativo dos discursos oposicionistas, uruguaios e brasileiros, ao longo da década de 1930, permite observar que esse processo de realinhamento político foi capaz de favorecer grupos minoritários, trouxe eleições livres e constantes para todos os níveis e ampliou a cidadania política (mulheres eleitoras) mas não implicou, necessariamente, a correspondência direta entre os partidos e necessidades/demandas de setores sociais específicos. De outra maneira, determinou: 1) a pequena circulação dos discursos

⁴⁰ Cabe a ressalva que, durante a Primeira República, em apenas três momentos (1909/1910, 1921/1922 e 1929/1930) houve real concorrência entre grupos políticos rivais no âmbito nacional, sobretudo em função da disputa pela Presidência da República. Contudo, nesses confrontos, a participação popular nos comícios restringiu-se aos setores médios urbanos, participação esta que acabou sendo superada por articulações no interior do Congresso Nacional que, verdadeiramente, decidiram o fim da disputa eleitoral.

⁴¹ SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, 2.ed., São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

⁴² CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos nível estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

revolucionários que propunham mudanças políticas radicais; 2) a *estandardização* dos discursos partidário-eleitorais, que apontaram para a erradicação das ideologias radicais, primazia para considerações táticas de curto prazo, estabelecimento de laços com diferentes grupos de interesse e participação política popular mediada pela propaganda massiva.

No próximo título desta tese avaliaremos o ciclo que abarcou a crise do modelo liberal de participação política partidário-eleitoral e seu retorno cerca de uma década depois, tendo em conta os aspectos apontados no parágrafo anterior bem como as particularidades históricas e sociais de cada contexto nacional. Como já foi destacado na introdução, o método proporcionará a comparação por contraste de diferentes correntes ideológicas e de diferentes contextos nacionais, visando compreender os limites e as possibilidades desta modalidade de inserção do indivíduo no campo de ação da política.

PARTE I

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIO-ELEITORAL

1. Os sistemas partidário-eleitoral brasileiro e uruguaio

Esse primeiro subtítulo pretende fazer uma sintética retrospectiva da formação dos partidos (republicanos) no Brasil e no Uruguai e a construção do aparato eleitoral, visando apresentar algumas informações básicas que caracterizaram os dois países. A compreensão da construção histórica dessas características, ainda que sintética, é fundamental para tratarmos da ação dos partidos liberais, como forças oposicionistas contrárias aos governos de Getúlio Vargas e Gabriel Terra.

Os partidos políticos e o sistema eleitoral são acontecimentos relativamente recentes como formas institucionalizadas de participação política. Foram parte das iniciativas governamentais de países europeus ameaçados pela crescente mobilização operária, no final do século XIX e início do século XX, forçando medidas de democratização formal, tais como regras eleitorais que favorecessem o aumento do número de eleitores e a adequação dos partidos para torná-los mais sensíveis à opinião pública.

Na Inglaterra, o eleitorado entre 1867 e 1883 aumentou quatro vezes, atingindo a cifra de 29%; na Bélgica, em 1894, o eleitorado havia saltado dos desprezíveis 3,9% para 37,3% da população adulta, enquanto que na Noruega o valor era de 34,8%; em 1908, na Suécia, chegou-se aos 34% e na Finlândia, em 1905, aos incríveis 76%, sem esquecer o avanço significativo que foi o sufrágio universal masculino em países como Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Argentina e Uruguai e do grande salto na democracia representativa que foi o voto feminino na Nova Zelândia, Austrália do Sul, Finlândia e Noruega, entre os anos 1905 e 1916.⁴³

Contudo, eram avanços limitados que não despertavam o entusiasmo dos governos espremidos entre compromissos que julgavam superiores - por remeterem para assuntos *técnicos* do Estado - e uma crescente mobilização e organização popular, o que tornou urgente a criação de mecanismos formais para a manipulação e controle dessa participação política ampliada, tais como limitar o papel político das assembleias eleitas; excluir analfabetos e mulheres dos pleitos; criar câmaras secundárias e com maior peso político, por vezes até mesmo hereditárias - como na Inglaterra; substituir o critério de renda pelo da escolaridade; estabelecer distritos eleitorais com maior representatividade por terem eleitores favoráveis ao governo; adotar o voto a

⁴³ HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios (1875-1914)*, 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 127-128.

descoberto; manipular a definição da idade mínima para votar; aprofundar as práticas clientelistas e realizar a sabotagem nos alistamentos e comícios eleitorais.⁴⁴

A formação dos partidos republicanos no Brasil trouxe mais relevo ao conceito de participação política, não porque a República tenha despertado uma mobilização popular, mas porque acirrou o debate público e o choque de diferentes posicionamentos práticos e doutrinários que tinham o propósito de destacar o caráter mais democrático do novo regime de governo em relação ao decaído. O choque entre civilistas e militares positivistas, a formação de grupos combativos como os *jacobinos* adeptos de Floriano Peixoto, o conflito violento entre correntes políticas rivais e a ampla divulgação pela imprensa das polêmicas surgidas a cada nova crise de governabilidade, foram formando uma hegemonia ideológica liberal que tinha o sentido de legitimar as instituições, representações e práticas sociais acerca do sistema político partidário-eleitoral republicano, sem que isso implicasse a maior ação e controle da sociedade civil sobre o Estado.

Como lembra Max Weber⁴⁵, essa relativa autonomia do campo político em relação à sociedade civil é característica essencial da participação política partidário-eleitoral. Segundo Weber, trata-se de um sistema de representação que tem o propósito de dar poder aos dirigentes partidários e seus *estados maiores*, por meio de um quadro de militantes que atuam no recrutamento formalmente livre de eleitores visando conquistar postos nas esferas administrativas e parlamentares do governo. Portanto, o comprometimento ético com o interesse público, a rigor, é só mais um componente na equação de interesses do sistema partidário-eleitoral, que envolve os *mecenas* dos partidos, seus quadros burocráticos permanentes, as necessidades imediatas impostas pela conjuntura e as implicações práticas de se estar na situação ou na oposição.

O texto do *Manifesto Republicano aos Nossos Concidadãos* (1870)⁴⁶ procura marcar os ideais democráticos dos republicanos, que não deixam dúvida da intertextualidade com o liberalismo romântico de Rousseau, ao defender a liberdade de expressão e mesmo de conspiração diante de regimes de “compressão e violência”. Na exposição de motivos, a falência do sistema partidário é colocada como ponto central da decadência do regime monárquico: “já não são mais os partidos regulares que pleiteiam, no terreno constitucional, as suas idéias e seus sistemas. São todos os partidos que se sentem anulados, reduzidos à impotência”. A origem

⁴⁴ *Idem*, p. 129.

⁴⁵ WEBER, Max. Tipos y estructuras de partidos. In LENK y NEUMANN, *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*. Anagrama:Barcelona, 1980, p. 299-314.

⁴⁶ *Apud* CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas*. 2 ed. Brasília: UNB, 1985, p. 237-254.

dessa derrocada do sistema partidário estaria no “privilégio, em todas as suas relações com a sociedade”, acarretando a “decadência moral, a desorganização administrativa e as perturbações econômicas”.

Insistindo no discurso moralizante, o manifesto republicano de 1870 foi enfático na defesa dos princípios de um *bom* governo, quando denunciou as mazelas imperiais: “um governo inviolável, sagrado e irresponsável, que substitui a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro pela infalibilidade do arbítrio pessoal”. Em contrapartida, tal vontade e racionalidade coletivas seriam encontradas no sistema de representação nacional, eleições livres, desmilitarização da sociedade, cerceamento da ação policial, ampla autonomia provincial em respeito ao pacto federativo e extinção do poder moderador. Na argumentação dialógica, está a definição do desejado: um regime de governo alicerçado no sistema representativo eleitoral - livre da coerção militar ou da interferência do governo; fragmentação política e administrativa provincial – idéia materializada, mais tarde, nos partidos republicanos regionais⁴⁷ e o liberalismo político no lugar do centralismo e dirigismo governamental.⁴⁸

Bem sabemos que entre a carta de princípios de 1870 e as práticas políticas dos partidos republicanos ao longo da Primeira República (1889-1930) existiu um abismo, sobretudo quando lembramos que o Manifesto do Congresso Republicano Federal (1887), ao final da Monarquia, propunha a efetividade dos direitos sociais como a liberdade de expressão, consciência, culto, ensino, reunião e associação, assim como uma justiça autônoma para todos os delitos, o fim dos privilégios pessoais e “a intervenção do povo em todos os negócios públicos”.⁴⁹

Na idealização do *bom governo* encontramos os princípios do liberalismo romântico⁵⁰, que esteve fortemente representado entre os *republicanos radicais*. Segundo essa tendência de pensamento, a *vontade* e a *liberdade* ganham uma nova perspectiva – diferente da tradição do pensamento ilustrado e do idealismo kantiano – traduzindo-se na busca da

⁴⁷ WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: EDUSC, 1999, p.29-32 destaca o quanto o republicanismo esteve ameaçado pela fragmentação política regional, pelos conflitos entre civilistas e militaristas, assim como pela ameaça do parlamentarismo que era uma aspiração natural dos monarquistas. Foi em função dessa fragilidade que Francisco Glycério e Aristides Lobo lutaram pela criação de um partido republicano de abrangência nacional que pudesse articular interesses e estratégias de governabilidade.

⁴⁸ Os liberais que se destacaram no movimento republicano ou na formulação da Constituição de 1891, como Tobias Barreto (1839-1889), Joaquim Nabuco (1849-1910), Rui Barbosa (1849-1923), Sylvio Romero (1851-1914) e Clovis Beviláqua (1859-1944), tinham proposições que centravam-se em: 1) defesa do federalismo, 2) abolicionismo imediato, 3) visão reformista e não revolucionária do progresso, 4) defesa do Estado laico, 5) defesa da democracia sufragista, 6) restrição da atuação estatal na economia, 7) educação básica como fator de reforma social e 8) preocupação com os desamparados. Ver mais em MACEDO, Ubiratan Borges de. *O liberalismo moderno*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1997, p. 59-61.

⁴⁹ *Apud* CHACON, Vamireh, *op. cit.*, p. 260.

⁵⁰ Adotamos a terminologia de BARROS, Roque Spencer M. *Introdução à filosofia liberal*, São Paulo: USP, 1971, p. 83-95, para designar o pensamento liberal de filósofos como Herder, Fichte, Burke e Humboldt.

conciliação do indivíduo com o todo. Tal busca passa pela tentativa de conservar íntegros os contrários, de absorver o infinito no finito e de manobrar a constante tensão entre o singular e a totalidade. Entre os primeiros republicanos, o *Eu* criava o mundo para negá-lo e contestá-lo, manifestando uma liberdade radical que se perdia, a seguir, no corpo da humanidade (segundo o pensamento de Humboldt) ou na transcendência do divino (para Fichte).

Entre as grandes contradições que esse liberalismo pretendia resolver podemos destacar algumas dicotomias: dar termo aos assuntos técnicos do governo, conduzidos por uma minoria, mas sem caracterizar qualquer privilégio para a elite tecnocrata; permitir a atuação dos representantes do povo, que encarnariam tanto sua vontade individual quanto a vontade coletiva; e governar os indivíduos sem comprometer a liberdade e a vontade de cada cidadão. Na busca de caminhos para amenizar estas dicotomias, adotava-se um discurso no qual a defesa da *liberdade* implicava, de fato, o desamor pelas *liberdades* (expressão, locomoção, religião, etc.) tão caras ao Iluminismo, pois se procurava a plena inserção do indivíduo no Estado, onde cada homem, para poder “integrar a sua comunidade nacional”, teria de estar disposto a abdicar de si em favor de uma totalidade abstrata. Partia-se da filosofia da liberdade, mas chegava-se na religião da totalidade; tomava-se como ponto de partida o voluntarismo pessoal, mas o resultado era sempre a imersão em uma totalidade impessoal.⁵¹

Esse limitado entendimento de participação política conduziu para fórmulas centralizadoras, elitistas e excludentes de governo e tornou mais compreensível a facilidade com que os republicanos *radicais* foram anulados pelos *moderados*, associados aos setores burocráticos remanescentes da ordem monárquica. Nesse contexto de desapego às idéias e predomínio do conchavo pragmático, pode-se dizer que somente o Rio Grande do Sul avançou em profundidade no republicanismo doutrinário, não sob a ótica do liberalismo romântico, mas adotando a perspectiva do cientificismo. Sob a liderança de Julio de Castilhos - que tinha forte influência do pensamento de Auguste Comte, mas o adaptou pragmaticamente à realidade do seu estado - o republicanismo sul-rio-grandense propôs a liberdade religiosa e de ensino, bem como a incorporação do proletariado à sociedade pelas mãos do Estado, este conduzido por homens tecnicamente capazes e desimpedidos de compromissos com facções econômicas⁵².

⁵¹ BAUMAN, Zygmunt, *Em busca da política*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000, p. 169-174, destaca a contradição existente entre liberalismo e republicanismo. Na primeira dimensão há o aglomerado de “indivíduos livres mas solitários, livres para agir mas não tendo voz ativa no cenário em que atuam, nem a mais vaga idéia do propósito a cujo serviço pode ser colocada a sua liberdade e, sobretudo, nenhum interesse para que os outros também sejam livres para agir”. No republicanismo, o fundamental é a constante busca do bem comum e a autocrítica, de tal maneira que a liberdade só é viável enquanto meio de aperfeiçoamento da ação política e alcance do bem da coletividade de cidadãos.

⁵² BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In DACANAL, José Hildebrando. (Org.) *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980. p. 34-59.

Em sentido mais pragmático que doutrinário, Campos Sales (1898-1902) deixou claro o que os republicanos realmente entendiam por participação política: aprofundar o imobilismo político por meio da defesa dos princípios constitucionais e fortalecer o autoritarismo central, por meio da radicalização do sistema presidencialista, até ultrapassar as prerrogativas de poder pessoal, típicas da monarquia decaída.

Paulo Bonavides⁵³ já destacou essa tendência autoritária do presidencialismo ao lembrar que o presidente da República freqüentemente abusa da sua independência política, recrudescendo sua interferência junto aos poderes legislativo e judiciário e favorecendo a instabilidade política por meio de golpes de estado e ditaduras civis ou militares. Pode-se prosseguir nesse raciocínio considerando que essa imperfeição congênita do presidencialismo favoreceu a fragilidade das instituições partidárias que tinham de representar os interesses mais gerais da nação e realizar, por meio de regras de participação política, os projetos oriundos das expectativas sociais.

Três líderes republicanos ainda tentaram criar uma *política de partido* na Primeira República: Francisco Glicério com o Partido Republicano Federal (1895-1900)⁵⁴; Rui Barbosa com o Partido Republicano Liberal (1909-1910)⁵⁵ e Pinheiro Machado à frente do Partido Republicano Conservador (1911-1915)⁵⁶. O nome dos partidos associados aos nomes das lideranças é mais que uma coincidência, é resultado do personalismo fragmentado de homens do parlamento contra o personalismo concentrado dos presidentes da república. Como resultado final desse enfreitamento, sabe-se que os últimos preponderaram sobre os escombros de um sistema partidário regionalizado e disperso no parlamento obediente, mediante o artifício da política dos governadores (oligarquias estaduais convergentes com o governo federal), das comissões de verificação (esquema fraudulento de confirmação dos mandatos dos congressistas eleitos) e das intervenções federais nos estados menores e mais pobres da federação (forma de afastar dissidências regionais e confirmar governadores obedientes ao poder).

Francisco Glicério chocou-se com o Presidente Prudente de Moraes, a quem tentou amarrar pela disciplina partidária, fracassando totalmente; Pinheiro Machado, pensando manipular o sócio de poder, Presidente Hermes da Fonseca, por meio das articulações no parlamento, viu-se cercado e derrotado pelo Partido Republicano Mineiro; Rui Barbosa criou

⁵³ BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 165-166.

⁵⁴ O fim do partido ocorre objetivamente com as eleições de 1900, para a Câmara de Deputados e um terço do Senado, quando são derrotados os aliados de Francisco Glicério.

⁵⁵ Partido que teve expressão somente na campanha civilista destes dois anos e apagou-se na sombra do militarismo interventor de Hermes da Fonseca (1910-1914).

⁵⁶ O fim do Partido coincide com a morte de Pinheiro Machado, em setembro de 1915. Mas, antes disso, já dava mostras de sua exaustão, diante da ascendência de Minas Gerais nas duas câmaras e do progressivo abandono dos paulistas.

um partido onde ele era a doutrina, o chefe e o candidato central contra as mazelas republicanas, mas seu discurso erudito e impermeável à massa popular, a fragilidade representativa do seu partido e seu purismo liberal o condenaram a um percurso eleitoral fracassado, que foi desde o constitucionalismo até à democracia cristã, em seus últimos anos de ativismo político.

No Brasil republicano, o sistema de partidos surgiu da emergência tática de substituir a monarquia no curto prazo, levando a uma postura pragmática dos políticos que deslocaram o programa doutrinário para o terreno das palavras, que tinham mais o propósito de marcar o campo de luta daqueles que ainda estavam ao lado da monarquia decaída e daqueles que se deslocavam para o novo regime. Logo cada partido republicano regional se tornou partido oficial, o que implicou manter posições de poder adquiridas e associá-las à ação do governo federal, segundo a conjuntura vigente.

Tal sistema mostrou estar centrado na cúpula dos partidos, que tratava de criar um regime burocrático e disciplinado capaz de garantir a eficácia da ação política, ou seja, capacidade de mobilizar o máximo de recursos humanos e materiais a fim de conquistar as funções de governo e conservá-las o maior tempo possível⁵⁷. Esse aparato burocrático e disciplinado ainda não estava consolidado nos primeiros anos da República e, por essa razão, as atividades partidárias giravam em torno dos dirigentes e seus recursos – influência, prestígio ou fortuna – o que tinha por efeito imediato a manutenção da homogeneidade da elite dirigente do país, por meio de relações clientelistas com os círculos subalternos e exteriores ao campo partidário.

Esses partidos *históricos* do republicanismo tiveram a sua eficácia gravemente diminuída diante da maior mobilização popular nos grandes centros urbanos e diante da proposta centralizadora e nacionalista difundida em nível federal, na década de 1930. A demanda por participação política de setores médios urbanos, o fortalecimento da opinião pública e a pressão de setores extrapartidários chocaram-se com o elitismo político e, ainda que mantido o controle partidário por parte de líderes tradicionais, os partidos políticos brasileiros, a partir da década de 1930, tiveram maior dificuldade de adotar as decisões unilaterais dos chefes indiscutíveis.

Antes disso, não foram poucos os que criticaram essa distorção da política eleitoral e partidária brasileira, entre os quais poderíamos destacar João Pinheiro (governador de Minas Gerais e opositor da presença hegemônica dos paulistas em âmbito federal) e, depois dele, Assis Brasil em sua defesa do presidencialismo em bases mais democráticas que as praticadas no Brasil. Em seu discurso de 19 de agosto de 1929, na Câmara de Deputados, Assis Brasil retomou sua crítica ao modelo partidário-eleitoral, destacando a fraude republicana na escolha

⁵⁷ Conceito de eficácia política discutido por SEILER, Daniel-Louis. *De la comparaison des partis politiques*, Paris: Economica, 1986, p. 168.

do Presidente – indicado pelo antecessor mediante a obediência dos estados federados – conclamando por eleições onde *representantes do povo* pudessem interferir de forma legítima e representativa no processo de escolha dos governantes. Entretanto, em relação à presidência da República, o tribuno articulador das oposições paulista e gaúcha (1928-1929), lembrou a sua desconfiança com o voto direto para o maior cargo republicano, dizendo que nunca fora partidário do voto universal e direto para essa função, por ser “método perigoso” e facilmente “degenerável em mistificação da soberania nacional”. Logo a seguir, enfatizou a farsa eleitoral promovida pelas regras vigente em 1929:

Quando dizemos que o povo inteiro há de eleger o Presidente da República, estamos diante da nossa própria consciência a nos desmentir. Sabemos que não é o povo, mas o outro extremo, é um indivíduo ou uma maloca de indivíduos, é um conluio de políticos ou de oligarcas, que se substituem à soberania da nação⁵⁸.

Está implícito nesse discurso a proposta de localização dos sujeitos sociais enquanto atores políticos participativos. Próximo da definição de “doutrina clássica da democracia” proposta e discutida criticamente por Schumpeter⁵⁹, os liberais brasileiros – entre eles Assis Brasil – sustentavam a participação política com base na iniciativa voluntária de cada cidadão ou na vontade do povo entendida como síntese das vontades individuais espontâneas. Schumpeter dirigiu sua crítica contra os enunciadores dos princípios da democracia liberal tendo em conta o descolamento entre os interesses da vida cotidiana dos cidadãos e a ação política, frisando-se que este politólogo não se limitou a colocar em relevo a óbvia tendência da retórica política de persuadir pelo ocultamento dos propósitos “verdadeiros”, mas questionou os limites dessa modalidade de participação política, destacando que – para existir verdadeiramente – tal democracia teria de ser mantida por cidadãos que dispusessem da mesma racionalidade e de informações coincidentes, imunizados contra qualquer pressão econômica ou ideológica e suficientemente livres para selecionar propostas e candidatos naquele momento mágico e instantâneo do voto.

⁵⁸ ASSIS-BRASIL, J. F. *Atitude do partido Democrático Nacional na crise da renovação presidencial (1930-1934)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, [19__]. Igualmente importante é destacar que Assis Brasil era contrário ao voto do analfabeto e da mulher e fazia a distinção do direito ao voto (direito natural de participação política) e o exercício do voto que deveria ser antecedido de uma preparação e conjuntura social adequada.

⁵⁹ SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961. Segundo esse autor, a democracia não é uma teoria dedicada a conciliar meios e fins previamente definidos, mas um método político que trata do arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo. Para esse autor, uma teoria “clássica” de democracia pressupõe cidadãos sempre conscientes, atentos e interessados por decisões políticas, capazes de avaliar racionalmente cada tomada de decisão de âmbito coletivo, imunes à manipulação de lideranças carismáticas e potencialmente autônomos em relação ao próprio sistema político. Na teoria de Schumpeter, não se enfatiza a participação política dos cidadãos para além daquele momento da escolha de um representante, que estaria à disposição em um *mercado eleitoral*, mantendo em bom funcionamento o sistema eleitoral e as instituições que dele obtém a legitimidade e a representatividade.

Mas as ostensivas críticas ao presidencialismo eram ecos de um período mais remoto que os anos de 1929 e 1930. Estavam na voz do líder tenentista Juarez Távora que denunciava a elite republicana como “adesistas interesseiros (...) grei restrita de filhos e contra-parentes dos felizes magnatas que a troca de audácias, embustes e subserviências, lograram monopolizar a direção suprema do país”⁶⁰ e esteve no centro dos debates que levaram à reforma constitucional de 1926, a qual tentou conciliar o presidencialismo centralizador com um novo pacto federativo dando aos juízes estaduais as mesmas garantias dos federais⁶¹, regulando as condições da intervenção federal nos estados⁶², incluindo a autonomia municipal e restringindo as condições de concessão de *habeas-corpus* somente para casos de direito de locomoção.⁶³

A reforma realizada durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926) apontava para um regime cada vez mais presidencialista e menos federativo, com o mesmo discurso liberal de fins do século XIX, mas posto em execução por instrumentos centralizadores e autoritários. Não era muito diferente a proposta dos protagonistas de 1922 e 1924, centrada em militares reformadores ciosos na tarefa de conduzir o povo ignorante nos assuntos de Estado⁶⁴ ou por civis – como Rui Barbosa – crentes na superioridade republicana do Supremo Tribunal nos dissídios políticos, a exemplo do que ocorria na sempre lembrada República norte-americana.⁶⁵

Os governos de Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930) foram as derradeiras tentativas de conciliar o liberalismo político, de teor individualista, da Primeira República, com a necessidade de *restabelecer a ordem* constantemente ameaçada por movimentos contestadores na década de 1920. Nessa direção foram editadas a Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1921 tendo por alvo os anarquistas, a Lei de Imprensa de 1923 e a férrea ofensiva *bernadista* contra o movimento operário brasileiro.

Entre o constrangimento político das organizações civis emergentes e o golpismo militar frustrado dos tenentes comprimiam-se os partidos políticos da Primeira República.

⁶⁰ TÁVORA, Juarez. *A guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1928, p. 144-145, v. 3.

⁶¹ A reforma enfatizou a competência do Supremo Tribunal Federal, que passou a uniformizar a jurisprudência dos Estados em relação às leis federais, ficando proibida a concessão de *Habeas-Corpus* em matéria política (por exemplo, reconhecimento e posse de eleitos) ou nos casos de vigência de estado de sítio.

⁶² Quanto à intervenção, buscou-se uma maior centralização apontando-se como motivo relevante a integridade nacional e o respeito aos princípios constitucionais, além da necessidade de reorganização das finanças do Estado. Além disso, ficaram estabelecidas competências para tomar a iniciativa quanto à intervenção a qualquer dos poderes constituídos.

⁶³ Ver mais detalhes em NETO, Conrobert P. L. C. *A reforma constitucional de 1926 e a crise da Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

⁶⁴ Tendência que se torna explícita na correspondência de Juarez Távora para Carlos de Lima Cavalcanti, em 10-11-1932, In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas. 1996. v. 4. p. 400-402.

⁶⁵ BARBOSA, Rui. *Ditadura e República*. Rio de Janeiro: Guanabara, [s.d.], p. 189.

Desprestigiados por uma história de fraudes eleitorais grotescas e engessados nas iniciativas pelos *oligarcas corcomidos* (expressão que facilmente plasmou-se na lembrança popular) os partidos – no cotidiano de cada comunidade municipal - nada mais eram do que a expressão da vontade do coronel, conjugada na benevolência do governo estadual que, por sua vez, dependia das políticas econômicas e fiscais de nível federal... Nesse esquema de articulação, marcharam – nem sempre de passo certo – a bota empoeirada do coronel e o sapato coberto de polaina dos chefes das capitais, reduzindo o partido político à caricatura dos comitês e diretórios reunidos aos sábados à tarde, para discutir política, como era costume se fazer...

O sistema político presidencialista e seus efeitos negativos sobre o caráter democrático não foi uma preocupação exclusiva dos políticos brasileiros opositores, na campanha eleitoral de 1929-1930. Antes deles, um político uruguaio colocou em xeque a figura do Presidente da República e propôs um sistema alternativo que, de longe, ultrapassou todas as propostas conciliadoras e mediadoras dos brasileiros. Falamos de José Batlle y Ordóñez e seu sistema colegiado de governo.

Antes dele, Federico Acosta y Lara, na obra *Los Partidos Políticos* (1884), criticava a ausência de programas partidários entre as facções políticas uruguaias que só desejavam alcançar o governo e defendia a necessidade dos cidadãos participarem dos debates por meio dos partidos políticos, mas não se filiava à corrente que vinculava imperativamente a ação do deputado representante aos seus eleitores, afirmando que tanto os legisladores quanto o presidente da República – eleito pelo Congresso - não deveriam privilegiar nenhuma classe ou partido em especial, mas mediar os debates de maneira justa e honesta, em benefício e todos.

Tanto o discurso de Assis Brasil quanto o de Federico A. Lara mantém uma relação de interdiscursividade com a clássica correspondência de Burke⁶⁶ aos seus *constituency* de Bristol (1784) em que fala da independência intelectual do deputado em relação aos seus eleitores, pois já não representaria os interesses locais ou as filiações pessoais, mas os interesses mais gerais do país com base no discernimento racional. Idéia bastante difundida nos séculos XVIII e XIX, a autonomia dos representantes assenta-se no idealismo platônico dos conceitos, bem como nos imperativos morais categóricos de Kant, no que se refere à separação imposta entre o mundo material, mesquinho, particularista e segmentário da vida cotidiana e o plano ideal da conduta política e ações de governo⁶⁷.

⁶⁶ BURKE, E. *Speech to the electors of Bristol*, Londres: 1899.

⁶⁷ Não é propósito desta tese fixar-se no esforço de encontrar “origens”, por meio de constantes retrospectivas, mas cabe aqui um breve comentário sobre a importante presença de políticos liberais idealistas na elite uruguaia na década de 1870, como elemento constituinte do sistema de partidos. Inspirados na tradição e pensamento franceses, líderes como José Pedro Ramírez, Carlos Maria Ramírez e Miguel Herrera y Obes criaram o *Club Radical* (1872), com um programa que defendia a formação de *partidos de princípios* (por essa razão passaram a ser conhecidos como principistas) rechaçando a fórmula política “governar para o meu partido e com o meu partido”. Desejando

Da mesma maneira, José Batlle defendia um sistema de governo superior aos interesses sectários, com base na racionalidade administrativa, mas concebia esse sistema como um *governo de partido*. De fato, pode-se dizer que o centro das propostas políticas batllistas está no combate à tendência desestabilizadora do presidencialismo e a subordinação dos políticos ao Partido. O potencial inovador desse pensamento reside no fato de colidir com a propensão dos regimes políticos dos jovens estados nacionais latino-americanos em concentrar o poder nas mãos de um governante sustentado por setores oligárquicos – freqüentemente ligados à estrutura fundiária ou às atividades extrativas associadas ao mercado internacional de produtos primários – assim como deslocar para os partidos políticos uma centralidade e uma autonomia incomuns nos sistemas políticos de países com pouco tempo de independência.

O aspecto inovador do discurso de Batlle partia, em boa medida, da sua capacidade imaginativa e da sua liderança, mas tinha como pressuposto histórico as identidades partidárias uruguaias. Mais que dois partidos tradicionais, o Uruguai criou dois emblemas que se tornaram identidades políticas: de um lado os colorados; do outro, os blancos ou nacionais.

Não é nosso propósito uma demorada análise do contexto histórico uruguaio na virada do século XIX para o XX, mas é essencial perceber que neste interregno (1898-1904)⁶⁸ ocorreu uma importante inflexão institucional dos lemas partidários uruguaios, com base nas alterações sociais e econômicas que se desenvolveram até a ascensão de José Batlle y Ordóñez à Presidência da República em 1º de março de 1903 e as conseqüentes alterações políticas que definiram os campos de luta do coloradismo battlista e seus opositores.

Essas alterações institucionais podem ser apontadas a partir do governo de Juan Lindolfo Cuestas (1897-1903), quando ocorreu uma ampla mobilização da opinião pública

uma comunidade política distante das guerras civis e unida em torno da liberdade, reproduziram o discurso do liberalismo político francês (sobretudo naqueles anos de 1870, com o retorno da República na França) com forte mimetismo: liberdade de expressão, imprensa, religião, reunião, associação e de sufrágio; segurança individual, fim da pena de morte para crimes políticos, responsabilidade dos funcionários públicos pelas violações dos direitos individuais; reforma jurídica, com a inclusão do *habeas corpus*, Suprema Corte, corpo de jurados, juízes departamentais e nova constituição; na administração desejavam a organização dos municípios, da guarda nacional escolhida pelo voto popular e pesado investimento no sistema de ensino público (influência de José Pedro Varela). Demonstrando grande apego às idéias, pouco propuseram em relação à realidade econômica e social do seu país, tendo como principal foco de discussão o autoritarismo imane do Estado sobre os indivíduos. Estes liberais fomentaram dissidências internas entre colorados e blancos, favorecendo a difusão de princípios democráticos e, ainda que tenham sido desprestigiados por uma década de governos sustentados pela espada, os “principistas” ao lado dos constitucionalistas (grupo formado em 1875) forçaram os dois lemas partidários tradicionais a conciliarem programas de modernização econômica e de infra-estrutura com as proposições políticas que defendiam, dando maior sofisticação ao sistema de partidos uruguaio. Ver mais em: CAETANO, Gerardo; RILLA, Jose. Los partidos uruguayos y su historia (I) – el siglo XIX. In *Cuadernos de ciencia política*, Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1990.

⁶⁸ Segundo Washington Reyes Abadie e Andrés Vásquez Romero, *Crónica General del Uruguay*. Montevideo: EBOU, 2000, V. 6, p. 153, “En efecto, el lapso comprendido entre el ‘golpe de estado’ de Cuestas y la paz de Aceguá – o sea, entre 10 febrero de 1898 y el 24 setiembre de 1904 – reviste especial interés porque en él culminó – en buena medida – el proceso que determinó cambios fundamentales tanto en la economía y en la sociedad cuanto en la mentalidad de los sectores urbanos y en la composición de las colectividades políticas.”

(50.000 pessoas reuniram-se em Montevidéo para apoiar a candidatura de Cuestas, em 28 de novembro de 1897) e de forças militares (chefes da guarda nacional e da policia da capital e do interior reuniram-se em fins de janeiro de 1898 para dar apoio militar a Cuestas), bem como as principais entidades econômicas que, temendo o retorno da guerra civil, preferiram um governo mediador e reconhecidamente competente na administração pública. A oposição a ser derrotada era a maioria legislativa conduzida por Julio Herrera y Obes, sabidamente corrupta, eleita em 29 de novembro de 1896, durante o Estado de Sítio⁶⁹. O impasse terminou com o fechamento do Congresso e a sua substituição por um Conselho de Estado, com poderes legislativos, composto proporcionalmente entre as representações políticas que apoiaram Cuestas: 58 colorados, 24 blancos e 6 constitucionalistas (fração que logo desapareceu).

Na base desse arranjo de cadeiras no Conselho de Estado estava o acordo de paz de 1897, celebrado com os blancos (nacionais) conduzidos pelo caudilho Aparício Saravia, que desde sua propriedade de Santa Clara de Olimar – ao Norte do Uruguai – mantinha o controle político de alguns departamentos como Cerro Largo, Treinta y três, Flores, San José, Rivera, Maldonado, Florida, Rio Negro e Rocha, forçando pela pressão militar a conquista de velhas reivindicações de seus correligionários: participação política da minoria blanca no Congresso, com cadeiras proporcionais; presença blanca em cargos da administração nacional e local, bem como no comando militar do Exército; legislação de registro cívico e eleitoral que coibissem a fraude⁷⁰.

Se os dois primeiros pleitos tornaram-se realidade durante o governo de Cuestas, o mesmo não se pode dizer da efetivação dos comícios e das eleições com forte presença popular... Tão logo a oposição a Cuestas foi silenciada com medidas de força, colorados e blancos puseram-se a tramar acordos que tornavam nulos os registros cívicos feitos até então e suspendiam as eleições por tempo indeterminado. A razão deste retrocesso estava no receio generalizado do retorno da guerra civil. Se os nacionais fossem amplamente vitoriosos nas urnas, conquistando maioria em uma das casas legislativas, certamente despertariam a insubmissão dos colorados – instalados no poder desde 1865 – que mobilizariam suas forças militares e policiais para impedir a concretização do pleito eleitoral. Aos nacionais pareceu mais conveniente manter

⁶⁹ O Próprio ex-presidente Herrera y Obes, anos depois, reconheceu que as eleições ocorridas em seu governo foram fraudulentas. Dos 12 mil registros de eleitores de Montevidéo, 8 mil eram fraudulentos e foram manipulados pelos juízes eleitorais subservientes ao governo. ABADIE; ROMERO, *op. cit.* p. 222.

⁷⁰ A Lei de Registro Cívico data de 29 de abril de 1898 e qualificava os cidadãos para o voto com rigorosas provas de autenticidade – registros, testemunhos, constatação de residência e supervisão das entidades partidárias. A Lei de Eleições é de 24 de outubro de 1898 e regulava a constituição e funcionamento das mesas receptoras, sua fiscalização, dividia os registros cívicos em distritos eleitorais e estabelecia a regras de proporcionalidade para cargos de nível nacional e local.

suas substanciais conquistas de 1897, do que arriscar um jogo sem ter a certeza dos resultados finais.

Contudo, nas eleições para os Representantes de 1901, os lemas partidários mostraram claramente o limite dos acordos eleitorais sem o recurso das urnas. Nem Aparício estava satisfeito com o que ocorria em Montevideú, preferindo o argumento das armas, nem Batlle (que se destacou na defesa da Cuestas) via com bons olhos o país dividido ao meio entre colorados mais ao sul e blancos de Saravia ao norte, pois desejava um *gobierno de partido*, preferencialmente com amplo apoio das urnas. As forças em conflito acabaram decidindo manter a proporção estabelecida no acordo de 1897, com esperanças de conquistar maioria parlamentar até a eleição indireta para presidente, em março de 1903.

A eleição de Batlle em 1º de março de 1903, as ameaças revolucionárias dos nacionais neste ano e sua concretização no ano seguinte, definiram o campo de luta que deu as bases para a reestruturação do sistema de partidos uruguaio, ao longo da década de 1910 e 1920. Essa afirmação pode ser sustentada no que há de consenso nos historiadores uruguaiois que estudam esse período⁷¹, possibilitando a seguinte síntese de alterações consideradas fundamentais para a definição dos quadros partidários dentro dos dois grandes lemas:

a. Desde o governo de Venâncio Flores (1865), com o lapso do governo de Lorenzo Latorre (1876-1880), os colorados vinham dominando o cenário político institucional, com um quadro de políticos e burocracia estatal estáveis⁷².

b. Somente com o pacto de 1872, ampliado em 1897, os blancos tiveram a oportunidade de, minoritariamente, participar do quadro político institucional com representantes no parlamento e nos executivos departamentais, valendo-se de acordos oportunistas e pressão militar.

c. Com a morte de Aparício Saravia e a derrota dos blancos na guerra civil de 1904, fortaleceu-se o coloradismo sob a influência de José Batlle y Ordóñez, que trabalhou para a institucionalização de um *gobierno de partido*, não mais pelo argumento das armas e da fraude

⁷¹ Os historiadores aqui considerados são: BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin, com sua coleção de oito volumes *Batlle, los estancieros y el imperio británico*, 2 ed. Montevideú: EBO, 1990 ; AZUA, Carlos Real de, *El poder de la cúspide : Elites, Sectores Dirigentes y Clase Dominante*. In *Cuadernos del Claeh*, Montevideú, UROU, outubro de 1987, p. 47-56; LINDAHL, Görang. *Uruguay's new path*. Estocolmo: LIAS, 1962, com seu estudo dos partidos uruguaiois; CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo (1930-1933) – Camino al golpe*. Montevideú: EBO, 1990; os já mencionados Washigton Reyes Abadie e Andrés Vásquez Romero, com a *Crônica general del Uruguay*; a conhecida obra de Milton Vanger sobre os governos de Batlle; Gerardo Caetano, José Rilla e Romeo Pérez com o ensaio *La partidocracia uruguaya* e Ricardo Imaz com seu estudo do partido Blanco.

⁷² Barrán e Nahum destacam que entre Venâncio Flores (1865) e José Batlle (1903) foram providos 433 altos cargos públicos (Presidência da República, do Senado e da Câmara de Representantes, além dos ministérios). Para essas vagas, alternaram-se 158 nomes, sendo que 66 foram empossados uma única vez e 92 (58,23%) ocuparam 367 vezes. Mais nítida se torna a estabilidade da elite dirigente colorada quando se percebe que 22 nomes estiveram presentes 132 vezes no total de 433.

eleitoral, mas por um massivo apoio dos eleitores, fortemente vinculados aos quadros do partido colorado⁷³.

d. Desde então, cresceu a tendência da participação política partidário-eleitoral, em prejuízo da participação política revolucionária (sobretudo nas organizações partidárias sob o lema nacionalista)⁷⁴. Essa tendência forçou novas práticas tais como a formulação e difusão dos primeiros programas partidários⁷⁵, a cobrança da fidelidade dos correligionários⁷⁶, a discussão sobre a autonomia financeira dos partidos políticos⁷⁷ e a relação que deveria existir entre eles e o governo.⁷⁸

⁷³ Houve a preponderância dos colorados nos pleitos eleitorais até 1916 (as eleições de 1905 foram particularmente ilustrativas dessa preponderância, dividindo os nacionalistas em duas correntes: os adeptos da abstenção e os favoráveis a novos intentos revolucionários). Além disso, a mudança das regras de distribuição de vagas parlamentares por departamento (1904) favoreceu as listas coloradas em prejuízo dos nacionalistas. Em 1907 e 1911, houve abstenção nacionalista e, em 1913, conseguiram eleger uma minoria parlamentar. Esse quadro de primazia eleitoral só foi quebrado com as eleições à base do voto secreto para a assembléia constitucional de 1916, quando os nacionalistas e classes conservadoras impuseram uma surpreendente derrota ao coloradismo batllista: 70.000 votos para os nacionalistas, 60 mil para os colorados de Batlle, 15 mil para os colorados riveristas (contrários a Batlle), 2 mil para os socialistas e 1.600 para os cívicos (católicos). LINDAHL, *op cit*, 1962.

⁷⁴ Em 1910, novas tentativas de organizar levantes militares contra o governo de Batlle foram organizadas ao norte do Uruguai, por descendentes de Aparício Saravia e Basílio Muñoz, mas foram frustradas pelas medidas repressivas governamentais e pela falta de apoio entre os nacionalistas que perceberam a ineficácia da guerra civil. Tratava-se de uma importante mudança de posicionamento estratégico dos nacionalistas que buscavam explorar o crescente descontentamento da Igreja e das classes conservadoras com o governo Batlle, bem como a crescente organização dos grupos sociais urbanos para forçar a *coparticipação política* perdida com a derrota militar de 1904. Washigton Reyes Abadie, na sua obra sobre o partido nacionalista, esclarece: “Después de 1904, los bandos tradicionales completaron su transformación en partidos, en corrientes y causes de opinión ciudadana, superando en buena medida, su anterior dicotomía en minorías ilustradas y sectores populares dependientes”. (1989, p. 153)

⁷⁵ Göran Lindahl aponta que só em 1907 os colorados escreveram um pequeno programa de como a constituição deveria ser alterada. Depois disso, o programa reformista do segundo governo de Batlle (que discutiremos em outra oportunidade) tornou-se programa partidário de fato. Novas iniciativas para um programa partidário colorado aconteceram em 1921-1922 e em 1925, mas o que efetivamente ocorreu foi a propaganda dos feitos já realizados como indicadores do que pensava e desejava o partido. Os nacionalistas tinham pouca fé nos programas partidários. É fato que em 1872 ficaram estabelecidas as condições de *coparticipação política* desejada, tornando-se princípio norteador que manteve vigor por várias décadas. Via de regra, os pontos sempre lembrados nos discursos nacionalistas era a redução de impostos, isonomia do sistema eleitoral e a diminuição dos funcionários públicos. Em 1905 e em 1916 os nacionalistas inovaram ao defenderem leis trabalhistas, como jornada de 8 horas e seguro por acidentes de trabalho, embora soubessem que a proposta dificilmente seria aprovada na Câmara de Representantes. Somente em 1924 fizeram publicar no jornal *La democracia* um primeiro conjunto de intenções programáticas e, em 1926, o jornal *El País* defendeu a idéia de que o fundamental era a diversidade de opiniões, desde que estas não se tornassem facções sectárias. Nos dois lemas os programas, normalmente, estavam comprometidos com situações imediatas, assuntos polêmicos que palpitavam na arena política ou intenções que perdiam a força tão logo mudava a conjuntura que lhes havia inspirado. Além disso, cada sublema, entre colorados e nacionalistas, tinha suas próprias ênfases que iam desde o radicalismo dos batllistas mais combativos ao conservadorismo intransigente dos riveristas e mesmo simpatias pelo modelo fascista, por parte dos sosistas... LINDAHL, *op cit*, 1962.

⁷⁶ Tornaram-se particularmente conhecidas as expulsões de Eduardo Acevedo Diaz, Lauro V. Rodriguez, Eduardo B. Anaya e José Romeu, em 1903, por terem desobedecido orientações do Diretório do Partido Nacional, em relação à eleição de José Batlle. Em 1924, foi a vez de Carnelli e os *blancos radicales* serem expulsos da organização nacionalista, por não comparecerem às reuniões do Partido e não contribuírem com seus fundos financeiros. Entre os colorados, tornou-se notória a defecção dos *sosistas* (1924-25) – embora não tenham sido expulsos e tenham colaborado com os colorados batllistas em algumas ocasiões. No programa de Batlle, estava prevista a revogação do mandato de políticos eleitos, plebiscitos para avaliar questões e decisões partidárias e controle partidário sobre os presidentes eleitos. Contudo, tais idéias não tiveram aplicação prática sistemática. LINDAHL, *op cit*, 1962.

⁷⁷ Segundo Lindahl (p. 242-243), entre 1924 e 1925 criou-se o debate se o governo deveria pagar os fiscais eleitorais indicados pelos partidos. A idéia foi rechaçada pelos nacionalistas que temiam a manipulação do governo. O jornal

e. A crescente radicalização das propostas de mudança institucional e social, no primeiro e principalmente no segundo mandato de Battle, criou a polaridade política das diversas tendências e organizações no interior dos dois grandes lemas uruguaios, conforme veremos mais à frente.

Essa síntese esquemática não deve nos conduzir à conclusão equivocada que, em fins do século XIX e princípios do XX, amplos setores sociais uruguaios ou mesmo a elite econômica participou intensamente nos quadros institucionais partidários. Imigrantes ricos ou novos-ricos, a elite econômica da pecuária, comerciantes e importadores ricos da capital, que se autodenominavam *clases conservadoras*, não tinham tempo nem entusiasmo para a política como profissão. De fato, boa parte deles não tinha e nem fazia questão de ter as prerrogativas políticas de eleitores, em virtude de serem imigrantes. E não se pense que eram poucos: 40% dos proprietários de terras nos departamentos de Artigas, Rivera e Salto eram brasileiros e, em 1900, 36% de todos os proprietários de terra eram estrangeiros e detinham 55% do estoque de gado uruguaio⁷⁹; 80% dos comerciantes, banqueiros e importadores da capital não haviam nascido no Uruguai ou eram descendentes de 1ª geração de imigrantes⁸⁰.

Somado ao desencanto da elite econômica pela política partidária – freqüentemente associada às desastrosas guerras civis – havia um escasso contingente de eleitores aptos a votar, na sua maior parte concentrados na capital do país. Portanto, na virada do século XIX para o XX, a filiação individual a um dos grandes lemas partidários (blancos ou colorados) era mais uma questão de teor simbólico e identitário do que instrumento institucional de participação política.

El Dia (colorado batllista) defendia a idéia que o Estado deveria pagar algumas despesas partidárias como a propaganda e o transporte de eleitores, proporcionalmente à representação desses partidos, pois as contribuições voluntárias estavam atreladas aos interesses imorais, contrários ao bem público. Os nacionalistas eram mais resistentes ao apoio estatal aos partidos porque sabia da hegemonia colorada na máquina pública, mas assim como os colorados, cobravam dos seus políticos com cargos públicos e funcionários do Estado uma contribuição voluntária.

⁷⁸ Em várias oportunidades foram muito intensos os debates dos colorados batllistas e nacionalistas herreristas com os sublemas minoritários (riveristas, sosistas, blancos radicais e, em menor grau, com os partidos socialista, comunista e cívico) sobre as formas de *coparticipação* de vários partidos no governo. A constituição idealizada em 1917 incorporou o executivo na forma de um conselho de administração, mas tanto colorados quanto nacionalistas, quando se julgavam suficientemente fortes, rechaçavam a *coparticipação* em benefício da idéia do *governo de partido*. Entenda-se *coparticipación*, como a presença de representantes das minorias partidárias no parlamento e no executivo (nacional e departamental), não como sócios no poder, mas como instrumentos de pressão e controle sobre o governo majoritário. Desta forma, os diversos sublemas organizavam-se nas diferentes instâncias estatais na forma de *agrupación de gobierno* ou *agrupación opositora* – grupos de parlamentares e membros do executivo que se uniam para impor ou combater projetos de lei ou medidas de governo. Ao tempo que se exigia dos Presidentes da República uma posição sobranceira em relação ao sistema partidário, o Conselho de Administração e a Câmara de Representantes deveriam ser as arenas nas quais os partidos tentavam fazer prevalecer seus programas, princípios e projetos, como reflexo da heterogeneidade da sociedade civil uruguaia.

⁷⁹ BARRÁN e NAHUM, *op. cit.*

⁸⁰ AZUA, *op. cit.*

Para Luis Bonino⁸¹, a justaposição de comunidades tradicionais e a forte liderança de caudilhos favoreceram a socialização política com base em relações primárias, no interior das famílias, conduzindo às filiações a esse ou aquele partido. Mais que laços formais ou institucionais, os uruguaios – na impossibilidade de traduzir suas identidades políticas com base no ainda frágil sentimento de nação – criaram duas comunidades políticas, pois “la identidad uruguaya nunca pudo ser más, ni menos, que partidaria. Entendiendo al partido como comunidad de pertenencia tradicional. La identificación política uruguaya se ha situado, tradicionalmente, más allá del individuo, pero más acá de la nación.”⁸²

A identificação partidária favoreceu a superposição de um eu *político-social* sobre um eu *político-individual* que levou os indivíduos a participarem dos ritos, mitos e costumes da sua comunidade totêmica – fundada na tradição do partido – ao tempo que a mudança de uma comunidade para outra se tornava um tabu difícil de transgredir. Dois grupos comunais, duas *subnações* ou dois *lemas*, essas agremiações – paradoxalmente – foram apolíticas no sentido da administração dos negócios públicos, pois tal responsabilidade recaía sobre os *sublemas*, que eram os verdadeiros partidos institucionalizados no Uruguai. Mais ainda, a identificação política com os colorados ou com os nacionais não nasceu com base em programas partidários que só tardiamente foram se definindo no interior de cada *sublema*, mas o sentimento de filiação a uma comunidade antecedia o destino do voto ou do engajamento do indivíduo a uma das facções que compunham o grande grupo dos colorados ou dos nacionais.

O Partido Nacional (blancos) conseguiu maior grau de homogeneidade de *sublemas*. Somente nos primeiros anos da década de 1920 surgiram as principais defecções, a exemplo da que ocorreu em 1924 – o *Radicalismo Blanco* – que perdurou até 1932, data que marcou mais profundamente a divisão interna dos nacionais com o surgimento do *Partido Herrerista* e do *Partido nacionalista independiente*. Entre os colorados, depois de 1913, havia dois grandes grupos: o *Partido Colorado Oficialista* e o *Partido Riverista*. Depois da Constituição de 1917⁸³, o número de partidos colorados aumentou: além do *Partido Riverista*, havia o *Partido Batllista*, *Partido Vierista* e o *Partido da União Colorada*.

Independente do número de agremiações partidárias existentes no interior de cada lema, havia símbolos que uniam eleitores e políticos nos momentos de enfrentamento eleitoral ou revolucionário. A *Guerra Grande*, que ocorreu entre 1839 e 1851, forneceu os primeiros heróis de uma e outra comunidade - Oribe, Berro e Saravia para os nacionais e Suárez, Rivera e

⁸¹ BONINO, Luis Costa. *La crisis del sistema político uruguayo: partidos políticos e democracia hasta 1973*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1995.

⁸² Idem, p. 98.

⁸³ Os trabalhos da Constituinte terminaram em 25 de outubro de 1917, em 25 de novembro deste ano foi ratificada por plebiscito e promulgada em 3 de janeiro de 1918, vigorou desde março de 1919.

Flores para os colorados - panteão que recebeu posteriormente novos personagens, entre os quais Herrera e Batlle certamente foram os mais destacados.

No processo de construção das identidades e alteridades, difundiu-se o discurso que os nacionalistas eram naturalmente inclinados para a ordem, autoridade e para o nacionalismo, enquanto os colorados eram adeptos do liberalismo e dos valores relacionados à liberdade. Enquanto uns punham-se a dizer que Oribe foi um tirano que se associou a Rosas, outros atacavam afirmando que jamais houve maior caos econômico e administrativo do que no tempo de Rivera... Ainda que se tente opor nacionais e colorados em bases dicotômicas como governo de coparticipação e governo de partido, clerical e anticlerical, conservador e liberal, o fato é que não havia diferenças ideológicas ou programáticas muito marcadas que autorizassem uma clara definição dos fatores de identificação dos dois grandes *lemas* uruguaios.

Contudo, era bem mais aceitável que partidos colorados estivessem unidos em cartel para eleições, mesmo tendo propostas muito diferentes, do que a união entre uma facção nacional e outra colorada, mesmo que tivessem programas bem semelhantes...⁸⁴ Percebe-se que a localização política do sujeito no campo de luta entre diferentes facções dava-se por formações discursivas fortemente permeadas pela mistificação do bipartidarismo, enquanto que a condução prática dos assuntos de governo ficava sob responsabilidade de arranjos engenhosos entre *sublemas*, como veremos mais tarde quando discutirmos a *coparticipación*.

José Batlle y Ordóñez nasceu desse ambiente e tirou dele o maior proveito possível, associando medidas pragmáticas com a tradição colorada. Para Batlle, o grande problema político uruguaio era a onipotência do Presidente que manipulava seu partido e as forças públicas para impor uma ordem antidemocrática. Mesmo que a Constituição de 1830 tenha previsto as eleições regulares e a autonomia dos poderes, o Presidente tinha em suas mãos as forças armadas e a polícia, fazendo que a cada quatro anos retornasse a instabilidade política e institucional. No discurso batllista, a solução passava por eleições constantes e pelo enfraquecimento da autoridade presidencial mediante a divisão das prerrogativas do poder executivo entre vários membros, o que deu origem ao sistema *colegiado* na Constituição de 1917 – ainda que de maneira diferente da pensada por Batlle – e a tradição das constantes eleições de que tanto os uruguaios se orgulhavam como fator de distinção democrática, entre outras nações latino-americanas.

Mais precisamente, as alterações do sistema político previstas na Carta de 1918, que fortaleceram o mito da *suíça latino-americana*, foram:

a. o voto secreto, mesmo com a oposição da maior parte dos batllistas – assustados com os resultados de 1916.

⁸⁴ LINDAHL, Göran, *op. cit.*, p. 269-271.

b. o fim da maior parte das restrições à condição de eleitor, previstas na Constituição de 1830, que limitavam o contingente eleitoral a menos de 10% da população.

c. a redução da idade para votar de 20 para 18 anos.

d. a possibilidade do voto feminino, mediante legislação específica, sem a necessidade de alterar a constituição.

e. as funções de governo poderiam ser exercidas por qualquer cidadão uruguaio, sem pré-requisitos de bens materiais.

f. a representação proporcional da câmara de deputados e conselheiros.

g. a criação do Conselho Nacional de Administração (CNA) responsável por quatro ministérios (Obras, Fazenda, Indústrias e Instrução), enquanto o Presidente ficava com três (Relações exteriores, Interior e Guerra), diminuindo, em tese, a preponderância do Presidente sobre os assuntos administrativos.

h. a criação dos entes autônomos, que eram conselhos com autonomia para decidir sobre serviços e atividades industriais de responsabilidade estatal.

i. a governo poderia ser interpelado por deputados e senadores reunidos em número mínimo de um terço do parlamento. Também os parlamentares e cidadãos poderiam exigir informações do governo.

j. a separação de Igreja Católica do Estado, dando liberdade de culto a todos os credos no Uruguai.

Embora essas alterações apontassem uma forte influência liberal e tivessem regras institucionais verdadeiramente avançadas para a sua época e contexto latino-americano, deve-se reconhecer que traziam limitações e contradições que se aprofundaram ao longo da década de 1920 até culminar com o golpe de estado de Gabriel Terra em 1933. As eleições constantes rapidamente burocratizaram-se e distanciaram-se da espontaneidade do voto livremente manifestado por cada cidadão, favorecendo o retorno da fraude⁸⁵; diga-se, também, que a legislação econômica e social mais progressista dos colorados batllistas foi inviabilizada, suspensa ou meramente esquecida depois que o Presidente Viera (1919) tranqüilizou as *classes conservadoras* informando que “no avancemos más en materia de legislación económica y social; conciliemos el capital con el obrero. Hemos marchado a prisa; hagamos un alto en la

⁸⁵ Foi particularmente notória a fraude nas eleições de 1922, quando batalhões do exército e centenas de policiais deslocaram-se por ferrovia para votar no oficialismo batllista que elegeu Baltasar Brum, sucessor de Vieira. A oposição nacionalista denunciou enfaticamente a fraude e Baltasar Brum, julgando-se ofendido pela imprensa da oposição, chamou a Luis Alberto de Herrera para um duelo que aconteceu sem que os dois conseguissem alvejar um ao outro.

jornada. No patrocinemos nuevas leyes de esa índole y aun paralicemos aquellas que están en tramitación en el legislativo.”⁸⁶

O golpe definitivo sobre a imagem do Uruguai democrático veio com os arranjos e defecções dentro do quadro partidário estabelecido sob os dois grandes lemas, o que tornava as decisões tomadas nos gabinetes e nas residências dos líderes ilustres⁸⁷ o fato da participação política, enquanto os cidadãos tornavam-se meros coadjuvantes, freqüentemente solicitados às urnas para ratificar ou consagrar a elite de políticos profissionais previamente selecionados nas listas dos sublemas, bem como os seus acordos, via de regra, realizados sem consulta às bases partidárias.

Tratava-se da passagem de um sistema de partidos tradicionais, fortemente dominados por uma elite de notáveis e seus protegidos, que dispunham de um corpo de militantes e simpatizantes que, ritualisticamente, consagravam a vontade da cúpula do partido em assembléias ou manifestações coletivas, para outro sistema que tinha de dar vazão às demandas sociais de uma população cada vez mais esclarecida e mobilizada para os confrontos de interesses. Portanto era necessário explorar ao máximo a tendência dos eleitores pequeno-burgueses e campesinos de seguir homens notáveis, conhecidos de longa data e que despertavam confiança coletiva, ao tempo que se alertava para os *perigos* das ideologias e organizações *excêntricas* (movimentos de inspiração marxista-leninista) antecipando-se às demandas econômicas com medidas sociais assistencialistas.

1.1 Ingresso dos partidos na política de massas

Em síntese, os eventos acima mencionados contribuíram para a vigência de um sistema de partidos preocupados em abranger o maior número possível de pessoas, como base de sustentação eleitoral. Essa tendência, que foi precoce no Uruguai, esteve sensivelmente ligada às lideranças carismáticas, como se pôde observar nas manifestações públicas de apoio, a exemplo do que ocorreu em 25 de março de 1907, quando José Batlle y Ordoñez partia em seu exílio voluntário para a Europa, entre 20 mil e 25 mil pessoas despediram-se dele no porto de Montevideú. Ao partir, deixou ao seu sucessor Williman (1907-1911) a paz social, uma política

⁸⁶ *Apud* MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales* – de Batlle a los 70. Montevideú: EBO, 1997, tomo III. p. 72.

⁸⁷ Entre os acordos que tinham a intenção de burlar a decisão dos votos em favor da rotatividade no poder entre os representantes dos dois grandes lemas, destaca-se aquele que elevou Gabriel Terra à magistratura da república uruguaia. Os nacionalistas, desde 1922, haviam aumentado seu caudal eleitoral expressivamente, perdendo as eleições seguintes para Presidente da República por escassa margem de votos (7 mil em 1922 e 1.500 em 1926). Os colorados dos sublemas batllista e riverista (estes historicamente opositores aos batllistas) fizeram um acordo: Se Pedro Manini Ríos obtivesse 17,5 % dos votos de todos aqueles computados no lema colorado, Gabriel Terra abdicaria de sua vitória numérica em favor de Manini Ríos. Dessa forma, cada voto riverista (sublema de Manini) valia quatro votos batllistas... Aconteceu que o candidato dos riveristas obteve 17,4% dos votos (trezentos menos do que necessitava) e Terra foi eleito Presidente.

econômica próspera e o controle colorado do Estado, base sobre a qual construiria, quatro anos mais tarde, o programa batllista com o intuito de tornar o pequeno Uruguai em um país modelo.

Mais que a ambição reformadora e seus efeitos sobre as instituições uruguaias, o segundo batllismo representou a inauguração da moderna política de massas no Uruguai. Ainda sob o governo de Williman, em 1907, sob a ameaça revolucionária dos nacionais, realizou-se – pela primeira vez – eleições para deputados com relativa contagem honesta dos votos, sem violências e com maior liberdade de ação à oposição nacionalista, embora apenas 44.693 eleitores de um total de 170.000 tenham comparecido às urnas⁸⁸.

Mas esse foi apenas o ensaio de um aperfeiçoamento do sistema partidário-eleitoral que atingiria seu ápice no amplo processo de mobilização popular entre 1913 e 1919, quando o partido colorado mostrou-se uma máquina eleitoral que punha suas engrenagens em pleno funcionamento nas eleições, visando um governo de partido, com base na mobilização partidária permanente e um engajamento contínuo em função do programa de governo. Contra essa máquina, a oposição também arregimentou seus recursos de mobilização popular e convencimento da opinião pública, ocorrendo o enfrentamento dos enunciadores de discursos que encerravam propostas ideologicamente antagônicas.

A enxurrada de projetos ballistas dividiu a opinião pública e o partido colorado, despertando uma mobilização popular e um engajamento jornalístico e partidário sem precedentes na história uruguiaia. No ano de 1913, uma manifestação favorável ao projeto colegialista de Batlle mobilizou 40 mil pessoas, seguindo-se a resposta da oposição com outra manifestação de 25 mil participantes⁸⁹ e, três anos mais tarde, 45 mil marcharam pelo centro de Montevideú contra as reformas...⁹⁰ Os periódicos oposicionistas liderados pelo *Diário Del Plata*,⁹¹ sob a responsabilidade de Juan Andrés Ramirez, tiravam máximo proveito do radicalismo batllista, explorando as propostas de reformas veiculadas nos jornais oficialistas como o *El Dia*, sob a chefia de Domingo Arena e Julio Maria Sosa.

Difundia-se para a opinião pública atônita propostas como impostos sobre a herança, defesa ao direito de greve e diminuição das horas de trabalho, tabelamento dos aluguéis de casas em Montevideú, a substituição do presidencialismo pelo sistema colegiado de governo, direito de herança para filhos bastardos, proibição da corrida de touros, ensino laico, universal e gratuito, liberdade de divórcio para mulheres e a criação de vagas cativas para elas no ensino

⁸⁸ VANGER, Milton. I. *El país modelo: José Batlle y Ordoñez (1907-1915)* 2 ed., Montevideú: Arca, 1991, p. 34.

⁸⁹ Idem, p. 262.

⁹⁰ BARRAN, José P. ; NAHUM, Benjamin. La derrota del batllismo. In *Batlle, los estancieros y el império britânico*, Montevideú: EBO, 1987, tomo 8, p. 16.

⁹¹ Os principais jornais oposicionistas eram *Diário Del Palta*, *El Siglo* e *La Democracia*; Os situacionistas eram *El Dia*, *El Tiempo* e *El Telégrafo Marítimo*.

médio, tudo em clima de tensão política e social. O próprio jornal do Presidente da República (*El Dia*) informou, em 30 de maio de 1911, que defendia a greve dos ferroviários e seu pleito por maiores salários, afirmando:

La huelga ha obligado pues, a las empresas a desembolsar mensualmente \$ 13.725 pesos, que se transforman en un poco más de pan y un poco menos de fadiga. Además, 150 familias nuevas tienen asegurada su pobre existencia. Sin esa huelga (...) ese dinero que representa la apetitosa suma de \$ 167.000 por año hubiese continuado a ir, conjuntamente con el resto de las pingues ganancias, a Londres y Berlín, con el simpático objeto de hinchar los bolsillos de los accionistas británicos y alemanes. Ahora, en cambio, esos \$ 167.000 pesos quedan en el país y se desparraman – con un poco de alegría – entre la gente pobre.⁹²

Os jornais da oposição, por sua vez, buscavam a adesão da opinião pública tirando proveito de algumas declarações radicais dos seguidores de Batlle, procurando mostrar os aspectos nocivos das reformas, a exemplo desse trecho do jornal *El Diálogo Del Plata*:

¿Qué es la familia para estos reformadores que han proclamado el divorcio ‘ad libitum’, como hubieran podido y aun debido proclamar la poligamia o el amor libre; qué es el país para quienes han tolerado la publicación repetida de proclamas con el lema ‘abajo la patria’? ¿Qué es la propiedad para quienes han dicho cien veces que la propiedad privada es una usurpación y, alguna vez, que es un robo?⁹³

Fazendo largo uso da retórica e dos ataques aos adversários, os jornais uruguaios, sobretudo os de Montevidéu, cumpriram uma tarefa essencial que foi a de despertar o interesse popular pelos assuntos da política, provocando engajamentos, filiações e mobilizações em torno dos temas polêmicos. O tamanho do país e a concentração das atividades políticas na cidade de Montevidéu facilitaram a obtenção e a difusão das notícias, mas também o elevado número de cidadãos alfabetizados e o baixo custo dos jornais estiveram entre os fatores dessa grande politização da imprensa.

Contudo, nem todas as facções políticas eram maciçamente apresentadas à opinião pública pela mídia escrita e nem todos os jornais eram partidários. Depois de 1917, nenhum partido, exceto o comunista, com *La Justicia*, era proprietário de jornal, mas todos utilizavam as páginas dos periódicos *correligionários* para difundir seus programas, atacar adversários, convocar assembleias e difundir os resultados das convenções. Também havia limitações: os partidos Socialista, Branco Radical e União Colorada não tinham apoio na imprensa diária; o jornal vierista *La Defensa* tinha distribuição irregular e desapareceu depois de 1926 e o jornal socialista fechou em 1929, além disso não tinham boa qualidade de impressão e não relatavam as notícias diárias nacionais.⁹⁴ Apesar desses óbices, conseguiam atuar em favor de seus partidos ao lado de grandes jornais do partido colorado como *El Dia* e *La Mañana*, ou nacionalistas como

⁹² Apud VANGER, Milton I., op. cit., p. 139.

⁹³ Apud BARRAN, José P., op. cit., p. 11.

⁹⁴ LINDHAL, Görang, op. cit., p. 244-245.

Diário Del Plata e El País, conseguindo – entre 1906 e 1932 - difundir notícias com surpreendente grau de liberdade, se lembrarmos a situação de intermitente censura com que viviam os jornais dos demais países latino-americanos.

Os resultados da crescente politização da opinião pública refletiram-se nos pleitos eleitorais que, a partir da Constituição de 1917, dispunham de uma legislação que confirmava o voto secreto, a diminuição da idade mínima e a previsão do voto feminino. Contudo, a inflexão da preponderância dos representantes colorados no parlamento, na eleição de julho de 1916, demonstrou o limite do reformismo social dos batllistas e o caráter conservador da sociedade uruguaia que, embora envolvida em um movimento de participação política sem precedentes, não aderiu às mudanças propostas pelos líderes mais radicais.

A derrota das propostas reformistas de Batlle e de seus seguidores na primeira eleição massiva e secreta do país é explicada por José Pedro Barran e Benjamin Nahum como a preponderância das adesões regionais – interior conservador contra a capital esclarecida - mais do que o pertencimento a uma classe social, crenças filosóficas, idade ou grau de instrução⁹⁵. No confronto eleitoral estavam em luta racionalidades divergentes: entre os reformistas, a racionalidade contestatória ligada à consciência social, enquanto que entre os opositores preponderava a emotividade associada à memória política do passado, resultando na vitória da tradição sobre a inovação.⁹⁶

Nancy Fraser⁹⁷ já destacou que nem todo movimento social estabelecido no interior de sistemas formais de democracia é virtuoso. Alguns podem se tornar defensores de discursos antidemocráticos e mesmo aqueles com intenções democráticas podem se mostrar limitados por suas práticas e seus próprios modos de exclusão e marginalização informal. O Partido colorado - ainda que fortemente afetado pelo discurso liberal e algumas vezes igualitário do setor batllista - caracterizava-se mais por uma tradição monopolista do poder do que por uma vocação ao pluralismo político e isso certamente o limitou na cooptação de novos eleitores. Além disso, a defesa dos humildes e o ataque ao latifúndio pecuarista pareciam demasiadamente abstratos se comparados com o impacto amplamente negativo que os discursos contra o clero, a propriedade

⁹⁵ Havia 223.020 cidadãos inscritos e destes 156.214 votaram, dando aos colorados 58.554 votos, aos nacionalistas 66.171, aos anticolegialistas 14.359, socialistas com 1.883, católicos 1.582 e dissidentes com 1.757. Com esse resultado os colorados obtiveram 85 cadeiras para a Assembléia Constituinte, os nacionalistas 105, anticolegialistas 22, socialistas, católicos e dissidentes 2 cada um. Montevideu e alguns departamentos como Rocha, Salto, Artigas e Rivera tiveram votos divididos entre colorados e seus opositores. Em todos os demais departamentos os colorados batllistas foram derrotados.

⁹⁶ BARRAN, José P. ; NAHUM, Benjamin. La derrota del batllismo. In *Batlle, los estancieros y el império britânico*, Montevideu: EBO, 1987, tomo 8, p. 50-51.

⁹⁷ FRASER, Nancy. Rethinking the sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy, in ROBBINS, B. (org.) *The phantom public sphere*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993, p. 14-16.

e o lucro causavam em uma população preponderantemente rural, católica e com amplos setores médios ligados ao pequeno comércio.

É necessário compreender essas contradições entre progressismo e tradicionalismo no contexto de intensas mudanças sociais e econômicas pelas quais passava a sociedade uruguaia, sobretudo na sua capital-porto. Uma sociedade que entre 1900 e 1930 cresceu aproximadamente 43% (de 914.713 para 1.598.515 habitantes)⁹⁸, com forte presença de imigrantes na capital (46,85% em 1889, 30,42% em 1908 e 22,63% em 1930), testemunhou o crescente esvaziamento populacional do campo, modernizado e cercado, fazendo crescer os *pueblos de ratas* – agrupações de gente pobre, deserdada das atividades pastoris, que buscavam a subsistência nas proximidades dos núcleos urbanos. Se o interior (com escassas exceções) era o lugar da atividade rural, do ritmo lento da urbanização e da pequena mobilidade social, a capital Montevideú crescia vertiginosamente na sua urbanização, população e diversificação econômica⁹⁹, propiciando o choque de perspectivas, projetos e interesses econômicos e sociais.

Mesmo diante dessa pluralidade que dificilmente articulava-se em torno de projetos homogêneos, pode-se afirmar que aquele 30 de julho de 1916 foi um marco importante na moderna política de massas no Uruguai, pois teve a imensa participação da imprensa e notável mobilização popular; não foi a livre expressão das consciências individuais, imaginada pela democracia liberal, mas uma mobilização conduzida pelos setores políticos e sociais em luta, na qual não apenas o colegiado foi julgado, mas todas as leis sociais e econômicas do batllismo foram avaliadas de forma plebiscitária, forçando a diminuição do ímpeto dos reformistas com o *alto* do Presidente Viera – sucessor de Batlle. Barran e Nahum sintetizam esse ingresso do Uruguai na política de massas com as seguintes palavras:

La época de elecciones ganadas con manifiestos ‘de gran fachada’ que buscaban convencer a una elite, en que la clase política esperaba ‘cómodamente’ sus diplomas de diputado o senador sin ‘salir a la calle’ había concluido. El Uruguay manejado por unos pocos y sin consultar a las mayorías, había muerto.¹⁰⁰

Mesmo com o resultado geral apontando para a vitória dos conservadores, o Uruguai ingressou na política partidária e eleitoral de massas tendo a sua disposição discursos de teor cosmopolita, anticlerical e urbano, permeados pelo radicalismo social, moral e fiscal que induziram à reação conservadora contra o segundo movimento mobilizador batllista, entre 1930 e 1933, culminando com o golpe de Gabriel Terra e das classes conservadoras contra a crescente participação política desse setor reformista.

⁹⁸ RIAL, J. ; KLACZCKO, J. *Uruguay: el país urbano*, Montevideú, 1981.

⁹⁹ Uma interessante síntese do crescimento de Montevideú pode ser encontrada em ABADIE, W. R. ; MELOGNO, T. *Crônica general Del Uruguay*, v.7, *op. cit.*, p. 42-51.

¹⁰⁰ BARRAN e NAHUM, *op cit*, p. 86.

O forte viés ideológico na competição partidária no Uruguai e a filiação relativamente explícita aos interesses de segmentos sociais, conforme foi exposto anteriormente, foram fatores que estiveram ausentes ao sistema de partidos regionais do Brasil, ao longo da Primeira República, fazendo com que os discursos oposicionistas sobre participação política fossem dirigidos para indivíduos cuja relação com a política era superficial e não duradoura. Essa frágil filiação e institucionalização favoreceu a ascendência de discursos oposicionistas sobre participação política que propunham ou a mudança radical das instituições partidário-eleitorais mediante a ação revolucionária ou a adoção integral dos princípios democráticos liberais visando obter a “verdade do voto”.¹⁰¹

No Brasil, a moderna política de massas associada ao sistema político-eleitoral teve a sua origem no final da década de 1920, quando já se esgotava o modelo de participação política adotado ao longo dos trinta primeiros anos da República. Paulo Nogueira Filho¹⁰², um dos mais combativos líderes do Partido Democrático de São Paulo, durante a campanha presidencial de 1929 e, mais tarde, na conspiração que originou o golpe de 1930, lembra que a Aliança Liberal criada para erguer Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República admitia explicitamente a *questão social* que vários governos republicanos haviam tentado *empurrar para debaixo do tapete*.

Sabe-se que a Aliança Liberal foi presidida pelo mineiro Afonso Pena Jr. e pelo gaúcho Ildelfonso Simões Lopes e que era composta pela união de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, recebendo posteriormente as adesões das oposições dos estados, destacando-se os democráticos de São Paulo e do Distrito Federal. Visando marcar posição diante do situacionismo nitidamente conservador, a plataforma da Aliança – redigida por Lindolfo Collor – incorporou pleitos defendidos pelos tenentes e pelas organizações partidárias oposicionistas dos estados federados, tais como o voto secreto, justiça eleitoral, independência do Judiciário e proteção aos trabalhadores.

O reconhecimento da questão social dos trabalhadores encaminhava-se para o atendimento de antigas reivindicações trabalhistas como a jornada diária de oito horas, extensão do direito de aposentadoria, a aplicação da lei de férias, estabelecimento de um salário mínimo e

¹⁰¹ O lema “representação e justiça” que uniu as oposições minoritárias de São Paulo e Rio Grande do Sul, ao final da década de 1920, destaca apenas o critério formal de legitimidade da representação, ou seja, a representação é legítima na medida que foi obtida por meios lícitos e transparentes. Os liberais oposicionistas não acrescentaram qualquer idéia que permitisse a manifestação da mesma legitimidade formal, ao final do mandato, com a prestação de contas do representante aos representados, assim como nada acrescentaram ao critério de legitimidade descritivo, segundo o qual a representação é tão mais legítima quanto mais espelha a estratificação social da sociedade (Assis Brasil, por exemplo, jamais imaginou operários compartilhando o parlamento ou os altos cargos do governo com a aristocracia política). Sobre os critérios de legitimidade da representação, ver mais em CÂNEPA, *op cit*, p. 51-56.

¹⁰² NOGUEIRA FILHO, Paulo. *O Partido Democrático e a revolução de 30*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965, p. 387-388.

proteção às mulheres e aos menores trabalhadores. Contudo, Paulo Nogueira reconhece que nem todos os políticos do seu partido percebiam o grau de mudança da sociedade, sobretudo a da região centro-sul, e a necessidade de alteração do modelo de participação política para uma população que

Na cidade, à margem das colônias, das fazendas e em derredor das pontas dos trilhos das ferrovias paulistas, sertão à dentro, crescia em torno de indústrias nascentes e tomavam corpo, despertando uma consciência própria.¹⁰³

Entretanto, essa alteração da conjuntura não causou impacto rápido e profundo nos discursos sobre participação política. O intuito fundamental ainda era o de trocar a oligarquia governamental por outra, admitindo-se maior sensibilidade à questão social que se mostrava tão mais intensa quanto mais se aprofundavam os efeitos da crise econômica inaugurada em 1929. Mas a campanha presidencial reservava surpresas que mostrariam o nível de expectativa popular que ultrapassava a tradicional apatia dos eleitores diante de um sistema eleitoral notoriamente fraudulento.

Getúlio Vargas, como candidato apático e indiferente, desembarcou no aeroporto do Rio de Janeiro já em dúvida se deveria fazer campanha em São Paulo e em Minas Gerais. Para a sua surpresa, foi recebido por uma entusiástica massa popular que o acompanhou até o hotel e despertou grande mobilização no comício da esplanada do Castelo. Diante da grande insistência de Collor e Lusardo, Getúlio Vargas decidiu ir até São Paulo divulgar sua plataforma política em comícios, sabendo que mal havia dinheiro para fretar o trem e pagar a banda de música. Assim que a comitiva chegou a São Paulo, houve o cortejo oficial previsível, mas à medida que o candidato da Aliança Liberal avançava pela avenida Rangel Pestana, em direção ao Brás e ao bairro industrial, a população ia se avolumando até que, às 20:00 horas, uma multidão tomou completamente a várzea do Carmo aplaudindo os oradores que se revezaram em quatro horas de comício.

Não apenas Paulo Nogueira surpreendeu-se com a receptividade popular aos discursos da Aliança Liberal, mas João Neves lembra que havia recebido recomendações pessoais de Getúlio Vargas para que não mencionasse a palavra revolução, na viagem eleitoral pelo Nordeste brasileiro. Entretanto, quando o orador gaúcho chegou no teatro Santa Isabel, em Recife, foi recebido por uma enorme platéia que não queria ouvir outra coisa senão palavras de ordem convocando para a *revolução brasileira*,¹⁰⁴ que obviamente não se limitaria ao comparecimento ordeiro às urnas, mas implicaria colocar em cheque o modelo político vigente,

¹⁰³ *Idem*, p. 390.

¹⁰⁴ NEVES, João da Fontoura. *Memórias – a Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 282-283.

ainda que os candidatos opositoristas não acenassem com um projeto verdadeiramente revolucionário.

Gregório Bezerra testemunhou o espancamento da multidão ao término do comício liberal em Recife. Segundo as suas palavras, o clima favorável à mobilização popular, despertado pela Aliança Liberal, não foi suficientemente aproveitado pelas forças progressistas:

A polícia fez carga sobre o povo, desde o teatro até as ruas da Florentina, do Imperador, Nova, do Sul e as pontes de Santa Isabel, Buarque e Boa Vista; e em toda a praça Santa Isabel diante do palácio do governo do Estado. A tudo assistiu o próprio governador, que se encontrava na sacada do palácio. Era um governo de sangue, ódio e torturas. O povo, apavorado, atirava-se do cais e das pontes ao rio. Desgraçadamente, o Partido não soube tirar proveito de semelhante fato, o que me deu a impressão de que, em Pernambuco, o Partido Comunista não estava à altura da situação política existente no Estado.¹⁰⁵

Se os comunistas tinham dificuldades para empreender o engajamento das massas, entre os liberais o aproveitamento da mobilização popular não foi muito diferente. A ambigüidade da plataforma da Aliança Liberal¹⁰⁶ era inegável, a tal ponto que Batista Lusardo e Plínio Casado sugeriram a João Neves da Fontoura a necessidade de Getúlio Vargas fazer um “manifesto à nação” no qual se comprometeria a garantir a participação dos partidos políticos minoritários e o voto secreto, proposta essa que deveria ser colocada diante do novo Presidente por um grupo de juristas e o Congresso Nacional.¹⁰⁷ Importante lembrar que Vargas já havia se colocado contra o voto secreto em 1927 e mostrara-se um implacável opositor às idéias de renovação política defendida nos movimentos contestatórios da década de 1920.¹⁰⁸

Otto Kirchheimer¹⁰⁹, quando avaliou as alterações programáticas dos partidos políticos contemporâneos, desde o funcionamento atrelado à representação de classes sociais, grupos ou indivíduos com necessidades bem definidas, até aos modelos pragmáticos que buscam conquistar o maior número de eleitores por meio de programas abrangentes, destacou que a combinação de interesses conflitantes nas plataformas partidárias acontece pela neutralização das normas jurídicas que potencializam os conflitos e pela intermediação - sempre de maneira formal e institucionalizada – das demandas sociais mais polêmicas. Essa tendência, na virada dos anos

¹⁰⁵ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 216.

¹⁰⁶ Boa parte do programa tinha fundamentação econômica e procurava atender o maior número possível de interesses. Aos cafeicultores defendeu a política de proteção do café; aos adeptos da industrialização defendeu a implantação da indústria de base e investimentos em infra-estrutura (transportes); aos pequenos agricultores acenou vagamente com o “início de uma política agrária” comprando latifúndios e redistribuindo terras para “fixar o homem ao campo”; aos eleitores de menor renda assumiu o compromisso de mais hospitais e escolas rurais; enquanto aos políticos liberais (sobretudo dos partidos regionais de oposição) ergueu a bandeira da anistia, do voto secreto, da justiça eleitoral autônoma e da revogação da Lei de Imprensa.

¹⁰⁷ Arquivo Assis Brasil, 23-7-1930, NUPERGS-UFRGS.

¹⁰⁸ FONSECA, *op. cit.* 1989, p. 85-89.

¹⁰⁹ KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In *Cuadernos de Ciencia Política*, Partidos políticos 3- tipos de partidos políticos. Montevédu, UROU, Instituto de Ciencia Política, 1992, p. 41-58.

1920 para 1930, no Brasil, mostrava-se pela reivindicação de alteração da Lei Eleitoral visando pleitos mais fieis à vontade do eleitor, bem como pleiteava-se a maior presença dos partidos políticos como intermediários entre o Estado e as demandas sociais mais emergentes.

A solução violenta de outubro de 1930 só ocorreu porque não se permitiu as adequações do sistema partidário eleitoral mencionadas anteriormente e pelo fato das demandas sociais materializadas na mobilização da campanha da Aliança Liberal não terem suscitado medidas de caráter prático e imediato junto aos partidos situacionistas, que permaneceram imobilizados enquanto os partidos oposicionistas não chegavam a um acordo quanto às medidas que deveriam adotar frente à permanência do sistema fraudulento que alijava a oposição do poder e das retaliações que certamente viriam do novo governo federal. Os oposicionistas sabiam do impacto inusitado que a campanha eleitoral havia provocado na opinião pública e que tinham força econômica, militar e política para articular uma contra-ofensiva *revolucionária*. A dúvida que restava era sobre os resultados inesperados que um levante com apoio popular poderia provocar sobre a estrutura política.

Essa ambivalência explicava-se pela *lógica do poder* que condicionava o comportamento político dos três estados preponderantes da federação: São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.¹¹⁰ A Constituição de 1891 havia construído um pacto federativo no qual os estados gozavam de considerável autonomia, podendo recrutar tropas, estabelecer código civil, comercial e penal, explorar minérios, negociar empréstimos externos e vender títulos no exterior. Com tal liberdade de ação, esses três estados projetavam-se no cenário nacional, sobretudo por suas economias robustas, polícias militares que rivalizavam com o Exército e um contingente de eleitores proporcional à sua população - 41% dos habitantes do país. Assim, a história política da Primeira República pode ser analisada como um delicado equilíbrio entre os partidos regionais desses três estados, com a oscilante participação do Exército, normalmente ao lado do Rio Grande do Sul.

Cada um desses estados procurava conquistar e manter a ascendência sobre o governo federal, ou pela conquista da Presidência da República – caminho preferencial – ou pela atuação no parlamento e nos ministérios, visando criar políticas monetárias e fiscais comprometidas com suas economias agro-pastoris. O Rio Grande do Sul era o mais frágil elemento dessa composição e ainda não havia colocado um presidente no Palácio do Catete, conformando-se com alguns ministérios e pressões ocasionais por meio do Congresso Nacional.

Quando surgiu a possibilidade de um levante revolucionário contra os vencedores do pleito de 1º de março de 1930, tendo à frente Getúlio Vargas, a elite sul-rio-grandense

¹¹⁰ LOVE, Josephe L. *O regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva. 1995., p. 117.

compreendeu que, pela primeira vez, iria se instalar como força preponderante no governo federal e disso não deixou dúvida Borges de Medeiros quando recomendou a Vargas uma atitude “passiva, mas simpática diante da revolução”, lembrando que “o Partido Republicano deveria ter papel preponderante na luta”¹¹¹. Raul Pilla, líder da oposição gaúcha, percebia as ambições dos rivais políticos e em uma carta dirigida a Assis Brasil colocou em questão o desprestígio de Getúlio para conduzir individualmente a revolução e destacou que o programa revolucionário era tão restrito que “seria mal recebido por uma opinião que ansiava pela remodelação radical do país.”¹¹²

A solução para esse impasse entre a manutenção do sistema partidário-eleitoral elitista e fraudulento e a necessária legitimação popular para o rompimento radical das regras institucionais, veio com a disparatada composição de idéias e homens reunidos na *revolução* de outubro de 1930... A historiografia já explorou exaustivamente essa composição de remanescentes do tenentismo, liberais opositores e inconfundíveis líderes conservadores como Borges de Medeiros e Antônio Carlos (além do próprio Getúlio), assim como o desfecho desse arranjo insustentável.

Efetivamente, os liberais paulistas e sul-rio-grandenses chocaram-se com a facção reformadora mais radical, como mostra o protesto de Raul Pilla quando afirmou que Juarez Távora e João Alberto com seu militarismo fascista e Oswaldo Aranha com sua ambição desmedida iriam levar o país “ao descabro completo”¹¹³; os gaúchos erguidos ao poder com Getúlio, excetuando-se Oswaldo Aranha, foram preteridos, de tal forma que em 1934 havia apenas um conterrâneo do presidente no gabinete, ao lado de dois paulistas e três mineiros; se, em um primeiro momento, alguns representantes do movimento tenentista, como Juarez Távora e João Alberto, além do Tenente Coronel Góis Monteiro e Oswaldo Aranha foram as verdadeiras eminências pardas do governo, compondo o *gabinete negro*, responsável pelo *pacto de Poços de Caldas*, de onde saíram as medidas centralizadoras e autoritárias, como o Código dos Interventores e o Tribunal Revolucionário, posteriormente esses líderes foram anulados com manobras políticas conduzidas por Getúlio¹¹⁴.

¹¹¹ VARGAS, G. *Diários*. São Paulo : Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, p. 7.

¹¹² Arquivo Raul Pilla , 24-09-30, NUPERGS-UFRGS.

¹¹³ Arquivo Assis Brasil, 3-12-1930, NUPERGS-UFRGS.

¹¹⁴ Oswaldo Aranha teve de conformar-se com a função de diplomata brasileiro nos EUA – quando ainda não sabia falar no idioma inglês; Góes Monteiro foi controlado por manobras de promoções ao generalato de seus adversários, mas manteve-se como importante agente de poder, sobretudo contra o regionalismo de Flores da Cunha e na montagem do golpe de 1937; fim menos prestigiado tiveram os antigos tenentes que além de alguns feudos políticos no Nordeste foram progressivamente excluídos do centro das decisões.

Portanto, procurar no primeiro governo de Vargas a articulação entre partidos políticos e movimento de massas é transitar no vazio. Isto porque, ao longo da primeira metade da década de 1930, Vargas manobrou no sentido de minimizar a pressão dos partidos e mesmo inviabilizá-los como organização política, ao mesmo tempo em que chamava para si a prerrogativa de condução das massas. Nesse sentido, Jiménez¹¹⁵, ao comentar as características dos partidos de apelo popular na América latina, destaca que estes surgiram da necessidade de mobilizar um vasto setor da população marginalizada da política e o governo de Getúlio Vargas esteve inserido nessa tendência de construir alianças estratégicas para depois dar origem aos partidos monopolistas, que se atribuíam prerrogativas de salvação nacional, acima das ideologias e demais organizações políticas civis, contando, para isso, com uma estrutura burocrática centralizadora e o amparo das forças armadas.

Portanto, quando queremos compreender a ligação partido-massas no Brasil, ao longo da década de 1930, devemos procurar nos projetos daqueles partidos oposicionistas que tentaram (com maior ou menor êxito) relacionar suas práticas com o engajamento popular, a exemplo dos partidos liberais paulistas e gaúchos reunidos em frente única, das iniciativas de construir uma ampla aliança como foi a ANL, bem como nas iniciativas dos partidos de feição marxista com suas propostas de mobilização total.

Os partidos marxistas podem ser enquadrados na tipologia de Jiménez como *partidos de militantes*, que resultaram do trabalho contínuo de elementos de base, normalmente em número reduzido, para facilitar a coesão e os trabalhos de coordenação. Sua força vinha de uma vanguarda militante, dirigida por pessoas que se impunham pela doutrina e ideologia, sem grandes preocupações eleitorais. Sua maior fraqueza estava na capacidade de mobilização, frequentemente comprometida com a dicotomia estabelecida entre a visão estratégica e ação tática dos militantes. Eram, em sua grande maioria, partidos com vocação minoritária e inclinação para lutar contra o sistema, organizados em pequenos núcleos burocráticos, ciosos da ordem interna partidária. Dessa caracterização, percebe-se que o grande desafio anteposto a esses partidos era construir um sistema de participação política que mantivesse a unidade ideológica e hierárquica ao mesmo tempo em que estendia sua presença em vastos setores sociais.

Já os partidos liberais, que compunham as frentes paulista e gaúcha, vinham de uma tradição republicana, conservadora e elitista, construída em torno do prestígio de alguns notáveis, que eram o centro do sistema clientelista. Liberais e individualistas nos discursos, os membros dos partidos tradicionais evitavam submeter suas decisões e posicionamentos à crítica pública, assim como defendiam um conceito de participação política circunscrita ao voto monitorado e

¹¹⁵ JIMÉNEZ, Alfredo R. *Los partidos políticos latinoamericanos*. Mérida – Venezuela: Universidad de los Andes, 2001.. p. 130-132.

freqüentemente manipulada. A emergência das *questões sociais*, dos grupos políticos contestadores nos grandes centros urbanos, bem como a necessidade de diversificar a economia e de enfrentar movimentos de forte apelo popular fizeram com que esses partidos buscassem novas estratégias de inserção social e mobilização massiva dos setores subalternos da sociedade.

Se os partidos comunistas do Uruguai e do Brasil tinham fortes semelhanças – em boa medida devido à filiação a Terceira Internacional – os partidos liberais desses dois países guardavam sensíveis diferenças. No contexto uruguaio, Gabriel Terra jamais pôde submeter inteiramente, sob sua orientação, os partidos opositores que conseguiram, em momentos decisivos, mobilizar amplos setores sociais contra as medidas centralizadoras e autoritárias do governo. Já no Brasil, o *partidismo* foi se esvaziando pela ausência de uma estratégia de resistência ao centralismo federal, clivando-se pela competição de lideranças difusas.

Na seqüência, iremos dar continuidade à primeira parte desta tese e trabalhar inicialmente os discursos opositores dos partidos liberais no Brasil e no Uruguai, em relação às suas propostas de mobilização política massiva, para depois destacar os discursos dos partidos de inspiração ideológica marxista nos dois países. Note-se que a designação dos grupos opositores não liberais como sendo de inspiração ideológica marxista atende as hipóteses propostas e serve para organizar as temáticas trabalhadas na tese. Contudo, sabe-se que no interior dessa categoria havia grupos rivais na disputa pelo *proletariado* e que tinham em comum somente a radicalidade de seus discursos contra a ordem capitalista e a classe burguesa, além é claro de serem parte da oposição aos regimes de Gabriel Terra e Getúlio Vargas.

1.2 Os liberais brasileiros em oposição a Getúlio Vargas

Sabe-se que a expressão liberalismo é excessivamente ampla para comportar um único conceito. O percurso vai desde as clássicas formulações de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) e John Stuart Mill (1806-1873), intransigentes defensores da propriedade privada, economia de mercado, liberdade de comércio internacional, fim das corporações, desregulamentação do trabalho, liberdades políticas e governos representativos, passando pelos liberais mais sensíveis às questões sociais e à intervenção do Estado como Thomas Hill Green (1836-1882), John Hobson (1858-1940) e Leonard Hobhouse (1864-1929) que admitiam a participação política como uma obrigação moral e aceitavam a interferência do Estado para garantir aos indivíduos o acesso às mais altas liberdades, para impor uma taxa redistributiva e combater a má distribuição de renda. Culminando com os liberais do século XX, entre eles, aqueles com forte propensão ao reformismo social, como o francês Émile Chartier (1868-1951), os jovens e imaginativos italianos Piero Gobetti (1901-1926) e Carlo Rosselli (1899-1937) que

buscaram a raiz liberal do socialismo e o grande jurista da República de Weimar, o austríaco Hans Kelsen (1881-1973) com sua *Teoria Pura do Direito* (1934) e a compreensão do Estado como um conceito funcional mais amplo das relações sociais, para mencionar apenas alguns nomes entre aqueles mais preocupados com a interface entre Estado e sociedade civil.¹¹⁶

Os liberais opositores ao governo de Getúlio Vargas, a partir de 1931, não conseguiram manter um programa comum de ação ou pensamento político, mas se mantiveram próximos das características mais lembradas do liberalismo: eram racionalistas no sentido de crer no Estado laico e administrado por especialistas orientados por princípios racionais; individualistas na acepção de que a representação política ocorria à serviço da liberdade dos indivíduos, organizando-a e garantindo sua permanência diante do poder estatal; reformistas na medida que se opunham às mudanças radicais da ordem vigente e defendiam soluções evolutivas e paulatinas; constitucionalistas porquanto defendiam o aprimoramento das instituições políticas e sociais por meio de legislação superior em seus princípios (a Constituição), esta capaz de regular todas as demais normas do Estado de Direito e do convívio democrático e eram partidistas, uma vez que defendiam os partidos políticos como unidade fundamental da participação política institucionalizada.

Portando, o apego ao constitucionalismo e ao formalismo democrático restrito à representação indireta por líderes escolhidos no interior da organização partidária e pelo voto (universal ou não), a abstração dos representados em categorias universais como *povo* ou *nação* e a restrição do confronto político aos limites das disputas interpartidárias por posições de governo são as características fundamentais dos liberais brasileiros deste período. Naturalmente, para esses liberais, o Estado era neutro e mínimo, somente lembrado enquanto aparato burocrático e regulador nos momentos de obter os benefícios da regulamentação econômica e da ação repressora sobre os movimentos populares. Bem mais próximos dos liberais da primeira metade do século XIX, do que daqueles que destacaram a importância do Estado como entidade jurídica constitutiva da sociedade e em constante simbiose com ela (Hans Kelsen) ou como instituição mediadora das adaptações e experiências sociais (John Dewey) os liberais brasileiros tiveram de repensar a autonomia do sistema partidário-eleitoral quando enfrentaram a ação de líderes e organizações políticas com forte apelo popular, ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Deve-se reconhecer que tudo lhes era desfavorável no período entreguerras. A fé na razão, no progresso e na ciência fora abalada pelo ceticismo e pelo predomínio da ação direta e de curto prazo; a suspeita representada em pensadores como Marx, Nietzsche e Freud, bem como a proposta da violência em Georges Sorel aprofundaram a crise da consciência moral. Contudo, deve-se acrescentar que a crise do liberalismo nas décadas de 1920 e 1930 não foi apenas uma

¹¹⁶ MACEDO, Ubiratan. B. *O liberalismo moderno*. Brasília, Instituto Tancredo Neves, 1997.

consequência imediata das alterações culturais mencionadas anteriormente ou das medidas estatizantes e centralizadoras bem sucedidas na Europa e nos Estados Unidos. Ainda que nomes como Roosevelt, Stalin, Hitler e Mussoline tenham ganhado projeção como líderes que ousaram romper com os tabus do liberalismo econômico e político, obtendo sucessos surpreendentes, o fato é que, no Brasil, não havia uma clara oposição ou resistência, por parte dos liberais, em relação aos métodos empregados por aqueles líderes para amenizar a instabilidade social e o caos econômico.

Particularmente ilustrativo desse posicionamento é o discurso de Armando Salles de Oliveira, político liberal, anticomunista convicto, articulador do novo quadro partidário paulista em agosto de 1934, quando se aproximou do governo de Getúlio Vargas e neutralizou os remanescentes da oposição paulista, concorrendo – três anos mais tarde – à Presidência da República em uma eleição sabotada pelo golpe estado-novista. Segundo sugestão desse político:

Peçamos à Itália, à Alemanha e a Portugal os poderosos métodos de propaganda, por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do país a palavra de união e de fé em volta da bandeira da pátria. Imitemos essas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora. Conservemos, porém, com nossas roupas, permaneçamos brasileiros.¹¹⁷

O apelo aos sentimentos patrióticos dos cidadãos era elemento comum na retórica da classe política, de tal maneira que se buscava mediar a relação cidadão-partido político na base da filiação patriota-nação, e esse recurso era tanto mais nítido quanto mais prosperavam as cruzadas redentoras do nazi-facismo. Deve-se reconhecer que esse teor nacionalista estava incluído em todos os discursos partidários da época, mesmo no discurso comunista, comprometido com o internacionalismo proletário. Dessa maneira, ser militante ou simpatizante de um determinado partido significava estar comprometido com uma proposta nacional de desenvolvimento, de condução dos conflitos sociais e de inserção no processo político partidário-eleitoral.

Pode parecer lugar comum e ter pouco relevo essas características conjunturais, mas implicou em significativa alteração nos discursos dos partidos brasileiros que tiveram de superar seu nítido viés regional por uma visão global do Brasil. Essa alteração *pasteurizou* a fisionomia dos muitos partidos remanescentes da Primeira República, colocando-os diante da opinião pública como facções de propósitos, discursos e estruturas semelhantes, diferenciando-se exclusivamente nos nomes dos políticos profissionais que se apresentavam para o rateio dos cargos públicos. Os partidos alternativos ao liberalismo (de inspiração fascista ou marxista) tiravam máximo proveito disso, desmoralizando a formalidade e o elitismo das estruturas partidárias, tal como se verifica nesse extrato de um texto integralista:

¹¹⁷ SALLES OLIVEIRA, Armando de. *Jornada democrática*. (discursos políticos). Rio de Janeiro: José Olympio. 1937, p. 8.

Os partidos são os órgãos que os liberais oferecem para a manifestação da vontade coletiva. Mas o mais ligeiro exame revela a inconsistência dessa tese. Os partidos, reunindo ou confundindo os mais disparatados interesses, à sombra de uma promessa de programa ou, como é mais freqüente, sob o bafejo de um nome de influência, vivem inteiramente separados da vida da nação. Os candidatos ao governo da coisa pública saem dos conchavos secretos dos bastidores, e apresenta-se a um eleitorado heterogêneo, o qual, quase sempre, se desinteressa pelos pleitos, ou então paga com o voto um favor recebido, ou com o voto conquista um protetor para as horas amargas, quando não põe em leilão o inexpressivo título de cidadania.¹¹⁸

Com a mesma *acidez*, Vamireh Chacon¹¹⁹ faz uma análise do sistema de partidos durante a Segunda República (1930-1937). O autor inicia destacando a decepção dos *tenentes* com a permanência dos vícios da Primeira República, propondo sua substituição por um programa de reformas confuso, contraditório, misto de nacionalismo, antiliberalismo, representação corporativa e socialismo reformista, que não esteve a altura das expectativas populares criadas com a Revolução de 1930. Posteriormente, o mesmo autor avalia a proliferação dos partidos políticos que se apresentaram para as eleições da Assembléia Nacional Constituinte (1933), com nomes que remetiam às palavras “social”, “liberal”, “progressista”, “nacionalista”, e até “socialista”, mesmo sendo organizações tipicamente conservadoras.

Entre dezenas de partidos que, segundo o novo código eleitoral, poderiam ser permanentes ou organizados casuisticamente às vésperas das eleições¹²⁰, as regiões que se destacaram pelo número de eleitores e de candidatos eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte foram Minas Gerais (37 representantes), São Paulo (22), Baía (22), Rio de Janeiro (17), Pernambuco (17) e Rio Grande do Sul (16). A representação classista fez-se presente com 18 representantes dos empregados, 17 dos empregadores, 3 das profissões liberais e 2 dos funcionários públicos.

A pluralidade de pequenas organizações representativas que se apresentaram ao pleito eleitoral – a lei eleitoral de 1932 exigia apenas trinta cidadãos inscritos para constituir um partido “ocasional” – poderia indicar uma efetiva participação política fiel à pluralidade e ao amplo debate público, portanto distanciada do elitismo organizacional e mais próxima do regime democrático. Mas a presença efetiva dos eleitores às urnas desmente esse otimismo. A população estimada do Brasil em 1930 era de 41.477.824 habitantes e a lista de eleitores de 1933 contabilizaram 1.438.729 eleitores inscritos, dos quais 1.222.624 votaram e, destes, foram apurados 1.157.761 votos, ou seja, cerca de 2,79% do total de habitantes (excluídos os

¹¹⁸ REALE, Miguel. *Súmula do Integralismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1936, p. 17-18.

¹¹⁹ CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*, p. 114-134.

¹²⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1936, v.2, representação política, tabela II – *Eleições dos representantes para a Assembléia Nacional Constituinte*. Entre listas de candidatos, partidos e grupos de partidos, apresentaram-se 104 opções aos eleitores, com 1.040 candidatos.

analfabetos, as mulheres e os menores de 21 anos) escolheram os seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte.

No ano seguinte, para a escolha dos integrantes dos poder legislativo dos estados, a participação política partidário-eleitoral evoluiu discretamente. O número de eleitores inscritos cresceu para 2.659.221 e o de votos para 1.992.949. Os estados com maior percentual de participação política foram o Rio Grande do Sul com 11%, Santa Catarina com 9% seguidos de São Paulo, Sergipe e Rio de Janeiro com 8%.¹²¹

Essa discrepância entre o discurso liberal e as práticas partidárias-eleitorais remete para o pensamento dos cientistas políticos representantes da linha estrutural elitista, que sustenta que o governo, inevitavelmente, é exercido por uma minoria. Em nome desse *realismo* na análise do político, o conceito de democracia recebe um teor mais conservador, no qual o cidadão médio é considerado incapaz e apático, necessitando de uma elite responsável pela estabilidade institucional.

Nessa perspectiva destacaram-se pensadores da sociologia política como Gaetano Mosca¹²² e Robert Michels¹²³ que eram pessimistas em relação ao ideal de Rousseau acerca da ampla participação popular na política, enfatizando que toda a sociedade tem de ter uma elite no governo ou que as instituições representativas teriam de optar ou pela organização eficaz ou pela democracia – mas não por ambas, uma vez que a racionalidade política estaria comprometida pela irracionalidade popular. Nas três primeiras décadas do século XX, os defensores dessa linha de entendimento adotaram como argumentos a falência da República de Weimar e a posterior substituição do modelo de participação política eleitoral-partidária pela participação massiva conduzida pelo nazi-fascismo, fazendo crer que o ingresso das massas na política implicava, mesmo, a adesão aos regimes autoritários e não aos democráticos.

O que a primeira experiência partidário-eleitoral depois da revolução de 1930 mostrou foi que a pluralidade política das agremiações não se impôs na arena política diante dos partidos regionais; que pequena percentagem da população presente no pleito eleitoral desmentia a representatividade daqueles que foram escolhidos para redigir a liberal Carta de 1934; que o complexo sistema burocrático de controle da moralidade eleitoral¹²⁴ não foi a medida suficiente para garantir o revezamento no poder e a pluralidade política.

¹²¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, v.3, Situação Administrativa e Política, Tabela I – *Eleição do Poder Legislativo da União*. No senso de 1940, 56,17 dos brasileiros com mais de 15 anos eram analfabetos.

¹²² MOSCA, G. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

¹²³ MICHELS, Robert. *Los partidos políticos: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de las democracias modernas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

¹²⁴ Foram criados 22 tribunais eleitorais regionais atrelados ao Superior Tribunal Eleitoral; 750 júzós eleitorais e 1400 cartórios, responsáveis por 753 zonas e 5.411 seções eleitorais. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Apesar dessas limitações, os partidos regionais, tal como havia percebido Vamireh Chacon, procuraram difundir plataformas partidárias que despertassem a adesão do maior número possível de eleitores, conformando-se às novas exigências políticas desse período, que podem ser sistematizadas nos seguintes termos: a) dar encaminhamento à questão social com soluções pontuais e concretas, normalmente reduzidas à conquista de alguns direitos trabalhistas e maior acesso à educação e saneamento básico; b) conciliar a tradição regionalista das organizações partidárias com as crescentes práticas de centralização administrativa e econômica, adotadas pelo governo federal, o que implicava continuar sendo partido regional mas com discurso nacional; c) fortalecer as práticas liberais de participação política com base nas instituições partidárias e eleitorais por meio da moralização e retidão dos pleitos, opondo maior resistência aos apelos da participação direta proposta por ideologias de cunho fascista ou comunista.¹²⁵

Exemplar disso é o caso do Partido Republicano Liberal¹²⁶ de Flores da Cunha. Organização criada na emergência do pleito eleitoral para a nova Assembléia Constituinte (1933), contou com a determinação do interventor do Rio Grande do Sul, que não vacilou em utilizar toda a estrutura pública para cooptar e pressionar lideranças locais e novos correligionários. O novo partido tinha ampla plataforma que defendia o sufrágio secreto para os dois sexos, autonomia estadual e dos municípios, mandatos eletivos temporários, responsabilidade de ministros e secretários (em uma clara referência às propostas dos libertadores, de quem se queria esvaziar o discurso distintivo), austeridade administrativa governamental, diminuição dos impostos, ampliação de créditos, ampliação dos benefícios aos funcionários públicos (o que, de certa maneira, diminuía o impacto das propostas do Partido Republicano Rio-grandense mesclando medidas de austeridade com outras paternas e liberalizantes), regime de trabalho de oito horas, salário mínimo, regulamentação do trabalho noturno, reconhecimento dos sindicatos, cooperativas e associações profissionais como organizações legítimas de representação laboral, estabelecimento de tribunais para a mediação entre empregados e patrões e ampliação do ensino técnico (propostas convergentes com as

E ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1936, v.2, Representação Política, tabela I – *Organização e divisão eleitoral*.

¹²⁵ D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ-FGV, 1999, p.7-51, faz uma detalhada análise das mudanças institucionais ocorridas entre 1930 e 1954, destacando que no âmbito político três grandes questões despertaram maior interesse: a) como construir um sistema representativo dos interesses, ao que foi proposta, com êxito, a alternativa corporativista; b) como construir um sistema representativo à nível de federação, questão que teve seu encaminhamento com uma revisão dos pressupostos liberais das disputas eleitorais e partidárias até a sua negação; e, por fim, c) como trazer maior legitimidade e autoridade ao sistema presidencialista, ao que se propôs uma relação de caráter plebiscitário entre chefe de governo e sociedade civil.

¹²⁶ Esse partido foi criado pelo interventor com a finalidade de neutralizar a força política dos partidos tradicionais do Rio Grande do Sul, Libertador e Republicano, depois que estes se opuseram a Flores da Cunha e Getúlio Vargas, durante a revolta paulista de 1932.

iniciativas adotadas em nível federal que consolidaram uma plataforma mínima de exigência dos trabalhadores, desde o projeto de Lindolfo Collor).¹²⁷

Estes partidos que obtiveram predominância na Assembléia Nacional Constituinte, a partir de uma ascensão nos pleitos eleitorais regionais, ainda não haviam se colocado em rota de colisão com o projeto totalitário ensaiado por lideranças militares e civis que se aproximavam de Getúlio Vargas e que, a partir de 1935, solaparam todas as garantias e direitos fundamentais do cidadão, inscritos na Constituição de 1934. Pensava-se que ainda era possível negociar uma rotatividade no poder, desde o principal cargo da República até os níveis municipais, de acordo com as prerrogativas das elites regionais associadas ao governo federal. Esse esforço pela previsibilidade e estabilidade do sistema político, partidário e eleitoral tinham suas premissas fundadas na presumida apatia do cidadão mediano, conformado às mesmas lideranças que se revezavam no poder desde a década de 1910 (e mesmo antes) e no formalismo das regras democráticas, a rigor, na nova regra eleitoral concedida pelo Governo Provisório, em 24 de fevereiro de 1932.

Aspecto interessante para a análise dessa tese é destacar que o novo código eleitoral brasileiro buscou sua referência na vizinha República Oriental do Uruguai, símbolo de estabilidade e civilidade eleitoral e partidária. Na verdade, é necessário reconhecer, não se tratou de mera referência, mas cópia fiel de vários artigos existentes na *Ley de Registro Cívico Nacional*, de 7 de janeiro de 1924. A legislação brasileira foi mais prodigiosa no número de artigos (o dobro da legislação uruguaia), mas em alguns, a exemplo do artigo nº 92, ocorreu a transcrição literal. A origem desse mimetismo é fácil de detectar: entre os responsáveis pela elaboração do anteprojeto encontramos Assis Brasil, o político gaúcho que bem conhecia e admirava o sistema partidário-eleitoral uruguaio¹²⁸, ao lado de outro entusiasta do voto secreto e universal, o paulista Mario Pinto Serva, assessorados ainda pelo jurista João Cabral, que dois anos antes havia escrito o livro *Sistemas Eleitorais*, no qual expressava o seu entusiasmo pelo exemplo uruguaio.

O problema deste mimetismo, detectado pelo jurista Othelo Rosa¹²⁹, é a transposição pura e simples de uma tradição eleitoral e partidária construída historicamente no contexto uruguaio – tradição cujas características já avaliamos no início da primeira parte da tese - para a realidade brasileira. A título de exemplo, o artigo 92 - mencionado anteriormente - regula a

¹²⁷ TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário-republicano rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Org.) RS: economia e política, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 184-185.

¹²⁸ Essa filiação de Assis Brasil torna-se nítida no livro *Democracia representaiva: do voto e do modo de votar*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

¹²⁹ ROSA, Othelo, *Reforma eleitoral e projeto de registro eleitoral feminino*. Crítica ao anteprojeto. Porto Alegre: O Globo, 1931.

forma de credenciamento do eleitor, exigindo documentos como negativos fotográficos, fichas de identificação e datiloscópicas, além de uma extensa lista de documentos autenticados, como se em toda a extensão do território brasileiro existissem cartórios e postos de identificação aparelhados para tal fim.¹³⁰

É necessário destacar que Othelo Rosa era um jurista conservador que desaprovava o voto universal, por julgar que no Brasil os “cidadãos conscientes e lúcidos, capazes do exercício normal dos direitos democráticos e principalmente dos correlatos deveres democráticos” só existiam em “escassa minoria”. Contudo, ele mesmo reconheceu que o anteprojeto apresentado ao governo tinha seu mérito ao ampliar o sufrágio, tornando-o acessível a todos alfabetizados, com maioria civil, tendo apenas três meses de residência para a inscrição, além da previsão do voto feminino. Igualmente importante era o esforço para ampliar as condições de produção de provas nos processos eleitorais e a previsão da fiscalização dos pleitos pelos partidos.

O Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 que regulou a nova Lei eleitoral brasileira mostrou alguns enxertos que criavam um distanciamento significativo entre o liberalismo eleitoral dos uruguaios e a necessidade imediata da ditadura do governo provisório. Um exemplo disso foi o artigo 142, que incluía a possibilidade do governo, quando convocasse a Assembléia Nacional Constituinte, regular “o modo e as condições da representação das associações profissionais”. As idéias da representação por atividade profissional e do funcionamento dos conselhos técnicos, que substituiriam os políticos ligados aos partidos tradicionais, não eram estranhas nem antipáticas a Getúlio Vargas que defendeu essa possibilidade em alguns de seus discursos. Além disso, sabe-se que forças políticas como o nascente integralismo e o Clube 3 de Outubro eram amplamente favoráveis à *despolitização* na gestão da coisa pública por meio da representação das classes laborais.¹³¹ Igualmente ilustrativo, foi o artigo 19 que definia quem seria excluído do novo alistamento eleitoral, prevendo os indivíduos com incapacidade física ou moral (inciso 3º) e os “excluídos por decisão dos tribunais de exceção, criados pelo governo provisório da República (inciso 5º).”¹³²

Contudo, o foco dirigido para a diversidade dos extratos sociais e suas representações legítimas, excluindo-se a tradicional representação partidária calcada em *modelos liberais passadistas*, mal encobria o duro confronto que ocorria entre os partidos políticos regionais e as forças centralizadoras como as *legiões revolucionárias* e o *Clube 3 de outubro* que defendiam

¹³⁰ As dificuldades do alistamento regulado pelo Decreto nº 21.669, de 25-07-1932, tornaram-se explícitas com as providências de emergência para facilitar o processo (Decreto 22.168, 5-12-1932), e com as prorrogações de prazo concedidas pelos Decretos nº 22.249 (23-12-1932), 22.560 (20-03-1933), 22.592 (29-03-1933) e 22.607 (3-04-1933)

¹³¹ BARRETO, Álvaro, A. B. O código eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. Em *História em Revista*, Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, n.8, v.1, dezembro de 2002.

¹³² Lei Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, Arquivo NUPERGS, UFRGS.

um estado forte, sem obediência aos sistemas políticos transplantados, capaz de pôr fim ao latifúndio, aos trustes e monopólios, sobrepondo-se às classes e às massas e protagonista de um amplo movimento de nacionalização de todos os setores da sociedade, incluindo aí, a extinção dos partidos regionais.

Percebe-se que os partidos políticos tinham razão para estarem atentos ao surgimento de novas demandas e novos grupos sociais capazes de exercerem pressão sobre as decisões políticas, mediante o instrumento do voto, visando obter maiores garantias de representatividade. Efetivamente, a crescente organização dos trabalhadores em sindicatos sinalizava a necessidade emergente dos partidos liberais atualizarem seus discursos, incorporando o sujeito trabalhador ou operário como elemento das fórmulas de participação política. Para se ter uma idéia dessa crescente organização sindical – e de seus limites – basta verificar o anuário estatístico do Brasil¹³³ de 1936 e observar o número de sindicatos oficialmente estabelecidos entre 1931 e 1934. Em 1931 foram reconhecidos 44 novos sindicatos; em 1932, 122; em 1933, 349; em 1934, 506. Essa proliferação sindical estava regionalmente concentrada nos estados de São Paulo (19,59%), Minas Gerais (14,69%), Distrito Federal (12,83%), Rio de Janeiro (10,48%) e Rio Grande do Sul (10,28%) que detinham, respectivamente, esses percentuais de sindicatos reconhecidos no período.

É importante lembrar que estes estados eram representados por fortes partidos regionais que rivalizavam com o governo federal na captação de apoio político popular e que a concentração de novos sindicatos no distrito federal, estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não era consequência somente do crescimento econômico industrial – notoriamente inferior ao do estado de São Paulo – mas pela possibilidade crescente de participação política que se apresentava diante da intensa luta de grupos políticos rivais pelo controle dos trabalhadores sindicalizados ou por sindicalizar, sobretudo nessas regiões do poder partidário-eleitoral.

Entre os novos sujeitos que perpassavam os discursos de participação política, além do trabalhador sindicalizado, não se poderia minimizar a importância de duas categorias ascendentes e fortemente ligadas: as mulheres e os católicos.

A participação política feminina, em nível institucional, não foi inaugurada com a legislação eleitoral de 24 de fevereiro de 1932. Quatro anos antes, Alzira Soriano fora eleita prefeita, no estado do Rio Grande do Norte – o primeiro caso da América Latina. Era um passo tímido, mas importante no processo de ampliação da participação política feminina. Mas a discussão sobre a mulher eleitora, obviamente, é mais antiga. Em 1821, Domingos Borges de

¹³³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1936, v. 2, seção “trabalho”, tabela V – “Sindicatos oficialmente estabelecidos 1931-1934”.

Barros, mais tarde Visconde de Pedras Brancas, magistrado e poeta baiano, propôs às cortes de Lisboa um projeto de defesa dos direitos civis e políticos das mulheres, o qual não apenas foi recusado mas ridicularizado. Iniciativas mais sérias e com propósitos maiores do que apenas causar polêmica romântica foram as dos deputados Lopes Tristão, Cezar Zama, Sá Andrade, Saldanha Marinho e Nilo Peçanha que propuseram à comissão dos 21 e em plenário da Assembléia Constituinte de 1891 projetos que admitiam, para certas categorias de mulheres, a prerrogativa do voto. Estas categorias eram: diplomadas com títulos científicos ou de professoras, que não estivessem sob os poderes maritais ou paternos, que dirigissem estabelecimentos docentes, industriais ou comerciais, bem como as que estivessem em posse de seus bens.¹³⁴

A rigor, a Constituição de 1891 não vetou às mulheres a faculdade do voto, pois no seu artigo 70 elas estão implicitamente incluídas na expressão “cidadãos”. Essa brecha foi explorada, alguns anos mais tarde, pela Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (1922), que conseguiu algumas liminares de juízes federais a favor do voto feminino. Necessário destacar que essa Federação Feminista tinha propósitos mais ambiciosos que a exclusiva faculdade do voto, tal como se observa em seus estatutos:

1- promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; 2- proteger as mães e a infância; 3- obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4- auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5- estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e do alcance público; 6- assegurar às mulheres os direitos políticos que a nossa constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; 7- estreitar os laços de amizade com os demais países americanos a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental.¹³⁵

À frente dessa entidade representativa das mulheres brasileiras, estava Berta Maria Júlia Lutz, pioneira no acesso ao serviço público no Brasil (1919) e que em 1922 representou o país na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Militando ativamente, garantiu o ingresso de meninas no tradicional Colégio Pedro II e organizou o I Congresso Feminista do Brasil. Depois de representar as mulheres brasileiras em congressos internacionais, Berta Lutz criou a Liga Eleitoral Independente (1932) e candidatou-se a uma vaga à Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal.

Paradoxalmente, o crescente debate acerca da participação eleitoral das mulheres não correspondeu, em votos e em candidatas interessadas, ao que se poderia chamar de *presença feminina na política*, especialmente na redação da nova Lei Magna do Brasil. A única deputada

¹³⁴ ROSA, Othelo, *op. cit.*, p. 45-46.

¹³⁵ *A federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e seus fins*, doc. Nº f014, NUPERGS-UFRGS.

eleita foi Carlota Pereira de Queirós, por São Paulo, que chamou Berta Lutz para trabalhar conjuntamente, no que resultaram importantes conquistas femininas na nova Constituição, como a garantia da eleição de mulheres, reforma do ensino, regulamentação do trabalho feminino, proibição da demissão por gravidez e igualdade salarial. Tanto Carlota de Queirós quanto Berta Lutz (como suplente do deputado Cândido Pessoa) foram deputadas federais até 1937 - quando foi fechado o parlamento - e protagonizaram vários debates e projetos predominantemente direcionados para as áreas da assistência social e educação¹³⁶.

Hobsbawm¹³⁷, no capítulo que reservou para explorar sinteticamente a ampliação dos papéis sociais da mulher na Europa Ocidental, destaca que conquistas substanciais como maior nível de escolaridade formal, maior autonomia e centralidade no sistema de consumo, acesso às novas profissões além do magistério, mais espaço e liberdade para movimentos e exposição da sensualidade feminina e maior reconhecimento de suas necessidades específicas restringiram-se a uma escassa minoria de mulheres da classe média ocidental, não implicaram o vínculo explícito com o movimento feminista e tampouco no maior engajamento feminino nos assuntos da política.¹³⁸

No Brasil, essa ressalva tinha maior razão de ser. Excetuando-se algumas intelectuais ou mulheres pertencentes aos setores médios, que transitavam nos centros urbanos mais dinâmicos, a esmagadora maioria das mulheres brasileiras vivia no analfabetismo e no conservadorismo patriarcal das pequenas comunidades interioranas. A carência de uma *consciência de si e de grupo social*, identificado para além das claras diferenças de gênero, era a regra que instituições conservadoras como a Igreja Católica fazia questão de manter, por entender que a família era o lugar da plena realização da mulher enquanto ator social.

Disso não deixou dúvida a Liga Eleitoral Católica (LEC), dirigida pelo Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, durante a campanha eleitoral de 1933. A Liga Eleitoral católica teve como antecedentes, na década de 1920, o lançamento da revista *A ordem* (1921) e a criação do Centro Dom Vital (1922). Posteriormente, em 1932, por iniciativa de Dom Leme, essa organização suprapartidária foi criada com o propósito de recomendar aos católicos os melhores candidatos para comporem a Assembléia Nacional Constituinte, pois se julgava desnecessário criar um Partido Católico que traria os conflitos, embaraços e os

¹³⁶ Informações extraídas do Dicionário Histórico-biográfico brasileiro da FGV.

¹³⁷ HOBBSAWM, E. *A era dos impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 271-306.

¹³⁸ Cabe destacar que as mulheres militantes do movimento socialista e anarquista foram exceções a essa tendência e no Brasil a participação política destas mulheres pode ser avaliada na obra de BARROS, Mônica Siquiera Leite de. *As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1979, bem como em GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce* de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro:Agir, 2005.

compromissos comuns da rotina partidário-eleitoral para o interior de uma instituição com propósitos éticos e teológicos transcendentais.

A presidência Nacional ficou nas mãos de Pandiá Calógeras e, na Secretaria Geral, Alceu Moroso Lima, um homem com notável capacidade de luta que transitou, ao longo da sua existência, desde o conservadorismo radical – contrário a todos os movimentos de renovação política e educacional discutidos na década de 1930, a exemplo do escola-novismo e da ANL – até adotar um socialismo cristão nos seus últimos anos, que o direcionou para uma coerente e persistente oposição ao regime militar instaurado em 1964.

O programa mínimo proposto aos candidatos que desejassem o apoio da LEC era a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e assistência eclesiástica às forças armadas. A forma de atuar era enérgica e mobilizadora: as moças da Juventude Feminina Católica e os rapazes da Ação Universitária Católica, além dos integrantes das 420 associações confederadas, espalharam-se pelas paróquias procurando garantir os votos aos candidatos apoiados pela LEC. O resultado foi tão surpreendente que os integrantes do governo mais atentos ao avanço do conservadorismo tiveram de pôr freios ao projeto eleitoral de *chapas mistas*, que abria excessivas possibilidades de influência para a Igreja Católica.¹³⁹

Para se ter noção do grau de influência que teve a Igreja na conformação da nova Constituição brasileira, basta lembrar que a LEC conseguiu a inserção de seu programa mínimo e mais reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis, assistência do Estado às famílias numerosas, voto dos religiosos, descanso dominical, autorização dos cemitérios religiosos, assistência hospitalar e espiritual aos militares mediante o serviço militar de eclesiásticos, pluralidade e liberdade sindicais, sem esquecer que todos os dispositivos da Ordem Econômica e Social (título IV da Constituição) corresponderam exatamente às sugestões dadas pela LEC antes de iniciados os trabalhos da constituinte.¹⁴⁰

A LEC, obviamente, diminuiu suas atividades durante a vigência do Estado Novo, mas mostrou uma extraordinária atividade, sobretudo no estado de São Paulo, quando foram retomadas as práticas partidárias e eleitorais em 1945. Sua mobilização foi mais ostensiva e apaixonada que nos anos 1933-1934 porque tinha um objetivo ideológico bem nítido: o combate sistemático aos comunistas, recém incorporados ao quadro institucional de partidos políticos. Os sacerdotes utilizaram-se de toda a sua ascendência moral e espiritual para falar explicitamente à comunidade dos católicos sobre o *perigo comunista* e obtiveram bom êxito nas concentrações populares provocadas para esse fim, como a procissão da Nossa Senhora Aparecida, realizada na

¹³⁹ CHACON, *op. cit.*, p. 121-123.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 122.

capital paulista em 1945, que contou com o apoio dos aviões da FAB na distribuição de milhares de panfletos sobre a multidão.¹⁴¹

Retornando ao ano de 1934, em que pese a forte presença de conservadores na assembléia nacional constituinte, pode-se afirmar que a Constituição deste ano foi o triunfo parcial das oposições liberais aos propósitos autoritários e centralizadores que já impulsionavam as iniciativas do governo federal. Getúlio Vargas, os tenentes e os demais integrantes do Clube 3 de Outubro perceberam que os inimigos de 1930 e 1932 articulavam-se politicamente para obterem *a vitória na paz*, uma vez que o término daquelas lutas apenas abafou temporariamente as vozes contrárias ao Governo Provisório. Como afirma Robert Levine:

as principais questões levantadas pelo golpe de 1930 ainda estavam por resolver em 1934: a rivalidade entre os estados e a União, a posição ideológica de Vargas, o papel das forças armadas e as aspirações dos grupos que tinham emergido das ruínas da República Velha.¹⁴²

Quando em 9 de novembro de 1932 a comissão responsável pela redação do anteprojeto reuniu-se pela primeira vez, ficou claro que ali estavam as mais diferentes tendências que oscilavam entre os representantes do setor político deposto em 1930, porta-vozes do *tenentismo* e até mesmo defensores de medidas socialistas.¹⁴³ Portanto, compreende-se que havia projetos de poder conflitantes, sem que nenhum pudesse prevalecer sobre os demais, forçando acomodações na redação do novo texto constitucional. Isso não deveria representar, necessariamente, uma fragilidade da instituição parlamentar, pois nos regimes democráticos é previsível o convívio de interesses divergentes compartilhando a mesma arena política. Mas a radicalidade dos discursos anti-liberais que propunham participação política diferente da partidário-eleitoral nos moldes da democracia liberal acabou por solapar a aplicabilidade das regras constitucionais firmadas em 1934.

As forças em conflito na Assembléia Constituinte podiam ser esquematizadas da seguinte forma: Getúlio dispunha dos deputados classistas – 40, de um total de 254 – dos adeptos do *tenentismo*, da bancada florista, demais dissidências estaduais aliadas ao governo federal em 1932 e dos deputados dos estados minoritários. Como força de oposição, paulistas e dissidências regionais presentes na Revolução Constitucionalista formaram a *Chapa Única*, tendo como propósito evitar a centralização política e administrativa nas mãos do poder executivo federal.

¹⁴¹ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, Relatório secreto de agosto de 1945, Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, Relatórios, microfilme 52-97, documento nº 736.

¹⁴² LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas – os anos críticos: 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980. p. 31. (Brasil, Século XX).

¹⁴³ CARONE, *op. cit.*, 1982 (a) p. 174-175. A comissão responsável pela redação do anteprojeto era constituída por : Afrânio de Melo Franco – Presidente – Assis Brasil, Oswaldo Aranha, José Américo, Carlos Maximiliano, Antônio Carlos, João Mangabeira, Prudente de Moraes Filho, Góes Monteiro, Oliveira Viana, Agenor de Roure e Artur Ribeiro.

A indisposição do recém eleito presidente da República com o controle que sofreria do Legislativo pôde ser observado quando tratou de sancionar mais de cinquenta decretos, dois dias antes de a nova Constituição ser promulgada. Diante do retorno à ordem constitucional, Getúlio comentou céptico: “Afinal chegou esse dia. Entre festas e demonstrações de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação.”¹⁴⁴

Assim como ocorreu na Constituição uruguaia de 1934, com a diferença que neste país o sistema político fechava-se às minorias e concentrava a ação parlamentar e de governo nas mãos dos partidos situacionistas, enquanto no Brasil ocorria a abertura do sistema às minorias, a Carta de 1934 brasileira fortalecia o poder executivo de nível nacional: Getúlio conseguiu mais quatro anos de governo; o artigo 167 estabeleceu que as polícias militares constituíam reservas do Exército – abrindo caminho para futuras investidas contra essas milícias regionais que rivalizavam com as Forças Armadas; os estados só poderiam contrair empréstimos no exterior mediante autorização do Senado e o imposto de exportação passou para esfera federal; a justiça foi organizada e padronizada e os códigos de processos unificados; a uniformização das atividades governamentais relativas à saúde e à educação, bem como a exploração dos recursos hídricos e minerais tornaram-se responsabilidade federal.¹⁴⁵

É verdade que as limitações impostas pelo Legislativo ao poder Executivo não eram bem aceitas por Vargas, que considerava a economia e a administração pública assuntos técnicos alheios às veleidades políticas.¹⁴⁶ Igualmente frustradas foram as suas expectativas acerca da representação classista¹⁴⁷: a reserva de apenas 50 vagas, de um total de 300. Além disso, a estratégia de estender os benefícios sociais apenas aos trabalhadores sindicalizados e limitar a criação dos sindicatos para apenas um por categoria, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, ficou para ser implantada na Constituição de 1937.

Pode-se dizer que os trabalhos dos constituintes foram balizados por diferentes tendências, como a do *tenentismo*, das oligarquias rurais pró-Vargas, da oposição paulista, etc., dando origem a um texto que “tentava, através da *média das aspirações comuns*, atender a todas

¹⁴⁴ VARGAS, G. *op. cit.*, 1995, p. 307.

¹⁴⁵ Estas medidas de centralização política e administrativa nas mãos do governo federal constavam do programa constitucional do Clube 3 de Outubro, conforme se pode observar na correspondência de Juarez Távora para Carlos de Lima Cavalcanti, em 10-11-1932, In BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas. 1996. v. 4. p. 400-402.

¹⁴⁶ FONSECA, Pedro C. D. *Vargas e o capitalismo em construção*, (1906-1954), São Paulo: Brasiliense, 1989, p.199.

¹⁴⁷ No âmbito dos estados, as organizações profissionais elegeram 120 deputados, de um total de 783.

as reivindicações.”¹⁴⁸ Tratava-se de uma Constituição inspirada pelo liberalismo, mas reconhecia-se a necessidade da intervenção mais direta do Estado em alguns setores. Foram os deputados que redigiram as garantias aos trabalhadores e consentiram numa representação classista limitada, mas era o poder executivo quem dava as soluções trabalhistas.

Nascida neste terreno de coexistência de forças políticas, a Constituição de 1934 avançava substancialmente na valorização do trabalho e do trabalhador, aproximando-se bem mais do modelo alemão de *Weimar* (dinâmico e inovador) do que da Carta da Filadélfia (formalmente estática e quase inalterável) que era a base de todo o edifício constitucional de 1891. A nova Constituição tinha, mesmo, ares de modernidade: propunha o *Estado Social* que se tornou no grande parâmetro para os países ocidentais, após a Segunda Guerra mundial, ao contemplar “em seu corpo matérias de ordem econômica e social, referentes à família, educação e cultura, objetos de títulos e capítulos do novo texto, inteiramente desconhecidos à Carta liberal de 1891.”¹⁴⁹

Essa natureza da Constituição de 1934 poderia indicar que o discurso oposicionista liberal brasileiro abarcava, no escopo dos seus conceitos centrais, algumas contribuições do liberalismo social das duas primeiras décadas do século XX¹⁵⁰ e que a característica “constitucionalista” dos movimentos de filiação liberal havia impulsionado avanços sociais e políticos ao Brasil. No entanto, as condições imprescindíveis para a consolidação da nova ordem constitucional eram a estabilidade das instituições e a capacidade de mediação dos partidos políticos, estes na condição de organizadores da opinião pública. Nenhuma das duas premissas tornou-se realidade. Depois de 1934, a capacidade mobilizadora dos partidos liberais esteve sob constante ameaça de outras forças, dotadas de discursos mais radicais (a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, foram, efetivamente, os dois grandes pólos mobilizadores entre os anos 1934 e 1935), além de outras dificuldades no plano institucional, que forçavam constantes acomodações e acordos oportunistas, dificultando a extrapolação da participação política dos gabinetes para as ruas.

A franca diminuição da capacidade mediadora dos partidos políticos é facilmente percebida nos processos acumulados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹⁵¹,

¹⁴⁸ TRINDADE, H. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina. 1980 (a), p. 303.

¹⁴⁹ BONAVIDES ; AMARAL *op. cit.*, v. 5, p. 19.

¹⁵⁰ Nas páginas anteriores já destacamos o pensamento comprometido com questões culturais de teóricos do liberalismo como John Dewey (*Democracia e educação*, 1916) restando lembrar que as questões econômicas do liberalismo clássico já haviam sido revistas radicalmente com John Maynard Keynes, que na sua obra *Essays in Persuasion* (1931) alertava que o problema político da humanidade consistia em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.

¹⁵¹ Consultados no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

promovidos por cidadãos contra as medidas arbitrárias dos interventores. Os partidos tradicionais dos estados estavam bastante solapados com a campanha de desmoralização promovida pelo Clube 3 de Outubro e suas Legiões Revolucionárias e eram freqüentemente associados às *oligarquias carcomidas*, responsáveis por quatro décadas republicanas pautadas pelas fraudes eleitorais, pelos coronéis mandões e pelos arranjos políticos sempre às escondidas... Nesse sentido, a moralização da política e a proteção dos cidadãos contra os abusos das autoridades não poderiam estar sob a responsabilidade destas instituições comprometidas e sim nas mãos daqueles que haviam protagonizado a marcha redentora de 3 de outubro de 1930, mais especificamente Getúlio Vargas e seu ministro da Justiça e Negócios interiores.

O caminho institucional e legal para essa participação política estava definido pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930 – em seu artigo 11º, que facultava ao cidadão comum a representação contra medidas arbitrárias ou ilegais dos interventores instalados nos estados pelo governo provisório. Já destacamos que a participação política está sempre permeada por relações de poder e que tais relações estabelecem-se e mostram-se nos discursos, por meio dos quais os atores sociais não apenas são *sujeitados*, mas exercem a possibilidade concreta de resistência, oposição ou reação aos atos de força ou autoridade¹⁵². Portanto, encaminhar uma petição contra os atos da autoridade que tinha em suas mãos a prerrogativa “revolucionária” de interferir violentamente na política estadual era ter a faculdade de também participar dessa alteração política e, em última análise, assumir o papel de ator no processo político.

Contudo, o que se percebe nos processos promovidos contra as interventorias é a predominância de funcionários públicos apelando contra suas demissões, sobretudo juízes destituídos de suas funções. Depois destes, vinham os bacharéis de direito reclamando suas garantias individuais contra as arbitrariedades políticas, seguidos das empresas que perderam concessões ou contratos celebrados com os governos substituídos pela *revolução de 1930*. Foi o caso dos juízes demitidos pelo interventor substituto do Mato Grosso, Leônidas Antero de Mattos, ou de Bellino Bittencourt, que em novembro de 1932 protestou contra a sua demissão do cargo de *lente catedrático* no Liceu Maranhense e Francisco Bruno Pereira do Ateneu Norte-Rio-Grandense, o mesmo sucedendo com Bernardino Salomé de Queiroga contra o interventor da Bahia, por ter sido demitido da Comissão de Saneamento de Salvador.

De parte das empresas, podemos destacar os exemplos da Companhia de madeiras Nacionais Rio Doce no Espírito Santo ou a empresa Guedes Ratto responsável pelo fornecimento de *luz e força* no Estado de Goiás que protestaram contra a rescisão unilateral de contrato ou,

¹⁵² Ver a introdução desta tese, onde a idéia de Foucault sobre a sujeição dos indivíduos pelos discursos é criticada por Norman Fairclough.

ainda, o frigorífico Armour apelando contra a decisão do interventor do Rio Grande do Sul contra o fim das isenções fiscais.¹⁵³

Via de regra, o resultado final desses processos não atendia aos pleitos, mesmo quando as medidas dos interventores eram severas e de grande repercussão, como foi o caso do desmembramento do município de Blumenau, no estado de Santa Catarina, em prejuízo dos comerciantes locais que tiveram seu protesto negado pelo governo federal em 16 de junho de 1934.

Mas se os partidos políticos estavam menos atuantes na relação entre Estado e sociedade civil, no lugar destas organizações partidárias não faltaram homens de projeção que colocaram seu prestígio pessoal a serviço de mediações entre o cidadão e o aparato burocrático governamental. Flores da Cunha, líder parlamentar com grande responsabilidade na permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República em 1934 e avalista militar do governo provisório contra os ensaios de rebeldia do Exército, tirou disso largo proveito, realizando intervenções em todos os ministérios e procurando vantagens para seu estado, a exemplo do pecúlio fornecido pelo ministério da Fazenda para saldar as dívidas da Revolução de 1932 e a cobertura da falência do Banco Pelotense. A ingerência não ficava apenas nos assuntos de interesse público - o interventor solicitava empregos e favorecimentos pessoais aos seus apadrinhados, como revela Getúlio Vargas, em carta ao seu irmão Protásio:

Não desejo publicadas as ajudas do governo federal ao Rio Grande, pois mostraria a dívida do Estado para a União. (...) e os pedidos não se limitam aos assuntos do estado, ele solicita favores pessoais: nomeações, promoções, remoção de funcionários federais, setor onde ninguém pediu mais, nem foi mais atendido do que o Flores. Ele pede não só para o Rio Grande do Sul, como para o resto do país, de Santa Catarina até o Acre.¹⁵⁴

A atuação de Flores da Cunha, como interventor, estava perfeitamente sintonizada com o modelo político vigente durante a Primeira República. O coronel fazia a política e complementava a administração pública no âmbito municipal, em uma troca de proveitos entre o chefe político e o governo estadual. Segundo Raimundo Faoro:

De um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispões do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.¹⁵⁵

Tratava-se de prática social na qual o coronel pleiteava e distribuía, protegia e mobilizava a segurança coletiva; compreendia, retardava e simplificava as instituições e suas

¹⁵³ Estes processos podem ser encontrados no Arquivo Nacional, MJNI, Recursos contra interventores, caixa 149.

¹⁵⁴ Arquivo Getúlio Vargas, 35-10-08/2, FGV-CPDOC.

¹⁵⁵ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder* : formação do patronato político brasileiro. 8. Ed. São Paulo: Globo.1989. p. 632.

regras para uma comunidade de cidadãos mal alfabetizados e “sem maneiras”. Faoro observa ainda que:

Diante do guichê da coletoria o contribuinte solitário pagará todo o produto do seu trabalho, se a lei não for abrandada pelas circunstâncias. Um ‘simples’ crime de morte, tratado pela lei, com o delegado, o promotor, os jurados e o juiz não advertidos, dará cadeia. Outro será o resultado se o réu ou o contribuinte tiverem um compadre ou um padrinho.¹⁵⁶

Almond e Powell¹⁵⁷ já destacaram o conceito de *combinação de interesses* como a função de convergir demandas em políticas gerais e lembraram que o desenvolvimento dos partidos políticos e do aparato burocrático do Estado favorece a combinação de interesses que vão desde o nível individual até grandes grupos associativos. Esse crescente desenvolvimento é dificultado em sociedades regidas fortemente pela tradição – como destacou Faoro em seus exemplos - quando a mediação é conduzida por uma pequena elite que tira da burocracia sua autonomia local e diminui a sua subordinação a um escalão superior em autoridade.

Essa tendência de fragilização das organizações especializadas na combinação de interesses também é observada nos sistemas políticos em que ocorre uma crescente centralização do poder de decisão, notoriamente quando o Estado sofre um atentado ou existem razões objetivas para que o discurso governamental aponte uma ameaça contundente contra a sua estrutura de poder, tal como aconteceu após a desastrosa experiência do PCB, em novembro de 1935. Desde então, o governo de Getúlio Vargas dificultou ainda mais a mediação que os partidos políticos liberais deveriam realizar entre Estado e sociedade civil, valendo-se de constantes reedições dos decretos de *Estado de Guerra* que dificultavam a livre expressão das críticas ao governo.¹⁵⁸

Antes dessas medidas, o poder executivo federal já havia deixado pronta a legislação necessária à repressão de movimentos contestatórios, quer de inclinação ideológica extremista –

¹⁵⁶ *Idem*, p. 633.

¹⁵⁷ ALMOND, G. A. ; POWELL, G.B. *Política comparada*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

¹⁵⁸ Rigorosamente, a primeira iniciativa para a interrupção da normalidade institucional e da garantia dos direitos individuais, garantidos pela Constituição, foi do Legislativo, com o seu Decreto nº 6 de 18 de dezembro de 1935, que estabeleceu o *Estado de Sítio*. Posteriormente, ocorreu a passagem para o *Estado de Guerra*, em 21 de março de 1936, medida reeditada mais uma vez. Graças a essa situação de excepcionalidade o senador Abel Chermont e os deputados Abgvar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira e Otávio da Silveira, integrantes do grupo parlamentar Pró-Liberdades Populares, tiveram seus mandatos cassados. Cumpre destacar que o poder Legislativo, por meio da minoria oposicionista, forçou o governo a estancar as cassações e que o poder Judiciário teve papel importante no desfecho do caso dos parlamentares cassados, ao conceder o *habeas corpus* n.º 26.178, de 20 de julho de 1936, em favor do deputado João Mangabeira, julgando não ser procedente a suspensão das imunidades parlamentares no *estado de guerra* e pondo em dúvida a validade constitucional dessa medida. Ver mais em RANGEL, C.R.R. *Crime e castigo: conflitos políticos no RS (1930-1938)*, Passo Fundo: UPF, 2001, p. 160-166.

como o comunismo ou integralismo – quer de feição regional, nos moldes do que havia acontecido com os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, em 1932.¹⁵⁹

Tratava-se da Lei de Segurança Nacional, ou Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935, que definia os crimes contra a ordem política e social. Em seus artigos 1º, 2º e 3º estabelecia penas de até 10 anos para aqueles que atentassem contra a Constituição ou aos poderes políticos constituídos; os artigos seguintes, até o 9º, vetavam o aliciamento de pessoas, a confecção de planos subversivos, a constituição de juntas e a instalação de aparelhos ou recursos para executá-los, a instalação de rádios clandestinos, o incitamento público para o crime e para a desobediência coletiva. Os artigos 10º, 11º e 12º estavam direcionados para a manutenção da disciplina dos militares, prevendo penas para aqueles que os incitassem a desobedecer a Lei ou a infringir a disciplina, a rebelar-se ou a desertar. Eram caracterizados como crimes contra a ordem social aqueles que alimentassem diretamente o ódio entre as classes ou implicassem o atentado contra a pessoa ou bem, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos; igualmente ilegal era “promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social, por meios não consentidos em Lei.” (Art. 20º). No Capítulo IV, estavam previstas as medidas de exceção contra qualquer movimento de ameaça ao Estado, como o fechamento de empresas jornalísticas ou a proibição de panfletagem.¹⁶⁰

Entretanto, Getúlio Vargas percebia que tal legislação, ao mesmo tempo em que garantia a repressão de qualquer ação violenta contra o seu governo, também se apresentava como a garantia do Estado de Direito, sustentado por uma constituição de teor liberal, conforme se observa nessa passagem de seu diário:

Passou a Lei de Segurança. Enxertaram nela uma disposição contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo. O integralismo é uma força orgânica do governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião. Contudo, não confio muito em seus dirigentes, nem eles têm procurado se aproximar do governo de modo a inspirar confiança.¹⁶¹

A primeira aplicação prática da nova Lei ocorreu em 21 de abril de 1935, quando o Chefe de Polícia do Distrito Federal, Felinto Müller, invadiu as oficinas do jornal antifascista *A Pátria*, apreendendo na boca da rotativa a edição a ser distribuída. O caráter repressor da iniciativa do Chefe de Polícia deixava claro o sentido que o governo queria emprestar à Lei de

¹⁵⁹ Ver mais detalhes em CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo, In SOARES, Ricardo et al, *Estado, participação política e democracia*, Brasília: CNPq/ANPOCS, 1985, p. 55-58. CARONE, *op. cit.*, 1982(a), p. 329-336.

¹⁶⁰ Anuário de Legislação Federal, Julho de 1934 – 1935, Rio de Janeiro : Tipografia do Jornal do Comércio. 1936. v. I. p. 197. AHR-UPF.

¹⁶¹ VARGAS, G. *op. cit.*, p. 373.

Segurança Nacional, determinando a reação do juiz da 1ª Vara Federal, Edgar Ribas Carneiro, que considerou ilegal a apreensão e multou Filinto Müller em 500 mil réis.¹⁶² Mas as atitudes cada vez mais radicais adotadas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob influência direta do encarregado dos assuntos de Moscou no Brasil, Luiz Carlos Prestes, acabaram por justificar perante a opinião pública e o poder judiciário a aplicação da Lei, resultando na ilegalidade daquela agremiação política, tão logo Prestes tornou público o seu manifesto reivindicando “todo o poder para a Aliança Nacional Libertadora”.¹⁶³ Mas desse tema trataremos mais demoradamente na próxima parte desta tese.

Nesse clima de suspeição coletiva, perseguições, prisões arbitrárias e demissões de servidores públicos suspeitos de subversão¹⁶⁴, a oposição dos partidos políticos sobre os governos estadual e federal estava limitada às manobras de articulação regional, tendo por tema central a proposta de um candidato para a Presidência da República que, além de ter o seu nome *aprovado* por Getúlio Vargas, se comprometesse em manter as elites instaladas nos governos estaduais que lhe davam apoio.

A relação entre estados e governo federal era de frágil equilíbrio de forças, a exemplo do que ocorria entre o Rio Grande do Sul e o governo de Getúlio Vargas. Os integrantes da Frente Única Gaúcha (FUG) vinham do exílio no Prata (1932-1934) sem grandes perspectivas de aumentar ou mesmo manter sua oposição aos governos federal e estadual, mas tiveram suas oportunidades melhoraram quando, a partir do segundo semestre de 1935, Flores da Cunha e Getúlio Vargas entraram no processo de crescente afastamento.

O primeiro grande pivô do desentendimento entre os dois aliados de 1930 e 1932 foi a crise eleitoral para o governo do Rio de Janeiro. O Almirante Protógenes Guimarães, do Partido Radical e que contava com a simpatia do governo federal, sagrou-se vencedor sobre o candidato progressista, o General Barcelos – apoiado por Flores da Cunha.¹⁶⁵ Quando a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro confirmou o resultado das eleições indiretas para o governo do estado, Getúlio Vargas estava no Rio Grande do Sul, em visita oficial às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha e assistiu a Flores da Cunha contestar a

¹⁶² SILVA, Hélio, *1935 : A revolta vermelha*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 186.

¹⁶³ *Idem*, p. 196. Herculino Cascardo, Presidente da ANL, e a maioria dos seus dirigentes discordavam do conteúdo do Manifesto e não compareceram ao ato solene de sua leitura, na noite de 5 de julho de 1935.

¹⁶⁴ Nos últimos dias de dezembro de 1935, o Congresso Nacional permitiu ao Presidente declarar o “estado de guerra” e exonerar funcionários públicos, civis e militares, suspeitos de subversão. Constavam desses listões de demitidos os professores Edgar de Castro Rabelo, Hermes Lima, Leônidas de Resende e Maurício de Campos Resende; o Dr. Odilon Batista, filho do prefeito do distrito federal, perdeu seu emprego público de cirurgião, da mesma forma que Eliézer Magalhães, irmão do governador da Bahia, foi demitido pela câmara de vereadores do Rio de Janeiro. DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.16 e 43.

¹⁶⁵ ver mais detalhes em CAMARGO, *op. cit.*, 1989, p. 80-81.

validade daquelas eleições, acionando a sua bancada para invalidá-la junto ao Tribunal Eleitoral. Getúlio considerou essa iniciativa uma afronta e escreveu em seu diário:

Os principais motivos de queixa que tenho do Flores são os seguintes: 1º) o constante trabalho oficial que se faz no Rio Grande, dizendo que o governo federal nada fez por aquele estado; 2º) a mania de estar, lá de Porto Alegre, pretendendo dirigir a política federal, agitando antecipadamente a questão da sucessão presidencial e intervindo na política de outros estados; 3º) quando estive em Porto Alegre, a minha correspondência telegráfica com o Rio era controlada pelo Flores, e, nestas condições, quando os avisos iam pela estação do palácio do governo, seu telegrafista solicitava ao diretor regional as cópias dos telegramas que o Almirante Protógenes me dirigia; 4º) apoderando-se, por esta maneira, do telegrama do ministro da Justiça passado a mim, divulgou-o para que fosse publicado; 5º) e, por fim, inventou ou admitiu a invencionice que eu procurava abrir cisão na política do Rio Grande para enfraquecê-lo.¹⁶⁶

Importantes membros da FUG como João Neves e Raul Pilla não desconheciam a fragilidade da relação entre Flores e Getúlio e consideravam que o afastamento entre eles era apenas uma questão de tempo. O governador do Rio Grande do Sul, percebendo que lhe faltaria apoio interno e que seria temerário um enfrentamento com o governo federal tendo o estado dividido, tratou de aproximar-se da oposição gaúcha. O caminho não poderia ser mais estranho: Flores tornava-se o mais novo defensor do parlamentarismo no Brasil. Estratégia surpreendente, mas explicável: sua bancada na Câmara de Deputados acrescida da oposição gaúcha, associada à de São Paulo, mais os republicanos mineiros e os progressistas cariocas estavam em condições de controlar o Legislativo e, através dele, arrancar o poder das mãos de Getúlio Vargas.

O Uruguai, sempre atento aos conflitos políticos brasileiros, sobretudo aqueles que implicavam a participação ativa do Rio Grande do Sul, não deixou de perceber que a *fórmula Pilla* tinha grande afinidade com a funcionalidade política e administrativa do governo uruguaio¹⁶⁷ e, efetivamente, a descentralização do poder das mãos do governador para um conselho de secretários, que por sua vez dependiam do voto de confiança da assembléia legislativa, remetia tanto para o tradicional discurso parlamentarista herdado de Silveira Martins, como também tinha os detalhes práticos e funcionais fortemente vinculados ao exemplo uruguaio, que Pilla teve a oportunidade de observar atentamente no tempo em que passou exilado naquele país.

Ainda que não seja possível afirmar até que ponto a estratégia de pacificação de Flores da Cunha tinha possibilidades de execução, o fato é que em novembro de 1935

¹⁶⁶ VARGAS, G. *op. cit.* p. 426. As mesmas queixas foram transmitidas ao irmão Protásio Vargas neste mesmo mês de outubro – Arquivo Getúlio Vargas, doc. 35.10.08/2, CPDOC-FGV.

¹⁶⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Montevidéu, correspondências recebidas do Rio de Janeiro, documento 33-936, de 16-01-1936, “bases para la reorganización del gobierno del estado Rio Grande del Sur.

alinhavaram-se os primeiros contatos que resultariam num acordo entre o Partido Republicano Liberal (partido do governador) e a FUG, que passou a ser conhecido por *Modus vivendi*.¹⁶⁸ Paralelo a isso, a rivalidade entre os governos federal e estadual aumentava com a vitória do Almirante Protógenes para o Executivo do Rio de Janeiro, acarretando a retirada do apoio de Flores da Cunha a Getúlio Vargas e as ligações deste com outros Estados da federação.

Mesmo sendo extensa, a exposição sobre as articulações políticas envolvendo os governos estaduais e federal mostra a atenção central dos partidos liberais com o estabelecimento de bases estáveis para a luta política pelo poder nas unidades federadas, para depois partirem rumo ao governo da federação. Além disso, percebe-se o nítido hiato existente entre a ação dos políticos profissionais e os movimentos sociais, pois em nenhum momento são lembrados os eleitores ou as organizações sociais de base – como os sindicatos – como agentes de mudança ou de controle e fiscalização da atuação política dos partidos, via de regra limitados às confabulações de gabinete e pronunciamentos na imprensa.

Nesse clima de conchavos e vacilações contra o crescente centralismo político, econômico e administrativo da União, deve-se reconhecer que a única grande resistência das forças liberais contra a marcha de Getúlio Vargas na direção do Estado Novo foi aquela imposta por Flores da Cunha e seus aliados.

Percebia-se essa resistência pela atuação dos deputados fiéis ao governador, no assunto das cassações dos mandatos legislativos, ou na reação do governo federal contra a Brigada Militar e os *corpos provisórios*¹⁶⁹ gaúchos, quando fez aprovar a Lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936, que reorganizou pelos Estados e pela União as polícias militares, tornando-as reservas do Exército. Ficou estabelecido que os objetivos das polícias estaduais era zelar pela ordem e pelas autoridades instituídas (Art. 2º) e deveriam atender a convocação do governo federal em caso de guerra externa e grave comoção *intestina* (letra “c”, Art. 2º); o seu efetivo não poderia exceder às unidades equivalentes do Exército (Art. 4º); poderiam ser comandadas por oficiais do Exército (Art. 6º); não poderiam utilizar uniformes de campanha sem a aprovação

¹⁶⁸ Ver mais detalhes em TRINDADE, *op. cit.*, 1980 (a), p. 307-309. PESAVENTO, *Economia e poder nos anos 30*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 166-172. Por esse acordo ficavam garantidas a autonomia e a liberdade partidária e as partes concordavam com um projeto de lei que dispunha sobre as atribuições dos secretários de estado, que se reuniriam semanalmente em conselho (Art. 2º). Tratava-se da *fórmula Santos-Pilla* adaptada ao contexto estadual e o acento parlamentarista ficava por conta das atribuições do Presidente do Secretariado – escolhido pelo governador – que auxiliava na escolha dos demais secretários, coordenava as atividades administrativas das diversas secretarias e fiscalizava a execução do orçamento (Art. 3º e 4º). Já os secretários de Estado eram solidariamente responsáveis perante a Assembléia Legislativa que poderia convocá-los e imputar-lhes o crime de responsabilidade (Art. 5º e 7º). Conforme encontrado em Arquivo Flores da Cunha, Documento n.º 911, sem data, NUPERGS-UFRGS.

¹⁶⁹ Os corpos provisórios eram efetivos remanescentes da Guarda Nacional, obedeciam a um *coronel*, normalmente chefe político local, e atuavam como milicianos em conflitos como o de 1923 no Rio Grande do Sul e o de 1932 contra São Paulo. Estimava-se que nos anos 1936 e 1937, Flores da Cunha havia aumentado o efetivo dos corpos provisórios em até onze mil homens, para fazer frente aos preparativos que seu arquiinimigo, o General Góes Monteiro, armava para invadir o estado com tropas federais.

do Ministério da Guerra (Art. 10º), adquirir suprimentos nos órgãos provedores do Exército (Art. 11º), possuir artilharia, aviação e carros de combate (Art. 12º) e os Art. 25 e 26 condicionavam as promoções à frequência em cursos de formação e aperfeiçoamento, cujos instrutores seriam oficiais do Exército.¹⁷⁰

Nos últimos momentos da Segunda República, a força mobilizadora dos partidos liberais ainda estava fortemente calcada nos discursos regionais, visivelmente comprometida pela identificação cada vez mais tênue entre os atores sociais e as organizações políticas regionais, notoriamente os partidos estaduais. A definição de participação política com base na coletividade regional perdia espaço para os discursos e atos de força que definiam os sujeitos sociais como membros de uma coletividade maior e mais importante: a nação brasileira!¹⁷¹ Para isso contribuía a ênfase que o governo federal dava à unidade administrativa e militar do Estado, à condução de políticas públicas centralizadas, à padronização das normas jurídicas e regulamentação dos encargos e tributos atinentes aos estados e a União. Igual peso tinha a fragilidade das forças políticas estaduais, que não conseguiram chegar a um denominador comum para fazer frente ao centralismo do governo getulista, tal como ficou visível no conflito interno das oposições coligadas (minoridade oposicionista) na Câmara dos Deputados (1935-1936), ou no desmoronamento do *modus vivendi* gaúcho (1936), ou ainda no fracasso da escolha de um substituto para Getúlio Vargas, para as eleições presidenciais que se realizariam em janeiro de 1938.

Entre os políticos não havia dúvidas sobre a intenção golpista do governo federal e o governador de Minas Gerais tratou de procurar uma solução conciliatória, capaz de dividir a elite militar e cooptar aliados à solução política. Disso surgiu a proposta de se abandonar as candidaturas de Armando Salles e José Américo e escolher-se um terceiro nome que satisfizesse a todos – tratava-se, portanto, da substituição do golpe militar por uma farsa eleitoral. Diante da proposta conciliatória, Getúlio Vargas manteve conversações enquanto preparava o desfecho político e militar, conforme se percebe nesse extrato do seu diário:

O Sr. Armando Salles, perdida a esperança na vitória, pensa em delegar poderes ao governador de seu estado, para tratar com o de Minas a escolha de um terceiro candidato. Na câmara uma certa corrente de opinião trata da prorrogação dos mandatos. Entre os militares há um certo grupo partidário ao Sr. Armando Salles, que disfarça as suas atitudes manifestando-se contrários às medidas adotadas pelo governo. O ministro de Guerra, porém, prepara com decisão a marcha dos

¹⁷⁰ Anuário da Legislação Federal, Arquivo Judiciário – ano de 1936. AHR – UPF.

¹⁷¹ Sobre essa mudança de paradigmas, sugerimos a leitura de REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia. O caso Brasileiro In CUNHA, Cristina M. P. da (Org.) *Identidade Nacional*, São Paulo : Vértice. 1988. p. 187-203. (Estudos Históricos, 2).

acontecimentos. Assinei dois decretos solicitando a requisição das polícias militares de São Paulo e Rio Grande.¹⁷²

As iniciativas do governador mineiro e de Armando Salles eram as derradeiras manobras visando garantir algum poder de decisão às elites políticas regionais, fora da estratégia totalitária que se desenhava. Raul Pilla, mais uma vez, manteve-se fiel à causa do partido regional e ao posicionamento liberal, enquanto os demais companheiros das agruras de 1932-34 iam, um a um, substituindo a postura oposicionista pela adesão conformada aos acontecimentos.

Sobre a oposição entre as concepções regionalista e nacionalista, Rubem George Oliven lembra que desde a década de 1920 notava-se a crescente tendência de pensar a organização da sociedade e do Estado no Brasil e de discutir a questão da nacionalidade e da região em nosso país. De um lado, os intelectuais ligados ao movimento modernista recusando o regionalismo e procurando elaborar uma cultura *autenticamente nacional* como forma de se obter uma compreensão universal da realidade brasileira; do outro, a percepção regionalista encabeçada por Gilberto Freyre, que defendia um

modelo político-administrativo calcado na região enquanto elemento constitutivo da nação, pois é o conjunto de regiões e não uma coleção arbitrária de estados que formaria de fato o Brasil. Como desde seu início o país teria sido composto por regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais, é preciso administrá-lo regionalmente.¹⁷³

A grande questão colocada aos regionalistas era como fazer com que as diferenças regionais convivessem no seio da unidade nacional, em um país com as dimensões continentais do Brasil, sem que isso acarretasse o choque de interesses que inviabilizariam o crescimento uniforme do país. Mais uma vez é Gilberto Freyre quem busca dar respostas a essa questão, ao afirmar que a única forma de ser nacional, num país gigantesco como o Brasil, é sendo antes regional:

uma região pode ser politicamente menos que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana.¹⁷⁴

Quando apontamos para a adesão conformada que absorvia uma crescente parcela da elite política sul-rio-grandense, queremos destacar a compreensão que tal elite tinha da inviabilidade de manter uma postura regionalista frente a um movimento francamente centralizador e autoritário, que apontava para o fortalecimento do Estado Nacional. Assim, dentro de um quadro de esfacelamento partidário, a simples adesão era preferível à preterição no rateio do mando político, independente desse ou daquele posicionamento doutrinário assumido

¹⁷² VARGAS, G. *op. cit.*, p. 74.

¹⁷³ OLIVEN, R. G. *A parte e o todo*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 32.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 34.

anteriormente. Tratava-se de uma nova estratégia de poder que possibilitava continuar atuando regionalmente, mas sob a tutela e orientação do governo federal.

Em vão políticos de tendência liberal, como Raul Pilla¹⁷⁵, ainda tentaram achar fórmulas legais e conciliatórias para evitar o golpe de estado que estava em franca preparação desde maio de 1937, contando com a participação de importantes políticos tradicionalmente liberais, como Batista Lusardo. Na primeira quinzena de novembro, os governadores dos estados do Norte foram consultados pelo deputado Negrão de Lima e deram apoio à possibilidade de um golpe de estado acompanhado de mudanças constitucionais. Restavam São Paulo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. O governador deste último estado, percebendo naufragar a possibilidade de seu candidato – José Américo – e considerando a resistência dos militares em ceder diante da proposta de um terceiro candidato alternativo, aderiu à fórmula autoritária.

A implantação do Estado Novo foi uma sucessão de decretos orquestrados pelo governo federal, confundindo os poucos oponentes e anulando as suas possibilidades de reação. A requisição da Brigada Militar em 16 de outubro de 1937 com base na Lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936, foi o cheque mate que o Exército deu ao governador do Rio Grande do Sul, esgotando a única possibilidade de resistência ao golpe de novembro. A partir disso, só restava a renúncia, seguida de exílio, ou a resistência armada. Flores optou pela capitulação e partiu para Montevidéu, de onde continuou sua resistência sem grande êxito.

Não tendo maior resistência para a implantação de sua estratégia de poder e estando a opinião absorvida pela vertigem dos acontecimentos, o governo federal substituiu a já combalida carta de 1934 pela constituição autoritária de 10 de novembro de 1937. Juntamente com essa alteração vieram as medidas já esperadas: a extinção dos partidos políticos e do poder legislativo em todas as instâncias. Os argumentos que justificaram a extinção da democracia representativa deixaram clara a configuração corporativa que se pretendia dar à relação entre Estado e sociedade, conforme se observa na justificativa do Decreto Lei que extinguiu os partidos:

Ao promulgar-se a constituição em vigor se teve em vista, além de outros objetivos, instituir um regime de paz social e de ação política construtiva; considerando que o sistema eleitoral então vigente, inadequado às condições de vida nacional e baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal fomentava a proliferação de partidos com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade; considerando que a multiplicidade de arregimentações partidárias com objetivos meramente eleitorais ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, servia para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranqüilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo

¹⁷⁵ Maiores esclarecimentos sobre a resistência de Raul Pilla e alguns políticos liberais do Rio Grande do Sul podem ser encontrados nas correspondências entre Raul e seus correligionários de FUG. Arquivo Raul Pilla, 3-10-1937, NUPERGS-UFRGS.

brasileiro; considerando, além disso, que os partidos políticos até então existentes, não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando as estruturas e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política civil; considerando que o novo regime fundado em nome da nação para atender as suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou agremiações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público. Decreta: Art. 1º - Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.¹⁷⁶

As palavras do Decreto não deixaram margem para dúvidas quanto ao objetivo perseguido: a substituição da democracia partidário-eleitoral por uma ordem política centralizada na qual ocorreria o contato do governo com o povo, sem a intermediação dos partidos. Por mais absurda que fosse a efetivação dessa relação permanente e direta entre o Presidente da República e milhões de brasileiros, tendo por interface o aparato burocrático e impessoal do Estado, o fato é que a opinião pública não demonstrou qualquer reação significativa contra a implantação do Estado Novo e a extinção das instituições de representação política filiadas à tradição liberal.

Nas entrelinhas do preâmbulo do Decreto estava o descrédito generalizado em relação aos partidos políticos, considerados incapazes de agir como “fator de esclarecimento e disciplina da opinião”, mas criadores de “uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranqüilidade pública”, referindo-se ao ambiente de constante conchavo, vacilações, ameaças e alianças inusitadas que cercaram a campanha para as eleições presidenciais que ocorreriam em janeiro de 1938. Em sentido oposto, Getúlio Vargas destacava qual a instituição realizaria “o esclarecimento e a disciplina de opinião” quando afirmou que “as guarnições do glorioso Exército Nacional devem ser as pioneiras do aperfeiçoamento da raça, como já o são de sua educação moral e cívica”,¹⁷⁷ na oportunidade em que esteve no 1º Batalhão de Caçadores, no Rio de Janeiro, para inaugurar um estádio com o seu nome.

Nesse clima de orquestração, Getúlio Vargas teve a oportunidade de *testar a aceitação* do Estado Novo na sua terra natal, quando visitou o Rio Grande do Sul em princípios de janeiro de 1938. Agentes fiscais foram acionados para homenageá-lo em comitiva e as damas da sociedade convocadas para receber a esposa do Presidente.¹⁷⁸ Ao chegar no palácio de governo discursou:

Há dois anos os visitei e nessa ocasião senti, pela vez primeira, em torno de mim a hostilidade oficial. Mas nem por um instante duvidei que a população do Rio Grande estivesse ao meu lado. Foi essa certeza, esta

¹⁷⁶ Decreto Lei n.º 37, de 2-12-1937, In *Coletânea de Decretos-Lei do Estado Novo*, p. 46-47, AHR-UPF.

¹⁷⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19-12-1937, p. 36.

¹⁷⁸ *Diários de Notícias*, Porto Alegre, 1-1-1938, p. 1.

convicção, que me deu força necessária para empreender o trabalho de libertação do Rio Grande. Aquele que pretendia falar em nome do Rio Grande, ameaçar em nome do Rio Grande, violentar em nome do Rio Grande, estava abandonado por seus conterrâneos.¹⁷⁹

Tratava-se de uma mudança substancial na compreensão do sistema partidário eleitoral como modalidade de participação política, uma vez que no sistema monolítico não se estimula ao cidadão fazer a distinção entre as instituições e os líderes políticos em conflito: todo o ataque contra os líderes ou contra o partido dominante tende a ser compreendido como um ataque ao sistema, enquanto que no contexto de partidos rivais a elite instalada no governo pode ser acusada de debilitar o Estado ou trair a nação, mas a permanência do sistema político não corre risco.

Na mesma oportunidade, Getúlio Vargas, ao referir-se à extinção dos partidos políticos, deixou clara a nova postura governamental:

Não extingui os partidos políticos, pois o decreto aconteceu quando eles não existiam mais. Os partidos haviam perdido a sua razão de ser. Eram formas sem substância, bronzes partidos, que haviam perdido a sua sonoridade. Hoje o governo não tem mais intermediários entre ele e o povo. Não há mais mandatários de partidos, não há mais representantes de grupos e não há mais representantes de interesses partidários. Há, sim, o povo no seu conjunto e o governo dirigindo-se diretamente a este a fim de que, auscultando os interesses coletivos, possa ampará-los e realizá-los e, mesmo, para que o povo, sentindo-se amparado nas suas aspirações e nas suas conveniências, não tenha necessidade de recorrer aos intermediários para chegar ao chefe de Estado.¹⁸⁰

Ninguém foi mais enfático em escrever “o epitáfio” da democracia liberal do que Assis Chateaubriand, em entrevista que deu ao periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1937:

O espírito político passadista continua a se manifestar pelas formas mais extravagantes. Não estão sendo apreendidos os bens espirituais da revolução. Ao contrário, as classes intelectuais, filiadas aos velhos organismos partidários osseoficados (sic), insistem numa estúpida reação de puro sentido liberal clássico, em prol de suas horríveis facções. (...) O Estado Novo é o poderoso organismo unificador, contra o individualismo social e o pluralismo partidário caprichoso (...) Foi-se daqui a era do partidismo. Instalou-se o anti-partido. Adeus aos eternos princípios individualistas do enciclopedismo e da revolução de 89. (...) Saímos de um regime de liberdades para entrar em outro, o da autoridade. Desapareceu a neutralidade do poder público em face dos partidos, porque o poder público passou a ser um valente professor de moral, de disciplina e de técnica política. Nas duas cartas revogadas, o eixo da nação eram os partidos. Agora a política é um problema do Estado, que a organiza. Qual o ideal do Estado Liberal? Nenhum: porque é neutro.

Parece-nos que as palavras de Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand são bastante esclarecedoras acerca do discurso preponderante sobre as ruínas das instituições liberais e suas

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7-1-1938, p.1.

¹⁸⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7-1-1938, p. 12.

definições de participação política com base nos partidos políticos e dos pleitos eleitorais. Contudo, Sigmund Neumann¹⁸¹ já lembrou que é uma contradição afirmar que os governos autoritários são dotados de partido único autônomo ou não reproduzem, em nenhuma escala, os arranjos de poder típicos das democracias baseadas no sistema partidário-eleitoral. Inicialmente, há que se considerar a imediata necessidade dos governos autoritários de organizar e incorporar grandes setores populares, superando o mero propósito de *representação* parlamentar em favor da meta da *integração social*, satisfazendo demandas sociais reprimidas, com suas necessidades materiais e espirituais. Depois, a governabilidade jamais assume tamanha estabilidade que torne desnecessário o esforço de administrar e compensar interesses ou pressões dos grupos políticos que compõe os esquemas de poder.

O golpe de estado de novembro de 1937 não substituiu radicalmente ou completamente as elites políticas instaladas nos governos estaduais e na estrutura burocrática do Estado, mas deu a elas novas possibilidades de permanência sem a imprevisibilidade que os pleitos eleitorais, em momentos de crise, podiam trazer. Diferente do que ocorria no Uruguai, no Brasil, o sistema de partidos ruiu: ou o partido tornava-se parte do Estado, como mecanismo administrativo, ou conformava-se em representar uma sub-cultura política, no plano simbólico, com escassa ou nula capacidade de gestão política.

Já tivemos a oportunidade de mostrar que tanto no Uruguai quanto no Brasil os discursos oposicionistas liberais sobre a participação política focavam o conceito da ação parlamentar e governamental por representantes eleitos em pleitos sistemáticos. A legitimidade dessa participação indireta dos cidadãos nos assuntos legislativos e de governos advinha de duas maneiras: 1) o combate à fraude que ocasionava a falsificação da vontade popular; 2) a defesa de uma legislação eleitoral que possibilitasse a representação das minorias no parlamento e nas esferas governamentais. Percebe-se que a formalidade jurídica, a ênfase no processo burocrático da eleição, a luta por cargos públicos para o exercício do poder e para ter os instrumentos de realização do programa partidário e o destaque dado aos partidos eram conceitos congruentes nos dois casos.

Nas páginas seguintes, veremos como os discursos liberais de oposição ao regime terrista conseguiram construir sua resistência ao enfeixamento do poder nas mãos do executivo nacional, valendo-se do sistema de partidos e dos instrumentos de mobilização da opinião pública em claro contraste com o que ocorria no Brasil, pois ao tempo que os partidos brasileiros foram extintos, seus congêneres uruguaios conquistavam suas primeiras vitórias significativas

¹⁸¹ NEUMANN, Sigmund. Sistemas de partidos y grados de integración. In LENK e NEUMANN, *Teoría e sociología crítica de los partidos*. Anagrama: Barcelona, 1980. p. 319-328.

sobre o Governo Terra e suas legislações partidário-eleitoral e de censura à livre expressão política.

1.3 Os liberais uruguaios em oposição a Gabriel Terra

Diferente da situação brasileira, no Uruguai, o sistema de lemas partidários sobrepuja-se às alternativas mais radicais, mediava os conflitos mais dissolventes, balizava os temas que mereciam destaque no debate político, em síntese, projetava os limites da ação política. Quando ocorreu a instabilidade institucional, ela veio pelas mãos do Presidente, que logo tratou de institucionalizar a nova ordem política e legitimá-la pelo plebiscito. Por mais autoritário e excludente das minorias políticas opositoras que tenha sido o governo de Gabriel Terra, é necessário reconhecer que não *fez sombra* ao autoritarismo do Estado Novo, com seus campos de prisioneiros, Constituição que instituía a pena de morte, polícia política e desprezo por todas as instituições representativas do republicanismo liberal.

Igualmente, o federalismo brasileiro e a conseqüente fragmentação regional da política não poderia corresponder às tensões entre capital e interior que existiram no Uruguai. Já foi dito nesta tese que essas tensões foram importantes na definição do sistema de partidos uruguaios e na formulação de acordos de *coparticipación*, sem esquecer que, ocasionalmente, as lideranças dos partidos tradicionais localizadas no interior divergiam seriamente das decisões da capital, como será visto nas páginas dedicadas às frentes populares. Entretanto, não há parâmetros que façam equivaler a regionalização dos partidos políticos brasileiros com a estrutura organizacional e burocrática dos partidos uruguaios que atuavam em nível nacional.

Não se está afirmando que a tradição dos lemas partidários no Uruguai e sua atuação em nível nacional tenham sido garantias de práticas liberais e democráticas. Desde a sua origem, na segunda metade do século XIX, o bipartidarismo uruguaio foi alvo de severas críticas por parte dos círculos universitários e da elite culta de Montevidéu, que “acusavam o eleitorado uruguaio de uma espécie de analfabetismo político, que o impedia de discernir e apoiar os programas que necessitava o país”.¹⁸² A solução quase mágica que a elite esclarecida encontrou para fazer com que o sistema bipartidário uruguaio deixasse de ser uma fonte de enfrentamentos armados, golpes de estado e instabilidade institucional foi o *duplo voto simultâneo*, ou seja, o eleitor inicialmente escolhia o lema no qual queria se filiar (blanco ou colorado), que era a sua identidade comunitária; depois, elegia uma das facções abrigadas dentro desse lema, conforme fosse sua inclinação pessoal – sua identidade individual, enquanto membro de um partido¹⁸³.

¹⁸² BONINO, Luis Costa. *La crisis del sistema político uruguayo: partidos políticos y democracia hasta 1973*. Montevidéu: Fundación de Cultura Universitaria, 1995, p. 100.

¹⁸³ Esse critério, aplicado pela primeira vez em 1910, tinha sérios vícios. Seu mentor intelectual já havia destacado que o método só funcionaria eficazmente se atendessemos aos critérios: impossibilidade de coalizões; pouca

O discurso de participação política, incluso nos textos que regulavam as eleições, enfatizava a formalidade e a legalidade dos procedimentos institucionais, mas era elitista em seu conteúdo democrático. O complexo método matemático para a eleição proporcional no Uruguai¹⁸⁴ tendia a excluir as minorias partidárias e a consagrar candidatos previamente escolhidos pela elite dos partidos, pois as listas colocavam candidatos em ordem de prioridade segundo os interesses do sublema e não da sua representatividade popular, a rigor matematicamente desconhecida, porque no Uruguai o eleitor não podia dar preferência a esse ou aquele candidato (voto preferencial) ou compor sua própria lista com candidatos de diferentes sublemas (método do *panachage*) ou, ainda, escolher um candidato independente (sem lema).

Desta maneira, um cidadão inscrito no lema colorado poderia optar por um posicionamento político altamente conservador se escolhesse candidatos do Partido Riverista, liderado por Manini Rios – o qual não ocultava certa simpatia pelo modelo fascista; ou, de outra maneira, se decidisse por uma postura mais inclinada ao socialismo, poderia optar por candidatos do grupo *avanzar*, liderados pelo deputado Júlio Grauert; mas, se nenhuma das possibilidades anteriores fosse suficiente, havia ainda a possibilidade de optar pelo oficialismo dos seguidores de Terra ou o reformismo do Partido Batllista. O mesmo ocorria com relação aos nacionalistas (blancos) que tinham à sua disposição o conservadorismo herrerista ou uma posição mais progressista e contrária ao personalismo como a do Partido Nacionalista Independente, ou a fração francamente socialista, da Agrupación Demócrata Social.

Essa flexibilidade tinha dois efeitos sobre as formas de participação política. Inicialmente, esvaziava as propostas mais radicais, por oferecer alternativas institucionalizadas dentro do sistema partidário-eleitoral; depois, permitia que facções, mesmo com discursos ideologicamente opostos, unissem seus eleitores potenciais em acordos oportunistas, visando garantir vantagens na conquistas de postos na estrutura do Estado. Esse quadro de estabilidade e previsibilidade parecia desafiar a onda de crescente mobilização e exigência política de grupos sociais que assolava a América Latina.

interferência dos comitês na definição de listas e ampla liberdade dos eleitores. Veremos oportunamente que nenhuma dessas três condições eram atendidas no contexto uruguaio. Ver mais em BONINO, *op. cit.*, p. 114-115.

¹⁸⁴ Formalizado em Lei de outubro de 1925, o método consistia em dividir o total de eleitores pelo número de cargos a prover para obter um índice. Se a lista de candidatos de um sublema obtinha três desses índices, por exemplo, teria seus três primeiros nomes da lista eleitos. Esse critério era preponderante para os cargos do senado, mas não para os deputados, pois cada departamento teria de ter no mínimo dois representantes, independente dos índices obtidos pelas listas em concorrência. Os problemas dos restos da divisão do número de votos obtidos pelo índice e dos cargos não providos por candidatos eram resolvidos ou pelo método do maior resto (aplicado em 1916, favorecendo os partidos minoritários) que dava um cargo a mais à lista de maior resto ou pelo emprego da maior mediana. Na maior mediana se beneficiavam os partidos majoritários e foi o método preponderante no Uruguai. Consistia em agregar mais um cargo fictício aos já realmente obtidos pelo índice e realizar nova divisão pelo número de votos obtidos: aquela lista que obtivesse um resultado maior ganhava mais um cargo.

Contudo, em que pese o otimismo dos políticos tradicionais da época, o sistema pluralista uruguaio guardava sérias contradições. O aumento significativo de cidadãos qualificados para votar implicava que os partidos políticos tinham de ser mais agressivos em suas estratégias de propaganda, mais claros em suas propostas, mais coerentes em suas ações e abarcar maior número de interesses para atender grupos até então com pouco peso nas práticas eleitorais. E não eram poucos... Antes da Constituição de 1917, as condições para se obter a cidadania política eram altamente excludentes, pois não eram eleitores: mulheres, escravos, analfabetos, “sirviente a sueldo” ou “peon jornalero”, os soldados de linha, os processados por causa criminal, bêbados habituais ou aqueles que padeciam de uma inaptidão física ou moral...¹⁸⁵

Com a nova constituição de 1917, a maior parte das restrições à cidadania ficaram sem efeito, exceção feita aos soldados e policiais que continuaram fora do corpo eleitoral até 1967. Os estrangeiros obtiveram grande conquista, como atores políticos institucionalizados, pois a partir de então teriam de ter apenas três anos no país para alistarem-se como eleitores e poderiam obter a cidadania uruguaia tanto pelo critério *jus soli*, quanto pelo *jus sanguinis*. A participação eleitoral feminina estava implícita em 1917, mas somente se tornou direito formal a partir de 1932, apresentando-se como cláusula na Constituição de 1934, resultando na participação efetiva, pela primeira vez, nas eleições de 1938.

A ampliação do quadro eleitoral, o estabelecimento de regras formais que permitiam a transparência dos pleitos, a vigência de uma corte eleitoral a partir de janeiro de 1924 e a possibilidade dos *sublemas* atenderem ao princípio da pluralidade sem o abandono da tradição bipartidária, pareciam sinalizar o triunfo do liberalismo político. Mas as críticas dirigidas aos líderes dos principais *sublemas* e às instituições políticas uruguaias (notoriamente o sistema de governo colegiado), comuns a partir de 1932, demonstravam o esgotamento do formalismo democrático uruguaio e a busca de novas alternativas de participação política.

Jorge Otero Menéndez¹⁸⁶ destaca que a crise do sistema partidário uruguaio deveu-se, em boa medida, ao crescente desaparecimento do filiado militante, com voz ativa nas eleições internas dos partidos e na tomada de posição ante as decisões importantes do governo ou do parlamento, ou ainda na fiscalização dos políticos do seu partido no desempenho de funções públicas, de tal maneira que:

No existe ninguna instancia en la vida de nuestros partidos en que algo atinente al propio partido pueda ser consultado a sus partidarios. La canalización de las demandas no se lleva a cabo por la participación del

¹⁸⁵ *Idem*, p. 104-105.

¹⁸⁶ MENÉNDEZ, Jorge O. Los partidos políticos uruguayos. Reflexiones históricas y diagnóstico de la situación actual. In BODEMER, Klaus; LAURNAGA, M.E. (Org.) *Estructura y funcionamiento de los partidos políticos: una reforma posible*. Montevideo: FESUR, 1993, p. 24-25.

partidario, sino, sustancialmente, por la intuición del dirigente, quien tampoco debe rendir cuentas de sus aciertos o sus errores al partido.

Apontando nessa direção de maior participação dos quadros do partido e da militância na escolha dos candidatos, o editorial de 7 de janeiro de 1933 do jornal *Acción*¹⁸⁷ informou que transitava na Câmara de Representantes um projeto de reforma política que visava aperfeiçoar o sistema de representação uruguaio. Dois principais temas eram destacados: a mudança das circunscrições eleitorais para as eleições de senadores e deputados e a reforma da constituição sobre as bases do regime parlamentar. Propunha-se que o alistamento de eleitores para as eleições dos congressistas ocorresse da mesma maneira como ocorria para as de Presidente da República e Conselheiros do CNA (em nível nacional e não por departamentos), assim como a escolha dos conselheiros passaria a ocorrer por meio dos partidos políticos e voto de solidariedade política e não mais por mandato de tempo certo, mediante voto popular.

O argumento para justificar essas mudanças era de que os aperfeiçoamentos incorporados pela Constituição de 1917 não poderiam cessar, mas se deveria buscar também a lapidação constante das instituições e a incorporação da *democracia econômica*. Neste sentido, a primeira mudança sugerida seria “um golpe de morte sobre o caudilhismo localista, fabricante de deputados”, com o conseqüente “deslocamento do centro de gravidade do caudilho para o cidadão”. Além disso, defendia-se a pronta aprovação do Estatuto dos Funcionários Públicos, como forma de amenizar o clientelismo e o apadrinhamento no aparato estatal e, por último, afirmava-se que a adoção dos moldes do sistema parlamentarista na reforma constitucional (adoção da responsabilidade política perante a Assembléia de Representantes) aumentaria a pluralidade política e o controle sobre os conselheiros.

Mais que limitações internas nas formas de participação política em cada partido, a representatividade da opinião pública junto aos políticos eleitos estava seriamente comprometida pelas regras eleitorais uruguaias. As restrições começaram pela Constituição¹⁸⁸ de 1934, que ampliou para oito anos o tempo necessário para que um estrangeiro ganhasse a prerrogativa do voto (cinco de permanência no país e mais três de residência, depois de obtida a cidadania). Além disso, o ano de 1934 trouxe a controvertida *Lei de Lemas*, segundo a qual os partidos opositoristas (Batllista e Nacional Independente) perderam o direito de fazer parte dos lemas Colorado e Nacionalista, respectivamente, tirando deles a iniciativa de união de votos com os

¹⁸⁷ Jornal *Acción*, Montevideú, 7-01-1933, p. 6.

¹⁸⁸ Nessa mesma Constituição aparece a obrigatoriedade do voto, implicando a mudança de entendimento entre o direito inalienável do cidadão eleitor, que teria a liberdade de votar ou não, e a obrigatoriedade cívica do voto do cidadão tangido pelo imperativo do posicionamento político. Essa mudança, que a rigor não foi implantada até a constituição de 1966, demonstrava a preocupação da elite política com a formalidade democrática e a necessidade de emprestar representatividade ao regime de exceção vigente.

demais sublemas ou facções partidárias, no sistema de *duplo voto simultâneo*, já descrito anteriormente.

Tendo por meta a apropriação material dos lemas por alguns sublemas oficialistas, a Lei nº 9.524, de 12 de dezembro de 1935, definiu a personalidade jurídica dos “proprietários dos lemas” concedendo a eles a prerrogativa de administração dos bens materiais e das possibilidades de arranjos eleitorais, bem como todas as faculdades legais de uma organização com personalidade jurídica. Essa possibilidade estava sujeita à apreciação e aprovação do poder executivo, condição esta que reforçava o nível de centralização política que o governo de Terra desenvolveu sob o véu do formalismo legal.¹⁸⁹

Posteriormente, com uma nova lei de 15 de janeiro de 1937, os partidos instalados no governo criaram uma engenharia eleitoral que diminuía drasticamente a ação das minorias dissidentes dos dois grandes lemas, assim como prejudicava a minoria colorada *riverista* (força política aliada ao governo). Pela nova lei, aprofundava-se a diferença que a lei de 1924 fazia entre partidos “permanentes” e “ocasionais”, definindo os primeiros como aqueles que, além do registro na corte eleitoral, deveriam ter seus dirigentes ou lema participado em uma eleição nacional (Presidente, Vice-Presidente e Senadores da República) ou em mais de uma departamental, com um corpo de candidatos próprios¹⁹⁰.

O caráter excludente dessa legislação fica claro quando lembramos que as minorias opositoras lutavam (sem coordenação, diga-se) para a formação de frentes únicas agregando várias correntes de pensamento e ação como forma de oposição ao regime terrista e que, por força da nova legislação, ficaram impedidas de unirem-se aos grandes sublemas e apresentarem candidatos aos principais postos do executivo e legislativo (ao senado, por exemplo), a não ser que se sujeitassem à vontade dos sublemas preponderantes em cada lema – *herreristas* entre os *blancos* e *terristas* entre os *colorados*.

A mesma legislação igualmente reduzia a possibilidade de recurso à Corte Eleitoral, pois modificava a previsão de Lei de 1924 que definia a sua constituição em sete membros, eleitos pela Câmara dos Representantes, mediante o critério da representatividade eleitoral pelo duplo voto simultâneo, para um mandato de três anos. As novas regras ampliaram o mandato para quatro anos, tornando cativas quatro cadeiras para os dois partidos preponderantes no Legislativo (não era coincidência serem esses partidos os *herreristas* e os *colorados terristas*) e as três cadeiras restantes para “membros neutrales” eleitos pela maioria parlamentar sem a obrigatoriedade de representar as minorias políticas.

¹⁸⁹ Registro Nacional de Leyes y Decretos, Montevideú, 1935, p. 957-958.

¹⁹⁰ Registro Nacional de Leyes y Decretos, Montevideú, 1937, p. 38-41

A prevalência do formalismo democrático ocorria pelo substancial aumento da autonomia política das elites partidárias, que poderiam escolher antecipadamente candidatos e posições de poder, sem temer surpresas advindas da escolha popular. Essa tendência de formalismo democrático foi o resultado do esforço dos principais sublemas (especialmente entre os colorados) em manter uma férrea disciplina partidária¹⁹¹, por meio do controle dos seus correligionários, mobilizados onde e quando desejava o partido, tal como se percebeu quando os clubes colorados foram acionados para a propaganda continuísta de Terra¹⁹², em setembro e outubro de 1937, ou quando mobilizaram os delegados desse partido para a eleição interna da nova Convenção – responsável pela indicação do candidato oficial do partido colorado para a Presidência da República¹⁹³.

Nesse *jogo de cartas marcadas* o próprio sistema de contabilidade de votos era de representatividade discutível. Os candidatos à Presidência da República dificilmente necessitavam de mais que um quinto dos eleitores para se eleger, em virtude da acumulação de votos que recebiam para si e para o seu partido (Lema Partidário) e a instituição da câmara alta do parlamento tornou-se uma ficção depois de 1934 até 1942, pois deixaram de representar os departamentos para servir exclusivamente aos partidos oficialistas. Como o sistema de eleição de representantes nacionais era uma combinação de voto por circunscrição territorial (os departamentos) e representação proporcional por partido político, acontecia que os deputados – sobretudo os eleitos por Montevidéu – não sabiam exatamente a quem representavam, pois seus eleitores poderiam ser de qualquer lugar, mediante migração de votos por legenda¹⁹⁴.

O liberalismo político dos partidos tradicionais no Uruguai confirmava a tradição liberal de “mudar para manter”, ou de antecipar-se às demandas sociais por meio da adaptação e autotransformação. Essa capacidade é fundamental no entendimento das características e da permanência do sistema partidário para além das crises institucionais que abalaram o país nas décadas de 1930, 1940 e 1970. Para Caetano, Rilla e Pérez as características permanentes do liberalismo partidário uruguaio podem ser sistematizadas da seguinte forma: os partidos a) obtiveram a confirmação da sua inserção social pelo voto universal; b) permitiam a pluralidade de filiações ideológicas e de classes sociais no interior dos lemas; c) refletiram, na sua composição, os conflitos verticais que perpassaram a sociedade uruguaia; d) procuraram estabelecer um complexo arranjo de regras eleitorais (duplo voto simultâneo, lei de lemas,

¹⁹¹ Ver mais detalhes em RIAL, Alejandro; RUIZ, Esther. *Uruguay 1937-1938: de Terra a Baldomir*. Montevidéu, UROU, Facultad de Humanidades, Papeles de Trabajo, novembro de 2002, p. 3-7.

¹⁹² Jornal *El Pueblo*, Montevidéu, 12 e 13 de setembro de 1937, pgs. 16 e 10. Jornal subordinado aos seguidores de Terra.

¹⁹³ Jornal *El Pueblo*, Montevidéu, 10-11-1937, p. 13.

¹⁹⁴ BONINO, *op. cit.*, p. 106-107.

acumulação de votos, etc.) que favoreceu a permanência de quadros tradicionais e exclusão dos divergentes e e) estabeleceram vínculos, em nível de administração pública, com o Estado, favorecendo o clientelismo e o baixo nível de rotatividade no poder ¹⁹⁵

Contudo, os discursos dos principais sublemas oposicionistas primavam pelo liberalismo político e nenhum outro tema despertou maior paixão entre os opositores à ditadura de Gabriel Terra do que a defesa das liberdades individuais, em especial a liberdade de expressão. Isto porque a oposição ao regime de exceção ocorria predominantemente pelos jornais e manifestos, e quando o governo calava um periódico oposicionista diminuía sensivelmente as críticas recebidas nos demais que ainda não haviam sido atingidos pela censura.

Como já foi destacado anteriormente, a imprensa uruguaia teve importante papel na mobilização e debate políticos, tornando-se vetor essencial na manifestação dos partidos políticos em torno de questões controvertidas. Sua projeção na sociedade uruguaia era de tal monta que mesmo depois de instalada a ditadura de Terra, a imprensa da oposição continuou agindo como veículo de participação política contestatória e, como consequência imediata, vários jornais oposicionistas tiveram de suportar períodos de clausura em virtude das legislações de censura à imprensa. Essa legislação, que teve a sua primeira forma nos primeiros momentos do golpe de estado (30 de março de 1933), foi complementada em 19 de abril de 1933 e 14 de abril de 1934, acrescentando-se que os jornais sofreriam represálias policiais toda a vez que seus editoriais divulgassem notícia “difamatória, inverídica ou de teor subversivo contra o governo revolucionário.”

Quando em 5 de outubro de 1933 o jornal *El País*, dos nacionalistas independentes, foi enclausurado por cinco dias, seus diretores redigiram uma carta ao chefe de polícia destacando que a comunicação de clausura não destacava quais artigos ou dispositivos do decreto de censura haviam sido feridos pelo jornal, impedindo a ampla defesa junto à justiça da República. Em edição posterior ao período de fechamento, o jornal transcreveu a troca de correspondências entre os editores e a polícia, onde se lê:

Reclamamos, pues, del señor jefe político se digne determinar el precepto violado y la publicación que la violó, cosas que no lo hemos podido hacer por nuestra parte, ya que releídos los sueltos y artículos de EL PAÍS de ayer, sólo hemos visto cargos en lenguaje correcto contra un gobierno que no se encuentra, por cierto, periodísticamente desamparado, desde que defienden su política media docena de diarios cuyo lenguaje muchas veces procaz y cuyas incursiones por la propia vida privada de los hombres públicos de la oposición, contrasta con la culta censura que realiza nuestra hoja en servicio de lo que conceptuamos sagrados intereses nacionales. ¹⁹⁶

¹⁹⁵ CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ, Romeo. La partidocracia uruguaya. In *Cuadernos del claeh*. Montevideu, ano 12, n. 44, 1987, p. 45-52.

¹⁹⁶ Jornal *El País*, Montevideu, 31-10-1933, p. 5.

Emilio Frugoni lembrou que o governo de Gabriel Terra valia-se de um expediente bastante prático para privar os periódicos opositores de circular, sem ter de dar explicações ou justificativas legais: o governo limitava-se a cortar a energia elétrica da gráfica que imprimia o jornal. Para Frugoni, esse procedimento era:

Una electrocución a la inversa, pues no consiste en enviarles una corriente de alto voltaje para detenerles el ritmo de la vida, sino en retirarles la que impulsa sus máquinas. La orden de cesación les llega, pues, de la usina de la electricidad. En cuanto dejan de recibir la energía propulsora, saben a qué atenerse. Se ha llegado así a la mecanización del despotismo. No hacen falta notificaciones por escrito, ni siquiera verbales.¹⁹⁷

Os discursos opositores acerca da participação política contra o governo de Gabriel Terra tiveram outro grande tema que foi a liberdade de reunião e manifestação da opinião, atividades que severamente vigiadas e reprimidas pela polícia. Essa tática opositora era particularmente eficaz porque a capital Montevideo era o grande centro político do país e as ações coletivas tinham imediato efeito sobre as esferas de poder governamental. O governo de Gabriel Terra não desconhecia essa realidade e procurou explicar as medidas policiais de repressão com os seguintes argumentos: que a polícia havia sido recebida “a baço” pelos manifestantes da passeata no departamento de Minas; que as conferências dos partidos opositores proclamavam ostensivamente a resistência violenta e aconselhavam abertamente o crime político (abstenção eleitoral e sublevação); que tal medida não significava a interrupção dos direitos dos partidos, pois as restrições seriam suspensas quando chegassem as eleições; que acima do direito de manifestação estava a ordem pública e a obrigação do governo em garanti-la e, finalmente, que executando o decreto de censura o governo “interpretava autenticamente o mandato de soberania popular manifestado nas eleições de 25 de junho de 1933, em que três quartos dos cidadãos em atividade manifestaram seu apoio à reforma constitucional”.¹⁹⁸

Interessante notar que o constitucionalismo é, normalmente, característica dos discursos opositores liberais que pretendem, com uma nova constituição, alterar em benefício próprio as relações de poder estabelecidas entre os grupos de interesse em conflito. Pois no Uruguai era o governo autoritário que reivindicava o constitucionalismo como conceito central do seu discurso enquanto a oposição tentava retornar às bases jurídicas anteriores. Dessa forma, os conservadores eram os opositores liberais, enquanto o governo mantinha-se na ofensiva respaldado pelo escrutínio das urnas que não apenas elegeram os representantes situacionistas como aprovaram por plebiscito a nova Constituição.

¹⁹⁷ FRUGONI, Emilio. *La revolución del machete*. Buenos Aires, 1937, p. 34.

¹⁹⁸ Jornal *El País*, Montevideo, 26-10-1933, p. 5.

Em desvantagem nas urnas, a oposição optou pela convocatória de passeatas de protesto para mobilizar a população em torno de assuntos políticos e estimular a opinião pública contra o governo que consideravam ditatorial, mas sem obter grande sucesso, a exemplo do que aconteceu na organização da marcha pela liberdade, que aconteceria na primeira quinzena de julho, a qual foi obscurecida por outro evento político e social de maior relevo: uma grande greve de gráficos e vendedores de jornal de Montevideu contra os donos de jornais (inclusive contra jornais oposicionistas, que defendiam intransigentemente o direito de greve e manifestação dos operários, a exemplo do jornal batllista *El Dia*)¹⁹⁹.

Evidente que, diante dessa mobilização operária, os jornais oposicionistas dos partidos Batllista e Nacionalista Independente não apenas silenciaram como apoiaram o governo nas medidas repressivas. O interesse empresarial certamente estava acima dos discursos liberais de defesa dos direitos de manifestação e greve, restando apenas aos jornais *El Sol* (socialista) e *Acción* (do grupo democrático social, de feição socialista) o papel de porta-vozes dos grevistas, tal como se percebe nesse extrato do jornal socialista:

El derecho de reunión es uno de los que mas han sufrido la explicable inquina de esta régimen que sigue siendo dictatorial pese las aparentes formas de legalidad (...) El famoso decreto dictado con motivo del ‘mitin de la libertad’ ilustró acabadamente sobre las intenciones gubernativas respecto a la suerte de los derechos que el pueblo necesita para manifestarse y vivir la vida de la democracia (...) El Decreto vino a prohibir no ya tan sólo las manifestaciones, sino asimismo las conferencias nocturnas al aire libre privando a los partidos y a los ciudadanos de uno de los medios indispensables para la propagación de las sus ideas. El movimiento de los gráficos se ha visto obstaculizado desde sus comienzos por esas disposiciones, pues las conferencias de propaganda que organizó en algunos barrios, debían terminarse al poner del sol.²⁰⁰

Quando o governo decretou uma lei que impedia os distribuidores (*canellistas*) de trabalhar distribuindo jornais argentinos e alertou que cumpriria intransigentemente a lei contra o trabalho infantil (menores de 10 anos não poderiam trabalhar), o jornal socialista iniciou intensa campanha contra aquilo que considerava a *lei da fome*. Na edição do dia 06 de outubro de 1934, o jornal deu ampla divulgação de uma assembléia dos grevistas a ocorrer no teatro Albeniz, que tinha o propósito de definir os rumos de uma paralisação que já durava 58 dias, esclarecer a opinião pública sobre os propósitos dos grevistas e acertar ações contra as medidas que o governo adotava em represália aos gráficos e *canellitas* em greve. Essa atitude tática das organizações sindicais ficou sintetizada em seis tópicos: manter as reivindicações econômicas; estender aos operários dos jornais situacionista, que não estavam em greve, a prerrogativa de

¹⁹⁹ os jornais que se uniram contra a greve dos gráficos e vendedores foram: El Debate, La Mañana, El Diario, El Pueblo, La Tribuna Popular, El Imparcial, El País, El Plata, El Dia, El Ideal e Hoy.

²⁰⁰ Jornal *El Sol*, Montevideu, 06-10-1934, p.1.

ganho econômico do movimento; manter o trabalho infantil; lutar contra as medidas policiais e repressivas do governo, especialmente contra a *lei da fome*; mobilizarem-se contra a idéia de estatização dos sindicatos e mobilizarem, por meio das organizações civis solidárias (centrais sindicais e federação estudantil), uma ampla greve geral contra a lei da fome.²⁰¹

A participação política por meio de organizações sindicais e partidos de inspiração marxista (com discursos revolucionários) será explorada mais demoradamente na segunda parte. No momento, cumpre destacar que essa prática de mobilização popular, por meio dos sindicatos, para a manifestação de opinião e organização da resistência contra o governo de fato, nem sempre foi bem recebida pelos partidos tradicionais, ciosos de sua preponderância enquanto organização civil responsável pelas mediações entre Estado e sociedade civil.

Contudo, os limites das práticas e discursos desses partidos, comprometidos com os interesses de setores econômicos preponderantes, tornavam-se patentes quando era necessário assumir reivindicações dos setores subalternos da sociedade. Essa contradição ficou mais visível quando os órgãos jornalísticos atrelados aos partidos de oposição e defensores das *sagradas liberdades individuais*, mostraram-se ferrenhos defensores das medidas restritivas da greve, da reunião e opinião dos gráficos, apoiando a prisão ou a deportação de importantes líderes do movimento grevista²⁰².

Aqui se abre a oportunidade de reflexão sobre esse duplo papel dos partidos políticos: explicitam ou mesmo cristalizam os interesses em luta, bem como as tensões e os conflitos latentes, ao mesmo tempo em que têm de ser instrumentos de superação das clivagens sociais, unindo os cidadãos em torno de políticas públicas prioritárias para uma dada conjuntura. Essa duplicidade favorece o discurso que localiza os militantes dos partidos como manipuladores da opinião pública, comprometidos com interesses setoriais contraditórios, ao tempo fragiliza a participação política partidário-eleitoral.

Em contextos com intenso conflito e grande disputa pela opinião pública, sistemas políticos cujas instituições estão mais consolidadas favorecem com que governo e partidos políticos tendam a administrar as clivagens, os conflitos e as controvérsias de tal maneira que a polarização da política jamais gere manifestações massivas contra as bases que sustentam a forma de participação política que mantém a funcionalidade do sistema.

Enquanto a radicalização política no Brasil, depois de novembro de 1935, enfraquecia as bases jurídicas do sistema partidário-eleitoral, durante o governo de Gabriel Terra

²⁰¹ Jornal *El Sol*, Montevideu, 06-10-1934, p.6.

²⁰² Exemplar foi a deportação de Adrian Troitiño, secretário do sindicato de vendedores de jornais. O argumento do governo não foi sua atuação na greve, mas seus antecedentes de ativista político deportado da República Argentina, trinta anos antes, fato que o enquadrava na *Lei de los indeseables*. Adrian Troitiño era avô do deputado socialista Líber Troitiño, que se destacou como importante defensor das causas operárias na Câmara de Representantes. Jornal *El Sol*, Montevideu, 08-11-1934, p. 4.

procurou-se limitar as ações mais radicais dos opositores com legislações que não suspendiam a funcionalidade do sistema político (por meio de Estados de Guerra, como no Brasil) mas atacavam certas táticas da ação política opositora, conforme se pode observar por meio do Decreto do Poder Executivo, de 28 de novembro de 1934, em que consta no seu preâmbulo uma larga justificativa das medidas de exceção, destacando a intranquilidade da ordem pública, provocada “por las fracciones políticas debeladas el 31 de marzo” que insistiam em desconhecer a legalidade e a representatividade das instituições “revolucionárias” (consagradas por mais da metade dos eleitores inscritos) e incitavam a população à violência, a exemplo do que ocorreu dois dias antes do Decreto, nas dependências do Teatro Albéniz, quando os partidos opositores realizaram uma retumbante crítica ao regime de março.

O artigo 1º determinava a prerrogativa governamental de prender e transladar, de qualquer ponto do território, pessoas que considerassem complicadas com atos dirigidos contra a ordem política do Estado e que não optaram por sair do país; a emissão do pensamento estaria garantida se não implicasse injúrias ou calúnias contra qualquer pessoa, em falsa notícia contra o interesse público, propaganda contra o controle das autoridades e notícias ou comentários que se referissem à mudança da ordem política. Aos transgressores previa-se o fechamento dos órgãos emissores por até dez dias, detenção dos implicados, tudo sem o prejuízo do processo penal.²⁰³

Privados da imprensa de combate, das passeatas e dos comícios que tinham o propósito de manter em constante mobilização os efetivos de correligionários contra o governo de Terra, restaria aos partidos opositores a disputa eleitoral viciada pela legislação do governo. Portanto, no Uruguai, o sistema partidário-eleitoral não apenas permaneceu existindo durante o governo autoritário de Gabriel Terra, mas foi utilizado para justificar e manter esse regime centralizador e excludente das minorias partidárias.

Era previsível que esse esforço de neutralização das táticas opositoras sofresse radical combate por parte dos partidos de oposição e nenhuma outra seqüência de palestras contestatórias teve desfecho mais traumático para o governo do que aquelas que resultaram no assassinato do deputado batllista Júlio César Grauert e feridos outros dois, Pablo M. Minelli e Juan F. Guichón.

Depois de terem concluído uma bem sucedida manifestação pública contra o governo autoritário de Gabriel Terra, na localidade de Minas, os três deputados foram interceptados pela polícia em duas outras localidades nas quais se recusaram a obedecer à ordem de prisão expedida contra eles. Em um último bloqueio de estrada, trocaram tiros com a polícia, protagonizando um

²⁰³ Registro Nacional de Leyes y Decretos, Montevideu, 1934, p. 1701-1702. Igualmente no Jornal *El Sol*, Montevideu, 5-12-1934, p. 1.

ato de resistência que misturava idealismo romântico e obstinação ideológica, resultando em graves ferimentos que levou ao falecimento de Júlio C. Grauert, dois dias depois.

A morte de Grauert teve enorme impacto na opinião pública, não tanto pela representatividade que tinha em termos eleitorais, uma vez que liderava a facção mais próxima da ideologia marxista entre os batllistas (o grupo socialista *avanzar*), mas porque a população uruguaia só então percebia que o governo autoritário de Terra não era tão ponderado como costumavam afirmar os partidários do Presidente, mas tinha sua face violenta e repressora em pleno funcionamento, como qualquer outro regime de exceção da América Latina (universo com o qual os uruguaios orgulhavam-se de não se identificar).

Valendo-se da sensibilidade despertada na opinião pública, os estudantes da faculdade de Direito realizaram uma greve estudantil nos dias 28 e 29 de outubro e a Liga de Estudantes Femininos, Federação de Estudantes do Uruguai, a Juventude e o Comitê Feminino Nacionalista Independente, entre outras organizações civis batllistas e socialistas, convocaram seus filiados e cidadãos em geral para o féretro que reuniu cerca de dez mil pessoas. Essa marcha, como era previsível, tornou-se um dramático protesto contra a ditadura, sobretudo no momento em que a multidão chocou-se com a polícia que disparou bombas de gás lacrimogêneo e tiros de fuzil, resultando em muitos feridos.

O emprego da violência contra manifestações que contrariavam a ordem política e social não foi algo que surgiu com a ditadura de Gabriel Terra, mas era a extensão de práticas repressoras contra organizações populares que advinham – com mais intensidade - desde o fim da década de 1920. Entre os anos 1926 e 1933, doze manifestantes ou grevistas foram mortos pelo aparato policial²⁰⁴, sem esquecer os atentados e mortes registradas entre membros de organizações sindicais, policiais e anarquistas, conforme veremos no próximo subtítulo.

Portanto, não se tratava de uma sociedade tão pacífica e democrática quanto destacavam os discursos dos partidos tradicionais de feição liberal. Além das medidas excepcionais e violentas, próprias do golpe de Estado de março de 1933, seguiram-se as ondas de deportações como a de setembro de 1933, quando Basílio Muñoz, Lorenzo Carnelli, Cezar Batlle Pacheco, Luis Batlle Berres, Henrique Rodríguez Fabregat, entre outros, foram expulsos do país. Em dezembro de 1933, como resultado de um levante militar fracassado, mais cinquenta militares e dezessete civis foram presos e, no ano seguinte, uma passeata contra a ditadura, em Dolores, teve uma vítima fatal e um ferido, culminando com as medidas de janeiro de 1935, quando mais de seiscentos suspeitos de conspirarem contra o Estado foram presos.

²⁰⁴ Pode-se encontrar um detalhado estudo sobre esses eventos em PORRINI, Rodolfo. Los derechos humanos durante el terrismo: vigencia y transgresión (1933-1938). In CURES, Oribe *et al.* *El Uruguay de los años treinta – enfoques y problemas*. Montevideo: UROU, 1994.

Quando se estuda o caso uruguaio, especialmente em contraste com o brasileiro, é importante lembrar que a tradição legalista e institucional do Uruguai forçou medidas de legitimação do golpe de Estado terrista, como a convocação de uma assembléia nacional constituinte e um plebiscito para a aprovação da nova Constituição (a qual trazia importantes avanços sociais e políticos) de tal maneira que, formalmente, o governo de Terra foi progressista. Além disso, deve-se reconhecer que a opinião pública limitou as organizações e medidas inspiradas no corporativismo fascista, a exemplo do Conselho de Economia Nacional e o Conselho Superior do Trabalho, que logo perderam a projeção, enquanto instituições representativas do Estado.

Acrescente-se que o ano de 1938 trazia um importante ingrediente democrático que amenizava o clima autoritário do regime terrista: o voto feminino. Tratava-se de uma luta antiga das mulheres uruguaias que teve no educador José Pedro Varela (publicações de 1868 e 1869) um primeiro grande defensor. Depois dele, em 1874, Francisco Antonio Berra defendeu, em sua tese, os direitos políticos da mulher, na ocasião em que concorria com Justino Jiménez de Aréchaga a uma vaga de professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Montevideú, causando grande debate público pela imprensa local.²⁰⁵ O discurso sufragista feminino tinha como conceitos fundamentais a igualdade da natureza humana entre homens e mulheres e a enorme contradição que consistia em os representantes políticos eleitos representarem apenas metade da sociedade uruguaia; em contraponto, o discurso anti-sufragista feminino tinha por conceitos fundamentais a debilidade emocional da mulher em sua natural submissão à vontade do marido e do pai, bem como os riscos que o debate político poderiam oferecer à unidade e funcionalidade familiar.

Mesmo com a opinião pública dividida entre os dois discursos preponderantes, ocorreram avanços na luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Com a reforma educacional projetada por José Pedro Varela (1877), meninos e meninas passaram a compartilhar o mesmo ambiente escolar e a mesma forma de educação, conduzida preponderantemente por professoras que se especializaram nas práticas pedagógicas com cursos específicos para esse fim. Além disso, as mulheres passaram a ser eleitoras e elegíveis para a

²⁰⁵ RISSOTTO, Rodolfo González. *Mujeres y política en el Uruguay*. Montevideú: Ediciones de la Plaza, 2004, p. 17-24. Essa questão não se encerrou neste ano. Nos anos seguintes (1880-1885) alunos da Faculdade de Direito e Ciências Sociais, da Universidade Maior da República, apresentaram teses rechaçando ou defendendo os direitos políticos da mulher, demonstrando tratar-se de assunto palpitante na sociedade montevidéana. Deve-se acrescentar que importantes líderes uruguaios, como o próprio Varela, mas também Luis Alberto de Herrera e José Batlle y Ordóñez foram fortemente afetados pela impressão que tiveram das sociedades inglesa e norte-americana, nas duas últimas décadas do século XIX, no que tange à amplitude dos direitos civis e políticos da mulher.

composição das Comissões de Distrito que tinham grandes responsabilidades e prerrogativas nas definições da gestão do ensino nas localidades.²⁰⁶

Contudo, somente na primeira década dos anos 1900 criou-se em Montevideu um movimento feminista “sufragista”, como extensão daquele que ocorria em Buenos Aires sob a liderança de Maria Abella de Ramírez, criadora da Liga Feminista Nacional Argentina, redatora da revista “Nova Mulher” e autora do *Programa mínimo de reivindicações femininas*,²⁰⁷ apresentado no terceiro congresso de livre pensadores²⁰⁸ em Buenos Aires (1906) e que em 1911 criou em Montevideu a seção uruguaia da Federação Feminina Panamericana.²⁰⁹

Ao longo da década de 1910 os discursos das sociedades de resistência femininas, influenciadas pelo anarquismo, distanciaram-se do movimento sufragista, o qual tinha uma plataforma ampla que abarcava direitos civis, de acesso à educação e políticos, enquanto as militantes do *obrerismo* defendiam a luta social e o combate às estruturas capitalistas da sociedade uruguaia. O movimento sufragista persistiu mais tempo, ao tempo que as mulheres vinculadas às organizações trabalhistas tiveram de enfrentar a indiferença da maior parte das mulheres e a resistência dos trabalhadores homens que as viam como ameaça às oportunidades de trabalho.

Percebe-se que o tema da igualdade política e civil entre ambos os sexos estava bastante difundido na sociedade uruguaia quando, em 1916, foi criado o *Consejo Nacional de Mujeres* (CNM),²¹⁰ propositalmente um mês antes de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, demonstrando o propósito e exercer pressão sobre os parlamentares no sentido de incluir na nova Carta medidas de isonomia entre homens e mulheres. A partir de então, o discurso sufragista do movimento feminista uruguaio ganhou grande ímpeto, por meio de petições, assembléias, abaixo-assinados e editoriais inflamados na revista *Acción Feminina*. Em 1919, a comissão de sufrágio do CNM transformou-se em *Alianza Uruguaya de Mujeres*, formalmente ligada à Aliança Internacional de Mulheres, que pretendia exercer pressão junto ao legislativo para que regulassem o voto feminino previsto na Constituição de 1919. Nesse sentido,

²⁰⁶ *Idem.*

²⁰⁷ Em síntese, as principais reivindicações estavam relacionadas à igualdade de homens e mulheres na educação e no trabalho; igualdade de condições no matrimônio e na divisão dos bens; banimento de todas penalidades atribuídas ao adultério feminino, liberdade para a prática da prostituição e amplos direitos políticos. Ver mais em RISSOTTO, *op cit.*, p. 46-47.

²⁰⁸ Livre pensadores eram maçons radicais que se opunham à Igreja Católica e que já haviam realizado dois congressos internacionais anteriores ao de Buenos Aires: o primeiro em Roma e o segundo em Paris.

²⁰⁹ ABADIE, W. R.; MELOGNO, T. *Crónica general del Uruguay*, Montevideu: EBOU, 2001, v.7, p. 22-23.

²¹⁰ A criação do Conselho Nacional de Mulheres não foi uma iniciativa isolada das mulheres de classe alta e média de Montevideu. Mas foi uma iniciativa plenamente inserida no contexto americano, pois se tratava de uma extensão do Conselho Internacional de Mulheres, criado em Washigton, em 1888, que por sua vez estava filiado à Associação Nacional de Mulheres Sufragistas dos Estados Unidos.

em 1920, foi apresentado um projeto de lei que permitia o acesso ao voto e aos cargos públicos elegíveis, sem obter o êxito desejado.

A maioria conservadora dos deputados e senadores não deu prosseguimento ao dispositivo constitucional²¹¹ o que suscitou incansável campanha das sufragistas uruguaias, as quais encaminharam, em 1926, uma petição à Assembléia Departamental de Montevideu em favor da mobilização sufragista. Entre os anos 1928 e 1931 a mobilização foi intensa, em boa medida impulsionada pelas deliberações da VI Conferência Internacional Americana (Cuba, 1928) que posicionou-se favoravelmente aos direitos políticos da mulher, assim como pelo crescente apoio que obtinham dos partidos tradicionais que viam nas mulheres uma reserva eleitoral expressiva. Em 1929 realizou-se um ato público de grande publicidade em Montevideu, cuja chamada era “La mujer uruguayana reclama sus derechos políticos” e, em 1931, o CNM conduziu ao parlamento uma petição com quatro mil assinaturas exigindo a regulação dos direitos políticos femininos.

Finalmente veio a Lei 8.927 de 16 de dezembro de 1932 que habilitou as mulheres a participarem das próximas eleições nacionais, direito este confirmado pela Constituição de 1934. Contudo, a falta de definições de como ocorreria o alistamento eleitoral das novas eleitoras retardou a participação das mulheres nos comícios até as eleições de março de 1938. Não se sabe exatamente qual o papel das mulheres na eleição de Baldomir e na permanência dos colorados à frente do governo da República, mas é certo que não havia um consenso sobre a validade dessa participação enquanto fator de democratização ou como possibilidade de luta por valores ou pleitos estritamente femininos.

À semelhança dos discursos feministas do Brasil, no Uruguai a participação política da mulher como eleitora e candidata era apenas parte das expectativas. Na campanha eleitoral de 1937 e primeiros meses de 1938, feministas mais combativas como Sara Rey Alvarez propunham aos candidatos uma plataforma que defendesse o pleno reconhecimento dos direitos civis da mulher, a regulamentação do trabalho feminino com igualdade salarial em relação aos homens e até mesmo a supressão dos regulamentos cerceadores da prostituição.²¹²

Paulina Luize, então filiada ao socialismo, não concordou com a iniciativa de Sara Rey Alvarez que criou um partido político feminista, o *Partido Demócrata Feminista*, pois

²¹¹ Em 1920, Alfeo Brum (colorado) encaminhou projeto à Assembléia Representativa de Montevideu propondo o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres em âmbito municipal; No mesmo ano os deputados socialistas Emilio Frugoni e Celestino Mibelli apresentaram na Câmara de Representantes um projeto de lei que reconhecia a igualdade dos direitos políticos entre homens e mulheres. Ainda no ano de 1920, foi apresentado projeto pelo deputado César Miranda em que se previa ampla legislação reguladora dos direitos civis e políticos das uruguaias maiores de 20 anos. No Ano seguinte, em 1921, uma delegação de deputados colorados propuseram a igualdade civil e política em âmbito municipal e em 1923 em âmbito nacional. ABADIE, W. R.; MELOGNO, T. *op cit*, p. 24.

²¹² FREGA, Ana; MARONNA, Mônica; TROCHON, Yvette. *Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)*. Montevideu: Ediciones da la Banda Oriental, 1987, p. 93-94.

julgava improcedente uma nação dividida entre homens e mulheres em blocos distintos. Se considerarmos o fracasso eleitoral desse partido que conseguiu apenas 107 votos, devemos reconhecer que a opinião massiva das mulheres eleitoras uruguaias coincidiu com o posicionamento de Paulina. Da mesma forma, Elizabeth Durand, feminista com uma coluna no jornal *Acción*, frisou sua discordância em relação a um partido político feminista, mas não pelos mesmos motivos de Paulina Luize, e sim porque julgava homens e mulheres com capacidades inatas complementares, de tal maneira que não cabia à mulher a liderança, pois “somente em casos extremos e muito afastados no tempo a mulher nasce com a genialidade política”, de tal maneira que sua participação política se limitaria aos “trabalhos minuciosos, calmos, estudados, cuidando dos detalhes dos planos imaginados pelos homens.”²¹³

Os nacionalistas independentes mostraram-se bem mais pessimistas em relação à participação política eleitoral das mulheres, afirmando em editorial que tal medida só interessaria aos católicos (integrantes do partido cívico) que imaginavam controlar os votos das fiéis e acrescentaram:

Se iría, con seguridad, á viciar el voto de la mujer en su estreno electoral, después de haber sofisticado el voto del hombre. La coacción se extendería; el fraude se realizaría en mayor escala; se acrecentarían los gastos, y de todo ese armazón, surgiría la misma cosa: la falsa solución; el escamoteo de la voluntad popular sustituida por la voluntad de la dictadura y sus adláteres, el maninismo y el herrerismo.²¹⁴

Efetivamente, a participação política da mulher no modelo partidário-eleitoral estava aberta ao debate sem alcançar um consenso sobre sua influência na definição dos líderes eleitos. Contudo, a elite política uruguaia não deixava dúvida do seu conservadorismo em relação às mulheres, ao retardar indefinidamente o projeto do *Código dos direitos civis das mulheres*, apresentado pelo senado em 1931 sem obter o respectivo parecer das comissões e sem ser submetido ao voto dos parlamentares.²¹⁵

O posicionamento dos socialistas em relação à participação política da mulher chama a atenção por sua ambivalência. É certo que todos os partidos políticos uruguaios tinham suas seções dedicadas à cooptação da mulher como agente de propaganda e mobilização, mas poucos foram tão enfáticos nesse papel quanto os socialistas e comunistas. É comum encontrar nas páginas do jornal *El Sol* (socialista) e *Justicia* (comunistas) notícias de ações das ligas femininas pela paz, pelas liberdades individuais, contra o fascismo, etc., revelando que a presença da mulher na militância partidária das organizações de filiação ideológica marxista era algo bastante conhecido.

²¹³ Jornal *Acción*, Montevideú, 10-10-1932, p. 8.

²¹⁴ Jornal *El País*, Montevideú, 03-10-1933, p. 5.

²¹⁵ Jornal *El Debate*, Montevideú, 09-06-1935, p. 5.

Contudo, quando o assunto era a participação institucionalizada da mulher como eleitora, o posicionamento dos socialistas tornava-se pessimista, conforme se observa nas edições da segunda semana de janeiro e na da quarta semana de março de 1938 do jornal *El Sol*, quando polemizaram com o jornal argentino *La vanguardia* sobre qual seria o papel da mulher nas eleições uruguaias. Segundo o jornal socialista, a mulher ainda não teria atingido sua “maturidade política”, sendo suscetíveis à influência da Igreja e dos homens chefes de família e, além disso, elas estariam participando de um sistema eleitoral viciado e corrompido, no qual a vontade popular não era retratada nas urnas.

Em três décadas, o discurso sufragista das mulheres uruguaias alcançou não apenas a plenitude da participação política eleitoral, mas fez incorporar aos programas de todos os principais partidos políticos conceitos-chave da sua pauta reivindicativa, tal como igualdade dos direitos civis (materializados pela Lei de Direitos Civis da Mulher, de 18 de setembro de 1946), o livre acesso às profissões e à universidade, bem como a defesa das mães solteiras e prostitutas. Contudo, à semelhança do que ocorreu no Brasil, o discurso sufragista e sua institucionalização na forma de igualdade de direitos políticos não corresponderam à presença efetiva da mulher nas organizações partidárias e no desempenho de cargos eletivos. Somente em 1942 o Uruguai testemunhou a ascensão de uma mulher ao senado e uma para a Câmara de Deputados (que só chegou a quatro titulares em 1958).

Deve-se reconhecer que uma vez incorporadas as reivindicações feministas à legislação do Uruguai, os movimentos sufragista e feminista perderam seu ímpeto, de tal maneira que nos discursos sobre participação política partidário-eleitoral dos principais partidos deixou de fazer sentido a ênfase no sujeito “mulher” como ente político a ser definido em particular. Desta maneira, os conceitos mais recorrentes dos discursos sobre participação política permaneceram aqueles que buscavam a *sujeição* do sujeito correligionário no interior de sublemas, com os seguintes propósitos: a) os colorados terristas e riveristas e os nacionalistas herreristas pretendiam a *partidização* do Estado, por meio da permanência hegemônica no poder; b) os nacionalistas independentes buscavam a coparticipação política dos setores oposicionistas e c) os colorados batllistas visavam à pluralidade política ou o retorno à sua condição de força preponderante no sistema político.

Mas não eram discursos homogêneos. Além das disputas entre os partidos, havia intensa divisão interna em cada sublema, favorecendo constantes clivagens em torno de suas lideranças, conforme aconteceu com os colorados em 19 de setembro de 1936, quando o partido dividiu-se entre seus dois candidatos para substituir Gabriel Terra. Contando com o apoio da maioria das lideranças legalistas e continuístas do regime autoritário, encontrava-se Eduardo Blanco Acevedo, o preferido da cúpula colorada. Seu rival era o general Alfredo Baldomir,

aliado e auxiliar de primeira hora no golpe de março de 1933, que procurava construir um discurso moralizante e aberto ao retorno do liberalismo político, sem pecar pelo excesso de críticas ao governo do seu cunhado, Gabriel Terra.

Os demais partidos oposicionistas sabiam que não havia chance alguma de vencer qualquer dos dois candidatos colorados, que manteriam sua hegemonia no poder nacional por mais um mandato presidencial. Mas entre Blanco Acevedo e Baldomir, este último apresentava maior possibilidades de combinação de interesses, pois se a maioria colorada estava inclinada para a candidatura de Acevedo, só restava a Baldomir contar com os votos da oposição para consagrar sua candidatura vitoriosa. Entretanto, esse apoio não ocorreu imediatamente e nem de maneira explícita, pois Batllistas e nacionalistas independentes optaram pelo abstencionismo, alegando que a permanência da legislação eleitoral engendrada durante a ditadura de Terra e a permanência da Corte eleitoral nas mãos dos herreristas implicava falsa representatividade e legitimidade.

Deve-se destacar que o pessimismo dos nacionalistas independentes e dos batllistas tinha sua razão de ser. A democracia representativa, no discurso dos situacionistas, era – de fato – o predomínio das maiorias parlamentares que se valiam dessa situação privilegiada nas urnas para manipular as regras eleitorais e, com isso, não apenas reproduziam a sua hegemonia, mas neutralizavam enormemente a participação política das minorias. Essa realidade tornou-se explícita quando a Corte Eleitoral, pouco antes das eleições de março de 1938, mudou as regras partidárias-eleitorais determinando que os partidos minoritários não poderiam somar votos de diferentes jurisdições (a de Montevideu e mais outra do interior, por exemplo) para obter mais vagas na Câmara de Deputados, o que acabou afetando prejudicialmente a União Cívica e os dissidentes do partido de Herrera (seguidores de Otamendi).

A manutenção da hegemonia colorada e a tendência exclusivista dos herreristas favoreceram o consenso entre os opositores sobre a necessidade de criar-se uma frente de reação com forte apelo popular e esse caminho abriu-se com aquilo que havia de comum nos discursos oposicionistas, que era o antifascismo, fato que possibilitou a identificação necessária para a mobilização de organizações políticas partidárias e suprapartidárias em iniciativas bem sucedidas como o Congresso da Democracia Uruguaia, ocorrido entre os dias 7 e 26 de fevereiro de 1938, nas dependências do *Ateneo*, contando com 400 delegados, representando 60 entidades oriundas de todo o país²¹⁶.

²¹⁶ A diversidade dos comitês que enviaram representantes ao congresso dá uma medida de quanto o espírito antifascista estava fortemente impregnado na sociedade uruguaia. Entre outros tantos, a título de exemplo, poderíamos apontar a *Sociedad de Estudios Contra el Fascismo y el Racismo*, *Asociación de Estudiantes de Química*, *Comité de la Juventud Batllista*, *Sindicato Médico Del Uruguay*, *Círculo Republicano Español*, entre outros. Sobre esse congresso consultar jornais oposicionistas como *El País*, nas suas edições de 3, 6, 8 e 14 de fevereiro de 1938.

Sabemos que iniciativas como esta foram favorecidas pelo contexto internacional, notoriamente a guerra civil espanhola que dividia opiniões, despertava paixões e proporcionava elementos importantes de identificação com os grupos políticos disponíveis. Mas, no caso uruguaio, havia o mito das práticas democráticas como traço de distinção nacional,²¹⁷ o que condicionava os limites da ditadura e servia de emblema para as lutas da oposição, especialmente naquele momento em que se discutia a sucessão de Gabriel Terra na Presidência.

Não podemos desprezar, igualmente, o impacto negativo que o golpe de Estado de novembro de 1937, no Brasil, teve sobre os espíritos antifascistas uruguaiois. Já foi mostrado nesta tese os laços de solidariedade diplomática existentes entre Gabriel Terra e Getúlio Vargas²¹⁸ e as forças oposicionistas ao governo de Terra e Herrera temiam que o exemplo do país vizinho, uma vez bem sucedido, poderia inspirar medidas semelhantes na República uruguaia.

O receio do aprofundamento das medidas autoritárias e centralizadoras fez com que os políticos oposicionistas uruguaiois estivessem atentos à conjuntura brasileira, antes mesmo de instalado o Estado Novo. O jornal dos nacionalistas independentes, *El País*, na sua edição de 05 de outubro de 1937, ao comentar as medidas de exceção que o governo brasileiro pretendia impor em virtude do “plano Cohen”, alertou que os 52 deputados que votaram contra o “Estado de Guerra” representavam os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, por serem estados que defendiam a eleição presidencial de um dos dois candidatos oposicionistas (Armando Sales ou Américo de Almeida), enquanto as iniciativas governamentais “dan idea clara de los oscuros propósitos del señor Vargas, que ha querido detener de un golpe la agitación democrática cada día más intensa y que polariza la opinión en torno de dos candidatos igualmente desafectos de las inclinaciones fascistas y continuistas del señor Vargas.”

Mesmo nesse contexto de prevenções à tendência autoritária e combate ao *regime de março*, o Congresso da Democracia Uruguaia não foi um evento de forte participação popular e não escondeu sua clara inclinação intelectualista, quando organizou as palestras em três grandes temas a serem conduzidos por “homens esclarecidos”. Inicialmente, desenvolveram-se as análises críticas dos aspectos econômicos, políticos, sociais e eleitorais da ditadura; seguiram-se as características das relações internacionais do governo Terra e a penetração do nazi-fascismo no Uruguai.

²¹⁷ Esse mito foi explicitado nas resoluções da comissão de assuntos políticos, quando afirmou: “La constitución de 1918 e las leyes de 1924 y 1925, reguladoras del registro cívico y elecciones (...) han sido deformadas y viciadas, lesionándose así la Constitución formal más perfecta en América y quizás en el mundo, a favor del sufragio y del sistema representativo de gobierno.” (Jornal *El País*, 10-02-1938, p.5)

²¹⁸ Ver na introdução as diversas medidas de aproximação desses dois governos.

Dessa pauta se percebe a clara intenção de ajuizar o governo Terra e revelar sua suposta inclinação fascista por meio das iniciativas que tomava na sua política externa – em especial as reservas quanto aos republicanos espanhóis e simpatias pelo regime recém instalado no Brasil. Seria exagerado afirmar que o governo de Gabriel Terra era uma extensão do fascismo europeu, mas não devemos ter dúvidas da impressão duradoura que as medidas corporativas italianas tiveram sobre o espírito de Gabriel Terra, conforme ele mesmo confidenciou a Getúlio Vargas, em visita que fez logo após o término do seu governo. Segundo as palavras de Vargas: "À noite recebi o excelentíssimo Presidente Terra com a família que regressava ao seu país. Jantaram conosco. Veio muito entusiasmado pela organização política italiana e dizendo que vai aconselhar o atual governante do Uruguai a imitá-la".²¹⁹

Retornando ao assunto do Congresso, Pedro Díaz (socialista), como seu Presidente, fez a exposição inaugural com um discurso de apelo emocional, exortando os “hermanos de la democracia” acometidos de “dolor e verguenza” a não chorarem o irreparável, pois a democracia jamais morre e seu espírito – a liberdade – é imortal! O teor romântico desse liberalismo não escondeu seu caráter elitista, já que cabia às “minorias cultas” concretar uma solução com inteligência, interpretando os desejos e necessidades nacionais, “para formular ese programa histórico, que la voluntad del pueblo traducirá en realidades”.²²⁰ Elitista, ainda, porque não incorporou na cúpula das comissões mais importantes (assuntos sociais, econômicos e do trabalho) as mulheres que, no ano do congresso, estreavam como atores políticos no sistema partidário-eleitoral. Excetuando-se Luisa Luisi, Maria Olascoaga e Sofia Azzarello, da comissão de assuntos culturais, o congresso da democracia foi essencialmente assunto de homens...²²¹

Os resultados práticos desse congresso – além do ajuizamento das políticas econômica e social do governo - podem ser sintetizados na deliberação por uma convocatória de um novo congresso, de caráter internacional, envolvendo países latino-americanos (*Congreso de las democracias de América*) e a reunião de lideranças dos partidos oposicionistas presentes (Partido Nacionalista Independente, Partido Batllista e Partido Socialista) para organizarem uma ação coordenada contra a legislação política deixada pelo governo de Gabriel Terra. Tratava-se da retomada da *Concertación Democrática* (conforme veremos em um subtítulo dedicado aos aliancismos) mas agora descartando a participação dos comunistas e frisando o caráter meramente ocasional da união das forças, que em um primeiro momento seriam protagonizadas pela elite intelectual e, posteriormente, pela elite dos partidos.

²¹⁹ VARGAS, G. *op. cit.* v. II, p. 180 (10 e 11 de dezembro de 1938).

²²⁰ Jornal *El País*, Montevideú, 08-02-1938, p. 7.

²²¹ Importante destacar que nas fotos veiculadas pelos jornais encontramos a presença de mulheres na platéia, ainda que em número bastante inferior aos dos homens.

O Congresso da Democracia Uruguaia não foi a única iniciativa bem sucedida dos liberais contra o regime de março. Deve-se reconhecer que os discursos de teor liberal ganharam projeção junto à opinião pública no ano de 1938, tal como foi percebido na grande passeata de julho deste ano, cujo emblema era “por nueva constitución y leyes democráticas”. As estimativas mais e menos otimistas avaliaram uma presença entre 350 mil e 200 mil pessoas marchando pelas ruas de Montevideu e clamando por uma nova constituição e novas regras eleitorais. Essa marcha demonstrou com clareza o grande poder de mobilização das forças opositoras ao *regime terrista*, ao reunir, em um único evento, representantes do nacionalismo independente, batllistas, riveristas, socialistas e comunistas, cumprindo fielmente o acordo de mobilizar seus simpatizantes para uma pauta previamente acertada, sem o protagonismo de nenhuma das partes²²².

Significativo dessa convergência foi o apoio dos comunistas, até então conhecidos por seu espírito sectário e intransigente e que, no entanto, foram fortemente representados na passeata com militantes que se deixavam fotografar com os punhos cerrados para cima (símbolo da 3ª Internacional Comunista). O editorial do jornal *Justicia* demonstra quanto o discurso revolucionário marxista e os esquemas dogmáticos do movimento internacional comunista foram relativizados pelos argumentos de teor liberal que sustentavam a convocatória do *mítin de Julio*:

El mitin de julio no será una demostración más, sino que será una grande jornada por la democracia y por la defensa de los derechos de nuestro pueblo. (...) Todas las parcialidades políticas, las fuerzas obreras, las entidades culturales, estudiantiles, etc. se volcarán por entero para asegurar el éxito de esta magna cruzada. (...) A formar, pues, en las apretadas filas de esta entusiasta caravana que marcha hacia la conquista de nueva Constitución y leyes democráticas, único factor de paz y bienestar para el país entero.²²³

No editorial de 24 de junho o jornal comunista *Justicia* deixa ainda mais clara a sua postura, ao criticar “alguns cidadãos de esquerda dos partidos democráticos,” que faziam restrições ao mítin. Segundo o editor:

Después de años de pasividad y aislamiento (...) he ahí que tres partidos comienzan una acción coordinada sobre la base de una plataforma política democrática y llaman al pueblo a salir a la calle. (...) y es un error peor aún, apartar-se con el pretexto de que existe el peligro de que se desvirtúen las aspiraciones populares y se utilice el movimiento contra los verdaderos intereses de la democracia. El que aspira a conducir a las masas, librándola de peligros, tiene que bajar a la calle y confundirse con ellas en la lucha. Quedarse en la casa no ayuda a las masas ni a la democracia.²²⁴

Como já vimos anteriormente, os anos 1936 e 1937 foram de grande desgaste para os aliados que encabeçaram o golpe de março de 1933. Os riveristas já haviam se afastado do bloco

²²² Até na seqüência dos oradores optou-se pela ordem alfabética das agremiações representadas no *meeting*: inicialmente o Ateneu, depois os batllistas, nacionalistas e socialistas.

²²³ Jornal *Justicia*, Montevideu, 17-06-1938, p.2.

²²⁴ Jornal *Justicia*, Montevideu, 24-06-1938, p.1.

governista e os herreristas pressentiam que a vitória do General Baldomir implicaria a reforma constitucional e eleitoral, com a conseqüente perda da preponderância dos seguidores de Herrera na Corte Eleitoral e no Senado, além das posições conquistadas no Poder Executivo.

Não se estranha, portanto, que o jornal dos nacionalistas liderados por Herrera, *El Debate*, tenha feito intensa campanha contra o mítin de julho²²⁵, tal como se observa nos editoriais onde se afirma que o grande propósito da marcha era “restaurar o batllismo e sua instituição colegialista”, ou que a razão dos partidos opositoristas não aceitarem as regras constitucionais era que não tinham a quantidade de votos para serem preponderantes no Senado e no conselho de ministros, pois as regras eleitorais previam que os dois partidos com maior quantidade de votos e deputados na câmara monopolizariam estas duas instituições, de tal maneira que se a oposição quisesse ter a mesma prerrogativa, bastaria aumentar o número de seus eleitores.²²⁶

Sabe-se que a nova lei de lemas, o controle da Corte eleitoral²²⁷, a supremacia no Senado, na Câmara de Representantes e no Conselho de Ministros, assim como a pressão exercida sobre funcionários públicos, além das fraudes freqüentemente denunciadas pela oposição, eram instrumentos que herreristas e terristas utilizaram largamente para garantirem suas condições de dois “lemas mais votados”, contribuindo igualmente as campanhas abstencionistas da oposição que impediam a contabilidade relativa dos votos entre as forças situacionistas e opositoristas.

Entretanto, por mais evidentes que fossem as manobras jurídicas e legislativas para inviabilizar a formação de um bloco opositorista, devemos admitir que, isoladamente, nenhum grupo opositorista tinha apoio nas urnas a ponto de se tornar um dos dois grupos mais votados no país e gozar das mesmas prerrogativas dos nacionais herreristas ou dos colorados terristas. Conseqüentemente, o que se destaca aqui é que foi possível manter a formalidade e a legalidade democrática em plena vigência do governo autoritário e centralizador de Gabriel Terra, por meio de uma engenharia eleitoral e constitucional que alijava as minorias da coparticipação no

²²⁵ Nas edições da primeira quinzena de julho de 1938, o jornal *El Debate*, desenvolveu sistemática campanha contra o manifesto da oposição, denunciando se tratar de manobra comunista e de subversivos inconformados com as “regras democráticas da Constituição de 1934”, imbuídos do espírito “contra-revolucionário”.

²²⁶ Jornal *El Debate*, Montevideú, 02-07-1938, p. 3.

²²⁷ Assim comenta o jornal *Acción*, Montevideú, na sua edição de 12-03-1938, p. 5, lembrando que quatro das sete cadeiras da Corte eleitoral eram cativas dos dois lemas preponderantes (oficialistas) e as outras três eram escolhidas por dois terços da Câmara de Deputados (cuja a maioria era oficialista). Na prática, a oposição não tinha nenhuma ingerência na última instância do sistema eleitoral, pois as Leis 9.038 e 9.318, que regularam as eleições de 1933 e 1934, transferiram para essa mesma Corte Eleitoral comprometida, as prerrogativas de mudar prazos e regras de inscrições, bem como suspender ou modificar as juntas eleitorais que tinham o propósito fiscalizador. Contudo, as duas emendas constitucionais propostas em 30 de dezembro de 1936 teriam que passar pelas duas câmaras e ainda serem ratificadas por plebiscito (realizado concomitante com as eleições presidenciais de março de 1938). Logo, as regras que pretendiam anular as possibilidades de frentes populares (como veremos detalhadamente no subtítulo dedicado a isso) só seriam válidas após as eleições de 1938.

governo e silenciava os protestos mais agressivos por meio de uma repressão respaldada no discurso da “democracia em risco”, ou seja, para manter um elevado padrão de participação política negava-se a ação daqueles que, presumidamente, eram um risco para a sociedade democrática.

Não há nenhuma novidade nesse método autoritário, que consiste em impor a violência política para defender a democracia ou retornar a ela... A singularidade uruguaia foi a forma com que a pluralidade política articulou o ambiente de resistência contra a centralização política e administrativa, tendo por base o sistema de partidos. Não foram os sindicatos, as empresas, as forças de pressão não institucionalizadas, os militares ou outros setores do Estado que protagonizaram a mobilização da opinião pública contra as regras de exceção impostas ao modelo liberal de participação política, mas os partidos e suas bases de apoio, fato este bem distinto da realidade sul americana em geral e do Brasil em particular, dominados por ditaduras e testemunhas da falência generalizada da participação política partidário-eleitoral.

Revelador da capacidade de organização e mobilização dos partidos políticos oposicionistas foi o nível de engajamento popular ao *mítin* de julho de 1938. Para a realização dessa passeata popular, todo o interior uruguaio foi coberto por comitês de organização que providenciaram a coleta de fundos mediante contribuições, o alistamento dos manifestantes e a logística de transporte e alimentação de milhares de pessoas²²⁸.

No domingo, dia 24 de julho, data marcada para o evento, choveu muito e fez um frio desanimador, forçando a comissão organizadora a suspender a multidão estimada em mais de trinta mil pessoas para o dia seguinte. Ainda assim, cantou-se a marselhesa, o Hino Nacional e *Mi Bandera* muitas vezes, intercalando-se brados de “liberdad si; oligarquia, no! Democracia, si; fascismo, no!” Mas a maior surpresa, inclusive para os organizadores, estava reservada para o dia seguinte. Vinte e quatro quadras repletas de gente em uma passeata de duas horas, que empolgou a opinião pública e criou um fato político inquestionável: a oposição ao regime de Gabriel Terra conseguiu, com o seu discurso antifascista e de defesa do liberalismo político, uma grande capacidade de mobilização da opinião pública que o governo do General Baldomir não poderia desprezar.²²⁹

Ainda sob o efeito da demonstração massiva das forças oposicionistas, Baldomir lançou uma bomba entre seus aliados herreristas ao conceder uma entrevista ao jornal *La Fronda* de Buenos Aires, onde constavam três afirmações inaceitáveis aos nacionalistas de Herrera: a) que a reforma constitucional viria de qualquer maneira; b) da sua insatisfação diante da maneira com que “compatriotas” batiam a sua porta sem o necessário protocolo e desrespeitando sua

²²⁸ Jornal *El País*, Montevideú, 16-07-38, p. 7.

²²⁹ Ver as edições do jornal *El País*, de 25, 26 e 27 de julho de 1938, às páginas de nº 5.

ascendência hierárquica e c) deixava clara a sua preferência pelo presidencialismo tradicional. Esse precoce posicionamento de Baldomir em relação aos esquemas de poder com que Terra e Herrera mantiveram distantes os opositores colorados e nacionais revelava a tendência de rompimento entre os aliados de março de 1933, que três anos mais tarde se confirmaria com a demissão dos ministros nacionalistas do governo de Baldomir.²³⁰

A inquietação ao governo de Baldomir, iniciada com a grande passeata de julho de 1938, persistiu com a celebração do Congresso Continental das Democracias Americanas, organizado pelos partidos Batllista, Nacionalista Independente e Socialista, entre os dias 20 e 24 de março de 1939, nas dependências do Teatro Ateneo, em Montevidéu. Nos moldes do que ocorreu com o Congresso da Democracia no ano anterior, o congresso continental elegeu comissões dedicadas aos assuntos econômicos, culturais e sociais, cada qual responsável por seu relatório, o qual teria de ser forçosamente genérico, pois as autoridades de Montevidéu autorizaram o congresso com a condição de que não se poderia fazer críticas aos governos estrangeiros.

Essa ressalva foi fruto do intenso trabalho do embaixador brasileiro em Montevidéu, Batista Lusardo, que atuou junto às autoridades uruguaias. Inicialmente, procurou o Ministro das Relações Exteriores, Alberto Guani, sem conseguir o intento de proibição do Congresso, o que fez com que procurasse o Ministro do Interior, Manuel Tiscornia, que igualmente não aceitou a proposta de proibição do Congresso, o qual já havia sido liberado pela chefia de polícia. Em contrapartida, garantiu a Batista Lusardo que seria aplicada a Lei de 02 de junho de 1936, que impedia manifestações públicas contra governos estrangeiros.²³¹

Deve-se lembrar que essa mencionada lei foi arquitetada justamente quando ocorreu, no Uruguai, a intensa campanha do Socorro Vermelho em benefício aos presos políticos brasileiros, organizadores da intentona comunista de novembro de 1935. Em março de 1939, quando ocorreu o congresso continental a favor da democracia, estava implícito que se pretendia difundir o discurso antifascista e pacifista e que os países americanos submetidos às ditaduras seriam alvos de duras críticas que colocariam a diplomacia uruguaia em dificuldades, sobretudo com o seu parceiro político, o Brasil.

O Congresso foi bastante prejudicado, graças à intervenção da diplomacia brasileira. Sua duração que era prevista para dez dias, não ultrapassou o terceiro dia de reuniões. A delegação Argentina, a mais combativa e com maior representação de socialistas e ativistas antifascistas, diante da constante vigilância policial e da censura às manifestações contrárias às

²³⁰ Arquivo Histórico do Itamarati, Legações brasileiras, Montevidéu, ofícios, tomo 33-3-10, doc n° 166.

²³¹ Arquivo Histórico do Itamarati, Delegações Brasileiras, Montevidéu, Carta de Batista Lusardo para Cyro de Freitas Valle, 20 de março de 1939, doc n° 4879.

ditaduras latino americanas, com a interrupção dos microfones quando aconteciam, desistiu do congresso e se retirou de Montevidéu. Batista Lusardo ainda conseguiu que um jornal de Montevidéu, *La Tribuna Popular*, denunciasse os dois delegados da representação brasileira, Pedro da Motta Lima e Jose Barboza Mello, como pessoas perigosas ao bem público, “fichados” em Buenos Aires como elementos extremistas.²³²

Mesmo com a censura policial, o Estado Novo de Getulio Vargas não escapou das críticas produzidas nos artigos jornalísticos que noticiavam o congresso. O jornal socialista *El Sol*, no editorial dedicado ao congresso enfatizou que “en muchos países del continente la democracia yace sepultada bajo a las proverbiales simulaciones institucionales cuando no francamente proscripta, como en el Brasil, con un régimen constitucionalmente totalitario.” O jornal *El Dia*, por seu turno, publicou uma entrevista com Roberto Sisson no qual o discurso aliancista era reforçado com severas críticas ao regime ditatorial de Vargas. Sisson dizia aos leitores uruguaios que “no teniendo ninguna razón para confiar en el Señor Vargas, la ANL continuará luchando coherentemente por la democracia, ayudando al pueblo brasileño a conquistar sus libertades ahora conculcadas y alcanzar su independencia económica.”²³³

Os elementos catalisadores do encontro internacional, que serviram de consenso sobre a melhor política a adotar com relação à expansão dos regimes totalitários de inspiração fascista, foram a estratégia do *new deal* e da boa vizinhança do presidente norte-americano Roosevelt, a bem sucedida política de frente única dos progressistas chilenos (governo de Pedro Aguirre Cerda), o governo socialmente inovador do mexicano Lázaro Cárdenas, juntamente com o repúdio unânime ao racismo e às agressões sofridas pela Espanha republicana e pela Tchecoslováquia. Entre as principais resoluções, encontramos a recomendação para o combate ao analfabetismo e o desenvolvimento de “centros de cultura superior”, despertando nos educandos o sentimento democrático; a defesa do asilo político e proteção social aos perseguidos pelos regimes autoritários, bem como a defesa de um amplo programa social de direitos trabalhistas para melhorar a condição geral do trabalhador.²³⁴

O Congresso das Democracias poderia ter sido bem mais proveitoso às forças opositoras do Brasil, se lembrarmos que em março de 1939 os militantes do comunismo, exilados no Prata, ainda estavam difundindo o discurso antifascista e de união às forças democráticas contrárias ao Estado Novo (discurso abandonado depois de agosto de 1939 com a união da URSSS com a Alemanha). Contudo, deve-se dizer que os comunistas brasileiros

²³² Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações Brasileiras, Montevidéu, Carta de Batista Lusardo para Osvaldo Aranha, ofício nº 79, de 28 de março de 1939.

²³³ Jornal, *El Dia*, Montevidéu, 13-03-1939, p.3.

²³⁴ Jornal *El Plata*, Montevidéu, 24-03-1939, p.5.

exilados não prestigiaram totalmente o congresso das democracias. A representação brasileira contava com José Barbosa Mello, Eliezer Magalhães, Major Alcedo Cavalcanti, Paulo Carrion, Pompeu Borges, Carlos Franca, Dinarte Silveira, Antero de Almeida e Sá Marques, Roberto Sisson e Flores da Cunha os quais, independente de seus posicionamentos em relação ao marxismo, não eram militantes combativos do PCB. Some-se o fato de também o PC argentino não ter comparecido, sendo que os argentinos foram representados pelos partidos Socialista, Democrata-Progressista, Socialista Obreiro, Radical e Aprista Argentino.²³⁵

Merece destaque o fato de que estavam presentes ao congresso e atuaram ativamente, dois grupos sociais que escapavam da tradicional militância exercida por homens profissionais da política: os jovens estudantes e as mulheres.²³⁶ Esses dois grupos sociais enunciaram discursos coerentes com o contexto pacifista e antifascista patrocinado pelas forças políticas liberais e comunistas (diga-se que o pacifismo e o anti-fascismo foram os dois elementos discursivos capazes de unir essas duas formações, a rigor, antagônicas). Entretanto, também enfatizaram as categorias *juventude* e *mulheres* como sujeitos dos seus discursos de participação política, quer como atores organizados em entidades cuja característica distintiva era a de ser composta exclusivamente por jovens estudantes ou por mulheres, conforme o grupo, quer como formuladores de estratégias internacionais que escapavam da ação institucional dos consagrados partidos políticos.

A diversidade de atores sociais engajados no discurso democrático, que o Congresso Internacional da Democracia conseguiu reunir, é de grande importância para a compreensão das forças opositoras aos regimes de governo com tendências centralizadoras e autoritárias. No Uruguai, passava-se por um período de reorganização dos dispositivos constitucionais e institucionais que haviam garantido o exclusivismo dos colorados terristas e dos nacionalistas herreristas na condução do governo, criando-se espaços para manifestações de grupos sociais

²³⁵ Era condição para o apoio norte-americano a não participação dos comunistas, de tal forma que nem mesmo os comunistas do Uruguai participaram “oficialmente” do congresso, embora eles, assim como os comunistas argentinos e brasileiros tivessem tido posição simpática à iniciativa dos três partidos opositoristas do Uruguai que organizaram o evento. Ver sobre as tratativas de Pablo Minelli com o Ministro norte-americano Willian Dawson em RUIZ, E.; RIAL, A. *Uruguay 1937-1938: De Terra a Baldomir. El escenario político y la sucesión presidencial*. Montevideo: UROU, Papeles de Trabajo, 2002, p. 47-48.

²³⁶ Destacamos a Federação Argentina de Mulheres pela Paz, que protagonizou formulações de repúdio à política de anexação de Hitler. Na comissão de assuntos sociais as organizações femininas conseguiram incluir uma recomendação internacional sobre a necessidade de ampliar os direitos civis e políticos das mulheres. Na comissão de assuntos culturais tiveram importante papel Susana G. de Lapacó, Elvira Rawson, Magdalena Antonelli Moreno e Juanita Bruschera, enquanto que a brasileira M. Mercio Martins foi vice-presidente da comissão de assuntos econômicos e discorreu sobre a situação econômica brasileira. Os estudantes trataram de organizar um encontro à parte no interior do congresso, unidos em torno da idéia de um Congresso Mundial da Juventude pela Paz, tendo à frente Juan Marinello (cubano) e Pablo Minelli (uruguaio), que dirigiram o comício no qual discursaram Jack Fahy (norte-americano), Lautaro Ojeda (chileno), Alejandro Reinal (argentino), Ivan Pedro Martins (brasileiro), Andrés Escurra (peruano) e Hugo Artucio (uruguaio). O professor Hugo Fernández Artucio discursou na inauguração do evento, como Secretário Sul-Americano do Congresso Mundial da Juventude, conclamando os milhões de jovens do mundo a unirem-se pela paz e contra o fascismo.

organizados fora (mas não indiferentes) dos quadros partidários tradicionais. Nesta perspectiva, as mulheres recém eleitoras e os jovens estudantes mobilizados tanto pelos partidos como pelo movimento comunista internacional passaram a ter maior importância nos discursos dos grupos políticos tradicionais.

Mas o surpreendente aconteceu. Em 23 de maio de 1939, Baldomir sancionou a Lei nº 9.831, defendida pelos herreristas, que fixava normas para o uso de lemas, celebração de acordos partidários e integração de listas eleitorais com propósitos exatamente opostos aqueles defendidos pela oposição na passeata de 25 de julho de 1938. Pela nova lei, os terristas e herreristas mantinham a posse dos lemas colorado e nacionalista, respectivamente, com a primazia de celebrar acordos, propor e desfazer listas eleitorais, vetar ou convidar partidos como sublemas, desde que estes aceitassem submeter os votos dos seus eleitores à legitimação dos candidatos indicados pelos proprietários dos lemas...

A exclusão das minorias como agentes da participação política no governo era evidente. Qualquer novo lema, além dos dois tradicionais, teria de propor candidatos para todos os cargos a serem supridos em uma única folha (lista), sem incorporar nenhum candidato que “pertenezca pública y notoriamente a outro partido,”²³⁷ o que impedia a coalizão de forças opositoras e frentes únicas. Essa legislação, somada à manutenção do senado dividido entre os dois lemas mais votados (evidentemente terristas e herreristas), bem como a permanência da supremacia oficialista na Corte Eleitoral e no Conselho de Ministros, conduzia para a permanência do sistema excludente do regime terrista onde os dois lemas com maioria de votos tudo teriam e aos demais restaria o ostracismo político.

Sabe-se que uma das finalidades básicas dos partidos políticos é o recrutamento da elite política e a conquistas de postos junto ao aparato governamental. Quando essas prerrogativas são severamente diminuídas, a tendência é que a organização perca projeção e representatividade e, mesmo, desapareça como instrumento de mediação entre Estado e sociedade civil. Valendo-se das suas *imprensas de combate* os partidos opositoristas fizeram larga campanha contra a legislação eleitoral, lembrando o apoio da opinião pública pelas “leis democráticas”. O jornal socialista *El Sol*, por exemplo, comentou que haveria um acordo forçado pelos herreristas e colorados que ainda estavam instalados no poder, sobre o novo Presidente da República, com o propósito de manter a qualquer custo, inclusive com a desaprovação tácita da opinião pública, a hegemonia de colorados terristas e nacionalistas herreristas²³⁸.

O jornal dos nacionalistas independentes, *El País*, destacou que seu partido tinha representação em todos os departamentos, patrimônio material, histórico e moral, várias

²³⁷ Registro Nacional de Leyes y Decretos, Montevideu, maio de 1939, p. 434-436.

²³⁸ Jornal *El Sol*, Montevideu, 1ª semana, maio de 1939, p. 1.

participações em pleitos eleitorais e nem com isso conseguia ser admitido como um lema aceitável e condizente com seu passado e tradições (ou seja, mantendo o nome nacionalista).²³⁹ O Jornal *El Plata* dos nacionalistas independentes e dirigido por Juan Andrés Ramirez, aprofundou o tom agressivo da campanha a favor da reforma eleitoral e de ataques à Luis Alberto de Herrera, que, por sua vez, revidava desde as páginas do jornal *El Debate*. O conflito de opiniões degenerou para um desafio a duelo, de Ramirez a Herrera, que só não aconteceu porque o tribunal de honra nomeado para julgar a pertinência do duelo foi desfavorável.²⁴⁰

Se os socialistas²⁴¹ necessitavam justificar a tolerância dos seus argumentos com o novo presidente da República, procurando amenizar a responsabilidade sobre a nova lei eleitoral - com raízes no governo de Gabriel Terra – os nacionalistas independentes apelavam para a tradição partidária como argumento irrefutável da permanência autônoma deles dentro do lema nacionalista. Já destacamos na introdução da tese a importância da tradição dos dois lemas (colorados e blancos) na formação das duas comunidades políticas, que eram disputadas pelos sublemas (os verdadeiros partidos políticos) no sistema de duplo voto simultâneo. Quando um sublema era proibido de fazer propaganda, utilizando-se dos emblemas historicamente acumulados, isso o enfraquecia eleitoralmente, pois era o mesmo que apartá-lo dos laços afetivos que ligavam o correligionário-militante à organização partidária.

Como se pode perceber, a participação política partidária e eleitoral estava encerrada entre o pluripartidarismo real e o bipartidarismo formal. Não espanta que o jornal *El Debate*, dos herreristas, tenha considerado a nova lei patriótica e para a qual concorreram “diversos y muy prestigiosos elementos, con prescindencia de accidentales propósitos políticos y en el deseo sincero de afirmar la verdad de las leyes y el ejercicio honesto y fecundo de las instituciones democráticas a todos los ciudadanos bien intencionados”²⁴².

Por mais arbitrária que tenha sido a legislação de 23 de maio de 1939 com os pequenos partidos e com as facções dissidentes dos dois grandes lemas, deve-se reconhecer que forçou decisões no interior dos sublemas que convergiram para o tradicional predomínio das duas grandes divisas partidárias. Em março de 1940, quando se discutia qual caminho a seguir,

²³⁹ Jornal *El País*, Montevideú, 05-05-1939, p.5.

²⁴⁰ O duelo foi prática tanto de homens de baixa renda da região platina, quanto de homens da alta hierarquia social. Os primeiros batiam-se com adagas e foram severamente reprimidos pelas autoridades policiais. A segunda classe de duelistas batia-se com pistolas, dentro das regras européias. Esse artifício foi utilizado algumas vezes nas décadas de 1910 e 1920, vitimando alguns políticos ilustres do Uruguai.

²⁴¹ Não é demasiado lembrar que Emilio Frugoni, líder máximo dos socialistas, foi eleito, neste período, decano da Faculdade de Direito da Universidade Nacional, com o beneplácito da alta administração do governo de Baldomir, que teve de contornar o pedido de demissão do seu Ministro da Educação. Igualmente polêmica foi a nomeação de Gabriel Terra para a Presidência do Banco da República, forçando Baldomir a contornar moções do parlamento, para manter o ex-presidente nesse posto de segundo escalão. Dessa maneira, a política *criolla* ia acomodando a uns e outros com cargos e distinções e aplainando as fontes de atritos entre situacionistas e opositoristas...

²⁴² Jornal *El Debate*, Montevideú, 19-05-1939, p.5.

os nacionalistas independentes tinham três opções: ou adotavam a mesma tática abstencionista de 1938, ou fundavam um novo lema ou submetiam-se aos herreristas como sublema dentro do nacionalismo. Acabaram optando por inaugurar um novo lema, pois sabiam da sua inferioridade numérica diante do caudal eleitoral dos herreristas e o quanto isto lhes custaria, no momento de celebrarem acordos com a maioria nacionalista.

Os batllistas, por outro turno, tinham perspectivas diferentes para sua decisão. Abandonar a tradição colorada e não poder mencionar emblemas e mitos que os caracterizaram como entidade partidária - o nome de Batlle, por exemplo - teria um custo eleitoral excessivamente alto. Além disso, tinham uma estrutura organizacional e um número de militantes e simpatizantes que poderiam favorecer acordos vantajosos com os demais colorados associados ao novo Presidente, o General Baldomir. E foi por esse caminho que batllistas voltaram a participar do governo da República²⁴³, enquanto os nacionalistas independentes tiveram de esperar até que a Lei de 13 de julho de 1942 lhes permitisse usufruir o lema nacionalista e um tempo maior ainda, até 1958, para sua total reunificação sob um mesmo lema vencedor.

No momento, importa destacar que o governo de Baldomir foi uma fase de transição das regras de exceção do governo Terra para as práticas de representação inspiradas no liberalismo político, bem como a recomposição do sistema partidário tradicional uruguaio. A capacidade de mobilização dos partidos opositores e das minorias foi fundamental para forçar o retorno das fórmulas de coparticipação, mas também se deve considerar o contexto internacional com a queda da República espanhola e o pacto de não agressão entre russos e alemães que romperam a lógica antifascista que inspirava a formação das frentes únicas defendidas por partidos de inspiração ideológica marxista.

Depois da mobilização popular pelas forças de oposição nos anos 1938 e 1939, ficou claro que os esquemas terristas e herreristas de manutenção do poder não perdurariam e que o retorno ao modelo tradicional de partidos, vigente nas décadas de 1910 e 1920, seria uma questão de tempo. O contexto internacional apenas precipitou os acontecimentos, colocando os herreristas em campo oposto aos colorados batllistas e baldomiristas que se identificaram com os nacionalistas independentes e os comunistas no que tange à necessidade de aproximação aos aliados, enquanto os nacionalistas de Herrera defendiam a neutralidade. Essa definição dos

²⁴³ Contudo, a decisão de inscrever um sublema associado aos colorados de Baldomir, em setembro de 1940, não foi um caminho rápido e de fácil consenso, como se pode imaginar. A defesa da autonomia partidária dos batllistas, arduamente defendida ao longo do governo de Gabriel Terra, não poderia ser abandonada de um momento para outro, como afirmavam grupos liderados por Luis Batlle Berres, Héctor Grauert, Omar Goyenola e integrantes do grupo *Avanzar*. Diante dessa clivagem interna, a discussão do partido foi ao encontro de um candidato neutral, para não provocar a reação preventiva dos demais colorados, inviabilizando a aliança que seguia seus primeiros passos.

discursos em relação à II Guerra Mundial foi a grande bandeira do *golpe Bueno*²⁴⁴ em fevereiro de 1942, quando um amplo espectro de partidos políticos defendeu a restrição do funcionamento do Congresso Nacional²⁴⁵ e a convocatória de uma Assembléia Constituinte para redigir uma nova Carta em substituição aquela engendrada pelo golpe de março de 1933.

A vitória do discurso liberal sobre participação política partidário-eleitoral confirmou a predominância dos colorados (agora unidos) com 57,2% do total de votos, consagrando vencedor o candidato Juan José de Amézaga com 40,7%, nas eleições de 29 de novembro de 1942. Os lemas tradicionais, colorados, nacionalistas (Herrera) e nacionalistas independentes mostraram-se protagonistas do sistema de partidos uruguaio com 92% dos votos, restando ao partido Unión Cívica 4,3%, aos comunistas 2,5% e aos socialistas 1,6%.

Entretanto, o liberalismo político não correspondeu a um liberalismo econômico. Desde a campanha pré-eleitoral os candidatos, em tom unísono, pregavam a interferência direta do Estado na normalização política, no retorno ao equilíbrio econômico e na estabilidade social. Tão logo assumiu o governo, Amézaga iniciou os trabalhos de formação de comissões pluripartidárias associadas aos grupos patronais (os trabalhadores não faziam parte das comissões) para o esforço de “cocertação social”; promoveu grandes obras públicas em conformidade com os princípios keynesianos; organizou um processo longo de criação dos “Conselhos de Salários” onde representantes do governo, da classe patronal e dos trabalhadores procuravam o consenso sobre questões trabalhistas; ampliou os direitos sociais e as leis trabalhistas (férias, salário mínimo, indenizações por demissão, jornada de oito horas), criou as associações familiares para beneficiar o núcleo familiar e encerrou o ano de 1946 com o Estatuto do Trabalhador Rural.

Diferente do que ocorria em países vizinhos, nos quais desenhavam-se modelos políticos inspirados no personalismo de líderes carismáticos e na aversão ao modelo de participação política partidário-eleitoral, o Uruguai sintonizava-se com as idéias mais contemporâneas do liberalismo social (cujas características esboçamos no subtítulo anterior) mostrando-se curiosa exceção que só é possível entender pelo processo histórico de formação do seu sistema de partidos. Igualmente significativa foi a relativa tolerância com os discursos sobre participação política, inspirados pelo marxismo ou pelos *partidos de idéias*, que possibilitou ao Uruguai transformar-se em centro irradiador de práticas e programas socialistas, ainda que de forma velada, por meio de agentes da Internacional Comunista, como veremos no próximo subtítulo.

²⁴⁴ Expressão criada pelo líder do partido nacionalista independente Jaun Andrés Ramirez,

²⁴⁵ O Congresso não foi eliminado. Os parlamentares foram impedidos pela força policial de entrar no parlamento, mas continuaram atuantes e recebendo seus vencimentos.

2. Ação oposicionista dos partidos marxistas

A militância política implica o engajamento do indivíduo a projetos e ações de uma organização com propósitos políticos, ou seja, o militante é o ator da ação política, quer na sua fase de elaboração mental, quer na sua realização. Esse engajamento acarreta o processo de identificação com os demais membros da organização e a elaboração da crença de que se está lutando por uma causa coletiva, por um fim justo e aceitável enquanto justificativa das ações planejadas e executadas.

O presente subtítulo quer destacar a diferença entre a militância política dos membros das organizações liberais daqueles que participavam de organizações que exigiam a entrega total de seus integrantes, *assujeitados* a uma rígida disciplina e programa ideológico que propunha o rompimento radical com as tradições anteriores, a favor de uma alteração profunda, com novas bases de autoridade e solidariedade coletivas.

Quando destacamos a militância marxista dentro da parte dedicada à participação partidário-eleitoral, levamos em conta a ressalva de que as organizações inspiradas no marxismo nem sempre fizeram parte do sistema partidário-eleitoral, ou propuseram a livre concorrência no *mercado político*, ou pretenderam disputar com outros partidos os postos e favores do Estado, mas faziam parte de um todo maior no qual estavam em oposição às forças partidário-eleitorais ou buscavam associar-se a elas, procurando mobilizar grupos sociais dentro da comunidade nacional ou alertar sobre as pressões ameaçadoras advindas do ambiente internacional²⁴⁶. Trata-se de evitar a abordagem funcionalista, na qual os partidos tem de atender exclusivamente as exigências do sistema político nacional, como se esse sistema fosse unidimensional como são os sistemas biológicos e os servo-mecanismos. Neste sentido, Georges Lavau destaca que o sistema político é um universo de conflito tanto como de integração no qual os partidos são, antes, minorias ativas que fracionam e dirigem-se à confrontação.²⁴⁷

O mesmo autor ainda ressalta que:

Certos partidos teoricamente hostis ao sistema político e aos seus valores podem constituir-se em obstáculo real mas não insuperável para o sistema

²⁴⁶ A compreensão dos grupos marxistas no quadro institucional dos partidos dedicados a competição eleitoral pode ser encontrada em LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein. El partido político: agente de conflicto e instrumento de integración. In *Cuadernos de Ciencia Política – partidos y sistema político*, Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria – UROU, 1991. Cabe a ressalva de que os partidos marxistas uruguaios permaneceram na legalidade e enquadraram-se no sistema de partidos daquele país. Essa ressalva é fundamental para compreendermos a interdiscursividade estabelecida entre os partidos de feição liberal e os de inclinação marxista uruguaios.

²⁴⁷ LAVAU, Georges. Partidos y sistemas políticos: interacciones y funciones. In *Cuadernos de ciencia política*. Montevideo: Universidad de la República, Instituto de Ciencia Política, Fundación de Cultura Universitaria, 1991, p. 45.

político e, ainda assim, de maneira indireta, contribuir para a manutenção de certos elementos desse sistema.²⁴⁸

Tratar dos grupos de inspiração ideológica marxista, no interior da formação discursiva partidário-eleitoral, ainda favorece a compreensão do efeito das críticas radicais sobre as formas de participação política, na medida que tais grupos: 1) suscitaram ou justificaram um ambiente de repressão ou de oferta de institucionalização dos divergentes (favorecendo o desvio de virtualidades revolucionárias); 2) afetaram a competição partidária por meio de seus programas-manifestos e, em sentido inverso, 3) alteraram seu discurso radical sob os efeitos dos limites jurídico-institucionais impostos à participação política, pretendendo tornar mais realistas suas propostas de alteração da ordem social e política da sociedade nacional.

É necessário apontar que estamos enfatizando os discursos de inspiração ideológica marxista voltados para a mobilização massiva e seus efeitos na formulação de um conceito de participação política militante, sem afirmar que tal mobilização massiva efetivamente ocorreu, pois o aspecto contraditório dessas estratégias foi seu efeito restrito em relação às massas populares, para as quais os discursos mobilizadores eram dirigidos. Esse distanciamento entre discurso e prática não era assunto desconhecido entre os marxistas e não se tratava de um problema momentâneo ou conjuntural do Brasil ou do Uruguai, mas de um tema central presente na formulação marxista-leninista, quando se discutia a relação do partido e sua vanguarda, a qual teria de *criar* uma consciência de classe junto ao proletariado.

Quanto às diferenças e aproximações nos discursos políticos dos grupos de filiação marxista do Uruguai e do Brasil, no período estudado, não é demasiado destacar que os comunistas brasileiros tiveram seus primeiros passos organizacionais estreitamente ligados ao Uruguai, quando o grupo de comunistas de Porto Alegre, liderado por Abílio de Nequete, foi auxiliado pelo PC uruguaio em 1921 visando à criação do PCB e a participação no IV Congresso. Além disso, entre os dias 25 e 27 de março de 1922, quando ocorreu a assembléia inaugural do PCB, o próprio Nequete se fez presente como representante do Rio Grande do Sul e também como enviado do PC uruguaio e da Agência de Propaganda da IC para a América Latina, ascendência que o favoreceu e fez com que fosse eleito Secretário Geral.

Contudo, as trajetórias dos comunistas uruguaios e brasileiros foram bastante distintas, sobretudo em função da ênfase que o PCB acabou dando à luta armada e a preparação de *putschs*, possibilidade afastada pelos comunistas uruguaios que teriam como conseqüência imediata a sua passagem para a clandestinidade, afetando a própria estruturação da IC que tinha em Montevideú importante ponto de irradiação para a América Latina. Portanto, foi na forma como se manifestaram diante das possibilidades de mobilizações coletivas contra os regimes

²⁴⁸ *Idem*, p. 45.

autoritários dos seus países (greves, passeatas, campanhas eleitorais, comícios, etc) que os grupos marxistas uruguaios e brasileiros distanciaram-se significativamente.

Neste sentido, reconhece-se que o convívio forçado com outras tendências do marxismo, igualmente legalizadas, exigiu do PC uruaio constantes esforços de persuasão e flexibilidade diante dos grupos sociais que pretendia cooptar, especialmente os sindicatos. Ainda que esses esforços tenham sido freqüentemente comprometidos pelo sectarismo próprio da militância comunista, nota-se que o discurso aliancista entre os uruguaios foi bem mais fiel às resoluções do VI e VII congressos da IC, se comparados com os comunistas brasileiros.

Esse contraste entre as oposições de filiação marxista aos regimes de Terra e Vargas propicia a compreensão do papel dos grupos políticos de base classista, que veicularam em seus discursos oposicionistas a proposta de participação política direta e revolucionária sobre a estrutura do Estado e de como esse discurso combateu, acomodou-se ou migrou condicionalmente para práticas partidário-eleitorais como a competição eleitoral, petições e iniciativas legislativas e alianças interpartidárias, conforme veremos em subtítulo específico nesta tese.

2.1 Oposição marxista a Getúlio Vargas

No estudo da militância marxista no Brasil, na década de 1930, será dada maior ênfase aos comunistas, sem desconsiderar a contribuição dos socialistas²⁴⁹ como atores no cenário político brasileiro, a exemplo de João Mangabeira junto ao Legislativo Federal o qual se mostrou um *pensador de ação*, lutando ao lado de outros deputados socialistas pelo direito de greve, pelo voto feminino, liberdade sindical, direitos trabalhistas mais amplos, pelo divórcio e separação completa entre Igreja e Estado. Como atores políticos de relevo nacional, integraram o grupo *pró-liberdades populares* defendendo a ampla liberdade de militância sob o manto de qualquer doutrina e pela libertação dos presos políticos, razão que levou João Mangabeira a perder o mandato e ser preso em 1936, sendo libertado no ano seguinte.

Contudo, diferente do que ocorria no Uruguai, a militância dos socialistas brasileiros, até a década de 1940, teve pouco relevo enquanto vetor de participação política contestadora do sistema de partidos ou como entidade proletária-trabalhista, em virtude da sua linha de

²⁴⁹ Os grupos socialistas, desde sua origem, caracterizaram-se pela dispersão. Em 1896, vários grupos do estado de São Paulo reuniram-se em torno do jornal *O socialista*. Em 1900 foi criado o jornal *Avanti*, redigido para o operariado paulista em italiano, favorecendo a formação de um grupo ativista que deu origem a um partido socialista no Brasil, tendo a sua frente Alcebíades Bertolotti. Desde esse primeiro momento, quando preponderava a orientação do Partido Socialista Italiano, outros partidos socialistas regionais foram fundados nos anos de 1909, 1912 e 1925, sem que houvesse uma coordenação de doutrina ou de militância. Somente após a realização do Congresso Revolucionário Tenentista ocorreu um esforço de criação de um partido socialista de caráter nacional, resultando no Partido Socialista Brasileiro de 1932, com alguma atuação em São Paulo, sob a orientação de Cabanas.

pensamento que procurava no capitalismo a base econômica para a evolução do socialismo²⁵⁰, sem esquecer que freqüentemente eram acusados por seus rivais marxistas-leninistas de desenvolverem simplificações da doutrina de Marx. Essa tendência pode ser percebida na obra *Socialismo no Brasil: esboço de um projeto socialista* (1908)²⁵¹ de Antonio Piccarolo, um dos primeiros pensadores a publicar uma análise que buscava uma adaptação do socialismo científico à realidade brasileira, na qual chega-se à equação do desenvolvimento do capitalismo nacional como etapa necessária para o aprofundamento das contradições entre classes até a materialização do modelo socialista.

Acrescente-se que o discurso socialista nas décadas de 1910, 1920 e 1930 esteve muito próximo dos partidos liberais, inclusive com boa parte das reivindicações de caráter social e econômico. A preferência pela atuação no parlamento como críticos profissionais, tornando aquela instituição em tribuna aberta e caixa de conversão das políticas que o governo deveria seguir, definiu a forma de participação política que os socialistas difundiram em seus discursos. Nacionalistas, humanistas, desenvolvimentistas e liberais em relação aos direitos e garantias individuais, bem como aos direitos e prerrogativas do sindicalismo autônomo, os socialistas brasileiros perderam-se diante a contundência do discurso comunista e da sua forma agressiva de militância política²⁵², passando a ter relevância política somente em 1945 com a criação da Esquerda Democrática e a posterior fundação do Partido Socialista Brasileiro em 1947.²⁵³

²⁵⁰ O pensamento de João Mangabeira, nos primeiros anos da década de 1930, é particularmente ilustrativo disso. Para ele “os capitalistas inteligentes devem encontrar fórmulas jurídicas que harmonizem os interesses em conflito. Por o barco em lugar seguro antes que as tempestades se desatem e os horizontes do mundo só nos anunciem borrascas. (...) Mas, entre nós, as medidas que na Inglaterra Baldwin, como chefe conservador, ou na Alemanha Brüning, como chefe católico, estão prestes a defender, a ganância impiedosa dos plutocratas qualifica de comunista.” MANGABEIRA, João. *Idéias políticas de João Mangabeira*. Brasília: Senado Federal, 1987, p. 22-23.

²⁵¹ Alexandre Hecker, no capítulo “O socialismo brasileiro: a outra esquerda”, no livro *Corações vermelhas* organizado por Antonio Carlos Mazzeo e Maria Izabel Lagoa (Editora Cortez, 2003, p. 271-280) lembra que a obra de Antonio Piccarolo foi o primeiro projeto socialista difundido no Brasil, tendo por base uma interpretação da realidade nacional. Piccarolo propunha os trabalhadores da pequena propriedade rural - no molde daquela conduzida pelos imigrantes italianos - e a nascente burguesia industrial (coincidentemente também ítalo-brasileira) como os sujeitos preponderantes do desenvolvimento sócio-econômico do país até níveis em que a população camponesa e urbana estivesse em condições políticas de mobilização para a implantação do socialismo.

²⁵² Essa diferença foi bastante explorada pelo PCB, quando em 1934 combateu “as vacilações pequeno-burguesas” dos seus integrantes de São Paulo, desaconselhando a formação de frente popular com os socialistas de Cabanas, que, naquela oportunidade, buscavam uma articulação com as forças liberais paulistas contrárias a Getúlio Vargas. CEDEM – ASMOB. Informe do camarada Alonso (Jean Jolles), perante o B.S.A., em maio de 1934 - a situação brasileira e as tarefas do PCB - a crise e a penetração imperialista, / Microfilmes da Internacional Comunista/ Documentos do Partido Comunista do Brasil - PCB/ Documentos enviados do PCB às sessões da IC, IC-04/ IC-04.

²⁵³ No Capítulo dedicado aos discursos revolucionários reservaremos um espaço para analisar a interdiscursividade estabelecida com os trotskistas. É oportuno lembrar que socialistas e trotskistas (Liga Comunista Internacionalista, lançada oficialmente em janeiro de 1931) estiveram juntos em iniciativas bem sucedidas de mobilização partidária eleitoral, quando em 1934 constituíram a Coligação das Esquerdas para a Assembléia Constituinte de São Paulo e para eleição de deputados federais, obtendo resultados superiores ao PCB (União Operária e Camponesa) com 8.508 e 8.289 votos respectivamente contra 1.716 e 1.709 dos comunistas pecebistas. Ver mais em Osvaldo Coggiola, “O trotskismo no Brasil”, in Mazzeo, Antonio C. ; LAGOA, Maria I. *Corações vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*, São Paulo: Cortez, 2003, p. 248-249.

O discurso comunista do PCB sobre participação política tinha pressupostos muito diferentes daqueles que moviam os socialistas, na medida que lutavam por uma ordem nova em uma nova sociedade. Falando uma linguagem distinta e adequando-se a uma escala de valores diferentes, seus militantes tinham de segregar-se do sistema político institucionalizado que queriam aplastar em um vitória avassaladora, como a vanguarda revolucionária do futuro Estado. Reconhece-se que o discurso dos pecebistas estabeleceu um nível de alteridade com os discursos conservadores e liberais que acabou sendo fundamental para a compreensão das propostas de participação política veiculadas nos anos 1930, na medida que despertaram medidas repressivas que abalaram as bases institucionais e jurídicas da participação política partidário-eleitoral.

Sobre essa radicalidade, Bernardo Sorj já destacou que a mobilização dos militantes inspirados no marxismo, sobretudo dos comunistas, não se limita aos assuntos partidários ou a um ordenamento cognitivo da realidade, mas representa uma “ordenação existencial e até certo ponto moral da vida do militante: biografia e história se encontram; o que é verdadeiro também é certo e o sentido da vida e o sentido da sociedade sem confundem”.²⁵⁴ Sigmund Neumann²⁵⁵ acrescenta a reflexão de que os partidos revolucionários que prevêm uma longa luta centram seus discursos de participação política em uma pequena elite de lutadores incansáveis a quem não “importa uma recompensa no presente e que fazem da revolução a razão de suas vidas”. Em sentido diferente, as massas populares necessitam de recompensas visíveis e se não podem obter ganhos imediatamente ou em futuro próximo desertam da luta.

Esse distanciamento da participação política dos líderes revolucionários e das massas populares a quem deviam conduzir está presente no seguinte diálogo descrito na autobiografia de Gregório Bezzera, quando ele relata o diálogo que teve com o companheiro de cárcere, o médico Ivo Meirelles, na prisão de Fernando de Noronha, no qual transparece o choque entre o caráter missionário da missão comunista e a visão racional de um estrategista que lhe disse:

- Você procede assim porque ainda não é um revolucionário. Eu me queimei e respondi com uma porção de impropérios descabidos. Ele, com toda a calma, retrucou-me: - Você é mais um idealista que um comunista! Voltei a protestar e ele respondeu: - você pretende bitolar os elementos de massa ao nível da sua compreensão e comportamento na luta revolucionária. Temos de fazer a revolução com elementos bons e maus. Podemos isolar elementos da vanguarda política e, ainda assim, estamos sujeitos a diversas decepções. Mas não podemos selecionar os elementos da massa. É com esse material humano que vamos à revolução. Esta só será realizada com a participação das mais amplas massas trabalhadoras e de nosso povo e não se pode bitolá-las, à mercê da nossa vontade e do nosso comportamento,

²⁵⁴ SORJ, Bernardo. História e crise da produção de verdade no marxismo. In *Novos estudos CEBRAP*, v.2, . 3, São Paulo, novembro de 1983.

²⁵⁵ NEUMANN, Sigmundo. Hacia um estúdio comparativo de los partidos políticos. In *Cuadernos de Ciência política*. Montevideu: Universidade de la República, Instituto de Ciência Política, 1991, p. 68-73.

durante a luta revolucionária. Confesso que não me conformei e, só alguns anos mais tarde, cheguei à conclusão que o camarada Ivo Meirelles estava com a razão²⁵⁶.

A afirmação de um *ethos* próprio do militante comunista ultrapassa o marxismo proposto por Kautsky ou Lenin, como base da “teoria científica do proletariado e sua vanguarda política”, e avança na compreensão de um estilo de participação que proporciona a entrega pessoal à organização política, na clara identificação de um *nós* em radical alteridade com os *outros*, tendo por fundamento de verdade a inexorável marcha da história, tal como quiseram mostrar Arthur Koestler com sua obra polêmica *O zero e o infinito* e a réplica *Humanismo e Terror* de Merleau-Ponty²⁵⁷, quando se discutiu o papel do indivíduo diante do processo histórico revolucionário.

A polaridade ideológica que localizava os sujeitos no campo de luta igualmente favorecia o sentimento de pertença a uma comunidade política, pois o enfrentamento de fascistas e comunistas, sobretudo na Europa, tinha reflexos nos discursos dos militantes das duas correntes mais radicais e opostas no Brasil: comunistas e integralistas. Agildo Barata, em suas memórias, destaca que a sua conversão ao comunismo ocorreu em boa medida graças à péssima impressão que teve do fascismo português, quando esteve exilado naquele país, assim como em virtude do entusiasmo que sentiu pelo clima de livre expressão vigente na Espanha, quando a visitou, em novembro de 1933. Ao retornar ao Brasil, sua determinação era lutar contra o fascismo e quando o Partido Comunista não lhe deu missão alguma neste sentido, ele, João Cabanas e José Augusto de Medeiros iam ao centro do Rio de Janeiro para atacar os integralistas fardados de verde e deixá-los sem calças, com as cuecas à mostra.²⁵⁸

O panfleto *Luta de morte contra o integralismo*,²⁵⁹ distribuído pelos comunistas baianos em julho de 1935, tendo como objeto um frustrado comício integralista em Pirangi, é um exemplo esclarecedor de como se tentava demarcar o campo de luta entre duas organizações exclusivistas, adotando como estratégia discursiva o descredenciamento dos adversários denominados “horda plinista de lacaios da burguesia”, “canalha assalariada da alta-burguesia, pelo imperialismo e pelos nossos algozes feudais-burgueses” e “tapeadores, espoletas do capitalismo agonizante”.

A parcialidade e o tom apaixonado continuam quando confrontam os propósitos da AIB com os objetivos do PCB: a primeira organização manobra e ilude “os inconscientes para assaltar o poder, continuar o regime de exploração e opressão e implantar, até o mais alto grau, o terror hediondo em cima das massas famintas e a mais dura escravização dos trabalhadores das

²⁵⁶ BEZERRA, Gregório. *Memórias*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 290.

²⁵⁷ Voltaremos a esses dois autores e suas obras no capítulo seguinte desta tese.

²⁵⁸ BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Melso, 1962, p. 229.

²⁵⁹ Arquivo Nacional, TSN, Processo contra Nelson Schaum e outros. PCB, Comitê Local de Ilhéus, julho de 1935.

idades e dos campos”. Já o PCB, “campeão de todas as lutas do proletariado, que dirige realmente todas as massas trabalhadoras nas suas reivindicações por imediatas e mais sentidas até a grande revolução agrária e antiimperialista”, membro de um movimento que organiza e dirige o proletariado mundial, “quer a destruição completa da sociedade burguesa, com o esmagamento completo do capitalismo, (...)”.

Ivan Pedro de Martins, no livro *A flecha e o alvo*, comenta com certa acidez os bastidores da mobilização que deu origem à Aliança Nacional Libertadora, assim como o estereótipo que se construiu em torno do militante comunista:

Os homens que se organizaram e organizaram centenas de milhares de pessoas em 1935 repetiam, num automatismo pavloviano, a balela dos chefes do PCB que os pequenos burgueses são anárquicos e só o proletariado é organizado. No caso brasileiro e contra os seus interesses, os pequenos burgueses é que organizaram e educaram o proletariado para ser massa de manobra do PC. Em 35 xingávamos a nós mesmos num grotesco proletarismo de fachada, que fez muito intelectual andar de mãos e unhas sujas, barba por fazer, cabelos por cortar, como se o desleixo os identificasse com os trabalhadores.²⁶⁰

Igualmente Leôncio Basbaum lembra daqueles momentos em que os militantes do PCB sentiram-se induzidos a exteriorizar uma aparência proletária, com as seguintes palavras:

De momento, a ‘proletarização’ tinha apenas um sentido romântico: proletarizar-se significava, segundo alguns, abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido. A própria gravata passou a ser sinal de tendência pequeno-burguesa. (...) Essa distorção não tardou a disseminar-se pelo partido, a ponto de alguns intelectuais menos românticos sentirem-se mal dentro dele. Para eles eram reservadas as tarefas mais árduas e pesadas, ‘para se proletarizarem’, e alguns o faziam cheios de si, certos de que se haviam proletarizado.²⁶¹

O discurso com claro tom dogmático estava circunscrito por um contexto histórico de radicalização ideológica, quando cada grupo tendia a afirmar o seu exclusivismo moral e a excluir todo e qualquer discurso concorrente. Comunistas e anarquistas, por exemplo, ainda na década de 1920, acentuaram sua rivalidade pelo predomínio junto à massa operária, criando um campo de debate excludente entre forças anticapitalistas.²⁶² A profusão da III Internacional só fez aumentar a radicalização entre os adeptos do marxismo-leninismo que passaram a investir suas energias na formação, organização, disciplina e expansão dos partidos comunistas, procurando fazer uma clara distinção entre programas *reformistas* e *revolucionários*, além de se apresentarem como a única organização legítima do proletariado mundial.

²⁶⁰ MARTINS, Ivan P. *A flecha e o alvo*. Porto Alegre: Movimento, 1994, p. 150.

²⁶¹ BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos* (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976(b).1976(b), p. 74 e 76.

²⁶² Na América Latina dos anos 1920, as diferenças entre comunismo e anarquismo passaram por diferentes enfoques. No Brasil, por exemplo, Astrogildo Pereira Duarte Silva foi um anarquista que se converteu ao comunismo sem considerar isso uma heresia política. Neste período, Florentino de Carvalho, provavelmente, foi o único a destacar as graves diferenças entre comunismo e anarquismo, não contando com o apoio de seus camaradas que julgavam essa diferenciação produto da imprensa burguesa. Ver mais detalhes sobre essa sobreposição em GÓMEZ, Eugênio. *Anarquismo y anarcosindicalismo en América Latina*: Colômbia, Brasil, Argentina e México, Barcelona: Ibérica de Ediciones y Publicaciones. 1980

A crescente presença dos conceitos dogmáticos nos discursos marxistas e anarquistas e a luta pela predominância nas centrais sindicais contrastavam com uma relativa ausência de grandes concentrações de trabalhadores nas organizações filiadas a uma ou outra corrente ideológica. Gregório Bezerra²⁶³, ao comentar a ausência dos operários na organização comunista nordestina, faz algumas reflexões interessantes sobre as razões que julgava preponderantes nesse vácuo de representatividade:

Eu sentia o isolamento e a indiferença do setor operário e achava que devíamos ganhá-lo antes que a demagogia dos fascistas o contaminasse (...) O grupo partidário do Ceará, naquela época, era profundamente sectário, muito pequeno burguês e anarquista. Falavam na classe operária, enchiam a boca com palavras ‘proletário’, ‘comunismo’ e ‘socialismo’ (...) com uma linguagem ultra-revolucionária, tipicamente anarquista. (...) os ataques à Igreja atingiam o povo e o afastava da luta da classe operária, sobretudo do Partido, ao invés de ganhá-lo. (...) Eu não via nenhum operário entre eles entre 1931 e 1933.

A percepção de Gregório Bezerra da penetração do PCB nas organizações operárias restringe-se ao Nordeste, não sendo exata para outras regiões mais inseridas no capitalismo industrial e com mobilizações sindicais mais frequentes, como alguns centros urbanos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Leôncio Basbaum²⁶⁴ lembra que importantes organizações sindicais como o Bloco Operário e Camponês (1926), a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (1929) e a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (1930) tiveram forte presença comunista, assim como os comunistas estiveram à frente de grandes movimentos grevistas como o dos marítimos (1928) e o dos gráficos em São Paulo (1929) sem esquecer as mobilizações populares do 1º de maio, notoriamente nos anos de 1926 e 1929.

Em que pese as desigualdades regionais, o PCB teve grandes dificuldades para criar sua estrutura organizacional, expandir seu quadro de militantes junto aos setores populares e agir regularmente como instituição legalmente constituída. Os quatro meses de legalidade em 1922, somados a mais alguns em 1927, foi o tempo de ação fora da clandestinidade até 1945, o que trouxe limitações na participação dos pecebistas no sistema de partidos e nos pleitos eleitorais. Contudo, essa situação guardava algumas vantagens: muitos militantes, especialmente aqueles ligados à juventude comunista, deixavam-se empolgar por esse ambiente clandestino, secreto, conspirativo, cheios de códigos e símbolos que os distinguiam como uma espécie de vanguarda revolucionária no Brasil.

Leôncio Basbaum recorda que seus primeiros contatos com o comunismo ocorreram nessa esfera misteriosa e nos encontros em bares cariocas freqüentado por indivíduos suspeitos

²⁶³ BEZERRA, G. *op. cit.*, p. 218.

²⁶⁴ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República (1889-1930)*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976(a), p. 215-217.

(na realidade, os fundadores do PCB, como Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta e Otávio Brandão). Segundo suas palavras:

Fiquei sabendo da existência de um Partido Comunista, que atuava clandestinamente, sob ameaça constante de prisão de seus membros e esse conhecimento, em vez de me afastar, mais me atraía para aqueles encontros, que começavam a ter para mim o encanto das coisas secretas e proibidas.²⁶⁵

Não se pense que estamos falando de psicologismos pueris da juventude... Assumir o *ethos* comunista implicava mudança radical no estilo de vida e na maneira como se deveria participar da política. O mesmo Leôncio Basbaum dá-nos um depoimento exemplar disso:

Assim, a partir daquele mês de maio de 1926, em que ingressei no partido, a minha vida mudou inteiramente de rumo. Acabaram-se os namoricos e bailaricos, (...) praticamente me isolei dos poucos colegas com os quais eu ainda mantinha certas relações de amizades – ou de estudos – para me consagrar por inteiro às minhas tarefas (comunistas). (...) Quando entrei no partido essas relações se tornaram mais débeis. Fui atacado pelo mesmo mal que atacava a todos os que ingressavam no Partido: uma espécie de sectarismo que nos tornava em criaturas alcançadas pela graça divina e nos fazia encarar todos os seres humanos não-comunistas como infelizes que ainda não haviam descoberto a verdade. Ainda um ano atrás o mundo me parecia como uma caixa misteriosa que eu não conseguia abrir. Era como a caixa de Pandora. Pois ela agora estava aberta. Meti-me dentro dela em busca do mundo. Mas não percebi, senão muito tarde, que, entrando na caixa, deixara o mundo do lado de fora.²⁶⁶

Agildo Barata igualmente destaca o impacto que os jargões e formas peculiares de expressão comunista tinham sobre os espíritos dos novatos:

Um dia eu tive uma longa conversa com o então Secretário Político do PC, o camarada Miranda. A impressão que Miranda me causou foi muito favorável. Miranda usava todo o jargão do partido e aquilo tinha para mim um intenso sabor de novidade e mistério, esses dois atributos capazes de emprestar às coisas uma grande força de atração. Uma série infindável de frases feitas e de lugares comuns era usada por Miranda em grande profusão. As palavras imperialismo e latifúndio se repetiam com uma insistência incrível. A América do Sul ele chamava de ‘Indo-América’; a América Central era o ‘caribe’; a Rússia era a URSS, ou ‘União Soviética’, a ditadura varguista era o ‘governo feudal-burguês de Vargas’, e assim por diante: tudo era novo para mim e dito de uma forma cabalística, nova e atraente aos sentimentos de um neófito.²⁶⁷

Percebe-se que a filiação ao comunismo implicava sobrepor vida privada e pública até se dilacerarem os limites entre a intimidade pessoal e a ação militante e devemos acrescentar que as relações privadas dos correligionários despertavam grande interesse no partido. Era prática comum entre os articuladores das conspirações comunistas apresentarem-se, no convívio cotidiano com a população, como casais de relacionamento estável e era igualmente comum que essa farsa acabasse envolvendo emocionalmente os dois “camaradas”. Antônio Maciel Bonfim (Miranda) tomou a escritora Eneida Costa como Secretária Particular na condução do PC e

²⁶⁵ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976(b), p. 36.

²⁶⁶ *Idem*, p. 40-41.

²⁶⁷ BARATA, *op cit*, p. 230.

foram morar juntos no aparelho montado na rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, até o dia em que teve de se afastar dela porque Fernando de Lacerda lembrou que a escritora havia sido denunciada como “pessoa duvidosa e provocadora” (delatora) nas depurações ocorridas em São Paulo, em 1932.²⁶⁸

Posteriormente, em 1935, Miranda apaixonou-se pela jovem Elvira Copello Coloni (Elza) e, como era de praxe, solicitou autorização de toda a cúpula do PCB para casar-se com ela, tornando-a sua mensageira particular. A mesma sorte não teve seu companheiro Honório de Freitas Guimarães (Martins) que solicitou autorização do Secretariado Nacional para unir-se a Beatriz Bandeira, jovem ativista da União Feminina do Brasil, obtendo resposta negativa, porque Miranda a considerava de origem “pequeno burguesa”.²⁶⁹ Em contrapartida, o Secretariado sugeriu a Martins que se unisse formalmente à ativista argentina Maria Banjas (Antonia), abandonada com dois filhos pelo “instrutor” (na verdade interventor) da Internacional Comunista junto ao PCB, Jan Jolles, que, por sua vez, fora forçado a sair do Brasil em virtude da relação adúltera que mantinha com a esposa de um camarada abastado de nome Carvalho.²⁷⁰

Em virtude das atividades de caráter conspirativo e do sigilo que isso correspondia, é fácil compreender essa sobreposição de vida familiar e partidária conforme tornou particularmente ilustrativo o convívio dos casais Luis Carlos Prestes e Olga Benário, Arthur Ernest Ewert e Elise Saborowski (observadores da revolução a ser empreendida por Prestes), Rodolfo Ghioldi e Carmem de Alfaya (representando o Bureau Sul-Americano da IC), Pavel e Sofia Stuchevski (dirigentes soviéticos controladores dos agentes no Rio de Janeiro) e Johann de Graaf com Helena Kruger (instrutores de guerrilha), todos eles mobilizados para preparar e conduzir o levante comunista brasileiro no ano de 1935.

As conseqüências do engajamento familiar à causa comunista eram, normalmente, dramáticas. O espanhol Francisco Romero, responsável por parte do arsenal comunista, foi preso e torturado juntamente com sua esposa e filha em fins de dezembro de 1935 e permaneceu preso com seu filho de 12 anos no ano seguinte; os irmãos Meirelles (Ivo, Francisco, Silo, Antônio, Dulce e Rosa²⁷¹) eram simpatizantes do comunismo e experimentaram a perseguição, prisão, tortura e exílio; as irmãs Sidéria e Patrícia Galvão (Pagu) experimentaram juntas a prisão e os

²⁶⁸ WAACK, William. *Camaradas nos arquivos de Moscou*. A história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 132-133.

²⁶⁹ *Idem*, p. 188-189.

²⁷⁰ *Idem*, p. 69.

²⁷¹ A Família Meirelles mereceria um estudo à parte devido à sua intensa participação na política nacional nos anos 1930 e 1940. Destacamos aqui a individualidade de Rosa, unida ao ativíssimo *tenente* Carlos da Costa Leite, que esteve presente em todas as grandes conspirações da década de 1920 e serviu de mensageiro de Prestes entre 1930 e 1935. Rosa nunca quis oficializar o casamento (instituição burguesa) e foi uma das mais contundentes críticas no interior do PCB, jamais abrindo mão da sua autonomia em nome da disciplina comunista.

abusos policiais em 1936; Os irmãos Augusto, Marino, Alberto e Lídia Besouchet foram perseguidos e Lídia teve de fugir para a Argentina com seu marido Newton Freitas (ativista da ANL); as atividades trotskistas de Mário Pedrosa levaram-no para a prisão, juntamente com sua esposa Mary Houston Pedrosa, sua cunhada Elsie Houston (separada do francês comunista Benjamin Péret) e sua sogra, o que causou o abandono de quatro crianças (a filha dos Pedrosa e seus três sobrinhos); em 1940, o militante “Abóbora”, quando teve sua casa descoberta pela polícia, precipitou a prisão da sua esposa, Antonia da Silva, seus dois filhos e a da Sr^a Ida d’Amico (esposa do companheiro comunista Sebastião Francisco que morava com eles) as quais foram terrivelmente torturadas ao ponto de Ida enlouquecer e tentar suicidar-se duas vezes, conseguindo esse intento em São Paulo, depois de ter sido solta.²⁷²

Esse sentimento de comunidade moralmente exclusivista, reforçado pelos laços familiares e, simbolicamente, pelo uso de frases de efeito e terminologia importada articulava-se ideologicamente ao movimento extra-nacional da IC, ou seja, tinha a orientação hegemônica da URSS (país da revolução, conforme destacavam os militantes da época) o que causava a consequência paradoxal de uma comunidade discursiva com propósitos nacionais, mas submissa às diretrizes políticas de um movimento internacional. A inserção da América Latina como importante espaço a ser ocupado pelo comunismo internacional tornou-se perceptível no documento expedido em janeiro de 1921 pelo Comitê Executivo do *Comintern* com o título *A revolução americana. Conclamação à classe operária da América do Norte e do Sul*, onde se destacava a necessidade de união do proletariado com os camponeses, como forma de superar o estágio semicolonial dessa porção do mundo.

Em 1922, durante o IV Congresso Mundial da Internacional Comunista, foi debatida a questão sul-americana, resultando no documento *Aos operários e camponeses da América do Sul*, cuja ênfase recaía no discurso antiimperialista e anticapitalista, assim como na união de proletários e camponeses como etapa intermediária até a ditadura do proletariado. Em 1924, instalou-se em Buenos Aires o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, tornando o Cone Sul da América Latina em importante foco de propagação e de orientação organizacional do marxismo-leninismo, conforme se percebe na revista *La correspondencia sudamericana*, editada naquela cidade a partir de 1926.

No ano de 1928, o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista tratou detalhadamente da questão latino-americana – sobretudo da luta nicaragüense contra o imperialismo norte-americano – quando se reforçaram as diretivas para a formação de frentes-únicas com base em classes sociais (operários e camponeses), visando superar a precária organização burguesa existente nos países latinos dos continentes americanos. O resultado

²⁷² Dados colhidos em DULLES, *op cit.*

imediatamente dessa resolução veio com a I Conferência Comunista Latino-americana, em junho de 1929, quando quinze delegações de partidos comunistas centraram os debates em torno de questões acerca da organização, disciplina e expansão partidária.²⁷³

A organização e funcionamento do partido eram questões centrais para os comunistas por encerrarem um dilema: como destruir a democracia liberal-burguesa – centrada no sistema de partidos e nas regras eleitorais – tendo de fazer parte dessa democracia como instituição política não clandestina? Esse dilema coincidiu com o declínio da discussão filosófica do marxismo-leninismo²⁷⁴ na América Latina e a conseqüente preponderância das questões táticas acerca da conquista do poder em nível nacional. Entre as opções táticas mais lembradas e escolhidas destacava-se a formação das frentes-únicas, conforme já havia sido orientado desde o início da década de 1920, mas agora com uma diferença significativa: em virtude da crescente ascendência do fascismo, tornava-se fundamental arregimentar todas as forças antifascistas na mesma luta, abandonando, momentaneamente, a fundamentação em torno das classes sociais potencialmente revolucionárias e a sociedade burguesa reacionária.

Não foi um caminho retilíneo e sem perdas. A crescente disciplina que se exigia dos militantes comunistas naquele contexto de racha da cúpula soviética entre estalinistas e trotskista impunha um comportamento quase religioso em relação a alguns dogmas do marxismo e uma postura submissa às diretivas da Internacional Comunista. Tornou-se notória a insatisfação de alguns militantes no final da década de 1920 quando ocorreu a cisão da célula 13 do PCB, na cidade do Rio de Janeiro, sob a liderança de Hilcar Leite (membro da juventude comunista) e João da Costa Pimenta (dirigente da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro), os quais não aceitavam que os sindicatos se tornassem meros órgãos de expressão legal do PCB e de suas políticas. Nos meses seguintes, foi a vez dos intelectuais que discordavam do excesso de nacionalismo que havia no discurso do PCB, bem como da estratégia de aproximação com Luis Carlos Prestes e seus seguidores (prestistas), o que resultou na expulsão de importantes nomes como Fúlvio Abramo, Lívio Xavier e Rodolfo Coutinho - o qual era destacado dirigente e arrastou consigo outros líderes que teriam grande destaque nos anos seguintes como Aristides Lobo e Hilcar Leite.

²⁷³ O relato sobre o movimento comunista na América Latina exposto até aqui foi extraído de FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O Marxismo na América Latina*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, p. 63-72.

²⁷⁴ O debate em torno de um marxismo adaptado à singularidade ameríndia – conforme se percebe na obra teórica de Victor Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui – ou na discussão sobre a base ideológica que deveria seguir a reforma universitária mexicana, liderada por Vicente Lombardo Toledano, ou o debate de Francisco Zamorra e Antonio Caso sobre a dialética materialista, foram momentos de intensa reflexão sobre as bases filosóficas do marxismo, mas que deram lugar, de maneira crescente, ao dogmatismo doutrinário e programático da ação comunista internacional.

Efetivamente, desde meados de 1930, o discurso que definia a militância comunista sofrera uma mudança substancial que afetaria a vida do partido em pelo menos uma década²⁷⁵. A chegada de Astrogildo de Moscou com ordens de proletarização do PCB atingiu todos os militantes considerados *intelectuais* ou *pequeno-burgueses*, não poupando importantes personalidades como o próprio Astrogildo, Otávio Brandão e Paulo Lacerda, que foram “congelados” dentro do partido, ou seja, destituídos de todo cargo de importância, forçados a redigir cartas confessando “seus erros e desvios” e enviados para São Paulo visando sofrer uma reabilitação proletarizante.²⁷⁶ A incompreensão do que deveria ser efetivamente a *proletarização* do partido chegou ao máximo quando Fernando de Lacerda (formado em Medicina, irmão de Maurício e de Paulo) propôs aos membros do Comitê Central que ele e mais Leôncio Basbaum, os dois últimos intelectuais na cúpula do partido, não deveriam ter a prerrogativa do voto

Percebemos que não basta expor as circunstâncias exóticas que levaram parte do Comitê Central a difundir esta espécie de militância como a forma correta de participação política no interior do Partido. Inicialmente é necessário dizer que havia um racha na cúpula do PCB, colocando de um lado Leôncio Basbaum e seus adeptos – sobretudo o comitê Regional de São Paulo – e, de outro, Fernando Lacerda e sua esposa Cina.

Quando o casal defendia a proletarização total da cúpula também atingiam o propósito de neutralizar o adversário político no interior do Partido. Tais rivalidades escaparam dos limites nacionais do PCB e tornaram-se públicas junto ao Bureau Sul Americano (BSA), organização que representava a Internacional Comunista em Montevideú, que enviou o argentino Gonzáles Alberdi como observador e, depois dele, Mário Grazini – especialista em mobilização sindical. Não se tratou de uma interferência emergencial decidida pelo BSA, mas resultado da dura crítica que o PCB recebera durante a reunião dos partidos comunistas latino-americanos, na URSS, quando foi lembrada a facilidade com que eram controlados pela polícia e de como viviam embaraçados em suas rivalidades internas. Em face disso, a Comissão Executiva do Kominter determinou ao PCB que parasse com as “depurações”.²⁷⁷

²⁷⁵ Essa reviravolta, que implicava no abandono da tática de aproximação com a pequena burguesia (Coluna Prestes), foi consequência direta da intervenção do BSA com cede em Montevideú, fazendo eco do conflito que ocorria em Moscou, entre Stalin e Bukharin (contrário ao sectarismo em relação à pequena burguesia). Veremos mais detalhes dessa intervenção quando tratarmos do Partido Comunista do Uruguai, no próximo subtítulo.

²⁷⁶ BASBAUM, L. *op. cit.*, 1976(b), p. 94-95. No ano de 1931, praticamente todos os fundadores e membros da cúpula do PCB, erguidos a esta condição na década de 1920, estavam ausentes da militância direta no Brasil. Otávio Brandão estava preso; Fernando Lacerda, com seus problemas de saúde, estava oculo; João Pimenta retirara-se para São Paulo, onde tinha família; Grazini realizava uma viagem pelo *profintern* (órgão da IC responsável pela organização sindical em nível mundial) e pela Confederação Sindical Sul-Americana; José Casini resolveu sair do Partido e Morales ausentara-se para a Europa. Restava apenas Leôncio Basbaum, que sofria as restrições do processo de proletarização.

²⁷⁷ Protocolo nº 27, Comissão Política do Secretariado Político - Executiva do Kominter, de 11-12-1929, constante no Arquivo do Instituto de Teoria e História do Socialismo do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, doc. nº 495.4.6, consultado por Willian Walck, *op cit*, p. 30-31.

A interferência desses dois membros do BSA fez preponderar momentaneamente a posição de Leôncio Basbaum, Astrogildo Pereira e Octávio Brandão, motivo pelo qual Fernando redigiu sua “confissão” de culpa. Mas tratava-se de uma acomodação temporária. Estava em marcha a construção do discurso insurrecional, no qual as massas, espontaneamente, iriam converter-se ao comunismo depois de um golpe vencedor conduzido por Luis Carlos Prestes sobre a cúpula do governo varguista, conforme veremos mais detalhadamente na segunda parte desta tese. Além disso, o Kominter logo expediu nova interpretação da realidade brasileira, definindo a postura que deveriam ter os comunistas do PCB. O Partido deveria evitar qualquer aliança com a burguesia, conforme propunha Octávio Brandão, afastar-se da linha “oportunista” do Bloco Operário e Camponês (BOC), “aumentar a confiança na capacidade de liderança do proletariado”, bem como isolar os “liquidacionistas e direitistas” (como Brandão e Maurício de Lacerda) sem que isso correspondesse execução de “limpezas” no interior do Partido.²⁷⁸

A partir de então, estabeleceu-se o choque de discursos divergentes sobre como os comunistas deveriam agir para alcançar o governo popular revolucionário, ou, com outras palavras, confrontaram-se diferentes conceitos de participação política que podem ser sintetizados da seguinte maneira: a) entre os líderes da cúpula do PCB, como Astrogildo Pereira e o nordestino Cristiano Cordeiro, mais alguns membros do PCB de São Paulo e Rio Grande do Sul, preponderou um discurso mais pragmático, que defendia o aproveitamento da mobilização popular em torno da Revolução de 1930 como primeira fase da revolução socialista (a etapa democrática-burguesa) e, ainda que fortemente afetados por premissas teóricas das obras de Lênin, tomavam a participação militante como a ação coletiva em qualquer esfera da sociedade onde fosse possível mobilizar forças contra o *status* vigente, por meio de líderes altamente politizados e de um partido disciplinado e combativo;²⁷⁹ b) especialmente os membros adeptos da *proletarização* do Partido, entre eles o novo Secretário Geral, o alfaiate Heitor Ferreira Lima, recém egresso da Escola Leninista de Moscou, prevaleceu o discurso da primazia do proletariado na condução do movimento nacional revolucionário, segundo o qual os pequenos burgueses deveriam ser persuadidos a submeterem-se inteiramente à disciplina do PCB.²⁸⁰

²⁷⁸ Jornal *A Classe Operária*, 17-04-1930, p. 3.

²⁷⁹ Esse discurso foi severamente sufocado pelo BSA (Bureau Sul-Americano) da IC, com sede em Montevideu. Para os dirigentes da IC, todos os vestígios pequeno-burgueses no interior do PCB deveriam ser eliminados e todos os adeptos do *prestismo* excluídos. O Secretariado da IC determinava, ainda, que as palavras de Prestes contra os tenentes adeptos da revolução pequeno-burguesa fossem amplamente difundidas, orientado que somente os intelectuais úteis e severamente testados pelo PCB deveriam ser empregados na organização do movimento revolucionário. Ver mais em ZIMBARG, Luis Alberto. *O cidadão armado*, comunismo e tenentismo (1927-1945), dissertação de mestrado, UNESP, Franca, 2001, p. 48-58.

²⁸⁰ Diretivas do Bureau sul-Americano da Internacional Comunista ao Comitê Central e aos Comitês Regionais do PCB, transcrito de ZIMBARG, *op cit*, p. 56.

Os anos compreendidos entre 1931 e 1935 mostraram que nenhum dos dois discursos mencionados anteriormente prevaleceu, mas houve a sobreposição de ambos quando o PCB buscou instrumentalizar a ANL para uma ampla mobilização popular contra a elite política vigente, ao mesmo tempo em que, secretamente, preparava-se para a tomada do poder por meio de levantes armados a partir de quartéis sublevados. Essa sobreposição de entendimentos sobre a forma de participação política do comunista militante, ora como conspirador para um golpe de caserna, ora como agente de mobilização popular e ora como intérprete autorizado da doutrina marxista, sem que houvesse uma clara conexão destes campos, fez com que a cúpula dirigente se tornasse hermética às suas bases e imaginasse que poderia conduzir unilateralmente amplos setores sociais com interesses e projetos diferentes, quando não antagônicos.

Ao estudar o discurso comunista sobre participação política, devemos reconhecer algumas características marcantes que limitam as generalizações. Inicialmente, a descontinuidade organizativa e ideológica, resultado dos constantes interregnos impostos pela censura e repressão, bem como pela insurgência de novas lideranças com suas *novas interpretações* da realidade brasileira e dos caminhos a seguir. Depois, temos a suscetibilidade em relação ao contexto internacional que promovia guinadas constantes, conforme se desenvolviam os conflitos no interior do movimento comunista internacional. Não devemos esquecer, ainda, as constantes acomodações exigidas pela conjuntura política, fazendo com que discurso e ação, ocasionalmente, parecessem dimensões divorciadas.

Essa descontinuidade mostrou-se mais nítida com a ascensão de algumas lideranças reunidas em torno do nome de Luis Carlos Prestes. Antonio Maciel Bonfim (Miranda) foi um dos fundadores e secretário da *Liga de Ação Revolucionária (LAR)*²⁸¹ criada por Prestes em 1930 e tornou-se Secretário Geral do PCB em julho de 1934, quando ocorreu a I Conferência Nacional. Honório de Freitas Guimarães (Martins), filho de família abastada, com educação superior esmerada, também esteve presente na LAR e entrou no PCB em 1931, tornando-se parte da cúpula do Partido, ao lado de Miranda, como Secretário Nacional da Organização Partidária, na I Conferência de 1934. Lauro Reginaldo da Costa (Bangu), professor nordestino, entrou no PCB em 1927 e manteve contato permanente com a liderança nacional do Partido em princípios de 1933, sendo um dos contemplados com o curso de formação de quadros, financiado pelo *Bureau Sul-Americano* da IC. Uma vez instalada a nova cúpula partidária e vencida a resistência

²⁸¹ Esta Liga teve importante participação de Aristides Lobo, comunista influenciado pela corrente trotskista *Oposição de Esquerda* e que foi enviado a Buenos Aires em 1930 para manter conversações com Prestes. O contato entre os dois resultou em uma simpatia inicial de Prestes pelas idéias de Trotski, conforme se percebe no seu *manifesto de agosto*. Posteriormente, o PCB rejeitou a LAR por ser uma corrente *confusionista* e a liga acabou definhando-se entre alguns poucos amigos de Prestes, que mais tarde se tornariam importantes dirigentes do PCB. ZIMBARG, *op. cit.* destaca que nesse período já haveria uma convergência entre a ala mais à esquerda do tenentismo e o movimento comunista internacional, convergência esta que terá papel fundamental nos acontecimentos de novembro de 1935.

daqueles que se opunham ao *prestismo*, no final de 1934 foi a vez de Luis Carlos Prestes ingressar no Partido Comunista, impondo as linhas de ação que desembocariam no *putsch* de novembro de 1935.

Essa reviravolta na cúpula do PCB, alterando os agentes credenciados à condição de legítimos enunciadores do discurso marxista-leninista e habilitados intérpretes da realidade brasileira, teve forte influência externa. O Instrutor responsável por essa mudança foi Jan Jolles, que tratou pessoalmente de conseguir que Fernando de Lacerda redigisse sua declaração de culpa a qual foi associada ao um falso laudo médico que atestava a insanidade mental de Lacerda em um relatório enviado ao BSA. Fernando, abandonado pela mulher, isolado no interior do PCB e com três filhos para criar, acabou conformando-se com sua viagem compulsória à União Soviética, de onde só regressaria depois da Segunda Guerra mundial.²⁸²

Voltando aos discursos existentes sobre a participação política do militante comunista no Brasil, é importante destacar que esta ocorria dentro de uma estrutura burocrática bastante rígida e com forte controle por parte das lideranças centrais, ou ao menos se tentava ter um forte controle desde a cúpula do Partido. No topo da pirâmide organizacional tínhamos o Comitê Central (CC), composto de um número variável de membros e raramente instituído por eleições de base - fato compreensível se lembrarmos a situação de clandestinidade do PC, o que forçava o partido a ocultar os nomes verdadeiros dos seus membros e as posições individuais dentro da organização. Essa forma de seleção das lideranças para comporem a alta administração trazia alguns riscos que, ocasionalmente, transformavam-se em óbices reais: para chegar ao topo da hierarquia e controlar a estrutura do partido, o militante devia ser aprovado pela cúpula já instalada ou derrubá-la, para que seu nome e de seus aliados fossem instituídos.²⁸³

Além das funções administrativas e contábeis centralizadas no Secretariado Nacional, havia o setor especializado nos assuntos militares (o *antimil*), outro na agitação e propaganda e o Comitê Político (ou *bureau político*, como costumavam chamar) responsável pela orientação aos comitês regionais, estes distribuídos na proporção de um para cada estado da federação. Eram os comitês regionais quem administravam e controlavam as seções locais e as

²⁸² WACK, W. *op. cit.*, p. 64-65.

²⁸³ Destacamos que o estatuto da Internacional Comunista regulava as eleições das direções nacionais mediante congressos ou conferências, admitindo exceções somente em casos excepcionais de ilegalidade do partido. Trataremos mais demoradamente das eleições internas na segunda parte, mas, a título de ilustração, lembramos a importante disputa ocorrida nos anos de 1937 e 1938, quando Lauro Reginaldo da Costa (de codinome *Bangu*, então Secretário Geral Interino do PCB) e Hermínio Sacchetta (à frente do Comitê Regional de São Paulo) enfrentaram-se em uma disputa que resultou na vitória de Bangu – apoiado pela IC – e na prisão de Sacchetta e de seus simpatizantes, em boa medida porque foram denunciados pelo grupo rival à polícia de Getúlio Vargas. Uma detalhada análise dessa clivagem pode ser encontrada em KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

células instaladas no interior de outras organizações, transmitindo as orientações do CC e administrando rivalidades.

Os militantes de maneira geral e os dirigentes de forma particular tinham enormes dificuldades de coordenação, comunicação e controle dessa estrutura dispersa e submetida às medidas da repressão. A clandestinidade, o dogmatismo doutrinário, a centralização burocrática, as incessantes rivalidades e o personalismo em torno de Luis Carlos Prestes e de seus auxiliares mais próximos só fizeram aprofundar o abismo que freqüentemente instalava-se entre a direção comunista e os agentes executores, tal como ficou explícito na correspondência de Harry Berger à Internacional Comunista:

Quanto à questão do partido (...) A direção possui grande presunção, mas nem sempre suficiente experiência para agir de maneira firme, segura e hábil. Nas formulações e instruções fazem-se mais erros do que seria necessário. (...) outro ponto fraco é a nossa imprensa. Justamente em proporção à imprensa popular atualmente em rápida evolução, a nossa é quantitativa como também qualitativa em absoluto insuficiente. (...) outra fraqueza é que, especialmente no NE, toda a direção estadual faz o que bem entende, respectivamente o que considera necessário.²⁸⁴

Particularmente reveladora é a correspondência que Barreto Leite (jornalista expulso do PCB em 26 de novembro de 1935) dirigiu para Luis Carlos Prestes, onde consta uma detalhada análise dos desafios que os comunistas enfrentaram para conduzir suas ações de mobilização e engajamento das massas, entre os anos de 1930 e 1935. A avaliação lembra que os anos de 1933 e 1934 foram de intenso crescimento do aparato comunista junto aos sindicatos e de ingresso de novos membros, favorecendo uma onda de greves lideradas por comunistas. Contudo, logo o sectarismo voltou a vigorar e “o velho aventureirismo político, que estava incorporado à tradição dos últimos seis ou cinco anos da história do partido, tendo cedido por um momento a considerações imediatas, retornou à sua antiga proeminência”, de tal maneira que as greves de caráter político foram estendidas “até onde ainda não poderiam render”.²⁸⁵

Como exemplo das suas afirmações, Barreto Leite lembra a greve de Petrópolis:

Uma greve realizada heroicamente pelo proletariado em Petrópolis foi levada até o absurdo. (...) Essa greve começou como greve política, em sinal de protesto contra o assassinato de um operário feito pelos integralistas, durante uma manifestação aliancista tão mal dirigida que teve, aliás, um caráter provocativo; de política se transformou em econômica e acabou miseravelmente nas mãos do Ministério do Trabalho.

²⁸⁴ Arquivo do STM, Distrito Federal, processo contra Luis Carlos Prestes, apreensão à rua Paul Redfern, vol. 5. Documento transcrito integralmente na coletânea de documentos coordenada por VIANNA, Marly. *Pão, terra e liberdade*. Memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, às páginas 429-434.

²⁸⁵ Carta de Barreto Leite a Luis Carlos Prestes, 26 de novembro de 1935, transcrita em VIANNA, *op. cit.*, p. 139-153.

O jornalista esclarece, ainda, que o motivo pelo qual a greve foi estendida para muito além do que os operários estavam dispostos a suportar foi a notícia – falsa – de que os integralistas iriam estalar em São Paulo um movimento pela tomada do poder e que era necessário permanecer com a paralisação como forma de resistência. A seguir acrescenta:

De modo que apenas sobre a base de uma simples informação, e falsa, ainda por cima, os operários foram arrastados a uma greve para além das possibilidades existentes. E ainda se pretendia, com apenas o proletariado de uma pequena cidade como Petrópolis em luta, transformar tudo isso em greve revolucionária e responder ao suposto golpe integralista com um contra-golpe.

As definições de participação política do Partido Comunista passavam, necessariamente, pela definição do sujeito revolucionário o que equivalia subordinar as atividades dos atores sociais envolvidos nas mobilizações do Partido com a mudança violenta da ordem política e social do Brasil. Disso vinham as projeções e expectativas sobre as atitudes que deveriam ter os trabalhadores sindicalizados, em benefício da revolução que se avizinhava, sem considerar a significação prática e imediata que poderiam ter esses discursos para os trabalhadores envolvidos pelas necessidades concretas do cotidiano.

As evidências disso estão presentes em muitas *diretivas* do Bureau Político e correspondências do Comitê Central do Partido²⁸⁶, tal como se pode perceber na carta do Comitê Regional do Rio Grande do Norte ao CC, informando que devido à debilidade no setor sindical, a única forma de provocar uma greve era o meio violento da sabotagem com alguns elementos de confiança do partido²⁸⁷, ou ainda nos relatórios dos líderes comunistas junto aos sindicatos, justificando porque não houve a mobilização dos trabalhadores em apoio aos comunistas nos levantes de novembro de 1935, onde se lê, repetidamente, a confirmação das debilidades ideológicas das massas, seu pequeno engajamento à causa revolucionária e o isolamento das lideranças comunistas nos sindicatos, que projetavam sozinhas as mobilizações sem avaliar suas concretas condições de execução e adesão²⁸⁸.

Efetivamente, as organizações sindicais não conseguiram ou não quiseram apoiar abertamente a tentativa de golpe comunista de novembro, ao tempo em que não faltou apoio sindical ao governo em suas medidas repressivas, a exemplo da Federação Transviária, Sindicato

²⁸⁶ A mais enfática declaração a esse respeito pode ser encontrada na auto-crítica redigida pelo Comitê Central, em sessão plenária realizada na última quinzena de julho de 1935, quando destaca em seu relatório, com subtítulo *as lutas grevistas*, toda a debilidade do movimento sindical liderado pelos comunistas. Ver mais em Arquivo STM, Tribunal de Segurança Nacional, processo contra Luis Carlos Prestes, documentos apreendidos à rua Barão da Torre em agosto de 1935. Relatório reproduzido na íntegra na coletânea de documentos coordenada por Marly Vianna, *op. cit.*, p. 69-80.

²⁸⁷ Processo Belens Porto, arquivo STM, Distrito Federal, correspondência reproduzida na íntegra na coletânea de documentos coordenada por Marly Vianna, *op. cit.*, às páginas 124-126.

²⁸⁸ Ver o relatório de José Lagos Morales (p. 199-201) ao CC ou o relatório de José Medina Filho (p. 202-206), Arquivo STM, Tribunal de Segurança Nacional, processo contra Luis Carlos Prestes, documentos apreendidos à rua Paulo de Frontin, datado de 27 de novembro de 1935. Correspondências reproduzidas na íntegra na coletânea de documentos coordenada por Marly Vianna, *op. cit.*.

dos empregados da *The Rio de Janeiro Transway*, Sindicato dos empregados da *Light and Power*, Sindicato dos *chauffeurs* do Distrito Federal, Sindicato dos pedreiros, carpinteiros e trabalhadores rurais de Manhuasu, União dos operários estivadores, Aliança dos operários da indústria da construção civil do Distrito Federal e União dos empregados do comércio do Rio de Janeiro que enviaram telegramas de apoio e solidariedade ao governo federal.²⁸⁹

Importante lembrar que o propósito aqui não é avaliar as causas dos efeitos limitados do movimento revolucionário comunista no Brasil, na década de 1930, mas apontar os conceitos com os quais os discursos definiam sujeitos sociais, sujeitos estes que serviam de base enunciativa das estratégias de mobilização e militância. É tarefa relativamente simples constatar que tais categorias estavam divorciadas das ações observadas na realidade dos grupos sociais como trabalhadores rurais, fabris, pequenos comerciantes e profissionais liberais, bem como não é difícil lembrar que as limitações organizacionais tais como o sistema de comunicação entre lideranças e bases executoras ou o engessamento dogmático no planejamento das ações foram limitações concretas ao discurso de participação política dos comunistas.

Resta-nos destacar o importante fator que é o nível de identificação ideológica entre o partido e o público-alvo dos discursos mobilizadores. Inicialmente, percebe-se que o emprego generalizado da expressão *massas* pelos discursos das lideranças comunistas, para designar amplos setores sociais, remete para o maniqueísmo da *vanguarda revolucionária*, constituída por pequeno grupo de homens esclarecidos que se autoproclamavam condutores de todos aqueles pares *não politizados* no caminho da redenção das desigualdades sociais...

Sobre essa inserção dos indivíduos na esfera de ação dos partidos, David Apter²⁹⁰, quando estudou os partidos políticos em contextos de modernização social, destacou que os partidos em sociedades ainda distantes dos padrões políticos dos países ocidentais industrializados têm a vantagem de não necessitar de um programa de ações claramente definido, pelo qual é julgado periodicamente. Os indivíduos encontram no partido uma porta pela qual ampliam seus horizontes antes acabrunhados aos limites da vizinhança e do parentesco, passando a ver naquela organização política a possibilidade de representar seus companheiros, de receber cargos, experimentar a elevação social e da auto-estima que vem da autoridade, obtendo uma sensação de participação política maior na medida que proporciona “sentimentos locais, imediatos e desfrutáveis...”

²⁸⁹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 28-11-1935, p. 4.

²⁹⁰ APTER, E. David. *Modern political parties*. Chicago: University of Chicago press, 1965, p. 181-191.

Para a liderança comunista, o Brasil encontrava-se em fase intermediária entre o modo feudal-colonial e o capitalismo²⁹¹, ou seja, passava pelo processo de modernização acelerada que tornava as classes subalternas suscetíveis ao experimento revolucionário de mudança radical das bases jurídicas vigentes. O Partido Comunista, nesse contexto, não compartilhava da função comum aos partidos burgueses de tornar-se um instrumento de mediação com o governo estabelecido ou expressão da vontade governamental, mas teria de ser aquela organização capaz de mobilizar o indivíduo para um nível de atuação política muito mais amplo que os limites estabelecidos pelas relações de vizinhança, parentesco ou de trabalho. Tratava-se de engajar o indivíduo na causa da transformação global da sociedade em benefício de uma nova ordem social e política e tal tarefa implicava, necessariamente, criar marcos de ligação entre diferentes grupos funcionais, dando-lhes uma linguagem comum. E foi precisamente nesse aspecto que os comunistas encontraram seu maior desafio.

Agrupar pessoas oriundas de diferentes extratos sociais, com base em suas profissões, educação, residência no campo ou na cidade; dar a elas a mesma denominação de *proletários*, *camponeses* ou *pequeno-burgueses*, ocultando ou minimizando os conflitos latentes entre eles, ou seja, entre os muito e os pouco instruídos, entre os que tiravam o sustento do meio rural e os representantes do mundo urbano ou entre aqueles que monopolizariam a nova estrutura burocrática e governamental do partido único e aqueles que teriam de se submeter à vontade soberana do “governo nacional popular”, tornou-se uma meta de mobilização que o discurso revolucionário comunista teve grande dificuldade de atender.

Luis Carlos Prestes revelou sua preocupação com estas dificuldades, em correspondência aos companheiros que ainda não haviam sido presos pela repressão pós-novembro de 1935, quando esclareceu explicitamente a necessidade de estreitamento dos laços entre o partido comunista e as massas operárias, quando transmitiu orientações sobre a grande mobilização que deveria ocorrer no 1º de maio de 1936:

É necessário compreender a grande importância política (...) de conseguir uma vasta mobilização de massas em escala nacional, conseguindo principalmente que o povo venha para a rua, ganhe realmente a rua e grite, diga em voz alta suas reivindicações econômicas e políticas. (...) Além disso, a preparação de um grande 1º de maio de massas é uma ótima cobertura legal para o desenvolvimento da

²⁹¹ Embora a definição das estratégias comunistas tenha mudado muito na década de 1930, ora se orientando para a luta entre classes com base no proletariado associado aos camponeses, ora com base na pequena burguesia, a liderança instalada no topo da hierarquia partidária, a partir de 1934, adotou primordialmente as definições do VI Congresso da IC (1928), que dividiu os países não comunistas em três grupos: os do capitalismo altamente desenvolvido, onde se procuraria implantar a ditadura do proletariado, explorando suas contradições; os médios que dependiam de reformas democrático-burguesas para avançar para o socialismo e os coloniais, semi-coloniais e dependentes – entre os quais o Brasil – que receberia auxílio da IC para o desenvolvimento das atividades revolucionárias até a implantação da ditadura do proletariado.

agitação e da propaganda e muito nos poderá ajudar na organização da massa em todos os setores²⁹². (grifo do autor)

Em vários momentos dessa carta, Prestes destaca a importância de organizar “em cada localidade, em cada bairro das grandes cidades comissões contra a carestia de vida” e a necessidade de ligar o programa econômico com as reivindicações políticas: “liberdade dos presos políticos, liberdade de reunião de imprensa, suspensão do estado de sítio, revogação da Lei Monstro, assim como a legalidade para a ANL e a dissolução dos bandos integralistas”. Para que a mobilização não perdesse o controle dos comunistas, Prestes determinava que o Secretariado Nacional instrísse os menores detalhes, como deveriam ser os cartazes, as palavras de ordem e os discursos, exigindo constantes prestações de contas. Quanto à ANL, esta deveria ter maior autonomia em relação ao Partido Comunista, não se identificando com ele abertamente, uma vez que tal controle sobre os líderes aliancistas já não era necessário, pois somente os “revolucionários” autênticos haviam permanecido na estrutura da Aliança e poderiam receber, ocasionalmente, *orientações* das frações do partido.

Percebe-se nessa correspondência, o efeito das críticas que alguns líderes haviam dirigido contra a cúpula comunista responsável pelo empreendimento militar de novembro de 1935, mudando-se o foco da luta armada para a mobilização popular, utilizando-se das “necessidades mais sentidas” e da indignação contra a “carestia de vida” como elementos de agitação e engajamento de amplos setores sociais a favor de um programa construído e dirigido pelos comunistas, mas sem ser assumido por eles e sim por uma ANL *aparentemente autônoma*.

Paradoxalmente, os comitês regionais e, sobretudo, os membros que permaneceram no *Bureau Político* do PCB ou não entenderam a mudança de perspectiva de Prestes ou não tiveram contato com ela, pois os manifestos e chamados públicos que se seguiram desprezaram as evidências concretas da derrocada da tática militarista e concitavam a população a pegar em armas e continuar a “revolução pelo governo popular nacional revolucionário”, tal como se vê na longa missiva expedida pelo secretariado nacional, em junho de 1936, onde as críticas ao levante de novembro são interpretadas como “conclusões derrotistas e que alimentam a reação ideológica que procura desvirtuar e desmoralizar o movimento revolucionário de maior envergadura da América Latina”.²⁹³

²⁹² Correspondência de 29 de fevereiro de 1936, Arquivo do Supremo Tribunal Federal, Distrito federal, Tribunal de Segurança Nacional, processo contra Luis Carlos Prestes, documentos apreendidos na rua Honório. Transcrição completa na coletânea de documentos de VIANNA, *op. cit.*, p. 545-550.

²⁹³ Arquivo do Supremo Tribunal Federal, Distrito federal, Tribunal de Segurança Nacional, processo contra Luis Carlos Prestes. Transcrição completa na coletânea de documentos de VIANNA, *op. cit.*, p. 260-271. Este e outros documentos sobre o prosseguimento da visão revolucionária da elite comunista serão avaliados mais detalhadamente na segunda parte desta tese.

Como veremos mais detalhadamente no subtítulo dedicado ao discurso aliancista, os comunistas brasileiros procuraram mudar radicalmente no segundo semestre de 1936 as definições da participação política, abandonando a perspectiva golpista e guerrilheira que insistiam em manter até então para adotar a tática da união com a burguesia nacional, classe social considerada, a partir desse momento, a verdadeira protagonista das alterações sociais, encarregada do aprofundamento do capitalismo, enquanto não ocorria a elevação do proletariado à condição de classe verdadeiramente estruturada para a luta²⁹⁴.

A autoridade e legitimidade da nova postura foram buscadas por meio da interdiscursividade estabelecida com os textos de Lênin, mais precisamente *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, onde o doutrinador bolchevique destacou que a revolução burguesa em alto grau era vantajosa para o proletariado, pois, à medida que se aprofundava, aumentavam as vantagens dos operários, que poderiam obter ganhos por meio dos avanços e das contradições do capitalismo. O fato dessa obra ter sido publicada originalmente em 1905 e só ter sua primeira tradução no Brasil em 1945, conferia ao editorial do jornal comunista (*A classe operária*) a força da novidade e da palavra esclarecida. Tal efeito era bastante oportuno naquele momento em que parte do PCB defendia a liderança dos setores populares (e do próprio PCB) no movimento que se queria desenvolver e aqueles que transferiam para a burguesia o papel preponderante.

O choque dos enunciadores de diferentes discursos, entre os marxistas brasileiros, na década de 1930, teve por centro de clivagem a definição das possibilidades de ação dos sujeitos engajados na mudança social. Em termos sintéticos e a título de exemplo, lembramos que a Liga Comunista Internacionalista (1931) destacava as frentes únicas de sindicatos e defendia a autonomia e predominância do proletariado frente a uma burguesia que estaria impossibilitada de conduzir as mudanças sociais impelidas pelo processo histórico. Algum tempo depois, o Partido Operário Leninista (1936), remanescente da Liga Comunista Internacionalista, defendia a tese da revolução contínua, contestando a visão etapista do PCB, e colocava a proletariado como o elo indispensável na união de vários grupos sociais, sem que isso levasse à luta armada ou na transferência do protagonismo para a burguesia. Já no final da década de 1930, em 1939, a base do Partido Operário Leninista deu origem ao Partido Socialista Revolucionário que combateu duramente o discurso de pacificação nacional dos pecebistas, afirmando que a proposta de associação do proletariado com outras classes fazia com que o comunismo perdesse seu caráter proletário e depositasse as esperanças em uma classe social (a burguesia) incapaz de realizar as mudanças necessárias ao Brasil.

²⁹⁴ Argumentos presentes no jornal oficial do PCB, *A classe operária*, nas edições do final do segundo semestre de 1936. Ver mais na edição de 27 de dezembro de 1936, p. 1, 3 e 4.

A clivagem dos marxistas com base nas definições das classes sociais e suas possibilidades de ação servia para demarcar o campo de luta interna (intrapartidária) mostrando as diferentes filiações entre os grupos rivais, na sua disputa pelo controle do Partido. Contudo, também havia o efeito discursivo sobre os militantes que, tendo de escolher entre diferentes estratégias de ação, acabavam demarcando seu próprio horizonte de expectativas e limites da participação política.

Entretanto, as mudanças de teor dos discursos marxistas do PCB, nos anos 1936 e 1937, não foram capazes de alterar a indiferença dos dois principais candidatos à Presidência da República – Armando Salles e José Américo – quanto às propostas de “apoio de massa” que possivelmente os comunistas poderiam proporcionar a eles²⁹⁵, sem esquecer a limitadíssima mobilização que os comunistas conseguiram organizar em protesto ao golpe de estado que se articulava no ano de 1937 e que efetivamente ocorreu em novembro²⁹⁶. Essa restrição não se deveu exclusivamente aos efeitos dispersivos dos discursos em conflito, mas basicamente ao nível de identificação dos atores sociais com as categorias dos sujeitos definidos nos discursos mobilizadores. Quem eram os burgueses revolucionários? Quem eram os proletários politicamente engajados com o “seu partido” – o PCB ? Em que medida os interesses de um e outro grupo convergiam para um mesmo fim, que era a mudança da ordem social e econômica desde o capitalismo até o socialismo?

A ausência de consenso ideológico para essas questões, que nem mesmo uma reunião ampliada do *bureau político*, realizada em agosto de 1937, na cidade de São Paulo, conseguiu dirimir, bem como a fraca representatividade dos comunistas nas organizações com recursos de mobilização – a exemplo dos sindicatos – naqueles meses derradeiros de democracia liberal, impuseram uma lacuna entre discursos e ação política oposicionista de inspiração marxista, que só seria superada parcialmente com o retorno do liberalismo político nos anos 1944 e 1945.

Ao longo desse subtítulo foram explorados alguns conceitos centrais do discurso oposicionista sobre participação política dos marxistas brasileiros (especialmente os pecebistas) mostrando que a impossibilidade de participarem do sistema partidário-eleitoral institucionalizado, a opção dos pecebistas pela propaganda e conspiração revolucionárias, a forma de engajamento radical dos militantes, bem como a inviabilidade de coligação com

²⁹⁵ À medida que o governo de Getúlio Vargas retornava ao discurso do *perigo comunista*, notoriamente após o *plano Cohen*, os dois candidatos enfatizaram o combate aos extremismo, sobretudo ao comunismo. Ver em SALLES OLIVEIRA, Armando de. *Jornada democrática*. (discursos políticos). Rio de Janeiro: José Olympio. 1937, p. 3 o seu discurso anticomunista: “Uns levados na corrente que procura fixar os homens a um tipo universal, acolhem-se ao navio que promete saúde, conforto e igualdade mas em cujos mastros trepida a flâmula vermelha, símbolo do fogo e do sangue. Renunciam à pátria, destroem as tradições familiares, renegam os ideais cristãos.”

²⁹⁶ No princípio do mês de outubro ocorreram greves por melhores condições de vida dos ferroviários da Leopoldina, padeiros e fábrica de tecidos Tatuapé, mas que não tiveram apoio do Bureau Político do PCB.

partidos oposicionistas que propunham candidatos à Presidência da República, conduziram para o paradoxo do PCB ser, conceitualmente, um partido de massa de base classista sem contar com uma efetiva mobilização massiva e sem ter um claro posicionamento de classe. Seria diferente se pudessem participar do sistema partidário-eleitoral institucionalizado? O seu discurso oposicionista, como elemento crítico externo às ações de governo, na tribuna do parlamento ou nas coligações partidárias, teria o efeito do aprofundamento da democracia liberal no lugar do seu colapso? Essas questões não podem ser totalmente respondidas pelo contraste que realizaremos com os discursos marxistas oposicionistas uruguaios, mas podemos – pela justaposição das diferenças – compreender com mais clareza os limites e as possibilidades do discurso oposicionista marxista sobre participação política partidário-eleitoral.

2.2 Oposição marxista a Gabriel Terra

Diferente do que ocorreu no Brasil, a militância dos grupos marxistas no Uruguai esteve bem mais fragmentada entre socialistas e comunistas. Além disso, os partidos socialista e comunista tiveram que se acomodar diante de um sistema de partidos com maior consistência que o brasileiro. Essa acomodação tornava-se especialmente penosa diante da luta intensa dos grupos marxistas que militavam por uma mudança radical da sociedade, tais como os *anarquistas de ação* (conforme denominavam a si mesmos), os socialistas e os comunistas, além dos grupos influenciados pelo pensamento marxista no interior dos lemas colorado (o grupo *avanzar*) e nacionalista independente (Grupacion Demócrata Social) que embora simpatizassem com o regime socialista soviético, não defendiam as táticas leninistas de tomada do poder, nem estavam ligados a Internacional Comunista.

O Partido Socialista uruguaio teve origem organizacional bem mais efetiva e prematura se comparado com o congênere brasileiro. Em 1904, os socialistas uruguaios criaram o Centro Socialista 1º de Mayo, tendo por orientação as resoluções da II internacional, celebrada em 1889, em Paris. Em 1910, com a Sección Uruguay de la Internacional Obrera, o Partido Socialista Uruguaio deu seus primeiros passos institucionais e nas eleições deste ano elevou Emilio Frugoni ao lado do liberal Pedro Díaz à condição de deputados na Assembléia de Representantes, o que ocorreria novamente na Assembléia Constituinte de 1916 e no início da década de 1920 com Emilio Frugoni e Celestino Mibelli (ambos proscritos pelo PCB, algum tempo depois).

Não se pode compreender a questão partidária e ideológica dos partidos identificados com o socialismo no Uruguai sem vincular suas ações com o movimento sindical, especialmente após a fundação da Federación Obrera Regional Uruguay (FORU), primeira central de

sindicatos (ou sociedade de resistência) que tinha seus discursos fortemente afetados por dogmas do anarquismo europeu, que definia o comunismo libertário como meta final das lutas laborais.

Mais que uma bandeira de luta, a filiação ideológica a uma das correntes revolucionárias européias do século XIX e princípios do século XX, servia para demarcar o terreno de influência de grupos rivais na disputa pela hegemonia junto aos sindicatos, implicando severas limitações no grau organizativo e capacidade de coordenação diante de reivindicações trabalhistas consagradas como a redução da jornada de trabalho para oito horas - só conquistada em 1915.

Sintomático desse impasse organizativo foi a greve geral de 1913, em solidariedade aos *tranviarios*, que contou com grande apoio popular e adesões de trabalhadores não sindicalizados, totalizando um número aproximado de cinquenta mil pessoas, em contraste com o reduzido número de filiados a FORU - não superior a sete mil. Nos anos seguintes, até 1917, as lutas internas entre socialistas e anarquistas, sindicatos livres e a FORU intensificaram-se em torno de temas polêmicos como o pacifismo proletário diante da guerra ou sobre a participação dos sindicatos nos quadros partidários. Mas foi a revolução russa de outubro de 1917 o grande divisor de águas que definiu o lugar das lideranças, destacando-se Eugenio Gómez entre os entusiastas defensores do bolchevismo e Emílio Frugoni entre os que permaneceram fiéis a II Internacional.

Em 1918, Eugenio Gómez e Tato Lorenzo bateram-se no interior da FORU sobre o caráter universal da revolução bolchevique e sobre os melhores propósitos da luta operária, resultando na formação da Federación Obrera Marítima, uma frente de sindicatos rivais à FORU, abertamente leninista-bolchevique, liderada por Eugenio Gómez. Em maio de 1919, os socialistas uruguaios adeptos do bolchevismo apressaram-se em propor a filiação à nascente III internacional²⁹⁷, conseguindo atingir seus propósitos em 20 de setembro do ano seguinte, durante

²⁹⁷ O I Congresso da III Internacional ocorreu em 2 de março de 1919 e o II entre 19 de julho e 07 de agosto de 1920, quando foram redigidas as *21 condições para participar da Internacional Comunista*, que, sinteticamente podem ser assim descritas: 1) toda a propaganda e agitação cotidiana devem ter caráter comunista e serem dirigidas por comunistas; 2) toda a organização desejosa de participar da IC deve afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo; 3) como a luta de classes encontrava-se em fase de guerra civil, os comunistas deveriam criar, paralelamente à organização legal, um organismo clandestino; 4) a propagação das idéias comunistas deveria ocorrer, obrigatoriamente, também entre os integrantes das forças armadas; 5) era imperativa uma agitação sistemática e racional no campo; 6) denunciar o social-pacifismo e o social-patriotismo como hipócritas e falsos; 7) era imperativo o rompimento radical e imediato com qualquer força política reformista; 8) nas colônias, a linha de ação dos partidos deveria ter objetivos particularmente claros e nítidos; 9) realizar propaganda sistemática entre os sindicatos e cooperativas; 10) combater com energia e tenacidade a Internacional de sindicatos amarelos de Amsterdã; 11) rever as posições nas composições parlamentares em cada país; 12) adotar como princípio de conduta no interior do PC o “centralismo democrático”; 13) crescente depuração dos PC, com o afastamento dos pequeno-burgueses; 14) dar apoio material e político à União Soviética na luta contra os reacionários; 15) excluir de seus programas todos os traços social-democratas; 16) todas as decisões do Congresso da IC e de seu Comitê Executivo eram obrigatórias para todos os PCs; 17) todas as organizações aderentes deveriam adotar o nome de Partido Comunista; 18) todos os órgãos dirigentes e de imprensa dos PC deveriam atrelar-se a Comissão Executiva da IC; 19) cada PC deveria consultar seus integrantes sobre as 21 condições até 4 meses depois do II Congresso; 20)

o VIII Congresso Socialista, semanas antes de serem informados das “21 condições” impostas pela Internacional Comunista.

Os efeitos ideológicos da revolução bolchevique sobre os discursos dos líderes sindicais foram de fragmentação e formação de tendências. Entre 1921 e 1923 vários sindicatos desvincularam-se da FORU e constituíram o Comitê de Unidad Obrera, que logo evoluiu para a Unión Sindical Uruguaya (USU), a qual propunha a participação política desligada do sistema partidário-eleitoral e vinculada diretamente aos sindicatos, que passariam a conduzir todo o poder econômico e político, depois de uma ação direta e revolucionária como única arma de capacitação e amancipação.²⁹⁸

Desde então, a rivalidade de cunho ideológico aprofundou-se enormemente. Dentro da USU debateram-se os libertários de orientação anarquista e os que defendiam a aproximação com a Internacional Comunista dirigida pelos bolcheviques. Assim como nas organizações sindicais, também os marxistas dividiram-se definitivamente quando chegou a notícia das exigências da IC sobre os Partidos Comunistas. A maior parte da elite socialista uruguaia seguiu Eugenio Gómez que, por sua vez, tinha o respaldo de importantes líderes do PC argentino, como Victorio Codovilla e Rodolfo Ghioldi. Outra fração fixou-se em Frugoni e Troitiño que denunciavam a submissão à Moscou, desde as páginas do jornal *Justicia*. Estes choques entre correntes rivais disputando a primazia nos sindicatos conduziu para o enfrentamento final entre Emilio Frugoni e Eduardo Gómez, no Congresso de abril de 1921, quando se decidiu pela expulsão do primeiro por ser “oportunista” e ter se mostrado inimigo da revolução proletária e da Internacional Comunista.

Não foi a única depuração entre os marxistas na década de 1920. Sob a orientação da Internacional Comunista, os organizadores do X congresso do PC uruguaio (1927) expulsaram o correligionário Celestino Mibelli por sua indisciplina partidária. Antigo militante da hoste socialista, que na década de 1910 compartilhou com Emilio Frugoni da primeira campanha eleitoral em que os socialistas unidos aos liberais apresentaram-se aos eleitores, Mibelli defendeu o voto feminino na constituinte, bem como a separação entre Estado e Igreja e a jornada de trabalho de oito horas. Entretanto, cometeu a transgressão de não subordinar totalmente sua atuação de deputado ao “centralismo democrático” do PC, conforme determinava as 21 condições, e passou a ser denominado de “direitista” e de “pequeno-burguês” adepto do oportunismo político.²⁹⁹

caso ainda não houvesse consenso sobre a adesão à IC, dois terços do comitê central do PC deveria ser favorável; 21) todos os membros contrários às resoluções e teses da IC deveriam ser excluídos.

²⁹⁸ ABADIE, W. R. ; MELGNO, T. *op cit*, p. 32-33.

²⁹⁹ GÓMEZ, Eugenio. *Historia del partido comunista del Uruguay*, hasta el año 1951. Montevideo: Elite, 1961, p. 58-61. Esse livro repleto de apologias e altamente comprometido com a visão parcial do Eugenio Gómez dotado de

Neste período traçavam-se os contornos distintivos dos discursos sobre participação política entre o Partido Socialista e Partido Comunista. Além da notória oposição de idéias acerca da filiação à III Internacional, havia diferentes interpretações sobre a postura que deveria seguir cada partido diante do movimento operário, e tal definição era urgente, pois no mesmo período os partidos tradicionais dentro dos dois grandes lemas despertavam para a necessidade de ir em busca dos eleitores dos extratos de menor renda e de ampliar a atuação parlamentar em defesa de algumas reivindicações sociais (em especial aquelas associadas ao trabalho, por trazerem efeitos visíveis e imediatos). Concomitante a esse contexto de conformação dos discursos das organizações de inspiração marxista, ocorria o processo de concentração dos contingentes laborais e aceleração da industrialização voltada para o mercado interno, suscitando: a) medidas governamentais de regulação do mercado de trabalho³⁰⁰, b) a crescente fragilização do discurso anarquista com suas prédicas de ação direta e fundação de sociedades de resistência e c) o fortalecimento da tendência do sindicalismo de massa conduzido por centrais sindicais associadas às organizações políticas do Estado ou do sistema partidário-eleitoral.³⁰¹

Na direção dessa tendência, em novembro de 1927, vários sindicatos reuniram-se sob a liderança de Eugênio Gómez aprovando as bases do que deveria ser o “sindicalismo de resultados” no Uruguai: condenação do sectarismo ideológico; defesa do direito de crítica interna; formação de sindicatos de indústrias no lugar de sindicatos de ofícios; os movimentos deveriam ter sistemática e rigorosa organização para evitar o enfraquecimento durante a mobilização; a melhoria da classe trabalhadora deveria ser buscada tanto pela ação direta quanto pela pressão junto ao parlamento por legislação social; manteria-se a luta pela unidade internacional dos trabalhadores, contra a exploração do modo de produção capitalista.³⁰²

Enquanto o setor operário avançava no seu pragmatismo, dando origem à Confederación General Del Trabajo de Uruguay (1929), o Partido Comunista do Uruguai dividia-se com graves conflitos internos no período compreendido entre 1927 e 1934, com

uma auto-estima inesgotável, pouco acrescenta à avaliação crítica e historicamente embasada do PCU, mas é uma boa fonte de estudos para a análise dos discursos em concorrência pela hegemonia no interior da organização.

³⁰⁰ Desde 1905 e em 1916 os nacionalistas já haviam proposto leis trabalhistas, como jornada de 8 horas e seguro por acidentes de trabalho. Durante a segunda presidência de Batlle y Ordóñez ocorreram importantes iniciativas governamentais em relação aos trabalhadores, embora boa parte dessas iniciativas tenha carecido de regulamentação depois de 1919 e tenha sido limitada a apenas alguns grupos de trabalhadores: proibiu-se o trabalho de menores de 13 anos e restringia-se as jornadas para os menores de 19; as mulheres teriam 40 dias de descanso na gravidez; previa-se um dia de descanso semanal com um total de 48 horas trabalhadas; estabeleceu-se a jornada de oito horas; igualmente criou-se a Lei de indenizações por acidente de trabalho e outra que previa o pagamento de pensão por invalidez. BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Batlle, los estancieros y el imperio británico*, 2 ed. Montevideo: EBOU, 3v. 1990.

³⁰¹ CAETANO, G. ; GALLARDO, J.; RILLA, J. Izquierda y tradición: un problema y su versión en Uruguay. In *La izquierda uruguaya, tradición, innovación y política*. Montevideo: Trilce, 1995, p. 82-83.

³⁰² ABADIE, W. R. ; MELGNO, T. *op cit*, p. 36.

divergências em torno da definição do que seria a verdadeira revolução proletária, separando de um lado José Lazarraga, Antonio Macias e outros dirigentes que conquistaram o topo da hierarquia do PC no XI Congresso e no *plenum* de janeiro de 1931, e de outro lado Eugenio Gómez e seus seguidores. À semelhança do que ocorria no Brasil, no mesmo período, a razão do embate era a discussão sobre as formas pelas quais o PCU deveria conduzir a sua “proletarização” e a política de classe, estabelecendo-se dois discursos que disputavam a hegemonia no interior do partido.

Da parte de Lazarraga e Macias, defendia-se intransigentemente a política de classe contra classe proclamada no VI Congresso da Internacional, utilizando-se de conceitos e palavras de ordem da doutrina leninista-marxista de maneira radical e defendendo-se a revolução com base no levante armado das “massas”, sob a direção do PCU. Já o discurso difundido por Gómez e seus aliados defendia a necessidade de uma sólida organização de base, sobretudo nos sindicatos, mas sem desprezar a importância das alianças com os camponeses e os setores médios descontentes, passando-se para a progressiva consolidação doutrinária do marxismo-leninismo e só depois derrocar o sistema de partidos uruguaios solidamente instalados no cenário político.

O tom extremamente agressivo com que Eugenio Gómez descreveu os “pequeno burgueses aventureiros” que o afastaram da liderança do PC, em seu livro *Historia del partido comunista del Uruguay*, dá uma boa idéia do nível intenso da luta intrapartidária que, assim como ocorreu no Partido Comunista do Brasil, sofreu o trauma da proletarização forçada, com a expulsão de vários militantes dos “cargos de responsabilidade” do Partido, reproduzindo em pequena escala o método stalinista de expurgo.³⁰³

Enquanto facções de diversas organizações lutavam entre si pela predominância no movimento operário do Uruguai, os níveis de organização e sindicalização dos trabalhadores mantiveram-se estagnados. A multiplicação das greves sem maior coordenação e com o poder de barganha diminuído pelas crises de produção associadas aos altos níveis de desemprego³⁰⁴, mantinham as classes subalternas da sociedade uruguia em penoso estado de pobreza.

Havia um abismo entre as propostas de alçar os trabalhadores ao primeiro plano do combate à miséria e as ações que efetivamente realizaram os grupos filiados às correntes socialistas do Uruguai, os quais despendiam a maior parte do seu tempo lutando pela conquistas de sindicatos para suas bandeiras, como a Unión Sindical Uruguaya (USU), criada em setembro de 1923, que - mais do que greves ou negociações – enfrentou dura luta interna entre comunistas e anarquistas, o que resultou no assassinato do militante Ricardo Carril, durante os congressos

³⁰³ GÓMEZ, *op cit* p. 94-100.

³⁰⁴ A exemplo do que ocorreu em 1921, quando o setor primário despediu milhares de trabalhadores.

preliminares de fundação da central sindical. O resultado imediato dessa luta entre facções, sobre a representatividade dos sindicatos, foi desastroso. Em 1928, a FORU possuía cerca de 2.240 filiados e a USU não mais do que 3.960, enquanto que a indústria e o transporte tinham aproximadamente 70.000 empregados.³⁰⁵

Os resultados eleitorais obtidos pelos grupos marxistas eram igualmente tímidos. Nas eleições de 1925 para representantes na Assembléia Nacional, por exemplo, o Partido Comunista obteve 4.838 votos e os socialistas 1.794, de um total de 271.468 votantes. Mais grave era a baixa representatividade desses dois partidos rivais no interior do Uruguai, exatamente onde a miséria atingia níveis alarmantes. Os comunistas obtiveram 4.011 votos em Montevideu e os socialistas 1.538, ou seja, mais de 80% dos eleitores estavam na capital da República.³⁰⁶ No quadro abaixo, extraído dos dados compilados por Fabregat, apresentamos a participação dos comunistas e socialistas em percentual dos votos obtidos sobre o total de votantes, entre 1925 e 1942:

TABELA Nº 1: Participação eleitoral dos partidos Comunista e Socialista

Eleições	Partido Comunista (%)	Partido Socialista (%)
29-11-1925, Assembléia Nacional de Representantes (ANR)	1,2	0,6
28-11-1926 para o Conselho Nacional de Administração (CNA)	1,3	-
25-11-1928 para o CNA	1,2	-
30-11-1930 para Presidente	0,7	-
29-11-1931 para ANR	2,0	1,8
27-11-1932 para CNA	3,0	4,0
25-6-1933 para Assembléia Nacional Constituinte	2,0	-
19-4-1934 para ANR	1,5	2,4
29-11-1942 para Presidente	2,4	1,5

Fonte: FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas* – febrero de 1925 a noviembre de 1946. 2 ed. Montevideu: Uruguay, 1946, p. IX.

Observa-se que os dois principais partidos alinhados com o marxismo, livres de qualquer vínculo com lemas partidários tradicionais (como acontecia com o grupo *Avanzar* entre os colorados e o grupo *Democrata Social* entre os nacionalistas) até 1946 não ultrapassaram os 7,0 % do total de votantes, em seus melhores desempenhos que ocorreram em 1932.

³⁰⁵ RODRIGUEZ, Hector. *Nuestros sindicatos*. 2 ed. Montevideu: Biblioteca Sindical – Centro Estudiantes de Derecho, 1966, p. 25 e GÓMEZ, *op cit*, p. 79.

³⁰⁶ FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas* – febrero de 1925 a noviembre de 1946. 2 ed. Montevideu: Uruguay, 1946, p. 32-33. Cumpre destacar que em virtude dos cálculos eleitorais estabelecidos pela Lei Eleitoral de

Igualmente, é possível perceber que o Partido Comunista esteve mais presente nos pleitos eleitorais, o que proporciona a oportunidade de contraste com o seu congênere brasileiro. Como já destacamos anteriormente, não havia unanimidade entre as lideranças comunistas sobre as reais possibilidades do PCU alcançar poder por meio do sistema partidário-eleitoral, entretanto o PCU manteve-se ativo nos pleitos eleitorais mesmo quando os partidos oposicionistas optaram pelo abstencionismo como tática de ação política.

A razão dessa postura tão distanciada dos discursos difundidos pelo PCB deve-se à natureza competitiva do sistema de partidos uruguaios, em especial ao alto nível de rivalidade e competição estabelecido entre os pequenos partidos filiados à corrente ideológica marxista (socialistas, comunistas, democratas sociais e batllistas do grupo Avançar). Abandonar a arena política para atuar na ilegalidade seria o mesmo que disponibilizar seus eleitores aos concorrentes, que tirariam o maior proveito possível da ausência do rival entre as opções de voto. Além disso, a situação de legalidade do PCU era altamente desejável para a IC que podia fazer de Montevideu um importante interposto das suas atividades na América Latina, sem grandes preocupações com as medidas repressivas do país sede do Bureau Sul Americano.

O antagonismo ideológico dos grupos marxistas, estabelecido com as correntes liberais ou com os simpatizantes do fascismo europeu, também teve contornos distintos no Uruguai, quando comparado com o discurso do PCB. Inicialmente, pelas diferentes maneiras de propôr e manter o aliancismo de forças opositoras aos regimes de exceção, conforme teremos oportunidade de ver no próximo subtítulo. Além disso, a condição de legalidade da maior parte desses grupos permitiu alternativas de ação, que não estavam disponíveis aos brasileiros. Mas a diferença mais significativa estava na opção golpista dos brasileiros como tática de tomada do poder, em contraste com a participação regular nos pleitos eleitorais e nos movimentos de mobilização popular e sindical que adotaram os uruguaios, como forma de chegar ao poder sem que houvesse, necessariamente, um assalto aos postos de governo.

Gerardo Caetano e José Rilla, em um ensaio que desenvolveram sobre como os partidos marxistas uruguaios enfrentaram a tradição partidária do seu país, ou, melhor dizendo, como socialistas e comunistas tentaram desenvolver uma cultura marxista, destacam que a revolução, enquanto horizonte simbólico das justificativas da ação política, esteve constantemente limitado pelas condições concretas da existência partidária e pelas instituições que balizavam os limites da ação do partido na direção de uma drástica mudança social. A coexistência entre duas tradições rivais, a liberal e a socialista, predispunha os militantes desta última a crer “que la institucionalidad y las tradiciones políticas asociadas a nuestra civilización

22 de outubro de 1925, o Partido Comunista ficou com duas cadeiras no parlamento e o Partido Socialista com nenhuma.

favorecen y consolidan las raíces mismas de los privilegios y desigualdades”,³⁰⁷ incentivando uma postura hermética dos militantes do marxismo em relação ao debate em torno do que deveria ser mudado e daquilo que, pela força da tradição, deveria ser mantido e explorado na direção das reformas desejadas.

Mais que um esforço de desmistificação do passado, os comunistas e socialistas teriam de superar “un conocimiento y una conciencia insuficientes de la trayectoria de sus luchas y aprendizajes, de sus triunfos y derrotas”.³⁰⁸ Sem um passado fundante do *ethos* socialista ou comunista, os líderes dessas duas correntes limitaram-se a combater aquilo que denominavam *as mazelas da política criolla*, valendo-se dos partidos inspirados nas idéias, nos programas e nas ações purificadoras do tradicionalismo vigente no Uruguai³⁰⁹. Entretanto, é necessário reconhecer que essa atitude em relação aos partidos tradicionais inspirou diferentes estratégias de ação entre socialistas e comunistas uruguaios.

Para os últimos, houve uma inserção vigorosa no quadro organizativo e reivindicativo da força de trabalho, quando se buscou a organização dos interesses coletivos em práticas concebidas e implantadas pelo Partido, destacando os interesses profissionais imediatos e “estableciendo un vínculo orgánico permanente entre conflictos gremiales y organización de partido”.³¹⁰ Já os socialistas, imbuídos de um espírito liberal clássico, optaram pela distinção entre a política partidária e a representação das reivindicações corporativas, prevalecendo a atuação parlamentar do partido em favor dos interesses das classes subalternas, com uma permanente vigilância e atuação crítica sobre os partidos tradicionais, bem como sobre aqueles que se consideravam os legítimos representantes do proletariado uruaio (comunistas, batllistas e democratas sociais).³¹¹

Ainda que abertamente em conflito, socialistas e comunistas relacionavam seus discursos com a conjuntura sócio-econômica de forma semelhante. As evidências da crise econômica que assolava o mundo capitalista animavam as previsões do colapso do modelo capitalista de produção e acenavam para projetos alternativos de sociedade, notoriamente os pautados pelos paradigmas do marxismo. Mas enquanto Emílio Frugoni, desde as páginas de *El*

³⁰⁷ CAETANO, G. ; RILLA, J. Izquierda y tradición: un problema y su versión en Uruguay. In *La izquierda uruguaya*, Montevideo: Trilce, 1995, p. 31.

³⁰⁸ *Idem*, p. 39.

³⁰⁹ O pensamento do líder socialista Emilio Frugoni é exemplar desse posicionamento, como se pode observar em várias passagens da sua obra *Gênese, esencia y fundamentos Del socialismo*, Buenos Aires: Americalee, 1947.

³¹⁰ GALLARDO, Javier. La izquierda uruguaya: la parábola de los ‘zorros’ y los ‘leones’. In *La izquierda uruguaya*, Montevideo: Trilce, 1995, p. 85.

³¹¹ *Idem*, p. 84.

*Sol*³¹² enfatizava as questões estruturais da economia uruguaia como conjuntura determinante dos percalços da década de 1930, questões estas que se agravaram diante da improvidência administrativa da burguesia irresponsável e dos partidos tradicionais³¹³; os comunistas destacavam o processo histórico de luta de classe e seu corolário que era a falência do modo de produção capitalista, de tal maneira que precipitar as demandas sociais aos níveis que o Estado em crise não poderia prover (por meio da pressão no parlamento e das ações sindicais, por exemplo) era o mesmo que acelerar o processo histórico na direção das condições concretas da revolução socialista.³¹⁴

Percebe-se que, diferente do que ocorria com os pecebistas, o discurso sobre participação política dos comunistas uruguaios procurava estabelecer uma estratégia que justapunha a perspectiva revolucionária com a atuação partidário-eleitoral em tal nível que, na conjuntura que antecedeu as eleições de 1932, os comunistas desenvolveram intensa campanha contra o abstencionismo de herreristas, riveristas e cívicos. Naquele ambiente de polarização das forças em conflito, os comunistas definiram o abstencionismo como medida oligárquica e golpista, contra a qual a classe proletária – em frente única – deveria reagir, utilizando a eleição como luta contra a classe inimiga (os conservadores social-fascistas e os feudais burgueses como os socialistas).³¹⁵

Já os socialistas e os reformistas batllistas destacaram os aspectos antidemocráticos do abstencionismo e procuraram desenvolver um discurso mais pragmático de contabilidade de votos. Para eles, a questão central era a possível migração de votos dos cívicos (7.404, obtidos em 1931) para os nacionalistas independentes ou comunistas.³¹⁶ Na interdiscursividade estabelecida entre as forças políticas oposicionistas percebe-se que os discursos dos comunistas, batllistas e dos socialistas (contrários ao abstencionismo) acabaram perdendo parte do efeito mobilizador dos seus editoriais, quando confrontados com os discursos de riveristas e herreristas (a favor do abstencionismo), bem mais emocionais e provocativos, pois enfatizavam a necessidade do protesto contra a corrupção e a falência administrativa do Estado.

O resultado das eleições não deixou dúvidas a esse respeito. De um total de 431.192 cidadãos inscritos, somente 160.625 (37,25%) votaram, em contraste com os resultados de 1931, em que 73,71% dos eleitores compareceram às urnas. Interessante notar que, no interior da

³¹² Ver as edições de junho de 1930, nas quais a crise econômica é freqüentemente analisada pelo periódico socialista *El sol*.

³¹³ FRUGONI, E. *La revolución del machete*, Buenos Aires, 1934, p. 8-10.

³¹⁴ Ver mais detalhes dessa comparação em CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo* (1930-1933) – Camino al golpe. Montevideo: EBO, 1990, V.1, p. 44-48.

³¹⁵ Jornal *Justicia* 25-11-1932, p.1.

³¹⁶ Ver edição do jornal *El Sol*, 25-11-1932, p.1 (sobre o risco dos católicos conservadores) e *El Dia*, 21-11-1932, p.5 (sobre a inutilidade em votar nos comunistas).

formação discursiva partidário-eleitoral, encontramos o discurso que defende o “não-voto” como forma de participação política eficaz em um contexto político desfavorável. A opção de não participar, para os abstencionistas, não era entendida como alienação do sujeito eleitor, mas atitude ativa de negação das alternativas disponíveis, visando comprometer a legitimidade e representatividade dos opositores. Diferente do que ocorria no Brasil - com um quadro eleitoral e partidário bastante fragmentado e com fraca fidelidade dos militantes com o seu partido, no Uruguai o abstencionismo foi estratégia política comum ao longo da década de 1930, demonstrando que os partidos opositores possuíam uma *reserva* de eleitores e simpatizantes com os quais podiam contar ainda que enfraquecidos nas posições de governo ou no parlamento.

Resta ainda destacar que a participação no enfrentamento eleitoral com regras bastante desfavoráveis às minorias significava aceitar o risco de reforçar a legitimidade dos grupos majoritários, como efetivamente aconteceu nestas eleições. Repetindo a velha fórmula do bloco colorado contra uma oposição fracionada, batllistas, terristas, sosistas e vieristas (excluindo-se os riveristas) acordaram o rateio de ministérios e a composição de listas mediante proporção de votos a alcançar e foram majoritários no resultado final. Já os socialistas e comunistas, nas suas listas de renovação parcial do CNA obtiveram 5.826 e 5.227 votos respectivamente. Somados, alcançaram 11.053 (6,87%), valor pequeno se comparado aos 107.664 votos obtido pelo lema colorado e 41.908 dos nacionais (com a abstenção dos herreristas), o que destaca o papel dos partidos minoritários, mas com forte combatividade ideológica em um sistema político com tendência a alijar as minorias, como forças de resistência e esclarecimento da opinião pública.

Entretanto, esses números, por si mesmos, já dão uma boa medida da extensão da militância marxista no Uruguai, de tal maneira que a dispersão e o sectarismo não são suficientes para revelar a causa fundamental da pouca expressão eleitoral desses dois principais partidos marxistas no Uruguai. Devemos buscar no sistema de partidos e na maneira como intermediavam as demandas sociais, assim como nas suas clivagens internas as razões da sua permanência e preponderância sobre os discursos alternativos de participação política.

Não se deve descartar, igualmente, o distanciamento existente entre o discurso radical marxista-leninista e as tradições políticas do Uruguai, como fica nítido nos editoriais anticomunistas que exploravam esse distanciamento ao máximo, visando *satanizar* os militantes do comunismo. O editorial *La insolencia comunista*, publicado no jornal socialista *El Sol*, explicita esse estereótipo e revela a rivalidade entre as duas forças marxistas uruguaias:

Ha llegado, pues, el momento de terminar de una vez por todas con la intromisión de tales individuos en las deliberaciones parlamentarias. E a eso podría llegarse fácilmente estableciendo en los preceptos de la constitución, que se va a redactar, la exclusión y el desconocimiento como fuerza política de ese ato de escandalosos y delincuentes que no tienen respeto a nada ni a nadie; que niegan la normal

organización del Estado y que son enemigos de la sociedad. Partido de carácter internacionalista, que no tienen en el país sus autoridades dirigentes; que las órdenes y orientaciones las reciben del extranjero; que no contemplan los intereses nacionales sino los oscuros y absurdos intereses de entidades ajenas a nuestra nacionalidad, a nuestra idiosincrasia, nuestra moral e nuestras creencias.³¹⁷

Como aspectos comuns entre comunistas e socialistas existiu a necessidade de inscrever-se na arena dos partidos políticos e de organizar e exprimir as demandas sociais, por meio de discursos doutrinários em torno de alguns saberes e pressupostos filosóficos que serviam para balizar as possibilidades de ação ou do campo de luta estabelecido contra *corpos estranhos* e *ameaças externas* às organizações comunista e socialista. Tais definições restringiam o universo dos sujeitos com interesses e valores legítimos, bem como os limites do projeto de uma sociedade futura capaz de mediar pacificamente os conflitos e as clivagens até a obtenção de um todo social homogêneo, em uma era *pós-política*.

Tal negação do político deve ser buscada nas três primeiras décadas do século XX, quando o processo de institucionalização da política tomou o arcabouço teórico e ideológico liberal como referência para as mudanças que deveriam garantir a expansão da participação política, entendida como maior presença da população nas práticas partidárias e eleitorais, as quais se tornariam canais de assimilação, interpretação e satisfação das demandas sociais reprimidas. Contudo, à medida que os atores sociais tornavam-se mais diversificados e reivindicativos, foi-se esgotando a capacidade de mediação das instituições tradicionais – notoriamente as diferentes instâncias do poder governamental, os partidos e as entidades empresariais e sindicais – exigindo-se dos grandes partidos liberais medidas de absorção e canalização das tensões para as quais não estavam suficientemente preparados.

Foi nesse vácuo que o Estado expandiu suas medidas reguladoras³¹⁸ e procurou protagonizar as iniciativas de satisfação de alguns direitos sociais (em especial aqueles trabalhistas que já vinham sendo alvo das reivindicações marxistas e anarco-sindicalistas), chocando-se com os quadros partidários existentes. No Brasil e no Uruguai, essa ampliação do poder estatal sobre as ruínas do modelo partidário liberal mostrou-se, em um primeiro momento, na forma de regimes autoritários que se colocavam como a última resistência à expansão das

³¹⁷ Jornal *El Sol*, Montevideú, 05-08-1933, p.1.

³¹⁸ Desde 1932, no Uruguai, iniciou-se um novo ímpeto estatizante. Exemplar foi o embate em torno da monopolização dos serviços do Porto de Montevideú, que rendeu vários conflitos entre empresários, legisladores e membros do governo; posteriormente, vieram os debates sobre o controle estatal do comércio do tabaco e a estatização das linhas telefônicas. Outro grande embate entre reformistas partidários da crescente estatização da economia, entre eles os batllistas, e as empresas estrangeiras foi a criação do Frigorífico Nacional e de uma rede de transporte atrelado a ele, que se estendeu até o golpe de estado de 1933. Maiores informações podem ser obtidas em CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento Del terrismo* (1930-1933) – Camino al golpe. Montevideú: EBO, 1990, p. 22-42.

propostas comunista, socialista e mesmo fascista (no caso brasileiro da AIB), os quais, por seu caráter radical e subversivo, levariam a sociedade ao conflito generalizado e à desordem pública.

Liliana de Riz, ao desenvolver sua análise comparada dos partidos políticos do Brasil e Uruguai, destaca que o caso brasileiro caracterizou-se por um conjunto de partidos fragmentados que não conseguiram projeção nacional e permaneceram à sombra do Estado, verdadeiro protagonista da ação política e a esfera predominante de mediação dos conflitos sociais. De outra maneira, o sistema de partidos uruguayos mostrou-se estável, ainda que tenham tido organização amorfa e tenham se caracterizado pela coalizão de grupos heterogêneos e sem disciplina interna. Essas fragilidades não deterioraram ou inviabilizaram os partidos como protagonistas da cena política – como ocorreu no Brasil – porque, segundo a autora, as eleições regulares e a institucionalização do compromisso suprapartidário com a manutenção do sistema de partidos (em especial depois da aprovação da Lei de lemas no governo de Baldomir) conduziu para um modelo que possibilitava a “coparticipação política”, a pluralidade de atores sociais como sujeitos dos discursos partidários-eleitorais e a aceitação do conflito como elemento “administrável” do jogo político.³¹⁹

Contudo, os governos nacionais destes dois países tiveram de enfrentar, entre os anos de 1933 e 1942 no Uruguai e entre 1930 e 1945 no Brasil, a resistência tanto dos liberais quanto dos socialistas e comunistas que buscavam soluções para superar esse esvaziamento da capacidade mediadora dos partidos, ainda que com projetos distintos e mesmo excludentes. Deve-se reconhecer que os socialistas e comunistas uruguayos tiveram o desafio maior de manter sua existência dentro do quadro de legalidade ao tempo que propunham uma mudança radical desse ordenamento jurídico e institucional, sem esquecer que não eram os únicos enunciadores de discursos socialmente reivindicativos e distributivos. Os partidos tradicionais, em especial o batllista, eram rivais difíceis de superar no que tange às propostas das reformas política e social e exigiam um esforço de diferenciação que normalmente era satisfeito no terreno da doutrina e da filosofia política – devidamente simplificadas pelos editoriais, programas mínimos, manifestos e emblemas partidários comunista e socialista.

O Partido Democrata Social – de feição socialista - no editorial do seu jornal *Acción*³²⁰ deixou transparecer a necessidade de articular os discursos liberal-reformista e socialista para obter o efeito desejado na opinião pública. O editor do jornal apontou oito cláusulas que norteavam a ação parlamentar e jornalística do seu partido: não propunha a luta aberta entre classes, mas misturava medidas de distribuição de renda por meio do aumento de

³¹⁹ DE RIZ, Liliana, Política y partidos, ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay, In *Desarrollo económico*, v. 25, n. 100, CONICET, Argentina, 1986, p. 11-13.

³²⁰ Jornal Acción, Montevideú, 21-01-1933, p. 6.

impostos sobre a riqueza com a supressão de todos os impostos sobre artigos de primeira necessidade; evitava propor a extinção da propriedade privada e do modo de produção capitalista, no entanto, propunha a nacionalização de todos os serviços públicos e dos monopólios existentes, o parcelamento dos latifúndios e venda de terras a preços subsidiados para pequenos produtores; em matéria social, predominavam as medidas assistencialistas e os limites à exploração do trabalho, sem a extinção da relação patrão-empregado, mas com a previsão da participação do trabalhador nos lucros da empresa, a começar pelas estatais; a alteração radical do ordenamento jurídico, normalmente proposta pelos comunistas, dava lugar às mudanças que visavam a fragilização do aparato repressor do Estado como a extinção gradual do Exército, municipalização da polícia e supressão da justiça militar, bem como a predominância do poder legislativo no governo.

O golpe de estado promovido por Terra, em 31 de março de 1933, apenas aguçou as limitações da ação que tinham as organizações marxistas no Uruguai, tornando seus discursos mais radicais, como foi o caso da Agrupación Democrata Social de Carlos Quijano, que teve seu jornal *Acción* fechado por três meses, necessitando difundir suas idéias de resistência em dois jornais clandestinos com os sugestivos nomes de *Rebelión* e *El Combate*. Nestes dois periódicos, Quijano e seus simpatizantes apelavam para a resistência constante e sem trégua à ditadura: “Hay que echarla abajo! Con ella estamos en guerra. En la guerra ni si pide ni se da cuartel. No lo pedimos, no debemos darlo. Quien no está contra la dictadura, está con la dictadura. Es un enemigo y como tal hay que tratarlo.”³²¹

Emílio Frugoni, líder do Partido Socialista e exilado logo após o golpe de Terra, deu sua orientação no jornal socialista *El Sol* com palavras bem mais amenas – até porque a censura não deixaria ser de outra forma – destacando que a singularidade democrática uruguaia havia sucumbido e que o Uruguai estava agora igualado aos dez outros países da América Lática vítimas dos golpes de estado, mas que, como todas as demais, também a ditadura de Terra seria efêmera e que logo o povo uruguaio perceberia que os únicos beneficiários do golpe eram os capitalistas e latifundiários, assim como os empresários que suspenderiam as leis sociais e monopolizariam o mercado do país.³²²

Manifestar a opinião pela *imprensa de combate* ainda era a prática mais usual de oposição política por parte dos partidos marxistas do Uruguai, e tal possibilidade viu-se sensivelmente diminuída com as leis de censura de Gabriel Terra. Como os donos das gráficas que imprimiam os jornais eram os agentes administrativos responsabilizados pelo material

³²¹ Jornal *Rebelión*, 8-04-1933, In QUIJANO, Carlos. *Los golpes de estado*(1933 y 1942). Montevidéo: Editora da Câmara de Representantes da ROU, 1989, p. 9.

³²² Jornal *El Sol*, Montevidéo, 01-06-1933, p.1.

publicado, algumas empresas gráficas recusaram-se a continuar imprimindo jornais de forte teor combativo, a exemplo do que ocorreu com o jornal *El Sol*, que teve de encontrar nova gráfica por um preço bem maior, diminuindo seu número de páginas para quatro e o seu número de edições³²³.

Não tendo alternativas e diante do governo de fato instalado no Uruguai, o Partido Socialista decidiu, em seu XIV Congresso Extraordinário, declarar a abstenção diante das eleições para a nova Constituição; enviar mensagens de apoio a Frugoni, exilado na Argentina; repudiar os desmandos policiais contra as manifestações de protesto contra o regime terrista; enviar uma mensagem de felicitação à Federação de Estudantes Universitários da República do Uruguai, por sua valente atuação diante da ditadura e declarar enérgica oposição à guerra, última arma do capitalismo para salvar os regimes em crise.³²⁴

A menção aos estudantes universitários por sua atuação frente ao regime não se dava, exclusivamente, por ser Frugoni o decano deposto da Universidade, mas porque um dos poucos grupos sociais que efetivamente resistiu, desde o primeiro momento, à implantação do governo autoritário, foram os estudantes reunidos na sua federação universitária. Enquanto naquele 31 de março e 1º de abril de 1933, os estudantes e professores declaravam greve geral e ocupavam as dependências da universidade até serem expulsos por policiais, a população montevideana, tranqüilamente, assistia aos vários eventos esportivos daquele final de semana, em clara demonstração de passividade, só quebrada pelo teatral suicídio de Baltazar Brum, em protesto ao golpe recém estabelecido³²⁵.

Posteriormente, os estudantes voltaram a ser importantes protagonistas na oposição ao regime terrista, como no grande comício organizado em 25 de agosto de 1933, nas dependências da Sociedade Francesa, o que inspirou a formulação da combatida lei orgânica da universidade (2 de março de 1934) e o decreto de intervenção na eleição de decanos (9 de março de 1934) que o governo implantou para melhor controlar esse foco de resistência.

Em alguns momentos desta tese já destacamos o quanto foi importante a construção do sujeito *juventude* nos discursos oposicionistas sobre participação política e voltaremos a destacar esse conceito nos eventos da revolução liberal dos paulistas em 1932 ou na mobilização promovida pela ANL em 1935. No Uruguai, a presença da juventude, sobretudo os estudantes, no interior do quadro político marxista foi ainda mais significativo pelo nível de mobilização que

³²³ Jornal *El Sol*, 08-06-1933, p. 1. Este jornal foi proibido de circular até 1º de maio de 1933 e, depois disso, teve grande dificuldade de manter-se em circulação.

³²⁴ Jornal *El Sol*, 08-06-1933, p. 2.

³²⁵ ABADIE, W. R. ; MELOGNO, T. *Crónica general del Uruguay*. 2 ed. Montevidéo: EBO, 2001 (Tomo VII, El siglo XX, volume 2), p. 182-185.

conseguiu. O sucesso dos empreendimentos da juventude comunista uruguaia deve ser compreendido pela maneira com que adequaram o discurso de participação política, conforme se percebe no extenso manifesto *La juventud uruguaya a la conquista del porvenir – los 5 puntos de Florida*, redigido pelo Comitê Executivo da Federación Juvenil Comunista (FJC), após a convenção realizada nos dias 17 e 18 de julho de 1938, na cidade de Florida.

Perfeitamente sintonizados com a tendência aliancista da internacional comunista, desenvolvida a partir do VII congresso, a liderança da FJC difundiu um discurso no qual a construção do sujeito *hombre joven*, politicamente engajado, incluía tanto as tendências ideológicas liberais quanto aquelas associadas ao marxismo-leninismo. O apelo de mobilização dirigia-se à juventude ameaçada pela falência das instituições democráticas republicanas, jovens que tributavam seus melhores anos ao trabalho mal remunerado, sem condições de “tener una compañera y levantar un hogar. Aprendizajes que se prolongan durante años y que solo disfrazan una terrible explotación, falta de derecho real y de posibilidades para aprender un oficio.”³²⁶

O proclame lembra os elevados níveis de desemprego nas cidades e as condições de servidão no trabalho do campo que atingiam os jovens trabalhadores, a campanha sistemática que o governo desenvolvia contra as “universidades populares”, encarregadas de amenizar o analfabetismo de mais da metade da população uruguaia³²⁷ e a carência estrutural para a prática de esportes “de acuerdo a las necesidades propias de la edad”. A proposta de ação refletia bem o caráter pluralista que a FJC desejava, sem abandonar sua pretensão de liderança: 1) criar uma só e poderosa instituição da juventude democrática do país; 2) apoiar a fundação de novas universidades populares e enriquecer a obra das já existentes; 3) manter e acrescentar as forças e atividades do Comitê Nacional da Juventude pela Paz; 4) assegurar a mútua compreensão e tolerância entre todos os setores da juventude uruguaia; 5) apoiar o trabalho da Federação Uruguaia de Futebol Independente, como forma de desenvolver atividades recreativas e culturais

³²⁶ COMITÉ EXECUTIVO DA FEDERACIÓN JUVENIL COMUNISTA *La juventud uruguaya a la conquista del porvenir – los 5 puntos de Florida*. Montevideo: Arquivo da Biblioteca Nacional, p. 3.

³²⁷ É necessário relativizar essa proporção, pois em 1930 não havia dados concretos sobre a taxa de analfabetismo que giraria em torno de 24% a 42%. Mesmo com esse elevado índice, o Uruguai avançou muito no esforço educacional. Entre 1908 e 1929 o número de escolas aumentou em 74,35% e o número de professores em 176,88%. Ver mais em CAETANO, G.; JACOB, R. *El nacimiento del terrismo* (1930-1933). Montevideo: EBO, 1990, tomo I, p. 21. A Universidade popular foi uma idéia de engajamento e formação política por meio da educação básica com base no marxismo, que se estendeu por toda a América Latina nas décadas de 1920 e 1930 e teve em Victor Haya de La Torre um grande defensor. Ver mais em FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O Marxismo na América Latina*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. No Brasil, igualmente, a idéia da Universidade popular foi defendida por Rubens Brito, da Casa de Estudantes do Brasil, nos anais do 2º Congresso Nacional de Estudantes, em dezembro de 1938, congresso que contou com intensos debates sobre o ensino rural. Ver mais em POERNER, Artur José. *Poder Jovem*, história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 135-139.

entre os jovens uruguaios e 6) engrandecer a juventude comunista como garantia para a conquista dos postulados anteriores.³²⁸

As idéias-força do discurso centravam-se no combate ao fascismo internacional, sobretudo no apoio aos comunistas espanhóis nas passeatas e protestos organizados pela juventude democrática, bem como na sistemática oposição aos grupos fascistas internos como a “juventude patriótica”, grupos de “camisas azuis” e “ação uruguaia”; igualmente, dava-se grande ênfase para a ampla cooptação dos jovens “não politizados” por meio de atividades recreativas e estudos básicos nas universidades populares; propunha-se a mudança da tática de militância, com a extinção do sistema de células comunistas, substituídas por associações de bairros ou “clubes” de bairros, assim como pelo amplo emprego das eleições internas para a composição da cúpula e dos quadros militantes intermediários. Todas essas idéias apontavam para o afastamento da linha sectária difundida pelo movimento comunista internacional desde a proclamação das 21 condições difundidas no II Congresso de 1920 e incorporavam valores e práticas que estavam bem mais próximas do discurso liberal do que do marxista-leninista.

Esse discurso da juventude comunista, em 1938, e que tinha surpreendente analogia com o que propunha a liderança estudantil no Brasil, nos primeiros momentos da UNE (1938-1939), era dotado de um realismo político acerca da efetiva capacidade de mobilização das organizações de massa – como os partidos políticos e sindicatos – apontando para alternativas de politização e engajamento construídos a partir do cotidiano da população urbana e rural e das suas necessidades mais imediatas. Essa convergência dos discursos da juventude comunista do Brasil e do Uruguai foi, obviamente, resultado da intervenção da IC que, como lembra Héctor Fernandez, determinou que a *Asociación Estudiantil Roja* (A.E.R.) fosse dissolvida e no seu lugar fosse criada a *Federación de la Juventud Comunista* (F.J.C.) menos sectária, com propósitos predominantemente associativos a outras organizações culturais e esportivas da juventude.³²⁹

Em outros momentos dessa tese já destacamos como os discursos oposicionistas acerca da participação política no Uruguai favoreceram a pluralidade de sujeitos, quer pela fragmentação dos enunciadores localizados no interior de diferentes sub-lemas, quer pela adoção da estratégia de *coparticipación* adotada pelas minorias diante da hegemonia colorada ou ainda pela pluralidade de atores que compunham os grupos de mobilização da opinião pública (grupos de jovens, de intelectuais, de mulheres, de artistas, corporativos, trabalhistas, etc.). Sintomático desse contexto de pluralidade foi a precoce e ativa participação das mulheres nos grupos marxistas e nos sindicatos.

³²⁸ *Idem*, p. 14-18.

³²⁹ HUIDOBRO, E.F. *El tejedor – Héctor Rodríguez*. Montevideo: Tristan, 1995, p. 35.

Já em 1889, o censo de Montevideu apontava a presença de 20.475 trabalhadoras (21,5% da população economicamente ativa) favorecendo o surgimento de lideranças femininas no interior do movimento *obrero*, tal como se observa nas páginas do jornal “La voz del pueblo”, da cidade de Salto (1905), dirigido por Sarah Vergara e com a colaboração de Virginia Bolten, M. Luisa Campodómico e Alma Grande. Sarah não foi a única redatora de jornal engajado: Belén Sárraga de Ferro foi diretora do jornal “El liberal” de Montevideu entre 1908 e 1910 e a jovem trabalhadora Josefina Camaño (1909) passou a redigir a coluna “seção feminista” do jornal operário “El nivel” (*Centro de Resistencia de obreros albañiles*) com prédicas anarquistas contra o clero e o Estado, além dos manifestos dirigidos pela *Sociedad Emancipación* (1911), que era liderada por Virgínia Bolten, Maria Collazo, Maria Casal y Candas e Delfa Boatti, intransigentes antagonistas da campanha sufragista que as feministas desenvolviam na época, pois julgavam que as instituições liberais deveriam ser suprimidas juntamente com o Estado.³³⁰

Como apontaram Gerardo Caetano e Raúl Jacob, a crise econômica dos primeiros anos de 1930, no Uruguai, alimentou o discurso da falência do capitalismo e de suas instituições democráticas burguesas, fazendo com que socialistas, comunistas e grupos mais próximos da ideologia marxista nas divisas tradicionais entendessem os conflitos do sistema de partidos tradicional e a crise financeira e de produção como sinais inequívocos do fortalecimento do socialismo ou do comunismo.³³¹ Sabemos que essa visão etapista e determinista do processo histórico era conteúdo inseparável dos discursos inspirados no marxismo, sobretudo na ideologia marxista-leninista, conforme comentou Merleau-Ponty³³², quando destacou que as ideologias marxistas mobilizadoras do século XX super dimensionaram o determinismo histórico de Marx, esquecendo-se do caráter dialético do processo em favor de uma *certeza* que tornava a História em relógio e os indivíduos em engrenagens, de tal maneira que o movimento espontâneo da história na direção da revolução proletária não poderia depender da subjetividade do analista e das incertezas da conjuntura, mas da entrega total do indivíduo ao porvir definido a priori.

Entretanto, em que pese o determinismo do marxismo, os discursos oposicionistas que definiam a participação política dos militantes marxistas do Uruguai estavam bastante fragmentados e comprometidos pelo sectarismo, diminuindo sensivelmente seu efeito de mobilização entre as classes populares do Uruguai, de tal maneira que, nos meses que se seguiram à implantação do golpe de estado, todas as iniciativas de mobilização dos sindicatos para uma greve de feição política fracassaram; a passeata de protesto proposta pelos socialistas

³³⁰ RISSOTO, 2004, *op. cit.* p. 36-43.

³³¹ CAETANO, G. ; JACOB, R., *op. cit.*, v. I, p. 47-50.

³³² MERLEAU-PONTY, Maurice. *Humanismo e terror*. Ensaio sobre o problema comunista, Rio de Janeiro:GB, 1968, p.38-42.

simplesmente não aconteceu e a idéia abstencionista defendida por este partido assim como pelos nacionalistas independentes e batllistas, ainda que tenha sido interpretada como uma vitoriosa greve cívica, não convenceu os eleitores uruguaios filiados aos partidos não abstencionistas (entre eles os comunistas).³³³

Teremos de lembrar que governos autoritários e centralizadores como os de Gabriel Terra e Getúlio Vargas, por mais avessos que fossem à violência revolucionária dos bolcheviques e ao internacionalismo de Lênin e Trotsky, tinham premissas em seus discursos que os aproximava paradoxalmente da União Soviética stalinista: o desdém (em diferentes níveis e em diferentes períodos) pelo liberalismo político e, sobretudo, pelo liberalismo econômico, tomando como parâmetro de ação governamental a planificação, a racionalização e o controle das atividades macroeconômicas por meio de um governo forte, pouco suscetível às barganhas dos partidos políticos, centralizador e o mais possível independente das manobras do legislativo.

O discurso que difundiu o conceito do socialismo bem sucedido no país modelo, como lembrou François Furet³³⁴, teve sua ampla difusão não apenas pelas prédicas leninistas da construção de um novo homem e de uma nova sociedade sem classes, mas principalmente como modelo alternativo e bem sucedido de administração da macroeconomia, em oposição ao modelo econômico liberal que parecia estar enfrentando uma crise derradeira. A maior resistência, portanto, dos governos Terra e Vargas, em relação aos comunistas, não era seu formulário econômico ou a idéia da centralização burocrática e política, mas o conteúdo nitidamente subversivo do comunismo internacional e os riscos que transmitiam à estabilidade social de seus países.

Gabriel Terra, como lembrou o embaixador brasileiro em Montevideú, Lucillo Bueno, tinha preocupação bem menor que o governo brasileiro e nunca dedicou grande atenção às informações alarmantes que o embaixador lhe transmitia sobre as ações do comunismo internacional em território uruaio. Essa diferença se explica, parcialmente, pela diferente centralidade com que os comunistas habitavam os discursos autoritários dos dois presidentes. Vargas usou largamente o *perigo comunista* nas suas medidas de exceção e explorou ao máximo o discurso revolucionário do PCB, enquanto Terra dedicou maior atenção aos batllistas e aos

³³³ Já discutimos nesta tese os efeitos da tática abstencionistas no Uruguai. Apenas lembrando, Gerardo Caetano e Raúl Jacob, na obra *El Nacimiento Del terrismo*, tendo por base os dados estatísticos retirados de FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas* (febrero de 1925 a noviembre de 1946) Montevideú: Câmara de Representantes, 1950, destacam que cerca de 50% dos eleitores uruguaios não compareceram às urnas, o que correspondia a cerca de 160 mil votantes (318.064 de 1930 contra 160.625 em 1932). A redução de votantes foi muito maior na caudal nacionalista que colorado, devido ao maior peso dos herreristas no interior do seu lema. Os comunistas participaram das eleições, mas mesmo sem seu tradicional oponente no pleito eleitoral – os socialistas – tiveram um desempenho frustrante em relação a 1930, com 7.950 votos, o que denota a fidelidade dos eleitores das duas divisas marxistas.

³³⁴ FURET, François. *O passado de uma ilusão*. Ensaios sobre a idéias comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 183-191.

nacionalistas independentes, verdadeiros focos de resistência partidária e revolucionária no país, dedicando energia contra os comunistas apenas em 1932, quando explorou notícias não comprovadas de um levante comunista como pretexto para desarticular a cúpula sindical mais combativa.

Entretanto, o maior revés ao movimento comunista latino-americano ainda não ocorrera. Esse revés foi a experiência de 1935 dos comunistas brasileiros que precipitou, no Uruguai, uma ampla e eficaz campanha de controle das atividades da III Internacional e dos militantes marxistas dentro do território uruguaio. Sabemos que a solidariedade entre os governos de Terra e Vargas era notória e ficou emblemática nas visitas recíprocas que os presidentes realizaram ao país vizinho em 1934 e 1935, respectivamente. Fácil compreender que diante do levante comunista de novembro de 1935, a solidariedade uruguaia seria imediata e disso não deixou dúvida o embaixador do Uruguai no Rio de Janeiro, quando procurou Vargas em 27 de novembro de 1935 para lhe informar que o Uruguai romperia as relações diplomáticas com a URSS caso fosse confirmada a participação daquele país no complô comunista no Brasil.³³⁵

Como sabemos, o rompimento efetivamente ocorreu. Desde os últimos dias de novembro de 1935, a imprensa mais conservadora de Montevideú empreendeu uma sistemática campanha contra o movimento comunista internacional, valendo-se do exemplo brasileiro e relembrando quanto haviam alertado para o *perigo comunista* em editoriais anteriores.³³⁶ A campanha acabou obtendo seus dividendos com o rompimento diplomático ocorrido nos últimos dias de dezembro de 1935, quando o governo uruguaio, por meio de um decreto do poder executivo, justificou a medida tendo por base as afirmações de expansão do comunismo na América do Sul, colhidas no VII Congresso da IC, e as informações fornecidas pela diplomacia brasileira que afirmava saber que o financiamento de Moscou para a Intentona no Brasil usava cheques ao portador, tendo por escala a cidade de Montevideú.³³⁷

³³⁵ O jornal *El Diáριο*, Montevideú, na edição de 15-01-1936, descreve a carta de Getúlio Vargas a Gabriel Terra em que consta essa informação.

³³⁶ Ver os editoriais: *La amenaza comunista*, La Tribuna Popular, 26-11-1935; *Por qué los rusos quieren la convulsión*, El Diario, 27-11-1935; *La infiltración comunista por vía de los diplomáticos de Moscú*, El Diario, 02-12-1935; *Las vinculaciones de los soviets con la revolución brasilera*, El Diario, 03-12-1935; *Grave denuncia*, El Debate, 13-12-1935; *Nuestra voz de alerta*, La Tribuna Popular, 11-12-1935; *El comunismo y sus aliados*, La Mañana, 13-12-1935.

³³⁷ O decreto consta na íntegra em *El Debate*, 28-12-1935, p.3. A versão do financiamento está parcialmente correta. Realmente o meio utilizado eram cheques ao portador, mas para os preparativos da intentona no Brasil o dinheiro de Moscou chegava aos encarregados por meio da conta bancária de um rico empresário brasileiro, Celestino Paraventi, simpatizante de Prestes. Ver mais em Waack, *op cit*, p. 109-115.

Previsivelmente, o embaixador soviético em Montevideu refutou todas as acusações antes de partir³³⁸, mas o impacto negativo da intentona comunista brasileira sobre a opinião pública já estava estabelecido e, no Uruguai, as medidas preventivas - como o aprofundamento da *Ley de los indeseables* – ganharam grande respaldo dos partidos tradicionais.

Mesmo depois do embaixador soviético ter entregue suas credenciais e saído do país, as atividades de repúdio ao rompimento diplomático e de apoio à revolução brasileira não cessaram entre os opositoristas uruguaios de inspiração marxista. Em 25 de janeiro, na sede da Aliança Francesa, houve uma assembléia de protesto, quando os presidentes Getúlio Vargas e Gabriel Terra foram duramente criticados e solicitou-se apoio em dinheiro para os presos políticos brasileiros e suas famílias.³³⁹ Na edição de 14 de março de 1936, o jornal opositorista *Uruguay* divulgou em seu edital uma apaixonada defesa da revolução brasileira, que teria por propósito redimir todos os povos oprimidos da América Latina, solicitando apoio aos presos e exilados, não apenas do Brasil, mas também do Peru, Chile e Argentina. Ainda em relação ao impacto do levante comunista brasileiro sobre as organizações marxistas no Uruguai, o embaixador brasileiro em Montevideu mostrou-se particularmente alarmado com a onda de greves que ocorria no Uruguai, insufladas pelo deputado comunista Lazarraga e que, entre outras bandeiras, defendiam a pronta libertação de presos políticos brasileiros.

Nenhum outro periódico dedicou defesa mais apaixonada à libertação dos presos políticos no Brasil do que o jornal comunista *Justicia*. As razões eram óbvias. O argentino Ghioldi, o alemão Ewert e o próprio Prestes foram personalidades da IC que circularam por Montevideu e os dois primeiros tiveram grande ascendência – como dirigentes nomeados por Moscou – sobre o Partido Comunista do Uruguai (PCU). Além disso, o líder comunista Eugenio Gómez contou com o apoio do Partido Comunista Argentino, por meio de Ghioldi, nos piores momentos de cisão interna do PCU e contou com a simpatia de Ewert, quando este dirigia o Bureau Sul Americano da IC em Montevideu.

Essas ligações pessoais são bem mais explicativas do que uma presumida convergência de pensamento entre Eugenio Gómez e os chefes da intentona brasileira, especialmente sobre a opção dos brasileiros pelas medidas violentas para a tomada do poder. Sabemos das divergências de Gómez com o camarada Lazarraga, que adotava o discurso da violência revolucionária como a grande alternativa para a tomada do poder em nível nacional, de tal forma que as manifestações dos comunistas uruguaios em apoio aos revolucionários do

³³⁸ Ver as declarações do embaixador Minkin em *El Uruguay*, Montevideu, 28-12-1935. Importante lembrar que Minkin já fora gerente da controvertida empresa soviética Iuyantorg, em Buenos Aires, justamente no período mais ativo dessa organização nas atividades de espionagem na América Latina (final da década de 1920).

³³⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty, delegações brasileiras, Montevideu, ofícios, tomo 33-3-3, doc nº 26, 30-01-1936.

Brasil, orquestradas pelo PCU – ato da Aliança feminina no Ateneu de Montevideú, passeatas no 1º de maio de 1936, discursos inflamados na Câmara de Representantes e palestras de Gómez por Minas, Salto, Paysandú e Artigas³⁴⁰ - não devem ser entendidos como o apoio inequívoco da cúpula do PCU à tática de *putsch* dos revolucionários comunistas do Brasil.

Essa postura mais inclinada à participação política partidário-eleitoral não significou que o PCU tivesse evitado os mesmos processos de depuração e conflitos internos que tiveram os pecebistas, segundo as cambiantes diretrizes da Internacional Comunista. Héctor Fenández comenta que, quando fez parte da comissão responsável pela redação da história oficial do PCU, interou-se desse período turbulento:

Me vine a entender entonces de las barbaridades que el PCU havia cometido antes de 1935: la expulsión de Celestino Mibelli en el marco del mal llamado proceso de bolchevización del partido, la supeditación ciega a la IC y, por su intermedio, al PCUS, la ultracentralización, el concepto de que ‘la voz de Moscú siempre tiene razón’, la tipificación como ‘socialfascistas’ de los partidos socialistas, la debacle electoral de 28 como consecuencia de ese nuevo viraje ordenado por la IC. La autocrítica de 29 y su ultraradicalismo verbal en el marco de la lucha contra derechistas y conservadores en el seno del PCU (servil reboute ideológico de la lucha contra Bujarin y otros en la URSS).³⁴¹

Comparativamente com o Brasil, tanto o Partido Comunista quanto o Partido Socialista uruguaios tinham plena consciência que as suas existências institucionais dependiam da capacidade de inserção no modelo liberal de participação política e procuravam expressar essa compreensão nos seus discursos, como ficou explícito na campanha eleitoral de 1938, quando o partido socialista (unido ao comunista em torno do nome de Frugoni para Presidente) definiu sua plataforma eleitoral. Sua ênfase recaía na luta contra a falsa legalidade do regime terrista, pelo retorno das liberdades individuais e pela ampla liberdade de “ação legal dos partidos a favor da democracia”. Se lembrarmos que no mesmo ano de 1938 ocorria os tribunais de exceção na URSS stalinista e a radicalização do policiamento político, e que na plataforma eleitoral dos socialistas e comunistas estava a proposta da defesa e da reconciliação diplomática com aquele Estado comunista, chegaremos à conclusão de que a prédica democrática dos marxistas uruguaios convivía com as diretrizes expedidas pela pátria do socialismo (a URSS), ameaçada pelo fascismo.³⁴²

Essa era a ambivalência de posicionamento que socialistas e, sobretudo, comunistas mantinham propositalmente como forma de continuarem combatendo as instituições liberais de participação política enquanto continuavam fazendo parte ativa delas. No seu discurso predominava a idéia de que as medidas depurativas dos soviéticos eram legítimas e as únicas

³⁴⁰ Jornal *Justicia*, Montevideú, 09-05-1936, p. 4.

³⁴¹ FERNANDEZ, H. em HUIDOBRO, 1995, *op cit*, p. 36. Importante destacar que Hector escreveu estas palavras severas depois de ter sido expulso do PCU, em 1951.

³⁴² Jornal *El Sol*, Montevideú, 2ª semana de janeiro de 1938, p.3.

possíveis diante da enorme ameaça dos fascistas e imperialistas representantes do modelo capitalista de produção. No Uruguai, o recurso dos militantes marxistas-leninista era combater pelo socialismo no terreno do liberalismo e disso vinham as propostas de minar os instrumentos de força do Estado liberal, como propunha a plataforma eleitoral dos partidos comunista e socialista: diminuição do Exército permanente (enquanto o mundo todo aumentava seus exércitos), desmilitarização da polícia e supressão da justiça militar.³⁴³

Já vimos que os resultados eleitorais dos comunistas e socialistas, unidos em uma lista para Presidente da República (*Partido por las Libertades Públicas*), não alterou sua colocação estatística diante do eleitorado (16.901 votos, 4,7 % do total), revelando que a interdiscursividade que se buscou estabelecer entre os discursos partidário-eleitoral e revolucionário (por meio da *instrumentalização* do voto para alcançar postos chave no Estado e, a partir daí, provocar a derrocada do modelo liberal) não convenceu os eleitores uruguaios e, deve-se reconhecer, nem esse era o propósito imediato em 1938, quando o próprio nome da lista criada para o pleito revelava a intenção de enfatizar publicitariamente a luta pelo fim das regras restritivas do *regime de março*.

Nos anos que se seguiram, até o golpe de estado engendrado por Baldomir, com o apoio dos partidos opositores aos blancos herreristas (1942), os discursos dos partidos marxistas foram dominados pela temática da grande guerra e pela discussão em torno da melhor política externa a ser adotada pelo Uruguai.³⁴⁴ Internamente, o debate em torno da reforma constitucional e da manutenção das regras eleitorais excludentes das minorias fez com que, ocasionalmente, a estratégia da frente popular fosse lembrada como a grande oportunidade perdida pelos uruguaios no seu esforço de aprimoramento da democracia. Como veremos no próximo subtítulo, o discurso aliancista marcou profundamente o terreno da luta partidária do Uruguai e foi um elemento central da flexibilização do sistema de partidos daquele país, anos mais tarde, com a formação da coalizão *frente amplio*.

³⁴³ *Idem.*

³⁴⁴ A temática aliancista, suscitando diferentes interpretações sobre as táticas de união com outras forças marxistas, foi, igualmente, fator importante na divisão interna do PCU, que só irá obter relativa estabilidade organizacional em 1941, após seu tumultuado XIII Congresso (entre 16 e 25 de março de 1940). Tendo a arbitragem do Partido Comunista Argentino, Eugénio Gómez conseguiu impor sua depuração do Partido, excluindo José Lazarraga, Andrés Risso (ambos combatentes na guerra civil espanhola) e Arturo Cabeza Silva.

3. A oposição aliancista aos governos de Terra e Vargas

Como já foi visto anteriormente, a experiência aliancista não foi algo limitado ao contexto uruguaio ou brasileiro, mas uma estratégia de ação política comum ao longo das décadas de 1920 e 1930, entre organizações de muitos matizes ideológicos. Lenin com sua obra *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* (1921) esteve entre aqueles que mais destacaram a necessidade da ação coordenada contra as forças reacionárias, propondo a aliança dos comunistas com setores progressistas ou liberais do quadro político de cada país, visando uma ação pragmática na qual os fins justificariam os meios, ou seja, toda a dissimulação, cooptação, arranjo político ou infiltração seriam justificados diante de um bem maior que era a vitória do comunismo internacional sobre o imperialismo capitalista.

É verdade que essa orientação geral não determinou uma política constante entre os dirigentes da Internacional, dando origem às divergências sobre a validade da união com os social-democratas (a partir de julho de 1924, com o V Congresso da IC) ou com qualquer outra organização burguesa (segundo a resolução do VI Congresso, em 1928), quando se inaugurou o *frentismo de classe contra classe*, segundo o qual o proletariado deveria ter papel hegemônico no processo revolucionário por meio do seu único partido, o PC.

As orientações estratégicas do VI congresso foram particularmente nefastas para a composição de forças progressistas em frentes únicas, pois o sectarismo facilitou denúncias, banimentos e delações entre antigos companheiros de luta ao longo da década de 1920 e primeiros anos de 1930. Entretanto, depois que Hitler dissolveu o Partido Comunista Alemão (janeiro de 1933), aumentando a ameaça fascista, os dirigentes da Internacional perceberam a necessidade de seguir o exemplo bem sucedido do Partido Comunista Francês que se uniu com o Partido Socialista no *Pacto de Unidade de Ação* em 1934. No ano seguinte, com o VII Congresso, dava-se a oficialização e divulgação da nova visão estratégica da Internacional: as frentes populares deveriam reunir todas as forças políticas, de qualquer feição ideológica ou partidária, desde que contrárias ao imperialismo capitalista e ao fascismo.

As condições de formação das *frentes populares* que Jorge Dimitrov redigiu na resolução do VII Congresso apontavam para um contexto que não correspondia à realidade política e social nem do Uruguai nem do Brasil, pois deveria haver uma crise política em que as classes governantes não estivessem em condições de dominar o impulso das massas e a burguesia não tivesse forças para impedir a formação de um governo dirigido pela *frente popular*; era necessário, ainda, que as massas estivessem dispostas a se lançar esmagadoramente contra o fascismo e aceitassem constituir uma frente popular sem que isso conduzisse, necessariamente, ao governo soviético e que as forças da social-democracia estivessem dispostas a lutar ao lado dos comunistas contra o fascismo. Atendida essas premissas, os comunistas

isolariam os partidos burgueses e conciliadores, liderando uma frente antifascista que não se confundia com a ditadura do proletariado, mas preparava medidas decisivas para o combate ao fascismo e aos magnatas financeiros e contra-revolucionários.³⁴⁵

O aliancismo ou a composição de frentes únicas não era iniciativa cativa dos partidos marxistas ou forças contrárias ao movimento fascista ascendente. Também os liberais e partidos tradicionais organizaram suas coligações de forças nos contextos nacionais, em um período de intensa instabilidade política e ameaças externas, que forçavam medidas de pacificação internas e conjugação de esforços para manter a governabilidade. No Brasil, a Frente Única Gaúcha e a Frente Única Paulista foram os dois exemplos mais destacados pela repercussão que provocaram no cenário nacional em 1930 e 1932. No Uruguai, a aproximação de socialistas, nacionalistas independentes e batllistas, em 1938, unidos em torno de uma grande passeata pelas liberdades democráticas e, no ano seguinte, a organização do Congresso das Democracias das Américas foram o máximo que conseguiram na mobilização conjunta contra a herança centralizadora e autoritária deixada pelo regime terrista.

Aqui cabe a ressalva que o *frentismo* ou *aliancismo* que estamos destacando não se confunde com a *coparticipação política* defendida pelos partidos minoritários do Uruguai, ou suas eventuais alianças dentro dos lemas partidários, tão pouco com a composição de forças políticas entre partidos regionais do Brasil, por ocasião dos confrontos eleitorais, sobretudo quando se tratava da escolha do novo presidente da República, mas da tática política de agitação, propaganda e mesmo de luta armada, cujo propósito era a mobilização da opinião pública e o engajamento de amplos setores sociais em movimentos de oposição aos governos centrais em nível nacional.

3.1 O aliancismo no Brasil

Para os militantes marxistas do Brasil, a formação de frentes populares significava mais que simplesmente seguir as orientações de Moscou, mas se apresentava como alternativa à clandestinidade em que se encontravam e uma possibilidade de atuar no cenário institucional como força representativa das classes subalternas da sociedade, especialmente os camponeses e operários. Foi nessa brecha encontrada na legislação partidário-eleitoral que nasceu o Bloco Operário e Camponês (BOC), reunindo militantes comunistas, anarquistas, socialistas e ativistas independentes como uma frente política de atuação no quadro de partidos. O BOC defendia bandeiras como o voto secreto, redução do custo de vida, anistia para os presos políticos e o combate às oligarquias e ao imperialismo. Nas eleições de 1928 elegeu alguns deputados e

³⁴⁵ INTERNACIONAL COMUNISTA, *Fascismo, democracia e frente popular – VII Congresso da Internacional Comunista*, In KAREPOVS, *op. cit.*, p. 72-73.

vereadores e, em 1930, lançou candidato próprio à Presidência: o marmorista e vereador Minervino de Oliveira, que teve desempenho eleitoral inexpressivo³⁴⁶.

Foi somente com o surgimento do integralismo, em outubro de 1932, que o grupo trotskista *Liga Comunista Internacionalista* lembrou, em maio de 1933, das orientações estabelecidas na III conferência da IC³⁴⁷, e propôs a formação da Frente Única Antifascista (FUA) composta por organizações operárias, sindicatos e partidos políticos. O PCB, inicialmente, negou-se a participar dela por julgar a orientação do III congresso inadequada, mas, posteriormente, inclinou-se para participações limitadas e sempre contraditórias em virtude dos constantes choques com os trotskistas. A FUA teve seu grande momento de mobilização quando ocorreu o enfrentamento entre antifascistas e integralistas na Praça da Sé – São Paulo – em 7 de outubro de 1934, para depois cair em declínio até seu obscurecimento pela ANL, em princípios de 1935.

Sabe-se que no segundo semestre de 1934, alguns intelectuais e militares, entre eles Francisco Mangabeira, Moésia Rolim, Carlos da Costa Leite, Manuel Venâncio Campos da Paz e Aparício Torelli reuniram-se na cidade do Rio para organizar um movimento popular no Brasil, abarcando várias organizações partidárias e suprapartidárias. Seu primeiro manifesto ocorreu na Câmara Federal em janeiro de 1935 e seu programa era encabeçado pela aclamação “Ao povo Brasileiro – Pela Salvação Nacional!” A seguir, em letras maiúsculas, proclamava-se: “Nós queremos o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo, aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários.”³⁴⁸

Nos parágrafos seguintes a tônica era o nacionalismo extremado contra o imperialismo, apresentando alguns dados estatísticos que demonstravam a elevada remessa de dinheiro para o exterior, a concentração latifundiária e o atraso das exportações brasileiras em valor *per cápita* quando comparadas as do Uruguai, Argentina, México e Nova Zelândia. Percebe-se que não havia um nítido cruzamento com o discurso marxista leninista, excetuando-se uma vaga menção aos modos de produção feudal e escravocrata, nos quais o Brasil ainda

³⁴⁶ Interessante lembrar que Minervino de Oliveira, ao lado do intelectual Otávio Brandão, foram os dois comunistas que tiveram acesso à participação política institucionalizada, como vereadores eleitos pelo BOC para a câmara fluminense, em 1928.

³⁴⁷ Realizada em 1921, teve como ponto central o relatório de Leon Trotsky sobre a situação do capitalismo mundial, reconhecendo que a *revolução mundial* deveria aguardar mais tempo até o aprofundamento das contradições capitalistas. Trotsky sugeria a formação de frentes únicas com a social democracia visando formar uma maioria de classe para a tomada do poder. Portanto, a IC deixava de ser órgão fomentador e de propaganda para ser fonte organizativa e disciplinadora do movimento comunista internacional, por meio dos PCs. Os congressos seguintes, o IV e o V, aprofundaram essa tendência com Stalin à frente da URSS.

³⁴⁸ Arquivo Nacional, TSN, Pasta III (320), Processo de fechamento da ANL, volume 1, *Manifesto programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora*.

estaria embaraçado. O programa propriamente dito era amplamente distributivo e unilateral. O Estado, além das medidas já descritas anteriormente, teria de suspender dívidas agrárias, distribuir terras, por fim aos “tributos feudais” e diminuir a carga tributária nacional, além de aumentar o sistema de ensino e a assistência social, o que revela a clara intenção do manifesto em despertar o apoio popular.

O programa investia na estratégia de potencializar ao máximo as exigências da sua plataforma, até se chegar a um nível de cobrança que o Estado e o sistema partidário-eleitoral não poderiam atender com os meios que dispunham. Tão logo ficasse explícito que as autoridades e os poderes constituídos não atendiam as reivindicações, propunha-se uma forma de governo alternativo, capaz – em tese – de proporcionar ao povo tudo aquilo que não proporcionavam os representantes da ordem vigente.

Constituída formalmente a partir de março de 1935, tendo a sua frente Herculino Cascardo, Amoreti Osório, Roberto Sisson, Benjamin Soares Cabello, Francisco Mangabeira e Manuel V. C. da Paz, a ANL aclamou como seu Presidente de Honra Luis Carlos Prestes. Ainda que não existam números precisos, sabe-se que dezenas de milhares de simpatizantes aderiram a ANL nos meses seguintes até julho, conquistando a simpatia de importantes líderes políticos como Miguel Costa, Mauricio de Lacerda, Abguar Bastos, Felipe Moreira Lima (ex-interventor do Ceará) Magalhães Barata (ex-interventor do Pará), do Deputado Federal Domingo Velasco e do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto.

Em carta redigida em 25 de abril de 1935 para Herculino Cascardo, Luis Carlos Prestes fez seu primeiro pronunciamento sobre a ANL enfatizando que aceitaria a presidência de honra pois “seu nome surgiu realmente de maneira espontânea no seio das próprias massas que quiseram, evidentemente, desta maneira, dar a ANL um caráter antiimperialista combativo e revolucionário.” Depois de tecer longo comentário sobre o imperialismo e sobre a ascensão do fascismo no Brasil, Prestes destaca que “a radicalização das grandes massas manifesta-se claramente, entre outros fatos, pela influência crescente do Partido Comunista e a própria aclamação do meu nome nos comícios da aliança é um indício de tal influência, não só porque os dirigentes da aliança, como as grandes massas que os apóiam sabem que sou comunista e membro do Partido Comunista do Brasil”.³⁴⁹

Mais à frente, Prestes não deixou dúvidas sobre o papel que imaginou para o Partido Comunista no interior da ANL, ao afirmar que “a direção do proletariado é indispensável para garantir o sucesso da luta que empreendem pela libertação nacional às grandes massas trabalhadoras do país (...) Por outro lado, a demonstração soviética é convincente sobre o que

³⁴⁹ Arquivo Nacional, TSN, Pasta III (320), Processo de fechamento da ANL, volume 1, *carta de Luis Carlos Prestes à Aliança Nacional Libertadora*.

pode fazer o proletariado, dirigido pelo seu partido de classe e tendo os camponeses como seus aliados”.³⁵⁰

No editorial *Por que apoiamos a Aliança Nacional Libertadora*³⁵¹, os comunistas brasileiros explicam que apóiam a ANL porque “ela se propõe a realizar a aliança operária e camponesa contra a opressão latifundiária e imperialista”. Em outro trecho, destaca que “é contra tudo isso, contra a venda cada vez mais descarada do Brasil aos imperialistas que se levanta a onda popular. É contra a entrega passiva do Brasil pelo governo de Getúlio e seus asseclas aos opressores estrangeiros que se ergue o coro popular e a Aliança Nacional Libertadora”.

O editorial elege o capital externo associado ao governo nacional como o inimigo a ser combatido pela ANL, tomando o antiimperialismo como o centro do discurso mobilizador. Sabe-se que o deslocamento deste discurso para elementos externos à composição frentista atendia às diretrizes estratégicas da União Soviética que passava a ser o *país do socialismo* ameaçado pelos países capitalistas e imperialistas, ensejando um esforço internacional de defesa. Contudo, o descuido com as contradições internas só agravou os limites da Aliança. Os comunistas, quando se proclamavam os únicos representantes legítimos da massa de explorados dos campos e cidades, excluía forçosamente todas as demais forças progressistas do terreno legítimo de luta, tornando-os meros colaboradores de segunda linha, descartáveis no momento oportuno.

O discurso com forte conteúdo dogmático de alguns líderes da PCB, como Antônio Maciel Bonfim, o *Miranda*, Secretário Geral do PCB nos anos de 1934 e 1935, redator do jornal *A classe Operária*, aumentava ainda mais essa contradição entre o exclusivismo dos comunistas e a necessidade de estabelecer pactos de ajuda recíproca. Pode-se ter uma boa medida de como o Secretário Geral do PCB percebia a realidade brasileira e a necessidade de alianças no editorial de 23 de abril de 1935, quando informa que o PCB “apóia” mas não “adere” a ANL, pois:

Somos um partido político que visa o poder político para uma classe, a proletária, e a instalação da ditadura do proletariado, do governo operário e camponês, na base de conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros (soviets). (...) A ANL não é comunista e não pode se dizer comunista, se assim fosse não lhe daríamos jamais o nosso apoio e desmascararíamos a sua traição (...) pois só há e poderia haver um só PC³⁵².

A visão maniqueísta da ANL, por parte dos comunistas, reflete um certo mimetismo em relação aos discursos difundidos pela III Internacional e lideranças soviéticas sob o efeito da

³⁵⁰ *Idem.*

³⁵¹ Jornal *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 24-01-1935.

³⁵² Jornal *A classe operária*, Rio de Janeiro, 23-04-35.

*stalinização*³⁵³, com o farto uso de expressões emblemáticas e agressivas que colocavam de um lado o PCB, a IC, a URSS e, de outro, trotskistas, esquerdistas, socialistas, anarquistas, pequeno burgueses oportunistas, etc. O editorial prossegue, afirmando:

Nós não cedemos a ninguém, a nenhuma organização o posto que nos cabe nessa luta contra os imperialistas (...) Esse posto é o de vanguarda que cabe ao proletariado dirigido pelo seu Partido de classe, o Partido Comunista; é o posto de comando e de luta ocupado pela classe mais avançada e decidida, a classe proletária, a única capaz de, dirigida pelo seu Partido de classe, levar essa luta para diante por cima e contra todas as traições e recuos, pela libertação do Brasil do jugo imperialista e feudal e irá para diante sempre na luta pela instalação do Governo Operário e Camponês, pelo socialismo³⁵⁴.

A rígida disciplina e hierarquia que se tentava impor ao PCB, o exclusivismo doutrinário e moral e a intransigência com os antigos companheiros - vítimas das depurações ocorridas entre 1930 e 1934 - mostravam-se incongruentes com a atitude de ação coordenada com outras forças *progressistas*, que naturalmente exigiriam contrapartidas, concessões e acomodações para uma atuação conjunta eficaz.

Independentemente de quem deveria liderar o movimento revolucionário, os conceitos veiculados pelo discurso aliancista não tinham o propósito de consolidar a plataforma de uma organização partidária, submetida à competição eleitoral, pois a ANL teria de ser suprapartidária e movimento social de pressão, mas destacavam o voluntarismo, a espontaneidade, a liderança difusa e o idealismo revolucionário que, juntos, delimitariam o perfil do futuro militante conduzido à mudança radical da sociedade como quem ingressa em uma cruzada de fé rumo à terra prometida, tal como se observa nesse extrato de *A classe operária*:

foi esse o caminho dos trabalhadores da Rússia Soviética hoje livre, é esse o caminho da China Soviética que hoje se liberta, é este o nosso caminho, o caminho do Brasil sem escravidão moral e imperialista, o caminho do Brasil resgatado da opressão e da miséria, o caminho do Brasil grande, unido e forte, o caminho das Repúblicas Soviéticas do Brasil.³⁵⁵

A experiência aliancista no Brasil estava cheia de contradições que eram apenas superficialmente encobertas pelo discurso militante mobilizador. Lauro Reginaldo da Rocha (conhecido por *Bangu* e um dos três grandes chefes do PCB, ao lado de Honório Freitas Guimarães, o *Martins*, e Maciel Bonfim, o *Miranda*), em um artigo publicado no jornal *A classe operária*, em 1º de maio de 1935, destaca que a ANL estava ameaçada pelo “nacional reformismo” de lideranças reacionárias a exemplo de Danton Coelho (ex-chefe de polícia em

³⁵³ Essa centralização em torno de diretivas expedidas a partir de Moscou é destacada por vários autores, entre os quais apontamos BENTANCOURTE, *op. cit.*, p. 105-106 e ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989., p. 35-36. Lembrar que a partir de 1929, o III Pleno do PCB adotou as resoluções do X Pleno do Comitê Executivo da IC sobre as influências burguesas que deveriam ser depuradas.

³⁵⁴ Jornal *A classe operária*, Rio de Janeiro, 23-04-35.

³⁵⁵ *Idem*.

São Paulo) e Valdomiro Lima (ex-interventor em São Paulo) e que não havia sentido convocar a população para uma luta “ dentro da ordem e da lei”, porque:

A ordem e a lei atuais não são mais que leis e ordens impostas por uma minoria (fazendeiros e imperialistas) contra a grande maioria do povo, para fazer esse povo calar e se submeter ao domínio absoluto dessa minoria. (...) Não é possível lutar contra o imperialismo dentro da ordem (mantida pela polícia especial política, bandos de integralistas, etc.) e da lei (‘Lei Monstro’, leis de arrocho), ‘ordens’ e ‘leis’ estas impostas por esses mesmos imperialistas e feudais.³⁵⁶

A lógica da argumentação de Lauro da Rocha aponta para a inviabilidade de manter uma aliança de forças que divergiam sobre os limites da ação a ser desencadeada. Mais do que isso, tratava-se da incompatibilidade entre duas concepções de participação política massiva. Havia aqueles que permaneciam fiéis ao formalismo jurídico, procurando explorar suas contradições para forçar um alargamento legal e institucional das liberdades individuais, da participação no exercício do poder e do bem-estar econômico e social; distanciados pelo extremismo, estavam aqueles que pregavam a participação política como delito generalizado, o qual, progressivamente, seria previsto, tolerado e superado por uma nova ordem social.

Essa bifurcação dos discursos, no interior da ANL, pode ser visualizada na divergência de opiniões entre as deliberações da cúpula do PCB e o posicionamento do Presidente da ANL (Hercolino Cascardo). Em entrevista concedida à revista *Terceira República*, em 5 de julho de 1935, Cascardo destaca que a ANL congregava homens de bens em união com os trabalhadores explorados pelo imperialismo e pela Ação Integralista, que seu combate era contra os imperialistas e integralistas e pela plena vigência do voto. Acrescentou que era uma mentira a identificação da Aliança com o comunismo – “nós não somos comunistas e os comunistas não aprovam nada do que estamos fazendo”, pois eles só alcançariam o poder “por meio de golpes de força”, o que não era permitido pela constituição brasileira. A ênfase do discurso defendido pelo líder aliancista eram as palavras de ordem: “estamos dentro da constituição. Vamos ficar onde estamos.”³⁵⁷

A interdiscursividade entre as assertivas mais radicais da plataforma da ANL e a Constituição liberal de 1934 foi propositadamente forçada nos argumentos de Cascardo. Nessa linha de raciocínio, o cancelamento das dívidas imperialistas estaria relacionado com o Art. 113 (inciso 17) que condicionava o direito à propriedade à não transgressão do interesse social ou coletivo; a nacionalização das empresas imperialistas estaria prevista no Art. 116 - “Por motivo de interesse público e autorizada em lei especial, a União poderá monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, asseguradas as indenizações”; a “entrega do latifúndio ao povo laborioso que o cultiva” tinha como pressuposto constitucional o Art 113 (34) – “A todos cabe o

³⁵⁶ *A classe operária*, Rio de Janeiro, 01-05-35.

³⁵⁷ *Revista Terceira República*, ano I, v. nº1, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935.

direito de prover à própria subsistência e à de sua família, mediante trabalho honesto. O Poder Público deve amparar, na forma da lei, os que estejam em indigência” e os Art 113 (17)/ 116, mencionados anteriormente; a “liberação de todos os cômodos camponeses da exploração dos tributos feudais” estaria amparada pelo Art 117 (parágrafo único) – “É proibida a usura, que será punida na forma da Lei” e pelo Art 121, que era um dispositivo constitucional dedicado “à proteção social do trabalhador e dos interesses econômicos do País”.

Contudo, a incompatibilidade entre o discurso do PCB e da liderança não pecebista da ANL não se limitava apenas ao campo da ordem jurídica e suas possibilidades de legitimar ou combater a exploração, mas nas propostas de superação dessa ordem. Para os revolucionários, os fatos haviam superado a norma de tal maneira que a estrutura de dominação e a ideologia liberal teriam se divorciado, tornando sem sentido a transmissão da hierarquia social, as liberdades constitucionalmente asseguradas, a inviolabilidade da propriedade privada, o individualismo, o estímulo à livre iniciativa e as relações sociais balizadas pelo contrato. Essa compreensão do rompimento radical com a ordem liberal e burguesa vigente torna-se nítida no documento redigido pelo Comitê Central do PCB, sobre as resoluções tomadas no *Plenum* realizado em maio de 1935, quando destaca:

Para realizar essa ampla tarefa (iniciar a revolução armada) e para mobilizar as mais vastas massas, formou-se a ANL. A primeira fase deste organismo de massas populares foi um movimento de opinião, de agitação e propaganda de seu programa. Mas nesse momento, com a situação objetiva cada vez mais favorável, com o crescimento do movimento revolucionário e da ANL, as nossas tarefas são muito maiores dentro e fora da ANL e as perspectivas muito maiores. A ANL torna-se um verdadeiro instrumento de tomada do poder e para isso tem de mobilizar as grandes massas para levá-las ao Governo Nacional Popular Revolucionário, derrubar Getúlio e seu governo de reação e fome que vende o país aos imperialistas e impedir que qualquer bando reacionário tome o poder das mãos de Getúlio para continuar sob outros moldes o mesmo governo de reacionários, feudais e imperialistas.³⁵⁸

Por mais manipuladoras que possam parecer as deliberações e análises realizadas pela direção do PCB, não podemos imaginar a ANL como extensão do comunismo internacional e que seus dirigentes fossem todos comunistas convictos. Hélio Silva lembra que as primeiras coordenações para a fundação da Aliança ocorreram em outubro de 1934, envolvendo tanto comunistas do PCB quanto socialistas do PSB, além de sindicatos e organizações femininas e da juventude.³⁵⁹ Além disso, os primeiros nomes do *manifesto de criação* da ANL³⁶⁰ eram homens

³⁵⁸ Arquivo Nacional, TSN, doc. Nº/ 10561, processo contra Taciano José Fernandes e outros, v.1. Importante destacar que em fevereiro de 1935 foram realizados dois encontros com os responsáveis pelos comitês regionais e decidido que o Nordeste iniciaria a insurreição e o centro e o sul a mobilização política de apoio, até a caída de Getúlio Vargas. Em Maio, novas reuniões foram provocadas para alterar a estratégia: o movimento teria de ser homogêneo em todo o território nacional, com grande ênfase nos trabalhos de mobilização da ANL, para um futuro levante apoiado por um movimento de massa. Carta de Honório de Freitas Guimarães (Martins) ao Secretariado Nacional (em VIANNA, Marly. *op cit* p. 542-543).

³⁵⁹ SILVA, Hélio. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 196.

unidos pelo nítido posicionamento *antigetulista* ou pelas experiências políticas contestadoras dos anos 1920-1932, mas sem claro vínculo com o comunismo internacional, de tal maneira que se recusaram a obedecer às instruções dos comunistas em boicotar o Tribunal de Segurança Nacional e acabaram absolvidos pelo juízes de qualquer envolvimento direto com a Intentona Comunista, segundo o *accordum* de 7 de maio de 1937, daquele tribunal de exceção.

Já é bastante conhecida pela historiografia a ambigüidade ideológica da ANL e não pretendemos repisar essa questão. O que nos interessa nesse momento é saber como os discursos existentes no interior da Aliança definiam *participação política* e qual o impacto desses discursos sobre amplos setores sociais que eram tanto o alvo quanto o recurso para a ruptura política. Ivan Pedro de Martins relata detalhadamente o cotidiano das caravanas aliancistas pelo interior do Rio de Janeiro e na região Nordeste do país e mostra, com especial sensibilidade, a motivação dos militantes envolvidos nos comícios e confrontos com os integralistas. Segundo as suas palavras:

Como havia descontentamento amplo no Brasil; como os grupos de todos os tipos buscavam reivindicar sua parte no produto nacional; como as aspirações isoladas ou grupais tomavam forma vocal veemente; como ainda ardiam as brasas dos incêndios de 30 e 32; como muitos dos idealistas dos últimos quinze e vinte anos continuavam frustrados; como a rebeldia ardente dos que haviam sido anarquistas com educação superior, envergonhados e indignados com a realidade que passavam a viver; como as mulheres sofriam várias formas de opressão e discriminação; como os operários eram miseravelmente pagos e a legislação social, que Lindolfo Collor organizara para Getúlio, era letra morta e a greve ainda era tratada a tiros e pata de cavalo; como os desgraçados trabalhadores do campo misturavam sua centenária submissão a espasmos isolados de reação violenta – foi possível, por tudo isso, dar começo à mobilização da parte mais ativa dessa humanidade sofrida.³⁶¹

O mesmo autor relata como esse quadro social, político e econômico suscitava uma ativa mobilização entre jovens intelectuais, lideranças progressistas e homens desiludidos com o conservadorismo que veio após a *Revolução de 1930*, de tal maneira que fazer parte da ANL era o mesmo que compartilhar de um projeto de alteração progressista da sociedade, sem maiores considerações com os métodos e os recursos que exigiriam o empreendimento. Os discursos apaixonados, a viva e emocionada receptividade da platéia, os constantes choques com os integralistas e a polícia, o medo que despertavam nas autoridades e o crescente apoio popular -

³⁶⁰ A ANL foi criada oficialmente em 23 de março de 1935, tendo Herculino Cascardo como Presidente, oficial da marinha, herói da rebelião do encouraçado São Paulo, em 1924; Carlos Amoretty Osório, Vice-Presidente, coronel do Exército, homem comedido e dedicado ao espiritismo; Roberto Faller Sisson, capitão da marinha e Secretário Geral; Francisco Mangabeira, Jovem advogado. Além deles constavam o médico Manuel Venâncio Campos da paz e o jornalista gaúcho Benjamin Soares Cabello, líder do Partido Libertador nos conflitos contra Getúlio e Flores da Cunha, em 1932-1933. Dos assinantes do manifesto, somente João Mangabeira, socialista, foi condenado pelo TSN.

³⁶¹ MARTINS, *op.cit.*, p. 114.

que ganhava uma dimensão nacional - funcionavam como elementos que tanto estimulavam o entusiasmo revolucionário, quanto encobriam os verdadeiros limites do movimento. Segundo Ivan Martins:

O mundo brasileiro era prenhe de conflitos não resolvidos e nós nos movíamos no mar das contradições sociais e políticas com um rumo traçado e a convicção irredutível de que iríamos mudar esse mundo. (...) Nós da ANL não tínhamos uma noção precisa de como levaríamos a cabo a execução de nosso programa. (...) A verdade é que não havia doutrina política ou indicação de estrutura de Estado nessas vagas postulações. Como se chegaria ao governo popular? Por eleições? Por cooptação de nossos líderes pelo governo vigente? Pela luta armada? E que tipo de governo seria esse, representativo, com pluralidade, ou ditadura unipartidária? Nem nós fazíamos essas perguntas e se alguém fizesse não teria resposta.³⁶²

Do relato de cada comício em que ele, Ivan Martins, ao lado de João Cabanas, Benjamin Cabello, Roberto Sisson, Carlos Lacerda, Newton Freitas e Maria Werneck participaram juntos percebe-se a manifestação dos mesmos traços identificadores dos militantes mais ativos da ANL, ou seja, um voluntarismo altruísta, combatividade e resistência invulgar, improvisação constante, oratória apaixonada, um certo ecletismo dogmático e ideológico que se deslocava entre o espírito boêmio e romântico de Newton Freitas, o liberalismo humanista de Cabello, o formalismo revolucionário do Sisson e a rebeldia militarista de Cabanas, tudo isso entrecortado por chavões e emblemas que decoraram durante as reuniões de discussão política ou nas leituras de Marx, Engels, Prudhomme, Louis Blanc e Lênin sugeridas pelo professor de Economia Política, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Leônidas Rezende.

Depois de mobilizar milhares de pessoas em algumas regiões brasileiras –destaque para o Rio de Janeiro e alguns estados do Nordeste e Norte Brasileiro e fraca presença em São Paulo e Rio Grande do Sul – a ANL teve um fim melancólico, pois perdeu a legalidade, seus meios jornalísticos foram proibidos de circulação e alguns líderes foram presos ou assassinados³⁶³, sem que houvesse nenhuma resistência popular expressiva... E para medidas de tal envergadura, não foi necessário criar uma lei nova, bastou a Lei de Segurança Nacional (denominada pelos comunistas de Lei Monstro) e o pretexto dado por Luis Carlos Prestes em seu manifesto “Todo poder à ANL”, cujo conteúdo concitava à derrubada do governo pela luta armada...³⁶⁴

³⁶² *Idem*, extratos das páginas 115 e 151.

³⁶³ Exemplar disso foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o governo truculento de Flores da Cunha providenciou o assassinato de Aparício Cora de Almeida, a tentativa frustrada de matar Agildo Barata e a prisão de Dyonélio Machado, os três líderes máximos da ANL no estado. BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro: Melso, 1962, p. 244-249.

³⁶⁴ Mais detalhadamente, o discurso expresso no longo texto do manifesto é uma repetitiva prédica da necessidade de luta contra o governo de Getúlio Vargas (extensão do imperialismo capitalista); contra as empresas estrangeiras que seriam nacionalizadas se resistissem ao governo popular revolucionário e contra os interesses dos grandes proprietários que teriam suas terras desapropriadas e distribuídas aos camponeses. A fórmula de ação da ANL era o amotinamento das forças armadas, amparadas por ampla mobilização de “milhões de brasileiros”. Contudo, em nenhum momento fica claro como se imaginava a ação armada contra os governos regionais e o governo federal.

Na última quinzena de Julho, o Comitê Central (CC) do PCB reuniu-se em sessão plenária para realizar uma avaliação do contexto nacional e fazer uma autocrítica. Iniciou lembrando que o CC havia aprovado as deliberações revolucionárias de maio daquele ano, mas que, diante da inércia das massas após o fechamento da ANL, percebera que “as debilidades fundamentais do nosso trabalho estão no terreno sindical e na preparação e desencadeamento das greves; segundo, debilidades da preparação e desencadeamento das lutas camponesas e na organização do campo para lutar”.³⁶⁵

O título nº 1 da autocrítica centra-se nas lutas grevistas. Depois de expor as muitas razões pelas quais o proletariado estaria descontente com sua condição econômica e social, o relatório destaca as seguintes questões: “por que, então, não se desencadeiam grandes movimentos grevistas de massa? Por que em momentos decisivos de máximo interesse do proletariado e para as massas populares, não se deu ao inimigo a resposta eloqüente de greves poderosas e combativas?” A resposta apontada destacou que o trabalho de mobilização limitou-se à elite dirigente sindical, dando-se pouca ênfase às bases populares: “em diversos setores, especialmente nos marítimos, este crime se cometeu agravado com a falta de responsabilidade e de informes inverídicos sobre a situação da massa, seu conhecimento da preparação da luta e do programa de reivindicações, que muitas vezes não foi sequer discutido em assembléias de massa”. Acrescentou-se, ainda, que “prometiam-se greves como palpites, como palavras de fé, sem nenhuma preparação e na base de informes colhidos em cafés”...³⁶⁶

Impunha-se romper com a visão de sindicato restrito às quatro paredes da sede e partir para os locais de trabalho; participar das assembléias e nestas tratar de assuntos verdadeiramente tocantes, escapando das resoluções meramente burocráticas; era fundamental acrescentar à pauta de reivindicações as questões econômicas, não apenas aquelas atinentes ao salário mínimo, pois este problema poderia ser sanado por um decreto governamental, mas questões econômicas concomitantes tais como aumento de salários, férias, horários, condições de trabalho, etc. “por menores que sejam, mas que a massa sente, quer e está disposta a lutar para conquistá-las.”

A ligação do terreno econômico e político ocorreria diante da previsível reação policial que viria após as greves, conduzindo à prisão de dirigentes sindicais e de massas: “de modo que a luta por aumento de salários, pelas reivindicações econômicas, se choca com a reação policial integralista, a mando dos imperialistas e feudais e seu governo. Isso levanta de imediato a questão das liberdades democráticas, liberdade de reunião, liberdade sindical, ligadas

³⁶⁵ Arquivo do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Segurança Nacional, documento do PCB de Julho de 1935, apreendido à Rua Barão da Torre em agosto de 1935, transcrito na íntegra em VIANNA, Marly, *op. cit.* 1995, p. 69-80.

³⁶⁶ *Idem.*

com as lutas pelas reivindicações econômicas mais imediatas.” A explanação acrescenta que havia a expectativa de greves massivas logo após o fechamento da ANL, mas que isso não ocorreu devido a falta de trabalho de base nos sindicatos com ênfase nas questões econômicas imediatas e encerra a análise estabelecendo, de maneira inequívoca, a relação que pretendia manter entre os propósitos revolucionários do PCB e a luta sindical: “não será possível realizarmos as tarefas de revolução se todo o Partido não compreender o papel que cabe ao proletariado e às greves como a mola principal que vai decidir a vitória da insurreição.”

Quanto às lutas camponesas, a análise é pragmática e traça uma tática de ação efetiva entre os camponeses. A falta de elementos dirigentes no campo, a carência de uma atitude combativa e revolucionária conduzindo, inclusive, para a luta armada, a visão condicionada de primeiro montar *células* para depois provocar a mobilização e a utilização de discursos tipicamente urbanos e revolucionários estranhos à realidade camponesa são alguns dos óbices apontados pelo CC comunista. Acrescenta-se que “as guerrilhas no campo devem partir não de *putschs* ou movimentos golpistas, mas na base de luta de camponeses pelas suas reivindicações, pela terra, água, contra os impostos, arrendamentos, opressões, etc.

Admitindo a baixa penetração da ANL e do Partido Comunista no campo, os dirigentes recomendavam que:

essas guerrilhas não devem ser feitas em nome do Partido ou da ANL, o que além de atrair sérios perigos de provocação, não seria imediatamente aceito por muitos camponeses que ainda tem confusões e pouca formação política. Essas guerrilhas devem ser feitas em nome do Governo Nacional Revolucionário, desde já, dizendo que só reconhecem esse governo e seus decretos, com Luís Carlos Prestes à frente...³⁶⁷

A avaliação crítica encerra com uma sensível percepção da necessidade da ampla mobilização de setores populares em comitês de bairro, a exemplo do que se tentava executar em estados como Bahia e Maranhão, cooptando setores médios urbanos como pequenos comerciantes, sem estigmatizá-los com a identificação de burgueses. Acentua-se, igualmente, a necessidade da organização de comícios, congressos juvenis e greves estar estreitamente ligadas às lutas armadas nos campos, o que demonstra a inspiração nos modelos revolucionários difundidos em outros dois países continentais e com forte contingente populacional nos campos, a URSS e a China, que eram, além disso, os centros irradiadores da Internacional Comunista, órgão ao qual estavam ligados os comunistas brasileiros.

O que os acontecimentos acabaram demonstrando é que a ação repressiva governamental foi extremamente eficaz contra as iniciativas e preparativos revolucionários do PCB e das mobilizações massivas ensaiadas pela ANL. Não apenas pela violência generalizada e

³⁶⁷ *Idem.*

pelo clima de policiamento político que foi implantado em dimensão nacional, mas também pela fraca coordenação dos poucos núcleos militantes que restaram. A forma como foram desencadeadas as quartelas de novembro deixa patente esse despreparo e, para além do golpe militar, a quase inexistência de articulação política com os quadros institucionais (Congresso Nacional, demais partidos políticos, governos nas instâncias municipal e estadual) e com organizações populares revela os limites da ação e da participação política imaginada pelos integrantes do aliancismo, notoriamente os membros do CC comunista.

Essa situação não era desconhecida pelos líderes da ANL que procuravam estabelecer alianças com partidos opositoristas ao governo de Getúlio Vargas a exemplo do Partido Progressista do Rio de Janeiro³⁶⁸, ou quando procuravam explorar as rivalidades estaduais como aconteceu com o choque entre os partidos Popular e da Aliança Social, no Rio Grande do Norte³⁶⁹. O Secretariado nacional do PCB, em carta dirigida ao Comitê Regional do Maranhão, em meados de outubro de 1935, expressou com grande clareza essa dificuldade que a maioria dos estados nordestinos estava encontrando para mobilizar amplos setores sociais, antes de qualquer iniciativa armada para a tomada do poder por meio do golpe. Segundo as palavras da direção comunista:

A ANL não pretende chegar ao poder através somente de conspirações e de golpes militares como o de 1930. Nós chegaremos ao poder por meio de uma grande luta popular, de caráter nacional, que se estenda por todo o país e que seja capaz de implantar nacionalmente o governo popular revolucionário. (...) Não nos convém absolutamente uma luta armada pelo poder reduzida ao Maranhão ou mesmo a um grupo de estados do Norte ou Nordeste. (...) É um estado de espírito muito generalizado em todo o Brasil, mas principalmente aí pelo Norte, de que é impossível mobilizar o povo para as lutas diárias, por suas reivindicações mais sentidas, pelos seus interesses mais imediatos, que o povo só quer saber do dia da luta armada pelo poder. É falso tal ponto de vista. O que há é que os aliancistas não sabem organizar e dirigir as lutas populares pelos interesses imediatos. Geralmente o trabalho da ANL nos estados se reduz a escrever alguns manifestos, corresponder-se com o Diretório Nacional e conspirar para a luta armada pelo poder.³⁷⁰

Reconhece-se que o mesmo documento mencionado anteriormente é contraditório nas suas recomendações, pois logo após fazer as contundentes críticas contra as medidas militares sugere que os sertanejos devem ser armados contras as forças policiais e que deveriam ser iniciadas, a qualquer momento, as guerrilhas rurais uma vez que “seriam combates parciais de grande utilidade, porque deles surgirão os verdadeiros chefes populares e neles se forjarão os lutadores contra o imperialismo, capazes de ocupar os postos avançados nas lutas de amanhã

³⁶⁸ A ANL e a situação política do Rio de Janeiro, 03-09-04, Arquivo Nacional, TSN, processo nº 1 contra Luis Carlos Prestes (In Vianna, *op.cit.*, p. 85-89)

³⁶⁹ A ANL e a situação política no Rio Grande do Norte, 13-09-1935, Arquivo Nacional, TSN, processo nº 1, contra Luis Carlos Prestes (In Vianna, *op. cit.*, p. 90-94)

³⁷⁰ Arquivo Nacional, TSN, processo contra Euclides Carneiro e outros, doc nº 10.469.

pelo poder.” A contradição do discurso sobre participação política dos pecebistas, em torno do engajamento dos indivíduos à plataforma aliancista, está na dicotomia estabelecida entre os interesses imediatos de ordem material e o interesse revolucionário de longo prazo e de ordem simbólica. A fusão desses dois campos, no interior do discurso aliancista da oposição marxista brasileira, ocorria com a transferência da responsabilidade da revolução para a elite militante, restando às massas a desestabilização do governo por suas ações de oposição (greves gerais, passeatas, insubordinação civil etc.)

O fato é que o mencionado “estado de ânimo generalizado” no Nordeste brasileiro prevaleceu e foi nessa região que se iniciou o movimento armado comunista de 1935, visando a tomada do poder em nível nacional. Os motivos não são difíceis de compreender. A ANL estava na clandestinidade e todos os comícios, greves, passeatas, manifestos, panfletos e periódicos aliancistas estavam cerceados pela censura. Além disso, uma vez frustrada a instrumentalização da ANL pelo PCB, restavam como alternativa as células *antimil* criadas no interior dos quartéis, com o fim de articular e promover a luta armada. Contudo, também essa estrutura - arduamente edificada - estava com os dias contados: o governo federal ensaiava uma grande desmobilização e remanejamento de efetivos, deslocando e desmobilizando batalhões inteiros, o que fatalmente desarticulava as células mencionadas anteriormente, como enfatizou Silo Meireles em carta dirigida ao Secretário Geral do PCB (Miranda)³⁷¹

Depois das adversidades de novembro de 1935, a cúpula do partido comunista continuou insistindo na tática militarista junto aos comitês regionais até meados de julho de 1936, a partir das cidades de Recife e depois em Salvador. Entretanto, nos meses de julho, agosto e setembro a tática da insurreição armada cedeu lugar à retomada do discurso aliancista, quando as resoluções do Bureau Político de março de 1935 foram lembradas, sobretudo a necessidade de se evitar o sectarismo em benefício de uma ampla mobilização das “massas”.

Sugeriu-se que as Frentes Únicas Populares ganhassem novas denominações, uma vez que tal designação já estaria comprometida pelo rótulo de “extremista” e que em lugar de exigir a imediata libertação dos presos, as manifestações expressassem a palavra de ordem “anistia geral”, tudo isso para que a mobilização não fosse diretamente vinculada ao Partido Comunista e pudesse viver *na legalidade*. Em certo momento da circular destaca-se que “a nossa tarefa principal, no momento, é a de unir todas as forças liberais, democráticas e progressistas do país e todas as correntes de oposição a Getúlio em uma ampla frente

³⁷¹ STM, Distrito Federal, TSN, Processo Belens Porto, In VIANNA, *op cit*, p. 121-123.

popular”.³⁷² A fórmula governamental que tal mobilização deveria perseguir orientava-se no sentido de que:

Não será, evidentemente, ‘um governo nacional popular revolucionário com PRESTES a frente’, não será um governo da ANL, que não faz questão fechada de nele participar. Mas deverá ser um governo que nos abrirá perspectivas do governo popular nacional revolucionário, pois dará liberdade de pensamento e propaganda às massas populares e suas organizações políticas e sindicais e defenderá a Democracia contra os ataques dos ‘gravatas de couro’ (generais).³⁷³

O retorno do discurso aliancista como fórmula de participação política pelos comunistas brasileiros não foi uma medida espontânea. Tratava-se de um alinhamento que se fazia urgente com a política da Internacional Comunista para a América Latina, que desde princípios de 1935 destacava a importância da formação das frentes populares, conforme veremos mais detidamente quando analisarmos os discursos aliancistas veiculados pelo PC uruguaio e demais entidades marxistas. Além disso, essa foi a orientação expressa que trouxe Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora) de Moscou depois de passar vários meses no segundo semestre de 1936 fora do país e foi essa a diretriz trazida pelo emissário da IC, Elias Reinaldo da Silva, em dezembro de 1936.

O retorno de Elias ao Brasil, vindo diretamente de Moscou, era um sinal inequívoco da ênfase que a IC queria dar ao PCB sobre a necessidade de abandonar as medidas militaristas e passar ao discurso aliancista. Elias era desafeto reconhecido de Miranda, com quem teve séria desavença durante o VII Congresso da IC e a III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, ocasião na qual chamou Miranda de “mentiroso” por fantasiar a verdadeira situação do PCB entre os militares brasileiros. A represália da IC – instituição que considerava falta gravíssima qualquer ataque de um comunista contra o “camarada” na função de “Secretário Geral” do Partido – foi deixar Elias em Moscou, em uma função meramente burocrática.³⁷⁴

A partir dessa nova perspectiva, o PCB procurou mudar radicalmente seu discurso no que tange a forma de participação política e na definição dos sujeitos que teriam o papel de transformadores da realidade política e social do Brasil. O Proletariado cederia sua proeminência social à Burguesia, que desde então passou à condição de protagonista na mudança revolucionária do Brasil. Veremos mais detalhadamente essa mudança do discurso revolucionário comunista na segunda parte desta tese. No momento, o que se destaca é o retorno do discurso aliancista, o qual se tornou fator de clivagem no interior do Partido, separando

³⁷² Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp. Documento do Secretariado Nacional do PCB, *A situação do país e nossas tarefas imediatas* (circular a todos os Comitês Regionais, locais e células), Rio de Janeiro, Agosto de 1936, p. 2. In KAREPOVS, *op cit*, p. 110-111.

³⁷³ *Idem*.

³⁷⁴ Ver mais detalhes em VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo Companhia das Letras, p. 116.

aqueles que não pretendiam subordinar o proletariado ao protagonismo da burguesia (inimigo declarado até momentos antes) daqueles que seguiam as novas diretrizes do CC comunista.

Em dezembro de 1936, *André, Bangu e Martins* redigiram a diretriz “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, que alterava alguns conceitos fundamentais do discurso comunista, centrando a atenção na estratégia aliancista como alternativa de participação política. Essa guinada fez com que o discurso sobre participação política dos pecebistas se aproximasse do discurso difundido pelos marxistas uruguaios, ao se admitir que o isolamento político causado pela opção revolucionária e a subsequente repressão alijavam os comunistas do esforço de mobilização popular e colocava-os em situação desfavorável diante da opinião pública. Neste sentido, o sujeito revolucionário subordinado ao partido único pela total disciplina cedia lugar ao sujeito militante apartidário que tinha sua participação política como ação preventiva e defensiva diante do avanço fascista: deixava-se de ser um inimigo a mais da democracia liberal, para se tornar parte daqueles que a entendiam como um mal menor...

Segundo a nova diretriz, o Partido errara nas suas “orientações esquerdistas” e na sua intenção de instrumentalizar a ANL, no lugar de compor com as demais forças democráticas em “igualdade de condições”. Tais erros teriam a grave consequência de:

Restringir a frente única, afastando dela a burguesia nacional e grandes setores reformistas da pequena burguesia e do proletariado. Desta forma, impedindo a ANL de se desenvolver e de ser o bloco de classes necessário para dirigir e levar até a vitória a Revolução Nacional Libertadora, ao mesmo tempo que facilitava as provocações que visavam apresentar a ANL apenas como uma fachada do PCB.³⁷⁵

Para a cúpula do PCB, o Brasil encontrava-se submetido à exploração imperialista que impedia o desenvolvimento da indústria de base e a exploração independente de suas grandes riquezas minerais e hidro-energéticas. Portanto, a burguesia nacional era potencialmente revolucionária contra o imperialismo e sua força de luta deveria ser amplamente desenvolvida e apoiada. Pois:

Nós sempre partimos do ponto de vista falso de termos medo dos nossos aliados, medo de perder a ‘hegemonia do proletariado’, e, por isso, restringimos a participação das classes que devemos e podemos mobilizar para a luta, contra o imperialismo, mobilizando apenas os elementos que aceitam a hegemonia, porque são simpatizantes do comunismo. Esse erro nos impediu até hoje de mobilizar as forças necessárias para conseguirmos a correlação favorável à Revolução. Não compreendemos que a hegemonia do proletariado não se impõe de antemão, mas se conquista no decorrer das lutas.³⁷⁶

³⁷⁵ Secretariado Nacional do PCB, A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes, em ZIMBARG, 2001, *op cit*, p. 130.

³⁷⁶ *idem*.

O novo efeito de sentido que se procurou provocar com a mudança do discurso aliancista acabou esvaziando-se diante dos fatos nacionais e internacionais. As vicissitudes dos espanhóis progressistas, a aproximação da URSS com a Alemanha no pacto de não agressão e a delicada situação de equilíbrio no fragmentado quadro político francês punham por terra os três grandes ícones do aliancismo no cenário internacional. Entretanto, no Brasil os preparativos golpista de Getúlio Vargas, unido à cúpula das forças armadas, no segundo semestre de 1936 e ao longo do ano de 1937, deixavam clara a intenção de não permitir a rotatividade no poder, abrindo-se a possibilidade de um regime inspirado no fascismo.

Ao tempo que esse contexto nacional proporcionava bons argumentos para a dissiminação do discurso aliancista com propósitos antifascistas, o PCB dividia-se em uma luta interna que levou parte de seus membros dissidentes para o trotskismo e outra porção para as cadeias de Filinto Müller. As diferentes interpretações sobre o papel que deveria ter o proletariado nas fórmulas de participação política e sobre o tipo de união que os comunistas deveriam realizar com as forças que apoiavam os dois principais candidatos a suceder Getúlio, inviabilizaram uma ação coordenada frente a um contexto francamente desfavorável aos comunistas brasileiros.

Ainda tentou-se por meio do Comitê Regional de São Paulo uma aproximação tática entre os comunistas e o Partido Constitucionalista de Armando Salles, tendo em vista a eleição presidencial que se avizinhava. Não foi um movimento espontâneo e nem global das duas organizações partidárias, mas – como lembrou Dainis Karepovs³⁷⁷ – predominantemente a troca de correspondências entre o líder comunista Rocha Barros e o deputado Paulo Duarte onde se tentava redigir um manifesto comum às duas forças políticas que até alguns meses antes eram inimigas viscerais. O fracasso dessas iniciativas era previsível, pois nem Armando Salles arriscaria comprometer o limitado apoio que tinha entre os militares e setores conservadores da sociedade com uma adesão incompreensível dos comunistas, nem os comunistas mais coerentes aceitariam a união submissa a um Partido que espancava e matava presos políticos, proibia reuniões sindicais e pregava a existência de uma sociedade sem rivalidade entre classes.

O espancamento e o fuzilamento de quatro presos políticos que tentavam escapar do presídio Marília Zélia, na madrugada de 21 para 22 de abril de 1937, com a cobertura e apoio das autoridades estaduais dirigidas pelo governador Cardoso de Melo Neto – indicado por Armando Salles – puseram fim às últimas esperanças daqueles que ainda pensavam na formação de uma Frente Única que agregasse amplos setores sociais contra o crescente autoritarismo federal. Depois disso, o discurso aliancista esgotou-se e os comunistas e demais interessados na

³⁷⁷ KAREPOVS, *op cit*, p. 164-179.

formação da Frente Popular (ou União Democrática como se propunha) tiveram de adequar sua práxis ao fato político, que foi a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937.

3.2 O aliancismo no Uruguai

A experiência aliancista no Uruguai reveste-se de uma característica especial que escapa do mimetismo em relação aos postulados da Terceira Internacional ou aos exemplos chileno, francês e espanhol. O sistema de partidos do Uruguai já havia experimentado, desde o final do século XIX, práticas de acomodação de facções rivais no governo ou no parlamento por meio de alianças ou acordos denominados de *coparticipación política*.

Obviamente que não se trata de uma coligação suprapartidária com fins de resistência política e nisso está a diferença fundamental com as frentes populares ou alianças estabelecidas entre forças políticas de oposição com propósitos antiimperialistas e antifascistas da década de 1930. Contudo, em se tratando de resultados práticos, pode-se afirmar que os arranjos de *coparticipación política* foram bem mais efetivos que as duas tentativas frustradas de limitar o poder central com a união de forças oposicionistas, tal como se viu na *Concertación Democrática*, proposta pelos socialistas e na *Frente popular*, com forte presença comunista.

A tradição de se buscar soluções conciliatórias com o governo central, mediante concessão de cargos e estabelecimento de regras de ação política mediadas com as minorias foi alvo de ataque das oposições ao regime terrista, elemento essencial na união entre partidos rivais para a realização do golpe de estado e fator de descrédito e desestabilização das iniciativas aliancistas no Uruguai. Disso vem a importância das práticas de *coparticipación* que, segundo Lindhal, restringiam-se, no final do século XIX, à união circunstancial de inimigos políticos para a pacificação do país. Contudo, com o advento da Constituição de 1919 e a formalização do Conselho Nacional de Administração (CNA), bem como o aperfeiçoamento do código eleitoral, as minorias tiveram crescente participação na administração pública e nas decisões políticas³⁷⁸.

José Batlle como defensor intransigente do governo de partido opunha-se ao compartilhamento do mando político, mas admitia a presença da oposição – de forma minoritária, evidentemente – na administração da coisa pública. Já os nacionalistas tinham entendimento diferente da *coparticipación*, defendendo a idéia de controle da polícia, divisão das tarefas de governo, restrição às prerrogativas do Presidente e, sobretudo, defendiam a possibilidade da união de forças rivais para eleger o maior número possível de deputados e, com eles, influenciar na escolha do candidato vencedor à Presidência da República.

³⁷⁸ LINDAHL, *op. cit.*, p. 191-192.

A luta por mais cadeiras no parlamento e pela possibilidade de administrar alguns departamentos (e seus registros eleitorais) eram objetivos táticos permanentes das minorias partidárias, que foram fortalecidas com o advento do CNA até o limite de uma *coparticipación* impensável antes de 1919. A maior participação política dos partidos minoritários nas esferas parlamentares e de governo não era fato desconhecido de importantes lideranças políticas no Brasil. Assis Brasil, político com grande familiaridade às particularidades do Uruguai, país vizinho à sua residência e lugar onde experimentou algum tempo de exílio, fez uma analogia entre o que pretendia unindo o Partido Democrático de São Paulo ao Libertador do Rio Grande do Sul com o que ocorria na república vizinha: "Trinta ou quarenta anos atrás, blancos e colorados só se aproximavam para se apunhalar. Hoje os próprios blancos, partido da oposição, colaboram com os colorados nas esferas do governo. Eles não receiam a aproximação dos adversários políticos."³⁷⁹

Necessário reconhecer que o exemplo dado pelo Uruguai influenciou a política sul-rio-grandense que testemunhou, algum tempo depois, a criação da Frente Única Gaúcha, unindo o minoritário PL ao hegemônico PRR na projeção de Getúlio Vargas à candidatura de Presidente da República. Mais que um exemplo para os vizinhos brasileiros, as práticas partidárias e eleitorais do Uruguai tornaram-se elementos de distinção, projetando a *Suíça latino-americana* como referência de civilização e democracia. Diante dessa mística, nada mais natural que a proposta de união com comunistas e socialistas – notoriamente exclusivistas, inimigos dos partidos tradicionais e defensores de uma mudança radical das bases institucionais – tenha sido recebida com grandes ressalvas e resistências pelas forças políticas consolidadas nas décadas de 1910 e 1920.

Somada a esta resistência compreensível, devemos lembrar que os partidos tradicionais situados na oposição, como os batllistas e nacionalistas independentes, foram progressivamente unindo forças contra a *ditadura*, tomando como focos de ataques os terristas e herreristas, respectivamente, além de reforçarem mutuamente seus discursos de oposição ao adotarem a política abstencionista nos pleitos de 1933, 1934 e 1938, chamando a isso de *abstención activa*. Portanto, as forças políticas inspiradas direta ou indiretamente no marxismo estavam na contra-mão das outras organizações oposicionistas, pois defendiam a formação de frentes populares e a participação nas eleições.

Mas o nível de discordância e rivalidade que impedia a união de forças progressistas com as tradicionais não era tão acirrada quanto aquele que existia entre comunistas, socialistas, integrantes do grupo *avanzar* (no interior do batllismo e liderados pelo deputado Julio C.

³⁷⁹ TRINDADE, *op. cit.*, 1980(b), p. 33-34.

Grauert) e os componentes da *Agrupación Demócrata Social* (no seio do nacionalismo independente e conduzidos por Carlos Quijano).

Tão logo foi dado o golpe de estado, nos primeiros dias de abril de 1933, os socialistas propuseram sem sucesso aos comunistas a formação de um *frente obrero para luchar por la democracia*. Em 1º de maio de 1933, uma manifestação de trabalhadores organizada pelos socialistas foi tumultuada por membros do Partido Comunista³⁸⁰. Mais tarde, em agosto de 1934, quando os socialistas organizaram uma passeata pela liberdade, em favor dos gráficos dos jornais de Montevideu que estavam em greve, os comunistas, mais uma vez, negaram-se a participar como elementos organizadores e na ocasião em que os comunistas lançaram a idéia de uma *frente popular*, foi a vez dos socialistas recusarem seu apoio.³⁸¹

O diálogo e a união de lideranças marxistas, que militavam na capital, parecia mesmo algo impossível de articular, restando apenas as iniciativas vindas do interior. Exemplo disso ocorreu quando os integrantes do grupo *avanzar* e os componentes da *Agrupación Demócrata Social* propuseram uma *Confederación de Izquierdas* e os socialistas reagiram com desdém, alegando que a união de tradicionalistas e avançados, conservadores e liberais, socialistas e politiqueiros, proposta por Carlos Quijano, não era nada além do arrependimento tardio daqueles que jamais foram autênticos socialistas, e que agora propunham o jogo de palavras visando semear uma confusão perigosa entre as massas³⁸².

Já avaliamos a importância das decisões do VII Congresso da Internacional Comunista (25 de julho de 1935) que abandonaram a estratégia de luta de classe contra classe (decidida no VI Congresso) para adotar uma nova estratégia de união com qualquer força progressista que se dispusesse a lutar contra a ascendência do fascismo. No Uruguai, tais efeitos também se fizeram sentir e os comunistas procuraram corrigir sua posição sectária vigente até então³⁸³, sem conseguir ultrapassar as feridas deixadas pelo seu exclusivismo diante dos partidos oposicionistas tradicionais (batllistas e nacionalistas independentes).

Diferente efeito ocorreu nas duas facções de inspiração ideológica alicerçada no marxismo desses dois partidos. Em agosto de 1935, os socialistas do grupo *Avanzar* (no interior do batllismo) aderiram à idéia de uma Frente Única Popular como maneira de resistir a formação

³⁸⁰ PARIS, Juana; RUIZ, Ester. *El frente en los años treinta*. Montevideu: Proyección, 1987, p. 39.

³⁸¹ FREGA, Ana; MORONNA, Mônica; TROCHÓN, Yvette. Frente popular y concertación democrática: los partidos de izquierda ante la dictadura terrista. Montevideu, *Cuadernos del CLAEH, política y economía para el cambio*, nº 34, ano 10, 1985, p. 52.

³⁸² Jornal *El Sol*, Montevideu, 20-07-1933, p.2 (“Cosas de Quijano”); 30-07-1933, p.1 (“Basta de confusiones”).

³⁸³ Jornal *Justicia*, Montevideu, 05-11-1935, lembra que o partido comunista não estava abrindo mão da sua proposta de destruição total da exploração imperialista e latifundiária e da sua intenção de instaurar o socialismo com base nos *soviets*, mas entendia que, naquele momento, era urgente a união de todas as forças opositoras contra a ditadura.

da Frente Patriótica conservadora e anticomunista, convocando todas as forças de oposição, trabalhadores manuais e intelectuais para impedir o avanço do fascismo³⁸⁴. Mas se tratou de um apoio breve. Em setembro deste ano, os integrantes do grupo mais progressista entre os batllistas retiraram-se da Frente Única Popular, percebendo que os comunistas a utilizavam para cooptar seus elementos de base junto aos sindicatos.³⁸⁵

Entre os integrantes da *Grupación Democrata Social* (no seio do nacionalismo independente) o apoio à frente foi mais duradouro o que explica, em boa medida, a intensa campanha delatora que sofreram por parte dos partidos mais conservadores, que lhes atribuíam submissão a Moscou e à internacional comunista, tal como deixaram explícito nesse artigo irônico, publicado no seu jornal *Acción* de título *Nosotros, los comunistas*:

No vemos porque tanta extrañeza. Hace tiempo que estamos a sueldo de Moscú. Así lo sabían los huestes herreristas que en 1931, producido el cisma, se acercaban a nuestro diario; así, más recientemente lo sabían y si no lo gritaban lo decían, algunos de los defensores de las empresas en el conflicto gráfico; así, lo saben desde hace mucho aquellos que, - vamos a confesarnos públicamente, - conocieron nuestra participación en el atentado del Club Uruguay y la Matriz, donde teníamos orden de sembrar el terror o de hacer sembrar – porque uno, que también, tiene el cuero para negocio – matando a varios cientos de mujeres e niños. Estamos pues, al servicio de Moscú. Somos sus instrumentos, sus agentes y sus solapados propagandistas. Lo somos, porque hay que vivir y las empresas capitalistas no nos han querido tomar a su servicio. Hubiéramos preferido – también lo confesamos – este empleo, porque es de ‘tout repos’, está mejor pagado y viste mejor. Pero llegamos demasiado tarde, también nosotros, a un mundo que ya no ofrecía, en el campo burgués – perdón por la palabra – pingues colocaciones.³⁸⁶

É evidente que tal nível de exposição à opinião pública foi mais um recurso de retórica, com farto emprego da ironia, do que uma confissão de desamor pelas questões nacionais. Mais à frente, o mesmo editorial afirma ironicamente que o jornal *Acción* não pôde vender seus artigos à empresa petrolífera, ou de cigarros, às empresas ferroviárias ou de bondes, assim como não podia cobrar taxas do comércio como fazia o governo, porque seriam denominados de *gangsters* americanos e que, mesmo sendo tão comunistas, não eram convidados e nem compareciam aos banquetes da embaixada soviética, porque eram pobres coitados de um humilde periódico local...

O mesmo jornal, em março do ano seguinte, mostrou seu total apoio à frente popular proposta pelo Partido Comunista, ao transcrever um artigo do jornal *El Pueblo*, de Tacuarembó, no qual destacou a necessidade de por fim aos discursos da elite nacionalista e partir para a ação efetiva contra a *ditadura* e convocou a todos os nacionalistas e batllistas a seguirem o exemplo

³⁸⁴ Jornal *Avanzar*, Montevideú, 01-08-1935, p.4.

³⁸⁵ Jornal *Avanzar*, Montevideú, 25-09-1935, p. 3.

³⁸⁶ Jornal *Acción*, Montevideú, 26-12-1934, p. 1.

de Basílio Antunes (do Partido Nacional Independente) e Izequiel Silveira (Partido Batllista) os quais montaram um núcleo da Frente Única Popular em Cerro Largo³⁸⁷.

Importante destacar que esse incentivo contrariava as lideranças partidárias instaladas em Montevideu, criando uma situação de indisciplina no interior dos partidos. Em 14 de Janeiro de 1936, Alfonso Lamas, Presidente do Diretório do Partido Nacional, enviou uma nota ao Partido Comunista, esquivando-se da união entre os dois partidos em frente única e, em março deste mesmo ano, fez chegar às comissões departamentais uma circular que recriminava as iniciativas pessoais de adesão à Frente Única Popular. A Comissão de Tacuarembó respondeu ao Presidente do Partido nos seguintes termos: lembrava que a circular de 14 de janeiro havia deixado em aberto a possibilidade de união com outros partidos opositores para atingir fins concretos, como ocorria com o movimento de defesa da autonomia universitária; que um grupo de cidadãos independentes, sem distinção de partidos e com o único propósito de combater a *ditadura* havia se unido em frente única, na localidade de Tacuarembó; que não estavam subordinados à iniciativa do Partido Comunista e que jamais se uniriam aos correligionários da ditadura.³⁸⁸

Situação semelhante ocorreu entre os colorados batllistas adeptos da Frente Popular³⁸⁹ e o Comitê Executivo do Partido. À medida que cidades importantes como Paysandu, Cerro Largo e Tacuarembó organizavam núcleos do frentismo, interferindo e organizando movimentos grevistas e de protestos, mais resistentes tornavam-se os líderes do batllismo colorado que percebiam nisso uma expansão de “algumas tendencias perniciosas” sobre a base popular dos grandes partidos³⁹⁰.

A localidade de Cerro Largo esteve entre aquelas que mais prosperaram na articulação de uma frente única, ao reunir em um mesmo grupo o consagrado caudilho Basílio Muñoz, além de Fernando Guerrero, Francisco Varela, Antonio Amestoy e Héctor Texeira (todos nacionalistas independentes); como representantes do batllismo estavam presentes Exiquiel Silveira, Aníbal Artigas, Eduardo Pica e Juan Montedónio; os comunistas eram Abner Collazo e Manuel Menchaca. Esses homens assinaram um manifesto em novembro de 1935 esclarecendo os seis pontos em torno dos quais a frente de Cerro Largo centrava-se: 1) fim das medidas de exceção; 2) retorno dos exilados e liberdade aos presos políticos; 3) reincorporação

³⁸⁷ Jornal *Acción*, Montevideu, 04-03-1936, p. 5.

³⁸⁸ Jornal *Acción*, Montevideu, 07-04-1936, p. 3.

³⁸⁹ Exemplar foi a participação de Enrique Rodríguez Fabregat que, ao lado de Andrés Marrtínez Trueba e Justino Zavala Muniz, organizaram o jornal *Frente Popular*, em circulação a partir de dezembro de 1936. As bases propostas para o ingresso dos colorados batllistas na Frente Popular foram colocadas pelo grupo *Avanzar* em março de 1936 e recusadas pelo Comitê Executivo.

³⁹⁰ FREGA; MORONNA; TROCHÓN, *op. cit.*, p. 55-56.

de funcionários públicos demitidos por motivos políticos; 4) retorno das liberdades individuais e coletivas; 5) fim dos impostos sobre mercadorias de primeira necessidade; 6) fim da propaganda a favor das forças fascistas que se expandiam violentamente pelo mundo.³⁹¹

É visível que a plataforma dos aliancistas tinha o propósito de sensibilizar o máximo de destinatários possíveis, sobretudo aqueles com fortes razões para estarem descontentes com a ditadura (empregados públicos demitidos, população com dificuldade de subsistência, jornalistas e políticos impedidos de retornarem ao país ou de exercerem suas atividades políticas) associando a isso um vago pacifismo e internacionalismo antifascista.

Para dar ao discurso aliancista um caráter mais pragmático e com ações situadas na capital da República (e não apenas no interior), foram escolhidos alguns temas com forte ligação às prédicas antiimperialistas, como a reunião de delegados de partidos opositores, entidades estudantis e grêmios antimonopolistas, em 3 de agosto de 1936, sob a coordenação dos battlistas e com a presença dos comunistas, com o propósito de planejar as ações contrárias ao estabelecimento do monopólio dos transportes na cidade de Montevidéu.³⁹² Contudo, a definição de alguns pontos concretos no discurso antifascista e antiimperialista não ultrapassavam a ênfase no voluntarismo pessoal percebido nas passeatas de protesto, ou a insatisfação expressa em editoriais inflamados. Não se sabia exatamente o que colocar no lugar da ditadura a ser derrubada e quais as concessões concretas que se concederiam às massas em termos de participação política.

Aliás, não havia mesmo uma clara concepção de participação política para além do protesto, pois não se tinha chegado a um consenso sobre o abstencionismo eleitoral, sobre o que fazer com a constituição aprovada plebiscitariamente em 19 de abril de 1934, sobre como desfazer a maioria governista escolhida por voto popular em abril de 1934 e sobre como derrubar o governo de Terra eleito constitucionalmente em junho desse mesmo ano. Nem mesmo a estratégia do protesto estava bem encaminhada neste segundo ano de ditadura. Hemílio Frugoni, líder socialista, havia convocado uma grande passeata de protesto para o 14 de julho (dia da derrubada da Bastilha), logo teve de adiar para 11 de agosto e, por fim, acabou conformando-se com o seu fracasso ao ver, no lugar do *mítin*, uma greve de funcionários gráficos dos principais jornais de Montevidéu, que roubou a cena e obscureceu os planos dos socialistas e seus aliados.

No Uruguai havia uma certa ironia na relação entre as regras e os fatos do sistema político eleitoral. Tinha uma legislação de alistamento e controle das eleições exemplar, a ponto de ter servido de modelo para o Brasil, em 1932, mas, na prática do regime terrista, as garantias

³⁹¹ PARIS J.; RUIZ E. *op.cit.* p. 60-61.

³⁹² Jornal *Justicia*, Montevidéu, 31-07-1936, p.2.

legais prestavam-se apenas para legitimar o regime de exceção, como denunciou o jornal *El País*, na sua edição de 3 de setembro de 1933:

Si de algo podríamos enorgullecernos antes de la llegada del actual gobierno de la ‘reconstrucción’, era de haber implantado el régimen electoral vigente, posiblemente, uno de los que ofrecen mayores garantías de todos los que rigen en el mundo. (...) No quiere decir esto, que por el echo de tener un sistema que ofrece tan amplias garantías, no pueda llegarse a cometer el fraude más escandaloso. Lo sucedido en 25 de Junio, es terminante. (...) Con autoridades electorales complacientes o cómplices, con la administración pública volcada por destierros, prisiones, persecuciones y mal versación de fondos públicos y con los partidos que intervinieran en la elección apalabrados para a realización del fraude, demás están todas las garantías escritas en la ley.³⁹³

Não podendo superar os partidos situacionistas nas urnas, os partidos minoritários, a exemplo dos socialistas, como já havia ocorrido com cada uma das forças que se autodenominavam de esquerda, também propuseram aos partidos oposicionistas majoritários, em 30 de março de 1936, a “sua frente única” com a denominação de *Concentración Democrática*. As diferenças propostas com a *Frente Popular* eram: a) que compactuavam somente com partidos e não com suas facções; b) que não competiam com os demais partidos aliados nos sindicatos; c) que exigiam garantias eleitorais do governo; d) que não propunham uma direção suprapartidária para a condução da frente; e) que não utilizariam técnicas de agitação e propaganda típicas do marxismo-leninismo e f) que estavam tomando uma iniciativa autônoma e não obedecendo a uma ordem de Moscou³⁹⁴.

Essas colocações tinham o propósito de destacar as fragilidades do Partido Comunista enquanto entidade participante da Frente Popular e esvaziar a já combatida iniciativa do rival político. Em maio de 1936, representantes dos partidos tradicionais reuniram-se com os socialistas para acertar as bases do acordo, mas não chegaram a um consenso no que dizia respeito às mobilizações populares e aos compromissos após as eleições. Em razão disso, no mês de junho de 1936 tanto os batllistas quanto os nacionalistas independentes informaram o encerramento das negociações³⁹⁵.

Diante da impossibilidade de criar uma aliança com os partidos tradicionais, os socialistas voltaram a trabalhar com a possibilidade de união com os comunistas, resultando na união de comunistas e socialistas em torno do nome de Emílio Frugoni como candidato à Presidência da República, rompendo a tradição de sectarismo entre as duas forças marxistas rivais. Essa aproximação tinha as suas contradições, é certo, mas era o caminho lógico que se

³⁹³ Jornal *El País*, Montevideu, 3-09-1933, p. 5.

³⁹⁴ Jornal *El Sol*, Montevideu, 3ª semana de outubro, p. 1-3.

³⁹⁵ FREGA; MORONNA; TROCHÓN, *op. cit.*, p. 57-58.

apresentava para os partidos inspirados no marxismo, pois as duas forças políticas tradicionais e de oposição haviam fechado as suas portas para qualquer possibilidade de aliança efetiva com comunistas ou socialistas e passaram a lutar pela promulgação de uma nova *lei de lemas* que substituísse a de 5 de maio de 1934, a qual impedia que os batllistas se unissem aos colorados terristas e saravistas debaixo do mesmo lema (Partido Colorado), assim como os nacionalistas independentes com os herreristas (Partido Nacional).

Percebe-se nisso uma clara diferença com o que ocorreu com o Brasil e sua Aliança Nacional Libertadora. No Uruguai, os projetos aliancistas estiveram sempre muito dependentes dos humores das lideranças dos partidos tradicionais, enquanto que a ANL teve sua maior projeção na base de comícios e mobilizações populares, sem um claro vínculo partidário com forças tradicionais de oposição. Mas as diferenças não cessam nesse aspecto. A ascendência do Partido Comunista na ANL e a ausência de um rival socialista foram fundamentais para as ações bem sucedidas realizadas em nível nacional e favoreceu a definição de uma estratégia que difundia o conceito de participação política de viés claramente revolucionário, em oposição às propostas de caráter mais liberal e comedido dos partidos marxistas uruguaios.

As diferenças entre os dois casos não os colocam em lugares estanques, sem nenhuma correlação ou influência recíproca. Como já foi mencionado, a experiência de novembro de 1935 teve grande impacto junto à opinião das forças marxistas uruguaias que vinham, desde janeiro deste ano, difundindo o discurso revolucionário tendo como tema a luta redentora de Basílio Muñoz³⁹⁶, apresentada como marco de inflexão da política ditatorial de Gabriel Terra. Na edição de 18 de março de 1936, o jornal *Acción* informou ao povo uruguaio a sua versão da luta armada dos comunistas brasileiros:

La revolución de noviembre en el Brasil, llevada a cabo por la Alianza Libertadora Brasileña, ha sido sufocada en sangre. El pueblo brasileño, explotado, humillado, vejado por las fuerzas imperialistas e fascizantes al servicio de las grandes compañías extranjeras, la 'Great Western', entre otras, del gobierno de Gatulio Vargas, se levanto en defensa de sus elementares derechos a la dignidad y a la vida. Toda la parte sana y libre del pueblo brasileño tomó parte en esa revolución, la más extensa e grave que le ha tocado enfrentar al gobierno de Vargas, que cuenta ya con las de San Pablo y Río Grande del Norte, como muestras de su absoluta impopularidad³⁹⁷.

O Jornal continua sua argumentação citando vários nomes de professores universitários e jornalistas simpatizantes do socialismo, como se eles efetivamente tivessem participado das quarteladas de novembro e destaca que o caso de Getúlio Vargas não era uma

³⁹⁶ A *Grupación Democrata Social*, e seu jornal *Acción*, foram exemplares dessa apologia, que também foi explorada indiretamente pelas demais forças marxistas com exemplo paradigmático (positivo ou negativo) de como se deveria fazer oposição ao regime terrista.

³⁹⁷ Jornal *Acción*, Montevideú, 18-03-1936, p. 7.

exceção na América Latina, mas um exemplo a mais das ditaduras fascistas que proliferavam, tal como a de Gabriel Terra no Uruguai, o qual aliara-se ao ditador brasileiro:

El gobierno de Vargas, estrechamente ligado al del Terra, en el Uruguay, que no ha trepido en romper sus relaciones con Rusia, para cumplir con su secreto tratado de alianza, y con el gobierno de Justo en la Argentina, constituye un bloque reaccionario e imperialista, al que es preciso oponer el bloque opositor solidario con los revolucionarios brasileños. Todo el pueblo uruguayo, en unión al argentino, debemos levantar nuestra voz de protesta, contra las condenas sin proceso, contra las torturas, contra los vejámenes, las ejecuciones y tratamiento inhumano a los presos. Las victimas del movimiento brasileño deben encontrar en todos los hombres libres y de corazón sano y humanitario solidaridad moral y económica.³⁹⁸

Os discursos aliancistas de um e outro país foram, obviamente, influenciados pelos paradigmas difundidos pela Internacional Comunista, mas ganharam contornos muito diferenciados em função do contexto e da estrutura institucional - notoriamente os sistemas de partidos e suas relações com as instâncias do poder estatal - de tal maneira que no Uruguai a fidedignidade tática com as deliberações do VII Congresso da IC foi consequência da interpretação pragmática das possibilidades existentes, enquanto que no Brasil as táticas comunistas voltadas para o *putsch* foram ganhando terreno até que se tornaram a tônica dos discursos aliancistas.

Como foi visto, essas diferenças foram cruciais na definição dos sujeitos e das suas possibilidades de participação política, de tal maneira que no Uruguai o abstencionismo ou a participação eleitoral, a busca de alianças com partidos tradicionais, as passeatas e os manifestos, a larga utilização da imprensa de combate e o embate interno entre organizações de inspiração marxista foram as ações encaminhadas pelos discursos preponderantes. Já no caso brasileiro, o período de legalidade da ANL encaminhou-se para a definição do sujeito predominantemente *revolucionário*, ou seja, qualquer que fosse o papel social ou a definição enquanto grupo econômico, todos os militantes eram convertidos à condição de agentes potenciais ou reais na mudança radical da sociedade, sem que houvesse a associação efetiva com grupos políticos oposicionistas de nível local ou regional. Disso adveio a limitação das ações possíveis ou imaginadas para esses sujeitos (a prática do sujeição) dentro de um quadro fora da ordem estabelecida.

A forte presença dos socialistas nos debates sobre as formas de participação política no Uruguai e a maneira discreta com que estiveram presentes no Brasil também foi importante na mediação dos discursos e práticas sociais, favorecendo a pluralidade de atores políticos no contexto uruguaio e a limitação sectária no caso brasileiro. As razões não se limitaram às diferenças com que os discursos dos comunistas e dos socialistas definiam os sujeitos

³⁹⁸ *Idem*, p.7.

responsáveis pelas mudanças sociais, mas pelas táticas propostas por uma e outra comunidade discursiva, conforme tivemos a oportunidade de perceber nos subtítulos dedicados à militância marxista e ao aliancismo.

Cabe destacar que Brasil e Uruguai, nos anos 1935 e 1936, viviam contextos políticos diferentes, pois no Uruguai aprofundavam-se as críticas ao regime centralizador e autoritário de Gabriel Terra, o que dava mais força ao discurso antifascista, enquanto que no Brasil o governo de Vargas estava submetido à Constituição liberal de 1934 e eram os comunistas que se apresentavam à opinião pública como ameaça à estabilidade democrática, ensejando as medidas de exceção do governo federal.

Essa diferença favorecia os grupos marxistas uruguaios a manifestarem seus discursos antifascistas, a exemplo do que ocorreu em 23 e 24 de maio de 1936, quando 22 organizações partidárias e sindicais (entre eles os partidos comunista, socialista e o grupo Avanzar dos batllistas) reuniram-se na Plazoleta del Gaucho para manifestarem-se contra qualquer ato público do fascismo terminando sua manifestação com as seguintes palavras de ordem coincidentes com conceitos consagrados no discurso liberal (liberdade individual, Estado de Direito e Justiça social):

¡Pueblo! ¡Obreros! ¡Estudiantes! ¡Hombres y mujeres que tenéis una conciencia libre!
Pocas horas faltan para que las avanzadas de los bárbaros irrumpen en nuestras calles.
Aprestémonos virilmente para la lucha. A sus alardes de esclavitud moral y física,
opongámosles la fuerza de la libertad, del derecho y de la justicia social.³⁹⁹

A duplicidade do discurso aliancista dos comunistas brasileiros, como já foi demonstrado, não poderia ser mantida de maneira explícita pelos comunistas uruguaios, que estavam inseridos em contexto nacional bastante diverso e tinham organização partidária legal. Portanto a adoção do discurso aliancista apresentava-se como boa estratégia de ação política, conforme ocorreu acentuadamente em 1936, quando as orientações do VII Congresso da Internacional Comunista já haviam sido amplamente difundidas e já se sabia dos efeitos adversos da tentativa de Revolução Comunista Brasileira.

Neste ano, o PCU reuniu seus militantes no Teatro Stella D'Italia, entre os dias 16 e 17 de Junho, com o propósito de discutir a formação de uma *Frente Popular*. O jornal oficial do partido, *Justicia*, publicou um encarte com o discurso de Eugenio Gómez e algumas fotos do evento, onde se percebe o grande dimensionamento que se deu ao chefe do PCU e suas palavras de ordem (tendência personalista comum nos PCs), bem como o estreito vínculo que se pretendeu dar entre as orientações táticas do PCU e o contexto internacional: duas grandes fachas que cobriam a lateral do teatro destacavam os nomes de Prestes e Dimitrov e quando a

³⁹⁹ Jornal *Justicia*, Montevideú, 24-05-1936, p. 1.

mesa anunciou que Gómez ocuparia a tribuna, as manifestações de aplausos e ovações intercalaram-se com os gritos de “viva a Internacional Comunista! Viva o Comitê Central do PCU! Viva o camarada Gómez! E toda a conferência entoou o hino da Internacional...”⁴⁰⁰

O discurso de Gómez, quando comparado aquele encontrado nas páginas do jornal comunista brasileiro *A Classe Operária*, era mais comedido, amparado por dados estatísticos e explorava racionalmente fatos políticos de conhecimento geral da população. Assim, denunciava o comprometimento do judiciário e do parlamento com os interesses do governo, deixando de julgar, legislar ou controlar diante das intervenções autoritárias do governo de Gabriel Terra.⁴⁰¹ Utilizando dados econômicos, Gómez demonstrava a exploração da mão de obra, a pobreza alimentar imposta à população, os acordos com empresas estrangeiras desfavoráveis ao aumento da renda do país e os efeitos da repressão aos sindicatos.

Os alvos do discurso, no qual Gómez era o enunciador autorizado, eram as empresas estrangeiras e seus monopólios; a estrutura latifundiária e pecuarista do país e o governo autoritário de Gabriel Terra e Luis de Herrera (“governo de traição nacional”, segundo suas palavras).⁴⁰² A denúncia dos efeitos negativos causados por esses inimigos delineava os contornos democrático, pluralista e distributivo do discurso comunista uruguaio. Entretanto, o próprio Gómez lembrou que a plataforma mínima a ser defendida pelo PCU, na união das forças opositoras e proposta um ano antes, não fora bem aceita por estar muito próxima dos conceitos centrais do marxismo-leninismo e da tática defendida pela Internacional Comunista.

Rigorosamente, pouca diferença havia entre o que os comunistas uruguaio propunham em 1935 e o que propunha a plataforma da ANL brasileira, extinta na mesma época: formação de um “governo popular democrático” (ausentes os termos revolucionário e nacional da ANL) que “obligara a las empresas imperialistas a respetar las leyes del país, especialmente el derecho de organización, legislación social, etc. y la confiscación de las empresas que no procedieran así”; proibição dos monopólios; agravamento dos impostos das empresas estrangeiras; distribuição de terras e demais meios de produção aos camponeses; confiscação dos latifúndios reacionários; moratória das dívidas públicas por no mínimo cinco anos; suspensão de todas as leis restritivas das liberdades e da ação sindical; ampla legislação social, trabalhista e

⁴⁰⁰ PARTIDO COMUNISTA DO URUGUAI, *Por un Uruguay libre y feliz* – FRENTE POPULAR. Montevideu: Tipografia Pagano, 1936 (encarte do jornal *Justicia*), p. 1.

⁴⁰¹ Escândalos administrativos na empresa ANCAP foram abafados; a libertação de presos já julgados e absolvidos pela justiça deixaram de ocorrer por motivos políticos (o caso de Pasayero); a oposição não conseguia convocar ministros para prestarem esclarecimentos e nem constituir comissões parlamentares de investigação de escândalos e a censura impedia a livre manifestação da opinião pública.

⁴⁰² Entre outros variados argumentos numéricos, segundo os dados oferecidos por Gómez, \$ 1.000,00 pesos de propriedade rural implicava em \$ 4,00 pesos de imposto, enquanto o valor de \$ 1.000,00 pesos em açúcar implicava \$ 800,00 pesos de imposto e por mil pesos de leite, noventa de impostos.

previdenciária; supressão dos impostos sobre os artigos de primeira necessidade; julgamento por tribunal popular das autoridades responsáveis pelas mortes de Brum (que se suicidou), Grauert e Sanguinetti, bem como pelas torturas e prisões arbitrárias.

Não se pode imaginar que os demais partidos opositores, que tinham cerca de 40% do eleitorado nacional, fossem se curvar a um programa de governo popular tão agressivo aos interesses dos setores econômicos do Uruguai, tudo por conta do apoio dos comunistas que não tinham mais que 3% de respaldo comprovado nas urnas. O realismo político acabou falando mais alto, de tal maneira que, em junho de 1936, o discurso de Gómez acenava para as oposições que o PCU aceitaria a Frente Popular apenas pela defesa das liberdades democráticas, nelas incluídas a liberdade de associação, greve e protesto⁴⁰³.

Essa postura mostrava-se mais coerente com os argumentos que o PCU utilizava para superar as críticas mais comuns que recebia dos adversários da Frente Popular: não eram uma ameaça aos partidos com a criação de um novo partido sem rosto, não pretendiam sublevar os sindicatos em greves políticas, não pretendiam atingir a ditadura do proletariado, não eram um engodo para despistar o caráter internacionalista do partido, mas tratava-se de defender a democracia liberal, lutar contra o avanço do fascismo, ganhar terreno nas conquistas sociais e trabalhistas e pôr fim imediato ao governo de Terra e de seus instrumentos antidemocráticos.

Contudo, como já foi destacado nesta tese, o governo de Baldomir e sua Lei de Lemas de 1939 pôs fim a todas as iniciativas de construção de frentes capazes de unir as forças oposicionistas ao governo central do Uruguai. Impedidos de somar votos com outras legendas dos partidos tradicionais; impossibilitados de mobilizar setores sociais em benefício de programa ou candidato comum das oposições e tendo sua plataforma antifascista esvaziada pelo contexto internacional (união entre nazistas e soviéticos) os marxistas uruguaios afastaram-se da estratégia aliancista e focaram seus discursos sobre participação política, nos primeiros anos de 1940, na necessidade de união nacional contra o fascismo em nível externo e contra o herrerismo em nível interno, conforme veremos no próximo subtítulo.

4. Transição liberal ao final dos governos de Terra e Vargas

O período de transição ao fim dos governos centralizadores de Vargas e Terra tiveram contornos distintos, embora tenham chegado a resultados finais bem semelhantes. Não apenas pela diferença de tempo de permanência dos dois chefes políticos no governo (sete anos no Uruguai e quinze anos no Brasil), mas pela forma com que o sistema de partidos sucumbiu

⁴⁰³ *Idem*, p. 20-22.

aos pés do Estado Novo e a forma com que resistiu e retornou aos seus parâmetros tradicionais no Uruguai.

Entretanto, não é certo afirmar que o fim do governo de Gabriel Terra significou o imediato retorno do sistema partidário e eleitoral, centrado em dois grandes lemas e complementado por pequenos partidos dissidentes ou de inspiração marxista. O governo de Baldomir semeou os elementos jurídicos da reforma eleitoral e constitucional, assim como alimentou o desgaste político dos herreristas – os maiores defensores dos esquemas terristas, mas é necessário reconhecer que a plena vigência dos conceitos centrais do discurso partidário-eleitoral da oposição liberal a Gabriel Terra só se tornou fato político depois do golpe de 1942.

Se considerarmos que também no Brasil a amplitude do discurso partidário-eleitoral com base no liberalismo político sentiu-se a partir de 1942, culminando no fim do ano de 1945, perceberemos que ambos os movimentos de transição e retorno às práticas partidárias e eleitorais, filiadas ao liberalismo político, foram contemporâneos com um breve lapso de três anos (1942-1945).

Vale ressaltar que os diferentes percursos dos opositores, de um e outro contexto nacional, não impediram a grande convergência entre os discursos liberais ao final do processo de distensão dos governos centralizadores e autoritários: a defesa e a implantação de políticas de bem-estar social, a legislação avançada no âmbito do direito trabalhista e a vigência de um contexto político-eleitoral pluralista e com baixo nível de ameaças às instituições.

É simplista explicar essa convergência unicamente como resultado da II Guerra Mundial. Os enunciadores do discurso partidário-eleitoral, nos dois países, tiveram de enfrentar e superar o descrédito coletivo nessa modalidade de participação política; sofreram e resistiram aos instrumentos repressivos ou de monopolização do poder das facções situacionistas e contornaram os discursos revolucionários. Entretanto, em um país e noutro, ficou nítido que a luta partidária e eleitoral girou em torno das ações políticas do Estado e frente ao Estado, de tal maneira que foi o Estado quem desempenhou um largo papel social e delimitou os espaços das mobilizações sociais como seu protagonista. Portanto, é perfeitamente aceitável a afirmação de que os discursos de participação política partidário-eleitoral favoreceram as identificações políticas dos sujeitos em relação ao Estado, antes mesmo das identificações dos sujeitos com as organizações partidárias.⁴⁰⁴

Essa predominância comum do Estado na definição dos sujeitos e do conceito de participação política ocorreu de maneira diferente nos dois países, embora acarretasse algumas

⁴⁰⁴ DE RIZ, Liliana, Política y partidos, ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay, In *Desarrollo económico*, v. 25, n. 100, CONICET, Argentina, 1986, p. 7-9.

características comuns ao grupo de partidos liberais de um e outro país: o caráter policlassista a despeito das ideologias afirmadas nos programas; uma débil estruturação organizacional; tendências ao fracionamento e ao multipartidarismo. A distinção mais significativa foi que, no Brasil, os partidos políticos de feição liberal não facilitaram uma cultura política em que os competidores encontrassem “seu lugar” na arena política nacional, com plena aceitação das regras do jogo democrático em função dos conflitos. A tendência foi exatamente em sentido oposto: atribuir aos partidos políticos o prejuízo da pluralidade de opiniões e interesses (sobretudo os regionais) em detrimento do progresso e bem-estar nacional.

Entre 1938 e 1942, no Uruguai, os partidos minoritários dissidentes dos antigos lemas ou aqueles que jamais haviam estado sob a bandeira colorada ou blanca tiveram grande dificuldade de articular um discurso que continuasse sendo partidário-eleitoral, sem que isso implicasse submissão aos esquemas jurídicos que impediam as minorias de somarem votos ou ampliar sua representação no Congresso. Nesse sentido, não bastava combater a legislação arbitrária do governo Terra, havia a necessidade de estancar o movimento centralizador e autoritário, retomando as bases da participação política partidário-eleitoral anterior ao ano de 1933.

Essa necessidade dos liberais uruguaios era plenamente convergente com aquelas sentidas pelos liberais brasileiros, diante da perspectiva do golpe de novembro de 1937, resultando em artigos jornalísticos na imprensa de Montevideu com severo ajuizamento do governo de Vargas, tal como se percebe nesse editorial escrito por exilados brasileiros no jornal nacionalista independente, *El Pais*:

Todo el mundo sabe lo que fue el primero estado de guerra impuesto al Brasil por el gobierno impopular de Getulio Vargas, a consecuencia del movimiento de noviembre de 1935. Más de 20.000 presos de ambos sexos y de todas las nacionalidades. Navíos presidios, trabajos forzados en islas y destierros lejanos. Incomunicaciones rigurosas, vejámenes y torturas físicas indescriptibles. Muertes por falta de asistencia médica. Tribunales de excepción, (...) juicios sin la presencia de los acusados, a quienes se niegan los más elementares medios de defensa. (...) Por lo que fue lo anterior estado de guerra, se puede imaginar lo que será el actual. Basta contemplar el trabajo forzado a que están sujetos los dirigentes universitarios, bajo el pretexto de reeducación cívica. Al sin número de ciudadanos que buscan asilo en las embajadas y en territorio extranjero. La deposición y la coacción de gobernadores, las incursiones de la policía brasileña en territorio uruguayo, atentando a la soberanía de un pueblo amigo, para la prisión de antifascistas.⁴⁰⁵

⁴⁰⁵ Jornal *El Pais*, Montevideu, 08-11-1937, editorial assinado por: Carlos da Costa Leite, Pedro Mota Lima, José Gay da Cunha, Carlos Otaviano de Paula, João Barbosa Melo, Américo Dias Leite e Beatriz Bandeira.

O embaixador brasileiro em Montevideu destacou que somente os jornais situacionistas aceitaram publicar a nota oficial da diplomacia brasileira, enquanto os jornais oposicionistas como *El País* e *El Dia* aproveitaram a situação brasileira para criticar o governo de Terra, “revelando, assim, temor que sejam tomados no Uruguai iguais medidas acauteladoras da ordem político-social causada pela propaganda política comunista e pelo desacerto dos políticos profissionais em todos os ramos da administração pública.” Mais à frente, definiu esse posicionamento como consequência da imprensa ser obediente aos chefes de partido, combatendo somente o que lhes podia ser prejudicial.⁴⁰⁶

A preocupação dos partidos oposicionistas tinha sua razão de ser. A base aliada do governo estava em pedaços com os conflitos internos entre os candidatos colorados à Presidência da República. Caso a disputa ameaçasse a hegemonia colorada à frente do Estado uruguaio, a solução extrema seria mais um golpe sobre as instituições partidárias-eleitorais, visando provocar as alterações constitucionais que manteriam Gabriel Terra no governo, até se conseguir uma solução conciliadora. Essa percepção também era compartilhada pelos colorados terristas que no seu jornal *El Pueblo*, publicaram um enfático apelo de união do partido, destacando que se ela não ocorresse Gabriel Terra teria de realizar “mais um sacrifício pessoal”, permanecendo no governo:

Jamás nuestro partido podrá ser sacrificado en su unidad a la ambición de nadie. Jamás, interés personal alguno, sea quien fuera el ciudadano que lo aliente, podrá poner en riesgo la unión de nuestras fuerzas. En el Partido Colorado nadie divide nin dividirá para reinar. Antes que el triunfo de cual o tal candidato, antes que la obcecación suicida y anarquizante de ninguna tendencia interna, está el sagrado deber de salvación partidaria .⁴⁰⁷

Entretanto, o Uruguai não seguiu o rastro totalitário do Estado Novo nem viu seu sistema de partidos entrar em colapso, mas testemunhou a acomodação das frações em disputa. Baldomir necessitava marcar seu discurso na arena política de forma diferenciada do seu opositor, Blanco Acevedo, que dispunha do apoio da maior parte da cúpula colorada terrista e, para tanto, procurou mostrar a necessidade de reavaliar a base jurídica do *regime de março* (do qual fora um dos mentores e fiel defensor) contrapondo-se aos seus correligionários colorados que faziam apologia da *Revolução Democrática* de 1933. No entanto, essa diferenciação deveria ocorrer de uma forma que não criasse mais um sublema dentro do lema colorado, considerando a oposição que poderia fazer alianças oportunas e fortalecer-se.

⁴⁰⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Delegações Brasileiras, Montevideu, ofícios, tomo 33-3-8, ofício nº 226 de 12 de novembro de 1937.

⁴⁰⁷ Jornal *El Pueblo*, Montevideu, 16-12-1937.

Independente da crescente manifestação das oposições de cunho liberal, como se teve a oportunidade de ver por ocasião da passeata de julho de 1938 e do Congresso das Democracias da América em 1939, Baldomir favoreceu a cristalização das regras eleitorais que beneficiavam os dois grandes lemas tradicionais e impediam a formação das frentes populares; promoveu a decomposição das forças que sustentavam o governo de Gabriel Terra e as substituiu pela aproximação entre os colorados baldomiristas e batllistas, criando um “governo de partido”, em prejuízo dos blancos herreristas que foram alijados do poder.

Evidente que medidas dessa envergadura suscitaram resistência daqueles que perdiam terreno político com o desmanche do esquema mantenedor do regime terrista. Além do debate parlamentar e dos protestos nos jornais engajados, um velho artifício da política uruguaia foi utilizado, possivelmente pelos herreristas: difundir na opinião pública o perigo de um levante revolucionário para depor o governo do país. Tais boatos generalizaram-se no mês de março de 1939, ao que o Presidente Baldomir respondeu em nota jornalística que se tratava de boato com finalidade política, desprovido de causa ou bandeira, sem apoio nas forças armadas e sem repercussão popular, mas que se alguém efetivamente tentasse colocar em risco a ordem social e econômica do país, contrariando a Lei vigente, teria tratamento enérgico pois “la República puede vivir sin temores, que nadie sera capaz de alterar el orden y hasta el final de su mandato el Poder Ejecutivo sabrá cumplir con su deber.”⁴⁰⁸

O discurso pela flexibilização dos artifícios eleitorais e constitucionais que alijavam as minorias do governo era apenas parte da abertura política de Baldomir. Seu governo conseguiu garantir os direitos de reunião, sindicalização, associação e livre expressão das organizações liberais e marxistas opositoras, como reconheceu publicamente o jornal comunista *Justicia*,⁴⁰⁹ além de uma política condescendente com os sindicatos que progrediram em sua organização e no êxito das reivindicações salariais⁴¹⁰. Aproveitando o saldo positivo do balanço de pagamentos e a necessidade de aumentar a capacidade de consumo do mercado interno, o governo de Baldomir implantou políticas públicas de alcance social como a extensão do regime de aposentadoria a todos os funcionários públicos (1940); definiu o sistema de indenizações aos acidentes de trabalho e doenças laborais (1941) e deu os primeiros passos no sentido de criar os Conselhos de Trabalho que eram grupos constituídos por três representantes

⁴⁰⁸ Jornal *La Mañana*, Montevideú, 14-03-1939.

⁴⁰⁹ Jornal *Justicia*, Montevideú, 09-09-1939.

⁴¹⁰ Jornal *Justicia*, Montevideú, 03-11-1939.

do governo, dois da classe patronal e dois dos trabalhadores para mediar conflitos de interesses, prática que foi regulada em 1943.⁴¹¹

Enquanto as lideranças políticas uruguaias encontravam esse caminho na direção do Estado de bem-estar social, bem como para a transição liberal que pôs fim aos dispositivos centralizadores e autoritários do regime terrista; no Brasil, a oposição liberal teve de superar a truculência do regime estado-novista, utilizando outros recursos como, por exemplo, o de explorar ao máximo o contexto internacional, bem como o distanciamento entre Vargas e a elite militar, para conseguir o retorno da forma de participação política partidário-eleitoral.

Em 1942 iniciaram-se as passeatas anti-totalitárias de estudantes, que serviu de embrião à reação liberal que veio a seguir, embora o movimento ainda estivesse associado aos acontecimentos internacionais. Em julho de 1943, com o VI Congresso da UNE e a atuação da Sociedade dos Amigos da América, o regime político brasileiro começou a sentir maior resistência que teve seu momento crítico, neste ano, com o *Manifesto dos mineiros*, em outubro de 1943.

O *Manifesto ao Povo Mineiro*, que teve uma tiragem de cerca de cinquenta mil exemplares, foi distribuído clandestinamente e causou a perda do emprego e o afastamento de cargos públicos de alguns de seus signatários, entre os quais havia importantes representantes do sistema partidário-eleitoral decaído, como Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Artur Bernardes e Afonso Arinos de Melo Franco. A introdução do manifesto mostra seus limites: combate as paixões, faz um apelo à serenidade e lucidez dos mineiros e alerta não ser um documento subversivo com pretensões de inquietação da ordem pública. A seguir, evoca valores morais, espirituais e históricos do povo mineiro, tradicionalmente ligado à política e à vida pública. O intensidade da crítica ao Estado Novo vai crescendo ao longo do texto, quando os enunciadores mencionam o conhecimento histórico para demonstrar que são falsas “as vantagens da centralização administrativa e do governo monocrático”, pois seus males são muito maiores, sobretudo sua fatal tendência à usurpação da soberania”.

O texto do manifesto, de maneira empírica, remete para a discussão sobre as bases da liberdade política, em especial sobre a liberdade de expressão, tomando-a como a própria essência da política e da condição de cidadania. A lógica deste raciocínio destaca que o debate só ocorre na presença de outros e torna possível a contestação, a adesão ou o comentário acerca dos atos de poder, conferindo-lhes ou não a legitimidade e a autoridade necessárias para representarem a vontade da comunidade na qual se realizam. Desse pressuposto, vem a coerência

⁴¹¹ FREGA; MANONNA; TROCHON, *op cit*, p. 87.

da reivindicação do retorno à vida pública e da livre expressão, como condições básicas da democracia. Mas há algo mais grave que os mineiros apontam em seu manifesto.

Além de denunciarem a natureza dos regimes autoritários como propensos a limitar a *opinião* e a *espontaneidade* do agir, alertaram que tais regimes pregavam o sacrifício da liberdade e da experiência política como condição prévia, imposta pelo Estado, para atender as necessidades básicas da vida. O cidadão, enquanto ator político, fora alienado pela ameaça do caos econômico e da fraude partidário-eleitoral, mas tal alienação não era coisa natural e irreversível, visto que outros países conseguiram a mesma prosperidade material alcançada pelo Estado Novo, “sem o sacrifício dos direitos cívicos, o que demonstra não serem peculiares [os avanços econômicos] às formas autoritárias de governo.” Igualmente, alertaram que não desejavam retornar à fraude partidário-eleitoral anterior a 1930, mas retomar alguns princípios essenciais do processo depurador da política brasileira, como o combate à “hipertrofia do Poder Executivo, manifestação atávica do poder pessoal”, acrescentando:

Claro é que, recusando-nos a volver ao passado, impossível nos seria aceitar como definitiva qualquer ordem política na qual, para evitar a defraudação de sufrágios, se fechassem as urnas; para prevenir o estado de sítio ilegal se fizesse legal a sua perpetuidade e, por derradeiro, para obstar à hipertrofia do Poder Executivo, fosse este transformado em poder constitucional realmente único. Não é bastante que figurem em diplomas constitucionais franquias e direitos dos cidadãos. O essencial é que sejam assegurados e que possam ser exercidos.

Fazendo o cruzamento entre as palavras da elite liberal mineira e as palavras de Getúlio Vargas no seu discurso da noite de 10 de novembro de 1937, encontramos o diálogo entre o discurso autoritário do Presidente com aqueles conceitos centrais destacados pelos mineiros, cinco anos depois. No discurso inaugural do Estado Novo o Presidente enfatizava:

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira. (...) Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.⁴¹²

Devolvendo a palavra aos liberais, quem nos fala agora é José Américo, na entrevista que concedeu ao jornal *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro de 1945. O candidato à Presidente da República, sabotado pelos golpistas de 1937, argumentou a inviabilidade de

⁴¹² Revista *Cultura Política*, nº 4, novembro de 1942, em alusão ao quinto aniversário do Estado Novo. Interessante notar que essa revista que oferecia espaço aos apologistas do regime tenha escolhido relembrar os argumentos de Vargas, justamente naquele ano em que se iniciava a resistência liberal nos bastidores políticos e as manifestações anti-totalitárias dos estudantes.

Getúlio Vargas candidatar-se para suceder a si mesmo, tendo em vista a “falta de apoio do mundo político, por ter se tornado suspeito perante a opinião democrática e devido ao seu insucesso na obra administrativa”. O último argumento pretendia denunciar a barganha conduzida pelos estados totalitários, já mencionada anteriormente, que é a de substituir as liberdades políticas pela ação previdente e capaz do Estado monolítico. Valendo-se de evidências empíricas disponíveis aos leitores daquele jornal, José Américo afirma que as filas para obtenção de gêneros de primeira necessidade, a carestia da vida, a inflação, a insuficiência do setor primário da economia e o colapso do sistema de transporte não eram consequência única do esforço de guerra, mas resultado da interferência indevida do Estado e da imprevidência da administração pública. Faltava golpear o maior trunfo dos defensores do Estado Novo – a legislação trabalhista, conforme expôs:

Ela avança no papel, mas não alcança os benefícios apregoados. Está atrofiada pela burocracia e deformada pela propaganda. Desvirtuou-se pelo desvio da aplicação dos recursos acumulados pela contribuição compulsória de empregados e patrões. Falta-lhe um cunho mais prático de assistência social, pois as pensões mesquinhas que não dão para viver são ainda retardadas por um processo moroso e dispendioso. Recolhi, neste particular, os depoimentos mais imparciais de chefes das indústrias e médicos das fábricas que em contato com essa realidade reconhecem a precariedade da assistência oficial que se tornou, assim, inoperante. Essa política do trabalho infelizmente serviu menos aos interesses a que devia aplicar-se do que às paradas do regime com rigorosas sanções aos faltosos.⁴¹³

A pressão das forças de oposição impuseram a Getúlio Vargas um recuo e sua decisão de solicitar ao seu corpo de ministros que redigissem um parecer sobre a alteração constitucional. O estudo foi feito e entregue ao Presidente com as seguintes recomendações: não fosse realizado o plebiscito previsto na Constituição de 1937 (art 187) para não enfraquecer o governo; que fossem convocadas eleições por meio de Lei Constitucional, uma vez que o Presidente encerrava, naquele momento, os poderes executivo e legislativo (art 180); que o próximo Presidente da República fosse eleito rapidamente e por alistamento eleitoral sumário visando não enfraquecer o Brasil nas negociações internacionais pós-guerra e a não convocação da Assembléia Nacional Constituinte para nova Constituição, mas mudar a de 1937 por meio de Leis Constitucionais.⁴¹⁴

Em 2 de março de 1945, o Presidente convocou a imprensa para um entrevista coletiva no Palácio Rio Negro (Petrópolis) para anunciar a reforma constitucional, mas antes apressou-se em justificar a necessidade histórica da Constituição de 1937 “contra a marcha do fascismo” que ameaçava “o liberalismo incapaz de se defender”, contra a ascendência da Ação Integralista

⁴¹³ DE ALMEIDA, José Américo. *A palavra e o tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 321.

⁴¹⁴ Revista *Cultura Política*, v. nº 50, 1945, Rio de Janeiro, p. 627-639.

financiada e apoiada pelo Eixo e contra o insurgimento de “colônias estrangeiras” que se tornaram “verdadeiros quistos”, fazendo com que o Brasil se tornasse “presa cobiçada e fácil ao imperialismo totalitário”. Valendo-se da mesma retórica de inverter o sentido dos acontecimentos, Vargas acrescentou:

As classes armadas, sentinelas da unidade e da segurança da pátria em todos os momentos graves da nossa vida política, sentiam mais de perto a necessidade de agir e compreenderam que não era mais possível contemporizar. De acordo com elas, com seu apoio firme e patriótico, tomamos, nessa emergência difícil, a decisão nacional de 10 de novembro de 1937. As manifestações de solidariedade do povo brasileiro evidenciaram seu acerto e oportunidade. Foi realmente uma grande solução.⁴¹⁵

As forças armadas foram as fiadoras do Estado Novo. Ele não ruiu sem que os militares dessem seu aval. Em Dezembro de 1944 buscava-se um candidato militar para fazer frente ao governo e Juarez Távora e Virgílio de Melo Franco articularam a candidatura de Eduardo Gomes e, em abril do ano seguinte, fundou-se a União Democrática Nacional (UDN), partido para onde convergiu a maior parte de oposição. À medida que os liberais ganhavam terreno, Vargas manobrava para ser o artífice da redemocratização e para ser o orientador dos acontecimentos, provocando a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, que foi a primeira grande medida oficial de abertura do regime, com a previsão das eleições presidenciais e legislativas, além da abertura da imprensa.

Como havia um militar à frente da campanha liberal oposicionista, teria de haver outro à frente do partido situacionista (Partido Social Democrático - PSD), que vinha sendo engendrado desde fins de 1944 pelas ações dos interventores de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. O nome escolhido para candidato foi o do Ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, lançado oficialmente a 13 de março de 1945, em São Paulo. Em 28 de maio veio o Decreto Lei nº 7.586, que definia as linhas gerais das próximas eleições⁴¹⁶: os partidos necessitavam de no mínimo dez mil assinaturas para obterem os registros; voto secreto e obrigatório; sufrágio universal; noventa dias para a desincompatibilização; eleições presidenciais e parlamentares definidas para 2 de dezembro de 1945 e as estaduais para 6 de maio de 1946.⁴¹⁷

⁴¹⁵ Revista *Cultura Política*, nº 50, 1945, Rio de Janeiro, p. 660.

⁴¹⁶ Tratava-se do início do processo legislativo que regularia a participação partidária eleitoral com onze decretos-leis até 07 de janeiro de 1946 e quatro leis constitucionais, que regularam, entre outras coisas: formas de alistamento eleitoral, validade de títulos eleitorais expedidos em 1932, extensão do voto aos militares que participaram da Guerra Mundial, sobre os poderes da Assembléia Constituinte e do Presidente da República, etc. Diferente das constituições de 1824 e 1891, bem como da Constituição de 1934 que somente lembrou dos Partidos Políticos para destacar a punição de funcionários públicos que os beneficiassem, a Constituição de 1946 (art 119, I) foi a primeira a coloca-los na centralidade do sistema político. Ver mais em RABELLO FILHO, Benjamin A. *Partidos políticos no Brasil*. Doutrina e legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 93-99.

⁴¹⁷ A comissão de juriconsultos responsável pela Lei Eleitoral incluiu os juristas Ministro José Linhares, Desembargador Vicente Piragibe, Prof. Hahnemann Guimarães, o Desembargador Antônio Carlos Lafayette de

Devemos questionar qual era o conteúdo dos discursos dos principais partidos políticos neste momento histórico de retorno da participação política partidário-eleitoral, mais especificamente como definiam a participação política. O PSD⁴¹⁸, no programa difundido em 1945, definiu o sujeito eleitor de maneira compulsória, ou seja, todo homem ou mulher no gozo dos seus direitos políticos eram obrigados a votar, tendo por base o sufrágio universal, secreto e direto. O sistema de partidos respeitaria a pluralidade e a representação seria proporcional, fiscalizada por justiça eleitoral autônoma. Quando pretenderam definir “as práticas democráticas” destacaram o papel da educação do povo, visando a construção da consciência democrática – que além de regime de governo deveria ser “uma concepção de uma forma de vida” – e a vigilância constitucional, tudo circunscrito por “hábitos de serenidade e elevação nas campanhas e debates políticos”. No tópico destinado à igualdade social e à questão do trabalho apontaram para a igualdade de direitos de homens e mulheres “em todos os domínios”, bem como reafirmaram todos os avanços legais da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentando a igualdade de condições para o trabalho urbano e rural, manual ou intelectual, sem qualquer distinção de raça, sexo ou estado civil, além do direito à greve “quando [os trabalhadores] não puderem, por outros meios, defender seus direitos”.

O discurso que associava a participação política ao sistema partidário-eleitoral, sob a perspectiva liberal, tornou-se de tal maneira predominante, que praticamente todos os partidos políticos homogeneizaram-se em torno de algumas premissas básicas: voto secreto, obrigatório e universal; justiça eleitoral autônoma; pluralidade partidária; defesa das liberdades democráticas (expressão, reunião e associação) e maior ascendência do parlamento diante do Poder Executivo. Contudo, o que verdadeiramente diferenciava as agremiações partidárias era o nível de coerência que conseguiam manter entre o discurso e a prática política.

O PSD, por exemplo, esteve entre os partidos que mais aprofundaram o distanciamento entre palavra e ação. A propalada defesa dos direitos democráticos era freqüentemente limitada por restrições de ordem conservadora: liberdade sindical e direito à greve sim, desde que não dificultassem “a paz, a ordem e o progresso social”, sem esquecer que ex-interventores, ex-ministros e funcionários públicos do Estado Novo, recrutados às pressas junto ao novo partido do governo, passaram a discursar em favor da “democracia como estilo de

Andrada e José de Miranda Valverde, que previram o voto obrigatório, universal e secreto, com o critério proporcional para a Câmara de Deputados e Assembléias Legislativas Estaduais e pelo princípio majoritário para o Presidente da República e governadores dos estados. Somente poderia ser candidato o cidadão (brasileiro nato maior de 21 anos) que fosse indicado por partido ou união de partidos, ou, ainda, por duzentos eleitores (candidato avulso). Deliberou-se que valeria a ordem dos candidatos mais votados e não lista imposta pelos partidos. A apuração seria feita pelas Juntas Eleitorais supervisionadas pelos Tribunais Regionais (não se estabeleceu Tribunal Eleitoral, mas empregou-se os tribunais já existentes). Revista *Cultura Política*, nº 50, 1945, Rio de Janeiro, p. 667-674

vida a ser defendido constantemente por todos os cidadãos”. Além disso, a defesa da pluralidade partidária e da atuação parlamentar foram princípios desrespeitados por ocasião da forte mobilização do PSD para a extinção do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a posterior cassação dos mandatos parlamentares dos deputados comunistas por razões circunstanciais e manobras de bastidores.

O PCB, por sua vez, depois da campanha contra a falsa linha oportunista dos militantes que haviam sobrevivido à repressão de 1936 e 1937, adotou discurso sintetizado no programa “União Nacional para a Democracia e o Progresso” de maio de 1945, no manifesto de setembro de 1945 e no Programa de outubro deste ano⁴¹⁹. No primeiro, publicado no periódico *O Jornal*, de 18 de maio de 1945, justifica que o PCB “antes da guerra lutava contra a democracia burguesa aliada aos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista.” Outra era a realidade depois da Guerra: a democracia burguesa voltava-se para as questões centrais do operariado e havia a possibilidade de união entre as classes “operária e a parte democrata e progressista da burguesia”, bem como entre partidos políticos, organizações sindicais, operárias e patronais com o governo empenhado na luta contra a inflação. Defendia o restabelecimento da confiança na classe política, pois os politiquinhos demagogos não teriam vez e somente sobreviveriam os “políticos que acreditassem no povo”. A atuação parlamentar era defendida com fervor, pois através dela ocorreria a reforma agrária, a liberdade sindical e as garantias democráticas.

Nem mesmo o Partido Comunista do Uruguai, que - mesmo durante os anos de forte atuação da IC – manteve-se fiel à democracia representativa, foi tão longe na enunciação de um discurso conciliador e aferrado aos instrumentos da participação política partidária e eleitoral. O manifesto de setembro de 1945 e o programa de outubro, trouxeram elementos do discurso marxista para enfatizar propostas ultra-nacionalistas, paternalistas, legalistas e distributivas. Logo nas primeiras linhas há a definição do partido: pertence à classe operária mas não composto exclusivamente de trabalhadores (abertura aos intelectuais e burgueses), e tinha o propósito de defender “a completa emancipação econômica, política e social do Brasil”. Nas linhas seguintes encontramos a defesa da conciliação entre as nações; da entrega gratuita de “terras abandonadas” à massa camponesa; da plena vigência das liberdades públicas e de uma Constituição liberal; proteção à mulher, à infância e à velhice; defesa da família e de um “governo genuinamente popular, cuja norma de ação seja realizar um programa mínimo de união nacional”.

⁴¹⁸ Programa do Partido Social Democrático, 1945, em CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e prática de seus programas*. 2 ed. Brasília: UNB, 1985, p. 411-434.

Foi no programa de outubro de 1945 que o discurso conciliador e evasivo dos conceitos fundamentais do leninismo-marxismo atingiu seu ápice: a proposta de divisão de terras não cultivadas, próximas às cidades, aos camponeses, seria de “competência exclusiva do poder legislativo”, na forma da Lei, “não cabendo ao Partido prefixar normas, o que seria antidemocrático”; posteriormente, colocou em lados opostos “uma pequena minoria de cidadãos, inimigos da ordem e da lei, do progresso e da democracia no Brasil” em oposição à grande maioria do povo brasileiro (que estaria unido em torno do governo de Vargas, como ficou explícito na campanha pela Constituição com Getúlio”, defendida pelo PCB). As últimas linhas do programa contradizem o PCB da década de 1920 e 1930, propondo uma organização completamente distinta:

(...) o desenvolvimento histórico para o socialismo pode realizar-se de forma pacífica, dentro da ordem e da lei. Claramente fixada essa idéia, o problema da socialização dos meios de produção, que, inegavelmente, é o objeto último dos comunistas, parecerá como uma solução legislativa pacífica. O modo, pois, de resolver tal problema, que aliás é remoto, pois o Brasil ainda se encontra na fase da economia colonial e feudal, caberá igualmente ao Poder Legislativo. (...) No programa do Partido Comunista do Brasil não se incluem os princípios filosóficos marxista-leninista, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo Partido fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a Unidade, a Democracia e o Progresso da nossa Pátria.⁴²⁰

A proposta de conciliação não foi suficiente. O anticomunismo ferrenho dos militares e dos políticos mais conservadores (PSD) veio à superfície tão logo o contexto internacional desfazia a imagem de unidade entre a URSS e os países capitalistas e ficava claro aos liberais qual era o conceito de democracia para o regime stalinista⁴²¹. Os comunistas, depois de conseguirem 15 cadeiras no parlamento e 10% do eleitorado para o candidato à Presidência da República, acabaram sendo surpreendidos pela fiscalização policial que encontrou na sede da Rua da Glória – Rio de Janeiro - vários exemplares de um estatuto que se opunha aquele pluralista e democrático “legalmente registrado por ocasião da legalização do partido e feito somente para cumprir uma formalidade do Tribunal Eleitoral”, conforme esclareceu Leôncio Basbaum alguns anos mais tarde⁴²².

⁴¹⁹ Programa do Partido Comunista Brasileiro, em CHACON, *op cit* p. 342-343.

⁴²⁰ *Idem*, p. 345-346.

⁴²¹ Em 1947 iniciou-se a crise do bloqueio soviético à Berlim ocidental, forçando medidas extremas como a “ponte aérea” ocidental. Neste mesmo ano, a Europa Oriental passou a ser palco de atuação do *Kominform* (Escritório de Informações dos Partidos Comunistas) que se assemelhava à internacional Comunista com a diferença de que seu propósito maior era manter a subordinação e a disciplina dos países submetidos à política externa da URSS. Em 1948, o Partido Comunista da Iugoslávia mostrou ao mundo como os russos respondiam à insubordinação de um PC.

⁴²² BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976, p. 202.

As demais correntes marxistas – União Democrática, Esquerda Democrática e Partido Socialista Brasileiro – os dois primeiros fundindo-se ao Partido Socialista mais tarde, não tiveram sucesso nas urnas e construíram o discurso sobre participação política praticamente igual aos dos partidos liberais: “regime representativo, de origem popular, através do sufrágio universal, direto, secreto e com representação proporcional”. Interessante notar que este grupo não acrescentou a obrigatoriedade do voto, como fez o PSD. Ademais, além da clara oposição a Getúlio Vargas, encontramos o mesmo apego às liberdades e garantias individuais, a defesa dos direitos de expressão e associação e a proposta de combate às diferenças sociais. O Partido Socialista Brasileiro, por exemplo, mostrou claramente a tendência geral que seguia o retorno do discurso partidário-eleitoral nos partidos marxistas: uma plataforma ampla e elástica capaz de atrair muitos segmentos sociais, propondo sua diferenciação (o socialismo), mas sem o sectarismo marxista-leninista e sim dentro do terreno capitalista até chegar o momento histórico oportuno para o fim das diferenças de classes.⁴²³

Quanto ao discurso udenista de participação política⁴²⁴, nele considera-se “realidade democrática” o exercício pleno das liberdades individuais e coletivas, “com um regime representativo consciente e legítimo, mediante voto universal, direto, secreto, reconhecido o direito de representação proporcional”. Para além do discurso formalizado na plataforma partidária, a UDN foi empurrada para uma situação particularmente difícil, sobretudo no segundo semestre de 1945. Se enfatizasse no seu discurso os aspectos democráticos da participação política partidária eleitoral, tendo por pressuposto a ideologia liberal, nada mais faria do que lembrar à opinião pública que o Presidente Ditador já assumira atitude crítica ao Estado Novo, acabara com a censura, concedera anistia aos presos políticos, abrira o sistema político com a previsão de eleições para Presidente e para o novo Congresso com prerrogativa de extinguir a Constituição do Estado Novo, admitira a pluralidade partidária e até apoiara a legalização do PCB.

Mas se o foco do discurso fosse a “democracia econômica”, tendo por base a estatização de certos setores da economia para o desenvolvimento nacional e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, estaria fazendo o plágio dos principais conceitos do discurso dos dois partidos políticos de iniciativa do Presidente – o PSD e o PTB. Restava reivindicar para si a prerrogativa de mobilizar as massas contra o regime tirano, necessitando apenas lembrar à opinião pública que a queda do Estado Novo e de seu ditador era a extensão natural da vitória de milhões de pessoas que sacrificaram suas vidas, em seis anos de guerra

⁴²³ Programas da União Democrática, Esquerda Democrática e Partido Socialista Brasileiro CHACON, *op cit*, p. 387-410.

⁴²⁴ Programa da União Democrática Nacional, em CHACON, *op cit*, p. 435-447.

global, contra o fascismo...Mas o que fazer se a mobilização das massas ocorria justamente por conta do ditador e de seus aliados *queremistas*, colocando em dúvida – a cada nova passeata – a representatividade da oposição liberal?

Não podendo contar com o apoio popular seguro e tendo o impacto do seu discurso liberal minimizado pela homogeneidade das propostas partidárias voltadas para o Estado de bem-estar social e para a plena vigência da participação política partidário-eleitoral, os udenistas acrescentaram à sua plataforma de 1945 a defesa do amplo acesso à justiça gratuita e rápida, bem como defenderam a unidade federal e a municipalidade como unidade básica da representação democrática.

Não é demasiado lembrar que a década de 1930 foi de intenso enfrentamento ideológico entre correntes antagônicas (a exemplo do liberalismo e marxismo, como observamos nesta tese) suscitando engajamentos revolucionários e militância político-partidária, com a consequente *politização* de amplos setores sociais. Contudo, como lembrou Otto Kirchheimer⁴²⁵, *politização* não significou o mesmo que *integração política*, a qual parte do pressuposto de que a sociedade “queira reconhecer sem reservas a plena participação política de todos os seus cidadãos”. Neste sentido, a década de 1930 é fundamental para compreender tanto o fracasso dos partidos classistas de massa quanto o fracasso dos partidos liberais de representação individual enquanto *partidos de integração*, sendo que ambos os fracassos condicionaram-se mutuamente pela exclusão recíproca a que se dedicaram.⁴²⁶

No Brasil, o retorno do sistema partidário-eleitoral no ano de 1945 exigia esse realinhamento tanto dos partidos liberais tradicionais quanto dos partidos classistas de mobilização massiva, impondo-lhes a transformação em partidos populares abrangentes (*catch-all-party*), renunciando ao fim de incorporação moral e espiritual das massas e dirigindo suas atenções para as necessidades imediatas do eleitorado, de tal maneira que o êxito eleitoral mais rápido sobrepujou o esforço de uma penetração ideológica mais profunda, assim como descartou a premissa de que o partido teria de representar interesses bem localizados na sociedade.

A *pausterização* ideológica e programática impeliu os partidos liberais opositoristas da década de 1930 ao apelo às forças armadas contra o ditador que estaria enganando as massas despolitizadas em oito anos de ditadura. O desfecho vitorioso da oposição liberal, enunciadora do discurso partidário-eleitoral, em 29 de outubro de 1945, demonstrou quanto os discursos sobre participação política haviam perdido suas principais referências e como eram incapazes de alterar, substantivamente, as bases do regime autoritário inaugurado em novembro de 1937. Os

⁴²⁵ KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In *Cuadernos de Ciencia Política*, Partidos políticos 3- tipos de partidos políticos. Montevideu, UROU, Instituto de Ciência Política, 1992, p. 41-58.

liberais opositoristas (concentrados na UDN) tiveram de escusar-se do apoio popular contra o Estado totalitário, valendo-se da arbitrariedade das baionetas; os criadores e beneficiários do Estado totalitário (reunidos no PTB e PSD) encontraram eco positivo junto aos setores mais numerosos da população e tornaram-se enunciadores do discurso democrático, mantendo intacto o estamento burocrático do regime supostamente derrocado; o mais contundente e radical partido classista de filiação ideológica marxista (PCB) deixou de enunciar alternativas à participação partidária eleitoral e tornou-se seu mais novo e decidido defensor.

⁴²⁶ *Idem*, p. 42.

PARTE II

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

1. A oposição revolucionária aos governos de Vargas e Terra

Se a participação política, na sua realização institucionalizada, encontra nos partidos a sua maior expressão, a forma revolucionária de agir destaca outras possibilidades do indivíduo interferir no transcurso dos acontecimentos, fazendo parte deles como ator social imediato. Essa possibilidade remete para o ativismo que busca seus efeitos na esfera de ação fora das regras compartilhadas e aceitas pelo convívio democrático. Não se trata aqui da *anomia* que resulta da fragilização dos laços sociais de solidariedade (Durkheim), ou da imposição de uma identidade criada para caracterizar a conduta divergente (Gilberto Velho), mas das possibilidades de ação que tem o ator político, a partir do momento em que não se enquadra completamente nos discursos que definem o seu lugar na estrutura social.

Destacamos que, nesta tese, o termo “revolucionário” não tem um sentido homogêneo e permanente, previamente formulado pelo analista, mas é resultado da construção discursiva do conceito de revolução. Essa construção do discurso revolucionário ocorre em um campo de luta onde cada grupo em conflito (comunidade discursiva) tenta formular e difundir uma certa compreensão específica do processo revolucionário, dos atributos desejáveis para seus atores e dos projetos que devem ser perseguidos. Como já foi discutido na introdução, o discurso e a ação política são interdependentes, de tal maneira que o *sujeito revolucionário* é resultado das múltiplas relações de poder que são tecidas em torno do indivíduo, classificando-o em categorias, designando-o por sua própria individualidade, impondo-lhe uma lei de verdade que deve reconhecer e que os outros devem reconhecer nele.

A título de sistematização, dividimos essa temática em dois tópicos que têm o propósito de analisar dois discursos proeminentes sobre *revolução*: no primeiro deles, destacamos os movimentos com fundamentação preponderantemente liberal, a exemplo do que ocorreu no Brasil em 1930 e 1932, ou no Uruguai em 1935. No segundo, dedicamos um espaço especial para refletir sobre as propostas revolucionárias anarquistas, socialistas e marxistas-leninistas, sobretudo nos acontecimentos de 1932 no Uruguai e em 1935 no Brasil.

A razão de também avaliar o conceito de revolução de forças políticas reacionárias é que, como lembrou François Furet,⁴²⁷ a palavra revolução foi amplamente incorporada pela retórica política nos países europeus ou sob influência européia, nas décadas de 1920 e 1930,

⁴²⁷ FURET, François. *O passado de uma ilusão*. Ensaio sobre a idéia comunista no século XX, São Paulo: Siciliano, 1995.

notoriamente após a experiência bolchevique de 1917, como argumento de ataque ou defesa, como lembrança ou projeto futuro, algo a ser buscado ou evitado... Bolchevismo e fascismo (duas grandes matrizes ideológicas dos anos 1920 e 1930) estiveram intrincados no confronto onde se propunha a conquista do poder absoluto sobre as ruínas do modelo liberal, alimentando estratégias de ação igualmente concebidas como revolucionárias, assim como eram entendidas como revolucionárias as medidas reformistas dos grupos inspirados no liberalismo contra a crescente organização política dos setores populares, antecipando-se às suas reivindicações.

Efetivamente, os socialistas, anarquistas ou marxista-leninista foram importantes enunciadores de discursos revolucionários que perpassaram organizações trabalhistas, estudantis, femininas e partidárias do Brasil e do Uruguai. Entretanto, a realização desses atores sociais - enquanto agentes revolucionários responsáveis pela mudança radical da sociedade - foi fortemente abalada pela estrutura asfixiante das ditaduras, pela intransigência doutrinária das organizações marxistas-leninistas e pelo fracasso das articulações com as instituições políticas tradicionais. A fraca participação das organizações marxistas no sistema eleitoral só destacou as suas imagens de facções com pouca representatividade, o que fez reforçar o radicalismo de alguns líderes na busca de novas alternativas de inserção e mobilização política.

Contraditoriamente, o discurso revolucionário e seu impacto na estrutura de poder só se realizou satisfatoriamente quando incorporado por grupos conservadores associados aos reformadores moderados. No Uruguai, revolução e golpe de estado foram conceitos que estiveram unidos na campanha alarmista dos jornais desde 1931 e, sobretudo, no ano de 1932. Dentre esses “focos subversivos”, o que menos exasperação provocava era o comunista – frequentemente tomado mais como núcleo de irradiação do comunismo soviético para o sul da América Latina do que agente eficaz de instabilidade interna no Uruguai⁴²⁸.

Reuniões de oficiais do exército com nítidas simpatias pelo fascismo com políticos riveristas e herreristas eram compreendidas pela imprensa como trama conspiratória bem mais consistente que as ameaças comunistas contra a estagnação do modelo político uruguaio e, muito especialmente, contra o reformismo batllista. Além deles, existia o movimento *neosaravista*, liderado por Nepumuceno Saravia, que chegou a ser preso em fevereiro de 1932 em virtude de uma possível conspiração montada junto à fronteira com o Brasil, sem esquecer da explícita campanha do Comitê Nacional de Vigilância Econômica e da Federação Rural pela quebra institucional e vigência da ditadura.

⁴²⁸ Teve especial relevância as denúncias dos diplomatas chilenos sobre o apoio que os comunistas uruguaios deram ao revolucionário socialista Ibáñez y Grove contra Juan Esteban Montero. Também é importante lembrar que em 1930 o Secretariado da III Internacional Comunista foi transferido da cidade de Buenos Aires para Montevidéu, juntamente com sua revista *La correspondencia sudamericana* – veículo divulgador das diretrizes táticas do movimento comunista internacional.

No Brasil, o golpe de 1930 foi amplamente defendido como *movimento revolucionário* pelos integrantes do complexo arranjo de interesses construídos em torno de Getúlio Vargas. Ainda que perpassado por vacilações, contradições e oportunismos, o 3 de outubro de 1930 foi difundido discursivamente como um marco na história política brasileira que demonstrou o fim do atraso oligárquico⁴²⁹, dando espaço para uma nova República – saneada do proselitismo e do conservadorismo político. Com o mesmo teor liberal, a reação paulista de 1932, vestida de um constitucionalismo grosseiro, não foi apresentada pelos insurretos como uma revanche dos *corcomidos* contra os propósitos democráticos de 1930, mas como uma demonstração revolucionária da índole democrática do povo de São Paulo contra a ditadura getulista.

Importante destacar que o discurso conservador e autoritário que acompanhou a legitimação das agitações armadas de 1930 e 1932 no Brasil e as de 1933 e 1935 no Uruguai, criava o conceito de revolução a partir do hibridismo de princípios liberais e autoritários⁴³⁰, resultando em ideologias que tanto interpelavam os sujeitos com propostas de libertação dos condicionamentos sociais quanto os *assujeitava* às condições que o Estado impunha para tal libertação. Logo, o resultado final não podia ser a liberdade civil (plural e sistêmica, porque implica articulação de muitas liberdades: de expressão, locomoção, credo, trabalho, de resistência à opressão...), mas a liberdade política condicionada, ou seja, aquela de estar incluso em um programa de realização coletiva onde cabem todos os indivíduos da coletividade, desde que dispostos a abrir mão da sua autonomia.

Nos subtítulos seguintes abordaremos essa sobreposição dos discursos acerca do que era *revolução* e de como isso deveria converter-se em participação política, mostrando tratar-se de um campo de luta entre aqueles que pretendiam tomar para si o lugar legítimo de sujeitos *revolucionários*.

2. Os discursos revolucionários entre os liberais brasileiros e uruguaios

Diferente do contexto uruguaio, no qual Gabriel Terra e as forças partidárias que apoiaram o golpe de 1933 jamais admitiram a classificação do seu governo como ditadura, no Brasil o governo estabelecido em 1930 tomou para si a responsabilidade de uma ditadura revolucionária com propósitos depuradores da República, sem um prazo de duração previamente

⁴²⁹ DECCA, Edgar de . *O silêncio dos vencidos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1984.

⁴³⁰ O liberalismo político francês, que tem em Rousseau a sua grande expressão pública, criou esse paradoxo da *democracia autoritária*, ou seja, o contrato social como somatório de vontades individuais só se realiza pela alienação dessas vontades diante de uma soberania coletiva, inalienável e indelegável. Na prática, “o contrato social invocado como em favor da liberdade tornou-se um terrível auxiliar de todos os gêneros de despotismo.” BARROS, Roque Spencer M. de. *Introdução à filosofia liberal*, p. 133-134.

definido. Além disso, Gabriel Terra embasou seu *discurso revolucionário* em torno da necessidade da reforma constitucional e tão logo assumiu poderes excepcionais tratou de buscar apoio popular para a nova constituição, valendo-se de um plebiscito. Já Getúlio Vargas adiou o quanto pôde o assunto da constituinte, cedendo apenas mediante os argumentos de força dos liberais integrantes do grande grupo que protagonizou o movimento de outubro de 1930.

Já demonstramos na primeira parte desta tese que o sistema de partidos uruguaio foi mais consistente do que o brasileiro na sua prédica liberal e na manutenção de práticas centrais da democracia representativa, como o voto e a participação de minorias. Essa institucionalização mais precoce, associada à mística da *excepcionalidade democrática do Uruguai*, tornava mais distante dos liberais uruguaio a legitimidade de uma revolta armada com a conseqüente suspensão das liberdades e garantias individuais e coletivas, que toda a guerra civil suscita.

Acrescente-se que os liberais brasileiros, rebelados em 1932, eram os mesmos liberais que estavam à frente da revolução que implantou a ditadura de 1930. Logo, os partidos regionalistas descontentes com o governo federal, inicialmente, defenderam o regime de exceção e, depois de perceberem o teor nacionalista e centralizador do discurso mais radical dos *ditatoriais*⁴³¹, tornaram-se oposição, defendendo o aperfeiçoamento das instituições partidárias-eleitorais em relação ao que se praticava na Primeira República. Caminho diverso dos liberais opositores a Gabriel Terra, que desejavam o retorno das práticas partidárias eleitorais anteriores a 1933.

Nos próximos subtítulos, mostraremos detalhadamente o contexto de um e de outro país, destacando que o quadro político brasileiro mostrou-se mais propenso ao regime de exceção e à persistência do centralismo e autoritarismo políticos, em conseqüência da maior fragilidade das instituições partidárias e eleitorais de feição liberal. Essa diferença facilita a compreensão de como a revolta dos paulistas de 1932 foi superior em mobilização e violência em relação aquela experimentada pelos liberais uruguaio em 1935, mas seus resultados (vigência do Estado de Direito, respeito ao pacto federativo, nova Constituição com forte conteúdo social-democrata e reforma eleitoral) tornaram-se bem mais efêmeros e parciais do que as reconquistas dos liberais uruguaio a partir do governo de Baldomir (1938).

Detalharemos essas fragilidades e possibilidades nos próximos subtítulos, lembrando que não está nos propósitos desta tese *reescrever* eventos históricos exaustivamente pesquisados, mas dissertar sobre as peculiaridades de um e outro contexto nacional, buscando

⁴³¹ Assim autodenominavam-se e eram denominados os partidários do adiamento da reconstitucionalização do país, em benefício da depuração da política nacional e a solução do caos econômico.

compreender, pelo contraste, o teor dos discursos oposicionistas em relação às possibilidades de participação política revolucionária.

2.1 A revolução entre os liberais oposicionistas brasileiros

A historiografia tem destacado o movimento paulista de 1932 como fortemente circunscrito aos limites geográficos do estado de São Paulo. Contudo, é necessário lembrar que os políticos da Frente Única Gaúcha e algumas lideranças de outros dez estados estavam ligados aos paulistas no sentido de pôr fim ao governo provisório e ditatorial de Vargas, reconstitucionalizar o país e dar uma solução ao “caso paulista”, o que significava entregar São Paulo inteiramente à sua elite política - excetuando-se aqueles que haviam sido deportados pela revolução de 1930.

No Rio Grande do Sul, a crise que afastava cada vez mais os políticos liberais dos membros do Clube 3 de Outubro culminou em 1931, quando houve o encontro de Raul Pilla (líder dos libertadores) e Borges de Medeiros (à frente dos republicanos) em Cachoeira, resultando o *heptálogo*⁴³², documento com sete exigências condicionantes da solidariedade dos chefes do Partido Republicano e do Partido Libertador a Getúlio Vargas. Nesse documento, exigiu-se o retorno do país ao regime constitucional (cláusulas dois e três); apelou-se para o saneamento da situação financeira de vários Estados, estabelecendo-se uma organização compatível com o sistema federativo; na quinta cláusula, definiu-se a ameaça contra os partidos regionais, quando se destacou os “prejuízos e perigos decorrentes da ascendência que as classes armadas, na pessoa de alguns elementos, tem tomado, quer na administração dos Estados, principalmente do Norte, quer na política dominante da União”; na seqüência, exigiu-se a extinção da justiça revolucionária, a nomeação de um interventor paulista e civil para São Paulo e o fim da campanha de isolamento e hostilidades contra o Rio Grande do Sul.

A pressão pelo fim do *processo revolucionário* inaugurado em 1930 envolveu Getúlio Vargas em uma crise de gabinetes: Oswaldo Aranha demitiu-se do Ministério da Justiça e o ministro da Guerra ameaçou demitir-se se não fosse aprovada a Lei Marcial para punir a indisciplina nas forças armadas. Diante do conflito generalizado entre os ministros, a junta revolucionária - ministros da Guerra, Marinha e Viação, Pedro Ernesto, Juarez Távora, João Alberto e Góes Monteiro – reuniram-se com Getúlio e decidiram o afastamento dos ministros do Trabalho (Collor-RS) e da Fazenda.(Whitaker-SP). Getúlio Vargas resumiu estas decisões com o seguinte comentário em seu diário: “trata-se de um reajustamento das forças revolucionárias,

⁴³² Arquivo Flores da Cunha, 15-11-31, NUPERGS – UFRGS.

de dar mais unidade aos membros do governo e do afastamento da idéia de uma constitucionalização imediata”.⁴³³

A composição da Junta Revolucionária, por si mesma, já justificava a preocupação da liderança partidária sul-rio-grandense e paulista com a ascendência de elementos militares integrantes do mal visto Clube 3 de Outubro, decidindo quem podia e quem não podia ser ministro. Enquanto isso, Getúlio Vargas percebia que os políticos gaúchos jogavam cartas definitivas:

(...) movimento contra os tenentes, discurso de João Neves em Porto Alegre, chegada de Maciel trazendo-me carta assinada por Flores, Borges e Pila, enviando itens para a constitucionalização imediata e ponderando a inconveniência da exoneração de Collor, que traria a renúncia de Lusardo e Assis, o rompimento com a Frente Única e a renúncia de Flores. Deve em tudo isso haver entendimento entre Collor, Lusardo e Neves. (...) Enfim, sinto que se aproximam acontecimentos decisivos.⁴³⁴

Getúlio estava certo e o primeiro mês de 1932 não lhe trouxe boas notícias. O Partido Democrático de São Paulo rompeu com o governo provisório e uniu-se ao Partido Republicano Paulista em Frente Única; a reboque veio a solidariedade dos libertadores gaúchos; Flores da Cunha ameaçou abandonar a interventoria e reingressar, como simples soldado, nas fileiras do seu partido, sob as ordens de Borges de Medeiros⁴³⁵ e este lembrou a necessidade do Partido Republicano manter-se unido ao Libertador⁴³⁶.

Importante destacar que o discurso revolucionário liberal era reivindicado tanto por lideranças paulistas, mineiras e sul-rio-grandenses que advogavam a pronta reconstitucionalização, o fim do governo provisório e a plena vigência do modelo liberal de participação política (calcado nos partidos e nas eleições), quanto por aqueles que viam com grande reserva o voto confiado aos tradicionais políticos dos três estados que, ao longo da Primeira República, monopolizaram pela fraude e pela violência a participação política partidário-eleitoral.

De igual maneira, a possibilidade da insurreição das forças públicas estaduais contra o Exército, dividido entre “revolucionários” e profissionais apolíticos, foi o elemento que incentivou a ousadia dos constitucionalistas contra os ditatoriais, como foi demonstrado na comemoração do aniversário de São Paulo, a 25 de janeiro de 1932, ocasião em que milhares de pessoas deslocaram-se da Praça da Sé até o sede do jornal Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, local onde discursou Júlio de Mesquita em tom marcadamente regionalista e ameaçador:

⁴³³ VARGAS, G. *op.cit.*, p. 78.

⁴³⁴ *Idem*, p. 80.

⁴³⁵ Arquivo Flores da Cunha, 19-01-1932, NUPERGS-UFRGS.

⁴³⁶ Arquivo Flores da Cunha, 23-01-1932, NUPERGS-UFRGS.

Anulada a autonomia de São Paulo, o Brasil se transformou num vasto deserto de homens e de idéias, (...), e se o nosso afastamento da direção da coisa pública equivaleu à implantação do caos e da desordem em todo o território nacional, a ordem, a tranqüilidade, a disciplina, em uma palavra, o império da lei e da justiça só poderá ser restabelecido no dia em que São Paulo voltar à sua condição de líder insubstituível da Nação.⁴³⁷

A semelhança do que ocorreria no Uruguai, posteriormente ao golpe de Março de 1933, a população de São Paulo foi intensamente compelida pela imprensa à participação política direta, em passeatas, na assistência aos comícios e também nos preparativos revolucionários. Paralelamente à propaganda incessante dos jornais e das emissoras de rádio, a elite política em frente única conspirava decididamente e o Coronel Euclides de Figueiredo, que em 1931 rompera relações pessoais com o General Isidoro Dias Lopes por discordar deste sobre o “clima amplamente favorável à revolução paulista”, no início de 1932 passava “dias inteiros em conversas e entendimentos” para esboçar o plano da revolução.⁴³⁸

Cumprindo a tarefa de mobilização constante da opinião pública, o jornal paulistano *A Gazeta*, tanto quanto o *Estado de São Paulo*, ao lado de outros periódicos como *Diário Nacional*, *Diários Associados*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Diário Popular*, promoveram o comício da Liga Paulista Pró-Constituinte em 24 de fevereiro de 1932, no qual compareceram milhares de pessoas⁴³⁹ para ouvir discursos inflados contra *os tenentes* e contra a Ditadura de Getúlio Vargas. No Rio de Janeiro, os jornais oposicionistas deram ampla repercussão ao comício do dia 24 de fevereiro, a exemplo do que publicou o jornal *Correio da Manhã*: “São Paulo esperou demasiadamente. O que ele acaba de fazer é um verdadeiro recenseamento cívico de suas forças latentes, com o objetivo de proporcionar aos responsáveis pelos destinos do país as indicações úteis e convenientes que ainda é tempo de considerar.”⁴⁴⁰

⁴³⁷ *Jornal Estado de São Paulo*, 26-01-1932.

⁴³⁸ DONATO, Hernani. *A Revolução de 32*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982, p. 53.

⁴³⁹ *Jornal Folha da Noite*, São Paulo, 20-02-1932. É particularmente ilustrativo que nenhum sindicato de trabalhadores tenha feito parte da mobilização e a única entidade que remetia para alguma constituição social composta por segmentos de menor renda, da cidade de São Paulo, tenha sido a Federação Negra Paulistana. As entidades civis responsáveis pela mobilização eram de diferentes ordens; representando a classe patronal da indústria e comércio tinha-se a Associação Comercial de São Paulo, Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis, Centro dos Construtores de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro de Contadores, Associação Comercial dos Varejistas de São Paulo, Centro Comércio e Indústria de Madeiras, Centro de Comerciantes Atacadistas de São Paulo, Centro das Indústrias e Malharia, Liga de Defesa do Comércio e Indústria, Bolsa de Mercadorias de São Paulo e Associação dos Proprietários de São Paulo; representando os estudantes havia Instituto de Engenharia de São Paulo, Centro Acadêmico XI de Agosto, Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, Grêmio Politécnico, Centro Acadêmico Horácio Lane e Faculdade de Comércio D. Pedro II; como representantes da classe médica tinha-se a Sociedade de Cirurgia e Medicina do Estado de São Paulo, Policlínica de São Paulo, Associação Paulista de Medicina e Liga Paulistana de Higiene Mental; as atividades rurais faziam-se representar por Sociedade Rural Brasileira, Federação Paulista de Criadores de Bovinos e Associação dos Amigos do Café Brasileiro.

⁴⁴⁰ *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26-02-1932.

Sentindo a pressão aumentar, o *governo revolucionário* tentou medidas protelatórias como nomear um paulista civil - Pedro de Toledo – para a interventoria de São Paulo e promulgar, em 24 de fevereiro de 1932, a Lei Eleitoral.⁴⁴¹ A concessão aos liberais paulistas e gaúchos despertou a reação de grupos radicais, ligados ao Clube 3 de Outubro, que reprimiram violentamente a passeata do Clube 24 de Fevereiro – pró reconstitucionalização – e, no dia seguinte, empastelaram o jornal *Diário Carioca*, que vinha destacando-se na defesa do retorno do país à ordem constitucional.

O discurso liberal sobre as formas de participação política ganhava novo fôlego. Valores historicamente consagrados como o sufrágio, o constitucionalismo e o federalismo foram defendidos pelos partidos políticos regionais, eles mesmos expressão do federalismo brasileiro e dos valores liberais da representação política e da democracia indireta. Mas, diferente do que ocorria no Uruguai, a participação política partidário-eleitoral, defendida pelos liberais brasileiros, era um corpo frágil diante da correnteza de regimes centralizadores que devorava o mundo na década de 1930.

Mais do que isso, é necessário destacar que havia uma transigência displicente nos discursos dos liberais brasileiros com o conceito *ditadura*. Diferente da semântica atual, a ditadura de Getúlio Vargas era considerada solução provisória, providencial, legitimamente emanada das aspirações do povo e um instrumento de proteção da democracia... Para os protagonistas que acompanharam a ascensão de Getúlio Vargas, como toda a revolução, a de 1930 teria de originar um governo de força que imporá aos vencidos o seu projeto de poder e sua ação saneadora, como destacaram vários apologistas revolucionários em seus escritos e manifestações da época, entre eles os militantes da Aliança Liberal que se revoltariam contra a ditadura de Vargas.⁴⁴²

Getúlio Vargas soube tirar proveito dessa tendência e logo revelou a sua intenção de manter cativa a solidariedade das massas como contraponto às forças políticas antagônicas que o sustentavam no poder, conforme explicita nessa passagem de seu diário: “Ainda não é a nação. Tenho de me decidir entre as forças militares que apóiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado mesmo por estes contra o governo. Estou numa encruzilhada que urge uma decisão”⁴⁴³. A decisão não veio com a velocidade desejada pelos sul-rio-

⁴⁴¹ Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, alterado pela Lei nº 48 de 4 de maio de 1935.

⁴⁴² Os próprios libertadores gaúchos difundiram esse discurso até dezembro de 1931, no seu jornal *Estado do Rio Grande*. O mesmo se observa nos discursos de Gustavo Capanema, sem esquecer Getúlio Vargas que repetidamente afirmou que a Constituição teria de vir pela própria lógica do governo provisório, mas somente depois de saneada a política nacional e resolvidos os problemas econômicos mais prementes.

⁴⁴³ VARGAS, G. *op. cit.* p. 92.

grandenses que ocupavam cargos na alta administração federal: em três de março, os ministros do Trabalho, Lindolfo Collor e da Justiça, Maurício Cardoso, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Batista Lusardo, e o Consultor Jurídico do Banco do Brasil, João Neves da Fontoura, saíram em bloco do governo, inaugurando a crise dos demissionários gaúchos.

Interessante notar o caráter suprapartidário que Getúlio emprestou aos anotamentos do seu diário, destacando exclusivamente o apoio do corpo abstrato nação, contra os interesses dissolventes das elites políticas. Nesse contraponto, percebem-se duas compreensões de participação política: no discurso do governo federal há uma proposta de participação total, sem distinções de classes ou interesses, participação que se realizaria pela interpretação da vontade abstrata da nação; de outra forma, os partidos tradicionais, liberais no discurso e elitistas na ação política, propunham a tradicional fórmula liberal de participação: ação de governo nas mãos de políticos profissionais, previamente selecionados pela elite partidária regional, ocasionalmente revezados nas funções legislativas e executivas, mediante eleições formais.

Essa dicotomia não era desconhecida pelos propagandistas da causa paulista, que buscavam sistematicamente minimizar o caráter regionalista da luta (governo estadual X governo federal), quer pela proliferação de bandeiras do Brasil justapostas às de São Paulo em todas as manifestações, bem como no tom ufanista nacional presente nos cartazes e emblemas utilizados pelos militantes, sem esquecer as considerações patrióticas na retórica dos oradores como César Ladeira, o radialista da “voz da revolução” da Rádio Sociedade Record, ou nas prédicas pelo espírito cívico nos comícios de Ibrahim Nobre.

A repetição orquestrada do discurso pela Constituição e fim do regime ditatorial fez com que Getúlio Vargas enviasse correspondências evasivas para as lideranças políticas do Rio Grande do Sul, dizendo-se vítima das hostilidades dos gaúchos para com ele⁴⁴⁴, ao mesmo tempo que tratava de mandar Juarez Távora, em 20 de abril de 1932, percorrer os estados do Norte, visando angariar apoio para fazer frente aos paulistas e sul-rio-grandenses quando o enfrentamento definitivo ocorresse.⁴⁴⁵

O governo provisório administrava o tempo, pois tinha os instrumentos de força e o discurso da revolução permanente à sua disposição, ficando à vontade para comprar metralhadoras para o Exército e enviar tropas federais para São Paulo.⁴⁴⁶ Enquanto isso acontecia, Minas Gerais, nas figuras do Presidente do Estado, Olegário Maciel e do Ministro

⁴⁴⁴ Carta para Borges de Medeiros, Arquivo Getúlio Vargas, doc. 32.03.04. CPDOC-FGV.

⁴⁴⁵ Ver VARGAS, G. *op. cit.*, p. 88; e carta de Lusardo a Pilla, Arquivo Flores da Cunha, 29-02-1932, NUPERGS-UFRGS. Também é essa a impressão de FONSECA, *op. cit.*, 1989, p. 193.

⁴⁴⁶ *Estado do Rio Grande*, 12-5-1932 e VARGAS, *op. cit.*, p. 105.

Francisco Campos, mantinha seu estilo cauteloso, nem bem apoiando o governo, tão pouco decepcionando aos paulistas e gaúchos. Estes dois estados oposicionistas não tomaram medidas de força, mas limitaram-se às confabulações e discursos, cada vez mais violentos, contra Getúlio Vargas, o Clube 3 de Outubro e os setores favoráveis à permanência da ditadura, como se pode observar no jornal *Estado do Rio Grande*, nos meses de maio e junho de 1932, que dirigiu constantes críticas à política classista do governo provisório, contrapondo-a com a necessidade dos partidos políticos existirem como fundamento da democracia.⁴⁴⁷

O 9 de julho de 1932 foi a deflagração da guerra civil... A revolução paulista começara antes, mais precisamente entre os dias 22 e 23 de maio de 1932. Nestes dias ocorrera a “missão Osvaldo Aranha” que consistia em persuadir os democráticos a abandonar os republicanos paulistas. A Frente Única reagiu com forte mobilização popular, lançando panfletos e convocando os populares para irem às ruas em repúdio à intromissão de um *outubrista* nos negócios paulistas. Na Praça do Patriarca, a multidão vibrava a cada novo discurso de Dario Ribeiro Filho e Ibrahim Nobre que convenceram a multidão a concentrar-se em frente ao Comando da Região Militar. Enquanto os oradores entrevistavam-se com o Comandante da Região, uma carga de cavalaria da Força Pública cerrou sobre os populares ferindo a um estudante. Os discursos exacerbaram-se e a turba foi ter com o interventor Pedro de Toledo, que ouviu de Ibrahim Nobre: “Estamos algemados e algemados dentro de uma senzala. E Vossa Excelência, senhor Pedro de Toledo, está preso conosco. Vossa Excelência deve sair dela e com esses homens vir à rua reivindicar nossa liberdade. Vossa Excelência é um homem velho, está no fim da vida e deve escolher entre um simples epitáfio ou uma estátua!”

Getúlio e seus aliados momentâneos igualmente disputaram a opinião pública apresentando-se como os verdadeiros revolucionários, dando origem aos manifestos lidos diretamente à *nação* pela cadeia de rádio, a exemplo do *A revolução e o regime legal* que atacava os partidos políticos por terem estruturas e finalidades regionais. Os libertadores percebiam o caráter faccioso e regionalista que o governo queria dar aos partidos e reagiram, reivindicando o caráter nacional para a sua atuação, como se pode observar nesta passagem do editorial *Na encruzilhada*, de 28 de maio de 1932, no *Estado do Rio Grande*:

[ou Getúlio Vargas] fica de vez com os que pretendem escravizar São Paulo e, com ele, o Brasil, ou os abandona retornando aos antigos

⁴⁴⁷ Na edição de 3-5-1932 existe o ataque ao clube Três de Outubro relacionando-o com a prática fascista de aliciamento de sindicatos; em 9-5-1932, defende-se a responsabilidade dos partidos e critica-se a política classista de Getúlio Vargas; em 10-5-1932, no editorial com o título “Os fundamentos da democracia”, defende-se a atuação dos partidos políticos; em 14-5-1932, no editorial “A evolução dos parlamentos”, ocorrem novas críticas à política classista; em 16-5-1932 o jornal responde às críticas de Getúlio Vargas aos partidos regionais, afirmando ser o PL um “partido com interesses nacionais”; em 20-5-1932, com o editorial “A posição do Rio Grande face ao Governo Provisório” afirma-se não bastarem as promessas de Getúlio e que a FUG é totalmente solidária com São Paulo.

compromissos assumidos para com a nação brasileira (...) Nas mãos do Sr Getúlio Vargas está, pois, a conduta do nosso estado. Uma palavra, um gesto a decidirá. Nunca teve S. Exa. um tão grande poder sobre o Rio Grande. Preciso é, porém, que este gesto seja claro, categórico, terminante. Necessário é que demonstre se o ditador está com a nação ou contra ela.

Quando eclodiu o movimento revolucionário paulista, em 9 de julho de 1932, João Neves, Lusardo, Maurício e Collor foram surpreendidos pela notícia enquanto jantavam tranqüilamente no Grande Hotel.⁴⁴⁸ Em vão Borges de Medeiros telegrafou a Flores da Cunha solicitando que ficasse com o Rio Grande e que fosse seu defensor naquela nova cruzada redentora. Os políticos da Frente Única só então perceberam o castelo de cartas em que havia se transformado a oposição ao Governo Provisório. Os mineiros somaram a sua força pública ao Exército e, no Rio Grande do Sul, a poderosa Brigada Militar e os corpos provisórios calaram à baioneta qualquer sinal de rebeldia e marcharam contra os paulistas sublevados.

Já foi dito nesta tese que o conceito de revolução foi central nos discursos políticos da década de 1930, como demonstrou uma enquete realizada pelo jornal *Diário de notícias*, do Rio de Janeiro, no ano de 1933, quando intelectuais, políticos e militares discutiram o futuro próximo do Brasil (comunismo, fascismo, integralismo, democracia, socialismo, federalismo ou ditadura? Interrogava o jornal) discussão que trazia diferentes conceitos de revolução, desde a ameaçadora perspectiva bolchevique até a plena realização da “revolução brasileira”, idealizada por alguns remanescentes do tenentismo que se uniram a Getúlio Vargas. Contudo, é necessário frisar, como destaca Vavy P. Borges⁴⁴⁹, que a terminologia “Revolução Constitucionalista” só se consolidou durante os combates militares, pois antes disso o emblema central era “Campanha pela Autonomia e Constitucionalização”.

Essa ressalva é importante na medida que, antes do 9 de julho de 1932, “revolução” era palavra essencialmente apropriada pelo discurso de líderes como Miguel Costa que realizaram uma mobilização sem precedentes da população urbana paulista com seus desfiles paramilitares, comícios em bairros operários e as caravanas e festas cívicas no interior do estado, colocando em risco todo o edifício político construído pelos políticos profissionais do PD e do PRP. Some-se a isso o medo, sempre presente, da revolução bolchevique e da turba promovida pela massa indisciplinada e teremos uma explicação razoável para o manifesto do General Isidoro Dias Lopes e do Coronel Euclides de Figueiredo ao povo paulista, publicado na primeira página do jornal *Folha da Noite*, em 10 de julho de 1932:

⁴⁴⁸ CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. 1978. p. 150. v. 2. A eclosão da revolta estava marcada para o dia 14 de julho de 1932 e só eclodiu antes devido ao afastamento do General Klinger do comando do Mato Grosso.

⁴⁴⁹ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*, São Paulo: USP, 1997, p. 66-68.

Nesse momento assumimos as supremas responsabilidades do comando das forças revolucionárias empenhadas na luta pela imediata constitucionalização do país. Para que nos seja dado desempenhar, com eficiência, a delicada missão de que nos investiu o ilustre governo paulista, lançamos um veemente apelo ao povo de S. Paulo, para que nos secunde na ação primacial de manter a mais perfeita ordem e disciplina em todo o Estado, abstendo-se e impedindo a prática de qualquer ato atentatório dos direitos dos cidadãos, seja qual for o credo político que professem.⁴⁵⁰

Igualmente, importante lembrar que o apelo revolucionário das lideranças paulistas tinha o propósito de compensar a fragilidade militar com a retórica agressiva: os trens de Klinger carregados de canhões, munição e tropas não existiam; a guarnição do Distrito Federal manteve-se disciplinada; Flores da Cunha ao Sul e Olegário Maciel ao Norte não apenas abandonaram São Paulo como dispuseram-se a lutar militarmente contra os paulistas. Diante dessa realidade, Klinger definiria a estratégia militar: “para não dar a partida por perdida antes do tempo, fazer durar!”

O depoimento dado por um ex-combatente constitucionalista do Batalhão, Fernão Salles, ao jornal *Diário Popular* de São Paulo mostra com clareza o efeito da frustração das expectativas populares sobre o desenrolar do conflito bélico:

É uma ilusão pensar que a trincheira possa constituir o vínculo indissolúvel da nova geração. Os que pensam isso e pensam em formar partido com o ‘espírito das trincheiras’ laboram no mesmo erro dos revolucionários (grifo nosso) de 30, querendo juntar seus adeptos ao redor, não de um programa definido, mas do ‘espírito revolucionário’. (grifo nosso) Alguém chegou a entender o que seja ‘espírito revolucionário’? Pois, igualmente, ninguém jamais entenderá o que é “espírito das trincheiras”.⁴⁵¹

Ao fim da sua análise, o ex-combatente resume o motivo pelo qual o povo de São Paulo havia se submetido ao esforço da guerra:

Tudo para que? Não foi para a defesa de dois partidos desmoralizados, de programas vagos, jamais cumpridos. Foi porque estamos no regime ditatorial e todos desejamos o constitucional. A ninguém foi estranha a necessidade e a utilidade de uma constituição liberal. Para obtê-la ninguém hesitou em oferecer o máximo dos sacrifícios, que era o próprio sangue. Foi por isso que as trincheiras se encheram de advogados, de médicos, de engenheiros, de jornalistas, de estudantes, de professores de tudo quanto é mais alta expressão do pensamento paulista.⁴⁵²

A ampla mobilização de diferentes setores sociais entorno do recurso extremo das armas, visando a derrubada do governo federal e a reconstitucionalização do país, foi o elemento concreto que alimentou o conceito “revolucionário” do discurso paulista (conforme se pode observar nas palavras grifadas da citação). Não se trata aqui de avaliar se o conceito de revolução defendido era “verdadeiro” ou “falso” ou se era totalmente divergente dos conceitos

⁴⁵⁰ Jornal *Folha da Noite*, São Paulo, 10-7-1932, p.1.

⁴⁵¹ Jornal *Diário Popular*, São Paulo, 5-11-1932, p. 3.

⁴⁵² *Idem*.

mais radicais da revolução bolchevique, já que esta tese trata dos conflitos pela definição legítima de participação política (seja ela partidário-eleitoral ou revolucionária). Contudo, é necessário destacar que, diferente dos discursos revolucionários inspirados nas diversas correntes do anarquismo ou do marxismo, o discurso revolucionário desses liberais restringia a radicalização da luta política ao emprego da força militar, sem proporem a extinção do modo de produção capitalista, do sistema partidário-eleitoral ou da sociedade dividida em classes sociais.

O deslizamento de sentido que se percebe no conceito “revolução”, desde a vertente marxista-leninista até a versão adotada pelos liberais, torna-se nítido no apego que os enunciadores devotam ao constitucionalismo como elemento central das mudanças pretendidas. Maria Garcia⁴⁵³ faz uma importante reflexão sobre o teor constitucionalista que normalmente acompanha os discursos revolucionários liberais, quando lembra que a inovação das revoluções liberais ultrapassa o reconhecimento dos direitos dos indivíduos perante o poder, mas realiza-se no “fundamento jusnaturalista dado a tais direitos – estes nascem porque os homens, pelo simples fato de o serem, são detentores de direitos”. Neste sentido, a Constituição surge como a forma material e institucionalizada das garantias de um modo particular de construir o poder em sociedade e legitimar sua ação. E por ser fundamento e limite do poder estatal, as constituições tornaram-se lugares privilegiados da justiça, nas quais se traça não só o destino de um homem mas de uma sociedade inteira.

Esse movimento de sacralização da idéia da *Constituição* dissimulou os limites das “fórmulas mágicas”, segundo as quais haveria a eliminação das injustiças sociais por meio dos textos constitucionais, farsa que se tornava mais evidente ao tempo que surgiam regimes autocráticos perfeitamente definidos e formalizados por constituições, desmentindo a natureza sempre justa dos regimes juridicamente definidos. A autora destaca que a ciência do Direito corroborou com essa identificação de poder e justiça com a lei em vigor, autonomizando os textos das leis de todo o sentido transcendente e ético, bem como eliminando do mundo jurídico o problema da legitimidade do poder.

Torna-se necessário lembrar que o Estado liberal esteve assentado, a um só tempo, nos princípios democráticos de Rousseau e nas fórmulas de garantia institucional de John Locke e Montesquieu, de tal maneira que se a vontade geral tem um teor de infalibilidade e soberania, não há lei que seja injusta, pois ninguém é injusto consigo mesmo e, toda a vez que se desejasse, poderia-se alterar ou criar nova constituição; de outra parte, o direito de resistir à tirania (Locke) e a arquitetura liberal de relação dos três poderes (Montesquieu) teriam de impor ao Estado a estabilidade das regras democráticas, conferindo-lhe a plena legitimidade.

⁴⁵³ GARCIA, Maria da Glória F. P. D. Constituição ex machina. In *Revista Jurídica*, v.1, n.5, Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, Setembro de 1999.

O sentido político do discurso revolucionário paulista estava envolto nessa duplicidade liberal. O levante de 1930 fora o “basta” da vontade geral contra o regime discricionário e oligárquico da Primeira República e seu desfecho lógico seria uma nova Constituição que expressasse liberdade e justiça, ao tempo que desenharia o eficaz controle de um poder sobre o outro. Portanto, para os liberais opositoristas a Getúlio Vargas, quando o governo revolucionário de 1930 esquivou-se de dar início aos trabalhos constituintes traiu seu fundamento liberal e comprometeu a expectativa de liberdade e justiça do movimento político-militar da Aliança Liberal, dando razões para que – não uma nova revolução surgisse – mas a anterior continuasse até seu ponto culminante: a democratização do país sobre os alicerces de uma Constituição que garantisse a legitimidade e representatividade da participação política partidário-eleitoral.

A elaboração do conceito central do discurso paulista em torno de uma constituição liberal só poderia surtir efeito em pequena parcela da população, entre os quais o ex-combatente antes citado tratou de distinguir alguns, enunciando suas profissões. Logo, o liberalismo político centrado na necessidade de uma constituição não é elemento suficiente para explicar a mobilização de milhares de pessoas para a luta.

Apesar de ter ficado evidente a ausência dos trabalhadores rurais e das organizações operárias no movimento paulista, não devemos entender que essa ausência significou a fraqueza do discurso de mobilização armada, dirigido aos setores sociais de menor renda, pois a constituição dos batalhões, as demonstrações cívicas nas ruas da capital paulista e de algumas cidades do interior como Campinas e Santos, bem como as listas dos voluntários civis mortos em combate⁴⁵⁴ são eloqüentes demonstrações da grande diversidade de grupos sociais mobilizados para a luta, oscilando desde os filhos de operários do bairro Mooca (Batalhão 7 de setembro), desportistas do remo e do futebol (Batalhão Esportivo), vários batalhões infantis constituído para as paradas cívicas (como o Batalhão Rui Barbosa), batalhões da enxada e da pá responsáveis pelos obstáculos da engenharia de combate, a Divisão Negra de afrodescendentes, muitos comerciários e trabalhadores liberais até batalhões de filhos de classes abastadas da sociedade paulista.

Ainda que seja difícil imaginar os setores sociais de menor renda plenamente informados e convencidos sobre os benefícios concretos e imediatos que receberiam com a

⁴⁵⁴ O número oficial de mortos entre os constitucionalistas é de 634 e, destes, 373 eram de civis voluntários (59%). Na estatística criada entre os anos 1935 e 1936, para a construção do Mausoléu do Soldado Constitucionalista, apurou-se que 199 dos 373 civis mortos declararam profissão, destacando-se os comerciários, estudantes, funcionários públicos, comerciantes, lavradores, médicos, operários, ferroviários, dentistas, contadores e professores, nesta ordem. Não existem dados estatísticos oficiais do número de mortos entre as forças federais e do número de baixas ocorridas nas escaramuças empreendidas em outros 8 estados da federação, contudo para se ter uma idéia da violência do confronto (para os padrões da época) basta saber que a Força Expedicionária Brasileira, em oito meses de combate, teve 451 mortos.

reconstitucionalização do país e com a entrega do estado de São Paulo à sua elite política, alguns argumentos de efeito imediato foram utilizados, sobretudo pela Federação de Indústrias do Estado de São Paulo, para manter cativa a fidelidade dos trabalhadores das indústrias com a causa paulista, como a obtenção de declarações formais dos empregadores aos empregados, garantindo-lhes o salário integral e a permanência no emprego, mesmo diante do esforço de guerra. Tais medidas tranqüilizadoras, associadas ao ambiente de entusiasmo coletivo obtido pelos jornais, rádios e comícios inflamados, conquistaram a solidariedade dos trabalhadores de menor renda, responsáveis pelos serviços públicos (que não foram interrompidos), indústrias e comércio em geral.⁴⁵⁵

Entretanto, não resta dúvida que os enunciadores do discurso do levante paulista, responsáveis por sua difusão e pela elaboração de seus principais conceitos, eram os setores mais abastados da sociedade paulista, sobretudo a elite paulistana, de tal forma que a organização política e logística da revolta paulista refletia esse elitismo, tendo como centros coordenadores os dois partidos tradicionais, elementos da alta hierarquia do Exército, polícia estadual, Federação das Indústrias de São Paulo, Associação Comercial e o jornal *O Estado de São Paulo*, ramificados em outros órgãos abertos ao voluntarismo, tais como Superintendência do Serviço Auxiliar de Saúde, Departamento de Assistência aos Feridos, Serviço de Abastecimento às Tropas em Operação, Serviço de Policiamento Civil, etc. estrutura composta predominantemente de jovens oriundos de boas famílias.

Admite-se que a revolta de São Paulo contra o governo federal foi um importante momento histórico em que as modalidades de participação política disponíveis ultrapassaram o recurso eleitoral e a atuação parlamentar, implicando o maior engajamento de atores sociais como a juventude e as mulheres. O destaque para esses atores, como sujeitos construídos no discurso *da revolução paulista*, ganha especial significado quando lembramos que essas duas categorias sociais estavam parcialmente alijadas da participação política partidário-eleitoral em função da legislação eleitoral restritiva aos menores de 21 anos e às mulheres de maneira geral e que eles haviam se mostrado, até então, via de regra, pouco atuante nas grandes lutas e mobilizações populares, como as violentas greves de 1917 ou as agitações tenentistas da década de 1920.

Portanto, ainda que liberal nos princípios, o discurso *revolucionário* paulista prevalecia por meio do seu conteúdo regionalista⁴⁵⁶, em relação ao nacionalismo proposto pelas

⁴⁵⁵ DE PAULA, Zeziel. *1932: imagens construindo a história*, Campinas: UNICAMP, 1998, p. 97-125.

⁴⁵⁶ Cabe aqui uma ressalva. Não há dúvidas sobre o caráter regional da mobilização cívico-militar de São Paulo contra o Exército nacional. Contudo, o discurso regionalista de São Paulo foi defendido militarmente por líderes não nascidos em São Paulo: eram gaúchos os dois grandes generais da revolta, Bertoldo Klinger e Izidoro Dias Lopes, bem como o Coronel Chefe do Estado Maior, Polimércio de Rezende.

legiões revolucionárias sob a direção dos interventores orientados pelo governo federal. Desta forma, o que movia os discursos *revolucionários* dos jovens João Buarque Gusmão, representante da Liga Acadêmica; Van Langendonck, presidente do Grêmio Politécnico; Carlos Costa, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz; Henrique E. Mindin, líder do Centro Acadêmico Horácio Lane; José Domingos Ruiz, presidente do prestigiado Centro Acadêmico XI de agosto, por onde passaram Júlio Mesquita Filho, Alfredo e Carlos Mesquita, Arrobas Martins e José Carlos de Macedo Soares⁴⁵⁷ era um emaranhado de conceitos do liberalismo clássico e o sentimento ufanista em torno do estado de São Paulo.

A indignação desses jovens paulistas voltava-se especialmente contra a truculência dos capangas associados direta ou indiretamente ao recém criado Partido Popular Paulista⁴⁵⁸ por Miguel Costa e apoiado por João Alberto. Desse conflito explícito surgiu o ataque dos populares à sede do PPP, empreendimento que possibilitou o nascimento dos *heróis revolucionários* que emprestaram as iniciais de seus nomes para a organização responsável pela mobilização popular e pelos preparativos das forças paramilitares no primeiro semestre de 1932. Tratava-se do MMDC, criado a partir dos nomes de Euclides Miragaia (21 anos, auxiliar de cartório), Mário Martins de Almeida (31 anos, fazendeiro), Dráusio Marcondes de Souza (14 anos, ajudante de farmácia) e Antonio Américo de Camargo Andrade (30 anos, comerciário) vitimados no violento confronto com elementos *ditatoriais*, na madrugada de 24 de maio de 1932.

Analisando as poucas fotografias do confronto⁴⁵⁹, percebe-se a forte presença de mulheres, homens de todas as idades e até crianças, em um final de tarde com o comércio fechado. Contudo, o discurso revolucionário paulista concentrou a sua intenção mobilizadora na morte de apenas quatro pessoas (supostamente jovens estudantes) como maneira de destacar o idealismo desinteressado e a coragem juvenil dos militantes da causa paulista. Efetivamente, não era a primeira vez que estudantes de armas na mão confrontaram-se pelas ruas de São Paulo com

⁴⁵⁷ Relação de organizações estudantis com seus respectivos líderes fornecidos por NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A guerra cívica – 1932*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, v.1, p. 197.

⁴⁵⁸ Este partido político teve vida curta e programa contraditório, sem que se possa estabelecer claramente seu discurso a favor dos *constitucionalistas* ou dos *ditatoriais*. Contudo, naqueles dias tumultuados de maio de 1932, o PPP colocou-se contra o novo secretariado de Pedro de Toledo (totalmente paulista) e atraiu sobre si ampla hostilidade que se traduziu na aglomeração de milhares de pessoas junto a sua sede e na ação mais exaltadas de alguns manifestantes que tentaram invadir as instalações do partido e foram recebidos à bala, resultando em seis mortos e dezenas de feridos.

⁴⁵⁹ DE PAULA, *op cit.* p. 88-93, discute algumas místicas que se construíram em torno do movimento paulista de 1932 analisando as imagens da época. Obra que por vezes peca pelas generalizações estabelecidas a partir da pesquisa estritamente regional, tem o mérito de destacar aspectos pontuais dos personagens e dos eventos pouco explorados pela historiografia que se dedica a enquadrar o levante de 1932 no contexto nacional.

a milícia de João Alberto (demissionário em junho de 1931), sob o olhar condescendente da força policial.⁴⁶⁰

Entretanto, é exagero afirmar que os protagonistas das hostilidades entre paulistas e forças representantes do governo provisório reduziam-se aos estudantes da capital e aos elementos paramilitares associados ao governo de Getúlio Vargas e que foram os jovens paulistas abastados, membros dos centros acadêmicos e demais entidades estudantis, os grandes atores da radicalização política que culminou no 9 de julho de 1932. Devemos destacar que as passeatas e protestos eram freqüentados por públicos extremamente diversificados, conforme se observa nas fotografias, mas a mobilização para o embate violento foi protagonizado por jovens de classe média. Como evidência disto, lembramos que, antes mesmo de declarada a guerra ao governo federal, havia a Liga Paulista Pró-Constituinte, conduzida por Vitor Cordeiro, responsável por recrutar os jovens estudantes em batalhões, a exemplo do Batalhão Fernão Dias, pelo qual passaram futuras personalidades da política brasileira, como o jornalista, banqueiro e deputado Herbert Levy, o notável jurista e filósofo do Direito Miguel Reale, o jornalista Prudente de Moraes Neto e banqueiro e diplomata Walter Moreira Salles.

Já mencionamos em outro momento desta tese a crescente presença da mulher nos discursos liberais que defendiam a participação política partidário-eleitoral, acrescentando que foi com a revolta paulista de 1932 que a mulher ultrapassou o limite institucional do voto e assumiu papel de destaque no esforço de guerra, quer pelas doações e campanhas de arrecadamento que protagonizaram, quer pela dedicação aos feridos ou ainda pela forte presença na propaganda da guerra.

O engajamento da mulher no esforço de guerra paulista é bastante sabido. Segundo estatísticas de 1933, somente na capital paulista cerca de setenta e duas mil mulheres reuniram-se em oficinas de costura e chegaram a confeccionar sessenta mil fardamentos nos primeiros vinte dias de guerra⁴⁶¹. Acrescentando-se as voluntárias dos “hospitais de sangue” e postos de emergências localizados em todas as frentes de combate e as trabalhadoras das fábricas de material bélico, bem como as voluntárias que trabalhavam na preparação de alimentos e na assistência social aos combatentes, teremos uma idéia razoável do nível de mobilização do discurso revolucionário paulista sobre a população de mulheres do estado.

Contudo, tanto as mulheres quanto a juventude oriunda dos setores médios ou mais abastados da sociedade paulista não se confundiam com o engajamento revolucionário da *Juventude Vermelha* (que veremos mais demoradamente no subtítulo dedicado à revolução

⁴⁶⁰ Mesmo depois da substituição de João Alberto os conflitos progrediram, como ocorreu em 18 de julho de 1931, na capital São Paulo, descrito em detalhes por NOGUEIRA FILHO, 1965 (b), *op cit*, p. 196-197.

⁴⁶¹ RODRIGUES, J. A. A mulher paulista no movimento pró-constitucionalista, São Paulo: revista dos tribunais, 1933.

marxista) e sua extensão no Brasil - a juventude comunista (criada oficialmente a partir de 1934) ou com os jovens sindicalistas e estudantes mais radicais que engrossariam as fileiras da ANL, dois anos depois da revolta paulista. Basta mencionar os principais nomes dos jovens ligados aos centros acadêmicos e sociedades civis de grande projeção (a exemplo do jornal *O Estado de São Paulo*) que estavam à frente da luta paulista para perceber com nitidez que se tratava de uma elite adversária do comunismo internacional, líderes que entre as décadas de 1930 e 1960 iriam se converter em verdadeiros inimigos dos comunistas e socialistas brasileiros.

É necessário ir além e reconhecer que uma parcela da jovem liderança da *revolução* paulista destacou-se mais como simpatizante do fascismo e da Ação Integralista do Brasil do que da vanguarda do movimento aliancista dos anos 1930, entre os quais destacamos alguns que se tornaram chefes do aparelho repressor do Estado nos anos seguintes: Cotrim Neto (secretário da Justiça da Guanabara), Hélio Tornaghi (chefe de polícia do Rio de Janeiro e encarregado de promover inquéritos contra alunos da Faculdade Nacional de Direito) e Miguel Reale (Secretário Geral de Doutrina da Ação Integralista Brasileira), todos membros da juventude integralista.⁴⁶²

Nas palavras de ordem dos paulistas estava, em primeiro plano, a necessidade da reconstitucionalização do país, mal encobrando o propósito de recolocar a elite paulista como força de pressão política ao nível federal. Entretanto, a mobilização massiva para um conflito com alto nível de violência não se sustenta com rancores ou veleidades políticas. Era fundamental despertar a paixão e eleger alguns argumentos pontuais de fácil consenso para mostrar a validade e a justiça da luta.

Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma interdiscursividade com o discurso revolucionário de 1930, no que ele tinha de maior apelo popular: não era uma parcela da elite política descontente que erguia armas para assaltar o poder, mas eram as classes subalternas que ascendiam ao topo da ação política para acabar com a arbitrariedade dos oligarcas e estabelecer as bases da democracia liberal. Nessa interdiscursividade destacava-se o voluntarismo e a espontaneidade com que homens e mulheres doavam seus pertences e uniam-se em benefício de uma mesma causa revolucionária, extraindo daí o suposto teor popular da *revolução paulista*.

Contudo, esse “teor popular” não se inscrevia na tradição das revoluções programadas para alterar radicalmente a estrutura social em benefício de uma liberdade idealizada, mas na condescendência com que doutores e damas da sociedade desciam de seus altos postos para juntarem-se ao *povo* no esforço revolucionário, ficando claro que, tão logo cessasse o empreendimento, todos voltariam às suas casas sem admitir qualquer mudança social significativa.

⁴⁶² POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 123-124.

Nesse sentido, o discurso revolucionário paulista inscreve-se na tradição liberal, na qual a espontaneidade e o voluntarismo das relações sociais - contra a razão instrumental que apaga o passado e constrói o homem novo - foram os argumentos de primeira hora erguidos pelos liberais contrários ao radicalismo das revoluções populares. A tradição liberal mencionada anteriormente encontra no pensamento de Edmund Burke (*Reflexões sobre a Revolução Francesa* -1790), ou em Wilhelm Humboldt (*Idéias para um ensaio de determinação dos limites que circunscrevem a ação do Estado* - 1792) exemplos bastante esclarecedores. A opção reformista e moderada do liberalismo de um Burke – para quem as mudanças sociais ocorrem progressivamente, de tal forma que “o que melhoramos não é jamais completamente novo e o que conservamos não é nunca completamente velho” – perpassava o posicionamento dos paulistas e gaúchos que ergueram armas contra Getúlio Vargas e Flores da Cunha, acreditando na adesão espontânea de seus conterrâneos.

A espontaneidade para os idealistas está intimamente associada à *condição de agir*, ou seja, à capacidade de começar algo novo, estabelecer um início e dar fim a uma coisa de tal forma que a filosofia da liberdade está fundamentada no ato espontâneo. No discurso revolucionário paulista, o rompimento violento com a ordem imposta pela ditadura varguista não ocorria devido à orquestração de uma elite insatisfeita com a conjuntura política, mas era o esforço coletivo da comunidade regional contra as arbitrariedades de uma ditadura, que impedia os *não líderes* escolherem livremente seus *líderes*.

Vavy Pacheco Borges⁴⁶³ destaca que as obras memorialistas sobre a revolução constitucionalista (que ultrapassam o número de 200, segundo a pesquisadora) dividem-se em relação ao desfecho dado à guerra civil. Nestes ensaios e memórias, predominam os narradores dotados de visão romântica e enaltecida sobre si mesmos, transpondo para os outros (politiqueiros covardes, tropas mal preparadas, precariedade logística, etc) as razões da derrota. Contudo, prevalece o discurso de que a derrota militar equivaleu à vitória política dos paulistas em seus propósitos liberais, na medida que o governo ditatorial abriu o sistema político para as eleições e para a reconstitucionalização. Essa versão dos acontecimentos foi alimentada pela imprensa paulista, a exemplo do jornal *Estado de São Paulo*, que na edição de 4 de outubro de 1932 declarava: “São Paulo não deve desanimar. O gigantesco esforço que ele fez (...) não foi estéril. O que se encerrou ontem por um inesperado desfalecimento de algumas tropas não foi a luta pela redenção do Brasil. São Paulo não foi vencido e nem o será. O povo não afrouxou. Não Recuou. Não transigiu (...) a luta não acabou: vai transformar-se. É um Brasil novo e forte o que surgiu em São Paulo.”

⁴⁶³ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*, São Paulo: USP, 1997.

Efetivamente, os conceitos centrais do discurso liberal, que haviam servido de ponto de apoio para os argumentos *revolucionários* dos paulistas, foram incorporados às medidas políticas de redemocratização do governo provisório, conforme já tivemos a oportunidade de discutir no subtítulo dedicado à participação política partidário-eleitoral dos liberais no Brasil. Além disso, os paulistas, nos primeiros meses de 1934, articularam uma reaproximação amplamente vantajosa com o governo de Getúlio Vargas, conseguindo garantias de autonomia estadual e *coparticipação política* na esfera federal.

Devemos reconhecer que um dos efeitos mais limitadores do 1932 sobre a difusão do discurso revolucionário no Brasil foi a sensível diminuição do potencial de mobilização de militares para as sublevações. Já vimos que o ator militar foi elemento essencial na constituição do discurso revolucionário na década de 1920 e nos eventos de 1930, de tal maneira que o *sujeito revolucionário* desses discursos estava intimamente ligado às condições de disciplina da tropa. A Revolução paulista serviu como um marco na mudança geral da disciplina da oficialidade, proporcionando ao Exército e Marinha um corpo de oficiais mais disciplinados e voltados para os afazeres profissionais.

José Murilo de Carvalho mostra-nos, nas tabelas abaixo, as medidas disciplinadoras adotadas pela cúpula militar entre 1932 e 1938, revelando-nos o quanto as lideranças militares mais sensíveis ao discurso revolucionário foram, paulatinamente, alijadas das suas possibilidades de colocar o aparato militar bélico à disposição das causas revolucionárias.

TABELA Nº 2 Oficiais punidos em 1932

DEPORTADOS		REFORMADOS	
Generais	7	Capitães	85
Coronéis	6	Tenentes	231
Tenente Coronéis	6	Aspirantes	48
Majores	7	2º Tenentes comissionados	94
Capitães	12	Total	458
Tenentes	10		
Total	48		

Fonte: ANAIS DO SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30, Porto Alegre: ERUS, 1983. DE CARVALHO, J.M. *Forças armadas e política* (1930-1945), p. 131.

Ainda que boa parte desses oficiais tenham sido anistiados em 1934, aqueles que retornaram ao Exército tiveram suas carreiras comprometidas e eram vistos com reservas por serem elementos pouco confiáveis. A tabela a seguir mostra de maneira mais exata o impacto das

depurações dos militares – oficiais e praças - suscetíveis aos movimentos revolucionários entre 1931 e 1938:

TABELA Nº 3 Militares do Exército excluídos por razões políticas

ANOS	OFICIAIS	PRAÇAS
1931-34	517	192
1935-36	107	1.136
1937-38	-	247
Total	624	1.575

Fonte: *Idem*, p. 134.

Para a elite política e chefes militares que se encontravam no exílio, em virtude da derrota dos constitucionalistas, existiam dois grandes caminhos a seguir: ou apostavam na anistia ou forçavam a continuação da revolta paulista, convencendo os opositoristas do Rio Grande do Sul a levantar armas contra os governos estadual e federal. Além disso, havia uma importante decisão a tomar em relação às eleições para a assembléia constituinte, a serem realizadas em 1933. Aceitando-se a participação no pleito eleitoral, abandonava-se a opção revolucionária.⁴⁶⁴

Essa perspectiva pareceu prevalecer entre os políticos que permaneceram em atividade no estado do Rio Grande do Sul, como Maurício Cardoso e outros líderes frente-unistas que se decidiram pela política partidária e eleitoral, desistindo da opção revolucionária.⁴⁶⁵ A verdade é que não havia motivos para qualquer entusiasmo quer pela opção política, quer pela via revolucionária. Flores da Cunha manobrava o aparato policial e militar à sua disposição para calar os frente-unistas, enquanto acenava com medidas reconciliadoras. João Neves, do alto da sua experiência, intuía uma derrota duradoura ao falar dos mortos e feridos de um *meeting* mal sucedido em Itaqui e colocava ao seu interlocutor que

funcionário aí é negro de senzala – ou adere ou vai para a rua. Em Cachoeira, funcionários com mais de 20 anos foram demitidos. Com que roupa vocês imaginam uma eleição? (...) Vocês alistam, organizam e dirigirão um pleito de resultado previamente conhecido, isto é, são derrotados. (...) Mas se a revolução também não é possível, o que fazer? Vamos ambos (ele e Pilla) cuidar doutra vida. Ele pretende tratar de uma chácara em Rivera ou Libres, com os cobres da Sul América e eu quero ver se viajo para a Europa no começo de maio⁴⁶⁶.

Esse suposto pessimismo de João Neves não refletia o clima entre os exilados de Buenos Aires. Enquanto os correligionários que foram poupados do exílio trabalhavam para rearticular os partidos tradicionais para as eleições de 3 de maio de 1933, os líderes republicanos

⁴⁶⁴ Arquivo Raul Pilla, 16-1-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁶⁵ Arquivo Raul Pila, 29-10-1932, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁶⁶ Arquivo Flores da Cunha, s/d, doc. n.º 832, NUPERGS-UFRGS.

Lindolfo Collor e João Neves e os libertadores Waldemar Ripoll, Glycerio Alves e Baptista Lusardo buscavam estabelecer acordos militares e políticos para a revanche. O mês de janeiro de 1933 foi de intensa coordenação revolucionária no exterior e no interior do Brasil, conforme percebemos nas palavras de João Neves ao afirmar que as lideranças exiladas estavam sendo procuradas por generais insatisfeitos com a ditadura: “Claro é que os generais nos procuram para uma aliança, por que sabem que temos conosco a força da opinião. Também isso teme Flores da Cunha”.⁴⁶⁷ João Neves acrescentou, ainda, que “fizemos uma primeira etapa adaptando a coordenação militar do Tabora que veio de São Paulo, via Paraguai já com ligações seguras. Nela prosseguimos com método a espera dos de Lisboa”.⁴⁶⁸

A situação dos emigrados no Uruguai era de liberdade vigiada. No final de 1932, Getúlio Vargas foi informado que “os próceres do paulismo estão no Uruguai mais tomando leite de boas vacas do que conspirando, porque a descrença deve estar matando as últimas veleidades conspiratórias dessa sinistra camarilha.”⁴⁶⁹ Sobre esse apoio do governo uruguaio ao governo brasileiro, Fernando Caldas escreveu a Pilla que

todas as nossas lutas estiveram numa dependência muito imediata da situação dos países vizinhos: Argentina, Uruguai e, recentemente, o Paraguai. (...) A nossa situação de revolucionários em face do governo Terra é das mais precárias. Esta gente está totalmente entregue aos interesses da ditadura brasileira. Todos os nossos telegramas, sejam de simples cortesia e ainda mesmo quando trafegam por linhas estrangeiras, são remetidos em cópia ao consulado, à legação, aos governos do Rio Grande e Nacional. A devassa é completa. Em fins de abril, precisamente quando mais se falava em anistia, o governo brasileiro transitava a nossa internação junto ao governo Terra. (...) A Argentina ainda é o melhor lugar. O Paraguai como ponto de escoamento de armamentos a baixo custo pelo porto de Esperança.⁴⁷⁰

O clima de intranqüilidade aumentava à medida que aumentava os rumores de uma possível ajuda mútua entre os exilados brasileiros no Uruguai e as forças oposicionistas desse país, as quais estavam preparando uma reação revolucionária contra um possível golpe de estado articulado pelo Presidente Terra. Nesse sentido, o jornal *El Dia*,⁴⁷¹ de Montevidéu, noticiou em 4 de março de 1933 que era grande a intranqüilidade nas cidades brasileiras fronteiriças com a Argentina e com o Uruguai, com o choque de forças públicas estaduais e federais – estas responsáveis pelo desarmamento das unidades da Brigada Militar, sobretudo nas cidades Uruguaiana e Livramento. O mesmo jornal informou ser de notório conhecimento público a

⁴⁶⁷ Arquivo Flores da Cunha, 10-1-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁶⁸ Arquivo Flores da Cunha, 11-1-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁶⁹ Arquivo Getúlio Vargas, 32-10-04/2, CPDOC-FGV.

⁴⁷⁰ Arquivo Raul Pila, 20-6-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁷¹ Jornal *ElDia*, 04-03-1933, recorte fixado no doc nº 560-933, MRE-ROU.

presença do uruguaio Nepumuceno Saravia como o comandante de um dos regimentos de provisórios antagonistas ao Exército brasileiro.

Em março de 1933, a suspeita da filiação de Nepumuceno aos políticos brasileiros exilados no Uruguai não tinha plausibilidade. Flores da Cunha e seu irmão, Francisco Flores, tinham laços de amizade com Nepumuceno e com ele faziam negócios de gado na fronteira. Essa situação colocava o governo do Rio Grande do Sul em situação delicada frente aos políticos nacionalistas que controlavam a fronteira norte do Uruguai, pois não podiam apoiar abertamente o trânsito de armas e cavalos do lado brasileiro para o Uruguai, em virtude da aliança diplomática que unia o Rio de Janeiro a Montevidéu, mas também não podiam virar as costas para os políticos opositores uruguaios, pois estes poderiam se unir aos emigrados brasileiros. Até a pacificação interna do Uruguai, em janeiro de 1933 e a conseqüente aliança de Herrera com Gabriel Terra, Flores da Cunha não dificultou o trânsito de armas do Brasil para o Uruguai, mas depois tratou de mostrar-se neutro diante da política interna uruguaia.

Já foi destacado, no início deste subtítulo dedicado ao discurso revolucionário dos liberais, que a viabilidade de um levante armado entre os uruguaios era bem menor que entre os brasileiros. Contudo, os exilados políticos que se encontravam nos países platinos estavam com uma limitada margem de ação. Seus discursos liberais a favor de uma nova lei eleitoral e da convocação da assembléia constituinte já haviam sido superados pela iniciativa governamental. O apoio militar nos quartéis era severamente vigiado e reprimido. Os trabalhos de ligação, preparação e coordenação das atividades opositores eram vigiados e neutralizados por medidas de contra-espionagem, censura e repressão policial tanto por parte das autoridades brasileiras, quanto pelas do Uruguai e da Argentina.

O Congresso Libertador, por exemplo, só se realizou em Rivera, no mês de abril de 1933, depois da autorização do governo de Gabriel Terra e sob a vigilância de dez agentes infiltrados que vinham de São Paulo para identificar lideranças militares exiladas junto à fronteira com o Brasil⁴⁷². O congresso em Rivera tinha o propósito de reunir os exilados e os delegados de cerca de sessenta municípios gaúchos para discutir a formulação de uma chapa única com o Partido Republicano, visando concorrer às eleições para a Assembléia Constituinte, em maio de 1933, bem como formular um conjunto de propostas para a redação da nova Carta.

Enquanto os exilados sul-rio-grandenses debatiam-se pela coordenação do movimento revolucionário na região platina, recebiam um duro golpe político com o resultado das eleições de 3 de maio de 1933. Das 188.723 cédulas apuradas 77,92% foram para o PRL e

⁴⁷² Arquivo Flores da Cunha, documento sem data, n.º 870, NUPERGS-UFRGS.

22,08% para a FUG, que elegeu apenas três deputados, ao passo que o seu rival político enviou treze representantes para a Assembléia Constituinte.

O pleito eleitoral esteve comprometido com cédulas previamente marcadas⁴⁷³ e importantes líderes republicanos e libertadores foram impedidos de concorrer. Além disso, houve perseguições no interior do estado e os funcionários públicos tiveram seus votos vigiados. Essa situação de impotência política reacendeu as conspirações revolucionárias entre os exilados, que na ata firmada em 7 de maio de 1933, decidiram-se pela formação de um centro coordenador de exilados com sede em Rivera, “visando emprestar maior responsabilidade e autoridade às deliberações do exílio”.⁴⁷⁴

A tarefa de preparar uma revolução no Brasil estava dividida entre dois conselhos. O de Rivera teria a responsabilidade de levantar o Rio Grande do Sul e o de Buenos Aires teria que coordenar os esforços no restante do país.⁴⁷⁵ Depois de detalhado planejamento sobre como arrecadar os fundos financeiros e dividir as áreas de recrutamento e preparativos militares⁴⁷⁶, buscou-se o apoio financeiro do governo uruguaio para a subsistência dos exilados políticos brasileiros sem recursos, com base no acordo bilateral estabelecido entre os dois países. Segundo esse acordo, toda a vez que um exilado era *internado* em determinada cidade, a pedido de seu país de origem, fazia jus a uma ajuda de custos cedida pelo país responsável pela internação⁴⁷⁷.

Contudo, essa prática do direito internacional⁴⁷⁸ foi alvo de grande polêmica entre os representantes diplomáticos do Brasil, Uruguai e Argentina. Segundo relato do embaixador uruguaio no Brasil, ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai⁴⁷⁹, o embaixador argentino havia apresentado uma apreciação de seu país ao Itamarati sobre as cláusulas que regulavam os direitos e deveres dos exilados políticos, segundo a qual as despesas deveriam limitar-se aquelas da internação e não na de “una pensión a los exilados, lo que daría lugar a una ‘industria del destierro’ o modo de vivir a expensas del mismo gobierno que se quiere derrocar”. Acrescentou, ainda, que mediante análise de cada caso poderia haver um auxílio para a alimentação e

⁴⁷³ Arquivo Raul Pilla, 5-5-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁷⁴ Arquivo Raul Pilla, 7-5-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁷⁵ Arquivo Raul Pilla, Ata de 22-5-1933, assinada por Pilla, Ripoll e Paim. NUPERGS-UFRGS.

⁴⁷⁶ Arquivo Raul Pilla, 2-6-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁷⁷ Exemplo desse expediente foi a iniciativa de Benjamim Soares Cabello e Antonio Cabello, ambos gaúchos opositoristas a Getúlio Vargas e Flores de Cunha, quando solicitaram ao Ministro do Interior uruguaio “uma quota” em dinheiro para sobreviverem em Montevidéu, em virtude das suas internações naquela cidade, em 4 de abril de 1933. Arquivo MRE-ROU, doc nº 192, de 27-04-1933.

⁴⁷⁸ Convenção de Direito Internacional Público, firmado na sexta Conferência Panamericana de Havana (1928), que trata das condições do estrangeiro e do asilo político. No Brasil foi sancionada pelo Decreto nº 5.647, de 22 de outubro de 1929.

⁴⁷⁹ Arquivo MRE-ROU, doc nº 65-934, de 15-02-1934.

subsistência mínima e que deveria ser o país de abrigo o responsável pela internação e vigilância sobre os emigrados, visando restringir-lhes as ações conspirativas.

Benjamim Soares Cabello descreveu a expectativa frustrada dos exilados sul-riograndenses em relação ao apoio financeiro que viria de São Paulo, destacando que havia planos de invasão do Rio Grande do Sul e notícias animadoras, as quais não foram confirmadas e forçaram a reavaliação das alternativas de força contra o governo brasileiro.⁴⁸⁰

Naquele ano de 1933, esse clima conspirativo e revolucionário perdia o ímpeto diante das iniciativas apaziguadoras de Getúlio Vargas, como a convocação de uma assembléia nacional constituinte com deputados eleitos sob o manto da nova legislação eleitoral e a nomeação de um interventor menos antipático a causa paulista: o interventor General Valdomiro Castilho de Lima (06-10-32 a 27-07-32) fez a mediação para passar o governo estadual ao político paulista Armando de Salles de Oliveira (21-08-33 a 29-12-36).

A defecção paulista dos preparativos revolucionários na região platina coincidia com as iniciativas da elite política do Rio Grande do Sul, na busca de soluções mediadoras e pacificadoras que desde junho já ocorriam entre as lideranças partidárias exiladas e o governo do Rio Grande do Sul, visando estabelecer as condições para o retorno às atividades políticas ordinárias no estado. Com esse propósito, Assis Brasil encontrou-se com Lima Cavalcanti em Buenos Aires e Afrânio de Melo Franco com Lusardo em Montevideú. Além disso, a partir de agosto de 1933, o governo federal acenou com a possibilidade de anistia aos militares envolvidos na revolução de 1932, o que ocasionou uma grande desmobilização entre aqueles que já não contavam com recursos financeiros para se manter no exterior. O cônsul brasileiro em Buenos Aires notou que “quanto aos militares, há uns irredutíveis que não querem sequer voltar ao Brasil, preferem aos hábitos de vestaes (sic), para conservarem o fogo sagrado da revolução (...) outros, mais práticos, acham que seria melhor trabalharem pela causa na tropa (grifo do autor)”.⁴⁸¹

Efetivamente, os liberais revolucionários que se achavam no exílio foram anistiados e retornaram para as atividades partidárias e eleitorais como oposicionistas em março de 1934. Contudo, deve-se destacar que esses políticos que amargaram quase dois anos de exílio ou que experimentaram a perda dos postos de comando anteriores à *revolução de 1930* não abandonaram as atividades conspiratórias. Um extenso relatório secreto expedido pela Seção de Segurança Política do Distrito Federal, contém a narrativa de um delator do movimento

⁴⁸⁰ *Correio de Povo*, 15-3-1938, p. 18.

⁴⁸¹ Arquivo Getúlio Vargas, 33-11-07, CPDOC-FGV.

revolucionário - de amplitude nacional - contra o governo de Getúlio Vargas, com grande riqueza de detalhes.⁴⁸²

O relatório inicia definindo quem eram os conspiradores, destacando que o Brasil havia sido dividido em oito zonas de coordenação, chefiadas por no máximo dois elementos em cada uma, os quais prestavam contas aos chefes supremos instalados no Distrito Federal. Na cúpula do movimento subversivo estariam os generais João Guedes da Fontoura, Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Bertholdo Klinger, Sotero de Menezes, Waldomiro Castilho de Lima, Deschampes Cavalcante e Pantaleão Telles, acompanhados dos civis Arthur da Silva Bernardes, Otavio Mangabeira, Batista Lusardo, João Neves da Fontoura e Palimercio de Rezende.

A rede de conspiração teria seus pontos fortes nos estados do Paraná e de Minas Gerais, com grande engajamento de unidades militares federais e, sobretudo, das forças públicas estaduais. Os conspiradores teriam armamento residual do levante paulista de 1932 escondidos em fazendas, chácaras e casas isoladas que o relatório especifica detalhadamente com endereços, quantidades e os seus responsáveis. Além disso, existem dezenas de nomes de sargentos, oficiais e civis com suas respectivas atividades e endereços de encontros, bem como se detalha o esquema de pagamento dos mensageiros, sindicalistas, militares e policiais para colaborarem com o futuro levante, que seria precedido de uma grande greve geral.

Ainda que o relato suscite reservas, é particularmente interessante notar como o enunciador mescla atores sabidamente liberais com os conceitos de revolução da vertente ideológica do marxismo. Segundo relata, o movimento teria por premissas: a) o uso da violência; b) nenhuma tolerância com os opositores; c) prévia seleção dos elementos que ocupariam os postos de mando; d) maior emprego do elemento proletário, do que foi feito em 1930 e 1932; e) prévia elaboração de um detalhado plano de ação no tocante aos preparativos, execução e estabilização do golpe revolucionário, que contaria com a nomeação de delegados com poderes extraordinários em cada estado, partido único nacional, unificação militar e

⁴⁸² Arquivo Nacional, fundo Góes Monteiro, relatórios, microfilme 052-97, documento 728. Este relatório de 52 páginas foi redigido entre os meses de julho e setembro de 1935 e como qualquer outra fonte histórica tem de ser entendido com parcimônia. Primeiro, porque seu redator ignora totalmente os preparativos revolucionários do PCB, confundindo premissas mais radicais da ANL com a estratégia defendida pelos políticos liberais opositoristas. Segundo, porque enumera militares de alta patente que, embora preteridos no poder e isolados por uma eficiente política de promoções e movimentações, jamais compartilhariam um plano que tinha seu ponto forte na sublevação de sargentos, como é exemplar o caso do general Daltro Filho, que um ano antes sufocou com mão de ferro os preparativos de levante de sargentos no estado de São Paulo, conforme destacaremos nesta tese. Entretanto, a precisão e os detalhes com que o informante destaca os preparativos de uma revolução, informações estas que poderiam ser facilmente verificadas pela polícia indicam que: a) era elemento de alta confiança e de grande trânsito na cúpula do movimento e muito provavelmente vendeu suas informações; b) havia, realmente, uma articulação conspiratória com recursos militares voltados para uma ação violenta contra o governo; c) o governo de Getúlio Vargas tinha seu serviço de inteligência muito bem informado, tanto sobre os comunistas como sobre os liberais conspiradores.

sindical, nacionalização de empresas estrangeiras e rompimento de todos os contratos prejudiciais à nação.

Sabe-se como a intentona comunista precipitou uma avalanche de medidas repressivas e preventivas por parte do governo, o qual não apenas fez valer integralmente a Lei de Segurança Nacional, como a aprofundou sob o escudo dos Estados de Guerra decretados com o beneplácito do Congresso Nacional e da maioria dos governadores dos estados. Certamente esse clima de perseguição aos conspiradores facilitou o desmonte da máquina revolucionária criada pelos liberais e preveniu a sociedade contra planos subversivos de índole violenta. Na década de 1930, restaria apenas mais uma iniciativa de *revolução* por parte dos opositores ao governo de Getúlio Vargas, que foi o ataque de alguns conspiradores militares e civis – com alguma participação de integralistas – ao palácio do governo federal em 1938.

O retumbante fracasso desse ataque e o destino dado aos seus planejadores e executores⁴⁸³ demonstrou aqueles que ainda alimentavam idéias revolucionárias, inspirados por princípios liberais ou por simples ambição pelo poder, a enorme vulnerabilidade do discurso revolucionário na sujeição dos militantes que não tinham nem a convicção, nem o comprometimento e nem os motivos suficientemente fortes para empenharem suas vidas ao ideal de uma revolução.

2.2 A revolução entre os liberais opositoristas uruguaios

Em 1932, Terra e os anti-herreristas estavam perdendo terreno para as forças rivais, devido ao aprofundamento da crise e a pressão advinda de setores como os importadores, proprietários urbanos/rurais e pecuaristas. A situação tornou-se potencialmente explosiva quando Nepomuceno e Villanueva Saravia, filhos do caudilho Aparício, somaram-se aos herreristas revolucionários como Carmelo Cabrera, Lizardo Gonzáles, Antonio Maria Fernandez, Luciano Macedo e outros. Esse grupo, tradicionalmente identificado com os levantes revolucionários provenientes do interior uruguaio, notoriamente da região da fronteira com o Brasil, contava com um ambiente extremamente favorável à mobilização armada.

No Brasil, a situação política também era tensa. Em virtude disso, em dezembro de 1932, o Uruguai recebia levas crescentes de exilados brasileiros provenientes da revolta fracassada contra o Governo Provisório de Vargas e a fronteira contava com fortes redutos do Partido Libertador, sendo farta a existência de contingentes desmobilizados e disponíveis para pegar em armas. Flores da Cunha, por sua vez, repetia a estratégia castilhistas de auxílio extra-oficial aos revolucionários uruguaios, comprometendo-os e impedindo qualquer união com a

⁴⁸³ Maiores esclarecimentos sobre isso podem ser encontrados em NASSER, David, *A revolução dos covardes*. 2.ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947.

oposição sul-rio-grandense exilada. Desta forma, seu antigo companheiro das *correrias de 1923*, Nepomuceno Saravia, conseguiu com que as armas e munições, compradas por Herrera no Rio de Janeiro, fossem introduzidas no território uruguaio por Masoller, Aceguá, Chuy e Nova Palmira, totalizando mais de cinco mil fuzis e conjuntos completos de metralhadoras.⁴⁸⁴

Tratava-se de um apoio recíproco entre o governo do Rio Grande do Sul e os *saravistas*, como se pode observar nesta correspondência de Nepomuceno Saravia para Flores da Cunha:

(...) el día 15 estaré en Rivera, a su entera disposición, en cuyo sentido, ya escribí a su hermano, mi amigo Coronel Chico Flores. De acuerdo con nuestra vieja y leal amistad y como consecuente a ella al llegar a Rivera estaré completamente a sus ordenes y quiero expresar a mi digno y noble amigo, en la forma mas radical, que en esta emergencia por la cual atraviesa su país lo acompañaré a vd. personalmente sin analisis de tendencia alguna, vale decir, que estoy con el amigo, en cualquier terreno, por lo cual puede disponer y transmitirme sus instrucciones a Livramento donde estaré a fecha indicada. No escapa a mi compenetración la difícil situación de la política brasileña y principalmente de Rio Grande, por lo cual, el amigo podrá apreciar la significación de mi adhesión personal, expresada en forma tan amplia, en que la formulo.⁴⁸⁵

João Neves estava atento a esse esforço de Flores da Cunha em cooptar as forças revolucionárias uruguaias, quando levantou suspeitas sobre o auxílio em armamento que recebia Nepomuceno, afirmando com seu estilo único: “o louco (Flores da Cunha) está internacional!”⁴⁸⁶ Enquanto isso, Herrera, líder máximo do movimento, não escondia seu livre trânsito entre os políticos situacionistas do Rio Grande do Sul, ao reunir-se num banquete com o clã Flores da Cunha em Livramento ou quando se deslocou até o Rio de Janeiro para a compra de armamentos.⁴⁸⁷ Nepomuceno deixou claro o franco acesso que tinha ao interventor do Rio Grande do Sul, quando solicitou o seu empenho para resolver uma apreensão de gado que estava sendo trasladado do Brasil para o Uruguai, no que teve pronta resposta positiva.⁴⁸⁸

Em dezembro de 1932, havia toda uma organização montada para o levante: no Norte, junto à fronteira com o Brasil, Nepomuceno seria o chefe militar, Villanueva Saravia ao Leste, Antonio Maria Fernandez ao centro e Lizardo Gonzáles ao Sul⁴⁸⁹. Contudo, um encontro entre o Presidente Terra e Herrera, na casa deste, em janeiro de 1933, mudou o rumo dos acontecimentos. Terra era um batllista moderado e tinha sua liderança no partido colorado dificultada pela presença dos filhos de Batlle, herdeiros do legado deixado pelo pai. Além

⁴⁸⁴ ABADIE, *op. cit.* p.219.

⁴⁸⁵ República- documentos do Rio e de diversas autoridades, maço 72, 2-8-1932, AHRGS.

⁴⁸⁶ Arquivo Raul Pilla, 11-1-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁸⁷ IMAZ, *op. cit.* p. 68.

⁴⁸⁸ Arquivo Flores da Cunha, 25-5-1933, NUPERGS-UFRGS.

⁴⁸⁹ ABADIE, *op. cit.* p. 219.

disso, assim como Herrera, tinha restrições ao governo colegiado, razões que tornaram possível a abertura de uma importante via de negociação com o suposto inimigo político.

Depois de propor fórmulas conciliatórias como a eleição de uma Assembléia Constituinte ou a convocação de um plebiscito para a reforma da Constituição de 1917 - que era praticamente imutável por exigir dois terços dos votos para qualquer alteração do seu texto - ouviu de um determinado Herrera que todo esforço conciliatório seria inútil diante da maioria parlamentar de batllistas e anti-herreristas e que

El cambio radical se impone; hay que hacerlo. Lo haces tú o lo hacemos nosotros. En lo que me es personal, yo ya estoy resuelto. Al iniciarse esta acción de regeneración nacional empecé por poner mi vida sobre el tapete. (...) Lanzados al supremo recurso, bien comprendo que tú nos vencerás, siendo tan desiguales las fuerzas; pero yo corro mi destino y jamás abandonaré a mis camaradas de infortunio, de accidental infortunio, porque de la sangre que se derrame brotará la solución que el país exige.⁴⁹⁰

Se foi esse o verdadeiro diálogo entre os dois, não saberemos, mas o certo é que, depois do encontro, Terra mandou publicar um manifesto pela paz e Herrera percorreu o interior do país para deter o movimento revolucionário. Dessa atitude, mais de aliados do que de inimigos, surgiu a desconfiança dos batllista e anti-herreristas que publicaram no periódico *El Dia* em 30 de março de 1933, um manifesto onde afirmavam estar em jogo a democracia e a liberdade pública e acusavam o Presidente de estar montando, entre sombras, a máquina da ditadura. Para o Presidente Terra era chagado o momento decisivo: Se os batllistas e anti-herreristas se unissem no parlamento, poderiam propor o seu impedimento e destituí-lo do cargo.

Em 31 de março de 1933, Gabriel Terra - apoiado por setores conservadores como a Federação Rural, a Federação das Indústrias e a Câmara do Comércio - calou a imprensa oposicionista, desfez o Conselho Nacional de Administração, implantou uma junta de governo, prendeu conselheiros, legisladores e políticos oposicionistas e mandou para o exílio toda a liderança que se opunha ao governo, a exceção do conselheiro batllista Baltasar Brum, ex-presidente, que se suicidou em público porque

la patria reclama sangre en el día en que han sido conculcadas sus libertades y le ofresco la mía. La patria necesita sangre: necesita sangre de dirigentes y yo le ofresco mi vida. Este gobierno fascista que hoy se inicia, durará veinte años; com mi muerte quizá yo redusca esos veinte años a cinco.⁴⁹¹

O sacrifício dramático de Baltasar Brum comoveu a opinião pública, mas não foi o suficiente para mobilizar massivamente as pessoas na direção de uma participação política de

⁴⁹⁰ *idem*, p. 222.

⁴⁹¹ Descrição da palavras de Baltasar Brum, no jornal "El Dia", In MACHADO, *op. cit.* p. 113.

oposição. Um vez desfeitos os preparativos revolucionários que vinham se ensaiando desde janeiro de 1932 e que ganharam proporções de vulto em dezembro deste ano, restava atividades de oposição pela imprensa, nas passeatas de protesto, nos movimentos grevistas e nos embates eleitorais que não foram suspensos, mas perderam a representatividade pelo abstencionismo de batllistas e nacionalistas independentes, bem como pela falta de transparência na apuração dos resultados, uma vez que os principais partidos opositoristas não exerceram qualquer fiscalização.

O fracionamento dos partidos, sobretudo entre os nacionalistas, que vinha ocorrendo desde a metade da década de 1920, também foi um importante fator de inércia política opositorista. A derrota para os colorados em 1930 foi o ponto culminante que mostrou o nível de cisão entre as facções do emblema Blanco: na disputa pela Presidência do Diretório, em janeiro de 1931, Herrera, contrário ao colegiado, favorável à reforma eleitoral e à diminuição do papel do Estado na economia, foi derrotado por Ismael Cortina, contrário ao *personalismo* no interior do partido. A partir de então existiram dois diretórios, um fiel a Herrera com o nome de *Comité Nacional Herrerista*, e o outro mantendo a nomenclatura oficial do partido nacionalista⁴⁹².

A radicalização política entre muitos grupos rivais, alimentada por temas polêmicos como a fim do sistema colegiado de governo, reforma constitucional, aumento da presença do Estado na economia, discussão da posse legítima dos lemas colorado e blanco entre diferentes sublemas irreconciliáveis, tudo isso foi convergindo para a solução radical da quebra da normalidade constitucional, com o golpe de Terra e a posterior reação das forças opositoras que procuraram recuperar os preparativos revolucionários interrompidos, buscando maior apoio entre elementos do exército, uma vez que o golpe de estado aconteceu basicamente com apoio da polícia, a ponto de ser denominado o “golpe dos cassetetes”.

Herreristas, colorados riveristas e tradicionalistas chocavam-se violentamente contra batllistas, anti-herreristas (Partido Nacional Independente), socialistas, comunistas, cívicos, e radicais blancos. Desse confronto buscou-se a formação de um bloco opositorista sem sucesso, como já vimos anteriormente, restando a conformidade com as novas regras políticas, eleitorais e institucionais ou a revolta armada nos moldes do que ocorria no final do século XIX. Foi por esse caminho que seguiram os adeptos do *neosaravismo*, tendo por liderança os sempre revolucionários Saravias e Basílio Muñoz, que realmente levou até as últimas conseqüências a revolta armada.

⁴⁹² Sobre uma detalhada história dos partidos abrigados sob o lema nacionalista, ver: ABADIE, Washington R., *História Del Partido Nacional*. Montevidéo: EBO, 1989. e IMAZ, Ricardo R. *Los blancos – de Oribe a Lacalle* (1836-1990), Montevidéo, Ediciones Blancas, 1990.

Os preparativos revolucionários de Basílio Muñoz não eram desconhecidos pelas autoridades uruguaias, que sabiam, igualmente, que tal intento revolucionário ocorreria desde o Norte do país, por onde os revolucionários passariam armas, cavalos e combatentes através da fronteira com o Brasil. Essa foi a razão pela qual o embaixador brasileiro em Montevidéu foi chamado para entrevistar-se com o Presidente Terra e um grupo de ministros, ocasião em que tranqüilizou as autoridades daquele país sobre o ambiente subversivo vivido na fronteira com o Brasil.⁴⁹³ O ministro destacou que na visita que fez à Rivera e Livramento encontrou o ambiente em plena normalidade e transmitiu a solicitação do chefe político local de Livramento, Coronel Francisco Flores – irmão de Flores da Cunha – para que as autoridades de Rivera não fossem substituídas, visto serem garantia de colaboração na manutenção da paz e da ordem naquela região.

As colocações do embaixador eram tranqüilizadoras, mas não eram coerentes com o que pensavam os líderes oposicionistas e tão pouco com a tradição política uruguaia. Não seria a primeira vez que o interior uruguaio, em especial a sua porção mais ao norte, próximo à fronteira com o Brasil, ameaçaria ou efetivamente ergueria armas contra o governo central. Contudo, o intento de Basílio Muñoz tinha algo de anacrônico, que remetia para as velhas *montoneras* do século XIX, nas quais a família Saravia havia ganho grande prestígio. Tal anacronismo tornava-se ainda mais evidente quando lembramos que, desde 1905, quando Batlle pacificou o interior, os nacionalistas optaram pela participação política institucionalizada e tiveram progressivo e notável sucesso eleitoral contra as facções coloradas, chegando a erguer Herrera à Presidência do Conselho Nacional de Administração⁴⁹⁴, entre 1925 e 1929.

É certo que a opção revolucionária jamais foi descartada e sempre era lembrada nos momentos de impasse como forma de pressão e barganha, mas a sua efetiva realização parecia um empreendimento incerto e temerário, como sinalizavam as tentativas conspiratórias do final de 1933 e as de abril de 1934, culminando com o desastre de Basílio Muñoz em janeiro de 1935.

Nos últimos meses de 1934, o governo uruguaio tinha informações seguras sobre os preparativos revolucionários em território brasileiro e enviou o Coronel Ganzo Fernandez para falar o com o interventor gaúcho Flores da Cunha, visando obter a ordem de internação de Basílio Muñoz. Esse pedido ao interventor do Rio Grande do Sul e não ao governo federal do Brasil tinha uma razão: Muñoz era amigo pessoal da família Flores da Cunha e contava com a hospitalidade de Chico Flores (irmão do interventor) que o recebia em suas fazendas e recusava-

⁴⁹³ Arquivo histórico do Itamaraty, delegações brasileiras, montevidéu, ofícios, tomo 33-3-12, ofício nº 347, 03-12-1934.

⁴⁹⁴ Em 1926, Herrera quase conseguiu eleger-se Presidente da República, o que significaria o rompimento da hegemonia colorada nessa posição de poder. O insucesso deveu-se às divisões internas dos nacionalistas, divididos entre *principistas* e *herreristas* e, sobretudo, pela proposta de um candidato em separado por parte dos nacionalistas radicais.

se a entregá-lo às autoridades uruguaias, dizendo que não acreditava que seu amigo estivesse envolvido em atividades subversivas na fronteira Brasil-Uruguai.⁴⁹⁵

As medidas de prevenção adotadas pelo governo uruguaio não impediram que um pequeno grupo de homens escassamente armados, sob o comando de nacionalistas independentes, alguns batllistas e brancos radicais, invadissem o Uruguai desde o Brasil, no mês de janeiro de 1935, seguindo-se os combates nas localidades de Canelones, Cerro Chato e Santa Clara, culminando no enfrentamento com tropas legalistas fortemente armadas em Passo Morlán. O resultado não surpreendeu a ninguém: os revolucionários foram sufocados e seguiram-se deportações, prisões, perseguições e demissões de funcionários públicos como forma de retaliação e repressão aos simpatizantes de Muñoz.

O embaixador brasileiro em Montevidéu escreveu um detalhado relatório sobre como ocorreu o levante e o destino da liderança envolvida naquilo que denominou de “a derradeira revolta caudilhesca”.⁴⁹⁶ Basílio Muñoz refugiou-se na fazenda de um amigo em São Gabriel, enquanto outras lideranças foram internadas na cidade de Porto Alegre e aqueles que não conseguiram refugiar-se em alguma embaixada em Montevidéu foram presos e trasladados para a ilha de Flores. As autoridades brasileiras realmente não facilitaram o levante e Francisco Flores, em Livramento, colocou-se inteiramente ao lado do governo uruguaio. Contudo, foi impossível não perceber que as armas eram oriundas do Brasil, que as lideranças associadas a Basílio planejaram as ações desde fazendas de amigos brasileiros, os quais acolheram os desafortunados revolucionários logo após os fatos demonstrarem que nem o exército nem a opinião pública mobilizaram-se em favor dos revoltosos.

O discurso revolucionário de Muñoz e de seus seguidores, ainda que incorporasse alguns tópicos contemporâneos - como a luta contra o imperialismo, que era bandeira do aliancismo marxista - não conseguiu mobilizar a opinião pública e teve escasso apoio popular. Foi tão isolado o movimento que o governo sentiu-se seguro o suficiente para libertar todos os prisioneiros da ilha de Flores que ergueram armas contra a ordem pública, por meio do decreto de 16 de fevereiro de 1935, excetuando-se aqueles que fugiram para o exterior, ou seja, a cúpula política do movimento.⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ Essa foi a resposta dada por Chico Flores ao embaixador brasileiro Licillo Bueno, quando este esteve em Santana do Livramento para avaliar a veracidade dos boatos sobre um levante armado na fronteira. Arquivo histórico do Itamaraty, delegações brasileiras, montevidéu, ofícios, tomo 33-2-11, ofício nº 347, 26-11-1934..

⁴⁹⁶ Arquivo histórico do Itamaraty, delegações brasileiras, montevidéu, ofícios, tomo 33-3-12, ofício nº 46, 12-02-1935.

⁴⁹⁷ Arquivo histórico do Itamaraty, delegações brasileiras, montevidéu, ofícios, tomo 33-3-12, ofício nº 53, 21-02-1935. O embaixador brasileiro não perdeu a oportunidade de acrescentar que o frustrado movimento revolucionário dava a oportunidade de Gabriel Terra alijar do serviço público todos os seus adversários e colocar nas vagas abertas seus aliados.

Entretanto, Basílio Muñoz converteu-se em símbolo de diversos setores oposicionistas a Gabriel Terra, não exatamente como os antigos caudilhos das *montoneras*, mas como herói revolucionário depurador da sociedade e do governo, encarnando tanto a tradição revolucionária romântica e jacobina quanto o a tradição do interior uruguaio rebelde e potencialmente insurreto, tal como é possível identificar nesse extrato do *jornal Acción* (nacionalista da facção democrática-social):

Basílio Muñoz es un símbolo en esta época de los prudentes, de los ponderados, los sensatos; en esta época de sensualidad inferior, de inferior goce de la vida, de apatía y de indiferencia que desconoce el sacrificio y le huye; en esta época de los doctores racionalistas, evolucionistas y legalistas. Basilio Muñoz es la pasión y el ardor, la aventura y el heroísmo que por mismo, no mide ni calcula, en fin, la sagrada y depuradora violencia, frente a los intereses creados y la cobardía de ciertas inteligencias⁴⁹⁸.

Percebe-se que o texto destaca os aspectos emocionais e idealistas da revolução, sua natural violência e caráter regenerador, contrapondo com a racionalidade das lideranças políticas (a palavra *doctores* remete para a elite culta e partidária de Montevideú) e a apatia confortável do restante da população. Essa percepção das duas posturas diante de uma situação supostamente inaceitável (a ditadura de Terra) e a opção pela revolta armada como recurso extremo, enfatiza o discurso que revela a perplexidade do enunciador diante dos seguintes pressupostos: a) a ditadura é uma realidade suportável com a qual é possível se adequar; b) a apatia da maioria acaba por definir o comportamento político predominante, indiferente à superioridade dos sentimentos e valores de uma minoria revolucionária; c) o exemplo do herói revolucionário, como líder esclarecido, conduzindo companheiros idealistas, já não funcionava como instrumento de mobilização e participação política.

Subjacente ao texto está a percepção do enunciador da falência de revolução mobilizadora das massas - cativas ao líder esclarecido – e a descrença na democracia, diante da imobilidade provocada na troca da participação política ativa pela comodidade popular diante do Estado provedor das necessidades básicas da população. Já destacamos como os regimes autoritários são eficazes nessa imobilização do sujeito social, mas também nos regimes democráticos massivos prospera esse sentimento de apatia que cada indivíduo sente diante do culto da maioria e da *ditadura da massa*, tal como sintetizou Tocqueville:

Quanto mais o povo se aproximar de um nível comum de condição igual e semelhante, menos inclinado cada homem se torna a ter fé implícita num certo homem ou numa certa classe de homens. Mas a sua disposição para acreditar na multidão aumenta, e a opinião é mais do que nunca a senhora do mundo. (...) Quando um habitante de um país democrático se compara, individualmente, a todos os outros a sua volta, sente, com orgulho, que é igual a qualquer deles; quando chegar a examinar a totalidade de seus semelhantes, e se colocar em contraste com um corpo tão formidável, será imediatamente

⁴⁹⁸ *Jornal Acción*, Montevideú, 30 de janeiro de 1936, p. 8.

esmagado pelo senso da sua insignificância e fraqueza.. A mesma igualdade que o torna independente de cada um de seus concidadãos, tomados separadamente, expõe-no, sozinho e desprotegido, à influência do maior número.⁴⁹⁹

A questão central proposta por Tocqueville é a liberdade. Como aristocrata ele percebeu a ruína do seu mundo, mas não se pôs a lamentar e sim procurou prever as possibilidades e os limites que a nova ordem democrática impunha à liberdade humana. Nisso, poucos pensadores conseguiram ser mais felizes que esse historiador, sociólogo e filósofo que testemunhou a revolução francesa e a instalação de um novo estilo de vida na jovem América do Norte. Para ele, o despotismo é simples e cômodo, provoca a fácil adesão diante de vantagens imediatistas e faz com que os cidadãos sintam-se tentados a sacrificar suas garantias individuais diante da promessa da ordem, da proteção aos mais fracos e da prosperidade passageira.

As palavras de Tocqueville permitem perceber que o fracasso de Basílio Muñoz ultrapassa o localismo e o eventual. Traz, para a superfície da análise, a fragilidade da participação política em um momento limite entre três propostas de sujeição dos indivíduos: a) a democracia liberal e formal com a constante luta pela formação e manipulação das maiorias – quando não pelo seu mascaramento; b) a democracia revolucionária que mais que uma meta, é um método violento e autoritário para alcançar um estágio hipoteticamente mais justo e feliz que o anterior; c) a ditadura como instrumento igualmente violento e autoritário de superação de uma crise e descrença nas instituições, mas que - diferente da democracia revolucionária - opta pelas mudanças graduais, concedidas e predominantemente conservadoras.

Diante desse quadro, desaparece o entusiasmo fácil e precipitado pela democracia formal-representativa e parece-nos menos paradoxal que gerações anteriores tenham optado, sem grandes resistências, por regimes autoritários, uma vez que, em qualquer das três estratégias de sujeição, encontramos a mesma vítima: o ator político... Nesta perspectiva, para esse ator, as opções seriam o esmagamento pela impessoalidade da maioria; a sua negação, enquanto ente autônomo, pelo projeto revolucionário ou ser reprimido, até a acomodação, pela ditadura.

Mas algo escapa desse reducionismo. Os discursos revolucionários não provocaram a mesma significação em todas as pessoas ou grupos sociais, havendo um constante deslizamento de sentido⁵⁰⁰ conforme a localização do indivíduo (ou grupo) na estrutura social, assim como em

⁴⁹⁹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*, São Paulo: Martins Fontes, 2005 p. 172-173.

⁵⁰⁰ Aqui enfatizamos o limite da linguagem como instrumento de comunicação, identificação e conceituação, por conta da autonomia e subjetividade dos enunciadores e interlocutores que participam do processo da comunicação. A expressão *deslizamento de sentido* ficou particularmente conhecida por meio da obra *Gramatologia*, de Jacques Derrida, quando destaca que os sentidos das palavras jamais se realizam totalmente, existe sempre um adiamento da plena significação, de tal forma que a linguagem não preenche todas as lacunas da produção, reprodução e compartilhamento da cultura.

função de uma relativa margem de autonomia que tem todo o interlocutor no processo da comunicação. Entre aqueles que mais abertamente discutiram o conceito de revolução, encontramos os colorados do grupo *avanzar*, utilizando-se do jornal com o mesmo nome e os democráticos-sociais entre os nacionalistas, com o jornal *Acción*.

Para os nacionalistas inclinados ao socialismo, uma revolução deveria

tener por finalidad algo más que obtener garantías de carácter político y en su programa deben existir estampados principios que aseguren no sólo la estabilidad y el orden institucional sino también transformaciones en la estructura social y económica del país que apesure su evolución histórica hacia la conquista de postulados que son norte de nuestra acción política.⁵⁰¹

Nota-se que estão presentes nesse discurso o evolucionismo com base no processo histórico, assim como um tom conciliador ao admitir que a preocupação com a ordem e com a estabilidade das instituições é legítima, embora não devesse ser o objetivo final do movimento revolucionário. Essa contradição entre o caráter violento e radical de uma revolução com base nos “princípios” ou “postulados” históricos com o conservadorismo institucional, resulta da censura que pesava sobre os jornais oposicionistas assim como da plena consciência do limite de representatividade dos socialistas na sociedade uruguaia – conforme puderam constatar em mais de um pleito eleitoral.

Especialmente no ano de 1934, quando a oposição sofreu o duro revés da reeleição de Terra (21 de março), da aprovação plebiscitária⁵⁰² da nova Constituição (19 de abril), da predominância situacionista no pleito eleitoral para senadores, deputados e intendentes⁵⁰³ e do fracasso da mobilização popular contra a ditadura - na frustrada passeata de 11 de agosto - os discursos dividiram-se entre a radical prédica pela violência revolucionária ou pelo abandono completo desse caminho em troca da campanha ideológica para a *mudança de mentalidade* do povo uruguaio. Para o primeiro caminho inclinou-se a tendência marxista entre os nacionalistas, para o segundo os socialistas batllistas.

Conscientes desse limite, o grupo *avanzar*, por meio das colunas escritas pela feminista Luisa Luisi definiu a perspectiva revolucionária com as seguintes palavras:

Dos caminos solamente se presentan hoy frente a la nueva constitución: la lucha armada, es decir, la revolución política del carácter de la antiguas revoluciones de divisa, sin contenido alguno ideológico y social, en las que el pueblo iba a morir en defensa de un trapo de color que nada representaba para sus propios intereses económicos; o bien la lucha ideológica, la prédica seria, la orientación social, que traiga, en términos que podrán ser mucho más largos como pueden serlo más

⁵⁰¹ Jornal *Acción*, Montevideu, 7-11-1933, p. 8.

⁵⁰² 222.000 votos por sim, 10.000 por não, com a abstenção dos batllistas e nacionalistas independentes.

⁵⁰³ Terristas, 104.087 votos; riveristas 21.853; Partido Nacional, 91.585; P. Saravista 1.295; cívicos, 6.878; socialistas 5.849; comunista 3.634. Abstenção de Batllistas e nacionalistas independentes.

inmediatos, el establecimiento de una normalidad bien orientada en bases firmes de mejoramiento social.⁵⁰⁴

Os socialistas, por sua vez, através do jornal *El Sol*, coincidiam na defesa de uma revolução que alterasse substancialmente a estrutura social em benefício das classes subalternas, mas procuravam tirar proveito do clima de instabilidade política para a formação de uma frente popular contra a ditadura e, nesse sentido, alimentavam o clima de tensão com notícias alarmantes sobre o ambiente conspiratório que existiria no Uruguai, tal como no fragmento abaixo:

El pueblo, de hace dos o tres días, se da por enterado de que por todo el país se extiende una vasta red de conspiración, de resentimiento (...) el gobierno ordenará la defensa enérgica empleando, además del ejército y la policía, legiones civiles (...) no hay guerra civil, ciertamente todavía; pero toda la psicología del país es de guerra civil.⁵⁰⁵

Enquanto não havia meio material para levantar armas contra o regime terrista e diante do crescente nível de legitimidade eleitoral que o governo cercava-se, a oposição radicalizou seu discurso, como foi possível observar no comício organizado no Teatro Alberniz, em 27 de novembro de 1934, resultando em violenta repressão do governo uruguaio, com uma nova onda de deportações e uma censura à imprensa mais rigorosa, conforme já tivemos a oportunidade de avaliar na primeira parte desta tese. O embaixador brasileiro em Montevidéu transmitiu aos seus superiores a visão negativa que tinha da oposição uruguaia e sua experiência colegialista, acrescentando que se trava “apenas de políticos que perderam suas posições em 1933 e que agora querem recuperá-las pela violência”, alimentando o “vago sonho de retornar ao passado, isto é, ao regime dual criado pelo senhor Batlle, cuja anomalia quase arrastou o Uruguai à voragem da anarquia administrativa e fiscal”. O Embaixador não deixou de lembrar o quanto esse modelo obteve impacto sobre a imaginação de alguns políticos brasileiros (referindo-se às propostas parlamentaristas de Raul Pilla), acrescentando:

Brasileiros houve que pretenderam exaltar as vantagens de tal sistema, e confundiram as aparências com as realidades, apresentando o Uruguai como democracia modelo na América. Devem estar bem desapontados hoje, porque, derrubado o regime, vieram à mostra seus erros, sua corrupção e estalaram à luz meridiana seus inúmeros defeitos.⁵⁰⁶

O jornal oficialista *El Pueblo* procurou revestir as medidas arbitrárias de Gabriel Terra com a justificativa de que se estava reprimindo os preparativos revolucionários da oposição, sobre os quais as autoridades brasileiras haviam informado ao Presidente Terra durante a sua estadia no Brasil. Segundo as palavras de Terra:

⁵⁰⁴ Jornal *Avanzar*, Montevidéu, 16-06-1934, p. 2.

⁵⁰⁵ Jornal *El Sol*, Montevidéu, 4-01-1934, p.2.

⁵⁰⁶ Arquivo histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, delegações brasileiras, Montevidéu, ofícios, tomo 33-02-11, doc nº 354, 29-11-1934.

Al regreso de mi inolvidable visita a la gran nación brasileña, al pasar por Rio Grande, recibí informes concretos e inequívocos que desde la frontera con el Uruguay se realizaban gestiones que alcanzaban hasta S. Paulo, con el fin de adquirir armamentos para hacer una revolución en nuestra tierra. (...) Se me informó entonces que en las referidas gestiones se hallaban especialmente complicados, los señores Alfeo Brum, Pablo Mirelli, Garcia Morales, Ismael Cortinas, Francisco Forteza, Tomás Barreta, Basilio Muñoz.⁵⁰⁷

Se os nacionalistas independentes, sobretudo o grupo democrata-social, estava inclinado a apoiar a revolução de janeiro de 1935, os batllistas não tinham o mesmo entusiasmo e, mesmo prometendo apoiar o levante com tropas do exército fieis aos colorados, no último momento abandonaram a luta e não se apresentaram no campo de batalha, salvo algumas exceções dignas de nota⁵⁰⁸.

A espontaneidade com que muitos jovens do interior aderiram às conspirações e preparativos revolucionários, fazendo longas marchas à noite para simular situações de combate⁵⁰⁹ não equivaleu à mobilização esperada, prevalecendo o sentimento de abandono por parte daqueles que se entregaram ao ideal da revolução, conforme se percebe nesse depoimento de um ex-combatente do levante de janeiro de 1935:

Nada hicimos porque los grandes, los que todo lo prometieron, los más obligados, los que no supieron prever ni evitar el golpe de Terra, nos dejaron solos...Éramos unos cuantos ilusos, unos cuantos tontos, que aún creíamos en las rebeldías ciudadanas dirigida por los usufructuarios de todos los privilegios.⁵¹⁰

Já discutimos a maneira como o liberalismo romântico enfatiza os engajamentos pessoais com base no voluntarismo e na espontaneidade e também avaliamos o quanto esse posicionamento pressupõe a oposição aos movimentos revolucionários racionalistas e programáticos, que defendem a mudança radical da sociedade a partir de uma elite esclarecida. Essa dicotomia está presente nos discursos sobre uma revolução oposicionista no Uruguai, ora enfatizando a espontaneidade dos indivíduos que se identificam com uma causa até o limite de apostarem a sobrevivência nela, ora destacando a necessidade de um programa e de uma sólida ideologia transformadora da realidade uruguaia.

Entre aqueles oposicionistas que não se inclinavam nem à revolução liberal-romântica, nem à racional-programática encontramos os batllistas netos, herdeiros do patrimônio político de José Batlle y Ordóñez, que defendiam uma atuação reformadora do partido colorado, desde o Estado intervencionista e regulador das relações sociais. Juana Paris e Esther Ruiz,

⁵⁰⁷ Jornal *El Pueblo*, Montevideú, 1º -12-1934, p.1.

⁵⁰⁸ Entre eles Andrés Martínez Trueba como líder partidário e articulador político.

⁵⁰⁹ Segundo depoimentos colhidos pelas autoras Juana Paris e Esther Ruiz, em seu livro *El Frente em los años 30*, p. 58.

⁵¹⁰ *Idem*, p. 55-56, depoimento de Solano Rios, dado ao jornal *Marcha*, em 30 de janeiro de 1970, sobre a vida de Bonifácio Curtina, líder histórico da facção blanca radical, exilado entre janeiro de 1935 e janeiro de 1936 por sua participação no levante de 1935.

destacam a autocrítica formulada por um batllista, em relação à fragilidade revolucionária do seu partido, publicada no periódico *Jornada*, de Paysandu, em 1º de novembro de 1935:

El partido colorado no había educado a sus masas para actuar revolucionariamente (...) porque no existe masa proletaria colorada (...) el partido fue siempre un gran conglomerado de burócratas (...) porque está demostrado que el pueblo no entiende de constituciones ni legalismos (...) y su parte más culta y más capacitada, que es la burocracia, es el sector del pueblo más frío, más pusilánime y más calculador.⁵¹¹

Para além das contradições discursivas acerca do que deveria ser a revolução no Uruguai, as razões do fracasso revolucionário oposicionista são fáceis de identificar: a maior parte da liderança opositora não partilhava das soluções radicais, mas lutava para o retorno às regras partidárias anteriores a março de 1933, que haviam possibilitado a atuação dos partidos tradicionais no mando político, sobretudo a partir de 1918 – ano da constituição colegialista; os interesses contraditórios, o conflito de opinião e de prestígio, a resistência das lideranças históricas em jogar seu patrimônio político em cartadas definitivas e a efetiva repressão governamental inviabilizavam uma articulação revolucionária pluripartidária; vale lembrar a eficácia da censura à imprensa, que não permitiu a formação de uma opinião pública esclarecida e atuante sobre o curso dos movimentos conspiratórios.

Contudo, se os discursos revolucionários esvaziavam-se nitidamente diante do governo autoritário de Gabriel Terra, nenhum fato novo garantia a conciliação e o retorno da hegemonia dos colorados no poder. Divididos internamente entre batllistas e terristas, os colorados tinham de enfrentar os conflitos internos acerca da sucessão de Terra no poder, gerando incertezas quanto ao futuro político da elite instalada no governo e quanto à possibilidade de novos levantes no interior. Exemplar dessa situação, foram as intrigas em torno do ex-ministro do Interior, Alberto Domicheli. Homem forte do governo de março, que chegou a ser considerado o sucessor natural de Terra, esse jovem político de trinta e poucos anos mostrou-se muito combativo nas suas ambições e acabou despertando resistências no interior do partido colorado que procurou isolá-lo e neutralizar seu instrumento de divulgação, o jornal *Uruguay*, cortando a energia elétrica da sua gráfica.

Domicheli era especialmente perigoso não apenas por sua combatividade e inteligência, mas por que tinha respaldo político no interior uruguaio e mesmo depois de perder o apoio importante do prefeito de Montevideú, restavam-lhe núcleos nada desprezíveis como o da cidade de Rivera, onde colocara aliados seus, além de contar com a simpatia de setores oposicionistas do Brasil, especialmente entre os libertadores do Rio Grande do Sul, os quais amparou discretamente, quanto estavam no exílio político nos anos 1932-1933.⁵¹² Interessante

⁵¹¹ *Idem*, p. 56.

⁵¹² Arquivo histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, delegações brasileiras, Montevideú, ofícios, tomo 33-02-11, ofício nº 62, 26-02-1935. O apoio discreto mencionado pôde ser observado por ocasião em que recusou o pedido

acrescentar que Domicheli, desamparado pela cúpula colorada, adotou por meio do jornal de que era editor, um discurso radical contra o governo de Terra, estabelecendo uma interdiscursividade com a retórica socialista, ao defender o regime stalinista e criticar medidas de repressão adotadas pelo Brasil e Argentina contra suspeitos de subversão comunista.⁵¹³ O teor crítico dos editoriais do jornal *Uruguay*, financiado por Natalio Botana, expulso do país pela *Ley de los ideseables* - por ter apoiado a greve dos gráficos - chegou a tal ponto que Domicheli sofreu um atentado a tiros de revólver por parte do Senador Ghigliani - redator chefe do jornal situacionista *El Pueblo*, em virtude das acusações que recebia desde o jornal *Uruguay*.⁵¹⁴

A violência como alternativa de oposição ao governo Terra, por parte da militância oposicionista liberal, teve, ainda, mais um momento culminante no ano de 1935, que foi o atentado contra a vida do Presidente, em 1º de junho, no hipódromo de Morón, quando se estava recepcionando o Presidente Vargas naquele país.

Convém destacar que o atentado, de forma alguma, foi uma surpresa para Gabriel Terra e Getúlio Vargas. Eles só não imaginavam que seria pelas mãos do aposentado Bernardo Garcia, ressentido politicamente pelas depurações de funcionários públicos promovidas pelo governo uruguaio, sobretudo depois da manifestação violenta da oposição, no teatro Albéniz, no ano anterior. Semanas antes do atentado, o embaixador brasileiro Lucillo Bueno alertou o presidente Terra e o presidente Vargas que o grupo de investigadores brasileiros enviados ao Uruguai para adotar as medidas de segurança para a visita presidencial⁵¹⁵ detectaram uma conspiração, provavelmente desenvolvida por comunistas e alguns opositores mais radicais ao governo - entre eles Natalio Botana e Domicheli dos jornais *Critica* e *Uruguay* - na qual planejava-se o assassinato dos presidentes.

Verdade que o tom alarmista com que Lucillo Bueno interpretou um editorial do jornal comunista *Justicia* não justificava medidas tão radicais quanto aquelas que propôs ao

das autoridades brasileiras no sentido de deportar três sargentos desertores que procuraram exílio na cidade Rivera, no primeiro semestre de 1933, colaborando com o comitê revolucionário dos brasileiros exilados naquela cidade. Na oportunidade, preferiu interná-los em Montevideu e alegou sua discordância com a diplomacia brasileira que, tendo por base a Lei de Segurança Nacional, não entendia a deserção como crime político definido no acordo bilateral de extradição entre os dois países. Somente com a VII Conferência Interamericana, de dezembro de 1936, ficou estabelecido que os crimes comuns e os de deserção não poderiam ser considerados políticos. Contudo, essa deliberação que tanto interessava Getúlio Vargas, só foi aprovada pelo Senado Federal em 13 de abril de 1937, por meio do Decreto 1.570. Ver mais detalhes em RANGEL, C.R.R. *Crime e castigo*. Conflitos políticos no RS, Passo Fundo:UPF, 2001, p. 151-152.

⁵¹³ Arquivo histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, delegações brasileiras, Montevideu, ofícios, tomo 33-03-1, ofício nº 148, 05-06-1935.

⁵¹⁴ Arquivo histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, delegações brasileiras, Montevideu, ofícios, tomo 33-02-11, ofício nº 62, 26-02-1935

⁵¹⁵ O grupo de investigadores era chefiado por Seraphin Braga e constituído por Giacomo Mandarino (Chefe de Investigações de Santana do Livramento), seu auxiliar Aécio Gil, além de Câmara Canto e Ramos de Freitas, especialistas da Delegacia da Ordem Social e Política do Distrito Federal. Ver mais em Arquivo histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, delegações brasileiras, Montevideu, ofícios, tomo 33-03-01, ofício nº 150, 08-06-1935.

presidente Terra, entre elas a prisão preventiva na ilha de Flores de cento e três indivíduos suspeitos, além do fechamento da sede do Partido Comunista e a suspensão do seu diário durante a visita presidencial. Mas o clima de suspeição e perigo iminente facilitou o aprofundamento das medidas de exceção que Gabriel Terra e seus aliados já ensaiavam desde novembro do ano anterior.

Neste sentido, o mal sucedido atentado fortaleceu enormemente a imagem do presidente Terra e comoveu a opinião pública, sobretudo porque a tentativa de assassinato ocorreu justamente no momento em que toda a mídia voltava-se para as atividades de recepção e festejos alusivos à visita do presidente brasileiro ao Uruguai. Todo o drama do presidente ferido, socorrido pelo seu colega brasileiro, entre a multidão que bradava o nome dos dois como mártires, objetos da brutalidade política, caiu como uma luva nas mãos dos políticos situacionistas, nas suas investidas contra a oposição já desgastada.⁵¹⁶

Entre as primeiras medidas, esteve o decreto ratificado pela Assembléia Geral de Representantes, através do qual os jornais *Crônicas*, *El Dia* e *Uruguay* foram fechados até segunda ordem da Assembléia Geral, garantindo-se aos funcionários o mês de salário.⁵¹⁷ A clausura destes diários foi motivada pela suspeita de que teriam recebido, antecipadamente, os manifestos do assassino de Gabriel Terra sem tomar qualquer medida para alertar as autoridades, sem esquecer que, uma vez consumado o atentado, os periodistas daqueles jornais defenderam o criminoso e suas motivações.

O fechamento dos três periódicos era apenas um capítulo do esforço governamental em controlar a imprensa oposicionista, quando seu discurso tornava-se mais violento. A regulamentação detalhada de como fazer isso de maneira oficial e legítima acabou surgindo com a Lei 9.480 de 04 de julho de 1935, na qual percebe-se o hibridismo de princípios liberais e centralismo político. Nos dois primeiros artigos, é garantida a clássica liberdade de opinião e expressão das idéias, desde que dentro dos limites da Constituição e da mencionada Lei, da mesma forma que ficou proibida a prévia censura ao pensamento publicado na imprensa, dispensando-se qualquer medida de julgamento dos conteúdos para a circulação dos jornais. Contudo, sob a capa do liberalismo, havia o corpo truculento do Estado interventor, ameaçando os jornalistas como sua mão suspensa no ar...

A lei foi especialmente copiosa na definição de quem eram os responsáveis pelas publicações dos jornais, exigindo o registro público e a divulgação diária do nome e endereço residencial dos proprietários, gerentes e redatores chefes (art 3º e 4º), bem como estabeleceu

⁵¹⁶ O jornal *El Debate*, Montevideu, 03 de junho de 1935, chegou a sugerir que a oposição uruguaia seguisse o exemplo da oposição brasileira que havia decidido por uma trégua ao Presidente Vargas no período que este se encontrava em viagem ao Uruguai, como medida patriótica e democrática.

⁵¹⁷ Jornal *La Mañana*, Montevideu, 12-06-1935.

restrições para o exercício dessas funções (art 5º). A definição do responsável era particularmente importante para fazer cumprir o estabelecido nos artigos 6º (direito de retificação), 7º, 8º e 9º (direito de resposta), no capítulo III com as disposições gerais sobre os direitos de retificação e resposta e, em particular, nos capítulos IV, V e VI que definiam os crimes de imprensa, seus responsáveis e penalidades.

Não é uma tarefa fácil mostrar o autoritarismo implícito em uma legislação que, aparentemente, assegurava de maneira moderna e democrática a responsabilidade dos órgãos de imprensa e garantia a incolumidade dos cidadãos e entidades públicas diante da informação eticamente comprometida. Vejamos um caso hipotético e seus desdobramentos para perceber a farsa montada. Se um periódico opositor publicasse uma crítica à política econômica do governo, sem que ela fosse reprodução fiel de dados ou documentos públicos de um dos três poderes (art 9º), teria de publicar gratuitamente a retificação com as mesmas características do texto questionado, atendendo mandato da Suprema Corte de Justiça (art 16) pois o reclamante estava incluído na cúpula de um dos três poderes, isso se o caso não fosse qualificado como delito de imprensa “grave” previsto na letra “a” do art 20º (informação maliciosa que causa prejuízo aos interesses econômicos do Estado). Considerando que a Suprema Corte era composta hegemonicamente por homens comprometidos com o governo, percebe-se que qualquer informação jornalística poderia ser questionada a qualquer momento e seus responsáveis serem presos de três a vinte e quatro meses ou pagarem multa equivalente (art 27), sem prejuízo das demais imputações do código penal e civil, se houvessem.

Cabe reproduzir o texto que define os delitos graves de imprensa, para mostrar sua versatilidade:

Art 20 – Constituye delito grave de imprenta, la ejecución en impresos divulgados en el público, de un hecho calificado como delito por el código penal o por leyes especiales. Siempre que la infracción quede consumada en el escrito mismo.

También se califican como delitos graves de imprenta:

A) La divulgación maliciosa de noticias falsas que puedan ocasionar, en su caso, alarma pública, alterar el orden, causar evidente perjuicio a los intereses económicos del Estado o al de sus entes, o perjudicial el crédito nacional exterior o interior. La misma regla se aplicará a la publicación de documentos apócrifos, falsificados o adulterados o falsamente atribuidos a terceros.

B) La excitación al desprecio del Estado o sus poderes, al vilipendio del escudo, la bandera o el himno nacional.

C) La apología de personas que se hallan requeridas por la justicia, procesadas o condenadas bajo la imputación de algunos de los delitos previstos en el Código Penal, excepción hecha de los reprimidos por los artículos 141 y 145 del precitado código, salvo que aquella tuviera por objeto demostrar que el requerido o procesado no ha podido ser el autor del delito imputado.⁵¹⁸

⁵¹⁸ REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, Registro Nacional de Leis e Decretos, junho de 1935, p. 457-473.

Fácil perceber que toda notícia contrária aos interesses ou à imagem do governo poderia ser enquadrada como “desapreço ao Estado ou aos seus poderes” ou “divulgação maliciosa de notícias” não amparadas pelos dados oficiais, da mesma forma que se dificultava a defesa, diante da opinião pública, dos líderes oposicionistas exilados ou processados. A margem de abrangência da nova lei de imprensa era tão grande que o governo, em 6 de setembro de 1935, tornou sem efeito o decreto de 28 de novembro de 1934 que crava um regime especial de emissão do pensamento.

A oposição uruguaia sofreu enormemente o atentado ao Presidente Terra. Não apenas pelos efeitos concretos sobre a liberdade de expressão das forças opositoras, mas pela inversão provocada no discurso revolucionário. Até o atentado, os liberais da oposição apresentavam-se como os portadores da bandeira da liberdade e os verdadeiros enunciadores do discurso revolucionário. Após os efeitos catárticos do atentado, diante da grande multidão, os dois presidentes foram exaustivamente identificados pela imprensa situacionista como os heróis revolucionários de 1930 e de 1933, que sofriam o despeito violento das oligarquias desalojadas do poder. Ninguém explorou mais esse discurso que o jornal herrerista *El Debate*, quando na primeira quinzena de junho exaltou o Presidente Vargas como o *grande revolucionário brasileiro*, idealizador de uma constituição amplamente liberal e democrática (a Constituição de 1934), o vencedor da oligarquia brasileira, e parceiro natural de outro grande revolucionário - Gabriel Terra.⁵¹⁹

Em proveito do momento político, o Jornal *El Debate* convocou a população de Montevideu para uma grande passeata a realizar-se na noite de 08 de junho de 1935, na qual os “próceres revolucionários seriam homenageados.”⁵²⁰ No dia seguinte à passeata, o jornal noticiou o sucesso do empreendimento que contou com milhares de pessoas, uma profusão de bandeiras nacionais e com o canto do hino nacional entoado várias vezes. Para o jornalista do partido herrerista, o grandioso *mítin* proporcionava conclusões definitivas e a primeira delas era a de levar em frente a obra revolucionária, pois “el país quiere que se proceda sin vacilaciones y con inflexible energía, a completa depuración de la República, anulando la acción de los elementos disolventes, no importa cual sea el bando a cuyo calor quieran medrar.” Isto por que “nunca han irradiado mayor simpatía los ideales de marzo, contra cuyos prestigios se estrellan las revueltas e los atentados criminales.”⁵²¹

Ironicamente, os discursos liberais revolucionários só voltariam a ocorrer sete anos mais tarde, não pelos enunciadores oposicionistas ao *regime de março*, mas pelos próprios

⁵¹⁹ Ver os editoriais políticos dos dias 03, 07 e 08 de junho de 1935 do jornal *El Debate*.

⁵²⁰ Jornal *El Debate*, Montevideu, 08 de junho de 1935, p. 1.

⁵²¹ Jornal *El Debate*, Montevideu, 09 de junho de 1935, p. 1.

herreristas, que veriam os artifícios legais e institucionais – criados pelos *revolucionários de março* para excluir a oposição de toda a forma de *coparticipación política* – ruírem diante do “golpe bueno” de 1942, que pôs fim à constituição e às regras eleitorais de 1934.

3. Os discursos revolucionários nos partidos marxistas

Até o momento destacamos os discursos que tomavam o sistema partidário-eleitoral como seu terreno de luta ou como objeto a ser reorganizado. Entretanto, nos propostas centralizadoras ou autoritárias – de inspiração fascista ou marxista-leninista - o sistema de partidos, pluralidade política, revezamento no poder e a constante submissão da ação governamental ao crivo das forças políticas concorrentes, são instâncias de participação política que devem ser submetidas ao projeto revolucionário.

Quando se quer realizar uma mudança radical da sociedade é preciso recusar qualquer diminuição da capacidade de decidir e de agir do poder revolucionário e combater os grupos que sentem seus interesses ou privilégios ameaçados. O Estado que era neutro no sistema de pluripartidarismo, torna-se *partidário*, monopoliza a atividade legítima e se vê obrigado a limitar a liberdade de discussão pública, impondo medo a todos que professem crença diferente daquela defendida pelo Estado monolítico. A moderação, a busca da legalidade e conformidade às crenças vigentes e a abertura constante às negociações desaparecem diante da impulsão do movimento revolucionário.

Raymond Aron⁵²² lembra que os princípios preponderantes nos sistemas pluralistas são o *respeito à legalidade* e o *compromisso* de todos os grupos da arena política em conviver com o ponto de vista ou a decisão diferente daquela que propunham, aceitando o risco de vê-las preponderar nas disputas políticas. Já nos regimes autoritários monolíticos, os princípios essenciais são *a fé* que move os militantes na direção de um projeto grandioso e o *medo* que silencia os opositores, quer sejam contra-revolucionários ou agentes do exterior.

Perry Anderson⁵²³ destaca que, desde a origem, “a relação entre a teoria de Marx e a prática proletária sempre foi irregular e indireta: muito raramente havia uma relação direta entre ambos”. É indiscutível que Marx deixou como legado uma coerente e sofisticada teoria econômica do modo de produção capitalista. Contudo, a mesma complexidade e sofisticação não são encontradas nas suas teorias políticas sobre a estrutura do Estado burguês ou sobre as estratégias e táticas de uma luta socialista revolucionária para a derrubada desse Estado por um partido operário.

⁵²² ARON, Raymond. Los partidos múltiples y el partido monopólico. In *Cuadernos de Ciencia política – Partidos políticos 3* (tipos de partidos). Montevideo, UROU – Instituto de Ciencia Política, 1992, p. 35-40.

⁵²³ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Mehring (1846-1919), Kautsky (1854-1938) e Labriola (1843-1904), nas duas últimas décadas do século XIX, tiveram o mérito de divulgar as idéias de Marx e Engels, tornando-as mais acessíveis, abrangentes e coerentes com as diferentes realidades dos militantes. Mas foram Lenin (1870-1923), Rosa Luxemburgo (1871-1919), Hilferding (1877-1941), Trotsky (1879-1940), Bauer (1881-1938) e Bukharin (1888-1938), valendo-se das posições de comando que alcançaram em seus partidos, aqueles que procuraram tornar práticas as idéias marxistas, visando interpretar e alterar os ambientes violentos e instáveis em que viviam.⁵²⁴

Somente com o florescimento dos partidos operários e a proliferação de rebeliões populares contra os regimes políticos da Europa Central e Oriental é que surgiu o ambiente favorável para as teorias da mobilização massiva do proletariado por meio de partidos políticos representativos dos seus interesses. Deve-se reconhecer que foi Lênin quem melhor sistematizou a teoria da luta de classes, tanto no nível organizacional quanto tático, o que explica a ampla difusão das suas teorias – e contradições nas análises conjunturais – junto aos partidos comunistas ligados pela III Internacional.

Ações como propaganda, agitação, lideranças de greves e de manifestações públicas foram analisadas e formuladas por Lênin a partir da experiência Russa e da fracassada expansão do comunismo internacional entre os anos 1919 e 1921. A partir dessas instruções programáticas, os militantes tinham um referencial teórico e prático que facilmente tornou-se esquema dogmático sobre como forjar alianças estratégicas entre classes, cimentar a organização partidária, definir tipos de desvios, interpretar as realidades nacionais e conjunturas internacionais, fazer uso do parlamento e preparar levantes insurrecionais.

Mais que uma plataforma de ação pragmática, o bolchevismo sob a liderança de Lênin tornou-se um mito de força irresistível para milhões de ativistas políticos ansiosos por mudar, de maneira radical, a estrutura política e econômica de seus países. O fato de que o outubro de 1917 só foi possível graças à ousadia de um pequeno grupo radical do segmento da II Internacional (os bolcheviques), o qual soube explorar as oportunidades conjunturais e criar uma ideologia suficientemente elástica, capaz de ligar o universalismo democrático com o enfeixamento de todo o poder nas mãos de uma elite política violenta, tinha pouco significado para os admiradores da *Revolução Proletária* de outubro de 1917.

Preponderou a promessa do poder absoluto das massas em troca da fidelidade a um partido ideológico com disciplina militar; o chamamento para a realização de uma vontade política que não era divina nem humana, mas histórica; a fé na ação que precipitava o transcurso da História, a crença no despertar da humanidade e na jogada definitiva; a simplificação e o exagero nas frases e expressões que logo se tornaram dogmas recitados, ao infinito, por

⁵²⁴ *Idem*, p. 18-24.

militantes espalhados pelo mundo todo e o projeto de um Estado laico e revolucionário que desprezava as regras do convívio democrático liberal, assim como as leis de mercado capitalistas, em nome de um futuro redentor.

Pouco valeu a crítica de Rosa Luxemburgo⁵²⁵ e Karl Kautsky⁵²⁶, pensadores que destacaram o absolutismo de uma minoria de ativistas, a farsa das decisões compartilhadas nos órgãos consultivos e de poder operário e o uso do terror como instrumento político. Efetivamente, os militantes da social-democracia e do socialismo estavam diante de um confronto desigual, pois tinham de manter o discurso revolucionário marxista sem se confundir com os revolucionários russos, atacar os seguidores de Lênin e Trotsky sem passar para o lado inimigo e ampliar suas bases sindicais e proletárias, minimizando o impacto do discurso da revolução proletária, construído pelos bolcheviques.⁵²⁷

Os partidos inspirados no marxismo do Uruguai e sobretudo do Brasil tinham esse desafio de atuar conjuntamente, mas por caminhos diferentes, assim como manter ou buscar sua existência institucional, dentro de um conjunto de instituições que pretendiam substituir ou destruir. As regras de participação política partidário-eleitoral apresentavam-se para os marxistas como dispositivos reacionários que deveriam ser combatidos, quer por meio do aperfeiçoamento contínuo até a representação exemplar da vontade popular, ou de forma imediata por meio de ações militares guerrilheiras ou, ainda, de maneira *etapista*, até a fase da ditadura do proletariado e a posterior consolidação da sociedade socialista. Fácil perceber o quanto esses discursos serviam para a propaganda anticomunista ou anti-socialista e para a adoção das prevenções e repressões que limitavam enormemente a capacidade mobilizadora desses partidos, que pretendiam ser *partidos de classe* supranacionais, conforme veremos nos subtítulos seguintes.

3.1 Oposição revolucionária marxista no Brasil

Quem eram os opositoristas revolucionários marxistas ao primeiro governo de Getúlio Vargas? Já vimos como se estruturavam enquanto organização e como ocorria a funcionalidade da estrutura burocrática e da liderança, sobretudo do PCB. Agora, avaliaremos especificamente o discurso revolucionário que perpassou a mobilização dos segmentos

⁵²⁵ Rosa Luxemburgo, precocemente, antecipou os riscos do autoritarismo de uma vanguarda de intelectuais e seu partido único no artigo que escreveu em 1905 – *Problemas de organização na social-democracia russa* – criticando o ensaio *Um passo a frente e dois atrás*, escrito por Lênin um ano antes.

⁵²⁶ Em 1918 escreveu *A ditadura do proletariado* e em 1919 escreveu *Terrorismo e comunismo*, ensaios nos quais procurou demonstrar que o regime representativo e o indivíduo moderno, propostos pela revolução burguesa, foram substituídos por uma compreensão primitiva da democracia direta, impulsionada pela virtude cívica e protegida contra o desmentido da experiência porque apontava para um futuro totalmente diferente das experiências passadas.

⁵²⁷ Pode-se encontrar um instigante ensaio sobre essas contradições em FURET, François. *O passado de uma ilusão* – ensaio sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 100-123.

marxistas-leninistas em importantes momentos de oposição ao governo de Getúlio Vargas, notoriamente nos eventos de 1935.

O discurso revolucionário diferencia-se radicalmente do discurso partidário-eleitoral pelo seu teor claramente “subversivo”, aqui entendido como a intenção verbalizada de mudar radical e violentamente a ordem política, social e econômica do país. Para tanto, o sujeito presente no discurso revolucionário está obrigatoriamente à margem da ordem jurídica estabelecida, mas precisa estabelecer vínculos com ela, ocultando o mais possível sua condição de revolucionário, para poder agir e construir o movimento transformador.

Essa dualidade impunha ao ator social da revolução grandes contradições que tinha de contornar, sem deixar transparecer a filiação ou a simpatia ao movimento revolucionário, sem denunciar-se aos agentes da repressão. Nenhum grupo de militante sofreu mais essas contradições do que os militares adeptos ao comunismo. Gregório Bezerra dá-nos um depoimento esclarecedor de como os jornais produzidos pelo PCB serviam de instrumento de aliciamento de indivíduos especialmente valiosos – como militares subalternos das forças armadas – para mobiliar o quadro revolucionário comunista e de como isso implicava alimentar dupla identidade no interior dos quartéis. Seu primeiro contato com o movimento comunista foi por meio do jornal *A Nação*, que surgiu em 1927 como o “primeiro jornal de massas, orientado pelo Partido Comunista Brasileiro”:⁵²⁸

Um dia, viajando num trem da Central do Brasil, na hora do aperto, das cinco às seis da tarde, quando os passageiros viajavam como sardinhas enlatadas, um operário metalúrgico me perguntou se eu havia lido *A Nação*.

- Que *Nação*? Perguntei.

- É um jornal comunista, feito para o povo.

Gregório Bezerra, que nessa época era sargento do Exército, recebeu ainda mais exemplares pela mesma fonte e, quando chegava ao quartel, lia e relia várias vezes o jornal, fazia propaganda dele aos colegas mais próximos e foi aconselhado por um sargento amigo a não mais realizar essa apologia do comunismo porque seria denunciado por colegas e punido pelos oficiais. Bezerra não voltou a levar o jornal para o quartel, mas ainda recebeu o último exemplar antes do fechamento do periódico, com uma manchete que o marcou profundamente:

‘A RAZÃO, A VERDADE E A JUSTIÇA ESTÃO DO NOSSO LADO. POR CONSEQUENTE, PROSEGUIREMOS EM NOSSA OBRA, COM OU SEM JORNAL, COM OU SEM LEGALIDADE, COM OU SEM CONSENTIMENTO DO GOVERNO. NÃO HÁ FORÇA NO MUNDO QUE NOS FAÇA DESVIAR DESTA

⁵²⁸ O PCB foi beneficiado com o fim do estado de sítio em que vivia o país desde 1922, gozando de alguns meses de legalidade, voltando depois à clandestinidade que durou até 1945. O jornal *A Nação* foi fundado em 1924 e seu editor chefe era Leônidas de Resende, intelectual e jornalista que migrava do positivismo ao marxismo, culminando com sua colaboração com o PCB, a partir de 1927. Leônidas foi um importante fator de aproximação entre os comunistas e os *tenentes*, por meio de suas reportagens sobre Prestes e a Coluna nas páginas de *A Nação*, fazendo aproximações entre as causas defendidas na década de 1920 e a causa comunista. Ver mais em ZIMBARG, Luis Alberto. *O cidadão armado – comunismo e tenentismo (1927-1945)*, dissertação de mestrado, UNESP, Franca, 2001, p. 25-27.

CAMINHO'. Gostei muito dessa declaração, feita com firmeza de quem sabe o que diz. Guardei esse jornal durante meses e só o destruí quando fui transferido para a Sétima Região, sediada em Recife.

A filiação dos militantes mais combativos à causa revolucionária ocorria em um ambiente emocional muito envolvente, no interior de comunidades fortemente afetadas pela ideologia comunista, tendo lideranças consagradas por uma centralização organizacional zelosamente mantida por regras de procedimento e imposição de disciplina. Pesava, igualmente, o passado revolucionário do militante. Ter recebido o *batismo de fogo* em revoltas como as tenentistas ou a constitucionalista de São Paulo projetava o militante ao topo da hierarquia revolucionária, a exemplo do que ocorreu com o próprio Prestes, Agildo Barata (que embora tenha sido preso no dia da eclosão da revolta paulista de 1932, amargou a prisão e o exílio político) e Severo Fournier (tenaz revolucionário antigetulista nas sublevações de 1932, 1935 e 1938).

Cumprir destacar que nem todo militante comunista trabalhava diretamente nos preparativos revolucionários. Havia uma organização burocrática que distinguia membros do CC (Comitê Central), secretário político, agitadores, burocratas responsáveis por documentações e finanças e, em caráter secreto e exclusivamente ligados ao CC, os membros do “anti-mil”, seção responsável pelos preparativos e ações militares. Em face da clandestinidade havia uma desinformação generalizada entre estes diferentes setores sobre as verdadeiras condições materiais e de mobilização coletiva, assim como sobre a real situação de apoio no interior dos quartéis, favorecendo o proselitismo revolucionário e a manipulação daqueles menos informados para fins nem sempre esclarecidos...

A militância revolucionária entre os comunistas era a própria razão de ser do Partido, mas não tinha uma definição rigidamente definida pelo discurso partidário. A formação de uma comunidade que partilha a mesma doutrina implica que todo enunciador do discurso próprio dessa comunidade identifique-se totalmente com ela, pois “a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros (...) a doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam.”⁵²⁹

Essa comunidade doutrinária reunida em torno do discurso marxista-leninista tinha desafios para reproduzir e difundir seus conceitos fundamentais de revolução e sujeito revolucionário. Internamente, havia regras de interdição segundo as quais somente uma elite esclarecida e educada nas escolas de formação doutrinária⁵³⁰ tinha a prerrogativa de enunciar o

⁵²⁹ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*, op. cit. p. 43.

⁵³⁰ A Escola Lênin, em Moscou, ganhou notoriedade por receber e preparar líderes comunistas de diversos continentes, visando a formação de seus quadros mais atuantes no movimento comunista internacional.

conceito verdadeiro de revolução, definir os papéis de cada militante e o seu lugar na organização revolucionária. Luis Carlos Prestes sentiu pessoalmente todos os mecanismos de interdição que a Internacional Comunista impunha aos novos líderes: foi duramente atacado pelo PCB como pequeno-burguês alheio aos anseios do proletariado, mesmo depois de ter rompido com os companheiros de luta da década de 1920 e lançado os manifestos que reproduziam mecanicamente enunciados e palavras de ordem marxista-leninistas; teve de sujeitar-se às condições de filiação impostas pelos representantes da Internacional em Buenos Aires e Montevidéu (inicialmente Guralski, depois Ewert) sem saber que eram precisamente eles que orientavam o Komintern e o PCB a isolá-lo totalmente de suas pretensões de líder comunista.⁵³¹

Arthur Ewert, nas correspondências com Moscou, destacou que Prestes estava disposto a fazer tudo o que se exigia dele e que se propunha a entrar no Partido Comunista sob quaisquer condições, inclusive se afastar do terreno da luta política por um ou dois anos, em temporada de estudos na União Soviética. O convite para o aprimoramento doutrinário de Prestes finalmente chegou, mas não antes do futuro chefe do governo popular nacional revolucionário passar às mãos do Kominter vinte mil dólares, parcela dos oitenta mil que recebera de Getúlio Vargas em 1930, dinheiro que foi encaminhado para o financiamento do movimento comunista internacional na América Latina.⁵³²

A interdição de Prestes como enunciador credenciado do discurso revolucionário marxista-leninista não terminou nesse momento (outubro de 1931). Foi necessário que o Kominter enviasse *instrutores* para uma devassa na elite do PCB (1933-1934) e implantasse outra liderança no topo da pirâmide partidária – como foi visto no subtítulo dedicado à militância marxista no Brasil – além de administrar os constantes conflitos pessoais entre Prestes e Miranda, cada qual julgando-se o chefe supremo do Partido, no período em que se preparava a revolução comunista brasileira.

Os condicionamentos externos do conceito revolução e dos sujeitos revolucionários eram igualmente determinantes. Ficou particularmente conhecida a interferência do Kominter na definição das palavras de ordem, que deveriam ter a força de verdadeiros paradigmas na conduta dos militantes comunistas. O manifesto de Luis Carlos Prestes, em julho de 1935, construído em torno das palavras “Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!” foi determinação do Kominter, que tinha uma equivocada interpretação da realidade nacional brasileira. Os efeitos desastrosos dessa iniciativa já foram vistos no subtítulo dedicado ao aliancismo no Brasil, mas

⁵³¹ Ver mais detalhes e reproduções dos documentos consultados em Moscou, em WACK, W. 1993, *op. cit.*, p. 40-47.

⁵³² *Idem*, p. 43-44.

cabe aqui um comentário sobre a definição de revolução que estava embutida nessas palavras de ordem.

Em abril de 1935, logo nos primeiros dias de expansão do ANL, Moscou foi informada por Rodolfo Ghioldi que a aliança estava em franca evolução, reproduzindo em seu programa as idéias básicas do VII Congresso da Internacional Comunista, mas que não tinha presença hegemônica do PCB e sugeria o imediato retorno de Prestes para assumir sua liderança junto ao movimento de massas.⁵³³ O Kominter ficou particularmente esperançoso das possibilidades do PCB alargar sua base social e recomendou ao Comitê Central do PCB abandonar preconceitos e rachas prematuros com membros do tenentismo e do trabalhismo, ao mesmo tempo em que deveriam “passar de imediato à criação de uma ampla base de autodefesa revolucionária, e providenciar o armamento e instrução militar dos trabalhadores e camponeses por todos os meios possíveis, empurrando a aliança para o caminho revolucionário”.⁵³⁴

A dissimulação do propósito revolucionário nos editoriais e discursos associados à ANL deveria ser preocupação central do PCB, de tal maneira que havia algumas palavras proibidas de serem ditas prematuramente, tais como soviets, revolução agrária e hegemonia do proletariado. Contudo, em correspondência secreta com Prestes e Ewert, por meio dos telegramas de 2 e 29 de abril e 7 de maio, Moscou determinou que Prestes lançasse o manifesto com as palavras de ordem: “todo o poder para a ANL!” e informasse detalhadamente se estavam sendo criadas organizações de massa da ANL em todas as cidades, se todas as organizações revolucionárias estavam sendo atreladas ao movimento aliancista, assim como se os interventores descontentes estavam sendo utilizados para a derrubada de Getúlio Vargas e a implantação de um governo antiimperialista com Prestes a frente.⁵³⁵

Entretanto, havia uma grande lacuna entre o discurso proposto pelo Kominter e o discurso observado nas páginas do periódico oficial do PCB, *A classe operária*. Analisando o editorial *Como os trabalhadores do Brasil resolverão a crise lutando e pegando em armas contra os esfomeadores do Brasil*,⁵³⁶ publicado neste jornal, em princípios de 1935, percebemos o apelo à luta armada como solução aos problemas brasileiros. Este editorial (que não foi o único com esse teor revolucionário, mas parte de uma seqüência que se estendeu até meados de maio) identifica o Presidente da maneira como o povo o conhecia – Getúlio – buscando criar uma aproximação entre enunciador e destinatários e tornar mais verossímil as acusações de opressor ou patrocinador de massacres.

⁵³³ Telegrama de Ghioldi para Moscou, reproduzido por WACK, W. *op. cit.*, p. 116.

⁵³⁴ Carta da Comissão Executiva do Kominter ao CC do PCB, 11-04-1935, extratos transcritos por WACK, W. *op. cit.*, p. 119-120.

⁵³⁵ Ver mais detalhes em WACK, W. *op. cit.*, p. 120-121.

O discurso jornalístico destaca a política dependente do Brasil em relação ao capital internacional como a origem da opressão do governo getulista. Uma elite entreguista viveria às custas do povo oprimido e explorado, visando servir aos interesses dos “banqueiros magnatas”. Os enunciados criam um quadro contrastante para frisar o nível de opressão que pesava sobre as classes subalternas da sociedade, tal como apresentamos na tabela abaixo:

TABELA Nº 4: quadro analítico do editorial

Situação causal	Conseqüência social	Soluções possíveis
Magnatas <u>“comem</u> milhões de dólares”.	Quem paga é o “proletariado andrajoso e <u>faminto</u> ”	Ou “chorar, implorar, pedir, mendigar para bandidos, traidores da pátria (...) morrer escravo
...”esfomeiam o povo e <u>vendem</u> o Brasil”	“somos uma <u>colônia</u> de escravos, parias, oprimidos e humilhados”	Ou “pegar em armas, lutar pela pequena propriedade e família (...) morrer lutando.”
Desterram os índios para <u>dar</u> terra aos japoneses	“Os índios tornam-se <u>pedintes</u> nas grandes cidades.”	

Percebemos que a relação estabelecida entre causas e efeitos era apresentada como insuportável e impunha a solução revolucionária. Para reforçar essa argumentação, empregam-se expressões e vocábulos de contraste – sublinhados na tabela – que estigmatizam o inimigo a ser combatido e definem a dicotomia exploradores/explorados. O texto prossegue identificando os sujeitos revolucionários, que seriam camponeses, vaqueiros, peões, trabalhadores, mestiços, brancos, índios e negros, impulsionados pelo projeto de reforma agrária (definida como desapropriação em massa seguida de distribuição subsidiada de terras e êxodo coordenado das regiões semi-áridas para áreas férteis), alfabetização em massa, bem como livre acesso aos registros civis.

É nítido como o programa revolucionário é vago, não contemplando reivindicações trabalhistas recorrentes naquela época, talvez por que isso já fosse parte do discurso governista. Essa ausência de precisão não se restringe, igualmente, à definição dos grupos sociais que se beneficiariam da mudança social, mas aumenta ainda mais quando é apresentado o método revolucionário. Multiplicar as guerrilhas rurais às dezenas pelo país; domesticar cangaceiros e atraí-los para a causa comunista; reunir efetivos em áreas seguras enquanto o governo bateria em retirada; tomar cidades e mais cidades, formando governos de município e *soviets* locais, eleitos pelo povo; seguiriam-se as adesões espontâneas do Exército e da Marinha, fornecendo armas e munições – se resistissem seriam chamados à razão e depois tomados como traidores da pátria.

A convicção de que “nossos irmãos, filhos e parentes” confraternizariam com o movimento revolucionário, mesmo estando submetidos à disciplina da caserna, entende as forças

⁵³⁶ *A classe operária*, ano XI, nº 174, Rio de Janeiro, 11-03-1935.

armadas duplamente submetidas ao imperativo revolucionário: como esteio patriótico da nação; como extensão dos laços de lealdade familiar. Contudo, esse discurso minimiza, ingenuamente, a tradição militar brasileira de manter a unidade e funcionalidade organizacional, com base em valores essencialmente conservadores e patrióticos, independente da conjuntura política apresentar-se altamente instável.⁵³⁷

Contudo, deve-se levar em conta algumas circunstâncias e conceitos que proporcionavam alta interdiscursividade entre os militares revolucionários da década de 1920 e os comunistas brasileiros. Inicialmente a ascendência da liderança de Prestes que, na década de 1930, foi o elo de ligação desses dois grupos⁵³⁸; depois, a identificação de inimigos comuns – os *oligarcas estaduais* do tenentismo eram os mesmos *feudais* dos comunistas – sem esquecer algumas metas históricas coincidentes, como a criação de um movimento revolucionário a partir da agitação e propaganda desenvolvidas por uma elite esclarecida,⁵³⁹ o projeto econômico enfatizando o desenvolvimento da indústria de base e o monopólio nacional do petróleo.

Além desses aspectos, nesse período havia a convicção de todos os enunciadores de discursos revolucionários que o aliciamento dos militares era aspecto fundamental e decisivo para qualquer movimento violento de tomada do poder e a cúpula militar brasileira tinha clara noção desse condicionante. Em um longo estudo de cinquenta e cinco páginas, o Estado Maior do Exército analisou as condições essenciais para uma insurreição, quer orientada pela ideologia marxista quer pelo liberalismo radical, destacando que “só um grande estado de decomposição do Exército Brasileiro tornará possível a elementos civis mal armados dominarem suas unidades”, acrescentando que “se o exército estiver alheio aos trabalhos de preparação

⁵³⁷ Retornaremos a discutir a participação das forças armadas nos intentos revolucionários, quando tratarmos das iniciativas comunista (1935) e integralista (1938). Por hora é necessário argumentar que depois da adesão à Escola Militar Francesa, a participação política dos militares brasileiros procurou mudar o estilo heróico, com base em marchas e falanges porta-vozes da mudança social, próprio das iniciativas tenentistas, para um padrão de comportamento profissional mais preocupado com a modernização e eficácia das forças armadas e com a formação patriótica e cívica dos cidadãos por meio da extensão dos valores da caserna para a sociedade civil. Ver mais detalhes dessa interpretação em NETO, Manuel Domingos. *L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930)*, in ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*, Paris: FNSP, 1980, p. 41-63. Igualmente importante é a obra de HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991, p. 153-166, onde consta uma detalhada análise de como a maioria dos oficiais superiores de 1930 não se deixou empolgar pelo discurso revolucionário, sofrendo depurações por parte da minoria que acompanhou Getúlio Vargas, incluídos nesse grupo os oficiais de baixa patente.

⁵³⁸ Lembrar que na primeira parte desta tese mostrou-se que, desde 1927, antigos simpatizantes dos tenentes como o jornalista Pedro Mota Lima e a liderança do PCB (Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta, Leôncio Basbaum, Otávio Brandão, entre outros) procuraram associar os militares da Coluna (tidos como pequeno-burgueses oportunos) com o PCB do proletariado e dos camponeses. Astrogildo foi ao encontro de Prestes e lhe propôs a convergência. Posteriormente, em Montevidéu, Prestes criou a Liga de Ação Revolucionária (LAR) com o apoio de companheiros da Coluna, como Silo Meireles, Carlos Costa Leite e Emigídio Miranda.

⁵³⁹ Desde 1926, jornalistas como Leônidas de Resende, Rodolfo, Pedro e Paulo Mota Lima, por meio do jornal *O 5 de julho*, defendiam a necessidade de educar o povo para o espírito revolucionário, por uma elite intelectual e por um partido revolucionário a semelhança do que fizera a Rússia.

insurrecional, todo o esforço no preparar a luta revolucionária ficará limitado ao domínio da teoria”.⁵⁴⁰

Tanto a elite comunista como a elite militar sabiam perfeitamente que a base de recrutamento das forças armadas brasileiras ocorria entre os setores de menor renda da sociedade e que essa realidade favorecia enormemente o aliciamento, uma vez que o discurso marxista-leninista tinha seu foco voltado para as massas de camponeses, soldados e marinheiros e só secundariamente para os elementos oriundos da pequena burguesia que ocupavam os postos intermediários de comando. O que resta saber é porque essa situação particularmente favorável não ampliou o efeito do discurso revolucionário comunista, ao menos para dar continuidade e profundidade aos eventos de novembro de 1935.

São os próprios militares que nos dão a resposta. O estudo mencionado anteriormente destaca a compreensão que tinha a cúpula militar brasileira sobre a disseminação dos partidos revolucionários pelo mundo e a insuficiência dos “métodos tradicionais de defesa das democracias liberais”. Segundo o estudo apresentado, somente forças armadas e forças públicas constantemente instruídas e precavidas em relação ao esforço de aliciamento, juntamente com uma eficaz política de inteligência e repressão ao partido comunista, seriam instrumentos capazes de inviabilizar qualquer tentativa de levante armado nos moldes táticos de Trotsky (golpe violento, de curta duração, executado por especialistas, sobre o centro nevrálgico do poder) ou na concepção estratégia de Lênin (com amplo apoio político e organizacional das massas e elementos da pequena burguesia descontentes), conforme ensinaram as experiências alemã, italiana e chinesa da década de 1920.⁵⁴¹

Nota-se que tanto os comunistas como as forças armadas tinham os mesmos pressupostos: a história era o fundamento das análises como fonte de ensinamento e projeções futuras (em questão, os eventos revolucionários da década de 1920); de outra parte, os valores e a funcionalidade típicos da caserna eram tidos como elementos essenciais para a disciplina e ação tanto da revolução como da contra-revolução.⁵⁴² Essa convergência torna menos paradoxal a ênfase que a cúpula comunista deu às células que o setor *anti-mil* deveria organizar no interior dos quartéis, sem o correlato preparativo dos sindicatos e demais organizações de massa para sustentar a insurreição pretendida.

⁵⁴⁰ Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97, Produção intelectual de terceiros, textos diversos, documento nº 663, [redigido entre dezembro de 1935 e dezembro de 1936] p. 16-17.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 3-5.

⁵⁴² No que tange ao discurso marxista-leninista, basta percorrer as páginas iniciais do texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, de Lênin, para perceber a tremenda importância dada à disciplina e obediência à hierarquia do partido como pressupostos essenciais de expansão do movimento comunista.

As medidas previsíveis para esse fim, como a criação de uma imprensa especialmente dedicada aos militares, já existiam desde 1928. O PCB tinha um periódico dirigido para as forças armadas, o *União de ferro*, editado na cidade do Rio de Janeiro, através do qual veiculava a seu discurso revolucionário.⁵⁴³ O teor dos editoriais era de denúncias e apelo à revolta e insubordinação, tal como se observa na edição de fevereiro e março de 1934, quando esse periódico detalhou a exploração financeira e os maus tratos que os soldados da Escola Militar sofriam, bem como os muitos indícios de corrupção, furto e desvio de verbas públicas que o comandante, o coronel João Pessoa – recém promovido general – patrocinaria com alguns subordinados seus. O editorial encerra a seqüência de denúncias conclamando:

Unidos aos nossos irmãos de exploração, os operários, camponeses, marinheiros e soldados de outros quartéis, lutemos pela melhora de nossa vida, pelas nossas reivindicações, contra a canalha de galão que pisa todos os nossos direitos! O PARTIDO COMUNISTA nos mostra o caminho da luta pela nossa libertação e nos dirigirá até a vitória final!⁵⁴⁴

O ano de 1934 foi de grande apreensão entre os chefes militares, em função do risco iminente de uma revolta generalizada de sargentos. Essa apreensão tornava-se ainda maior devido à revolta dos sargentos em Cuba no ano anterior, conduzidos pelo sargento telegrafista Fulgencio Batista, que se autopromoveu a Coronel Chefe do Estado Maior do Exército e tornou-se o chefe político de Cuba. A preocupação com a difusão do discurso revolucionário entre os sargentos, contra seus oficiais, acabou tendo motivos concretos em 14 de fevereiro de 1934, quando em Ribeirão Preto os sargentos e praças do 3º Batalhão da força pública prenderam os oficiais na cadeia da organização militar. Nas semanas que se seguiram, uma rede de espões infiltrados entre os sargentos e praças do 4º Batalhão de Caçadores, localizados na cidade de São Paulo, identificou uma conspiração liderada pelo 1º Sargento Pedro de Campos Miranda e outros sete sargentos, acompanhados por nove cabos que sublevariam seu batalhão nos primeiros dias de março, matando os oficiais e mandando matar o general comandante da Região Militar – General Daltro Filho. Tal conspiração tinha articulação com outros estados da federação e com o Partido Comunista que em tudo participava por meio de seus enviados.⁵⁴⁵

À medida que o PCB acentuava os preparativos para a insurreição comunista no Brasil, os panfletos e editoriais do *União de ferro*, tornavam-se mais radicais no esforço de aliciamento. Na edição de julho de 1935 do jornal, veiculou o proclame que iniciava com a

⁵⁴³ Além deste, havia vários outros como o *Asas vermelhas* para os militares da aeronáutica e *Infante vermelho*, de circulação ocasional.

⁵⁴⁴ Jornal *União de ferro*, Rio de Janeiro, fevereiro-março de 1934. TSN, Brasília, Processo nº1, Editorial reproduzido na íntegra por VIANNA, M. *op cit*, 1995, p. 385-386.

⁵⁴⁵ Todos os detalhes dessa conspiração e de como foi desbaratada podem ser encontrados no relatório do Capitão Silva Barros ao General Daltro Filho, Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, série relatórios, microfilme 052-97, doc nº 725.1.

asserção: PRESTES É O VERDADEIRO CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS. A seguir, denunciou que “Getúlio e seus paus mandados mandam vigiar, prender, maltratar, transferir e excluir sumariamente soldados, cabos, sargentos e oficiais, que se manifestam contra o ignominioso regime atual (...) e mesmo pelo simples fato de assistirem comícios populares como o da ANL em Madureira (...)”. Mais à frente, destacou que o major Costa Leite foi suspenso da Escola de Estado Maior devido a sua atuação na ANL e que militares que apoiaram o movimento aliancista estavam sendo expulsos ou transferidos para lugares longínquos do país pelo Ministro da Guerra, o general João Gomes.⁵⁴⁶

Causava especial apreensão aos comunistas a notícia que o general João Gomes estudava a exclusão de dez mil militares do Exército e contra isso vários panfletos e manifestos foram redigidos⁵⁴⁷, bem como foi alertado sobre a presença de agentes policiais infiltrados nas unidades militares (especialmente na Escola de Aviação, onde ocorreria parte do levante de novembro de 1935)⁵⁴⁸. A perda do emprego, toda e qualquer ordem mais rigorosa dos oficiais ou mudança no horário do expediente, assim como a péssima qualidade dos alimentos e a sobrecarga da escala de serviço eram utilizadas para denunciar “os patifes integralistas” que dominavam a cúpula militar e apelar pelo “Governo Nacional Revolucionário, com Luis Carlos Prestes à frente”.

Cumpram-se destacar alguns aspectos conjunturais, no interior dos quartéis, que favoreciam o discurso revolucionário, especialmente entre os sargentos. Em memorial redigido pelo Estado Maior do Exército (serviço de inteligência), com data de 23 e março de 1934, a cúpula militar admite que a disciplina encontrava-se “em estado de debilidade” em virtude dos movimentos armados da política liberal-democrata e da “propaganda rubra, persistente e orientada segundo programa bem estabelecido”. Contudo, acreditava que a oficialidade saberia resistir melhor ao chamamento revolucionário que os sargentos, em virtude dos sucessivos erros cometidos pela instituição em relação aos praças.

Tais erros são detalhadamente explicados no memorial, onde é possível saber que cabos e sargentos não podiam compreender com facilidade como oficiais honrados a quem deviam obediência, de um momento para outro caíam em desgraça e eram “violentamente desfeiteados e presos” ou como tinham de passar a obedecer a oficiais “que antes eram considerados foras da lei e que de uma hora para outra foram consagrados heróis nacionais”. O

⁵⁴⁶ *Jornal União de ferro*, julho de 1935, Brasília, TSN, processo nº 1. Editorial reproduzido na íntegra por VIANNA, M. *op cit*, 1995, p. 391-392.

⁵⁴⁷ O folheto *Ao Exército e ao povo brasileiro*, de junho de 1935, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, TSN, Processo nº 74 contra Cícero Carneiro Neiva e outros, In VIANNA, *op cit* p. 389-390.

⁵⁴⁸ Folheto *Abaixo a repressão! A todos os militares da aviação*, setembro de 1935, Processo Belens Porto, Brasília, TSN, v. 2, In VIANNA, M. *op cit*, p. 399-400.

relato prossegue com severas críticas aos oficiais que, durante as lutas armadas de 1924, 1930 e 1932, incentivavam a rebeldia dos sargentos como forma de apoio político diante das conspirações ou como maneira de alcançar popularidade no Exército. Nestas lutas armadas era grande a carência de graduados e a solução foi promover às pressas os *sargentos comissionados*, sem que eles tivessem passado pela escola de sargentos ou feito concurso público, gerando grande ressentimento nos graduados não-políticos.

Além da frustração diante dos *sargentos de emergência*, apressadamente tornados militares, havia a questão da promoção do sargento ao posto de oficial. Uma possibilidade era a matrícula na escola de Intendência ou de Veterinária, mas as vagas para essas escolas foram quase todas dirigidas para oficiais comissionados, alunos fracassados da Escola Militar ou alunos mal classificados dos colégios militares.

A solução proposta para essa situação de descontentamento generalizado não escapava do conservadorismo próprio da caserna: férrea disciplina, forte inculcação ideológica em torno do patriotismo, ação sistemática de cobrança dos dois valores máximos das forças armadas (hierarquia e disciplina), exclusão sumária de todo militar suspeito de simpatia com o comunismo, diminuição do número de sargentos, encaminhando os excedentes que haviam se comportado com disciplina para o serviço público civil, novo plano de carreira para os praças e atendimento de alguns pleitos justos sem que isso demonstrasse fraqueza ou subordinação às organizações subversivas...⁵⁴⁹

Por mais pontuais e concretas que fossem as questões utilizadas para revoltar soldados, cabos e sargentos contra os oficiais, as perspectivas de ação revolucionária estavam calcadas em frágeis atributos como o voluntarismo, a espontaneidade, a liderança difusa, o otimismo ufanista associado ao idealismo, tal como se percebe nos extratos do jornal *A classe operária*, mencionados anteriormente. Segundo a interpretação apressada da cúpula do PCB, tais valores e padrões de comportamento seriam suficientes para dar conta de problemas concretos na execução do projeto revolucionário, minimizando e mesmo ocultando as profundas contradições da sociedade brasileira, sobretudo a ambigüidade existente nas relações estabelecidas entre elites locais e grupos subalternos – fator que seria decisivo no momento da constituição dos *soviets locais*.

Igualmente contribuía uma compreensão ingênua e superficial da suposta fragilidade do governo brasileiro e seu aparato repressivo e ideológico, sobretudo em relação à capacidade

⁵⁴⁹ Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, série 4 – produção intelectual de terceiros – microfilme 051-97, doc nº 685.

de reação dos militares⁵⁵⁰. A radicalização da luta política e das acusações contra o Presidente e a ordem liberal vigente eram incongruentes com o texto constitucional largamente comprometido com o nacionalismo econômico e com os problemas sociais, assim como faziam pouca justiça ao desempenho da elite governamental que aprofundava seu discurso assistencialista, tomando medidas para amenizar a crise sócio-econômica tais como a lei de férias, horário de trabalho e a criação dos institutos de previdência, a par das medidas de esvaziamento dos preparativos insurrecionais mediante atividades de inteligência e repressão bem sucedidas.

Em contraponto, a Comissão Política do Kominter exasperava-se com a indisciplina do PCB, que não seguia suas diretrizes em relação à dissimulação dos propósitos revolucionários em benefício da ANL, conforme frisou Kutschumov em relatório contra os enviados de Moscou ao Rio de Janeiro, os quais não estariam controlando as ações do partido comunista local. Como reação, Miranda, Martins e Bangu foram chamados em reunião com Ewert, Prestes e Ghioldi e tiveram de mudar o discurso veiculado até então nas páginas de *A classe operária*, e também convocaram uma reunião das principais lideranças comunistas do Brasil (o *plenum* de maio de 1935, já discutido na primeira parte desta tese) para difundirem a estratégia de uma ANL teleguiada pelos comunistas, compondo muitas forças políticas contrárias a Vargas, em um governo “nacional popular revolucionário”, dirigido por Luis Carlos Prestes e que, só depois disso, adotaria as medidas depurativas para livrar-se dos aliados divergentes da meta comunista, que nada mais era do que o governo de partido único nos moldes do regime stalinista.

Contudo, o discurso revolucionário incorporado à ANL não poderia evidenciar essa estratégia de poder. Era necessário construir novos conceitos evasivos sem serem facilmente desmentidos pelo governo de Prestes no futuro próximo. Nesse sentido, o próprio Prestes encarregou-se de criar essa seqüência lógica de conceitos em torno do que seria o “governo popular nacional revolucionário”. Em artigo escrito no jornal *A Classe Operária*, em 20 de junho de 1935, Prestes faz uma longa explanação da situação de exploração do povo brasileiro pelas “forças imperialistas e feudais”. A seguir, afirma que a ANL “pode e precisa ser instrumento (grifo nosso) para as lutas decisivas que se avizinham”. Pressupõe, a seguir, que as massas populares presentes na ANL querem “um novo poder suficientemente forte para expulsar os imperialistas, acabar com o feudalismo e instaurar os direitos democráticos”. Tal governo forte teria de realizar a revolução democrático-burguesa que só a “ditadura revolucionária democrática dos conselhos de operários e camponeses é capaz de fazer (...) garantindo a sua ulterior transformação em revolução socialista”. Depois de fazer ressalvas sobre a inadequação de um governo soviético no Brasil, naquele momento, Prestes retoma o discurso marxista-leninista

⁵⁵⁰ Essa é uma das idéias centrais elaboradas por Martins na redação da autocrítica do PC em relação aos eventos de 1935. Ver carta de Honório de Freitas Guimarães (Martins) ao Secretariado Nacional, 27 de fevereiro de 1936,

revolucionário afirmando que depois de confiscar as terras e plantações dos imperialistas e da Igreja, nacionalizar e confiscar empresas e expulsar os inimigos do novo regime, o partido comunista “ao fogo dos combates revolucionários”, se tornaria um grande partido de massas que garantiria ao proletariado a hegemonia na revolução.⁵⁵¹

Considerando a interdiscursividade estabelecida no interior da ANL, sobretudo no que se refere à difusão de um conceito de revolução e do sujeito revolucionário preponderantes, qual era o desempenho da militância nos preparativos da revolução comunista? Fundamental destacar que as medidas práticas para a organização e desencadeamento revolucionário, nos moldes imaginados por Moscou (levante de camponeses, inclusive cangaceiros guiados por comunistas; operários armados em células sindicais, promovendo greves e sabotagens; quartéis e forças públicas estaduais com seu arsenal e munições comprometidas com a causa revolucionária, só esperando a ordem de Luis Carlos Prestes para erguer armas contra o governo; tudo isso sendo construído sob o manto de uma ANL, pacifista, pluralista e democrática) só existia na imaginação de alguns líderes do PCB.

A primeira idéia de Prestes para concretizar o movimento revolucionário foi ressuscitar a Coluna dos anos 1920. Nos dois meses seguintes ao manifesto de 5 de julho, Prestes manteve correspondência com alguns de seus antigos companheiros da coluna e com líderes militares simpatizantes da ANL, solicitando a reorganização da marcha pelo interior do país “de forma multiplicada e orientada”. A tática era reunir “grupos de homens do povo”, atacar e desarmar a polícia e os capangas dos fazendeiros e não mais devolver o armamento. Todos os integrantes da Coluna deveriam “iniciar imediatamente as lutas no interior, por pão, terra e liberdade para o povo” utilizando abertamente o nome de Prestes, que se apresentaria para assumir a liderança do movimento.⁵⁵² Os fatos subsequentes às correspondências acabaram demonstrando que o discurso revolucionário alicerçado na experiência da Coluna não surtiu o efeito mobilizador imaginado, mas sofreu dura crítica de um outro revolucionário tão experiente e prestigiado quanto Prestes: Miguel Costa.

Miguel Costa inicia sua crítica concordando que havia a necessidade de ações decisivas para por termo à exploração do povo, “mas, se na luta a favor dos explorados, os fins justificam os meios, parece-me que tem havido erros na escolha e na aplicação desses meios.” A ANL, para o líder militar, não poderia ser mero instrumento insurrecional, pois “seu programa

transcrita em VIANNA, 1995, *op cit*, p. 541.

⁵⁵¹ Jornal *A Classe Operária*, ano XI, nº 184, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1935.

⁵⁵² Carta de Luis Carlos Prestes ao Capitão Trifino Correia, 17 de julho de 1935, transcrita na íntegra por VIANNA, 1995, *op cit*, p. 332-334. Outras cartas foram enviadas para o Capitão Ari Salgado Freire (no Rio de Janeiro); para “Agrícola” (companheiro de coluna), orientando a luta no Mato Grosso; para o Capitão Agildo Barata (no Rio Grande do Sul); ao Capitão Aristides Leal (Rio de Janeiro); ao Capitão Alberto Guerin; ao Capitão Daniel Eufrides Fagundes.

antiimperialista, pela libertação nacional do Brasil, antifascista e pela divisão dos latifúndios” havia empolgado amplos setores sociais, mas tais questões teriam de ser resolvidas dentro da ordem e sem nenhum comprometimento com a estratégia comunista de tomada do poder. Mais a frente, acrescenta em sua correspondência:

Vem o 5 de julho. V., naturalmente pouco ou mal informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto em profundidade como em extensão, lançou seu manifesto dando a palavra de ordem ‘todo o poder à ANL’. Brado profundamente revolucionário, subversivo, só aconselhável nos momentos que devesse preceder à ação. Grito que deveria, para estar certo, ser respondido pela insurreição. No entanto, ai estão os fatos: veio o seu manifesto, veio o decreto de fechamento da ANL e este movimento popular que parecia, à primeira vista, ter tomado todo o país, não reagiu nem com duas greves organizadas. Faltavam-lhe profundidade e organização.⁵⁵³

A resposta de Prestes a Miguel Costa foi evasiva e enfatizou aspectos fatalistas e dogmáticos. Para o líder revolucionário comunista, independente da profundidade de organização da ANL, “o povo queria ter uma resposta à questão do poder...” Pois, sem tal resposta, a ANL, depois de sua inevitável clandestinidade, não teria sentido e “desapareceria fatalmente”. Para Prestes, “a Aliança já estava praticamente na ilegalidade” e era inútil insistir por soluções dentro da ordem, pois “os dominadores não são enganados pela fraseologia que empregamos, desde que realmente agimos revolucionariamente”. Abruptamente, Prestes alterou o discurso em sua carta, afastando-se do que já havia declarado no jornal *A Classe Operária*,⁵⁵⁴ e encerrou sua correspondência desmentindo a intenção do PCB promover a revolução, *instrumentalizando* a ANL e de pretender ser o protagonista do Governo Nacional Popular Revolucionário. De uma linha para outra da sua carta, Prestes retoma a retórica da formação de um governo liberal, pluralista, profundamente nacionalista, que exerceria o poder democraticamente com base na plataforma da ANL. Sugere, além disso, a formação de uma Frente Democrática em São Paulo, com a ANL, o PCB e demais partidos burgueses opositores a Vargas, mas recusa a solução de partidos de fachada para abrigarem o programa da ANL, pois seriam reformistas e não verdadeiramente revolucionários.

Enquanto Prestes adotava medidas diversionistas com os aliados da ANL, o CC comunista desenvolvia, em julho de 1935, sua autocrítica em relação a fragilidade das suas bases e de seus propósitos revolucionários, ao perceber a apatia generalizada das bases diante do fechamento da ANL. Contudo, de forma inexplicável, tais análises e decisões tomadas naquele *plenum*, pareciam não ter surtido os efeitos esperados, a julgar pelos acontecimentos ocorridos em mais outro *plenum*, na segunda quinzena de novembro de 1935, quando se determinariam as

⁵⁵³ Carta de Miguel Costa a Luis Carlos Prestes. 3 de agosto de 1935. Arquivo Nacional, transcrito em VIANNA, 1995, *op cit*, p. 343-345.

⁵⁵⁴ Na edição de 20 de junho de 1935.

ações revolucionárias que, a rigor, deveriam ocorrer em 15 de dezembro daquele ano, conforme nos relata Ivan Martins⁵⁵⁵, presente naquela reunião como representante da Juventude Comunista. Descreveremos esse encontro com detalhes porque permite compreender como a participação política revolucionária era planejada, entendida e levada às últimas conseqüências pelo PCB daquela época.

O Plenum ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 1935, em um lugar deserto da Pavuna, no interior de um casarão onde se encontravam Bangu, Martins e Miranda com sua esposa Elza Fernandes (notar que Prestes não se encontrava entre eles). Logo depois, chegaram o argentino Rodolpho Ghioldi e o alemão Authur Ernest Ewert – estes dois representando o *Bureau Sul Americano* da IC – além de vários secretários dos Comitês Estaduais (CE). O Secretário Político – Miranda – como era praxe, iniciou a reunião com a explanação da conjuntura nacional e internacional, durante algumas horas. Os membros do CC (Ghioldi, Berger, Miranda e Bangu) comiam separados dos demais que ficavam analisando as palavras dos dirigentes e, toda e vez que alguém levantava a suspeita de que não havia elementos de base nos estados, o comentário era encerrado com “o anti-mil está tratando da luta”.⁵⁵⁶

As conferências sucediam-se sem qualquer determinação das ações práticas que deveriam ser adotadas. Ivan Martins relata a agonia que sentiu diante desse vazio:

A conversa com os companheiros não tinha me animado, palavras muitas, pois língua não tem osso, mas meios para a ação não conseguia vê-los. Ninguém falou de uma greve geral, numa passeata, num comício, falava-se de ‘na hora do pega pra capar’ todo o mundo ter uma tarefa certa, mas ninguém especificava qual tarefa. Como, na estrutura do partido, tinha sido planejada a utilização dos quadros? Sem isso, como pensar em tarefas específicas e seus responsáveis?⁵⁵⁷

Depois de Miranda, discursou Bangu – responsável pela agitação e propaganda, destacando os muitos jornais existentes no Nordeste e no Rio de Janeiro, entre eles o jornal oficial do partido, *A classe operária*, como órgãos ativos de esclarecimento popular acerca da revolução que se aproximava – culminando com Martins (secretário de organização) que fez algumas críticas sobre a eficiência da organização nos estados e terminou exaltando a excelência organizativa que atingira o PCB. Diante de tais comentários entusiasmados e confiantes, os representantes dos estados desataram a exaltar a capacidade do partido em suas regiões até altas horas da noite de 22 de novembro.

⁵⁵⁵ Importante destacar que Ivan Martins fez parte do grupo de militantes do PCB, da década de 1930, que passou pelo processo de fracionamento e em bate ideológico no interior do Partido, assumindo posição contrária ao grupo que preponderou na década de 1940 (integrantes da CNOP). Sendo um dissidente, sua opinião é contestatória e crítica das práticas e estratégias adotadas pelo PCB, em especial aquelas que trouxeram resultados nefastos para os militantes.

⁵⁵⁶ MARTINS, I. *op.cit.*, p. 313.

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 313.

O dia seguinte foi de graves prognósticos, proferidos por autorizados e experientes comunistas: Ghioldi e Ewert. O primeiro destacou a importância do Brasil como elemento irradiador de uma união continental e de como isso abalaria o imperialismo capitalista e a ascensão do fascismo. Mais realista e objetiva foi a explanação de Ewert. Criou duas hipóteses. Na primeira, encontrava-se a vitória e a mobilização de milhões de brasileiros como um exemplo bem-sucedido de revolução popular, tomando por paradigmas a China e a URSS. Na segunda, relatou em detalhes os efeitos da derrota: perseguição, deportações, torturas, Estado de Sítio, fim das liberdades democráticas e liberais e a vigência do regime totalitário liderado por Getúlio Vargas. Encerraram a reunião com a votação unânime pela luta armada, que, a princípio, eclodiria no dia 15 de dezembro.

Paradoxalmente, poucas horas depois de assinadas as atas do encontro, a cidade de Natal tornou-se palco do levante comunista, dando início à luta revolucionária no Brasil! Não é nosso propósito avaliar o que efetivamente ocorreu, se foi mesmo Luis Carlos Prestes o autor do telegrama que determinou o levante ou se foi um telegrama simulado por um espião infiltrado entre os comunistas pela polícia de Getúlio. Tão pouco nos deteremos na polêmica sobre de quem teria partido, em primeira instância, a ordem do levante, se da URSS, dos dirigentes brasileiros ou em virtude da precipitação dos nordestinos⁵⁵⁸. O que nos interessa é perceber como aquelas pessoas que deveriam ser os revolucionários comunistas do Brasil entendiam sua inserção no processo de mudança radical da sociedade, suas razões, as limitações desse sujeição, seus reflexos nos acontecimentos, enfim, como o discurso comunista concebia o sujeito revolucionário e como este sujeito se manifestou como ator social naquela época.

O discurso revolucionário dos comunistas buscava superar o distanciamento até então existente entre palavras e ação, ou seja, buscava tornar a intenção revolucionária em acontecimento protagonizado por seus militantes, que deveriam deixar de ser apenas os sujeitos construídos pelos discursos para tornarem-se os atores responsáveis pela construção da nova ordem. Esta mudança de ênfase no discurso revolucionário chocava-se diretamente com o

⁵⁵⁸ Uma extensa literatura tem sido produzida sobre a *intentona comunista de 1935*, e não é nosso propósito repisar polêmicas sobre o nível de autonomia do PCB. Contudo, maiores detalhes dos argumentos apresentados a favor e contra a hipótese da subordinação do PCB à IC, podem ser vistos nos brasilianistas LEVINE, Robert. *O regime de Vargas (1935-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 e HILTON, Stanley. *A rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983, que endossam a perspectiva do movimento teleguiado. Ficou particularmente conhecido o livro do jornalista WAACK, Willian. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pelo seu empenho em buscar as fontes soviéticas e pela precisão de suas informações, que, a rigor, ainda não foram invalidadas por estudos posteriores e demonstram que realmente a IC, para dizer o mínimo, *supervisionava* as ações da elite do PCB. No entanto, é necessário reconhecer que pouco se acrescenta ao conhecimento histórico a limitação do debate em torno da autonomia dos dirigentes do PCB. Autores como PINHEIRO, Paulo Sérgio, *estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, dedicam-se a outros fatores de ordem partidária e internacional que tiveram, igualmente, caráter determinante no levante comunista, enquanto VIANNA, Marly. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992 enfatiza, oportunamente, os indicadores internos de ordem nacional e organizacional do PCB, bem como a importante tradição golpista do tenentismo como fatores que devem ser levados em conta na análise do 1935.

aparato repressivo e ideológico montado pelo governo de Getúlio Vargas, conforme demonstra Elizabeth Cancelli⁵⁵⁹, quando fez sua reflexão sobre como a polícia política passou a ter um peso maior na relação entre Estado e sociedade civil.

Para esta autora, o controle sobre os indivíduos e a impunidade garantida aos agentes da repressão e policiamento, tornaram os cidadãos ainda mais expostos às regras legais e às medidas punitivas, de tal maneira que a reabilitação do indivíduo era buscada a partir da ação direta do aparato policial e repressor sobre sua constituição física e psíquica, pois “não eram mais as manifestações criminosas de um sujeito que incomodavam a sociedade, e sim o próprio sujeito”.⁵⁶⁰ Foi nessa perspectiva que o crime político foi elevado ao mesmo nível do crime comum, fazendo com que os atores sociais engajados em projetos e práticas que visavam à mudança radical da sociedade se tornassem indivíduos desprovidos das garantias fundamentais definidas na Constituição liberal de 1934⁵⁶¹.

Como estratégia de limitação do campo de participação política, o governo passou a identificar os inimigos objetivos da sociedade, não exatamente em função dos códigos legais já existentes, mas atendendo ao critério de que todo o adversário do governo conspiraria contra a paz social e a ordem pública. Entre esses inimigos eleitos, os comunistas ocupavam posição de destaque. Entre 1934 e 1937 o governo de Getúlio Vargas, ajudado pelos governos estaduais, desenvolveu intensa campanha negativa dos comunistas, a ponto de despertar o medo coletivo de ser *comunista*, pois tal identificação acarretava, via de regra, perseguições e perda do trabalho. Comunistas, ideologias *exóticas* e estrangeiros eram vistos com desconfiança e criou-se um ambiente de terror nas repartições públicas, nos sindicatos e partidos políticos, onde se temia as constantes ordens de averiguação de suspeitos, expedidas pela Comissão de Repressão do Comunismo.

Evidente que nesse contexto de perseguições, forte campanha publicitária e prisões arbitrárias o discurso revolucionário comunista perdeu sua intensidade e repercussão, servindo mais como argumento de seus inimigos, que associavam os comunistas ao movimento internacional teleguiado pelos soviéticos. Os argumentos eram repetitivos⁵⁶²: destacavam-se os

⁵⁵⁹ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 29.

⁵⁶¹ Sintomático dessa escalada foi o conflito que se estabeleceu entre Filinto Müller (Chefe de Polícia) e Macedo Soares (Ministro da Justiça), em 1937, quando o primeiro foi acusado (apropriadamente, diga-se bem) de manter pessoas presas sem o correspondente processo. O desfecho foi o que passou a ser conhecido como *macedada*, ou seja, a libertação de 408 presos que estavam sem acusação formal. Ver mais detalhes em SILVA, Hélio. *1937. todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 581-582.

⁵⁶² Mesmo depois de passados nove anos da intentona de 1935, e a despeito da sistemática repressão e prevenção do governo em relação às “ideologias exóticas”, o Estado Maior do Exército criava relatórios e avaliações estratégicas catastróficas em torno dos comunistas. Um dos mais alarmantes relatórios pode ser encontrado no Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 052-97, doc nº 736, de agosto de 1945, o qual prevê uma conspiração maciça dos comunistas, tão logo o PCB atuasse na legalidade...

preparativos golpistas que visavam subverter instituições tradicionais como a Igreja e a família, assim como se precavia a população contra os confiscos das propriedades privadas em benefício de um incógnito e indecifrável Estado Popular Revolucionário... Diga-se a verdade que os comunistas, até 1937, não tentaram desenvolver um discurso que neutralizasse essas suspeitas, mas agiram com certo desconhecimento da opinião pública, dando elementos que fortaleciam a imagem negativa do sujeito revolucionário comunista, como agente teleguiado pelos soviéticos.

Essa postura é particularmente visível logo após o desfecho do *putsch* de novembro, quando se instalou uma progressiva cisão entre frações do PCB, notoriamente entre o Comitê Central e o Comitê Regional de São Paulo, sobre a melhor alternativa para fazer frente ao governo de Vargas e ampliar as bases de apoio do PCB no Brasil. Entre os primeiros houve a insistência na linha revolucionária golpista, ainda que matizada pela necessidade de maior apoio popular por meio da mobilização dos sindicatos, das associações da pequena burguesia e dos grupos de *guerrilheiros rurais*. Já para a elite comunista de São Paulo, prevalecia o retorno do discurso aliancista como pressuposto básico da mobilização pós-novembro de 1935. Tal afastamento na compreensão dos fatos foi se aprofundando até que questões mais conjunturais, como o apoio ou não aos candidatos à Presidência da República, tornaram-se fatores de cisão e argumento de combate entre as duas facções.

Nesse contexto de ambivalência, os discursos definidores do sujeito revolucionário assumiam uma diversidade não raras vezes contraditória, tal como se percebe na carta do Secretariado Nacional ao Comitê Regional do Ceará. Na correspondência, o secretariado recomenda que “com a decretação do estado de guerra pelo imperialismo e seu laçaiio Getúlio contra o povo, a situação se torna ainda mais grave e mais necessário é que os verdadeiros revolucionários levantem ainda mais alto a bandeira de luta da revolução.”⁵⁶³ Logo a seguir, recomenda-se:

Devemos mostrar a todos, tanto ao proletariado quanto aos seus aliados, inclusive elementos burgueses liberais e fazendeiros de tendências progressistas que a eles também o imperialismo e seus laçaiios querem reduzir à escravidão. Devemos mostrar-lhes que a saída para a situação é ampliar a frente única enorme pela democracia e contra as medidas de exceção e as emendas à Constituição, pela liberdade dos presos e pela defesa das vidas dos presos...

Tais medidas de convencimento e coordenação deveriam conviver com o “trabalho camponês e popular, com vista à elevação do nível de lutas, para transformá-las em lutas armadas e guerrilhas”, pois os comunistas não poderiam ter “nenhuma ilusão democrática” contra o governo de Getúlio Vargas. Insistindo na necessidade de criar núcleos do exército nacional popular libertador, por meio de guerrilheiros rurais, a correspondência encerra com uma

⁵⁶³ Arquivo Nacional, TSN, Processos nº 10627 e 10628, contra Pedro Raimundo de Lima e outros, documento transcrito na íntegra em VIANNA, *op cit* p. 256-259.

enfática prevenção contra os “elementos aliados vacilantes” que estariam fazendo o jogo da reação e da contra-revolução ao combater a tática da luta armada, argumentando que tal medida alimentaria as represálias do governo.

A insistência no discurso revolucionário diminuía a discussão sobre outras alternativas de ação política naquele contexto histórico e esta situação se torna mais compreensível quando lembramos que o modelo partidário dos comunistas brasileiros era o PC soviético de Stalin. Merleau-Ponty⁵⁶⁴ ao fazer a réplica da obra de Koestler (*O zero e o infinito*), acerca dos tribunais revolucionários de Stalin, destacou que, na União Soviética, toda a crítica às decisões do partido do proletariado eram tomadas como traições, pois o que se julgava era a impertinência do indivíduo, dotado de uma visão apenas parcial e subjetiva da realidade, sobretudo quando tornava pública sua visão pessimista sobre o processo irreversível da História, na direção do socialismo.

Minimizando a compreensão marxista sobre o caráter dialético de História, a cúpula do PC levava ao extremo a interpretação maniqueísta do processo revolucionário, na qual não era admitida qualquer idiosincrasia ou neutralidade individual, porque o mundo do comunista era o mundo da luta de classes onde só se conheciam aliados ou inimigos. Nesse sentido, os agentes da *revolução comunista brasileira*, em virtude da fé no processo histórico e nos seus resultados, viam-se divididos entre o entusiasmo e a culpa: imperava o entusiasmo e a determinação enquanto se imaginava estar no rastro da História, como se viu naqueles meses que antecederam o levante de 1935; prevalecia o constrangimento e a culpa no momento em que a História mudava abruptamente de rumo, mostrando outras possibilidades, tal como ficou patente nas autocríticas e divergências alimentadas nos anos 1936 e 1937, no interior do PCB.

O primeiro documento oficial do PCB, com uma avaliação crítica do levante comunista, foi divulgado ainda em dezembro de 1935, com o título “Começou a Revolução”.⁵⁶⁵ Nesse manifesto, encontramos o apelo à continuação das lutas armadas, não mais nas grandes cidades, tendo por base os quartéis, mas no interior do país, utilizando-se a tática das colunas revolucionárias, já experimentadas na década de 1920. Têm-se o cuidado e não acusar os revolucionários do Nordeste e do Rio de Janeiro, mas encontrar razões e explicações para a precipitação das lutas armadas, tendo por fundamento o ritmo dos acontecimentos históricos, que levavam à maturidade das *condições subjetivas* da revolução, ao tempo que não havia a necessária *estrutura objetiva* e organizacional das forças revolucionárias, para dar vazão ao

⁵⁶⁴ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Humanismo e terror*. Ensaio sobre o problema comunista. Rio de Janeiro, GB, 1968, (Biblioteca Tempo Universitário – 10).

⁵⁶⁵ Documento da Direção do PCB, dezembro de 1935, transcrito em VIANNA, *op cit*, p. 171-178.

impulso emocional das massas, as quais foram mobilizadas por ações de motivação, como as greves no Nordeste nos anos de 1934 e 1935.

Para os comunistas brasileiros, não havia ocorrido uma interpretação equivocada da oportunidade histórica de uma revolução marxista-leninista no Brasil “semifeudal” da década de 1930 (essa reflexão estava completamente fora do discurso revolucionário marxista-leninista, fosse ele enunciado pelos stalinistas ou por seus adversários trotskistas)⁵⁶⁶. De outra maneira, os erros foram de organização, ou seja, as deficiências não eram do processo histórico irreversível, mas da subjetividade de alguns indivíduos hesitantes, ou pouco disciplinados, ou – como o manifesto destaca de forma enfática – pela “fraqueza dos quadros mal formados”.

A insistência com que Prestes e Martins formulavam a viabilidade da luta armada, com uma tática diferenciada para aquele contexto, tinha alguns argumentos que podem ser sintetizados da seguinte maneira: a falta de quadros era fator essencial, mas poderia ser parcialmente superada com um treinamento rápido de elementos de confiança em táticas de guerrilha, tomando por base alguns manuais soviéticos e um memento redigido por Prestes sobre as ações a realizar e a evitar na condução das guerrilhas rurais.⁵⁶⁷ Já a defasagem entre a organização civil e o movimento armado seria superada pela rearticulação da ANL, mas dessa vez com base na formação de brigadas revolucionárias, não mais ocultando o propósito de apoiar a instauração de um governo nacional popular pelo uso da força das armas.

Pode-se imaginar que essas formulações táticas de Prestes e Martins eram irrealis em virtude da prisão de praticamente todos os melhores elementos revolucionários. Contudo, conforme Gregório Bezerra informou sobre o Nordeste⁵⁶⁸ e segundo o estudo desenvolvido por Dainis Karepovs sobre as prisões ocorridas no estado de São Paulo, verifica-se que⁵⁶⁹, entre

⁵⁶⁶ Devemos entender essa posição dogmática como a interdiscursividade estabelecida com as resoluções do II Congresso da IC. Naquela oportunidade, Manavendra Nathroy, originário da Índia e militante no México, inaugurou a polêmica com Lênin, segundo a qual não haveria a possibilidade de revolução socialista nos países centrais do capitalismo porque estes teriam as colônias para explorar e minimizar as contradições de classes das suas sociedades nacionais. Era imperioso realizar a revolução nas colônias para debilitar o colonialismo e os países centrais do capitalismo. Lênin ponderou que nas colônias e países semicoloniais tal revolução deveria ter o caráter democrático e burguês, pois o proletariado não era forte para liderar e a burguesia desejava a independência e o desenvolvimento do capitalismo nacional. A resolução final foi um meio termo das duas posições: “Os comunistas devem apoiar e apoiaremos os movimentos burgueses de libertação nas colônias, unicamente quando forem revolucionários, quando seus representantes não nos empecem de educar e organizar no espírito revolucionário os camponeses e as grandes massas de explorados. Se não existem essas condições, os comunistas devem lutar contra a burguesia reformista.” O III e IV Congressos iriam retroceder nessa orientação e o V iria retornar a ela de maneira enfática. VENTURA, Maria Isabel Pinto (Org.). *Os quatro primeiros congressos da Internacional comunista*, Lisboa: Maria da Fonte, [s.d.], v. 1, p. 177.

⁵⁶⁷ Carta de Prestes a Honório de Freitas Guimarães, 9 de fevereiro de 1936, transcrita em VIANNA, *op cit*, p. 513-520.

⁵⁶⁸ BEZERRA, *op. cit.*, p. 250.

⁵⁶⁹ KAREPOVS, *op. cit.*, p. 56-66. O Autor utilizou como fonte os relatórios da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e os expedidos pelas delegacias especiais da ordem política e social (DEOPS) do Distrito Federal e São Paulo.

dezembro de 1935 e junho de 1937, 551 pessoas foram presas em 46 cidades, sendo a cidade de São Paulo responsável por 44,4%, Santos com 10,8% e Bauru com 7,2%. Desse total, 255 pessoas foram liberadas (53,7%). No Distrito Federal – a cidade do Rio de Janeiro – a repressão foi bem mais violenta e indiscriminada: entre 25 de novembro de 1935 e 15 de março de 1936, foram realizadas 3.250 investigações e 441 buscas, resultando na prisão de 901 civis e 2.146 militares; contudo, também foram expressivos os números das liberações, correspondendo a 586 (65%) civis e 2.058 (95,8%) militares soltos após as averiguações da polícia.

Quem permaneceu efetivamente preso foram aqueles com antecedentes políticos e criminais, além da cúpula militar e civil diretamente envolvida nos acontecimentos de novembro, restando intacta boa parte da militância e dos simpatizantes que não haviam sido detectados pela polícia política de Getúlio Vargas, reforçados posteriormente pelos simpatizantes libertos pela *macedada*, no segundo semestre de 1937. Essa realidade foi alterada com as prisões sistemáticas ocorridas entre janeiro e abril de 1937 e aquelas do segundo semestre de 1939, quando o esforço de rearticulação dos comunistas foi seriamente comprometido pela polícia.

Diante da fragilização dos enunciadores do discurso revolucionário, fortemente ligado ao stalinismo, ascenderam aqueles que lhes faziam oposição: os Trotskistas. Em edição do jornal *A luta de classes* de São Paulo, em 1934, argumentava-se as razões da decomposição do stalinismo e da social democracia e da recomposição do movimento revolucionário internacionalista, tendo por base o contexto internacional. Destacava-se que a “vergonhosa capitulação” do Partido Comunista Alemão diante de Hitler com o silêncio criminoso da Internacional Comunista, a invasão japonesa da China e a situação revolucionária de Cuba eram evidências do “adiantado estado de putrefação do stalinismo”.⁵⁷⁰

A construção discursiva do sujeito revolucionário, entre os trotskistas, estava fortemente afetada por conceitos externos à realidade imediata dos brasileiros e dos grupos sociais para quem eram dirigidos os argumentos – em especial os sindicatos. A rivalidade entre trotskistas e stalinistas na União soviética e as divergências sobre as atitudes da Internacional Comunista eram apenas parte dos elementos de identificação utilizados para demarcar o lugar dos *verdadeiros* e os *falsos* sujeitos revolucionários adeptos do leninismo-bolchevismo. Havia, ainda, entre os trotskistas, a divergência sobre a mais legítima corrente da Liga Comunista Internacionalista a ser seguida...

Em agosto de 1933, em Paris, 14 partidos comunistas e socialistas dissidentes reuniram-se em torno de quatro tendências – Liga Comunista Internacionalista (LCI), *Sozialistische Arbeiter Partel* (SAP), Partido Revolucionário Socialista e Partido Socialista Independente. A filiação a uma desses correntes já era o suficiente para distinguir os legítimos

⁵⁷⁰ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, TSN, Processo contra Hylcar Leite, volume 1.

leninistas-bolchevistas daqueles que haviam traído a causa da revolução, sem esquecer que diante de qualquer impasse ou polêmica internacional, como a iniciativa do Partido Comunista Francês em unir-se aos social-democratas, abria-se nova possibilidade de identificar novos dissidentes...⁵⁷¹

A *sujeição* do indivíduo pelo discurso de uma ou outra corrente revolucionária, por mais distantes e estranhas que fossem as referências para a identificação, baseava-se em categóricas declarações de fidelidade, como se percebe na papeleta de adesão dos novos membros da Liga Comunista (oposição) – filiada a Oposição Internacional de Esquerda:

Declaro aceitar o programa e a tática da Liga Comunista (oposição), submetendo-me à disciplina revolucionária e lutando por todos os meios ao meu alcance, para que o Partido Comunista, restabelecida em suas fileiras a liberdade de discussão e de crítica, receba novamente em seu seio todos os verdadeiros comunistas expulsos pelos golpes de força da fração centrista. Assumo o compromisso de orientar as minhas atividades revolucionárias de acordo com os ensinamentos de Marx e de Lenine, consubstanciados nas teses e resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista. Reconhecendo a justeza do programa e da tática da Liga Comunista (oposição) comprometo-me a lutar até o fim, sem desfalecimentos, pela vitória da Revolução proletária internacional, no setor brasileiro da luta de classes.⁵⁷²

Além do proselitismo do texto, percebe-se que o novo membro a ser filiado já teria de ter passado por um processo de adaptação prévia ao grupo, pois era necessário compreender a interdiscursividade que o texto estabelecia com os de Marx e Lenine, além do conhecimento anterior sobre os conflitos internos entre os comunistas soviéticos, sobretudo naqueles debates ocorridos nos congressos da Internacional Comunista. A tácita aceitação das táticas e programas revolucionários de uma fração do comunismo internacional criava o compromisso de submissão ao grupo dissidente, de tal maneira que se buscava marcar uma reserva mobilizável entre os militantes ou simpatizantes do comunismo.

O cotidiano desses novos integrantes, majoritariamente jovens e do sexo masculino, exigia mesmo um compromisso de entrega à organização partidária clandestina, em virtude do constante risco de cair nas mãos dos aparelhos repressores do Estado. Além disso, havia a exigência da constante disposição de luta não apenas contra as forças capitalistas ou burguesas, mas também contra os *falsos comunistas*, membros de grupos rivais no interior do movimento comunista internacional. Os cuidados com os deslocamentos e os paradeiros, o uso de codinomes e códigos secretos, as discussões acaloradas sobre os dogmas do comunismo, a constante necessidade de identificação dos aliados e dos inimigos, a sustentação das marcas estereotipadas do militante comunista – conforme vimos no esforço de *proletarização* do PCB – a participação em atividades de propaganda e mobilização de grupos, quando não de

⁵⁷¹ *Idem.*

⁵⁷² Arquivo Nacional, TSN, processo contra Hylcar Leite, volume 2.

preparativos militares para as sublevações, criavam fortes fatores de identificação dessa comunidade discursiva e o desenvolvimento de discursos com forte efeito de sujeição.

Esses fatores de identificação dos militantes comunistas, em torno do ideal revolucionário, foram alterados abruptamente com a mudança do discurso comunista, a partir do segundo semestre de 1937. Já em março deste ano, o Comitê Regional da Bahia publicou uma circular anti-sectária que foi reproduzida pelo Secretariado Nacional. Nessa circular, os comunistas foram aconselhados a “abandonar por completo a linguagem áspera e desaforada e falar ao povo do interior de uma maneira que não ferisse seu profundo sentimentalismo.” Posteriormente, outras circulares anti-sectárias foram expedidas, nas quais acusava-se Getúlio Vargas de ter criado a farsa do “perigo vermelho”, enquanto o PCB queria tão somente a manutenção das instituições democráticas previstas na Constituição de 1934.⁵⁷³

A mudança do discurso revolucionário não alterou a capacidade de mobilização do PCB, mas o contrário disso: provocou cisões duradouras entre seus melhores quadros, precipitando alguns na direção do trotskismo, enquanto os líderes restantes da revolução de 1935 caíam, um a um, nas mãos da polícia no ano de 1939. Nessa oportunidade, a polícia conseguiu elucidar o assassinato de Elza Fernandes pelos comunistas, em fevereiro de 1936, o que ocasionou a imputação de severas penas de reclusão aos mentores e executores do assassinato, fato este largamente explorado pela imprensa anti-comunista que ganhara um importante argumento para denunciar a “face truculenta da ideologia extremista.” Desde então, o discurso revolucionário foi esvaziando-se até transformar-se no discurso de união nacional em torno do governo de Getúlio Vargas, nos primeiros anos da década de 1940, conforme veremos no subtítulo dedicado ao ressurgimento do discurso liberal de participação política partidário-eleitoral.

3.2 Oposição revolucionária marxista no Uruguai

Assim como aconteceu com o Brasil, no Uruguai, as experiências políticas que empregaram a violência das armas foram mais recorrentes entre os grupos políticos de inspiração liberal – lembrar as guerras civis de 1893, 1923 e 1932 no Brasil – do que entre os partidos ou organizações que propunham a mudança radical da sociedade. No contexto uruguaio, as raras investidas violentas dos grupos inspirados no anarquismo ou no comunismo estavam restritas às iniciativas de alguns militantes do anarquismo que autodenominavam-se “anarquistas de ação”.

⁵⁷³ DULLES, *op cit*, p. 86-87

Na sua maioria, eram oriundos da Argentina e da Espanha e tornaram o eixo Buenos Aires-Montevideu em importante foco das suas atividades no Cone Sul da América Latina.⁵⁷⁴

Nas três primeiras décadas do Século XX, a Argentina foi sacudida por momentos de intensa violência em que estiveram envolvidos os anarquistas e as forças governamentais, a exemplo do confronto de 1º de maio de 1909, na praça Lorea, que resultou em dez mortos e dezenas de feridos, ou da repressão violenta que sofreram os grevistas rurais da Patagônia em 1921, que deu origem a uma seqüência de assassinatos no ano de 1923, quando foi morto o responsável pela repressão da Patagônia, o Coronel Varela e seu assassino – Kurt Wilckens. Posteriormente, em 1925, o próprio assassino de Kurt foi morto no hospital psiquiátrico, configurando uma série de violências de anarquistas contra anarquistas.⁵⁷⁵

No que tange à adoção da violência, como tática de ação política, os marxistas dos dois países a consideraram como uma alternativa, mas com diferentes intensidades. No Brasil, a violência esteve muito mais nos planos de alguns comunistas que pretendiam sublevar os camponeses e importantes setores econômicos do país - como o sistema de transporte - onde havia consistentes sindicatos com forte presença comunista. Mas tais planejamentos não tiveram a envergadura proposta e nem alcançaram os efeitos de desestabilização imaginados, sem esquecer que os ativistas estiveram freqüentemente divididos sobre a validade das greves e sabotagens com propósitos predominantemente políticos. Já no Uruguai, a opção pela violência política só se converteu em ação para alguns anarquistas isolados que optaram por assaltos, assassinatos e outras medidas como forma de angariar fundos financeiros ou alijar concorrentes e, embora tenham sido em pequeno número e com escassos efeitos práticos, resultou na sistemática perseguição e prisão dos mais ativos militantes, que amargaram vários anos de prisão ou foram mortos, nas décadas de 1930 e 1940.

A competição entre comunistas e anarquistas pela preponderância nas organizações sindicais foi particularmente violenta no Uruguai. Não se tratava apenas de diferenças ideológicas, com base em argumentos doutrinários, naqueles anos em que o anarquismo ia perdendo espaço para o comunismo, projetado em todos os continentes pela III Internacional.

⁵⁷⁴ Segundo Fernando O'Neill Cuesta, *op. cit.*, p. 40 e 89-92, causou especial alarde e especulação pela imprensa o assalto ao banco San Martin, na Argentina, sob a liderança dos anarquistas Durruty, Roscigna e Vasques Paredes, em 1926. Estes mesmos ativistas fugiram para Montevideu e de lá para Paris, onde combinaram com três espanhóis anarquistas conhecidos por seus atentados à bomba na Espanha (Teodoro Peña, Pedro Boadas Rivas e Agustín García Capdevilla) a ida destes para o Uruguai. Outro momento de comoção pública ocorreu em outubro de 1927, quando a imprensa de Montevideu voltou a sua atenção para a fuga dos anarquistas Miguel Arcángel Roscigna e os irmãos Antonio e Vicente Moretti, vindos de Buenos Aires, depois de assaltarem o pagador do Hospital Rawson, em 1º de outubro desse ano, que resultou na morte de um policial. Roscigna foi o responsável pela recepção no Uruguai dos três espanhóis mencionados anteriormente.

⁵⁷⁵ Dados obtidos da cronologia de eventos na Argentina e no Uruguai, em que os anarquistas estiveram envolvidos, levantada por CUESTA, Fernando O'Neill. *Anarquistas de acción en Montevideo (1927-1937)*. Montevideu: Recortes, 1993, p. 39-54.

Também fazia parte deste contexto de luta, a busca do controle sindical e da preponderância no movimento operário nacional.

Exemplar disso foi o atentado contra os proprietários e funcionários da padaria *Estrella Del Norte*, ocorrido em 3 de janeiro de 1927. O dono da padaria, seus dois filhos e um menor de 15 anos foram atacados com punhais e armas de fogo por homens que mais tarde foram identificados como membros do sindicato dos padeiros, como represália pela insistência com que o proprietário se recusava a fazer parte do sindicato⁵⁷⁶. Ainda que tenha havido contradições nos depoimentos e certas evidências de torturas para a obtenção das confissões, o certo é que havia uma pesada pressão dos sindicalistas sobre os sindicalizados, a qual poderia atingir o extremo da coação física.

Fernando Cuesta⁵⁷⁷ relata-nos que *anarquistas de ação* como Pedro Boadas, Jaime Navarro Pérez e Agustín Casanova Garcia eram militantes na Espanha, atuavam em sindicatos como os de vidraceiros e dos transportes, tinham várias passagens pela polícia espanhola e participaram de vários assaltos e extorsões aos comerciantes de Barcelona e faziam isto para financiar livros e panfletos anarquistas. Também no Uruguai, os anarquistas auxiliaram mobilizações grevistas com o dinheiro conseguido das “contribuições” dos sindicalizados sem que houvesse uma clara demonstração de como eram empregados os recursos obtidos. Mas o que nos interessa aqui é perceber como o discurso revolucionário anarquista condicionava e definia a ação dos atores sociais envolvidos na luta contra o regime terrista.

Neste sentido, é importante destacar que os crimes violentos praticados pelos *anarquistas de ação* dificilmente poderiam ser justificados perante a opinião pública uruguiaia por meio dos seus “propósitos revolucionários”, não apenas porque a população pouco sabia da organização a qual pertenciam, seu projeto de sociedade ou programa revolucionário, mas, substancialmente, porque era repulsivo que homens presumidamente representantes dos trabalhadores participassem de assaltos violentos como o realizado contra o Cambio Messina, quando foi morto o dono e o funcionário, mais o taxista que levava os anarquistas até o local, além do ferimento causado contra um popular que tentara obstaculizar a fuga, tudo isso tendo como motivo a obtenção de recursos para mobilizações operárias...⁵⁷⁸

⁵⁷⁶ O relato detalhado do ocorrido, envolvendo os sindicalistas Juan Carlos Cúneo, Rafael Hegües e Pedro Rodriguez Bonaparte, sobre os quais recaía a suspeita de serem anarquistas, podem ser observados na coluna policial do jornal *El País*, Montevideú, nas edições de 4, 7, 11, 12 e 13 de janeiro de 1927.

⁵⁷⁷ *Op. cit.*, p. 98.

⁵⁷⁸ O assalto ao Câmbio Messina ocorreu em 25 de outubro de 1928, tendo a participação dos anarquistas espanhóis Boadas Rivas, Tadeo Peña e Agustín Capdevila, juntamente com os portenhos Vicente e Antonio Moretti e Arcángel Roscigna. Este assalto teve grande repercussão pública (ver as edições alarmantes dos jornais *El País* e *El Día* nas datas de 26 e 27 de outubro), quando a imprensa associava os anarquistas ao banditismo e ao terror político.

Não se deve incorrer no erro de imputar aos militantes ou simpatizante do anarquismo uma índole invariavelmente violenta. Contudo, casos como o de Fernando O'Neill contribuíam para dissimular a imagem dos anarquistas como atores violentos. Este integrante tardio do movimento anarquista uruguaio, entre os 18 e 22 anos travou lutas corporais armado de punhal, ferindo dois oponentes e matando a um terceiro. Filho de uma família com tradição violenta (tios paternos e maternos mataram e foram mortos em lutas com facas), Fernando O'Neill acabou sendo preso na penitenciária de Mercedes em 1945 e, no ano seguinte, foi transferido para a de Miguelete, onde conheceu o anarquista Pedro Boadas Rivas, o qual havia ganhado notoriedade por suas ações violentas, conforme já vimos. Introduzido na teoria anarquista, O'Neill tornou-se um fervoroso entusiasta das idéias defendidas por Boadas e outros anarquistas que conheceu na prisão como Domingo Aquino e José González Mentrosse. Posto em liberdade somente em 1952, O'Neill uniu-se à juventude anarquista e publicou um livro-denúncia sobre as arbitrariedades que experimentou na prisão e, quatro anos mais tarde, participou da fundação da *Federación Anarquista del Uruguay*. Na década de 1960, identificou-se com a revolução cubana ao lado de importantes líderes marxistas como Mauricio y Gerardo Gatti, Carlos Fuques e Carlos Mechoso, afastando-se dos anarquistas ortodoxos que não aceitavam a submissão a uma organização revolucionária. Devido a sua filiação aos tupamaros, na década de 1970, amargou longos anos de exílio, retornando ao Uruguai somente em 1986.

A ação revolucionária de alguns anarquistas entre os sindicatos foi esvaziando-se na proporção que outra organização avançava no esforço de cooptação de lideranças sindicais e difundia o “seu” discurso revolucionário etapista: o Partido Comunista do Uruguai (PCU). Como já tivemos a oportunidade de analisar no subtítulo destinado a expor as características gerais dos partidos marxistas uruguaios, na primeira parte desta tese, o PCU estava dividido internamente em relação às táticas que deveriam empreender para a mudança da sociedade uruguaia e a implantação do socialismo. Entre os representantes mais radicais, que faziam oposição a Eugenio Gómez e controlavam a imprensa do partido (*Justicia*), difundia-se o discurso da mobilização violenta dentro da estratégia da luta de classe contra classe, definida no VI Congresso da Internacional, em 1928. Em contrapartida, os adeptos da visão de Gómez defendiam a política associativa com outros segmentos sociais que não apenas o proletariado e uma intensa ação sindical coordenada pelos comunistas.

Independente de o PCU estar clivado por diferentes discursos revolucionários, os militantes difundiam suas prédicas revolucionárias nos panfletos e periódicos de combate, enfatizando o conceito de participação política como a participação revolucionária. Essa ênfase no conceito de participação política por meios violentos foi particularmente prejudicial ao Partido quando chegou ao conhecimento do Presidente Terra, por meio de um telegrama do

embaixador uruguaio em Berlim (Pedro Cosio), a existência de um complô comunista contra a vida do Presidente e de seus ministros, o que fez com que Terra convocasse uma reunião extraordinária da elite política uruguaia – uma reunião de notáveis, como se disse na época⁵⁷⁹ – solicitando poderes extraordinários para combater as atividades subversivas que se anunciavam. Sua iniciativa teve êxito imediato. Oito imigrantes russos recém chegados foram imediatamente deportados; todos os militantes comunistas *fichados* foram detidos e seu jornal *Justicia* foi enclausurado; as tropas do exército se colocaram em prontidão e as fronteiras do país foram reforçadas em efetivos; cinco aviões patrulharam as localidades de Rivera, Tacuarembó e Salto e vinte instalações supostamente utilizadas por comunistas foram fechadas e lacradas, além da Escola Civil de aviação (presumido reduto de comunistas) ter suas atividades suspensas.⁵⁸⁰

Houve, de fato, uma verdadeira caça aos comunistas por todo o país, a exemplo do que ocorreu no departamento de Carmelo, onde o local de funcionamento do jornal comunista *Nuevos horizontes* foi fechado e as oito pessoas que estavam em seu interior presas⁵⁸¹. Por primeira vez, comunistas e anarquistas ligados as duas grandes centrais sindicais do Uruguai⁵⁸² uniram-se para repudiar a repressão que estava em curso, marcando para os dias 12 e 13 de fevereiro uma greve geral. A Federación Obrera Regional Uruguay (FORU) convocou a greve geral com as seguintes palavras:

Trabajadores: el Consejo Federal de la Federación Obrera Regional Uruguay, en reunión especial, con delegados de organizaciones adheridas y autónomas, y de acuerdo con las facultades que tiene para casos excepcionales; y, de acuerdo con los principios que y fines que le dan razón de ser, que son de amplias solidaridad con todas las victimas del despotismo y la injusticia social reinante, y, frente a los últimos atentados a la libertad de prensa, de palabra y de asociación, resolvió declarar la huelga general por tiempo indeterminado. La huelga dará comienzo, a las 24 horas del día jueves del corriente. La Federación Obrera Regional Uruguay, exhorta a todos los trabajadores a hacer abandono de sus tareas por las siguientes consignas: 1) por la libertad de prensa y en protesta por la clausura de un diario; 2) por la libertad de asociación; 3) contra la Ley de inmigración; 4) en protesta por la clausura de lugares obreros; 5) porque ningún hombre sea deportado del Uruguay 6) por la libertad de los presos sociales.

As medidas preventivas foram extremamente violentas e desencadeadas pelo chefe de polícia, Coronel Baldomir, cunhado do Presidente da República e seu futuro substituto na presidência. Como alerta, fez anunciar nos jornais o aviso de que “ante el anuncio de una huelga general que elementos filiados al partido comunista pretenden imponer á los obreros como medio

⁵⁷⁹ CAETANO, G; JACOB, R. *op. cit.* (1990), p. 113-114, destacam que, mesmo convidados, não compareceram Luis A de Herrera e César Batlle Pacheco, líderes dos nacionalistas majoritários e colorados *netos*, respectivamente. Não foram convidados os líderes de frações partidárias e os “partidos menores”.

⁵⁸⁰ Informações contidas no jornal *El País*, Montevidéo, 07, 08 e 10 de fevereiro de 1932.

⁵⁸¹ Jornal *El País*, Montevidéo, 12-02-1932, p. 12.

⁵⁸² Eram: a Confederación General Del Trabajo (CGT), com forte presença de comunistas e a Federación Obrera Regional Uruguay (FORU), inaugurada em 1905, de inclinação anarquista.

de realizar sus propósitos subversivos”, a chefatura de polícia garantiria, mesmo com o uso da extrema violência, a liberdade dos trabalhadores e reprimiria todo ato atentatório, direto ou indireto, pessoal ou coletivo contra a liberdade de trabalho ou protesto que perturbassem a ordem pública.

Entretanto, quando entre os agitadores a polícia prendeu o deputado comunista Lazarraga e foi solicitada a sua extradição, iniciou-se um intenso debate na Câmara dos Representantes, colocando de um lado os defensores da imunidade parlamentar e, de outro, os que tinham sérias reservas ao polêmico deputado e clara aversão ao comunismo, como o deputado nacionalista Arrarte Corbo. Acabou prevalecendo o primeiro grupo, mas não demoraria um ano até que uma nova investida governamental privasse o parlamento das suas prerrogativas constitucionais⁵⁸³, não mais com o argumento do perigo comunista, mas em função da exigência de reformas constitucionais e institucionais.

Mesmo depois das deportações e prisões, ainda restava o próprio partido comunista uruguaio, além do partido socialista e demais organizações de inspiração marxista no interior do batllismo e do nacionalismo independente. Contra estas organizações evitou-se a atitude extrema – como aconteceu no Brasil – da extinção partidária, mas a violência contra estes militantes deixou claro que no Uruguai não havia espaço para a revolução popular inspirada no marxismo. Entre os chefes policiais que mais se destacaram nos métodos violentos com que comunistas e anarquistas eram tratados no cárcere estava Luis Pardeiro Sontie, mais conhecido como comissário Pardeiro, assassinado com seu motorista, em 24 de fevereiro de 1932, no interior de seu veículo.

Os jornais de Montevideú e Buenos Aires dividiram opiniões acerca de quem seriam os responsáveis, se os membros de organizações marxistas uruguaias em conluio com os emigrados anarquistas argentinos ou os funcionários aduaneiros corruptos, a quem Pardeiro estava perseguindo sem trégua. Embora a versão do assassinato por motivo político tenha sido desmentida mais tarde, os editoriais mantiveram sua campanha sensacionalista contra um grupo de homens que se diziam anarquistas e dividiam seu tempo entre a falsificação de moedas e o planejamento do assassinato de Pardeiro⁵⁸⁴.

Segundo jornais de feição conservadora como *El País*, órgão de difusão do Partido Nacionalista Independente, a solução imediata para diminuir os efeitos do “exotismo ideológico” trazido pelos imigrantes era a aprovação da Lei dos indesejáveis, cujo projeto previa a expulsão ou a recusa da imigração de todo o estrangeiro que tivesse sido condenado por crime comum ou

⁵⁸³ CAETANO, G; JACOB, R. *op. cit.* (1990), p. 119-120.

⁵⁸⁴ O caso Pardeiro estendeu-se por muito tempo e teve diversas fases. Um detalhado levantamento do processo crime com várias transcrições dos depoimentos, podem ser encontrados em CUESTA, Fernando O’neill. *Anarquistas de acción em Montevideo* (1927-1937). Montevideú: Recortes, 1993.

contra a segurança social em seu país de origem, além de todos aqueles que possuíssem alguma limitação física ou mental, vício ou fosse analfabeto. Os crimes tipificados como políticos não seriam obstáculo à imigração se fossem de ordem administrativa, de imprensa, perseguição política ou não tipificados na legislação uruguaia⁵⁸⁵.

A maneira como os efetivos policiais foram mobilizados para as medidas repressivas, mesmo sendo durante as festividades de carnaval, tendo como grande protagonista o Presidente da República, pode ser entendida como um ensaio do que ele faria um ano mais tarde, quando comandou o golpe de estado. Em entrevista dada ao jornal *La Tribuna Popular*,⁵⁸⁶ o Presidente reforçou seus argumentos a favor das medidas de exceção afirmando que “son alarmantes los informes que nos llegan del exterior, sino también concuerdan en gravedad los que nos comunica la policia del interior”. Depois de lembrar que a situação das classes trabalhadoras era muito difícil e que isto poderia ser explorado para a criação de rebeliões, destacou que “creo que procede una acción severa de selección de los inmigrantes y de expulsión de los elementos peligrosos.”

Necessário dizer que, excetuando-se Gabriel Terra e seus aliados mais próximos, os dirigentes dos grandes partidos não consideraram o *complot comunista* de fevereiro de 1932 como uma ameaça verdadeiramente preocupante... Na verdade, os dirigentes do nacionalismo aproveitaram a oportunidade para lembrar à opinião pública que o verdadeiro inimigo no Uruguai eram os batllistas, como destacou o periódico nacionalista *La Tribuna Popular*: “hay afinidade de propósitos y de criminales orientaciones entre el batllismo y el comunismo. En el peor de los casos, ambas sectas persiguen el mismo fin (...) ambas transformarían a nuestro país en la República Soviética de América.”⁵⁸⁷

Foi visto na primeira parte desta tese o fracionamento entre os colorados, mais especificamente entre os batllistas que, progressivamente, foram se caracterizando entre *netos* e *terristas*, estes últimos já com seu periódico *El Pueblo* em circulação desde 1º de março de 1932, em clara oposição aos editoriais publicados no tradicional jornal batllista *El Día*. Esse fracionamento, além de apontar o surgimento de uma nova liderança contrária aqueles que se diziam legítimos herdeiros de Batlle, retomava a mesma dicotomia que alimentou os violentos debates da década de 1910: o tradicionalismo fundiário acusando aos reformadores de

⁵⁸⁵ A ação contra estrangeiros suspeitos de serem simpatizantes do Partido Comunista foi sistemática, de tal maneira que em 14 de fevereiro de 1932 havia 87 pessoas presas por serem comunistas, apenas 22 delas eram de nacionalidade uruguaia, destacando-se, entre os demais, 22 poloneses. A relação nominal de todos os presos encontra-se na edição do jornal *El País*, em 14 de fevereiro, página 12. Efetivamente, criou-se a Lei 8.868, de 19 de julho de 1932, onde foram admitidos os princípios básicos do projeto de Lei apresentado meses antes, tendo em conta o contexto interno uruguaio.

⁵⁸⁶ *La Tribuna Popular*, 07-02-1932, p.2.

⁵⁸⁷ *La Tribuna Popular*, 09-02-1932, p.1.

subversivos empedernidos e os batllistas respondendo que seus acusadores eram a razão do atraso e pobreza uruguaia.

Entretanto, não havia motivos claramente definidos para acusar os batllistas, de maneira geral, de “*comunismo casero*, muito mais terrível que o importado” como queria o discurso dos herreristas desde as páginas do seu jornal *El Debate*. Na verdade, era o grupo *Avanzar*, liderado pelo deputado Grauert quem defendia na Câmara de Representantes as propostas mais avançadas em termos de legislação social e econômica, tendo por alvo a tradicional estrutura agrária e a elite política uruguaia, sobretudo aquelas consagradas no interior do território nacional.

As organizações com tendências socialistas, existentes no interior do quadro partidário tradicional, ou aquelas que tinham seus referenciais em movimentos internacionalistas, eram consideradas pela imprensa conservadora, indistintamente, como o porto seguro dos europeus subversivos, notoriamente aqueles que se denominavam anarquistas, além dos exilados políticos da Argentina e do Brasil expulsos de seus países por suas “ações revolucionárias”. Esses estrangeiros logo denominados de *elementos indeseables* foram implacavelmente combatidos pela imprensa ligada aos sublemas mais conservadores. No editorial de 13 de janeiro de 1932, do jornal *El País*, encontramos as seguintes passagens que são bastante ilustrativas de como o ator político contestador da ordem vigente, por meios violentos, era identificado como uma entidade estranha ao corpo da nação:

Es público y notorio que en estos últimos tiempos se han volcado en nuestro país, corridos o deportados por gobiernos vecinos - sin que pretendamos mezclar entre ellos a los deportados políticos - núcleos numerosísimos de elementos indeseables. La inmensa mayoría de los cuales poseen antecedentes de la peor especie. Amparados en la amplia generosidad de nuestro régimen, esos elementos de tan deplorable conducta moral han encontrado campo propicio para continuar en sus fechorías, sin ocultar para nada sus aviesos propósitos.⁵⁸⁸

O editorial prossegue enumerando os demais imigrantes que aportavam em Montevideu para tirar o emprego dos uruguaios e concorrer desonestamente com o comércio varejista sem pagar impostos, mesclando em uma única imagem de *elementos indeseables* os criminosos comuns, trabalhadores imigrantes e agitadores políticos. Essa campanha contra estrangeiros não ocorria exclusivamente no Uruguai e sabemos que também o Brasil providenciou sua legislação restritiva. Contudo, no Uruguai, havia uma especial atenção às atividades revolucionárias desenvolvidas pelos exilados políticos ou ativistas comunistas e anarquistas, especialmente depois que o Bureau da Internacional Comunista mudou-se de Buenos Aires para Montevideu.

⁵⁸⁸ Jornal *El País*, Montevideu, 13-01-1932, p. 5.

Representantes da internacional comunista (o argentino Rodolfo Ghioldi, o alemão Arthur Ewert e o representante da juventude Jan Jolles são alguns nomes já lembrados em páginas anteriores) e políticos exilados do Brasil e da Argentina dialogavam com a oposição ao regime terrista, motivados especialmente pelo fato de que Gabriel Terra, Getúlio Vargas e o General Justo (da Argentina) trocavam informações e controlavam as atividades políticas dos emigrados. Por esta razão, os editoriais do jornal *El Día*, porta voz do partido opositor batllista, contestavam a campanha contra os *elementos indeseables* desenvolvida por *El País*, denominando os nacionalistas herreristas de aristocratas ...⁵⁸⁹

Precisamente, naquele período de 1931 a 1933, era bastante difícil identificar onde começava uma atividade conspirativa marxista ou anarquista e onde terminava os preparativos revolucionários dos liberais (nacionalistas independentes, herreristas e blancos tradicionais ligados à família Saravia). Acrescente-se que o Uruguai vivia um intenso clima de instabilidade e contestação política e sofria os reflexos dos golpes e contra-golpes que testemunhou a Argentina com a ascensão e queda de general Uriburu e a subsequente Vitória do General Justo⁵⁹⁰. O que importa destacar é que a participação política fora das normas e estruturas institucionais, adotando-se métodos violentos, foi alvo de intenso cerceamento tanto por medidas de repressão quanto pela difusão do discurso que classificava os revolucionários e os militantes sindicalistas como agentes subordinados à União Soviética, perturbadores da ordem pública e destruidores das bases sociais e religiosas da sociedade uruguaia.

Na edição de 05 de fevereiro de 1932, do jornal *El País*, porta voz dos nacionalistas independentes e conhecido por seu anti-comunismo, encontramos um editorial alarmista sobre a convergência que estaria ocorrendo entre conspiradores comunistas uruguaios e agitadores argentinos expulsos daquele país. O pivô do alarde público foi o assassinato do guarda que protegia o consulado argentino, supostamente por um dos golpistas expulsos daquele país, o que despertou a ação policial uruguaia contra todos os suspeitos de atividades políticas revolucionárias. Na seqüência do editorial, o jornal agrega:

No es de extrañar entonces que nos encontremos rodeados de agitadores peligrosos, que nuestra policía ni conoce ni se preocupa por conocer, y menos entonces de que se preparen acontecimientos inesperados y graves, ante los mismos ojos de nuestros funcionarios, sin que estos siquiera los presientan.⁵⁹¹

⁵⁸⁹ Jornal *El País*, 20-01-1932, p. 5.

⁵⁹⁰ Jornal *El País*, Montevideú, 05-02-1932, p. 12. destaca: “la estrecha vinculación que existe entre los dos márgenes del Plata, hace que la mayor parte de los problemas que agitan a una y otra nación alcancen tanto el Uruguay como la Argentina. No es de extrañar, pues, que la policía bonaerense vigille, sobre todo en estos momentos de agitación política el movimiento de los agitadores y deportados que pululan por estos lares en gran número.”

⁵⁹¹ Jornal *El País*, Montevideú, 05-02-1932, p. 12.

A centralidade do Uruguai como foco irradiador das atividades revolucionárias comunistas era bastante conhecida, não apenas por que lá estava a entidade representativa da III Internacional, mas pelas suspeitas constantemente levantadas pela imprensa acerca da presença de estrangeiros orientados por Moscou para organizar o movimento comunista na América Latina, a partir de Montevideú. Deve-se reconhecer que tais afirmações, ainda que alarmistas e ideologicamente comprometidas, tinham certo fundamento nos fatos.

Desde 1924, funcionava em Moscou, dentro da estrutura do Kominter, um secretariado latino inicialmente dirigido por Jules Humbert-Droz, assessorado pelo argentino Vitório Codovilla que decidiram instalar em Buenos Aires um Secretariado Sul-Americano (ou Bureau Sul-Americano – BSA) com representantes de vários países, inclusive do Uruguai e Brasil. Em 1929, o Kominter decidiu dar mais atenção à América Latina e mandou para Buenos Aires Boris Heifetz (Abraham Guralski) casado com Inês Tulchniska (que se tornou particularmente conhecida no Brasil, pelo nível de interferência que teve, atuando como *instrutora* junto ao PCB ao final do ano de 1931). A missão do casal era supervisionar a atuação dos partidos comunistas sul-americanos, intervir por meio de instrutores naqueles partidos com organização e disciplina comprometidas, custear o funcionamento de uma escola de formação de quadros na cidade de Montevideú e financiar as atividades das grandes organizações sindicais filiadas à Central Sindical Vermelha (Profinter) e das seções da Juventude Comunista Internacional (Konsomol).

A partir dos documentos consultados por Willian Wack em Moscou⁵⁹² foi possível saber que mensageiros de diversos países transportavam dinheiro para Guralski e Codovilla, os quais tinham de prestar contas diretamente a Moscou. Assim, em 1930, eram enviadas cotas regulares de 960 dólares para custear as despesas do BSA, mais os valores a serem repassados aos partidos comunistas da Argentina (832 dólares no quarto trimestre), do Chile (991 dólares) e para os alunos formados em Montevideú foram remetidos 1800 dólares, assim como 1538 dólares para o partido comunista brasileiro.

Guralski reclamava constantemente da falta de recursos para apoiar os partidos comunistas na América Latina e do baixíssimo nível dos alunos formados na escola de quadros de Montevideú, para a qual mal conseguia recrutar professores. Entretanto, sua ação sobre os partidos indisciplinados era fulminante. Para combater as desordens observadas no PCB, partido que, na sua opinião, não tinha linha, estratégia, orientação e nem gente para fazer o trabalho prático, mandou o estudante “Pierre” da Juventude Comunista para intervir e “limpar” a cúpula do PCB. Depois de Pierre, foi a vez da própria esposa de Guralski que esteve no Brasil em 1931

⁵⁹² Wack, 1993, *op. cit.*, p. 33-35.

para discutir com o PCB as conseqüências da revolução de 3 de outubro de 1930, procurando acertar uma estratégia convergente com os propósitos da Internacional Comunista⁵⁹³.

Percebe-se que os partidos comunistas do Uruguai, Brasil e Argentina estavam fortemente afetados pela presença de representantes diretos do Kominter em Montevidéu e Buenos Aires, adequando suas fórmulas de participação política aos discursos da Internacional e de seus enviados. Mas a interdiscursividade e o apoio recíproco estabelecido entre esses partidos não cessava nesse aspecto. Quando Leôncio Basbaum foi preso e deportado para o Uruguai, em meados de 1931, encontrou apoio entre os comunistas da cidade de Salto e graças a esse apoio conseguiu chegar a Montevidéu, onde manteve intensa relação com o Partido Comunista Uruguaio, proferindo palestras aos integrantes do BSA sobre a situação brasileira, ocasião em que encontrou com Arthur Ernest Ewert (Harry Berger), enviado por Moscou para substituir Guralski.⁵⁹⁴

A atuação do BSA, desde Montevidéu, sobre o discurso de participação política revolucionária do PCB foi muito intensa naquele período em que se buscou a eliminação dos adeptos do *prestismo* entre os comunistas brasileiros. O Bureau destacou a fragilidade do PCB como a grande causa da ascendência de Prestes junto às massas de trabalhadores, pois os trabalhadores e camponeses do Brasil não conseguiam ver um PC homogêneo, experimentado nas lutas, capaz de liderar sua causa e, por essa razão, “difundi-se grandes ilusões sobre o papel de alguns caudilhos honestos e a serviço do povo.” Sobre Prestes (neste momento já desiludido da sua LAR e tratando detalhes da sua ida para a URSS) o BSA ameniza as críticas dando ampla divulgação das cartas de confissão e arrependimento do ex-integrante da Coluna e separando-o dos adeptos do *prestismo*. Na seqüência, destaca as ações que o PCB deveria executar diante do recuo de Prestes:

Tenemos que aprovechar el conocimiento de los errores y vacilaciones del pasado por Prestes, la ruptura de sus ligaciones anteriores, para superar todas las influencias pequeño-burgueses en el partido y para su reforzamiento ideológico. Eso es particularmente importante como es necesaria la liquidación de las vacilaciones en las organizaciones de San Pablo y del Norte para fortificar el partido de las influencias pequeño-burguesas de cualquier índole.⁵⁹⁵

A imprensa conservadora uruguaia tinha poucas dúvidas sobre a presença de enviados de Moscou e da forte atuação do Kominter a partir de Montevidéu. Na edição de 06 de fevereiro de 1932, o jornal *El País* fez menção à vigilância especial com que eram

⁵⁹³ BASBAUM, L. 1976, (b), *op cit*, p. 95.

⁵⁹⁴ *Ibidem*, p. 106-110.

⁵⁹⁵ Bureau Sudamericano de la IC - al Comité Central y a los comités regionales del Partido Comunista de Brasil - Luiz Carlos Prestes ha hecho una declaración que, en varios aspectos, tiene gran importancia. CEDEM - ASMOB/ Microfilmes da Internacional Comunista/ Documentos do Comitê Executivo da IC/ Secretariado Sul-Americano da IC, IC-03/ IC-03.

acompanhados os elementos caracterizados por suas “propagandas dissolventes, mantidas com propósitos duvidosos”, acrescentando que:

Sobre este punto se ha llegado a obtener detalles concretos acerca de la orientación y finalidades de grupos comunistas y ácratas, que tienen en Montevideo una perfecta organización y medios económicos que distribuyen con las precauciones del caso en los demás países del continente, en muchos de los cuales se han sentido ya la acción perturbadora. Abundan en este sentido los ejemplos últimos, bien conocidos, como ser, la sublevación de la escuadra chilena, los sucesos en Copiapó (Chile) y otros sucesos sociales de notoria repercusión, todos los cuales tienen un mismo origen y responden a planes redactados y alentados desde países muy lejanos al nuestro.⁵⁹⁶

As notícias alarmistas dos jornais misturavam os propósitos revolucionários inspirados no anarquismo e no marxismo-leninismo com as atividades grevistas movidas pelos sindicatos, tomando como exemplo os confrontos ocorridos em Rocha e Carmelo, no ano anterior, quando militantes comunistas e policiais enfrentaram-se com baixas de ambos os lados. Essas associações tornaram-se mais frequentes nos editoriais de periódicos conservadores como *Tribuna Popular* em fins de janeiro e princípio de fevereiro de 1932⁵⁹⁷, de tal maneira que as organizações *sindicato* e *partido revolucionário* sobrepujam-se e os atores *trabalhador sindicalizado* e *militante comunista* ou *anarquista* convertiam-se em um só sujeito nos discursos anticomunistas.

O movimento grevista dos gráficos de 1934 foi particularmente explorado como extensão das práticas subversivas pregadas nos discursos marxista-leninistas do PC uruguaio. Em ofícios redigidos pelo embaixador brasileiro em Montevideú,⁵⁹⁸ no final de 1934, percebe-se a preocupação com a forte presença de comunistas orientados pela União Soviética no território uruguaio e infiltrados nos sindicatos, anexando à sua correspondência recortes dos jornais *El Diálogo* e *La Tribuna Popular* onde se propõe a proibição do partido comunista a exemplo do que já ocorrera em países como França, Estados Unidos e Argentina, medida que se justificaria diante da ação que anarco-comunistas estariam desenvolvendo no movimento grevista dos gráficos, como forma de exercitarem suas “ações dissolventes” visando fins “nitidamente revolucionários” para a dissolução da sociedade. Em outro editorial, acrescenta-se a aprovação das medidas repressivas adotadas pelo governo, pois a greve já havia perdido seus propósitos gremiais e se tornado instrumento de ação revolucionária por parte dos comunistas.⁵⁹⁹

Contudo, não havia um vínculo evidente entre os representantes diplomáticos soviéticos no Uruguai e as atividades do BSA. Algum tempo mais tarde, em setembro de 1935, o embaixador brasileiro no Uruguai informou que a representação diplomática russa em Montevideú comportava-se de maneira discreta e amistosa, oferecendo banquetes e recepções à sociedade e buscando intenso contato com a intelectualidade local, sem demonstrar qualquer interesse por movimentos sociais ou sindicais. Demonstrando prevenção em relação aos intelectuais uruguaiois, agregou que as agitações comunistas

⁵⁹⁶ Jornal *El País*, Montevideú, 06-02-1932, p. 12.

⁵⁹⁷ Ver em *Tribuna Popular*, Montevideú, 02-02-1932, p. 2 e 05-02-1932, p. 1.

⁵⁹⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Delegações Brasileiras, Montevideú, Ofícios, Tomo 33-03-02 doc nº 326 e 328.

⁵⁹⁹ *La Tribuna Popular*, Montevideú, 29 de outubro e 06 de novembro de 1934. *El Diálogo*, 05 de novembro de 1934.

partiam essencialmente dos integrantes do magistério e de alguns artistas e intelectuais que se reuniam em congressos para fins “propagandísticos”.⁶⁰⁰

A imprensa de Montevideú, freqüentemente, alertava a opinião pública sobre as atividades de uma “central comunista” em Montevideú, a exemplo do jornal *El Diáριο*, que destacou a presença do Dr. Glabauf como instrutor do movimento comunista internacional e sua atuação no Uruguai e no Chile, país no qual fora preso por estar instruindo estudantes sobre como realizar uma revolução soviética.⁶⁰¹ Efetivamente, Glabauf era instrutor da escola de formação instalada e financiada pelo Kominter na cidade de Montevideú, conforme atestou Ewert, nas correspondências com Moscou, mas não era o único, conforme já tivemos a oportunidade de destacar em relação a Jolles e seu papel no BSA.

É necessário analisar com parcimônia os editoriais sobre o comunismo, pois havia nítidos exageros, a exemplo da notícia circulada sobre uma inusitada aproximação entre a família Saravia e os comunistas. O projeto de sociedade destes últimos estava muito longe do que pretendiam os célebres representantes dos movimentos armados, *las timoneras*, que desde o Norte uruguaio procuravam desestabilizar os governantes do Partido Colorado. Contudo, argumentava-se que os comunistas haviam financiado Nepomuceno Saravia em quarenta mil pesos para a compra de armamentos, que incluíam até metralhadoras, e que haveria uma invasão do território uruguaio pelas forças saravistas a partir da localidade de Rivera.

O resultado imediato dessa intensa campanha contra os movimentos “perturbadores da ordem” foi a nova *Lei dos indesejáveis*, definida pelo periódico comunista *Justicia* como a Lei do ódio⁶⁰², discutida ao longo do ano de 1936, decretada pelo poder legislativo em outubro e regulamentada pelo poder executivo em 29 de dezembro de 1936, como Decreto nº 9.604.

Tal Decreto não deixa dúvidas sobre a intenção de repelir do Uruguai qualquer representante de organização partidária ou não, que tivesse o propósito de incentivar ou organizar levantes revolucionários contra a ordem republicana vigente, conforme se observa nas letras “D” e “E” do artigo primeiro, que regula as razões de não admissão do estrangeiro no Uruguai:

D) Los expulsados de cualquier país en virtud de leyes de seguridad pública o de decreto administrativo autorizado por la Ley de la nación, con excepción de aquellos cuya expulsión respondiera a motivos políticos y cuando a juicio de la autoridad judicial competente el expulsado ofrezca, en la República, un carácter especial de peligrosidad.

E) Los que no posean un certificado expedido por el cónsul de carrera en el sitio de su residencia habitual, en que conste expresamente la desvinculación de los portadores con toda especie de organismo social o político que por medio de la

⁶⁰⁰ Arquivo histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, ofícios das delegações brasileiras, Montevideú, tomo 33-03-02, ofício 257, 13-09-1935.

⁶⁰¹ Jornal *El Diáριο*, Montevideú, 12-09-1935.

⁶⁰² Na edição de 09 de outubro de 1936 faz enérgica convocação popular contra a vigência da lei dos indesejáveis, definindo-a como a Lei do Ódio.

violencia tienda a destruir las bases fundamentales de la nacionalidad indicadas en el artículo 7º de La Constitución de la República (...)⁶⁰³

As garantias de ampla defesa do estrangeiro indesejável por motivo de segurança social e política e mesmo daquele que possuía carta de cidadania uruguaia (Artigo 3º) estavam restritas, pois não se admitia apelação ao Conselho de Ministros. Desta maneira, procurava-se limitar a presença no Uruguai de todo o indivíduo que formasse parte de núcleos, sociedades, comitês ou partidos, nacionais ou estrangeiros, que preconizassem meios violentos contra a ordem institucional democrática e republicana, reduzindo drasticamente a circulação de comunistas estrangeiros no Uruguai.

Essa predisposição do governo uruguaio causava ampla receptividade na embaixada brasileira, que informou ao Itamaraty que havia colocado as autoridades uruguaias de sobreaviso sobre um possível trânsito de Luis Carlos Prestes pela fronteira com o Brasil, em novembro de 1935, ouvindo como resposta a solidariedade do Presidente Terra que prometeu romper relações diplomáticas com a URSS, caso fosse informado pelas autoridades brasileiras sobre a participação concreta da representação soviética no Uruguai, nos planos subversivos desenvolvidos no Brasil.⁶⁰⁴ O embaixador ainda acrescentou as informações desconstruídas que recebeu sobre os comunistas no Uruguai, afirmando saber que Prestes passara por Rivera no mês de novembro de 1935 (informação falsa, como sabemos) e que o movimento comunista internacional haveria reservado cem mil dólares para as atividades comunistas na América do Sul, sendo quarenta mil para o Brasil e Argentina, quarenta mil para o Chile e o Uruguai e os outros vinte mil para despesas adicionais. As autoridades uruguaias, detentoras desses informes, ficariam surpresas se soubessem quanto o governo soviético era comedido no repasse de recursos, que não ultrapassaram vinte mil dólares, ao longo de dois anos, vindos prioritariamente do bolso de Luis Carlos Prestes⁶⁰⁵

Contudo, a tradição diplomática uruguaia de garantir aos estrangeiros acusados de crimes políticos pronto asilo em suas embaixadas e de freqüentemente recusar os pleitos dos países limítrofes no que se refere à deportação de exilados⁶⁰⁶, causava desconforto à

⁶⁰³ REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, Registro Nacional de Leyes, ano 1936, 2ª edição, p. 987-988.

⁶⁰⁴ Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Delegações Brasileiras, Montevidéu, ofícios, of. Nº 307, de 18-11-1935.

⁶⁰⁵ Ver mais detalhes em Waack, *op. cit.*, 1993.

⁶⁰⁶ A recusa de deportar Flores da Cunha, a pedido de Getúlio Vargas, com base no acordo bilateral de extradição, sancionado apenas pelo Brasil em março de 1937, foi o caso mais conhecido. Contudo, o governo uruguaio mostrou-se sensível à repressão e vigilância das atividades conspiratórias de Flores da Cunha no Uruguai contra o governo brasileiro. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Delegações Brasileiras, Montevidéu, notas trocadas, nota nº 2, 4-01-1938 e nota nº 22 de 21 de fevereiro de 1938, tomo 33-3-9 do embaixador Batista Lusardo ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, José Espalter, solicitando medidas repressivas contra a conspiração que José Antonio Flores da Cunha estaria desenvolvendo na fronteira do território uruguaio com o Brasil, contra o governo brasileiro. A primeira respondida com a nota nº 251/938-12 do MRE do Uruguai, de 8-01-1938, no qual o ministro informa o imediato atendimento do pleito diplomático do Brasil. Contudo, o Ministério do Interior uruguaio

representação diplomática uruguaia no Rio de Janeiro. Em 28 de julho de 1938, o embaixador uruguaio no Brasil informou ao Dr. Alberto Guani, Ministro das Relações Exteriores, o conteúdo da circular 1.231 do Itamaraty, na qual a diplomacia brasileira fez saber às embaixadas seu entendimento de asilo político.

Nessa correspondência é evidente o desencontro dos discursos preponderantes em cada país sobre a participação política ilegítima ou subversiva. Deve-se lembrar que o Uruguai estava na fase de distensão do regime terrista e que o governo recém estabelecido de Baldomir abria, progressivamente, vias de comunicação com a oposição, enquanto que no Brasil imperava os piores momentos repressivos do recém implantado estado ditatorial de novembro de 1937. A circular da diplomacia brasileira ressaltava que não reconhecia como legítima a concessão de asilo nas embaixadas aos criminosos implicados com o crime comum, com a deserção ou de subversão da ordem interna de cada país por meios violentos.⁶⁰⁷ Acrescentava que o “asilo não deveria ser oferecido e que era somente admissível para a proteção temporária de indivíduo ameaçado de efetivo e iminente perigo de vida ou de atos contra sua pessoa, evidentemente ilegais.”

Ainda que os propósitos finais da ação criminosa tivessem fundamento político, os atentados, sabotagens, seqüestros e demais crimes previstos na legislação criminal e de proteção do Estado não poderiam ser motivos de abrigo aceitável em embaixada estabelecida no Brasil. O embaixador uruguaio adiciona às suas considerações a impressão de que a solicitação da diplomacia brasileira dificilmente encontraria amparo nos princípios vigentes dos tratados de asilo e extradição vigentes, mas que essa manifestação coincidia com a tendência dos demais países latino-americanos em adotar o asilo apenas em caráter temporário e somente para pessoas em risco de vida por motivo extralegal.

Fácil perceber que a Lei de Segurança Nacional de 1935, devidamente ampliada em 1936 para os casos de deserção, e que foi largamente empregadas pela polícia *estadonovista* (Delegacias especiais da ordem política e social) na perseguição e repressão de qualquer opositor – conforme logo perceberam os integralistas – não deixava espaço para a classificação do *crime político puro* e para o entendimento da ameaça à vida dos criminosos políticos que, formalmente, teriam direito à ampla defesa diante do Tribunal de Segurança Nacional – ainda que ninguém desconhecesse as arbitrariedades dos juízes desse tribunal.

somente decretou a internação de Flores da Cunha na cidade de montevidéu em 24 de fevereiro de 1938. Posteriormente, companheiros de conspiração de Flores (João Cunha Filho e Luis Dornelles) foram presos em Artigas e o Juiz federal de Uruguaiana solicitou a extradição dos mesmos ao governo uruguaio, o qual, através da nota 720-938 (198), de 29 de julho de 1938, informou ter liberado os dois detentos por decurso de prazo dos documentos exigidos ao Brasil, conforme estabelecia o tratado de extradição firmado entre os dois países.

⁶⁰⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Montevidéu, documentos recebidos do Rio de Janeiro, documento nº 219, de 23 de julho de 1938. Circular del gobierno del Brasil sobre asilos en embajadas e legaciones.

Quanto ao discurso revolucionário dos comunistas uruguaios, admite-se que tinha tímida amplitude, corroborada pela pequena representatividade em termos eleitorais, em virtude da escassa mobilização popular que despertava, conforme já foi visto na primeira parte desta tese. A atuação de seu único deputado na Câmara (José Lazarraga) era, na maior parte das vezes, um desatado discurso agressivo cheio de chavões marxistas-leninistas e acusações contra o capitalismo e a sociedade burguesa, até mesmo contra a instituição da qual fazia parte, que, segundo suas palavras, era “a câmara burguesa que entendia por ordem a ditadura da fome...”⁶⁰⁸

Diante das precárias condições de expansão do discurso revolucionário, restava aos comunistas e socialistas uruguaios um grande tema mobilizador que era causa humanista do comunismo internacional, em apoio aos revolucionários que atuavam em outros países. A instituição que promovia o elo de ligação dos uruguaios com o restante do mundo era o *Socorro Vermelho Internacional* que se tornou particularmente conhecido em função da grande campanha internacional promovida em apoio a Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti⁶⁰⁹. Quando os comunistas atuantes na intentona brasileira de novembro de 1935 foram presos, os uruguaios ligados ao Socorro Vermelho atuaram energicamente juntamente com os colegas de Buenos Aires, fundando o Comitê Pró Anistia de Prestes e exilados da América e difundindo o periódico denominado *Anistia* que teve larga repercussão entre intelectuais e políticos do Uruguai e da Argentina. Em Montevidéu, criou-se o Comitê Pró Defesa dos Direitos Políticos e Individuais do Homem, com cerca de oitenta integrantes entre intelectuais e universitários, os quais organizaram palestras e protestos para a anistia de Prestes, Ghiolde e Ewert.⁶¹⁰

Como parte dessa programação, destaca-se a reunião em 13 de março de 1936 de alguns intelectuais e ativistas políticos marxistas como Emílio Frugoni, Alberto Zum Felde e Idelfonso Pereda Valdez, para lançar um manifesto de apoio aos presos políticos do Brasil. Concomitante, o Partido Comunista do Uruguai telegrafou ao Presidente Vargas responsabilizando-o pela vida de Luis Carlos Prestes.⁶¹¹ Em editorial intitulado “A massa de intelectuais do Uruguai exterioriza sua voz de protesto contra os martírios que sofrem os presos políticos do governo brasileiro”, o jornal *Uruguay* conclamou a população da Argentina e do Uruguai a protestarem contra as prisões sem o respectivo processo, as torturas e o tratamento desumano dados aos presos brasileiros, acrescentando uma descrição do governo de Getúlio

⁶⁰⁸ CAETANO, G; JACOB, R. *op. cit.* (1990), p. 119.

⁶⁰⁹ Estes dois imigrantes italianos foram executados nos Estados Unidos por um suposto latrocínio, em 27 de agosto de 1927, juntamente com o imigrante português Celestino Medeiros. A provável motivação política para a execução de dois ativistas foi amplamente explorada pelo Kominter que conseguiu promover manifestações de protestos em vários países.

⁶¹⁰ Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, relatórios, microfilme 052-97, documento nº 730 - cópia do relatório secreto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

⁶¹¹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações brasileiras, ofícios, tomo 33-3-3, doc nº 65.

Vargas como claramente fascista e totalitário, auxiliado pelos integralistas na perseguição de pessoas inocentes.⁶¹²

A causa humanista dos presos políticos brasileiros também alimentou o discurso oposicionista de setores conservadores do Uruguai. O jornal *El Pais*, representante dos nacionalistas independentes (ou *possibilistas*, como se denominavam) e que tinha por proprietários Leonel Aguirre, ex-embaixador uruguaio em Buenos Aires, e Eduardo Rodrigues Larreta, ex-deputado, publicou um artigo enviado pelo comunista José Barbosa Mello, brasileiro casado com uma uruguaia e residente na cidade de Buenos Aires, intitulado “seis anos de Getúlio Vargas”, onde consta uma ácida crítica à comemoração do sexto aniversário da revolução de 3 de outubro.

No artigo, o periodista acentua que Getúlio foi um golpista que depôs o amigo Washigton Luis e que depois de prometer “leis democráticas, anistia para os presos políticos, leis sociais e eleições livres” ofertou ao povo brasileiro:

seis anos de ditadura, estado de sítio, estado de guerra, leis de exceção, suspendeu as imunidades parlamentares e judiciais, fechou sindicatos trabalhadores e profissionais, as organizações culturais e estudantis (...) E em lugar dos cinquenta presos mais o menos que foram anistiados, existe hoje 17.000 entre os quais se encontram um governador, dezessete parlamentares, mais de duzentos oficiais do Exército Marinha e Aeronáutica, cem mulheres entre as quais há algumas menores de idade e algumas mães de família, cerca de cem advogados, oitenta médicos, (...)⁶¹³

Na edição de 10 de outubro de 1936, o mesmo jornal publicou uma entrevista com a Mãe de Prestes, onde destacou que recentemente havia sido criado o Comitê Pró Prestes para a libertação do herói da Frente Popular brasileira contra a guerra e o racismo. Na entrevista, a mãe de Prestes destacou o passado do filho como cavaleiro da esperança, defensor da gente humilde e explorada do Brasil, homem que não se vendeu por postos de governo como fizeram alguns de seus companheiros de luta, mas que presidiu a ANL como força de libertação dos oprimidos do Brasil e que, por isso, agora sofria a prisão como outros milhares, sem comunicação, sem defensor e sujeito a todo tipo de torturas...

Não era, obviamente, uma atitude isolada dos comunistas ou dos simpatizantes do comunismo no Uruguai. Tratava-se de uma campanha internacional na qual a *International Press Correspondence* difundia os textos e os pronunciamentos de Otávio Brandão, nos quais encontrava-se o discurso revolucionário justificador do levante comunista de novembro. Para Otávio Brandão, a responsabilidade maior do conflito cabia a Getúlio Vargas “esse abominável traidor e carrasco, vergonha nacional...” que torturava dezesseis mil “soldados da liberdade”.⁶¹⁴

⁶¹² *Idem.*

⁶¹³ Jornal *El Pais*, Montevideú, 06-10-1936.

⁶¹⁴ Otávio Brandão, “Luis Carlos Prestes – the champion of the national liberation of the Brazilian people. *International Press Correspondence* (16), 21 de março de 1936, em DULLES, *op cit*, p. 50-51.

Prestes, antes de ser preso havia pedido ajuda aos comunistas argentinos para que lutassem pela liberdade de Ghioldi e Ewert⁶¹⁵, os quais efetivamente mobilizaram-se com a formação do Comitê Pró-amnistia de Presos y Exilados Políticos de América e o lançamento da revista *Amnistia*. Dos Estados Unidos veio a mobilização de parlamentares que pressionavam para saber do destino dado ao americano Victor Allan Barron; da Inglaterra, foram ao Brasil Richard Freeman acompanhado de Lady Hastings e Lady Marion Cameron para investigar o tratamento desumano dado aos presos políticos; da França, 75 ilustres cidadãos enviaram correspondência para Vargas exigindo informações sobre os presos e na Espanha outros 59 militantes da Frente Popular exigiram a liberdade de Prestes e dos demais prisioneiros da revolta de novembro de 1935.

No Uruguai, a parcialidade dos artigos, seus números especulativos, a clara intenção de mistificar Prestes e a intentona comunista como líder e movimento heróicos de libertação do povo brasileiro, bem como estigmatizar o governo de Vargas como fascista, desumano e totalitário tinha um propósito claro: prevenir a opinião pública quanto ao aprofundamento do autoritarismo e centralismo políticos no país. Era sabida a proximidade entre os dois governos nacionais, bem como os auxílios recíprocos que prestaram um ao outro nos momentos de turbulência política e ameaças de levantes revolucionários, conforme já foi exposto nessa tese, mas o que mais preocupava os oposicionistas uruguaios, naquele momento, eram as incertezas sobre a sucessão de Terra no governo e a possibilidade da alternância eleitoral ser substituída por um golpe de extrema direita, com Herrera (inimigo número um dos nacionalistas independentes) à frente do movimento de exceção.

O jornal comunista *Justicia*, no ano de 1936, dirigiu campanha sistemática contra as prisões dos comunistas brasileiros e argentinos destacando as ações aliancistas dos dois partidos congêneres em torno da formação de frentes populares, ocultando suas medidas conspirativas e revolucionárias contras os governos nacionais daqueles dois países⁶¹⁶. Na edição de 7 de agosto de 1936, o periódico comunista fez sua leitura da situação política dos comunistas no Brasil, destacando Getúlio Vargas como o “Hitler brasileiro” que não contava com o apoio popular e de grande parte das forças armadas, mas que ainda assim criava e mantinha colônias agrícolas para presos políticos, patrocinava o fechamento de todos os sindicatos, a prisão e a tortura até a morte de prisioneiros políticos sem o prévio julgamento ou julgados por tribunais de exceção. Pretendendo citar a resistência e a capacidade de luta do PC brasileiro, os comunistas uruguaios destacaram no editorial que continuavam os levantes armados no Rio e no Nordeste, bem como

⁶¹⁵ Correspondência de Luis Carlos Prestes a Honório de Freitas Guimarães (Martins), 18 de fevereiro de 1936, transcrita em VIANNA, 1995, *op. cit.*, p. 528-529.

⁶¹⁶ Ver as edições do jornal *Justicia*, de 09-05-1936, 31-07-1936 e 07-08-1936.

os motins em quartéis e navios, acompanhados da indignação de deputados que abandonavam a maioria parlamentar para colocarem-se ao lado dos comunistas no esforço de acabar com o governo fascista de Getúlio Vargas.

Percebe-se no texto jornalístico a clara intenção de acentuar ao máximo as medidas repressivas do governo brasileiro e o esforço em criar a imagem de uma resistência e combatividade comunista em solo brasileiro que, de fato, não acontecia. Essa solidariedade, como já vimos, tinha laços táticos com a IC e servia como mais uma bandeira de luta, ao lado da causa republicana espanhola, no sentido de acentuar o discurso antifascista contra o governo de Terra, prevenindo a opinião pública contra medidas semelhantes por parte do governo uruguaio.

Outro tema relacionado com o apoio humanista aos revolucionários comunistas que alimentou o discurso dos comunistas e socialistas uruguaios foi a guerra civil espanhola. Sabemos que foi um tema apaixonante que dividiu a opinião pública mundial e que foi, por vários anos, o divisor de águas entre os defensores do fascismo e os seus adversários. Importante destacar que o contexto político do Uruguai potencializou o debate porque estava em voga a discussão das frentes populares e a possibilidade de uma reforma constitucional na qual criar-se-iam dispositivos que inviabilizariam essa tática política.

Héctor Rodríguez⁶¹⁷ destaca que a guerra espanhola deu lugar, no Uruguai, “casi de inmediato, a un grande movimiento de masas y tuvo, para ese presente y para el futuro, una grande influencia, de todo tipo, en la izquierda uruguaya.” Mais à frente acrescenta que “Muchísima gente se acercó a la izquierda por primera vez en el cauce de aquel gran movimiento solidario. Muchísima se politizó. La lucha contra el fascismo, a partir de ese impulso y durante toda la guerra, caló hondo...” Héctor recorda que quando o líder socialista espanhol Indalecio Prieto⁶¹⁸, em turnê pela América Latina, esteve em Montevidéu, uma multidão lotou o estádio Centenário para ouvi-lo e saiu com tristes prognósticos que acabaram se confirmando e gerando a divisão interna entre os ativistas uruguaios defensores da República espanhola. Além das passeatas e congressos pela paz e auxílio aos espanhóis republicanos, a mobilização popular era acompanhada de um intenso voluntariado para compor as brigadas internacionais, mas somente os que tinham alguma aptidão ou experiência para o combate eram aceitos, tais como os comunistas José Facal, Luis Tuya e Antonio Pereyra (mortos em combate), e López Silveira, José Lazarraga e Andrés Risso que retornaram após a derrota.

⁶¹⁷ HUIDOBRO, Eleutério Fernández. *El tejedor Héctor Rodríguez*. Montevidéu: Tristan, 1995, p. 45-47.

⁶¹⁸ Prieto foi um socialista de grande destaque na Espanha. Com a proclamação da II República Espanhola em 1931, Prieto foi elevado à condição de Ministro da Fazenda e logo a seguir Ministro das Obras Públicas do governo de Manuel Azaña, (1931-1933). Durante a Guerra Civil foi ministro da Defesa da República até março de 1938, quando pediu demissão e foi ser Embaixador extraordinário em vários países da América Latina.

Havia, evidentemente, aqueles que apoiavam os nacionalistas espanhóis, como noticiou o jornal *La Mañana*, em 11 de setembro de 1936, quando destacou o envio de um telegrama conjunto de figuras ilustres da política uruguaia, em apoio aos franquistas e repúdio aos comunistas “que comprometiam a sorte da Espanha e o futuro do mundo”, no qual constava:

Los que suscriben, uruguayos y españoles del Uruguay, hombres de todos los credos, individualmente y sin otra investidura que su propia individualidad, conmovidos al extremo por la trágica situación en que se halla España, y persuadidos además de que el orden en ella sólo puede resurgir del patriótico y heroico esfuerzo revolucionario, se adhieren al gobierno de Burgos, la inteligencia de que, según sus manifestaciones, la lucha tiene e tendrá por objeto:

PRIMERO – la sofocación del movimiento anárquico-comunista, que compromete la suerte de España y el porvenir del mundo.

SEGUNDO – la implantación, a su tiempo de un gobierno eficaz, constitucional de género democrático.

TERCERO – el reconocimiento constitucional de la intangibilidad de los principios en que se basea la familia, como producto de la civilización cristiana europea.

QUARTO – La consagración constitucional de los derechos llamados individuales.

QUINTO – La consagración constitucional de la propiedad privada, con las limitaciones indispensables a favor de Estado que establece el derecho público moderno.

SEXTO – La asistencia constitucional del proletariado, por medio de adecuadas leyes obreras que aseguren la cooperación necesaria del capital y el trabajo, en bien de la solidaridad social.⁶¹⁹

Cabe a ressalva que o discurso humanista do governo uruguaio em defesa dos espanhóis não se colocava claramente em favor dos nacionalistas, mas contra a guerra de maneira geral, utilizando a expressão “tragédia espanhola”, da forma que se percebe no jornal *La Mañana* de 04 de setembro de 1936, onde consta que a diplomacia uruguaia havia proposto aos países americanos um esforço de mediação, obtendo a adesão de onze governos e a oposição dos Estados Unidos, Brasil, México, Argentina e Panamá. Entretanto, em face do assassinato, por milícias comunistas, de três uruguaiais, parentes do vice-cônsul uruguaio em Madrid, o governo uruguaio rompeu relações diplomáticas com o governo constituído e tornou pública sua indignação por meio de Decreto amplamente noticiado pelos jornais.⁶²⁰

Em outubro de 1936, mais uma vez, o discurso humanista em apoio ao povo da Espanha veio à tona diante da opinião pública, ocasião em que o embaixador Eugenio Martinez Thedy, na cidade de Buenos Aires, participou de uma reunião de diplomatas latino-americanos com o intuito de redigir uma nota comum ao governo espanhol reafirmando a disposição dos países latino-americanos de conceder asilo político aos refugiados da guerra civil e exigindo garantias de inviolabilidade das representações estrangeiras naquele país. O embaixador uruguaio se fez presente apenas para enfatizar que o Uruguai mantinha sua posição histórica de

⁶¹⁹ Jornal *La Mañana*, Montevideú, 11 de setembro de 1936.

⁶²⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, legações brasileiras, Montevideú, ofícios, pasta 33-3-5, documento nº 199.

apoio ao asilo político como medida humanista, descartando, inclusive, o critério da reciprocidade, mas que no caso espanhol pouco poderia fazer, pois estava com relações diplomáticas rompidas com o governo espanhol.⁶²¹

Essas medidas de apoio humanista aos espanhóis (sem distinguir simpatizantes do comunismo ou do fascismo) davam ao governo de Gabriel Terra a aparência altaneira diante das paixões políticas daquele período e esvaziava substancialmente os discursos oposicionistas que tentavam identificá-lo como um governo simpático ao fascismo. Nos anos seguintes, durante o governo do seu sucessor, até 1940, o discurso oposicionista sentiu esvaziarem-se os argumentos que pretendiam identificar o governo de Gabriel Terra e de Baldomir com o movimento fascista internacional, opondo a eles a estratégia aliancista que os marxistas utilizaram para ascender ao poder. Efetivamente, a formação de alianças entre os setores liberais da oposição e os partidos marxistas (cuja ênfase estava na luta conjunta contra o fascismo) foi duramente desgastada pelo contexto internacional que esvaziava os argumentos antifascistas ao mostrar que a *pátria do socialismo*, a URSS, que tanto fez campanha contra alemães e italianos, celebrava um pacto de não agressão com os nazistas e abandonava os espanhóis à própria sorte.

O golpe final veio com o posterior alinhamento do governo de Baldomir contra os países do eixo, dando fim ao discurso aliancista centrado na luta antifascista como fator de distinção entre governo e oposição no Uruguai. Igualmente, enfraqueceu-se o discurso favorável às revoluções socialistas em países da América Latina, em boa medida porque não fazia sentido instigar os comunistas a conspirarem contra governos americanos que apoiavam os aliados (entre eles a URSS) contra os países do eixo.

Já foi dito neste subtítulo que os grupos políticos uruguaios, alinhados ao marxismo-leninismo, não difundiram discursos revolucionários com a mesma intensidade com que ocorreu no Brasil e que, contrariamente com o que ocorria com o PCB, procurou explorar as possibilidades do sistema partidário-eleitoral, posicionando-se favorável a ele, até mesmo quando outros grupos de oposição optavam pelo abstencionismo. Essas diferenças remetem para a percepção de que as instituições políticas não apenas neutralizam, mas tornam possível a emergência e a expressão dos conflitos. Fora do arcabouço das instituições (como era o caso do PCB na ilegalidade) os conflitos tornam-se manifestações de violência ou estratégia de ação violenta, que naquele contexto dos anos 1940 não interessavam às forças políticas uruguaias, exceção feita aos herreristas que perdiam espaço junto ao Estado por meio de manobras partidárias e medidas arbitrárias do governo de Baldomir.

⁶²¹ Jornal *El Pueblo*, Montevideú, 23-10-1936.

4. O declínio dos discursos revolucionários liberais

Já mostramos o esforço do Presidente Vargas em ultrapassar as pressões das frentes única gaúcha e paulista e de como a ação do Clube 3 de Outubro e das Legiões Revolucionárias era antipática para os partidos tradicionais. Foram esses aliados auto-proclamados revolucionários, de discurso radical contra “as oligarquias corcomidas” da Primeira República, que deram o tom *revolucionário* ao discurso de Getúlio Vargas, enquanto isso era interessante.

Alguns remanescentes dos levantes armados da década de 1920 julgavam-se os revolucionários autênticos do movimento de 1930 e visando prolongar a permanência do governo provisório e adiar o mais possível a reconstitucionalização do país criaram o Clube 3 de Outubro, sob a chefia de Góes Monteiro (Presidente até junho de 1931) Pedro Ernesto (primeiro Vice-Presidente), Herculino Cascardo (segundo Vice-Presidente), Oswaldo Aranha (terceiro Vice-Presidente), Augusto do Amaral Peixoto (tesoureiro), Temístocles Brandão Cavalcanti (primeiro-secretário) e Hugo Napoleão (segundo-secretário). O discurso do Clube 3 de outubro ao tempo que criava o “sujeito revolucionário”, com base na plataforma liberal de 1930, trazia forte risco de cisão na instituição que era sua principal base de recrutamento: o exército!

Cadetes e jovens oficiais banidos do exército na década de 1920 (jocosamente denominados de picolés, porque eram feitos às pressas e logo se desfaziam) foram trazidos à ativa com remuneração e postos equivalentes aos que permaneceram fiéis à ordem legal, porque eram “revolucionários”... Durante a marcha de outubro de 1930, oficiais subalternos não superiores a capitães comandaram batalhões inteiros e até unidades maiores, prendendo e mandando prender oficiais mais antigos, porque eram “revolucionários”... Em contrapartida, oficiais que foram recepcionados festivamente em São Paulo por milhares de pessoas por serem os líderes da nova ordem política⁶²², como o General Miguel Costa, passaram a ser abertamente hostilizados por Góes Monteiro e Oswaldo Aranha porque não punham a “legião revolucionária de São Paulo” sob as ordens diretas do governo federal... Essas oscilações entre oficiais que ascendiam ao topo da hierarquia ou caíam em desgraça por questões políticas dividiam o Exército e logo foram compreendidas como um risco à unidade do Estado, de tal forma que Góes Monteiro, Getúlio Vargas e parte da elite militar - concentrada em torno do chefe de governo - incentivaram o fim do Clube 3 de outubro.⁶²³

⁶²² Conforme se constata nas manchetes dos jornais paulistanos de 28 e 29 de outubro de 1930. Importante destacar que Miguel Costa não pertencia ao Exército, mas era da força pública de São Paulo, que tinha armamento e projeção militar que rivalizava com as tropas federais.

⁶²³ O Serviço Especial de Informações, instalado junto ao Estado Maior do Exército, criou um dossiê de 68 páginas, no segundo semestre de 1938, relatando as “resistências e a situação prévia ao Estado Novo”, no qual são transcritos alguns manifestos, análises do ambiente político brasileiro e relatórios, possivelmente redigidos por integrantes da ANL, com críticas muito severas à tríade Getúlio-Góes-Oswaldo. Entre essas críticas encontra-se a de que esses três

Em fevereiro de 1932, quando os remanescentes do movimento tenentista da década de 1920 ocupavam várias interventorias estaduais⁶²⁴, o programa revolucionário do Clube foi trazido a público, destacando tendências nacionalistas, corporativas e desenvolvimentistas, com um conceito de Estado centralizador e autoritário. Algumas de suas propostas mais abrangentes abarcavam a intervenção estatal e ampla nacionalização da economia, fortalecimento das forças armadas e federalização das forças policiais dos estados, criação de uma legislação trabalhista, inserção da política classista no modelo de representação – associações profissionais reconhecidas pelo governo elegeriam seus representantes – e combate fiscal aos latifúndios.

Fácil perceber que boa parte do programa do Clube 3 de outubro foi incorporado à ANL, assim como alguns de seus nomes mais proeminentes como Miguel Costa, Herculino Cascardo e Pedro Ernesto. Devemos ir além e reconhecer que parte desse *programa revolucionário* acabou materializando-se durante o governo de Vargas⁶²⁵, sem que isso correspondesse a ascensão dos seus mentores, mas o contrário, pois tão logo o Presidente da República articulou sua permanência no poder com os partidos regionais, tratou de isolar os *tenentes* e os integrantes do Clube 3 de Outubro, uma vez que era inviável continuar governando o país sem estabelecer um consenso mínimo com as elites políticas estaduais e tal consenso passava pela neutralização do teor mais agressivo do discurso revolucionário do governo provisório e o desmantelamento das organizações que visavam combater aquelas elites.

Sem terem um lastro político-eleitoral suficientemente sólido e por defenderem condutas políticas avessas ao modelo liberal de participação política, os *tenentes* iniciaram seu processo de desarticulação desde a confecção do novo código eleitoral, em fevereiro de 1932, até a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, quando ainda puderam interferir e pressionar por seu programa, mas não puderam permanecer como agentes de poder nos estados. Parte dos tenentes e seus simpatizantes, como Juarez Távora e Juraci Magalhães, procuraram uma aproximação com os grupos políticos regionais; Góes Monteiro (aliado momentâneo dos tenentes) tentou inutilmente criar uma situação forçada em que ele seria o substituto de Getúlio Vargas em 1934 e acabou conformando-se com a função de inimigo político e militar de Flores

“conspiradores” manipularam os conflitos dissolventes no interior do Exército. Ver mais no Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme nº 051-97, documento nº 687.

⁶²⁴ Juarez Távora, como Delegado fiscalizador das interventorias do Nordeste, fez com que do Acre até a Bahia houvesse o predomínio de interventores militares, de tal maneira que em 1931, excetuando-se Pernambuco e Bahia, todos os demais estados do Nordeste e Norte tinham um oficial ou ex-oficial como interventor.

⁶²⁵ A título de recapitulação, destacamos a subordinação das forças estaduais ao Exército em janeiro de 1936, a eleição de 40 deputados classistas para comporem o parlamento nacional em 1934, a progressiva centralização administrativa e econômica em torno do governo federal e a legislação trabalhista iniciada por Lindolfo Collor e aprofundada nos anos seguintes até a Consolidação das Leis Trabalhistas pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, além das políticas alinhadas com o nacionalismo econômico e o desenvolvimento da infra-estrutura do país (sobretudo a indústria pesada e a metalurgia, que foram bandeiras de primeira hora do Clube 3 de outubro e da ANL).

da Cunha; Oswaldo Aranha sublimou todas as suas ambições de ascender politicamente em troca de missões no Exterior onde podia exercer seu carisma sem pôr em risco a primazia do amigo Getúlio; setores mais combativos, integrados por homens como Herculino Cascardo, João Alberto e Pedro Ernesto migraram para o combate aberto ao governo de Getúlio e foram importantes adesões à Aliança Nacional Libertadora.

Por mais oportunista que tenha sido o discurso revolucionário do governo provisório de Getúlio Vargas e por mais distante que se tenha colocado em relação às radicais mudanças políticas e econômicas que normalmente acompanham as revoluções, era fundamental difundir uma imagem de renovação radical do contexto brasileiro e dentro do léxico político disponível, naquela conjuntura histórica, o termo “revolução” foi amplamente empregado para justificar decisões e estratégias de ação. Entre os documentos encontrados no Fundo Góes Monteiro, Arquivo Nacional, existe a sugestão de uma estratégia de governo dos interventores, proposta por um assessor não identificado, visando manter o “impulso revolucionário” do movimento de 3 de outubro de 1930, cujo teor é o seguinte:

Os interventores podem e devem interessar-se pela arregimentação política dos elementos que fizeram a revolução ou que estejam integrados sinceramente nas suas idéias, pois só assim a obra da construção revolucionária será amparada e perseguida no próximo regime constitucional.⁶²⁶

Nas linhas seguintes, acrescenta-se que os interventores deveriam ficar acima das querelas políticas locais e dos interesses sectários dos partidos regionais, mas que quando houvesse dúvida sobre quais candidatos apoiar ou funcionários públicos nomear, aqueles sinceramente dedicados à causa revolucionária deveriam ter preferência. Quanto aos deveres e direitos dos “revolucionários” arregimentados pelos partidos, o formulador da estratégia destaca:

- a) Prestigiar a autoridade revolucionária local e com ela colaborar;
- b) Indicar, para os locais de livre escolha, os candidatos que julgarem mais aptos para o cargo, sem que isso acarrete, para a autoridade competente, a obrigação de nomear tais candidatos;
- c) Sugerir à autoridade administrativa todas as medidas que julgar conveniente ao bem da administração pública, inclusive levando ao conhecimento dessa autoridade as irregularidades ou erros administrativos de que tenham tido ciência e possam fundamentar.

Como em toda a luta, o inimigo deve ser definido discursivamente e para os revolucionários de 1930 a característica comum e definidora era que “todos os adversários da revolução acham-se unidos por um objetivo comum, que é a posse do poder, de que foram afastados (...)”. A estratégia de luta desses adversários era bem conhecida: valerem-se da constituinte como bandeira de luta, de tal forma que quando ela ocorresse haveria uma “meia vitória” a ser explorada contra a ditadura.

⁶²⁶ Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97, série 4, produção intelectual de terceiros, documento nº 667.

Os acontecimentos mostraram que a previsão do articulista estava correta e a constituinte foi mesmo o grande momento do retorno dos “reacionários”, mas não como vencedores na paz, e sim como atores de um intrincado processo de acomodação entre práticas políticas da Primeira República e valores reformistas do “governo revolucionário”. Entretanto, o fisiologismo e a aventura política consumiu a uns e outros, restando, do grupo dos *legítimos revolucionários* de 1930, apenas o discurso que serviu à centralização do poder em torno de Getúlio Vargas e da cúpula militar preponderante após o golpe de novembro de 1937. No que tange às novas formas de participação política - para além do formalismo liberal, do partidismo eleitoreiro ou das revoluções conduzidas por cúpulas esclarecidas - o discurso *revolucionário* governamental avançou em um aspecto polêmico entre os partidos tradicionais e perseguido sem sucesso pelos partidos marxistas: mobilizar as pessoas em torno de um projeto de bem estar social e mudança política.

Considerar o primeiro governo getulista (1930-1945) somente pelo viés do autoritarismo e centralismo político (nesta tese, definidos pelo termo de *estatismo*) é desenvolver uma visão parcial da relação entre Estado e sociedade civil. O governo de Getúlio Vargas procurou atender, progressivamente, as expectativas e exigências sociais por meio de institutos previdenciários, legislação trabalhista, regulamentação dos serviços públicos (buscando maior eficiência e ampliação dos quadros administrativos do Estado, aumentando as possibilidades do *emprego público*), assim como explorou o medo coletivo (do perigo comunista, por exemplo) mostrando-se forte e protetor, além de aprofundar o sentimento nacionalista em torno do projeto de um Brasil desenvolvido economicamente.

A publicidade política enaltecendo Getúlio Vargas como o Presidente que agia independente dos partidos políticos e para quem a população brasileira teria uma dívida de gratidão, em virtude da legislação trabalhista e social concedida, foi uma constante nos meses que antecederam ao golpe de novembro de 1937, tal como se percebe nesse extrato do periódico *O jornal*:

O povo deve as reformas trabalhistas a Getúlio Vargas (...) às inclinações naturais do seu espírito para resolver os problemas concernentes aos interesses das massas operárias (...) Tudo o que se fez no Brasil depois da revolução, foi inspirado pelo Sr Getúlio Vargas, e resultou da sua vontade, executada pelos seus ministros. (...) As massas populares que não se deixam dominar pelas paixões ambientes, que não possuem interesses eleitorais, sentem que o Sr. Getúlio Vargas tem sido vítima da ingratitude de muitos.⁶²⁷

O editorial prossegue comentando a postura crítica que José Américo adotou depois de perceber as manobras de Getúlio Vargas para inviabilizar sua candidatura à Presidência da

⁶²⁷ Extrato do periódico *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9-9-1937, FGV-CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, doc. Nº 37.09.09/3.

República, destacando a “ingratidão” do candidato escolhido pelo Palácio do Catete para suceder Vargas no poder:

Depois que o Sr. José Américo, escolhido com o beneplácito do Sr. Getúlio Vargas, sem o que jamais o teria sido, pretendeu intrigá-lo com a opinião, apresentando-o como inimigo das liberdades públicas, devotado à criminosa tarefa de conspirar para a sua permanência integral no poder. As multidões de todo o Brasil perceberam a feia ingratidão e procedimento indelicado e revoltaram-se contra o candidato, para ficar com o Presidente. A lealdade das massas populares não se compadece com esses processos dúplices da política.⁶²⁸

Durante a semana da Pátria de 1937, Getúlio Vargas discursou destacando as linhas essenciais que justificariam o golpe de Estado que se ensaiava desde maio deste ano, mandando um recado aos políticos liberais opositores. Segundo as palavras do Presidente:

Os pretensos salvadores da democracia transmudam-se, por vezes, nos seus piores inimigos, principalmente quando se apresentam sob o disfarce de atitudes messiânicas ou se arrogam os direitos exclusivos de interpretá-la, como se fossem os criadores de tão velho sistema político. (...) Já adquirimos bastante experiência para não acreditar no fetichismo das fórmulas e reconhecemos que o bem público não deve encontrar obstáculos nas leis e convenções jurídicas. Se estas dificultam o progresso, entram a administração, fazem periclinar (sic) a segurança social, cumpre modificá-las ou revogá-las. (...) Quando essas circunstâncias assumem um caráter imperativo, o acertado não será interpor-lhe diques e sim conformar-se com os fatos, alterando os textos, substituindo-os, e emprestando ao poder público novas formas de ação. Ninguém pode governar sem atender primordialmente às necessidades e interesses do povo, que carece de ordem e trabalho, asseguráveis somente pelo fortalecimento da autoridade.⁶²⁹

A imprensa fiel aos partidos liberais defensores da manutenção do sistema eleitoral e partidário vigente interpretou com profunda preocupação o discurso do Presidente na Semana da Pátria, destacando:

Os jornais amigos do Presidente destacaram as frases de melhor efeito, como aquelas que aludem à imparcialidade do Presidente e sua propensão para defender a democracia. É com prazer que consignamos os elogios que v. Ex^a dirige à Democracia, às nossas instituições e principalmente ao sistema representativo. (...) A índole presidencial não é democrática, no sentido em que nós entendemos, interpretamos e queremos que se aplique à democracia. O Sr. Getúlio não acredita no que ele chama de fetichismo das fórmulas e não admite que o bem público encontre obstáculos nas leis e convenções jurídicas. Vê-se bem que S.S. detesta as limitações de poder que constituem o fundamento dos regimes democráticos. Essas leis restritivas, garantidoras das liberdades públicas, são para o Presidente óbices insuperáveis, fórmulas e convenções que se deitam fora, porque atrapalham a autoridade suprema.⁶³⁰

Simpatizantes do Estado autoritário fizeram proliferar na imprensa atrelada ao Presidente editoriais que justificavam a permanência de Getúlio Vargas no poder em virtude da obra *revolucionária* que ainda tinha metas a atingir, o que somente seria possível pelas mãos do

⁶²⁸ *Idem.*

⁶²⁹ Arquivo Getúlio Vargas/CPDOC, doc nº 37.09.11.

⁶³⁰ Jornal *Diário Popular*, São Paulo, 09-09-1937, extrato obtido no Arquivo Getúlio Vargas, FGV-CPDOC, doc nº 37.09.09/4.

ex-ditador convertido em Presidente da República, conforme se percebe nas palavras de Leal de Souza, ao justificar a permanência de Getúlio Vargas e do prosseguimento da obra revolucionária inaugurada em 1930, pois uma “revolução finda quando outra a destrói, quando se extingue ou quando se afasta o seu mandatário, ou quando realiza as finalidades impostas de um povo, num determinado período da história”. Prosseguindo em seus argumentos, afirma que o artigo da Constituição que considera inelegível o chefe da revolução é insubsistente e inválido, porque se opõe à vontade soberana da nação, afirmada com as armas, no terreno da guerra.⁶³¹

Tão logo ocorreu a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas dirigiu-se à nação pelo rádio explicando os motivos das medidas de exceção. Para preparar a opinião pública sobre o fim do sistema partidário-eleitoral e a vigência de um novo regime de clara tendência anti-liberal, os jornais situacionistas não pouparam elogios ao novo chefe supremo, tal como se percebe nesse extrato do jornal carioca *A nota*, de Geraldo Rocha:

O chefe da nação, o homem em cuja ação e patriotismo repousam todas as esperanças do Brasil, falará ao país, pelo rádio, hoje, as oito horas da noite. É a grande era da redenção que surge; é a nossa libertação dos parasitas que exploravam a nossa economia. É Getúlio Vargas timoneiro seguro concitando seus cidadãos ao cumprimento do dever cívico, à dedicação à pátria, sem restrições, na hora de incertezas que atravessamos.⁶³²

A ausência praticamente completa da mobilização de setores sociais contra a implantação do Estado Novo não pode ser entendida apenas como consequência lógica da repressão e do policiamento político. Deve-se entender outros dois aspectos de especial interesse para essa tese: o sucesso de Vargas na superação dos efeitos da crise econômica dos primeiros anos da década de 1930 e a mudança de paradigmas no sistema de participação política partidário-eleitoral.

Inicialmente, devemos lembrar que o governo de Getúlio Vargas superou os mais duros anos da crise econômica e impulsionou a economia brasileira para patamares impensáveis naqueles anos de depressão internacional, o que favoreceu seu discurso de austeridade e eficácia econômica, a partir de uma estrutura estatal técnica, divorciada dos *interesses mesquinhos* veiculados pelos partidos políticos regionais. Em 1930 o PIB brasileiro era de 28,4 milhões de dólares – equivalente ao do Marrocos, Bangladesh e Polônia – e teve um salto de 12,8% em 1933 e de 12,2% em 1936, os dois maiores aumentos anuais no intervalo compreendido entre 1930 e 1954, período em que o PIB nacional aumentou 266%. Esse resultado veio por medidas práticas e imediatas como a valorização da agricultura por meio do Conselho Nacional do Café (1931), Instituto do Açúcar e do Alcool (1933) e incentivo à diversificação das exportações do setor primário. No campo financeiro, suspendeu temporariamente o pagamento das dívidas externas,

⁶³¹ Arquivo Getúlio Vargas, FGV-CPDOC, doc nº 37.09.10/2.

⁶³² Jornal *A nota*, Rio de Janeiro, 10-11-1937. Arquivo Getúlio Vargas, FGV-CPDOC, doc nº 37.11.10/5.

desvalorizou a moeda e reduziu a margem de remessa de lucros para o exterior, visando equilibrar o balanço de pagamentos e, ainda que não de forma proposital e sistemática (mais reflexo da política cambial), favoreceu o aprofundamento da industrialização – crescimento médio de 8,5% aa, na década de 1930.⁶³³

Depois, devemos tomar em conta o momento de transição do sistema de partidos e suas propostas de participação política partidário-eleitoral, que implicava progressivo abandono dos partidos oligárquicos regionais, cuja base de *recrutamento* de eleitores era basicamente local e arbitrária, para partidos de abrangência nacional, submetidos às normas eleitorais mais rígidas, que tinham de optar entre o discurso classista e de forte cunho ideológico (como era característico dos partidos marxistas) e os discursos *caça-eleitores* maleáveis o suficiente para atingir muitos grupos de interesses e convertê-los em eleitores potenciais. Essa ambivalência em não desejar ser confundido com comunistas – *satanizados* pela propaganda e verdadeiramente sectários – mas compreendendo a necessidade de difundir um discurso popular voltado para os interesses das classes sociais subalternas, que assumiam importante papel no jogo político, colocou os partidos políticos em situação de apatia diante das iniciativas do governo federal – com sua legislação trabalhista e assistencialista, com nítidos efeitos publicitários a favor de Getúlio Vargas.

A compreensão do discurso *revolucionário* de Getúlio Vargas dentro de uma perspectiva estatista leva em conta a crescente ingerência do Estado na condução de assuntos que até então estavam sob responsabilidade da iniciativa privada com ocasionais intervenções dos governos federal e estadual – notoriamente em relação ao protecionismo agrícola. O discurso que convertia o governo federal em principal ator no campo econômico facilmente infiltrou-se na esfera da atuação política partidária, que tinha de responder às iniciativas governamentais e mesmo aprofundá-las se desejassem fazer parte de um corpo executivo nitidamente centralizador e técnico. A planificação e centralização são visíveis nas iniciativas de coordenação do trabalho com o capital, comércio e infra-estrutura por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Departamento Nacional do Trabalho (1931), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Plano Geral de Viação Nacional (1934) e Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937).

A conversão do campo político, que é essencialmente de mediação de conflitos entre diferentes interesses, foi reduzido pelo discurso *revolucionário* de Vargas ao campo técnico de

⁶³³ Maiores detalhes ver SILVA, Salomão L. Quadros. A era Vargas e a economia. In D'ARAÚJO. M. Celina. (Org.) *As instituições brasileiras na era vargas*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, FGV, 1999, p. 137-154. Uma interessante contribuição para a compreensão do governo de Vargas na década de 1930, como agente econômico dinâmico e inovador, pode ser encontrada no artigo de CARRARO, André; FONSECA, Pedro C. D. *O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945)*, encontrado no site http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/abphe_2003_53.pdf.

atuação de agentes econômicos, apolitizados e submetidos a uma mesma e constante orientação – a do governo federal sob o controle de Getúlio Vargas e de seus aliados mais próximos, notoriamente a cúpula militar erguida em novembro de 1937. A centralização do conhecimento técnico e da coordenação econômica por meio dos Institutos (Geológico e mineralógico do Brasil, de Química, Biológico Federal, Nacional do Sal, etc.) bem como da Estação Experimental de combustíveis e Minérios, Conselho Nacional do Petróleo (1938), Fábrica Nacional de Motores (1940), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943), Conselho Nacional de Política Industrial (1944) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944) acabou por materializar o Estado como ator central na planificação e coordenação do desenvolvimento econômico e desde essa perspectiva também em ator político centralizador e autoritário.

Os discursos opositoristas com suas propostas de participação política, contra o regime autoritário inaugurado em novembro de 1937, praticamente silenciaram nos anos compreendidos entre 1939 e 1942. As razões são fáceis de compreender, pois as possibilidades de criação e circulação dos discursos divergentes estavam sufocadas pela ação da polícia conduzida por Filinto Müller, pela sistemática campanha promocional em torno das ações governamentais e pela estrutura jurídica e institucional erguida pelo Estado Novo, convergindo as decisões finais para o vértice do poder federal, bem como pela subordinação das diversas instâncias do poder a uma mesma vontade deliberante.

Sabe-se que toda a relação de poder mantém-se pela constante possibilidade de contestação e reação daqueles que estão sob o efeito das ações dos grupos preponderantes, daí que os cinco primeiros anos do Estado Novo (até o início das manifestações de oposição liberal) não ocorreram sem qualquer ameaça por parte daqueles que se opunham aos protagonistas do golpe de novembro de 1937. Entre os opositores, poucos mereceram maior atenção que os seguidores de Flores da Cunha e os mentores intelectuais dos golpes fracassados de março e maio de 1938.

Não se pense que esses dois grupos, com ideologias e propostas de ação tão distintas, conspiraram separadamente contra o governo do Estado Novo. Na verdade, trabalharam juntos e adaptaram seus discursos revolucionários de ordem liberal ou fascista aos argumentos em defesa da democracia representativa, eclipsada pelas instituições autoritárias do novo regime. O país, a partir do qual a conspiração ganhou fôlego e prosperou foi, mais uma vez, o Uruguai, onde se encontrava Flores da Cunha e que, por essa razão, serviu como centro catalisador de todos os grupos opositores a Getúlio Vargas, não importando se integralistas, comunistas, ex-aliancistas ou liberais, desde que perseguidos pelo regime autoritário brasileiro.

Os acontecimentos e as ações conspiratórias envolvendo Flores da Cunha no Uruguai já foram exaustivamente descritos por Adriana I. Bellitani⁶³⁴, de tal maneira que iremos explorar o teor dos discursos veiculados por esses opositores e de como significaram o derradeiro esforço de articulação revolucionária contra o regime varguista.

Flores da Cunha exilou-se no Uruguai, após o golpe de 10 de novembro de 1937 e de lá iniciou os preparativos da revanche. Para controlá-lo, Getúlio nomeou Batista Lusardo embaixador brasileiro em Montevideú, cabendo-lhe a missão de antecipar-se a qualquer iniciativa dos conspiradores, atuando junto ao governo uruguaio. Lusardo desempenhou sua missão com maestria. Conseguiu a internação do ex-governador na cidade de Montevideú, quando ele mais conspirava junto à fronteira Santana do Livramento-Rivera⁶³⁵; montou uma rotina de guarda incessante à residência do conspirador, gerando relatórios de quem entrava e sai dos encontros⁶³⁶; criou uma rede de espionagem no interior do Uruguai e nas principais empresas de transporte e comunicação, violando correspondências e impedindo deslocamentos indesejáveis⁶³⁷; atuou de forma constante e determinada junto ao governo uruguaio conseguindo importantes medidas preventivas e repressivas em relação aos planos subversivos dos seguidores de Flores da Cunha.⁶³⁸

O governo uruguaio, que experimentava a transição do governo de Gabriel Terra para o do General Alfredo Baldomir, freqüentemente ficava dividido sobre a melhor postura a adotar frente aos reclames incisivos e, por vezes, intransigentes de Batista Lusardo em relação a Flores da Cunha. Sabe-se da tradicional aliança que havia entre Vargas e Terra, dos auxílios recíprocos no controle aos conspiradores estrangeiros que trabalhavam de um lado e de outro da fronteira, ao tempo que Flores da Cunha tinha sólidas relações pessoais no Uruguai, notoriamente entre os políticos da porção mais ao norte deste país sem esquecer Herrera que, no

⁶³⁴ BELLITANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

⁶³⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações Brasileiras, Montevideú, Notas trocadas, livro 33-3-9: nota nº 2, de 04 de janeiro e nota nº 22 de 21 de fevereiro de 1938, informam das atividades conspiratórias e pedem a internação de Flores da Cunha; a nota nº 231/938(80) do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, informa da decisão do governo uruguaio de internar na capital uruguaia o ex-governador.

⁶³⁶ CARNEIRO, G. *Lusardo: o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, v.2, p. 225.

⁶³⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações Brasileiras, Montevideú, Notas trocadas, livro 33-3-9, nota nº 4 da Embaixada brasileira com relação de nomes que deviam ser vigiados no interior uruguaio, ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, o qual respondeu afirmativamente por meio da nota nº 231/938-12, em 08 de janeiro de 1938.

⁶³⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações Brasileiras, Montevideú, Notas trocadas, livro 33-3-9, nota nº 44, de 29 de abril de 1938, prisão e deportação de João Cunha Filho, Notas nº 720/938 (80) e 720/938 (198) do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai sobre prisão e soltura de João Cunha Filho.

passado, havia contado com o apoio de Flores nos preparativos revolucionários contra os colorados.⁶³⁹

A solução encontrada pelas autoridades uruguaias foi a de atender as solicitações diplomáticas brasileiras dentro do rígido limite dos acordos internacionais firmados entre os dois países, o que já significava grande prejuízo à causa de Flores da Cunha, pois eram acordos amplamente favoráveis à ajuda recíproca dos dois governos em relação aos *estrangeiros indesejáveis*. Contudo, a mesma legislação acabou por proporcionar a soltura de João Cunha Filho e Luiz Dornelles, pois as autoridades uruguaias negaram-se a mantê-los presos ou extraditá-los sem a apresentação, no prazo previsto pelo tratado de extradição, dos documentos comprobatórios do respectivo processo judicial em andamento no Brasil.⁶⁴⁰

Em outros momentos, as solicitações de Lusardo mostravam-se perfeitamente coerentes com o ambiente político brasileiro sob os efeitos da truculência do Estado Novo, mas tais solicitações eram muito inoportunas para o governo uruguaio que se via pressionado pela oposição para pôr fim às medidas autoritárias e de censura do governo Terra. Exemplar disso foi a solicitação de Lusardo no sentido de fechar arbitrariamente o jornal *A Democracia*, publicado em português na cidade de Rivera. O Ministro da Justiça uruguaio manifestou a impossibilidade de fazer isso dentro da Lei, mas, subterraneamente, encarregou-se de fazer com que o chefe de polícia local de Rivera, recém nomeado, intimasse os senhores Eron Canabarro e Thales Garcia – diretores do jornal - para cessarem imediatamente as hostilidades contra o regime político brasileiro.⁶⁴¹

Nesse contexto de significativo afastamento entre as conjunturas políticas dos dois países, não faltaram chefes políticos uruguaios que, sentindo-se pressionados pelas forças influenciadas pelo marxismo e seus discursos aliancistas, apoiaram abertamente Getúlio Vargas e o novo regime brasileiro. Os jornais *La Tribuna Popular* (06 de junho de 1938) e *El Pueblo* (7 de junho de 1938), filiados aos nacionalistas e aos colorados terristas, respectivamente, destacaram a entrevista que o Presidente Getúlio Vargas concedeu no Rio de Janeiro aos jornalistas uruguaios. É visível o tom ufanista com que os repórteres destacaram a amizade sincera que unia os dois países, o apreço de Getúlio em relação a Gabriel Terra e os argumentos evasivos do Presidente quando perguntado sobre as razões sociais e políticas para a implantação do regime autoritário do Estado Novo, que, segundo o presidente brasileiro, tinha o propósito de

⁶³⁹ Em 10 de setembro de 1938, Luis de Herrera foi fotografado ao lado de Flores da Cunha, na cerimônia de homenagem a Aparício Saravia, gerando especulações na imprensa de Montevidéu sobre as conexões que tinham junto à fronteira uruguaia com o Brasil.

⁶⁴⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações Brasileiras, Montevidéu. Ofícios, livro 33-3-9, Of nº 88, de 01 de agosto de 1938.

⁶⁴¹ Arquivo Histórico do Itamaraty, Delegações Brasileiras, Montevidéu. Ofícios, Of nº 116, de 23 de agosto de 1938.

“acabar com a paralisia imposta pelos conchavos dos partidos políticos, dando maior oportunidade ao Estado para conduzir o desenvolvimento econômico, a ordem social e os interesses coletivos”.⁶⁴²

O discurso revolucionário de Flores da Cunha e seus aliados ocasionais contra Getúlio Vargas não se assemelhava aqueles dedicados a consagrar a *revolução de 1930* ou a de *1932*, ambos de teor liberal e construídos com o propósito de mobilizar amplos setores sociais para a luta, mas radicalizara-se profundamente no seus aspectos subversivos e conspirativos. Logo após a implantação do Estado Novo, as suspeitas de um plano revolucionário que tinha o propósito maior de assassinar Getúlio Vargas tornou-se uma constante nas mensagens trocadas entre o interventor no Rio Grande do Sul (Daltro Filho),⁶⁴³ o embaixador Batista Lusardo⁶⁴⁴ e Getúlio Vargas.

Essa característica singular do discurso revolucionário dos conspiradores dos anos seguintes à implantação do Estado Novo explica-se pela composição dos elementos “revolucionários” e pela experiência adquirida pela polícia política de Getúlio Vargas, sob a supervisão de Filinto Müller⁶⁴⁵. Os planejadores da revolução que deveria estourar em 1938 eram políticos regionais ilustres, com ampla influência e ramificação na administração e nas forças públicas dos estados, além de terem sob sua guarda um potencial bélico considerável, se considerarmos os depósitos de armamentos escondidos por Flores da Cunha no interior do Rio Grande do Sul e no Uruguai (Cerro Largo), somados a outros depósitos no Paraná e São Paulo sob responsabilidade de políticos mineiros e paulistas depostos por Getúlio.⁶⁴⁶

Os atores preponderantes do levante seriam, obviamente, os militares das forças federais e das forças estaduais, já habilitados ao uso do armamento e às táticas bélicas. Portanto,

⁶⁴² Jornal *El pueblo*, Montevideu, 7-06-1938 e jornal *La tribuna popular*, Montevideu, 6-06-1938.

⁶⁴³ Carta de Daltro Filho para Gaspar Dutra, informa trama de assassinato do Presidente por emissário de Montevideu, junto à fronteira Brasil-Uruguaí., CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, doc nº 37.11.11/2.

⁶⁴⁴ Carta de Batista Lusardo a Getúlio Vargas. Relata as informações obtidas de um delator, pertencente à cúpula dos conspiradores, que detalhou o plano estabelecido entre Flores da Cunha, políticos liberais exilados e integralista perseguidos para assassinar Getúlio Vargas em outubro de 1938 e a partir do atentado iniciar um levante armado para a tomada do poder. CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, doc nº 38.09.19.

⁶⁴⁵ FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Campus de Franca, 2000. O Autor relata o aperfeiçoamento burocrático da repressão aos movimentos sociais e políticos com a criação da Superintendência da Ordem Política e Social (SOPS) que coordenava as Delegacias de Ordem Política (DOP) e Ordem Social (DOS) que foram ganhando autonomia na contratação de investigadores, bem como adquirindo equipamentos modernos de espionagem e investigação, no que resultou na ampliação de suas responsabilidades abarcando: vigilância do mundo do trabalho; repressão às dissidências políticas; o controle da entrada e saída de estrangeiros do território nacional e do trânsito de indivíduos em aeroportos e estações; vigilância de hotéis e seus hóspedes e a supervisão e destruição de armas e explosivos.

⁶⁴⁶ Para obter tais informações foi particularmente valiosa a “colaboração” do Coronel Pequeno Pedroso que aceitou trair a confiança de Flores da Cunha em troca da possibilidade de continuar vivendo tranquilamente no Rio Grande do Sul sem ser importunado pela repressão aos *floristas*. Ver mais em BELLITANI, *op. cit.*, p. 84-85.

não havia a necessidade de criar um movimento social com a amplitude sonhada pelos comunistas, tão pouco ter uma ideologia muito definida ou, ainda, contar com articulações no setor sindical com o propósito de greves políticas... Bastava dar um golpe definitivo e violento sobre a cúpula do poder e, depois de enfraquecida a liderança do Estado Novo, mobilizar os militares e civis simpatizantes para um movimento nacional de tomada do poder.

Essencialmente, esse era o plano dos conspiradores de 1938 e as linhas gerais da sua revolução. No entanto, sob o impacto das medidas draconianas do Estado Novo, os oposicionistas radicalizaram suas ações no Rio Grande do Sul, com atividades terroristas de assaltos às repartições públicas e bancos nos dois primeiros meses de 1938. Tais ataques eram liderados pelos filhos de Flores da Cunha (Marco Aurélio e Luis), com o apoio de alguns integralistas (Hugo Bertha e Manoel Hasslocher) e foram facilmente debelados pela polícia estadual, que mantinha a todos sob severa vigilância.⁶⁴⁷

Nesta tese já foi mostrado no subtítulo destinado ao discurso revolucionário dos liberais que as atividades de inteligência do governo federal, antes do levante de 1935, tinham informações detalhadas sobre as atividades conspiratórias e a guarda de armamentos por parte de ilustres políticos e chefes militares descontentes com os rumos do governo de Getúlio Vargas.⁶⁴⁸ A rivalidade entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas nos anos 1936 e 1937, com as manobras e preparativos militares de ambas as partes, só aguçou mais as evidências de um grande potencial revolucionário nas mãos dos oposicionistas.

Portanto, o que limitava realmente a difusão do discurso revolucionário contrário ao Estado Novo não era a fraca base organizativa ou a pobreza material dos conspiradores, mas a ausência de amplos setores sociais mobilizados para a luta pela derrocada do regime autoritário de Vargas e a fraca presença de combatentes com a necessária disposição para o conflito, até as últimas conseqüências, da mesma maneira que estava disposta a elite política alijada ou preterida das benesses do Estado pelo grupo capitaneado por Getúlio.

A maneira como ocorreu a organização e a execução do levante contra o palácio da Guanabara, em 11 de maio de 1938, evidenciou de maneira muito clara essas limitações dos preparativos revolucionários contra o Estado Novo. O melhor e mais detalhado relato desse ataque militar à presidência da República é encontrado no diário do Tenente Severo Fournier, apresentado na obra de David Nasser, *A revolução dos covardes*.⁶⁴⁹ Antes de prosseguir nessa

⁶⁴⁷ Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de março de 1938, p.15.

⁶⁴⁸ Arquivo Histórico Nacional, Fundo Góes Monteiro, sub-série relatórios, microfilme 052-97, doc nº 728.

⁶⁴⁹ NASSER, David. *A revolução dos covardes*. diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e ordens da censura do ditador. 2ª edição, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947. Como o subtítulo destaca, nessa obra encontram-se, além do diário de Fournier (na verdade um comentário pessoal do tenente sobre sua participação no ataque ao Guanabara) reportagens de Nasser sobre a truculência do Estado Novo.

análise, convém lembrar que Nasser foi um jornalista polêmico, que só encontrou duas opiniões unânimes sobre sua maneira de trabalhar: tinha um enorme talento para escrever e nenhum escrúpulo para inventar fatos, desde que “destacassem” melhor sua narrativa...

Contudo, tratando-se da reprodução de um diário, que foi publicado sob a supervisão dos familiares do seu autor; assim, considera-se que Nasser teve pouco espaço para dar seu “toque pessoal” aos escritos daquele jovem revolucionário, que faleceu logo após sua liberdade dos cárceres de Getúlio Vargas (1946), a quem odiou e combateu com toda a tenacidade. Além disso, o que iremos explorar é o conteúdo do discurso de Fournier sobre o caráter da revolução anti-getulista, mais do que detalhes sobre os eventos que circunscreveram a última tentativa objetiva de derrubada de Getúlio Vargas, antes de novembro de 1945.⁶⁵⁰

Fournier não estava isolado nos seus ressentimentos contra o ditador de 1932 e contra o líder máximo do Estado Novo. Na carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas, de 28 de janeiro de 1938, encontramos as palavras ressentidas de um ex-aliado, que foi traído pela dissimulação do Presidente:

(...) eram movimento e homens que tudo fizeram pela nação e que sempre foram leais para com V. Ex^a nos momentos mais difíceis (...) Apressei-me, leal à palavra emprenhada, em extinguir a feição política da Ação Integralista Brasileira. O único partido nacional, o único que estava em consonância com o corporativismo do Estado Novo, existindo, para só viver como sociedade cultural, esportiva e beneficente. Isso antes de qualquer lei, qualquer decreto. (...) Eu não supunha, porém, que o que se arquitetava contra o integralismo fosse tão grande (...) Em todas as rodas de políticos da cidade só se falava no ‘tombo’ que V. Ex^a nos dera; do novo ‘pirarucu’ que pescara; na rasteira que V. Ex^a. passara no Integralismo, como se tais proezas atribuídas a um homem que todos os brasileiros devem obrar como honrado e dedicar todo o respeito, não ferissem mais a V. Ex^a do que ao integralismo.⁶⁵¹

A estratégia de Vargas não fora, realmente, uma surpresa para aqueles que conheciam a doutrina do Integralismo e a crescente preocupação da cúpula militar brasileira com

⁶⁵⁰ Sem pretender uma lista completa, destacamos algumas obras historiográficas dedicaram especial atenção ao golpe armado de 11 de maio de 1938, entre as quais destacamos: CAVALARI, Rosa M. F. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*, Bauru: EDUSC, 1999; SILVA, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. PEIXOTO, Alzira V. do A. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: O Globo, 1960. DICIONÁRIO Histórico biográfico Brasileiro após 1930, ABREU, A.; BELOCH, I; LATTAMAN-VELTMAN, F; NIEMEYER, S. *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro após 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001 (verbetes Integralismo, Plínio Salgado e Revolta Integralista). Obras mais abrangentes como TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979, destaca as condições históricas para o surgimento do integralismo, suas bases ideológicas, seu rompimento com o modelo liberal e adoção de alguns princípios e metodologias do fascismo europeu; VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*, São Paulo: Brasiliense, 1979, para quem a condição periférica do Brasil no sistema capitalista internacional inscreveu um traço autêntico no fascismo brasileiro, que foi a sua crença na utopia autonomística, ou seja, acreditavam que o Brasil poderia agir autonomamente em relação ao capitalismo internacional; CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, defende a tese de que integralismo não é a mesma coisa que fascismo, mas uma ideologia reacionária e utópica, que corresponderia a uma forma de regressão no modelo capitalista, enquanto o fascismo europeu seria a mobilização nacional imperialista.

⁶⁵¹ SILVA, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 374-375.

as atividades nazistas desenvolvida mais ao sul do país. Como Vargas, Góes e Dutra sustentariam ideologicamente um governo sobre uma doutrina que pregava a submissão total ao grande líder nacional, Plínio Salgado⁶⁵², e que alargara consideravelmente sua rede de simpatizantes nas forças armadas?

Voltando a Fournier e tomando a longa carta que escreveu ao General Almério de Moura, ainda em 1938, o organizador do ataque ao palácio mostra-nos a ordem dos argumentos e das paixões que davam conteúdo ao discurso revolucionário anti-Getúlio. Os integralistas, a quem tinha de organizar para um derradeiro ataque, moviam-se pelo sentimento de desforra à traição de Vargas e pela possibilidade de comporem, com os grupos oposicionistas mais conservadores, um novo governo que não seria muito diferente do Estado Novo – como admitiu Plínio Salgado, um ano mais tarde, ao afirmar que o Estado Novo era “materialização da plataforma integralista, sem os integralistas” – mas proporcionaria posições de poder aos simpatizantes e seguidores do *sigma*.

Contudo, como frisou Fournier, os integralistas não tinham nem a experiência nem a convicção revolucionária que animavam conspiradores experientes dos anos 1930, 1932 e 1935. Poucos veteranos *revolucionários* haviam escapado da sistemática repressão, estando confinados nas prisões do Estado Novo, como o traquejado Coronel Euclides Figueiredo – de quem Fournier tinha sido auxiliar próximo – ou amargando o exílio como Flores da Cunha. Restava os efetivos super-dimensionados de integralistas que, segundo chefes militares simpatizantes deste movimento, ultrapassariam dois mil, advindos da Marinha, da polícia e de forças federais de cinco capitais do Brasil (Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro).

A opção pela violência revolucionária era amplamente justificada por Fournier, como única resposta possível às torturas desumanas da polícia especial, como instrumento de combate à corrupção generalizada do sistema político e forma de aniquilação da amoralidade dos agentes do Estado que se perdiam em promiscuidades com suas amantes, com as dívidas e com o sadismo diante dos adversários. A pergunta do jovem revolucionário: “Seria que os senhores do governo esperavam uma revolução com distribuição de bombons?” dá uma boa medida da prévia aceitação do caráter violento da participação política, defendida no discurso revolucionário de 1938.

Outras máximas do pensamento revolucionário são colocadas por Fournier: na revolução o “tempo é fator que não perdoa revolucionários, mormente o chefe. Ele age inexoravelmente, desde o instante do desencadeamento até sua fase final, e, antes, no preparo

⁶⁵² O Estatuto da AIB não deixa dúvidas a esse respeito: Art 7º - É proibido sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar os atos do Chefe Nacional; Art 8º - É vetado aos integralista interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício da sua função, assim como dar opiniões sem haver para isso a necessária solicitação; Art 9º - Para os integralista a figura do Chefe é intangível.

psicológico do elemento de ação, não desculpando delongas e protelações. Revolução é oportunidade, sua chefia o senso da mesma”. Tal afirmação é fácil de ser contextualizada historicamente e seria de estranhar que Fournier desconhecesse as fragilidades de 1935 no Brasil em contraponto à bem sucedida revolução de Lênin na Rússia.

Posteriormente, encontramos a reflexão de que:

As revoluções só vingam quando apoiadas numa força qualquer (povo, forças armadas, classe organizada), porém não basta preparar essa força para fazer o movimento ou combatê-lo. Nesse ponto aparece com grande destaque o fator época, e sua deflagração deve obedecer a uma causa de ordem geral, isto é, um motivo nacional, que lhe prepare o deflagrar num meio já apto a recebê-lo e a propagá-lo.⁶⁵³

O entendimento do contexto histórico brasileiro, como propenso às experiências revolucionárias, pode ser entendido como extensão do discurso revolucionário dos tenentes na década de 1920 e da Internacional Comunista, quando articulou o retorno de Prestes ao Brasil. Nos dois discursos existe a *certeza histórica* da oportunidade da revolução desejada, assim como a mesma justificativa da derrota: não houve equívoco na análise da oportunidade histórica, mas falhas de ordem individual; não foi o processo revolucionário quem perdeu seu rumo, mas seu ímpeto foi travado pela fraqueza do fator subjetivo das revoluções...

Esta é a impressão de Fournier, quando argumentou sobre as defecções de última hora dos notórios integralistas General Newton Cavalcanti, os comandantes de Marinha Cockrane e Faria, assim como o Capitão Palma do Exército:

Cada dia que mais se aproximava da definição do caso geral, mais se afastavam os homens do cumprimento do dever assumido. Começavam as evasivas, as dubiedades, as protelações, os deslizamentos na palavra comprometida, as dificuldades de toda a sorte (...) O mais estranho, o mais inexplicável, o mais incompreensível, era que esses homens, em 1 ou 2 horas de entendimento, passavam por inúmeras mutações de espírito e de atitudes, encarnando várias personalidades, umas após as outras, deixando-nos no espírito a incompreensão, a confusão (...) O mais interessante é que esses homens não se desligaram do movimento, ficaram até o fim; não para se reabilitarem, mas para completarem a série de vergonheiras e acabarem por defender-se no ambiente de desmoralização que criaram por suas mãos.⁶⁵⁴

A indignação de Fournier talvez tivesse sido maior se soubesse do grande estrago que a delação do ex-aliado de Flores da Cunha, o Coronel Pequeno, ocasionou na articulação política e militar de um novo levante após aquele do 11 de maio. Segundo o delator, mesmo depois da Prisão de Valdomiro Valverde e Severo Fournier, a conspiração não cessou e planejava-se uma grande investida contra a vida de Getúlio Vargas e Góes Monteiro, entre os

⁶⁵³ FOURNIER, S. *plano de revolta*, em NASSER, *op cit*, p. 53.

⁶⁵⁴ *Idem*, *Os Pusilânimes*, p. 73-74.

meses de outubro e novembro de 1938, contando com forças federais no Rio Grande do Sul e mais uma articulação de integralistas e agentes nazistas instalados no país.⁶⁵⁵

A delação, a apreensão das armas escondidas, o isolamento dos conspiradores de 1938 na ilha de Fernando de Noronha, a prisão dos demais que ainda estavam livres e o acompanhamento de cada passo dado pelos articuladores em Buenos Aires, Montevideu e na Europa, tornou os planos de levante revolucionário, nos anos 1939 e 1940, cada vez mais inviáveis. Nem por isso o discurso revolucionário deixou de circular entre os grupos opositores ao Estado Novo, conforme se verifica nessa passagem de uma correspondência de Flores da Cunha aos seus correligionários no Rio Grande do Sul:

Tenho para mim que iniciado um movimento pelas liberdades públicas, e pelo restabelecimento das garantias legais, ninguém terá força capaz de o deter ou subjugar. (...) Conservo em meu poder um mapa ou relação dos elementos civis, de quase todas as regiões do estado com quem podemos contar. São homens decididos e prestigiados, que só esperam uma palavra de aviso para saírem a campo e pôr-se em armas. Muitos deles ou já serviram comigo ou já combateram contra mim, em anteriores campanhas. Hoje, porém, acham-se irmanados e desejosos de, juntos, se baterem pela causa da liberdade, sempre tão cara à vocação e aos sentimentos dos rio-grandenses.⁶⁵⁶

O discurso de levante armado contra o Estado Novo não se converteu em ação política para além das confabulações dos conspiradores e das medidas preventivas e repressivas do governo, mostrando o quanto se esgotara em sua capacidade de sujeição e mobilização massiva. No Brasil, assim como já ocorrera no Uruguai desde 1938, foi o discurso de participação política partidário-eleitoral que conseguiu catalisar as forças opositoras liberais contra os regimes centralizadores e autoritários. No caso brasileiro, houve o interregno da experiência autoritária do Estado Novo que os uruguaios desconhecera no seu contexto nacional, o que levou o sistema de partidos políticos do Brasil a experimentarem o colapso total, voltando a surgir a partir de 1944 com novas bases sociais e programas perpassados pelo liberalismo – já não mais o liberalismo individualista e centrado nas regras eleitorais dos anos 1920-1930, mas associado ao ideal de bem-estar social e à forte presença do Estado como agente definidor das políticas públicas e da estrutura econômica nacional.

⁶⁵⁵ Informação obtida por um espião de nome Stemmer, a serviço de Batista Lusardo, que conseguiu infiltrar-se entre os integralistas gaúchos sob chefia de Contreiras. Carta de Batista Lusardo a Getúlio Vargas, em 04 de outubro de 1938, CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, doc nº 38.10.04. Essa suspeita tornou-se mais acentuada um ano depois, quando Lindolfo Collor foi a Berlim buscar apoio à revolução brasileira e circulava informações de que Flores e a oposição liberal à Getúlio estavam articulando um golpe militar com o General Dutra à frente, em substituição ao presidente civil. (BELLITANI, *op cit*, p. 93-95)

⁶⁵⁶ Carta de Flores da Cunha a um conterrâneo, 24 de fevereiro de 1940, NUPERGS-UFRGS, Arquivo Flores da Cunha.

5. Declínio do discurso revolucionário marxista

A constituição de 1937 foi pródiga nas cláusulas preventivas de qualquer movimento de contestação radical da ordem vigente. Ainda no seu preâmbulo, a Carta do Estado Novo justificava seus dispositivos repressivos e a enorme concentração de poder nas mãos do Presidente, advertindo que atendia “às legítimas aspirações da nação brasileira à paz política e social”, perturbadas pelos “dissídios partidários”, que a propaganda ideológica procurava transformar em luta de classes, assim como atendia ao “estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente”.

Deve-se lembrar que se chegou ao limite de prever a pena de morte aos revolucionários, conforme explicita o artigo 122, nº 13, no qual se lê:

(...) Além dos casos previstos na legislação militar para o tempo de guerra, a lei poderá prescrever a pena de morte para os seguintes crimes:

(...)

b) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito à sua soberania;

(...)

d) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição;

e) tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da ditadura de uma classe social;

A engenharia dos artigos constitucionais voltados para a repressão e prevenção de qualquer contestação mais séria à ordem vigente foi muito detalhada. A greve foi declarada recurso “anti-social, nocivo ao capital e ao trabalho e incompatível com os superiores interesses da economia nacional” (Art 139). As reuniões a céu aberto somente ocorreriam se as autoridades julgassem não se tratar de evento perigoso à segurança pública (Art 122, nº10). Foi garantida a liberdade de expressão “dentro dos limites da lei”, mas foi concedida ao Estado a prerrogativa da censura prévia para garantir a “paz, a ordem e a segurança pública”, assim como exercer ação judicial contra os proprietários dos meios de comunicação que não poderiam ser estrangeiros (Art 122, nº 15).

Cabia ao Presidente julgar a pertinência do Estado de Emergência⁶⁵⁷, sem prévio consentimento do Congresso ou do Poder Judiciário, e somente depois prestar contas do que fez aos parlamentares. Se o congresso não concordasse com as medidas adotadas no “estado de emergência”, poderia ser dissolvido pelo presidente que convocaria novas eleições (art 166 e 167). Os funcionários públicos, civis ou militares, em exercício ou reformados, perderiam suas

⁶⁵⁷ “Art 166 - Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existências de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do País, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência”.

patentes em virtude de delitos cometidos contra as instituições do Estado (Art 172) e os parlamentares a sua imunidade se envolvidos em conspiração (Art 169).

Como desfecho da “constituição-Decreto”, concedeu-se ao poder executivo sessenta dias para excluir do serviço ativo todos os descontentes ou discordantes do novo regime, dando-lhes a compensação da aposentadoria ou da reforma. Além disso, com a decretação do Estado de Emergência concomitante com a vigência da Constituição, o governo estava livre para utilizar todos os instrumentos repressivos e preventivos que a nova Lei máxima legitimava, até que fosse feito o plebiscito de confirmação da Carta e do governo presidencial de Getúlio Vargas. O prometido plebiscito foi oportunamente esquecido pelo governo federal...

Diferente do que ocorria no Uruguai, que nos anos de 1938 e 1939 passava pelo processo de contestação dos dispositivos jurídicos e institucionais criados pelos aliados de Gabriel Terra para monopolizarem o poder, no Brasil aprofundava-se vertiginosamente o emprego dos recursos jurídicos e policiais para excluir da arena política tanto os enunciadores do discurso partidário-eleitoral (no arcabouço da ideologia liberal) quanto aqueles filiados à formação discursiva revolucionária, em especial os discursos vinculados ao marxismo-leninismo.

O Brasil da segunda metade da década de 1930 e primeira metade da década de 1940 tornou-se terreno árido para aquela geração de *revolucionários* que entendiam a participação política da forma mais radical, ou seja, como engajamento total, até as últimas conseqüências, pela prerrogativa de interferir na história e nela deixar a marca individual. Por mais de duas décadas, revolucionários como Apolônio de Carvalho⁶⁵⁸ não encontrariam espaço para realizarem-se como atores políticos, na medida que se sublimavam os discursos revolucionários em favor dos discursos de união nacional na guerra contra fascismo ou pelos discursos liberais, defensores do Estado de bem-estar-social.

Os antecedentes desse período de esvaziamento do discurso revolucionário não devem ser creditados somente à política de repressão e de campanha ideológica bem sucedida de Getúlio Vargas e de parcela da cúpula das forças armadas, unidos em torno do golpe de novembro de 1937. É importante destacar que foi o próprio discurso da revolução marxista-leninista que acabou minimizando as possibilidades concretas de uma revolução de grande amplitude no Brasil.

Essa fragilidade, que acabou voltando-se contra os militantes mais determinados, pode ser observada na interdiscursividade estabelecida com as duas *revoluções* liberais que antecederam 1935. Os conspiradores da década de 1920 que estiveram presentes em 1930 e

⁶⁵⁸ Cadete da Escola Militar do Realengo ao lado de Alberto Bolmícar Besouchet (fuzilado durante a guerra civil espanhola) e do historiador marxista Nelson Werneck Sodré, Apolônio participou da ANL, aderiu ao levante de 1935, foi preso, fugiu e foi lutar ao lado dos comunistas na guerra civil espanhola e, depois dela, foi membro da resistência francesa, retornou ao Brasil e, vinte anos depois, participou da guerrilha contra o regime militar de 1964.

1932, em especial aqueles associados ao grupo denominado de *tenentes*, assim como o expressivo grupo de militares que se mostraram receptivos aos chamados da luta armada e à militância no interior da ANL, foram *assujeitados* no discurso revolucionário comunista como *pequeno burgueses oportunistas, traidores do proletariado, demagogos, inimigos da IC e de sua seção no Brasil* – o PCB.

Criou-se, no discurso revolucionário comunista, uma alteridade radical entre os “legítimos” e “exclusivos” representantes do proletariado e camponeses (o PCB) e todos os demais setores sociais que, de alguma maneira diferente ou próxima da solução insurrecional, procuravam atender às expectativas dos setores sociais de menor renda e explorados pela elite política/econômica do Brasil. O próprio Prestes encarregou-se, nos anos compreendidos entre 1931 e 1934, de disseminar o discurso sectário contra os “intelectuais pequeno-burgueses” que erradamente tentaram unir-se a ele (Prestes) para a organização da luta armada contra os “traidores” de 1930, por meio da Liga de Ação Revolucionária (LAR), pois o proletariado necessitava “de um partido genuinamente de classe, livre de qualquer interferência pequeno burguesa”. O ex-integrante da Coluna, muito provavelmente orientado pelos chefes da IC em Montevideú, declarou: “como revolucionário e marxista, reconheço perfeitamente justa e necessária, no atual momento histórico brasileiro, a atividade do Partido Comunista de combate franco e aberto contra mim, como chefe pequeno burguês, tanto mais perigoso quanto mais revolucionária é a fraseologia que emprego e maior o prestígio do meu nome no país.”⁶⁵⁹

Na mesma confissão de culpa e de acusação aos poucos amigos que ainda se aliaram a ele no projeto da LAR, Prestes termina sua carta-confissão com a repetição mecânica do discurso da IC:

É necessário dizer que a luta de classes é essencialmente internacional. Que contra a burguesia internacionalmente unida somente o proletariado internacional será capaz de lutar eficientemente. O partido indiscutível do proletariado, que já dirige uma grande fração do proletariado e constrói o socialismo com êxito, que é construído na URSS, é a Internacional Comunista, cuja a Seção no Brasil é o Partido Comunista do Brasil. (...) fora do partido, toda a crítica à sua direção é uma crítica ao partido, e hoje, combater ao Partido Comunista é aliar-se à burguesia, aos imperialistas, e, portanto, trair a causa do proletariado.⁶⁶⁰

Em 1934, apenas um ano antes que Prestes e a IC investissem na união do PCB com os “intelectuais e pequeno-burgueses” da ANL, Prestes, Carlos de Lacerda e Sinani (Skalov) – Chefe do Secretariado para a América Latina, da IC – escreveram um relatório analisando o contexto revolucionário brasileiro, classificando a revolução de 1932 e seus protagonistas. Para os analistas, “as causas da luta são relativamente fáceis de compreender. Os burgueses e

⁶⁵⁹ Carta de Luis Carlos Prestes a um companheiro de Pernambuco, 02-03-1931, divulgada pelo BSA. Transcrição em ZIMBARG, *op cit*, p. 68-69.

⁶⁶⁰ *Ibid.*.

senhores de terras, e, por trás deles, o interesse do capital financeiro imperialista inglês ou americano, lutam pela hegemonia política do Brasil.” Mais a frente, acrescentam que havia entre os revolucionários de 1932 a descrença na capacidade do proletariado de conduzir a revolução e que os pequeno-burgueses facilmente traíam os propósitos revolucionários, como demonstraram os exemplos históricos da China e do México, sem esquecer a traição dos revolucionários da Coluna em 1930.⁶⁶¹

Prestes acrescenta ao texto analítico uma dura crítica a Miguel Costa, Cabanas, Pedro Mota Lima, trotskistas, socialistas e “sindicalistas amarelos” que teriam promovido a adesão popular à revolta de 1932, mas que tal fato deveria ser interpretado como uma oportunidade de aprendizado, para compreender como a burguesia conseguia sensibilizar o proletariado e, futuramente, adotar medidas que neutralizassem esse risco contra a revolução socialista e contra a URSS.⁶⁶² Percebe-se, portanto, que um ano antes da ANL e da política de aliança do PCB com os “pequeno-burgueses revolucionários” já havia a idéia central de *instrumentalizar* aliados oportunos e depois descartá-los por não traduzirem a legítima revolução proletária e camponesa.

Esse oportunismo, que dez anos depois Prestes utilizará como argumento de acusação aos chefes do PCB e como causa do fracasso de novembro de 1935, não foi o único obstáculo que desgastou o discurso revolucionário dos comunistas. Estranhamente, a revolta paulista de 1932 contribuiu para o restabelecimento da disciplina militar entre as duas forças em conflito. Diferente do que ocorrera em 1930, quando as tropas foram comandadas por tenentes e capitães, em 1932 o comando obedeceu o princípio básico da hierarquia e da disciplina para a condução das forças em conflito. Os generais e coronéis comandantes das forças federais e paulistas aproveitaram os esforços de combate para restabelecer a hierarquia subvertida nos dois anos anteriores e iniciaram um processo de “limpeza” do Exército, excluindo os militares mais suscetíveis à política partidária e inaugurando conflitos abertos com os políticos que pretendiam utilizar a indisciplina militar como instrumento de manobra, a exemplo do que ocorreu nos choques entre Góes Monteiro com Miguel Costa e com Pedro Ernesto.⁶⁶³

Havia, ainda, a possibilidade de estabelecer a interdiscursividade com o discurso revolucionário liberal, liderado por Flores da Cunha e mais alguns ex-tenentes, mas a parceria estabelecida entre estes e os integralistas, com o conseqüente golpe frustrado de 11 de maio de 1938, afastou qualquer possibilidade da aproximação, sobretudo naquele momento em que o

⁶⁶¹ Arquivo do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), São Paulo, ASMOB, cx70.03.200,1/030, PRESTES, L.C.; LACERDA, F; SINANI. *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e antiimperialista*, 1934.

⁶⁶² *Ibid.*

⁶⁶³ CARONE, E. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991, p. 89.

grande foco do PCB era reiniciar a campanha antifascista como conceito central do discurso comunista.

O que restou aos comunistas como estratégia política, depois do abandono do discurso revolucionário, foram medidas pragmáticas articuladas debaixo da expressão *união nacional*. A idéia central dessa estratégia era a aproximação com a burguesia liberal, mas os contornos dessa aproximação foram diferentes, conforme se alterava a conjuntura internacional. Inicialmente veio a defesa do pan-americanismo e da doutrina Monroe, como forma de combate ao fascismo em expansão; com o pacto germano-soviético, os americanos passaram a representar os imperialistas que queriam arrastar o Brasil para a guerra, o que inaugurou o emblema *anti-guerra* a partir de agosto de 1939; quando a Alemanha invadiu a URSS, em junho de 1941, a guerra deixou de ser o conflito antiimperialista para se tornar no confronto do bem (os aliados) contra o mal (os países do eixo) e os comunistas aproveitaram o momento de comoção nacional diante do afundamento dos navios brasileiros para unirem-se incondicionalmente ao governo estadonovista; o discurso de *união nacional* culminou com o final da II Guerra, a redemocratização do Brasil, a legalidade do Partido e a defesa de Vargas (*queremismo*), com a posterior adoção de medidas direitistas – inclusive de campanhas contra as greves – que resultaram na defecção de diversas lideranças históricas do comunismo brasileiro.

O detalhamento dessas alterações do discurso comunista escapa aos limites dessa tese, mas cumpre destacar que no Brasil, assim como no Uruguai, o contexto internacional foi elemento essencial de definição dos discursos sobre a participação política, contribuindo para a identificação dos inimigos a serem combatidos e dos emblemas a serem utilizados para a mobilização de amplos setores sociais em adesão ou contestação das políticas nacionais desenvolvidas nesse período, de tal maneira que a incorporação do *internacionalismo*, que até então era marca definidora dos comunistas, passou a constituir parte integrante dos discursos de grupos com as mais variadas feições ideológicas.

A gravitação cada vez mais evidente dos comunistas em torno da política externa da URSS, forçando guinadas no discurso identificador das forças aliadas e opositoras,⁶⁶⁴ acrescido do fato de toda a cúpula do PCB ter sido encarcerada entre os anos de 1940 e 1941, fez com que os núcleos nacionais do PCB (na Bahia e em Goiás) não tivessem a organização e a dimensão necessárias para a difusão de um discurso sobre participação política homogêneo e sintonizado

⁶⁶⁴ Houve momentos que os comunistas do PCB passaram a defender Hitler (sem constrangimentos, como disse Prestes a um jornalista em novembro de 1941, da mesma maneira que naquele momento dizia ser Hitler o maior inimigo da humanidade, pois trava-se de pura “dialética”) e até colaboraram com jornais financiados pela Alemanha Nazista (como foi o caso de Jorge Amado e Samuel Wainer), sem esquecer da campanha violenta contra a Finlândia que nada mais fazia do que resistir à invasão soviética, potência que, segundo nossos comunistas, queria “libertar” os finlandeses do jugo imperialista e capitalista... Ver mais em Dulles, *op cit*, p. 199-200 e Zimbar, *op cit*, p. 162-163.

com o contexto nacional, restando aos ex-aliancistas e aos comunistas exilados em Montevideu e Buenos Aires, unidos a Rodolfo Ghioldi (libertado em 1940) e Vitório Codovilla, emitirem as diretrizes sobre quais conceitos centrais deveria ter o discurso comunista brasileiro.

Buenos Aires voltara a ser o centro irradiador da IC, depois que o Uruguai rompeu relações diplomáticas com a URSS e alinhou sua política anticomunista com o Brasil. A capacidade de mobilização do PC da Argentina não era desprezível, como se pôde verificar na recepção de Ghioldi em Buenos Aires, em novembro de 1940, quando milhares de pessoas foram encontrar com o comunista argentino recém liberto dos cárceres de Getúlio Vargas. Ghioldi, Codovilla e o grupo de brasileiros que diziam representar a ANL no exterior⁶⁶⁵ tornaram-se o único foco realmente combativo contra o Estado Novo e provocaram constrangimentos à política externa do Uruguai quando incitaram manifestações contra o regime político brasileiro nas ruas de Montevideu,⁶⁶⁶ ao longo dos anos de 1940 e 1941.

Já tivemos a oportunidade de ver que no Uruguai os discursos revolucionários filiados à corrente ideológica liberal ou marxista não tinham a circulação nem o efeito de sujeição necessários para a mobilização armada. Acrescente-se que desde dezembro de 1937 e ao longo do ano de 1938 as diplomacias do Brasil e do Uruguai trocaram diversas notas e envidaram todo o esforço para que os dois países aprovassem definitivamente o protocolo adicional ao tratado de extradição de 22 de agosto de 1934, ratificado o inciso II, de tal maneira que os governos dos dois países fossem obrigados a entregar o exilado político se ele cometesse crime no país de origem, desde que esse crime fosse previsto na legislação dos dois países.⁶⁶⁷

As Leis criadas durante o governo de Baldomir, sob o pretexto da II Guerra, visando evitar e reprimir qualquer organização que protagonizasse manifestações públicas (Decreto de 05 de setembro de 1939) ou publicações na mídia que pregassem valores ou atos contrários ao regime democrático e republicano ou contra a soberania nacional (Decretos de 27 e 28 de janeiro de 1942), inviabilizaram a circulação de discursos revolucionários ou a articulação de

⁶⁶⁵ Havia um racha entre os exilados políticos que participaram da ANL. De um lado, encontravam-se o Major Alcedo Cavalcanti, Paulo Machado Carrion, Dinarte da Silveira, Carlos Brunswick, Celso Tovar Bicudo de Castro e Eliezer Magalhães; do outro, Roberto Sisson, Tomas Pompeu Accioly Borges, Pedro Mota Lima, Jose Gay da Cunha e Carlos da Costa Leite. Este último, junto com sua esposa Rosa Meirelles, tornaram sua casa em Buenos Aires no grande centro de reuniões e aglutinação entre os aliancistas, comunistas e os liberais associados a Armando de Salles Oliveira e seu cunhado Júlio de Mesquita Filho.

⁶⁶⁶ John, W. F. DULLES, *op cit*, p. 222-223, transcreveu extratos da correspondência para Getúlio Vargas onde consta que “a imprensa comunista de Buenos Aires e Montevideu continuava a atacar violentamente o governo brasileiro. Quanto à polícia de Montevideu, nada fazia para impedir as ‘desbragadas’ transmissões da Rádio Fênix, dirigidas para o Rio Grande do Sul”. Houve, mesmo, um debate jornalístico entre a imprensa brasileira controlada pelo DIP e a imprensa de Montevideu que acusava a ingerência da diplomacia brasileira na liberdade de imprensa vigente no Uruguai.

⁶⁶⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, Delegações Brasileiras, Montevideu, Ofícios, Of n° 11 de 05 de fevereiro de 1938, no qual pede esclarecimentos ao Rio de Janeiro sobre melhor tática para o encaminhamento do Protocolo Adicional; Notas n° 2 de 08 de janeiro de 1938 e n° 15, de 03 de fevereiro de 1938, da Embaixada brasileira para o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, sobre a aprovação do protocolo.

conspirações contra os países vizinhos, fazendo com que o Uruguai deixasse de ser o tradicional porto dos enunciadores de discursos revolucionários de qualquer filiação ideológica (liberal, marxista ou fascista) contra os países vizinhos.

Exemplar dessa tendência foi a Lei nº 9.936, de 18 de junho de 1940, que considerou associações ilícitas aquelas que eram contrárias ao sistema de governo democrático-republicano; as de caráter político ou social que estivessem submetidas a uma pessoa ou poder estrangeiro, ou de qualquer entidade estranha ao país; as que estavam constituídas no Uruguai com a finalidade de ação no exterior e aquelas que tenham sinais, uniformes, símbolos ou saudações que as singularizem como partidos, tendências ou entidades políticas estrangeiras. Nos demais artigos, estabeleceu-se a pena de dois anos aos infratores e proibiu-se a circulação de textos, imagens ou emissões de rádio com propaganda política de ideologias anti-democráticas, bem como a existência de escolas estrangeiras no sistema de ensino nacional.⁶⁶⁸

Em setembro do mesmo ano, o Presidente da República decretou nova legislação repressiva às organizações “anti-democráticas”, com o seguinte preâmbulo:

Considerando que el enjuiciamiento recientemente decretado por el juzgado de instrucción de 1.er turno contra ocho de los sindicatos como agentes en el país de propaganda y de acción política extranjeras, lesivas a las instituciones públicas y del pleno dominio de la soberanía nacional, refuerzan la creencia de que dentro de fronteras existen por lo menos los gérmenes de un malestar que de extenderse conspiraría contra el orden republicano y chocaría contra los sentimientos patrióticos del pueblo (...)

Depois de acrescentar outras considerações sobre os compromissos assumidos pelo Uruguai com os demais países latino-americanos em relação ao combate à expansão das ideologias anti-democráticas, o Presidente decretou que a força policial do país, as forças armadas e todos os cidadãos deveriam manter constante vigilância aos indivíduos, grupos de indivíduos ou organizações “que por la propaganda o por la acción se constituyen em instrumentos de planes que puedan poner em peligro la soberania, las instituciones o el orden público nacionales.”⁶⁶⁹

O Decreto presidencial fez uma detalhada exposição dos acordos internacionais celebrados entre países latino americanos contra as organizações “anti-democráticas”, demonstrando que a iniciativa de Baldomir não era algo que ocorria isoladamente, mas atendia à tendência de aproximação aos aliados da Guerra Mundial e, conseqüentemente, aos Estados Unidos, grande propagador do discurso democrático naquele período da II Guerra Mundial. Tratavam-se das cláusulas XXVII e XXVIII da 8ª Conferência Internacional de Lima (dezembro

⁶⁶⁸ REGISTRO NACIONAL DE LEYES Y DECRETOS, ano de 1940, p. 363-367.

⁶⁶⁹ REGISTRO NACIONAL DE LEYES Y DECRETOS, Decreto da Presidência da República, “Se conciertan disposiciones para impedir actos que pongan en peligro la soberania nacional” de 25 de setembro de 1940, p. 724-726.

de 1938), onde se propunha que os residentes estrangeiros não podiam reivindicar a condição de minoria política ou exercerem direito político próprio de seus países de origem. Igualmente, a cláusula XII da Reunião Consultiva do Panamá (outubro de 1939) recomendava o empenho dos países latino-americanos em extirpar as doutrinas ou propagandas que punham em risco o ideal comum de democracia dos países latino-americanos. Finalmente, as resoluções VI e VII da Reunião Consultiva de Havana (julho de 1940) onde se sugere que os governos adotassem medidas para prevenir e reprimir atividades instigadas por indivíduos ou governos estrangeiros “que tendam a subverter as instituições nacionais ou fomentar desordens na vida política interna”.

Percebe-se que as restrições ao direito de reunião e expressão, tão caro à cultura política do Uruguai daquele período, tinham seu foco direcionado para o conflito europeu e seus possíveis efeitos sobre a estabilidade interna do país, em especial naquele momento (1940) quando não se podia projetar a vitória das forças aliadas sobre os países do eixo e havia grande polêmica junto à opinião pública sobre a possível infiltração de agentes fascistas nos países do Prata. Contudo, tratava-se de uma legislação dúbia, pois, sem nenhuma dificuldade, qualquer periódico, passeata, greve, reunião ou organização sindical que assumisse o discurso da democracia contra o fascismo em relação aos países vizinhos ou aos grupos políticos internos do Uruguai (classificados como fascistas), poderiam ser enquadrados pelos decretos.

Essa foi a impressão de importantes setores políticos, inclusive aliados do governo, que pressionaram por uma explicação governamental sobre os verdadeiros propósitos da legislação restritiva de 1939 (cerceamento do direito de reunião). A resposta do governo veio com um novo Decreto Presidencial, de 6 de dezembro de 1940, cujo preâmbulo esclarece que devido às interpretações ocorridas em relação ao Artigo 3º do Decreto de 5 de setembro de 1939, que proibia manifestações em lugares públicos sem explicar quais seriam os motivos restritivos para as mesmas, cumpria informar:

Aclara-se el artículo 3º de la resolución precitada de 5 de setiembre de 1939, en el sentido que la prohibición de manifestaciones en lugares públicos, sólo procede en cuanto esas manifestaciones tiendan a ocuparse de los sucesos o debates relacionados con la actual contienda europea, debiendo subsistir por lo demás los requisitos y reglamentaciones establecidos en la legislación vigente.⁶⁷⁰

Não se deve esquecer que nos anos 1940 e 1941 havia grande debate público sobre a reforma da Constituição de 1934 e que o governo patrocinava ampla mobilização popular para reforçar sua posição reformista, o que tornava a legislação de 1939 um empecilho. Além disso, deve-se levar em conta que os principais enunciadores dos discursos revolucionários no Uruguai, os da tendência marxista, sobretudo os comunistas, estavam em processo de aproximação com o

⁶⁷⁰ REGISTRO NACIONAL DE LEYES Y DECRETOS, ano de 1940, p. 971-972.

governo de Baldomir, quer por fatores internacionais em virtude da opção do governo uruguaio pelos contendores aliados (entre eles a URSS), quer por fatores de ordem interna, vislumbrando o crescente antagonismo entre os colorados de Baldomir e os nacionais de Herrera, o que implicava, segundo o discurso dos comunistas, luta de Baldomir contra os “quinta-colunistas” instalados no Uruguai.⁶⁷¹

Em função do clima de policiamento coletivo vigente no Uruguai contra manifestações que afetassem outros países, Buenos Aires tornou-se o pólo de concentração dos exilados políticos brasileiros, que em virtude da exaustão das conspirações que se arrastavam por anos sem perspectivas de sucesso, adotaram a postura de *união nacional* contra os países fascistas e prontificaram-se a voltar para o Brasil para lutar ao lado do governo de Getúlio Vargas, conforme destacam em seu manifesto redigido na cidade de Rivera, fronteira do Brasil com o Uruguai, onde estavam prestes a entregarem-se à polícia:

Brasileiros, bem brasileiros, irreconciliáveis inimigos do eixo, do fascismo e de suas quintas colunas, solidários com o pensamento unitário de nosso povo, não poderíamos de maneira alguma abrir mão do nosso dever e direito de regressar ao Brasil, nesse momento, a fim de acompanhar o governo na defesa da unidade, do progresso e da liberdade da nossa pátria e da América. Assim, voltamos, hoje, 9 de setembro, ao seio do povo brasileiro que conclamamos, mais veemente que nunca a conciliar, a se unir e se organizar incondicionalmente sob o comando do Presidente Getúlio Vargas, contra o inimigo comum do Brasil, da América, das Nações Unidas, da humanidade (...) VIVA GETÚLIO VARGAS!⁶⁷²

O abandono do discurso revolucionário contra Getúlio Vargas é gritante e tinha em conta alguns aspectos da conjuntura nacional: em 4 de julho de 1942, uma manifestação de estudantes da UNE contra o fascismo foi duramente reprimida pelos policiais de Filinto Müller, que via nisso uma forma dissimulada de combater o regime brasileiro (pensamento compartilhado pela elite militar brasileira). Contudo, as pressões internacionais norte-americanas e o já materializado afastamento do governo brasileiro dos países do eixo, bem como a necessidade de demonstrar que Vargas não patrocinava uma versão fascista de governo na América do Sul, fez com que Filinto Müller fosse demitido e com ele outros notórios simpatizantes do fascismo europeu como Lourival Fontes do DIP e o Ministro da Justiça, Francisco Campos. Com o afundamento dos navios brasileiros em agosto de 1942 e o sentimento de comoção nacional disseminado pela imprensa, os exilados julgaram oportuno o regresso e voltaram ao Brasil Roberto Sisson, Carlos da Costa Leite, Antonio Tourinho, José Gay da Cunha, Ivan Pedro de Martins, Brasil Gerson, Rosa Meireles, Mary Mercio Martins, Carlos

⁶⁷¹ Entre 1939 e 1941, o PCU manterá posição de neutralidade, assim como o governo de Baldomir. Com a invasão da URSS pela Alemanha em agosto de 1941, o PCU defenderá abertamente a posição pró-aliada de Baldomir, o serviço militar obrigatório, o rearmamento das forças armadas uruguaias e o rompimento do governo com os herreristas. Ver mais em FREGA; MARONNA; TROCHON, *Baldomir y la restauración democrática* (1938-1946). Montevideu: UROU, 1987, p. 32-33.

⁶⁷² In ZIMBARG, *op cit*, p. 178

França, José Homem Correia de Sá, David Caspitano, José Andrade e Armando Cunha, os quais foram presos e encaminhados ao presídio de Ilha Grande.⁶⁷³

Não está nos limites desta tese a análise da reorganização do PCB, suas dissidências e expurgos realizados a partir de 1943. Entretanto, para demonstrar a exaustão do discurso revolucionário contra Getúlio Vargas, basta mencionar alguns fatos, bastante conhecidos da historiografia, sobre a aproximação que o grupo “Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)” do PCB, com a liderança de Luis Carlos Prestes, realizou com o governo de Getúlio Vargas, forçando a conseqüente exclusão de importantes líderes revolucionários do seu quadro de militantes, por serem contrários a essa linha política (a *linha justa*, como definia Prestes).

Entre março e junho de 1944, Prestes posicionou-se a favor dos militantes que compunham a CNOP e convergiu com o que haviam deliberado na *Conferência da Mantiqueira* (agosto de 1943) que, em linhas gerais, era a defesa da aproximação “incondicional” a Getúlio Vargas contra o fascismo, a ampla campanha pró-anistia, trabalho junto aos setores sindicais (mesmo sendo subordinados ao governo) e defesa da militância partidária, ainda que na ilegalidade.

A partir do início do ano seguinte, após o congresso dos escritores (janeiro de 1945), Vargas passou a adotar medidas que esgotavam o Estado Novo, como a extinção, na prática, da lei de imprensa (fevereiro de 1945), autorizou a emenda constitucional que viabilizava as eleições parlamentares e presidenciais (28 de fevereiro de 1945), substituiu o temido chefe de polícia Coriolano Góes (que em 1944 havia promovido agitada repressão aos democratas e comunistas) por João Alberto, consentiu que os comunistas criassem o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)⁶⁷⁴ e, em 18 de abril de 1945, anistiou 148 presos políticos.

Aos simpatizantes do comunismo e seus militantes não alinhados à Prestes restou migrar para outras organizações ou cair no ostracismo. Paulo Emílio Sales Gomes ainda tentou organizar um grupo radical marxista em São Paulo (União Democrática Socialista) que não teve mais do que três meses de duração. A maioria dos militantes marxistas que não permaneceram no PCB preferiu entrar na Esquerda Democrática, fundada no Rio de Janeiro em agosto de 1945, tendo entre seus membros importantes nomes da década de 1930 como João Mangabeira, Domingos Velasco, Herculino Cascardo, Juraci Magalhães, Eliézer Magalhães e Hermes Lima.

A Esquerda Democrática acabou aliando-se à União Democrática Nacional (UDN) em uma campanha pró Eduardo Gomes e anti-Vargas. Mais dramático foi o expurgo de conceituados e dedicados revolucionários da década de 1930 pela nova Direção do PCB. Silo

⁶⁷³ *Idem*, p. 178.

⁶⁷⁴ Que alinhou-se com a política sindical do governo, visando ganhar espaço político entre os sindicatos sem criar problemas ao governo federal.

Meirelles e Carlos da Costa Leite quando tentaram reerguer o PCB visando sua provável e futura situação de legalidade, mas adotando postura crítica ao líder do Estado totalitário brasileiro, foram banidos e receberam a alcunha de “pequenos burgueses traidores” e “liquidacionistas”⁶⁷⁵, alcunha esta que os acompanhou por toda a vida e não tiveram outra alternativa a não ser aceitar a oportunidade de retornar ao Exército, onde permaneceram marginalizados. Os tenentes revolucionários da década de 1920 e seus seguidores, que militaram na ANL ou no PCB, na década de 1930, foram, em sua maioria, relegados à condição de “renegados”: Miguel Costa, Herculino Cascardo, Maurício de Lacerda, Moreira Lima, Mauricio de Medeiros, Amoreti Osório, Hermes Lima, Alcedo Cavalcanti, Leônidas de Resende, Newton Estilac Leal, Juarez Távora, Eduardo Gómez, Nelson de Melo, Nelson Cordeiro de Farias e Alcides Etchgoyen foram todos negados no discurso comunista pós-1945 como autênticos revolucionários.⁶⁷⁶

A cúpula do partido comunista de 1935, Antonio Maciel Bonfim, Lauro Reginaldo da Rocha, Honório de Freitas Guimarães e Elias Reinaldo da Silva foi banida do PCB e responsabilizados totalmente pelo fracasso revolucionário de 1935. Prestes, quando se dirigiu ao novo Comitê Nacional, em 1945, criticou duramente o partido que sobreviveu ao 1935, denominando-o de “pequeno partido, pouco ligado às massas, infiltrado de ideologias estranhas” e que utilizava os mais falsos métodos de organização”, sendo incapaz de resistir à brutalidade da reação.⁶⁷⁷ Para a nova liderança do PCB, nos anos 1940, os líderes que tentaram manter em pé a organização do Partido, durante o Estado Novo, eram um grupo de pequeno burgueses que haviam se apoderado dos postos de responsabilidade, dando entrada franca aos trotskistas e fracionistas. O esforço de ostracismo contra aqueles líderes assujeitados pelo discurso revolucionário vigente nos anos 1930 e que imaginavam estar agindo como atores do processo histórico cientificamente previsto pelo marxismo, foi mesmo eficiente: morreram obscurecidos na memória dos militantes comunista e sem o reconhecimento dos seus camaradas que lideraram o PCB pós-1945.

⁶⁷⁵ Segundo o discurso da elite dirigente do PCB, após 1945, Silo Meirelles e Fernando Lacerda eram os dois grandes chefes do grupo “liquidacionista” do PCB, ou seja, desejavam a extinção do Partido em benefício de uma ampla frente marxista subordinada à pequena burguesia, que nada mais faria do que subordinar-se aos interesses imperialistas dos norte-americanos.

⁶⁷⁶ O Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04-09-1945, publicou “nota a pedido” cujo título é “Os comunistas, subordinados à disciplina partidária, já não reagem como brasileiros e, sim, como russos”, na qual denuncia o afastamento de “legítimos revolucionários comunistas”. A nota tinha o nítido propósito de fragilizar a imagem do PCB, mostrando suas divisões internas.

⁶⁷⁷ Em DULLES, *op cit*, p. 277.

CONCLUSÃO

Partindo da questão central que era analisar ocorreu a formulação e a difusão dos conceitos de participação política nos discursos oposicionistas, diante da fragilização das instituições liberais no Uruguai e no Brasil, ao longo da década de 1930, a presente tese demonstrou que a defesa das participações partidário-eleitoral e revolucionária teve forte presença nos discursos dos partidos de oposição. Foi igualmente demonstrado que as duas formações discursivas (partidário-eleitoral e revolucionária) foram difundidas tendo por referência duas correntes ideológicas preponderantes, a liberal e a marxista.

Por meio da retrospectiva histórica da formação dos sistemas de partidos dos dois países e de suas manifestações de massa, assim como da consolidação das suas regras eleitorais, mostrou-se que o Uruguai aprofundou a participação política partidário-eleitoral mais precocemente e com mais fidelidade aos princípios democráticos da representatividade e legitimidade do que seu vizinho, o Brasil.

A participação política foi mais representativa na medida que os partidos uruguaios protagonizaram o debate e a mobilização massiva de cidadãos em torno de programas reformistas inovadores para a época; que tiveram seus candidatos aos cargos públicos amplamente confirmados por eleições constantes e que tais partidos procuraram incorporar, já nos primeiros anos da década de 1910, as reivindicações dos grupos sociais de menor status como os trabalhadores de baixa renda, os jovens e as mulheres. Foi mais legítima na medida que as regras eleitorais foram mais atentas ao problema da fraude e da representação proporcional, bem como sua aplicação e fiscalização ocorreram por uma justiça eleitoral mais independente se comparada com o que ocorria no Brasil, no mesmo período. Não por acaso, como foi demonstrado, a Lei Eleitoral uruguaia de 1924 foi a referência adotada pelos legisladores brasileiros de 1932, quando criaram um código que procurava atender à demanda por maior transparência e fidedignidade dos pleitos eleitorais.

Contudo, à medida que se investigou a crise do sistema de partidos dos dois países, ao longo da década de 1930, demonstrou-se que a alternativa centralizadora e com viés autoritário predominou sobre o discurso partidário-eleitoral de feição predominantemente liberal, ao tempo que favoreceu a expansão dos discursos revolucionários tanto de base liberal quanto aqueles filiados à ideologia marxista-leninista. No mesmo período, a fragilização dos partidos oposicionistas diante da centralização política e administrativa, além de suscitar as propostas radicais de alteração da ordem institucional, destacou a estratégia aliancista como alternativa pacífica para a mobilização popular em torno de um consenso mínimo entre as forças oposicionistas aos governos de Getúlio Vargas ou Gabriel Terra.

A análise comparativa por contraste dos dois contextos nacionais demonstrou os limites e as possibilidades desses discursos alternativos de participação política. No que se refere aos discursos oposicionistas dos liberais brasileiros e uruguaios, pode-se sintetizar a seguinte comparação:

TABELA Nº 5 Quadro comparativo entre as oposições liberais do Brasil e Uruguai

CONTEXTO CARACTERÍSTICA	OPOSIÇÃO LIBERAL NO BRASIL	OPOSIÇÃO LIBERAL NO URUGUAI
a. Organização partidária	Partidos regionais, altamente fragmentados em nível nacional; dependentes das políticas econômicas federais e com autonomia política estadual; fraca presença junto aos setores populares; mudaram menos em função das regras eleitorais; grande aumento do número de partidos depois de 1933.	Partidos de abrangência nacional; fortemente dependentes da estrutura do Estado; atuação em todos os setores sociais; organização variável segundo as regras eleitorais; alto fracionamento e composição de frações dentro dos lemas; estabilidade no número de partidos.
b. Posicionamento diante da participação política partidário-eleitoral	Defesa do voto secreto, com justiça eleitoral autônoma e restrição às mulheres; defesa do pluripartidarismo representativo dos estados; propunham a participação política indireta e formal, restrita às eleições; filiação de militantes na base de interesses e valores regionais.	Defesa do voto secreto, com justiça eleitoral autônoma e restrição às mulheres; lutas em torno das definições da combinação de partidos no interior dos lemas; reserva de eleitores relativamente estável; incentivavam a participação política dos militantes para além das eleições em torno de questões nacionais.
c. Posicionamento diante dos regimes autoritários	Defesa da autonomia estadual; táticas cambiantes de adesão e afastamento com os setores centralizadores;	Defesa da participação das minorias (<i>coparticipación</i>); luta contra a manipulação das regras eleitorais como

	ausência de um discurso homogêneo e permanente em defesa do liberalismo político e econômico; inicialmente (1930), apoiaram a ditadura como instrumento de saneamento político.	estratégia de centralização política; homogeneidade dos discursos em defesa do liberalismo político; defesa do abstencionismo eleitoral como tática política. Intransigentes acusadores da ditadura.
d. Posicionamento diante do aliancismo	Preferência por frentes únicas entre setores oposicionistas regionais; resistência às alianças com setores marxistas; opção pelos blocos parlamentares de oposição.	Alta resistência à união com setores marxistas; formação de frentes políticas somente para objetivos imediatos e circunstanciais; opção pelos blocos parlamentares de oposição.
e. Padrão de militância política	Ênfase na atuação parlamentar; pouca expressão nos movimentos sindicais; baixa atuação em manifestações populares massivas; forte atuação conspiratória; pequeno investimento nos comícios.	Ênfase na atuação parlamentar; pouca expressão nos movimentos sindicais; alta frequência de manifestações populares massivas; forte atuação da imprensa engajada; alto investimento nos comícios.

Partindo-se da tabela acima, percebe-se que a fragmentação interna dos partidos (ou lemas) e suas práticas oportunistas de arranjo partidário e eleitoral (letra “a”) foram experiências comuns nos dois casos e serviu de argumento aos grupos situacionistas (sobretudo no Brasil) para a campanha de desprestígio contra os adeptos do liberalismo político. Contudo, as táticas de militância no Uruguai (letra “b”, “e”) investiram mais fortemente na mobilização de correligionários e simpatizantes nos comícios, passeatas e campanhas jornalísticas e, ainda que não contassem com forte presença nos sindicatos, conseguiram manter uma constante campanha de mobilização contra os partidos situacionistas, liderados pelos colorados de Gabriel Terra e nacionalistas de Herrera. Além disso, a tradição de eleições constantes e relativamente honestas, assim como a existência de filiações históricas aos dois grandes lemas partidários, permitiu aos oposicionistas uruguaios restringir as iniciativas autoritárias do governo central,

contornar a censura, impor recuos como os verificados no governo de Baldomir e, finalmente, retornar a plena vigência do liberalismo político em torno de dois grandes lemas históricos. Cabe a ressalva que o alargamento do universo de eleitores, com a inclusão das mulheres, foi tema controverso nos discursos liberais oposicionistas dos dois países.

A suspensão definitiva dos efeitos da Constituição liberal de 1934 e o colapso do sistema de partidos no Brasil, em 1937, não tiveram equivalência no caso uruguaio. Inicialmente porque o discurso liberal de participação política partidário-eleitoral, entre os brasileiros, não contou com uma tática de mobilização e engajamento de amplos setores sociais e não teve o pressuposto da tradição de partidos e de eleições frequentes como no Uruguai.

Mas não foram somente essas as dificuldades dos brasileiros em comparação aos oposicionistas uruguaios. A radicalização entre oposição e situação no Uruguai, onde o governo de Gabriel Terra e seus aliados conduziram a estratégia de exclusão dos partidos opositores das funções e cargos de governo, criou um ambiente hermético que potencializou o discurso oposicionista contra as iniciativas autoritárias e centralizadoras (letra “c”). O mesmo não ocorreu no Brasil onde o governo central conduziu a estratégia bem sucedida de cooptação dos setores oposicionistas, enfraquecendo suas alianças e pulverizando seus discursos anti-autoritários, provocando o silêncio, quando não o consentimento explícito, diante da restrição das liberdades e direitos individuais ou coletivos por Decretos de “Estados de Guerra”, interferência na justiça, manipulação das forças armadas e cerceamento da atuação parlamentar.

Foi comum aos dois casos a opção por blocos parlamentares oposicionistas e a resistência à colaboração com forças inclinadas ao marxismo (fidelidade ao modelo liberal) mas tiveram diferentes posturas em relação a formação de frentes políticas (letra “d”). No Uruguai, a tradição de um lema não unir-se a outro foi rompida por herreristas, terristas e riveristas, mas não encontrou equivalência entre batllistas, nacionalistas independentes, socialistas e comunistas que só conseguiram unir forças em projetos limitados como a marcha cívica de julho de 1938 e o Congresso das Democracias em 1939. Já os brasileiros conseguiram articular frentes únicas bem sucedidas nos seus esforços oposicionistas, notoriamente nos casos de São Paulo e Rio Grande do Sul, embora tenham sido esforços que não impediram a derrocada do sistema de partidos em 1937.

Quanto ao discurso partidário-eleitoral dos partidos marxistas nos dois países, deve-se considerar que a condição de ilegalidade do PCB, a fragilidade organizacional dos socialistas e a inexistência de frações marxistas constituídas no interior dos partidos tradicionais, no contexto brasileiro, fez com que houvesse grande diferença em relação aos discursos dos partidos uruguaios, conforme se verifica na tabela abaixo.

TABELA Nº 6 : Quadro comparativo entre a oposição marxista do Brasil e Uruguai

CONTEXTO CARACTERÍSTICA	OPOSIÇÃO MARXISTA NO BRASIL	OPOSIÇÃO MARXISTA NO URUGUAI
a. Organização partidária	Com raros momentos de legalidade, desenvolveram suas estruturas para a atuação na clandestinidade; dificuldade de comunicação e coordenação interna; forte fracionamento interno e disputa entre lideranças; foram praticamente dizimados, durante o regime autoritário do Estado Novo; opção por células comunistas nos sindicatos e quartéis.	Atuaram preponderantemente na legalidade, voltando sua estrutura para uma dupla tarefa: participação partidário-eleitoral e mobilização de setores populares; forte fracionamento interno e disputa entre lideranças; mantiveram-se atuantes durante o regime autoritário; alta fragmentação com muitas organizações marxistas com mesmo potencial eleitoral.
b. Posicionamento em relação à participação política partidário-eleitoral	Até 1944, radicalmente contrários às instituições liberais de representação política; defendiam o conceito de “centralismo democrático” dos comunistas soviéticos; os socialistas defendiam a atuação parlamentar; dividiram-se em relação ao apoio aos candidatos presidenciais de 1937.	Socialistas defenderam o abstencionismo eleitoral como forma de protesto; os comunistas insistiram na participação partidário-eleitoral; ambos posicionaram-se favoráveis à existência institucional dentro do quadro de partidos políticos; todas as frações marxistas eram contrárias à legislação eleitoral vigente (prejuízo eleitoral das minorias).
c. posicionamento em relação aos regimes autoritários	Interpretação do stalinismo soviético como expressão máxima da democracia; buscavam o regime de partido único como expressão da hegemonia do proletariado; total intransigência com os regimes	Total intolerância com os regimes fascistas; embora simpatizassem com o regime da URSS não defendiam a “democracia” stalinista como modelo para o Uruguai;

	de inspiração fascista; os socialistas eram contrários a todo regime totalitário; setores do PCB migraram para a política de “união nacional” com o Estado Novo.	socialistas antagônicos ao regime totalitário comunista; frações marxistas dos partidos tradicionais com plataformas democráticas anti-totalitárias.
d. Posicionamento em relação ao aliancismo	Tentaram instrumentalizar a ANL pretendendo utilizá-la como meio de mobilização popular antes da tomada do poder pela violência; a ANL foi a irradiadora da plataforma social do PCB (reforma agrária, melhor distribuição da riqueza nacional, aperfeiçoamento das leis trabalhistas), mas não sua extensão política (estratégia de tomada do poder); remanescentes do tenentismo defenderam a união com pecebistas e socialistas.	Socialistas e comunistas perseguiram a construção de alianças com os partidos liberais opositores, mas em lados opostos, como rivais e sem êxito; não conseguiram promover a mobilização popular alcançada pela ANL no Brasil; forte campanha anti-fascista e antiimperialista e adoção de passeatas e congressos como instrumento de união das oposições; sofreram forte impacto com a guerra civil espanhola.
e. As formas de militância partidária.	Militância clandestina, com forte acento nos preparativos revolucionários e na infiltração nos sindicatos e quartéis; grande envolvimento pessoal e emocional com a causa partidária; fraca presença entre camponeses; ação panfletária, grevista, conspirativa e aguerrida luta contra a AIB.	Militância no interior de organizações inseridas nas instituições partidárias e eleitorais; forte acento na imprensa de combate, nas passeatas e nas greves políticas; pequena inserção entre camponeses; forte atuação das mulheres e da juventude em organizações extra-partidárias;

O aliancismo foi a estratégia política que visava aproximar partidos liberais e marxistas contra regimes autoritários de inspiração fascista (ou apenas simpáticos aqueles regimes), bem como fragilizar o capitalismo internacional. Contudo, entre os liberais havia a resistência de estarem unidos às organizações marxistas e de estarem a serviço da estratégia defendida pelo comunismo internacional e isso fez com que os liberais dos dois países mantivessem reservas às “frentes populares”. Mas no Brasil havia o discurso revolucionário

alimentado pelos remanescentes do tenentismo, com forte teor de nacionalismo econômico, que facilitou a entrada de muitos líderes contestadores da década de 1920 para a ANL, cuja ênfase recaía no anti-imperialismo. Além disso, deve-se considerar que os partidos uruguaios haviam conseguido melhores resultados que os congêneres brasileiros na tarefa de canalizar e conduzir até as esferas de decisão do Estado as pressões e demandas sociais mais urgentes, criando essa diferença significativa dos dois contextos nacionais nas décadas de 1920 e 1930, que foi um Brasil com clima social e político potencialmente explosivo e, portanto, favorável à ANL suprapartidária e um Uruguai administrado por seu sistema de partidos.

Essa diferença foi importante na repercussão do discurso aliancista, suscitando uma ANL com considerável repercussão popular e tendência revolucionária – mas sem o apoio da maioria dos partidos liberais de cada estado - enquanto os partidos oposicionista uruguaios marxistas não foram além de alguns eventos como a grande passeata de julho de 1938 e os dois congressos “da democracia” (um nacional e outro internacional), inspirados mais na mobilização antifascista do que na oposição ao governo de Terra, que já havia terminado.

As temáticas centrais que serviram às organizações partidárias marxistas foi o anti-imperialismo no Brasil e o anti-fascismo no Uruguai, suscitando campanhas de engajamento popular alimentadas pelos discursos de alianças das forças democráticas contra os regimes autoritários e administrativamente centralizadores. No contexto brasileiro, havia o integralismo (AIB) com clara inspiração fascista, contra o qual os aliancistas da ANL e os comunistas não pouparam energias nem oportunidades de combate. Mas, independente de alguns comandantes militares e chefes civis de governo simpatizarem com os regimes italiano e alemão, não havia vínculos formais entre integralistas e o governo de Vargas que, naquele momento: 1) procurava conciliar prerrogativas de governo de exceção – por meio da Lei de Segurança Nacional de abril de 1935 - com o liberalismo político desenhado na Constituição de 1934; 2) alinhava a convivência com eleições independentes sob nova regulamentação e 3) buscava neutralizar a ascendência das antigas elites regionais que haviam retornado do exílio e organizavam um bloco parlamentar de oposição.

Outra era a realidade dos oposicionistas uruguaios, que estavam debatendo-se contra as leis de censura do governo de Terra e Herrera e procuravam explorar todas as medidas de exceção como argumentos que vinculavam o governo uruguaio com os regimes autoritários que ascendiam na Europa. A luta contra a ditadura de Terra e a grande repercussão da guerra civil espanhola entre os uruguaios reforçavam o tom anti-fascista do discurso dos socialistas e comunistas uruguaios, com uma diferença que não pode ser desprezada em relação ao Brasil: os adeptos da frente popular no Uruguai, coerentemente com as diretrizes do VII congresso ou com a tendência internacional das oposições marxistas, pregavam a contemporização política,

enquanto que no Brasil o PCB tentava instrumentalizar a ANL para fins revolucionários. Se a revolução dos remanescentes do tenentismo, em alguns conceitos, convergia com a revolução dos comunistas, como foi demonstrado, isso não foi suficiente para manter a unidade de ação e de pensamento entre líderes como Herculino Cascardo e Luis Carlos Prestes que, a partir de julho de 1935, passaram a protagonizar Alianças Nacionais Libertadoras com diferentes propósitos e discursos.

Paradoxalmente, à medida que os comunistas brasileiros afastavam-se das diretrizes gerais da IC, mais os revolucionários remanescentes da década de 1920 aproximavam-se do discurso defensor das frentes populares, à semelhança do que ocorria no Uruguai. O desfecho frustrado das frentes populares em um e outro contexto nacional não deve ser entendido como a extinção do discurso aliancista e dos seus efeitos sobre a conjuntura política. A mobilização popular anti-fascista, o nacionalismo econômico extremado do discurso antiimperialista e a forte pressão pela ampliação das leis trabalhistas tornaram-se questões políticas de relevo que Baldomir herdou do governo de Terra e acabou aprofundando na suas políticas social, pró-aliados e de abertura democrática.

Getúlio Vargas, em sentido oposto, explorou ao máximo o teor conspiratório que os comunistas tentaram emprestar a ANL e concretizaram com o levante de 1935 e, sobre as ruínas da Constituição liberal de 1934 e diante da fragilidade do sistema de partidos brasileiro, conseguiu unir, em torno de si, lideranças políticas regionais que se associaram na exploração do aparato estatal brasileiro. O discurso aliancista retornaria com grande vitalidade na década de 1940, mas não contra o ditador do Estado Novo, mas a favor deste, em nome de uma “unidade nacional” pelas liberdades democráticas e como estratégia política para tirar proveito do aparato burocrático do Estado e conseguir a legalização do PCB.

O quadro de legalidade das organizações marxistas em um país e de ilegalidade em outro foi diferença decisiva para a organização partidária (letra “a”) mas não fator exclusivo. A opção preferencial dos marxistas brasileiros pela via revolucionária e sua intransigência com as instituições liberais de participação política (letra “b”), assim como a tendência ao monopólio da representação pelo partido único e à adoção do centralismo democrático stalinista como parâmetro de atuação partidária (letra “c”) conduziram os pecebistas ao afastamento radical em relação à fórmula partidária-eleitoral de participação política. Em contraste, os marxistas uruguaios – embora não houvesse convergência dos discursos acerca do centralismo democrático stalinista – avançaram no terreno da *coparticipación*, ou seja, na presença de minorias partidárias no sistema partidário-eleitoral atuando como grupos de pressão sobre as decisões das autoridades governamentais.

Ao final do ciclo de crise do liberalismo político, quais foram as permanências e as rupturas do discurso de participação política partidário-eleitoral? No Uruguai, a Lei de Lemas de 1939 deu um importante passo para o retorno da primazia dos dois grandes lemas e da alternativa da *coparticipación política* para as minorias partidárias, ao tempo que alijava do terreno político a possibilidade concreta das frentes populares. A definição do sujeito militante como eleitor disputado por sub-lemas voltou a ter relevo na medida que a tática abstencionista desvanecia-se e os discursos mais radicais antitotalitários mudavam seu foco da política interna para o contexto internacional. No Brasil, igualmente, o retorno da participação política partidário-eleitoral tendia a concentrar um grande número de eleitores em torno de grandes partidos nacionais (PSD, PTB, UDN) tendo como coadjuvantes outros partidos minoritários que dependiam da política de aliança para projetarem seus candidatos ao parlamento e aos cargos de governo. Além disso, outra grande convergência pôde ser observada na preponderância do Estado como ator político a definir as condições jurídicas e organizacionais da participação política partidário-eleitoral, tal como foi observado no “golpe Bueno” de Baldomir em 1942 ou nas medidas normativas democratizantes do Estado Novo em 1945, que culminou com a interferência dos militares em outubro deste mesmo ano (outro *golpe bueno?*).

No que tange à eficácia da ação oposicionista aos governos autoritários, dentro de um quadro partidário-eleitoral, os marxistas e os liberais uruguaios mantiveram a opinião pública mobilizada contra as medidas centralizadoras de excludentes das minorias, valendo-se das possibilidades disponibilizadas no sistema político. Sem contar com a mesma estrutura partidário-eleitoral dos uruguaios, os marxistas e liberais brasileiros tiveram discursos mutuamente excludentes em relação às estratégias a adotar frente à tendência centralizadora do governo varguista e não conseguiram evitar a crescente centralização política e a mobilização da opinião pública a favor do governo central.

No Brasil e no Uruguai, a crise dos partidos e do discurso partidário-eleitoral frente aos governos autoritários e centralizadores seguiram o ciclo de depressão e ressurgimento no intervalo de 10 a 15 anos, nos quais o contexto internacional teve grande influência. Igualmente o ciclo de ascensão e declínio do discurso revolucionário esteve comprimido no espaço de tempo de 15 anos, perdendo força diante da preponderância da democracia representativa e das medidas institucionais para a resolução dos conflitos sociais e políticos.

Esse ciclo do discurso revolucionário esteve afetado por diferentes fatores, de acordo com a corrente ideológica a que estava filiado. O discurso revolucionário liberal, no contexto dos dois países, pode ser sintetizado da seguinte maneira:

TABELA Nº 7 : Quadro comparativo entre a oposição revolucionária liberal

CONTEXTO CARACTERÍSTICA	LIBERAIS REVOLUCIONÁRIOS BRASILEIROS	LIBERAIS REVOLUCIONÁRIOS URUGUAIOS
a. Opção pela violência política.	Optaram por essa alternativa em 1930 e voltaram a ela em 1932 e 1938; mantiveram constantes conspirações com fins revolucionários; estavam mais disponíveis ao emprego da força militar como instrumento de participação política.	Procuravam não retroceder a esse método, largamente utilizado até os primeiros anos da década de 1910; divisões internas entre os nacionais (tradicionalmente adeptos do levante armado) fragilizaram o discurso revolucionário da oposição liberal; empregaram limitadamente essa modalidade de participação política em 1935.
b. Tolerância com os regimes de exceção.	Toleravam o governo forte, desde que não fosse comprometida a autonomia estadual; contrários ao grande partido nacional que resultasse de ações revolucionárias; posturas vacilantes e oportunistas diante dos golpes de 1930 e 1937.	Os partidos oposicionistas combateram qualquer regime de exceção; toleraram as medidas excepcionais contra os herreristas em 1942, visando o retorno do modelo liberal partidário anterior a 1933.
c. Posicionamento em relação à participação política partidário-eleitoral.	Defesa do sistema partidário-eleitoral de feição regional; não defendiam o retorno da política partidário-eleitoral anterior a 1930; defendiam nova constituição e a plena vigência constitucional, como garantia do sistema político liberal.	Procuravam retornar à tradição liberal partidário-eleitoral anterior ao golpe de 1933; defendiam alterações constitucionais ou uma nova constituição, como garantia do sistema político liberal; utilizaram a tática do abstencionismo eleitoral.
d. Esfera de mobilização militar e popular	Essencialmente regional e circunscrita aos estados da federação contra o governo	Mobilização mais ativa no interior do país; fraco apoio da polícia e das forças armadas; em

	federal; forte atuação sobre as forças públicas estaduais e forças armadas; alta mobilização popular para a luta e em 1932; boas oportunidades de arregimentação de efetivos e recursos em armas.	1935 defenderam a mobilização popular como componente da luta revolucionária, mas não conseguiram essa mobilização; baixo poder de combate, pequenos efetivos e escassos armamentos.
--	---	--

Observa-se que os liberais brasileiros difundiram o discurso revolucionário de maneira mais constante e recorreram às armas com mais frequência, quando comparados com os liberais uruguaios. Já foi mostrado que os primeiros anos da década de 1910 foram importantes para a definição do sistema de partidos uruguaios e que a disposição dos nacionais para a luta armada contra os colorados arrefeceu significativamente, sobretudo depois da derrota militar de 1904 e da vitória eleitoral de 1916. Esse precedente conduziu os liberais uruguaios para uma atuação mais dedicada aos pleitos eleitorais e a atuação parlamentar, assim como a busca de maior presença no Conselho Nacional de Administração (*coparticipación política*).

Os liberais brasileiros seguiram, de certa forma, caminho oposto, pois os partidos minoritários tiveram suas expectativas de reforma política adiadas indefinidamente pelo governo “provisório” de Vargas, enquanto os partidos majoritários dos estados tiveram suas bases partidárias e eleitorais comprometidas pelo discurso reformador mais radical, depois de 1930. Essa conjuntura de conflito latente prolongou-se como questão não resolvida na guerra civil de 1932 e nas conspirações dos anos seguintes, tendo seu momento derradeiro no conflito armado de maio de 1938. Neste sentido, o ano 1904 uruaio equivale ao 1932 do Brasil, pois marcaram as duas últimas experiências revolucionárias de vulto, das forças regionais liberais contra os governos centrais. Se em 1936 e 1937 Flores da Cunha foi o grande conspirador contra a tendência autoritária e centralizadora do governo federal e se em 1938 houve, ainda, empreendimento armado contra o governo de Getúlio Vargas, deve-se reconhecer que foram as últimas manifestações dessa natureza e que foram superadas nos primeiros anos da década de 1940 pelo discurso de participação política partidário-eleitoral.

Deve-se acrescentar que o engajamento de amplos setores sociais ao discurso “revolucionário” dos paulistas em 1932 não equivaleu em conteúdo ou proposta às transformações radicais a que normalmente dedicam-se as revoluções, mas – como foi demonstrado – tinha forte viés conservador e tradicional, aproximando-se mais das prédicas de engajamento espontâneo em função de um liberalismo difuso do que no engajamento radical do indivíduo pela causa revolucionária, tal como se verificou nos militantes marxistas-leninistas,

neste mesmo período. Tratava-se, portanto, do deslizamento de sentido do vocábulo *revolução*, como foi destacado no corpo desta tese, de tal maneira que seu emprego serviu para definir o conjunto de projetos e ações de grupos reformistas (em especial os remanescentes do *tenentismo* unidos a chefes militares e políticos situacionistas), grupos conservadores (como os paulistas de 1932) ou grupo completamente heterogêneo como foi aquele dedicado a combater o Estado Novo (levantes de 1938 e conspirações nos anos seguintes até 1942) compondo membros da ANL, integralistas, comunistas, políticos liberais e militares reformista.

Sem contar com o mesmo apoio da polícia e das forças armadas, os opositoristas uruguaios não tiveram terreno propício aos levantamentos armados, apesar de manterem maior nível de intolerância com o regime terrista do que os brasileiros em relação ao governo de Vargas. Além disso, a falta do apoio massivo da opinião pública e o fraco vínculo com as organizações populares (notoriamente os sindicatos) fizeram com que os revolucionários liberais uruguaios limitassem seus discursos entre aqueles que podiam ser úteis nas conspirações, financiando a compra de armamentos ou mobilizando grupos armados sob sua influência. A derrota de Basílio Muñoz, em janeiro de 1935, mostrou que esse apoio, efetivamente, não existia e que os partidos tradicionais opositoristas não estavam dispostos a retornar às práticas de pressão política pelas armas, à semelhança do que ocorrera antes de 1904.

As diferenças dos discursos revolucionários tornam-se mais significativas, nos dois contextos nacionais, quando se explora os grupos marxistas ou anarquistas e suas propostas revolucionárias. Verificou-se que no Uruguai a opção pela ação violenta só foi efetivamente realizada ao final da década de 1920 e primeiros anos de 1930, por grupos desarticulados politicamente, inspirados no anarquismo europeu e tendo forte vinculação com os anarquistas de Buenos Aires. Esses antecedentes, associados à condição de legalidade do Partido Comunista do Uruguai, desaconselhavam o discurso revolucionário, embora todos os grupos associados ao marxismo-leninismo ou de inspiração marxista não tenham abandonado completamente o projeto revolucionário como uma das etapas da transformação política do Uruguai.

As diferenças e aproximações mais significativas ficavam por conta das táticas escolhidas, conforme se observa no quadro abaixo.

TABELA Nº 8 : Quadro comparativo da oposição revolucionária marxista

CONTEXTO CARACTERÍSTICA	OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA – BRASIL	OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA - URUGUAI
a. Opção pela violência política.	Defesa da luta armada; as propostas táticas revolucionárias variaram muito: guerrilha rural, sabotagens, sublevação de quartéis ou <i>putsch</i> sobre o centro do poder; a ação violenta era associada à mobilização sindical e de organizações populares; os socialistas não defendiam a luta armada; os adeptos da IV Internacional igualmente defendiam a luta armada.	Ações de inspiração anarquista; apoio indireto e sigiloso às atividades revolucionárias da América Latina (BSA da IC); forte divisão interna do PCU quanto à pertinência da ação revolucionária no Uruguai. Grupos marxistas entre nacionais e colorados eram agressivos no discurso, mas não protagonizaram lutas armadas, preferindo ação parlamentar e pressão popular (opinião pública).
b. Tolerância com os regimes de exceção.	Intolerância aos regimes totalitários fascistas; defesa da ditadura do PC no Brasil, após o Governo Nacional Popular Revolucionário (alicerçado na ANL); freqüentes mudanças de estratégias frente ao regime do Estado Novo; abandono do discurso revolucionário como condição da união com Getúlio Vargas após junho de 1944.	Intolerância aos regimes totalitários fascistas; não defendiam abertamente o fim do regime democrático e a implantação de uma ditadura conduzida pelo PC; a ditadura revolucionária da ideologia marxista foi apropriada em escala etapista pelos grupos mais radicais dos colorados e nacionais.
c. Posicionamento em relação à participação política partidário-eleitoral.	Defendiam a extinção completa das instituições democráticas liberais, ao fim do processo revolucionário; não adotaram estratégia etapista com a previsão da plena vigência dos partidos e das eleições antes do Estado Socialista.	Defendiam o voto e a participação política partidária-eleitoral como veículo de mobilização popular; não propuseram a total extinção dos partidos liberais ou das regras partidárias e eleitorais liberais; os socialistas e o grupo <i>Avanzar</i>

	Estado Socialista.	praticaram o abstencionismo;
d. Esfera de mobilização militar e popular	Centrados nos quartéis e sindicatos; Grande dificuldade de estender o discurso revolucionário para os camponeses; ação aliancista bem sucedida, ainda que de curta duração; organização na base de células; forte dependência em relação ao aparato militar dos quartéis; não conseguiram associar levante armado e mobilização popular; forte vínculo político com Buenos Aires e Montevideú.	Centrados nos sindicatos e na atuação parlamentar; grande dificuldade na articulação do aliancismo; pouca ênfase no ator social campesino; a infiltração nos quartéis foi incipiente; os grupos mais radicais dos colorados e nacionais defenderam a revolução de Basílio Muñoz, em 1935; forte campanha de mobilização em torno de Prestes e a Revolução brasileira.

Avaliando o quadro acima, percebe-se que a opção pela violência política foi muito divergente nos dois contextos, em boa medida pela interferência da Internacional Comunista na definição do discurso revolucionário dos comunistas brasileiros e na opção pela participação político-eleitoral entre os comunistas uruguaios. A situação concreta de legalidade ou ilegalidade partidária, igualmente, teve papel preponderante nas opções de ação política e nas definições dos sujeitos revolucionários entre os grupos marxistas dos dois países. Atuando na clandestinidade e alimentando um discurso radical de participação política, o PCB construiu, em seu discurso, um sujeito revolucionário avesso à democracia liberal, vocacionado à conspiração revolucionária, totalmente absorvido pela vida partidária, em uma entrega total que sobrepujaria vida pessoal e vida política, relações familiares e militância pela transformação violenta da sociedade.

Com perspectivas diferentes, os grupos marxistas uruguaios, inclusive os comunistas, tinham de trabalhar a competição política nos limites institucionais, onde o Partido Socialista, e os grupos de inspiração marxista dos lemas colorado e nacional disputavam igualmente o eleitorado e concorriam pela cooptação das organizações civis (sindicatos, clubes, associações estudantis ou femininas, etc.) o que conduziu para um discurso tolerante em relação às instituições liberais e a menor ênfase nos projetos de ação violenta para a extinção da ordenamento social capitalista no Uruguai. Nesse contexto e contando com boa inserção sindical, os comunistas uruguaios optaram pelas greves políticas, pelas passeatas, comícios e pela imprensa engajada, meios através dos quais proclamaram estratégias convergentes com os

congressos da Internacional Comunista de frentes populares e de apoio às experiências revolucionárias nos países vizinhos.

Sem a possibilidade de uma experiência revolucionária marxista-leninista ou anarquista no Uruguai, restou aos grupos de inspiração marxista conduzirem forte campanha de crítica aos governos autoritários da América Latina, sobretudo contra o governo totalitário de Getúlio Vargas e suas iniciativas de repressão ao comunismo. A interdiscursividade estabelecida entre os dois governos nacionais, unidos com o objetivo de combater grupos oposicionistas e conspiradores, equivaleu à interdiscursividade estabelecida entre os comunistas e socialistas brasileiros com os grupos marxistas no Uruguai. Temas e táticas comuns como a defesa da libertação de Prestes e Ghioldi, a mobilização a favor dos republicanos espanhóis, isso tudo associado ao discurso aliancista fez com que houvesse uma convergência de militantes marxistas na região do Prata, para onde se dirigiram importantes lideranças do Brasil, depois do levante comunista e da implantação do Estado Novo, fortalecendo manifestações coletivas como o Congresso das Democracias da América, celebrado em 1939 na cidade de Montevideu.

A escolha da ação política violenta e a tentativa mal-sucedida de instrumentalizar a ANL, como braço popular da revolução brasileira, criaram no discurso comunista a duplicidade de propósitos e ações, concentrando na cúpula partidária a prerrogativa da palavra autorizada em relação à luta armada, enquanto todos os demais militantes foram colocados na condição de executores impedidos da crítica, em benefício da disciplina. Quando essa visão mostrou seus limites, logo após a ilegalidade da ANL, buscou-se a formação de quadros mais atuantes e com maior iniciativa, sem o abandono da disciplina em relação à cúpula partidária, que deveria controlar todas as ações revolucionárias e seus preparativos. Igualmente essa disciplina foi desmentida pelos fatos, quando estourou o levante de 1935 nos estados do Nordeste, sem a coordenação e a direção dos chefes instalados no Rio de Janeiro.

A guinada à direita e o apoio ao governo de Vargas, que havia desmantelado o PCB e demais grupos marxistas do Brasil pela tortura, repressão, perseguição e exílio, na década de 1930 e primeiros anos de 1940 provocaram o rompimento de importantes lideranças revolucionárias com o PCB, dirigido por Luis Carlos Prestes. Já no Uruguai, a política internacional de Baldomir e o retorno dos parâmetros liberais de participação política, bem como o aprofundamento das leis sociais e trabalhistas nos anos seguintes, fizeram com que os discursos mais radicais difundidos por lideranças comunistas como Jose Lazarraga e Antonio Masias fossem superados pelo discurso de contemporização política defendido por Eugenio Gómez, bem como pelo Partido Socialista de Hemilio Frugoni, sem esquecer que o grupo batllista *Avanzar* amenizou seu discurso violento diante da conjuntura de união nacional dos colorados contra os herreristas.

Nas linhas finais dessa conclusão, é necessário destacar que a construção dos sujeitos da ação política (por meio dos discursos) depende igualmente de princípios universais e de interesses particulares. Essa duplicidade agrava-se na competição política, quando os políticos profissionais têm de arregimentar o maior número possível de seguidores e, para isso, têm de conciliar a universalidade dos princípios e a emergência dos interesses setoriais. Os discursos que atendessem somente ao idealismo dos princípios limitariam seu poder de mobilização e escravizariam os militantes ao dogmatismo; se, de outra forma, os discursos fossem meramente circunstanciais, sem metas ou projetos, desembocariam todos no oportunismo confuso e sem efeitos duradouros.

As táticas da ação política, normalmente, não se caracterizam por um desses extremos, mas oscilam em combinações que de uma maneira atendem parcialmente aos princípios superiores da política (por exemplo: proporcionar a todos os cidadãos as mesmas oportunidades) e, de outra maneira, atendem às pressões das forças econômicas e sociais de caráter particular. Essa dicotomia perpassou os discursos de inspiração marxista ou liberal e mostrou como regimes autoritários e administrativamente centralizadores ergueram-se sobre os escombros da democracia partidário-eleitoral, durante a década de 1930.

Os discursos contrários à democracia liberal tomavam como ponto de partida princípios superiores da ação política, para depois adequá-los aos seus projetos de poder. Desta forma, getulistas e terristas propunham melhor equacionar a luta de classes, pela diminuição das rivalidades partidárias e pela ascendência do Estado como mediador social; atendendo ao imperativo político da igualdade de oportunidades, os adeptos dos regimes autoritários preconizavam o maior acesso aos bens materiais ou a diminuição das desigualdades econômicas por meio da economia tecnicamente conduzida pelo Estado centralizador.

No contexto da década de 1930, os opositores brasileiros e uruguaios encontravam-se espremidos entre tais propostas de Estado intervencionista e centralizador, restando alternativas que punham de uma parte o liberalismo individualista e romântico e, de outra parte, as propostas de Estado monolítico, dirigido por partido único e de inspiração marxista. Restou, portanto, aos defensores da democracia partidário-eleitoral, a proposição de programas com maior apelo popular em seus conteúdos, mas elitista na maneira de conduzir a ação política, na medida que mantiveram o discurso de centralização das decisões na cúpula dos partidos e a atuação irresponsável do eleito, após o momento instantâneo das eleições.

A conseqüência dessa crise teve diferentes contornos no Uruguai, mostrando-se mais amena às instituições liberais de participação política. Mantendo o mesmo raciocínio desenvolvido até aqui, pode-se afirmar que as organizações opositoras uruguaias construíram discursos que mantiveram maior coerência entre os princípios superiores da participação política

partidário-eleitoral e os interesses particulares de cada fração oposicionista. Essa é a razão do discurso revolucionário ou extremista ter tido pouca expressão no seu efeito de sujeição, dirigindo-se, preferencialmente, para questões de ordem internacional.

Retornando à questão apresentada nas primeiras linhas desta tese, percebe-se que a temática escolhida não se afasta dos temas contemporâneos, ao contrário, é urgente compreender os limites da democracia partidário-eleitoral, as alternativas de ordem pacífica ou violenta que já foram propostas e experimentadas visando superar tais limites e, sobretudo, ultrapassar o artificialismo da mera participação política eleitoral, o pragmatismo inescrupuloso das organizações partidárias e a tentação de depositar nas mãos de governos despóticos o destino da República.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo de História Regional – Universidade de Passo Fundo (AHR-UPF);
 Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Montevidéu (AMRE-URU);
 Arquivo Histórico do Itamarati (AHI);
 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS);
 Arquivo Nacional (AN);
 Biblioteca Nacional, Montevidéu – Seção de periódicos;
 Biblioteca Solar dos Câmaras;
 Centro de documentação e memória (UNESP – CEDEM);
 Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação (FGV-CPDOC);
 Museu Hipólito da Costa – arquivo de periódicos (MHC);
 Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS-UFRGS);

FONTES DOCUMENTAIS

Anuário de Legislação Federal, 1930 – 1945, AHR-UPF;
 Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1936, v.2;
 Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, v.3;
 Arquivo Assis Brasil - NUPERGS-UFRGS;
 Arquivo do Ministério da Justiça e Negócios do Interior - AN
 Arquivo do Tribunal de Segurança Nacional – AN;
 Arquivo Flores da Cunha - NUPERGS-UFRGS;
 Arquivo Getúlio Vargas - FGV-CPDOC;
 Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro – CEDEM;
 Arquivo Pasta República- documentos do Rio e de diversas autoridades – AHRGS;
 Arquivo PCB – CEDEM;
 Arquivo Raul Pilla- NUPERGS-UFRGS;
 Arquivos de periódicos – CEDEM;
 Coletânea de Decretos-Lei do Estado Novo, AHR-UPF;
 Coletânea de documentos do PCB, 1935, reunidos em VIANNA, Marly.
 Constitución de la República Oriental del Uruguay – 1919
 Constitución de la República Oriental del Uruguay – 1934
 Constitución de la República Oriental del Uruguay - 1942
 Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil – 1934
 Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil – 1937
 correspondências recebidas do Rio de Janeiro, AMRE-URU;
 Delegações Brasileiras, Montevidéu, AHI;
 Fundo do Ministério da Justiça e Negócios do Interior – AN;
 Fundo Góes Monteiro – AN;
 Jornal A Classe Operária, 1930, 1935, 1936 AN/TSN;
 Jornal *Acción* – Montevidéu, anos 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1938, Biblioteca Nacional;
 Jornal *Avanzar*, Montevidéu, 1934, 1935, Biblioteca Nacional;
 Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, anos 1933, 1938, MHC
 Jornal Diário de Notícias – Porto Alegre, anos 1932, 1938, MHC;
 Jornal Diário Popular, São Paulo, 1932, FGV-CPDOC;
 Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1935, FGV-CPDOC;
 Jornal *El Debate*, Montevidéu, ano 1935, 1936, 1938, 1939, Biblioteca Nacional;

Jornal *El Dia*, Montevidéo, 1932, 1933, 1939, Biblioteca Nacional;
 Jornal *El Diário*, Montevidéo, 1934, 1935, 1936, Biblioteca Nacional;
 Jornal *El País*, Montevidéo, ano 1932, 1933, 1937, 1938, 1939, Biblioteca Nacional;
 Jornal *El Pueblo*, Montevidéo, ano 1934, 1937, 1938, Biblioteca Nacional;
 Jornal *El Sol*, Montevidéo, ano 1932, 1933, 1934, 1939, Biblioteca Nacional;
 Jornal Estado de São Paulo, ano 1932, UNESP – CEDEM;
 Jornal *Folha da Noite*, São Paulo, 1932, UNESP – CEDEM;
 Jornal *Justícia*, Montevidéo, 1932, 1933, 1935, 1936, 1938, 1939, Biblioteca Nacional;
 Jornal *La Mañana*, Montevidéo, 1935, 1936, 1939, Biblioteca Nacional;
 Jornal *La tribuna popular*, Montevidéo, 1932, 1935, Biblioteca Nacional;
 Jornal O Estado do Rio Grande – Porto Alegre, 1931, 1932, MHC;
 O Povo *Online*, 08 de janeiro de 2007, site: <http://www.opovo.com.br/politica/660611.html>.
 Lei Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, Arquivo NUPERGS, UFRGS;
 Manifesto de *A federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e seus fins*, NUPERGS-UFRGS;
 Manifesto do Comitê Executivo Da Federación Juvenil Comunista: *La juventud uruguaya a la conquista del porvenir* – los 5 puntos de Florida. Montevidéo, Arquivo da Biblioteca Nacional;
 Manifesto do Partido Comunista do Uruguai, *Por un Uruguay libre y feliz* – FRENTE POPULAR, Montevidéo, 1936, Biblioteca Nacional;
 processo contra Euclides Carneiro e outros – AN/TSN;
 Processo contra Hylcar Leite, volume 1, AN/TSN;
 Processo contra Taciano José Fernandes e outros – AN/TSN;
 Registro Nacional de Leyes y Decretos, Montevidéo, anos 1930-1942, MRE-URU;
 Revista *Cultura Política*, 1942-1945, BIBLIOTECA SOLAR DOS CÂMARAS;

RELATOS BIOGRÁFICOS

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Melso, 1962.
 BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República (1889-1930)*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976(a).
 BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976(b).
 BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
 CUESTA, Fernando O'Neill. *Anarquistas de acción en Montevideo (1927-1937)*. Montevidéo: Recortes, 1993.
 DE ALMEIDA, José Américo. *A palavra e o tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
 MARTINS, Ivan Pedro. *A flecha e o alvo*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
 NASSER, David. *A revolução dos covardes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1947.
 NEVES, João da Fontoura. *Memórias – a Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Globo, 1963.
 NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A guerra cívica – 1932*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. (b);
 NOGUEIRA FILHO, Paulo. *O Partido Democrático e a revolução de 30*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.
 SALLES OLIVEIRA, Armando de. *Jornada democrática*. (discursos políticos). Rio de Janeiro: José Olympio. 1937.
 TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1928.
 VARGAS, G. *Diários*. São Paulo : Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADIE, Washington R. *História Del Partido Nacional*. Montevidéo: EBOU, 1989.
- ABADIE, Washigton Reyes; ROMERO, Andrés Vásquez. *Crónica General del Uruguay*. 2 ed. Montevidéo: EBOU, 2001, v. 6.
- ABADIE, W. R.; MELOGNO, T. *Crónica general del Uruguay*. 2 ed. Montevidéo: EBOU, 2001, v. 7.
- ABREU, A.; BELOCH, I; LATTAMAN-VELTMAN, F; NIEMEYER, S. *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro após 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ALMOND, G. A. ; POWELL, G.B. *Política comparada*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- ALTMANN, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- APTER, E. David. *Modern political parties*. Chicago: University of Chicago press, 1965.
- ARENDDT, Hannah. *O que é política*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- ARON, Raymond. Los partidos múltiples y el partido monopólico. In *Cuadernos de Ciencia política – Partidos políticos 3 (tipos de partidos)*. Montevidéo, UROU – Instituto de Ciencia Política, 1992, p. 35-40.
- ASSIS BRASIL, J. F. de. *Democracia representaiva: do voto e do modo de votar*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- ASSIS BRASIL, J. F. de. *Atitude do partido Democrático Nacional na crise da renovação presidencial (1930-1934)* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- AZUA, Carlos Real de. El poder de la cúspide : Elites, Sectores Dirigentes y Clase Dominante. In *Cuadernos del Claeh*, Montevidéo, UROU, outubro de 1987, p. 47-56.
- BACHRACH, Peter. BOTWINICK, Aryeh. *Power and empowerment: a radical theory of participatory democracy*. Philadelphia: Temple University press, 1992.
- BAQUERO, Marcello. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In BAQUERO, Marcello (Org) *Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Centro Universitário La Salle, 1999, p. 15-30.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- BARBOSA, Rui. *Ditadura e República* . Rio de Janeiro: Guanabara, [s.d.].
- BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Battle, los estancieros y el imperio británico*, 2 ed. Montevidéo: EBOU, 3v. 1990.
- BARRETO, Álvaro, A. B. O código eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. Em *História em Revista*, Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, n.8, v.1, dezembro de 2002.

- BARROS, Mônica Siquiera Leite de. *As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1979.
- BARROS, Roque Spencer M. *Introdução à filosofia liberal*, São Paulo: USP, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt, *Em busca da política*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- BELLITANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BERTRAND Badie; HERMET, Guy. *Política comparada*, México: Fondo de Cultura económica, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *Estado governo e sociedade: por uma teoria geral da política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 24-26.
- BOEIRA, Nelson. O rio grande de Augusto Comte. In DACANAL, José Hildebrando. (Org.) *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980.
- BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas. 1996.
- BONINO, Luis Costa. *La crisis del sistema político uruguayo: partidos políticos y democracia hasta 1973*. Montevideú: Fundación de Cultura Universitaria, 1995.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*, São Paulo: USP, 1997.
- BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à análise do discurso*, 3 ed., Campinas: UNICAMP.
- BRASIL, Assis J. F. de Assis. *Do voto e da maneira de votar*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1931.
- BURKE, E. *Speech to the electors of Bristol*, Londres: 1899.
- CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo (1930-1933) – Tomos I e II*, Montevideú: EBOU, 1990.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ, Romeo. La partidocracia uruguaya. In *Cuadernos del claeH*. Montevideú, ano 12, n. 44, 1987, p. 37-61.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, Jose. Los partidos uruguayos y su historia (I) – el siglo XIX. In *Cuadernos de ciencia política*, Montevideú: Fundación de Cultura Universitária, 1990.
- CAETANO, G. ; GALLARDO, J.; RILLA, J. Izquierda y tradición: un problema y su versión en Uruguay. In *La izquierda uruguaya, tradición, innovación y política*. Montevideú: Trilce, 1995.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.
- CARRARO, André; FONSECA, Pedro C. D. *O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945)*, In http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/abphe_2003_53.pdf.
- CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo. In Soares, Ricardo et al. *Estado, participação política e democracia*, Brasília: CNPq/ANPOCS, 1985. (Ciências sociais hoje, nº 3).
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos nível estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-37)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL. 1982 (a).
- CARONE, E. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1982 (b).
- CARONE, E. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, v.2.
- CAVALARI, Rosa M. F. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas*. 2 ed. Brasília: UNB, 1985.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- COMITÊ EXECUTIVO DA FEDERACIÓN JUVENIL COMUNISTA *La juventud uruguaya a la conquista del porvenir – los 5 puntos de Florida*. Montevidéo: Arquivo da Biblioteca Nacional.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ-FGV, 1999.
- DE CARVALHO, J.M. Forças armadas e política (1930-1945) In *anais do simpósio sobre a revolução de 30*, Porto Alegre: ERUS, 1983.
- DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*, Campinas: UNICAMP, 1998.
- DE RIZ, Liliana, Política y partidos, ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay, In *Desarrollo económico*, v. 25, n. 100, CONICET, Argentina, 1986.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*, São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DONATO, Hernani. *A Revolução de 32*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco alves, 1988.
- DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FABREGAT, Julio T. *Elecciones uruguayas – febrero de 1925 a noviembre de 1946*. 2 ed. Montevidéo: Uruguai, [s.ed.] 1946.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*, Brasília: UNB, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. Ed. São Paulo: Globo.1989.
- FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Campus de Franca, 2000.
- FONSECA, Pedro C. D. *Vargas e o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense. 1989.
- FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O Marxismo na América Latina*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso- Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 2. ed. São Paulo: Loyola. 1996.
- FOUCAULT, Michel. El sujeto y el poder. In *Revista Mexicana de sociologia*. México, UNAM, Instituto de investigaciones sociales, ano 1, n. 3, 1988.
- FRASER, Nancy. Rethinking the sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy, in ROBBINS, B. (org.) *The phantom public sphere*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

- FREGA, Ana; MORONNA, Mônica; TROCHÓN, Yvette. Frente popular y concertación democrática: los partidos de izquierda ante la dictadura terrista. Montevideo, *Cuadernos del CLAEH, política y economía para el cambio*, nº 34, año 10, 1985, p. 49-62.
- FREGA, Ana; MARONNA, Mônica; TROCHON, Yvette. *Baldomir y la restauración democrática* (1938-1946). Montevideo: Ediciones da la Banda Oriental, 1987.
- FRUGONI, Emilio. *La revolución del machete*. Buenos Aires, 1937.
- FRUGONI, Emilio. *Génesis, esencia y fundamentos del socialismo*. Buenos Aires: Americalee, 1947.
- FURET, François. *O passado de uma ilusão*. Ensaio sobre a idéia comunista no século XX, São Paulo: Siciliano, 1995.
- GALLARDO, Javier. La izquierda uruguaya: la parábola de los ‘zorros’ y los ‘leones’. In *La izquierda uruguaya*, Montevideo: Trilce, 1995.
- GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- GARCIA, Maria da Glória F. P. D. Constituição ex machina. In *Revista Jurídica*, v.1, n.5, Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, Setembro de 1999.
- GILES, Tomas Ransom. *Estado, poder e ideologia*. São Paulo: EPU, 1985.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GÓMEZ, Eugenio. *Historia de Partido Comunista del Uruguay* (hasta 1951). Montevideo: Elite, 1961.
- HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos Impérios* (1875-1914), 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HUIDOBRO, Eleutério Fernández. *El tejedor Héctor Rodríguez*. Montevideo: Tristan, 1995.
- IMAZ, Ricardo R. *Los Blancos – de Oribe a La Calle*. 5 ed. Montevideo: Ediciones Blancas. 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1936, v.2, representação política, tabela II – *Eleições dos representantes para a Assembléia Nacional Constituinte*. Entre listas de candidatos, partidos e grupos de partidos, apresentaram-se 104 opções aos eleitores, com 1.040 candidatos.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, v.3, Situação Administrativa e Política, Tabela I – *Eleição do Poder Legislativo da União*.
- JIMÉNEZ, Alfredo R. *Los partidos políticos latinoamericanos*. Mérida – Venezuela: Universidad de los Andes, 2001.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea*. O PCB em 1937-1938. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In *Cuadernos de Ciencia Política*, Partidos políticos 3- tipos de partidos políticos. Montevideo, UROU, Instituto de Ciência Política, 1992, p. 41-58.
- LAVAU, Georges. Partidos y sistemas políticos: interacciones y funciones. In *Cuadernos de ciencia política*. Montevideo: Universidad de la República, Instituto de Ciencia Política, Fundación de Cultura Universitaria, 1991, p. 40-50.

- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas – os anos críticos: 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LINDAHL, Görang. *Uruguay's new path*. Estocolmo: LIAS, 1962.
- LIPSET, Seymour M.; ROKKAN, Stein. El partido político: agente de conflicto e instrumento de integración. In *Cuadernos de Ciência Política – partidos y sistema político*, Montevidéo, Fundación de Cultura Universitária – UROU, 1991, p. 18-27.
- LOVE, Josephe L. *O regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- MACEDO, Ubiratan B. *O liberalismo moderno*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1997.
- MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales*, Tomo III, De Batlle a los 70. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1997.
- MANGABEIRA, João. *Idéias políticas de João Mangabeira*. Brasília: Senado Federal, 1987.
- MENÉNDEZ, Jorge O. Los partidos políticos uruguayos. Reflexiones históricas y diagnóstico de la situación actual. In BODEMER, Klaus; LAURNAGA, M.E. (Org.) *Estructura y funcionamiento de los partidos políticos: una reforma posible*. Montevidéo: FESUR, 1993, p. 13-44.
- MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.) *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Humanismo e terror*. Ensaio sobre o problema comunista, Rio de Janeiro:GB, 1968.
- MICHELS, Robert. *Los partidos políticos: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de las democracias modernas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- MOSCA, G. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- NETO, Conrobert P. L. C. *A reforma constitucional de 1926 e a crise da Primeira República*. Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- NASSER, David. *A revolução dos covardes*. diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e ordens da censura do ditador. 2ª edição, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947.
- NETO, Manuel Domingos. L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930), in ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*, Paris: FNSP, 1980, p. 41-63.
- NEUMANN, Sigmundo. Sistemas de partidos y grados de integración. In LENK e NEUMANN, *Teoría e sociología crítica de los partidos*. Anagrama: Barcelona, 1980, p. 319-328.
- NEUMANN, Sigmundo. Hacia um estudo comparativo de los partidos políticos. In *Cuadernos de Ciência política*. Montevidéo: Universidade de la República, Instituto de Ciência Política, 1991, p. 68-73.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A guerra cívica – 1932*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- OLIVEN, R. G. *A parte e o todo*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 4 ed., São Paulo: Pontes, 2002.
- PARIS, Juana; RUIZ, Ester. *El frente en los años treinta*. Montevidéo: Proyección, 1987.

- PARTIDO COMUNISTA DO URUGUAI, *Por un Uruguay libre y feliz* – FRENTE POPULAR. Montevidéo: Tipografia Pagano, 1936 (encarte do jornal *Justicia*).
- PEIXOTO, Alzira V. do A. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: O Globo, 1960.
- PESAVENTO, *Economia e poder nos anos 30*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PORRINI, Rodolfo. Los derechos humanos durante el terrismo: vigencia y transgresión (1933-1938). In CURES, Oribe *et al.* *El uruguay de los años treinta* – enfoques y problemas. Montevidéo: UROU, 1994.
- QUIJANO, Carlos. *Los golpes de estado (1933 y 1942)*. Montevidéo: Editora da Câmara de Representantes da ROU, 1989.
- RABELLO FILHO, Benjamin A. *Partidos políticos no Brasil*. Doutrina e legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- RANGEL, Carlos R. R. *Crime e castigo: conflitos políticos no RS (1928-1938)*, Passo Fundo:UPF, 2000.
- RANGEL, Carlos R. R. Yo soy... tu és: memória e identidade nacional. In: *História Oral* – Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 5, n. 5, 2002, p. 107-130.
- REALE, Miguel. *Súmula do Integralismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1936.
- REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia. O caso Brasileiro In CUNHA, Cristina M. P. da (Org.) *Identidade Nacional*, São Paulo : Vértice. 1988. p. 187-203. (Estudos Históricos, 2).
- RÉMOND, René. Por que a história política? *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.
- RODRIGUES, J. A. A mulher paulista no movimento pró-constitucionalista, São Paulo: *revista dos tribunais*, 1933.
- RODRIGUEZ, Hector. *Nuestros sindicatos*. 2 ed. Montevidéo: Biblioteca Sindical – Centro Estudiantes de Derecho, 1966.
- RISSOTTO, Rodolfo González. *Mujeres y política en el Uruguay*. Montevidéo: Ediciones de la Plaza, 2004.
- ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*, Paris: FNSP, 1980.
- ROUQUIÉ, Alan. Papéis e comportamento político das forças armadas na América Latina (1930-1945). Algumas reflexões para um estudo comparativo. In *A Revolução de 30 – Seminário Internacional*. Brasília: UNB, 1980, p. 191-210.
- ROSA, Othelo, *Reforma eleitoral e projeto de registro eleitoral feminino*. crítica ao anteprojeto. Porto Alegre: O Globo, 1931.
- RIAL, J. ; KLACZCKO, J. *Uruguay: el país urbano*, Montevidéo, 1981.
- RUIZ, E.; RIAL, A. *Uruguay 1937-1938: De Terra a Baldomir*. El escenario político y la sucesión presidencial. Montevidéo: UROU, Papeles de Trabajo, 2002.
- SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales*, Madrid: Alianza editorial, 1994.
- SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. In *Cadernos de sociologia*. UFRGS, Porto Alegre, v.9. 1999, p. 49-86.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

- SEILER, Daniel-Louis. *De la comparaison des partis politiques*, Paris: Econômica, 1986.
- SERNA, Miguel. Rupturas e fissuras na cultura política democrática uruguaia, in BAQUERO , Marcelo (Org.) *Desafios da democratização na América Latina-* debates sobre cultura política, Porto Alegre: UFRGS – Centro Universitário La Salle, 1999, p. 47-72.
- SILVA, Hélio. *1931: Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.
- SILVA, Hélio. *1935: A revolta vermelha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- SILVA, Hélio. *1938: terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SILVA, Salomão L. Quadros. A era Vargas e a economia. In D’Araujo. M. Celina. (Org.) *As instituições brasileiras na era vargas*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, FGV, 1999, p. 137-154.
- SORJ, Bernardo. História e crise da produção de verdade no marxismo. In *Novos estudos CEBRAP*, v.2, . 3, São Paulo, novembro de 1983.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, 2.ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*, São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1979(a).
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937) In DACANAL, José H. ; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1979(b), p. 119-191.
- TRINDADE, H. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina. 1980 (a).
- TRINDADE, Hégio. (Org.) *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L & PM. 1980 (b).
- TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. *El regimen terrista (1933-1938) – aspectos políticos, económicos y sociales*. Montevidéo: EBOU, 1993.
- VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- VANGER, Milton. I. *El país modelo: José Batlle y Ordóñez (1907-1915)* 2 ed., Montevidéo: Arca, 1991.
- VENTURA. Maria Isabel Pinto (Org.). *Os quatro primeiros congressos da Internacional comunista*, Lisboa: Maria da Fonte, [s.d.], v. 1, p. 177.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo Companhia das Letras, 1992.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. (Org) *Pão Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- WAACK, William. *Camaradas nos arquivos de Moscou*. A história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WEBER, Max. Tipos y estructuras de partidos. In LENK y NEUMANN, *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*. Anagrama:Barcelona, 1980, p. 299-314.
- WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru: EDUSC, 1999.

ZIMBARG, Luis Alberto. *O cidadão armado*, comunismo e tenentismo (1927-1945), dissertação de mestrado, UNESP, Franca, 2001.